



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1579

Quinta-feira - 25 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos	3
Arroio Trinta.....	4
Balneário Rincão	6
Barra Velha.....	8
Biguaçu	9
Bom Jesus do Oeste	11
Bom Retiro	12
Braço do Trombudo	17
Brusque.....	28
Camboriú.....	29
Campo Alegre	29
Campos Novos.....	81
Canoinhas.....	89
Capinzal	92
Catanduvas.....	97
Chapadão do Lageado	98
Cocal do Sul.....	99
Concórdia	99
Cordilheira Alta	132
Corupá	136
Curitibanos	140
Ermo	141
Eral Velho	141
Forquilha	144
Fraiburgo.....	145
Frei Rogério	148
Galvão.....	155
Garopaba.....	155
Garuva	156
Gaspar	157
Governador Celso Ramos	158
Grão Pará	159
Guaramirim.....	160
Guarujá do Sul.....	160
Herval d'Oeste	161
Ilhota	162
Imarui	163
Imbituba	163
Iomerê	164
Ipumirim	165
Irineópolis	167
Itá	168
Itaiópolis	169
Itapoá	169
Joaçaba.....	173
Lages	209
Lauro Muller	209
Lebon Regis.....	210

Lindóia do Sul	214
Luzerna	216
Macieira.....	217
Mafra	222
Maracajá	224
Massaranduba.....	241
Modelo	244
Morro da Fumaça	281
Navegantes.....	281
Nova Trento	315
Orleans	321
Ouro Verde.....	322
Palhoça	322
Papanduva.....	335
Passo de Torres.....	336
Passos Maia	416
Penha.....	439
Peritiba.....	442
Pinheiro Preto	442
Pomerode	444
Ponte Serrada	468
Porto Belo.....	469
Porto União.....	469
Presidente Castello Branco.....	470
Rio do Sul.....	470
Salto Veloso	474
Santa Rosa do Sul	474
Santa Terezinha do Progresso	475
São Bento do Sul.....	488
São Carlos	501
São Domingos.....	502
São João do Sul	502
São José.....	504
São José do Cedro.....	509
São Lourenço do Oeste.....	511
São Pedro de Alcântara.....	511
Schroeder	512
Serra Alta	519
Sombrio.....	520
Timbó	524
Três Barras	548
Treze Tílias	555
Tunápolis.....	556
Turvo	556
Vargeão.....	557
Videira.....	558
Vitor Meireles.....	561
Xavantina	561
Xaxim.....	562

Associações

AMMVI	564
-------------	-----

Consórcios

CIMCATARINA.....	565
CIRSURES.....	565

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Extrato de Julgamento da Classificação da Tomada de Preço Nº006/2014

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia elétrica e/ou construção civil para execução de obra de instalação das decorações natalinas e obra de instalação de rede elétrica no Parque de Exposições - Jericódromo.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA, sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe com o menor valor global de R\$ 45.606,70 (quarenta e cinco mil seiscentos e seis reais e setenta centavos) e a licitante LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ficou na segunda colocação com o valor global de R\$ 58.213,39 (cinquenta e oito mil duzentos e treze reais e trinta e nove centavos). Já a licitante QUARK ENGENHARIA LTDA EPP, deixou de apresentar proposta para a obra de instalação de rede elétrica no Parque de Exposições - Jericódromo, constante do Projeto Básico, motivo pelo qual, com fulcro na alínea "b", do subitem 8.5 do Edital, foi declarada desclassificada. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Alto Bela Vista, SC, 23 de setembro de 2014.

CASSIANO MARTINAZZO

Presidente da C.P.L.

DECRETO Nº 1898 DE 22 DE AGOSTO DE 2014

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 631, de 13 de dezembro de 2013;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 142.760,00 (Cento e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta reais), nas seguintes ações orçamentárias:

01.00	GABINETE DO PREFEITO E VICE
01.03	Assessoria de comunicação e Informação
04	ADMINISTRAÇÃO
04.131	Comunicação Social
04.131.0004	Publicações Oficiais e Publicidade institucional
04.131.0004.2.005	Publicidade Administrativa e Legal
3	DESPESAS CORRENTES

3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 2.000,00
02.00	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
02.01	Gerência de Administração e Finanças
04	ADMINISTRAÇÃO
04.122	Administração Geral
04.122.0003.2.007	Atividades Administrativas e Burocráticas
3	Despesas Correntes
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	R\$ 32.000,00
28	Encargos Especiais
28.846	Outros Encargos Especiais
28.846.0000	Operações Especiais
28.846.0000.0.001	Cump. Das Obrigações Contrib. Tributárias - PASEP
3	Despesas Correntes
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0343	Aplicações Diretas
	R\$ 260,00
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 43.000,00
05.00	GERÊNCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerência de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.2.034	Atividades Gerais de Transportes
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0344	Aplicações Diretas
	R\$ 60.000,00
06.00	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
06.02	Fundo Mun. De Assistência Social - FMAS
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244	Assistência Comunitária
08.244.0023	Assistência Social e Comunitária
08.244.0023.2.042	Ativ. De Assistência Social Geral
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0000	Aplicações Diretas
	R\$ 1.000,00
08.244.0023.2.042	Ativ. De Assistência Social Geral
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0082	Aplicações Diretas
	R\$ 3.500,00
09.00	GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
09.03	Ensino Fundamental
12	EDUCAÇÃO
12.128	Formação de Recursos Humanos
12.128.0045	Capacitação dos Profissionais da Educação
12.128.0045.2.086	Formação e Capacitação Permanente dos Profis. Educação
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.0.1.0106	Aplicações Diretas

R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, nos vínculos abaixo:

- a) "0.1.000" - Recursos Ordinários
R\$ 78.000,00 (Setenta e oito mil reais);
b) "0.1.0343" - Recursos Vinculados - Fundo do Petróleo
R\$ 260,00 (Duzentos e sessenta reais);
c) "0.1.0082" - Transf. do Fnas - PBV II SUAS
R\$ 3.500,00 (Três mil, quinhentos Reais).
d) "0.1.0344" - Rec. Vinculados - Exp. Recursos Naturais
R\$ 60.000,00 (Sessenta mil Reais).
e) "0.1.0106" - Recursos Vinc. - Educação Básica
R\$ 1.000,00 (Hum mil reais).

Art. 3º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo de Assistência Médica, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) na seguinte ação orçamentária:

11.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FAM
11.01	Fundo Municipal de Assistência Médica - FAM
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0054	Assistência à Saúde dos Servidores
10.301.0054.2.096	Serviços de Assistência à Saúde dos Servidores
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
2.3.90.00.0.3.0300	Aplicações Diretas
	R\$ 55.000,00

Art. 4º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2013, na vinculação "0.1.0300" - Superávit Financeiro - Recursos Ordinários

Art. 5º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), na seguinte ação orçamentária:

08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.01	Fundo Municipal de Saúde - FMS
10	SAÚDE
10.301	Atenção Básica
10.301.0034	Atendimento Equitativo e Universalizado
10.301.0034.2.100	Atividades e Serviços do NASF
3	DESPESAS CORRENTES
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.0.1.0341	Aplicações Diretas
	R\$ 40.000,00

Art. 6º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, na vinculação 0.1.0341 - Recursos Vinculados SUS/NASF.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 22 de Agosto de 2014.

DÉCIO GRÄTNER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N 424/2014

PORTARIA Nº 424/2014.

Concede Licença sem Vencimento.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 87 de Lei Municipal nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA SEM VENCIMENTO, por 02 anos, ao servidor LUCIANO RICHARTZ, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 01 de outubro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 24 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 25 de setembro de 2014.

Arroio Trinta

PREFEITURA

Contrato Nº 0008/2014 - V.T. Engenharia E Construções Ltda

CONTRATO Nº008/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO E DESTINO FINAL LIXO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, de um lado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 10.479.381/0001-97, com endereço na Rua XV de novembro nº 26, na cidade de Arroio Trinta - SC neste ato devidamente representado por seu Gestor o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta - SC, CONTRATANTE e de outro lado a Empresa V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 76.323.633/0001-00, com sede na Rua Lauro Muller 467, 2º Andar, Sala 05, Centro, no Município de Videira - SC, neste ato representada pelo diretor o Sr. VILMAR TESTOLIN, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Campos Novos 100, Bairro Matriz, Município de Videira - SC, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0008/2014, Pregão nº 0011/2014, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DA SAÚDE (LIXO HOSPITALAR) DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

1.1.1 - A coleta deverá ser realizada na Unidade de Saúde Central - Posto de Saúde no Município de Arroio Trinta e o mesmo deverá ser embalado de forma correta de acordo com as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e/ou órgãos de proteção ambiental.

1.1.2 - Os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos da saúde deverão ser efetuados com veículo(s) especial para esse tipo de coleta e deverá ser recolhido em horário diurno, quinzenalmente, conforme cronograma a ser definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.1.3 - A destinação final do lixo hospitalar, será de responsabilidade da empresa a ser contratada, possuidora de todas as licenças ambientais necessárias para o devido funcionamento junto aos órgãos competentes.

1.1.4 - Fica facultado à Contratada efetuar a coleta e transporte dos resíduos se verificado que os mesmos sejam tóxicos, venenosos, explosivos, inflamáveis ou de qualquer tipo de material corrosivo, em suma, toda e qualquer substância que se revele danosa e capaz de colocar em risco a saúde pública e o(s) equipamento(s) da Contratada, cientificando as autoridades competentes.

1.1.5 - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, correrão por conta da proponente vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

2.1 - DO PREÇO:

O preço dos serviços, a serem pagos mensalmente e contados a partir da data do início das atividades, serão os seguintes:

Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final R\$200,00(duzentos reais) mensais totalizando para o ano de 2014 o valor de R\$1.000,00(UM MIL REAIS)

2.2 - DA FORMA DE PAGAMENTO:

O pagamento dos serviços contratados será feito por transferência, mensalmente, até 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, mediante nota-fiscal/fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura.

Os serviços serão pagos mensalmente por sua efetividade apurada no período/interstício mencionado, respeitados os reajustes e re-equilíbrio econômico-financeiro necessários.

Os valores mensais dos serviços prestados tomarão por base o valor da proposta vencedora.

2.3 - DO REAJUSTAMENTO:

O valor mensal dos serviços, após o interstício de 12 (doze) meses da sua execução, sofrerá reajuste anual de acordo com a variação acumulada pelo menor índice oficial divulgado pelo Governo Federal.

2.4- As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto do presente Edital, correrão por conta do orçamento municipal, conforme exercício financeiro, na seguinte conta:

23/2014

00003.00001.00010.00301.00009.2.000017.3.3.3.9.0.00.00.00.0.0.00

Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1 - O prazo de vigência do Contrato Administrativo, decorrente deste procedimento licitatório, será de 02 DE SETEMBRO a 31 DE DEZEMBRO DE 2014, prorrogável por até 60 (sessenta) meses, conforme Lei de Licitações nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

4.1 - Iniciar os serviços na data de emissão da Assinatura do Contrato expedido pelo MUNICÍPIO;

4.2 - Permitir que os prepostos do MUNICIPIO inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;

4.3 - Fornecer ao MUNICIPIO, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimento sobre o andamento dos serviços.

4.4 - Apresentar com as Notas Fiscais Fatura, os comprovantes de pagamento do INSS, FGTS e Salários dos Funcionários utilizados na execução do serviço;

4.5 - Formar o quadro de pessoal necessário à execução do objeto contratado, pagando os salários às suas exclusivas expensas;

4.6 - O presente contrato não servirá de nenhuma forma como fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a EMPRESA colocar à serviço;

4.7 - É da EMPRESA a obrigação do pagamento dos tributos que incidirem sobre os serviços e materiais contratados, bem como o pagamento de salários e todos os encargos trabalhistas;

4.8 - Responsabilizar-se-á pelos danos que possam afetar o MUNICIPIO ou a terceiros, durante a execução dos serviços, desde que provada sua culpa ou dolo;

4.9 - Obter todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento das atividades objeto deste, as suas exclusivas expensas, bem como apresentá-las a contratante quando requisitadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1 - Conceder revisões contratuais toda vez que se verificarem

alterações no equilíbrio econômico-financeiro, inicialmente estabelecido e/ou aumento nos quantitativos dos serviços objeto do presente.

5.2 - Fiscalizar o cumprimento do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

6.1 - O contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicialmente ajustada.

6.2 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A CONTRATADA ficará sujeita as seguintes penalidades por faltas durante a execução dos serviços, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

7.1.1. Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido, das demais sanções ou multas;

7.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

7.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado, ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de suspensão aplicada.

7.1.4. Multa de até 20% do valor da média paga mensalmente até a data da infração por descumprimento das condições previstas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

8.1 - Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio do MUNICÍPIO, mediante acordo escrito obedecido os limites legais permitidos.

8.2 - Ocorrendo modificações e/ou alterações no objeto, a correspondente medição ou ajuste será efetuada no final do mês de sua respectiva execução.

8.3 - Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este CONTRATO serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

8.4 - Os casos omissos neste Contrato serão dirimidos pela legislação pertinente à matéria, mormente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.6 - O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município de Arroio Trinta, quando for de interesse do mesmo, cabendo à contratada receber o valor dos serviços executados.

8.7 - O Município promoverá a rescisão do mesmo,

independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a empreiteira:

8.7.1. Não cumprir qualquer uma de suas obrigações contratuais;

8.7.2. Transferir a terceiros os serviços, no todo ou em parte ou incidir em quaisquer das demais hipóteses previstas no art. 78, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Para dirimir as questões decorrentes da execução deste contrato fica eleito o foro da Comarca de Videira - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilégio ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do art. 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas (ou mais) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Arroio Trinta (SC) 02 de setembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ 10.479.381/0001-97

TARCISIO LIDANI

Gestor do Fundo

V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 76.323.633/0001-00

VILMAR TESTOLIN

SÓCIO DIRETOR

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI

CPF - 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 - CARLOS ALEXANDRE DA ROCHA PORTO TADEU

TERMO ADITIVO 0001/2014 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- Nº 0022/2014

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. Sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado o senhor CARLOS ALEXANDRE DA ROCHA PORTO TADEU, Brasileiro, Professor, residente e domiciliado na Rua 7 de setembro 780, Bairro Salto, Centro no Município de Salto Veloso, portador do CI sob nº 4. 260.492 e CPF 005.648.959-54, de agora em diante denominada Contratada, normas legais aplicáveis à matéria, resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo, o qual se regerá pelas cláusulas abaixo da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA - O valor mensal que o Município pagará pela prestação dos serviços ao Contratante, a partir de 04 de setembro de 2014, será de R\$350,00 (Trezentos e cinquenta reais), sendo que deverá atuar nas terças-feiras das 17h e 30m às 18h e 30m.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que a tudo assinam.

Arroio Trinta - SC, 1º de setembro de 2014.
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

CARLOS ALEXANDRE DA ROCHA PORTO TADEU
CPF 005.648.959-54
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EVERTON CAMPAGNIN
CPF: 715. 611. 619- 34

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI
CPF: 000.077.349-21

ARROIO TRINTA- SC, 04 DE SETEMBRO DE 2014.
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTES, REALIZAR TERMO ADITIVO PARA ALTERAÇÃO NO CONTRATO Nº 0022/2014, QUE CONSISTE EM DIMINUIR O VALOR PAGO MENSALMENTE AO PROFISSIONAL POR DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS E DA CARGA HORÁRIA A SEREM ATENDIDOS, COM REDUÇÃO DE VALORES.

ALCIDIR FELCHILCHER
PREFEITO MUNICIPAL

Balneário Rincão

PREFEITURA

Aviso de Retificação de Publicação 070/Pmbr/2014 AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 070/PMBR/2014

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Balneário Rincão - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Tomada de Preços Nº. 070/PMBR/2014, fica retificado em sua publicação do Jornal A Tribuna, Jornal Diário Catarinense e Diário Oficial dos Municípios, datado de 24/09/2014 a quem possa interessar que onde se lê:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: Tomada de Preços Nº. 070/PMBR/2014
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 23/09/2014 às 14h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para Implantação de um Sistema de Geoprocessamento e Recadastramento Imobiliário dos imóveis da área urbana do Município de Balneário Rincão-SC.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com
Balneário Rincão - SC, 04 de Setembro de 2014.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Valberto Berkenbrock,
....leia-se:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 070/PMBR/2014

Considerando a imperiosa necessidade de contratação pela Administração Pública do serviço estipulado na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações; Considerando que houve impugnação ao edital e que não houve tempo hábil para a análise da devida impugnação pelo Departamento Técnico.

A Comissão de Licitação, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

A Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 070/PMBR/2014, cujo objeto é contratação de empresa de engenharia para Implantação de um Sistema de Geoprocessamento e Recadastramento Imobiliário dos imóveis da área urbana do Município de Balneário Rincão-SC, com abertura programada para o dia 23/09/2014, às 14h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 13/10/2014 às 17h00min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, houve impugnação ao edital e que não houve tempo hábil para a análise da devida impugnação pelo Departamento Técnico.

Esclarece-se, ainda, que a Comissão fará em tempo hábil se for o caso as devidas retificações.

Balneário Rincão, 22 de Setembro de 2014.
Valberto Berkenbrock
Presidente da Comissão de Licitações

AVISO DE RETIFICAÇÃO 070/PMBR/2014

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 070/PMBR/2014

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Balneário Rincão - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Tomada de Preços que tem como objeto: a contratação de empresa de engenharia para Implantação de um Sistema de Geoprocessamento e Recadastramento Imobiliário dos imóveis da área urbana do Município de Balneário Rincão-SC, fica retificado em seu Termo de Referência, de acordo com a análise técnica devido impugnação os seguintes itens: com relação aos itens 1.1 e 1.2: Ficam retificados no item 2.1.4.2. do Termo de Referência. Fica acrescido no termo de referência a extensão e a quantidade aproximada de logradouros, as quais são respectivamente 170 km e 250 unidades. E foram citados os itens a serem cadastrados: meio fios; paradas de ônibus, hidrantes e os postes da rede elétrica. Com relação ao item 1.3: O município não possui divisão oficial por bairros e o zoneamento utilizado é do Plano Diretor de Içara não havendo um mapa em meio digital para essa classificação. Estamos contratando plano diretor para resolver essas questões. Com relação ao item 1.4: Fica retificado no item 2.1.5. Fica acrescido de forma clara no TR que será uma foto da fachada do imóvel com resolução de 300 dpi. Com relação ao item 1.5: Fica retificado o item 2.2.11 sub item "d". Fica citado no TR que o software terá acesso via web ou intranet por browsers e terá aplicação Desktop instalado no setor de planejamento para atualização do banco de dados e da base cartográfica. Com relação ao item 1.6: Fica retificado o item 2.2.11 e sub item "a": Fica citado que o banco de dados será com Postgresql e PostGis por serem freeware e assim não havendo custo de licença. Com relação ao item 1.7: Fica retificado o item 2.2.5: O sistema será instalado nos servidores da prefeitura. Com relação ao item 1.8: Fica retificado o item 2.2.12.5. Foi acrescido o item no edital para detalhar a consulta de viabilidade. Com relação ao item 1.9: Fica retificado o item 2.2.10. Fica incluso no TR as horas e os números de participantes." Com relação ao item 1.10: Ficam retificados os itens 2.2.6, 2.2.7 e 2.2.8. Foi definido para o item 2.2.6 o número de reuniões e as horas de cada no TR, no item 2.2.7 foi definido duas semanas de teste e no item 2.2.8 foi definido que empresa CONTRATADA terá um mês para aplicar as correções necessárias. Com relação ao item 1.11: Fica retificado no item "2.2.11" sub item "h" que o software desenvolvido será integrado ao banco de dados do sistema Terra utilizado pela prefeitura, continua prorrogado para o dia: 13/10/2014 às 17h00min, com o recebimento/ protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 16h45 do destacado dia, por intermédio de Impugnação, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 24 de Setembro de 2014.
Valberto Berkenbrock
Presidente da Comissão de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO 072/PMBR/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 072/PMBR/2014

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 15/10/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para a realização de Concurso Público, para preenchimento de vagas na Rede Municipal de Ensino e Administração geral do Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 24 de Setembro de 2014.

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Valberto Berkenbrock

Barra Velha

PREFEITURA

Errata TP 008/2014

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 073/2014

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2014
ERRATA 001

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Serviços de pavimentação em lajota da Rua Ravache, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. O Edital na íntegra e suas alterações encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

ERRATA TP 009/2014

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 074/2014

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2014
ERRATA 001

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Obra de revitalização as margens da Lagoa, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. O Edital na íntegra e suas alterações encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

ERRATA TP 010/2014

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 075/2014

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2014
ERRATA 001

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, para Serviços de Recape sobre paralelepípedo destinados a Rua Carlos Maia, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. O Edital na íntegra e suas alterações encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de setembro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

PP 053/2014 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 078/2014 - Pregão Presencial nº 053/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para serviço de atualização do patrimônio público de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público - nbcasp, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 10/10/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 10/10/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 24 de setembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

DL 002/2014 FMAS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 006/2014 - Dispensa de Licitação nº 002/2014 FMAS

Contratada: MARIA LEONIDA DE BORBA.

Contrato 018/2014

Objeto: locação de sala comercial para instalação do CREAS pelo período de 12 meses.

Valor do Contrato: R\$18.000,00

Vigência: 12 meses

Fund. Legal: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 22 de setembro de 2014
MARIA LEONIDA DE BORBA

Claudemir Matias Francisco
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

PP 208/2014 PMB E Outros

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 208/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SWITCH ROUTER GERENCIÁVEL, LAYER 4 PARA A GESTÃO DA REDE INTERNA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 8 outubro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 8 outubro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 25 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 211/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRATOS DE VIDRO E 01 (UMA) CAFETEIRA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 8 outubro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 8 outubro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 25 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 212/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA OU OUTRA FORMA DE ASSOCIAÇÃO DE CATADORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS OU REUTILIZÁVEIS, PARA O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DO VALE - COOPERVAT

VALOR: R\$ 11.000,00 (onze mil reais) mensais, por um prazo de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.084

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.28.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Considerando que a implantação da Coleta Seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis ou recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda, deve fazer parte do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e se constitui em requisito para o município ter acesso aos recursos da União, ou por ela controlado, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade;

Considerando que pela Lei 12.305/2010, a data de 02 de Agosto de 2014, é o prazo limite para o fim dos lixões no Brasil que serão substituídos pelos aterros sanitários. Além disso, os resíduos recicláveis não poderão ser enviados para os aterros sanitários e os municípios que desrespeitarem a norma podem ser multados.

Considerando que a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos e o incentivo a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associativismo dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis é um instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos integrada à Política Nacional do Meio Ambiente e articulada com a Política Nacional de Educação Ambiental;

Considerando que o município de Biguaçu, embora disponha de uma estrutura mínima destinada ao recolhimento, processamento e comercialização de materiais reutilizáveis ou recicláveis, aproveita menos de dez por cento de todo esse material produzido diariamente em Biguaçu, reflexo da ineficiência do sistema de processamento desse material;

Considerando que a comunidade tem demonstrado interesse em participar do processo de Coleta Seletiva, separando o material no próprio domicílio onde ele é gerado, no entanto, o município tem deixado muito a desejar no que se refere ao recolhimento desse material;

Considerando a necessidade urgente de se adequar ao regramento jurídico bem como destinar tratamento ambientalmente correto ao material reutilizável ou reciclável gerado pela municipalidade; Considerando a precariedade no funcionamento da Coleta Seletiva, consequência do fraco desempenho, a total desorganização e a falta de gerenciamento por parte das pessoas que estão à frente desse processo;

Considerando a possibilidade jurídica na Dispensa de Licitação para a

Contratação de empresa para efetuar a Coleta Seletiva, Processamento e Comercialização dos Resíduos Sólidos Urbanos, Reutilizáveis e Recicláveis, prevista na Art. 24, XXVII da Lei 8.666/1993; Art. 24. É dispensável a Licitação:

[...]

XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuado por associação ou cooperativa, formada por pessoas física de baixa renda, reconhecida pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

Considerando que Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem do Vale - COOPERVAT se enquadra às normas estabelecidas nos Art. 15 e 18 da LC 12.305/2010, bem como atende as exigências da Lei 8666/93 em seu Artigo 24, inciso XXVII;

Considerando que a contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como segundo a Superintendência da FAMABI, através do seu Superintendente o valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 25 de setembro de 2014.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 53/2014 - FMS

ATA Nº 05 REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 53/2014

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE, ÀS 16:00 HORAS, A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, DESIGNADA PELA PORTARIA 2070/2014, REUNIU-SE PARA ABERTURA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 53/2014, ONDE ESTEVE PRESENTE:

- BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. 83.506.030/0001-00, NESTE ATO REPRESENTADA POR WILSON EDMAR ASCENCIO.

CONSOANTE MENCIONADO EM ATA ANTERIOR, EM SESSÃO INICIADA EM 18.09.2014, ÀS 14:00, TENDO SIDO ESTA SUSPENSA E RETOMADO NO DIA DE HOJE ÀS 16:00, O REPRESENTANTE DA EMPRESA BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL SE FEZ NOVAMENTE PRESENTE, SENDO QUE O REPRESENTANTE DA EMPRESA ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA ESTAVA AUSENTE. EM CONTATO ESTABELECIDO COM O SETOR DE PROTOCOLO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, LOCALIZADO NO PRÓ CIDADÃO, RUA LUCIO BORN, 12, CENTRO, BIGUAÇU, FOI INFORMADO A ESTA COMISSÃO QUE NÃO CONSTA NO SISTEMA QUALQUER RECURSO PROPOSTO PELA ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA.

ASSIM, INICIADA A SESSÃO DE LICITAÇÃO, PROCEDEU-SE A ABERTURA DO INVÓLUCRO DE PROPOSTA APRESENTADO PELA BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL, TENDO SIDO CONFERIDO SE OS DOCUMENTOS LÁ APRESENTADOS CUMPRIAM COM TODAS A EXIGÊNCIA EDITALÍCIAS, BEM COMO TENDO SIDO REALIZADA A APURAÇÃO DA NOTA TÉCNICA FINAL, A QUAL RESULTOU NO CRITÉRIO MÁXIMO, QUAL SEJA 1 (HUM), CONFORME SEGUEM OS CRITÉRIOS INDICADOS NO ITEM 6.12 DO EDITAL VINCULATIVO: PARA O CRITÉRIO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM GESTÃO DE HOSPITAIS PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ENTIDADE LICITANTE APRESENTOU 02 (DOIS) ATESTADOS DE GESTÃO DE HOSPITAL PÚBLICO MUNICIPAL, DE DOIS MUNICÍPIOS DISTINTOS, SENDO ESTES MUNICÍPIO DE IPUMIRIM/SC E NAVEGANTES/SC, OBTENDO A PONTUAÇÃO 2,0 (DOIS); PARA O CRITÉRIO TEMPO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COMO ENTIDADE FILANTRÓPICA (EM ANOS) A ENTIDADE LICITANTE DEMONSTROU QUE ATUA DESDE 09.11.1953, OBTENDO A PONTUAÇÃO 2,0 (DOIS); PARA O CRITÉRIO ATESTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM BAIXA E MÉDIA COMPLEXIDADE A EMPRESA APRESENTOU 1 (UM) ATESTADO PARA CADA COMPLEXIDADE OBTENDO A PONTUAÇÃO 2 (DOIS); PARA O CRITÉRIO CUSTO MENSAL ESTIMADO PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DA PROPOSTA DE TRABALHO A ENTIDADE LICITANTE OBTVEU A PONTUAÇÃO 3,0 (TRÊS) EIS QUE APRESENTOU PROPOSTA DE SERVIÇOS COM O VALOR TOTAL DE R\$ 3.198.000,00 (TRÊS MILHÕES E CENTO E NOVENTA E OITO MIL REAIS); PARA O CRITÉRIO CUSTO ESTIMADO DE INVESTIMENTO EM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE HOSPITALAR OBTVEU A PONTUAÇÃO 1,0 (HUM), HAJA VISTA QUE APRESENTOU A PLANILHA COM VALOR TOTAL DE R\$ 4.991.240,37 (QUATOR MILHOES E NOVECENTOS E NOVENTA E UM MIL E DUZENTOS E QUARENTA REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS). TOTALIZANDO ASSIM EM 10 PONTOS. CONSIDERANDO QUE FOI ABERTO TÃO SOMENTE UMA PROPOSTA A NOTA DESSA PROPOSTA É TAMBÉM A NOTA MÁXIMA OBTIDA NA LICITAÇÃO. DESSA FORMA PARA COMPOSIÇÃO DO CÁLCULO, CONSOANTE O DISPOSTO NO ITEM 6.11.1 DO EDITAL, DIVIDIU-SE A NOTA OBTIDA PELA NOTA MÁXIMA, NO CASO, A DA PRÓPRIA LICITANTE, RESULTANDO NA NOTA 1,0 (HUM). VALE RESSALTAR QUE FORA ELABORADO UM CHECK LIST PELA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, CONSOANTE OS EXATOS TERMOS IMPOSTOS NO EDITAL, QUE SE FARÁ PRESENTE JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DA PROPOSTA APRESENTADA.

DESSA FORMA, RESTOU A ENTIDADE BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL DECLARADA VENCEDORA DO CERTAME.

CUMPRE DESTACAR QUE O ENVELOPE DE PROPOSTA DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA NÃO FORA VIOLADO E PERMANECE NA DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, LOCALIZADO NA RUA VEREADOR EMÍDIO AMORIM VERÍSSIMO, 114, PRAIA JOÃO ROSA, BIGUAÇU, PARA DEVOLUÇÃO MEDIANTE RECIBO, PELO PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS. DECORRIDO O PRAZO SEM O REQUERIMENTO DA PARTE INTERESSADA O INVÓLUCRO SERÁ DESCARTADO.

POR FIM, SALIENTA-SE QUE A PRESENTE SESSÃO FOI ACOMPANHADA PELO SR. JOÃO VIANEI LOPES, O QUAL ESTAVA REPRESENTANDO A COMISSÃO PRÓ HOSPITAL DE BIGUAÇU - CPHB. DADA E PUBLICADA EM SESSÃO, BEM COMO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA.

BIGUAÇU, 24 DE SETEMBRO DE 2014.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO:

IRACI ANITA ROCHA _____ PRESIDENTE DA COMISSÃO
GIORDANA B. G. OURIQUES _____ MEMBRO EQUIPE DE APOIO
VIVIANE C. FONTANELLA _____ MEMBRO EQUIPE DE APOIO

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL
WILSON EDMAR ASCENCIO.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4601/2014

DECRETO Nº 4601/14 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 901/13 de 25.10.2013 (LOA) e 900/13 de 25.10.2013 (LDO) e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, dentro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no valor de R\$ 1.022.704,86 (Um milhão vinte e dois mil, setecentos e quatro reais e oitenta e seis centavos).

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte. Unidade Orçamentária: 05.02 - Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100451.004 - Ampliação, Reforma e Equipamentos para Escola Municipal.

Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (1403).

Valor R\$ 1.022.704,86 (Um milhão vinte e dois mil, setecentos e quatro reais e oitenta e seis centavos).

Fonte: 01.62 - Outros Recursos do FNDE.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação, conforme Termo de Compromisso PAR nº 32274/2014, firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, objetivando a construção de salas de aulas.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 23 de setembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

CONTRATO ADM Nº 71/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº 71/2014 DE 23.09.2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Airton Antonio Reinehr, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do CI, sob nº. 1.835.845 do CIC nº. 569.504.709-91, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado; E a empresa CLINICA CAMARGO & SCHLOTTFELDT LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CGC/MF sob nº 12.975.931/0001-94, com sede a Rua Ramio Barcelos, nº 2728, sala 01, bairro centro, Cep: 96508-071, Município de Cachoeira do Sul - RS, neste ato representada pelo Sócio Gerente Sr. Voltaire Gaske Schlottfeldt, brasileiro, solteiro, médico, inscrita no CRM sob nº32823, portador da Cédula de Identidade nº 5090122184 SJS/RS, inscrito no CPF sob nº. 010.834.260-36, residente e domiciliada na Rua Ramiro Barcelos nº 2728, Bairro Centro, Município de Cachoeira do Sul - RS, doravante denominado de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, processo licitatório nº 2822/2013, Edital de Pregão Presencial nº 17/2014, celebram o presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo nº 009/14 de 20 de janeiro de 2014, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é o TERMO ADITIVO ao Contrato nº 006/2014 de 20.01.2014, compreendendo o que segue:

Fica aditado o preço do objeto do contrato da prestação de serviços ambulatoriais na área médica para atendimento à população na Estratégia Saúde da Família (ESF) do município de Bom Jesus do Oeste/SC compreendendo o atendimento ambulatorial com carga horária de 40 horas semanais, de segunda a sexta feira, em horário de expediente, para atendimento junto ao Centro Municipal de Saúde, com uma redução de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), ficando o valor mensal de R\$ 17.000,00 (Dezesseis mil reais), no período de setembro a dezembro de 2014.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 006/2014 ora aditado.

E, por assim acordados estarem, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Bom Jesus do Oeste (SC), 23 de setembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
PREFEITO MUNICIPAL

VOLTAIRE GASKE SCHLOTTFELDT
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

WALTER NAUJORKS
CIC Nº 446.591.219-68

MARILIA CECCON MAGGI
CIC Nº 023.802.459-83

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA
ASSESSOR JURIDICO

Bom Retiro

PREFEITURA

831.09.14 - P. Lic. Trat. Saúde Lucrecia B. H. Rosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 831/14 de 16.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 16 de setembro de 2014, a funcionária Lucrecia Barbara Heinz da Rosa, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

832.09.14 - P.DES. SERV. TANIA H. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 832/14 de 16.09.14

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Tania Heidercheidt Moretti, para atuar como Servente ACT na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Barbaquá, a partir do dia 16 de setembro de 2014 com término no dia 20 de dezembro de 2014 percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
16 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

833.09.14 - P. FÉRIAS FERNANDA B. O. NUNES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 833/14 de 17.09.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) a funcionária Fernanda Bollmann Oleskovicz Nunes, ocupante do cargo de Psicóloga - Padrão I, nível 09, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, para ter exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para gozá-las a contar de 17 de setembro com término no dia 16 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

834.09.14 - P. LIC. ATRIBUI GRAT. ANGELITA AP. S. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 834/14 de 17.09.14

Prorroga Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 57 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Angelita Aparecida de Souza Vieira, ocupante do cargo de Pedagoga - Padrão 1 - Nível 09 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para chefiar os serviços do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, a contar do dia 17 de setembro de 2014 com término no dia 16 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

835.09.14 - P.DES. PROF. PATRICIA M. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 835/14 de 17.09.14

Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Patrícia Marinho da Silva, para atuar como Professora de Educação Física 20 horas semanais na Escola do Campo Paraíso da Serra e Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, no período de 17 de setembro com término no dia 20 de dezembro de 2014, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Chamada Pública 06/2014 para Contratação de Professor ACT, Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
17 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

836.09.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE FABIANA A. NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 836/14 de 18.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 16 de setembro de 2014, a funcionária Fabiana Andrieza Neto, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

837.09.14 - P.DES. SERV. SHEILA L. MARINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 837/14 de 18.09.14

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Sheila Leticia Marinho, para atuar como Servente ACT na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José, a partir do dia 18 de setembro de 2014 com término no dia 20 de dezembro de 2014 percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Temporário do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

838.09.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ARNILI J. B. HEMCKEMEIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 838/14 de 18.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 17 de setembro com término no dia 01 de outubro de 2014, a funcionária Arnili Janete Bruggermann Hemckemeier, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Camará Professora Margarida Buggler Wiggers.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

839.09.14 - P.LIC. MOT. P. FAM. CARLOTA E. O. SCHLEMPER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 839/14 de 18.09.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 16 de setembro de 2014, a funcionária Carlota Emilia Oliveira Schlemper, Ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
18 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

840.09.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SANDRA M. ROSSINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 840/14 de 19.09.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 18 de setembro com término no dia 02 de outubro de 2014, a funcionária Sandra Maria Rossini, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

841.09.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 841/14 de 19.09.14
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 16 de setembro de 2014, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

842.09.14 - P.LIC. MOT. P. FAM. ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 842/14 de 19.09.14
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 18 de setembro de 2014, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de setembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

843.09.14 - P. DES. AG. SAUDE LUCIANA P. SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 843/14 de 19.09.14

Designa Agente de Saúde Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Luciana Paula da Silva, para exercer o cargo de Agente de Saúde - nível 1 - 40 horas semanais no Fundo Municipal de Saúde - ACS - Bairro São José, no período de 18 de setembro com término no dia 31 de dezembro de 2014, para Contratação de Agente Comunitária de Saúde ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município, Motivo: Substituição da titular Joceléia Aparecida Amorim que encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
19 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

844.09.14 - P. FÉRIAS VERA L. URBANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 844/14 de 22.09.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) a funcionária a funcionária Vera Lucia Urbano, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula, para gozá-las a contar de 22 de setembro com término no dia 21 de outubro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
22 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

845.09.14 - P.DES. PROF. ERONETE AP. S. SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 845/14 de 23.09.14

Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Eronete Aparecida da Silva de Souza, para atuar como Professora 20 horas semanais no Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, no período de 23 de setembro com término no dia 20 de dezembro de 2014, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo nº 01/2014 para Contratação de Professor ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

846.09.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ERETILDA B. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 846/14 de 23.09.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 23 de setembro com término no dia 07 de outubro de 2014, a funcionária Eretilda Borges Moretti, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Barbaquá.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

847.09.14 - P.LIC. MOT. P. FAM. JANIA CASTANHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 847/14 de 23.09.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 22 de setembro de 2014, a funcionária Jania Castanheiro, Ocupante do cargo Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
23 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

848.09.14 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE ANDREA S. HEINZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 848/14 de 24.09.14

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 31 de outubro de 2014, a funcionária Andrea Simone Heinz, Ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Entrada.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

079.14 - DEC. EXTINGUE ESCOLAS

D E C R E T O Nº 079/14 de 24.09.14.

Extingue Unidades Escolares.

Albino Gonçalves Padilha, Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam extintas as seguintes Unidades Escolares:

- Escola Isolada Municipal Barreiros, situada na localidade de Barreiros,
- Escola Isolada Municipal Rio do Meio, situada na localidade de Rio do Meio e
- Núcleo Municipal Santa Clara, situada na localidade de Santa Clara, todas localizadas na área rural do município de Bom Retiro em razão do reduzido número de alunos, causado pelo esvaziamento do campo, com consequência direta nos gastos para a manutenção.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 24 de setembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na data supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Lei 0810/2014

LEI Nº 0810/2014.

Ratifica a Resolução nº 05, de 13 de agosto de 2014, do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI que altera o Contrato de Consórcio Público e dá outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada a Resolução nº 05, de 13 de agosto de 2014, constante do Anexo desta lei, em todos os seus termos, para alteração do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI.

Art. 2º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 24 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

ANEXO LEI Nº 0810/2014.

RESOLUÇÃO nº 05, 13/08/2014.

Altera o Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI cumprindo deliberação da Assembleia Geral do Consórcio.

JOSÉ CONSTANTE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Por deliberação da Assembleia Geral do CIM-AMAVI datada de 13 de agosto de 2014 o Contrato de Consórcio Público fica alterado nas cláusulas e condições descritas nesta Resolução.

Art. 2º Fica revogado o § 7º da Cláusula Décima Quarta, renumerando-se o § 8º e alterando-se a redação do § 3º da Cláusula Décima Sétima que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - (...)

§ 3º O exercício das funções de competência da Diretoria Executiva se dará na forma da Cláusula Trigésima Primeira deste instrumento, ficando a cargo do Conselho de Administração a nomeação para o Cargo de Confiança de Coordenador de Abrigo Institucional.

Art. 3º Fica alterada a alínea “g” do § 15 da Cláusula Décima Sétima do Contrato de Consórcio, nos seguintes termos:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - (...):

g) implantação e execução de programas e ações do CIM-AMAVI em fase inicial ou em período experimental por até dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos mediante justificativa de necessidade e relevante interesse público.”

Art. 4º Fica alterada a redação do § 16 da Cláusula Décima Sétima que passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - (...)

§ 16. As contratações temporárias terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogadas até atingir o prazo máximo total de dois anos, vinculando-se os contratados a regime jurídico-administrativo especial, garantidos os direitos assegurados no § 3º do artigo 39 da Constituição Federal.”

Art. 5º Fica alterada a redação do Anexo I ao Contrato de Consórcio, para transformar o emprego de Coordenador de Abrigo Institucional em Cargo de Confiança, cuja carga horária passa a ser de dedicação integral, adicionando-se atribuições de direção, chefia e coordenação da entidade e a comprovação de experiência em função afim.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de agosto de 2014.

José Constante
Presidente do CIM-AMAVI

LEI COMPLEMENTAR 124/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 124/2014

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 043/2005, que dispõe sobre o Código Tributário do Município.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera dispositivo no Art. 152 da Lei Complementar 043/2005, de 28 de setembro de 2005, o qual passará a ter a seguinte redação:

“Art. 152 - O Secretário de Administração e Finanças proferirá a decisão de primeira instância, devidamente fundamentada, e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária”.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias no Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 24 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

PORTARIA 0151/2014

PORTARIA Nº 0151/2014

Designa servidor

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Daniel Bueno Kurzlop, contador, responsável pelo setor de contabilidade efetuar o encaminhamento do Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, até o dia 10 de cada mês para a Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art.3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 24 de setembro de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23 2014 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	óleo mineral 15w40, API GL4/SL, ACEA-E-704, que atende as normas MB-228.3, VOIVO VDS-3 e CUMMINS CES-20078, a granel em tanque de 400 lts com bacia de coleta, controle de consumo com bomba digital e acompanhamento de frota. (14545)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	8,5700	1
2	óleo mineral 20w30, multifuncional (transmissão-diferencial-hidraulico), que atende as normas MF-1135 e new holland ESN-M2C 134-D, ou Similar (14546)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	250,3000	1
3	óleo mineral para sistemas hidráulicos, viscosidade 68, API HPL, (14547)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	198,7000	1
4	óleo mineral para transmissões, 85w140, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. (14548)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	208,3000	1
5	óleo mineral ATF, tipo A, que atende a especificação MB-236-2 e caterpillar TO-2. (14549)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	307,5000	1
6	óleo mineral para sistemas hidráulicos, 10W, API CF e e Allison C-4. (14550)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	205,8000	1
7	graxa para rolamento a base de sabão de lítio (balde 20 kg) (14551)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	268,3000	1
8	fluido sintético para freio DOT-3 30x500. (14552)	CX	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	373,0000	1
9	óleo para motores gasolina/etanol/gnv API SJ 20w30 (14553)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	11,0500	1
10	óleo mineral para transmissões, 85w90, API GL-5, MIL-2105-D, com aditivos de extrema pressão. Ou similar. (14554)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	(7958) PETRONAS	0	280,4500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	aria 32 (14555)	BD	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	ECOTEC	0	53.9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de Óleo Lubrificante, graxa e fluido de freio Com o objetivo de Manter a Frota de Caminhões, Veículos de Pequeno Porte, Máquinas e Tratores Agrícolas Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2014
PROCESSO Nº 39/2014

(7958) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24 2014 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu 185/60r 14 (13839)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
2	Conserto pneu Furo interno (Tip Top) pneu 185/60 r14 (13840)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
3	Conserto pneu corte (Vulcanizo) pneu 185/60r 14 (13841)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
4	Balanceamento. (10791)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	5,0000	1
5	conserto de pneu corte (vulcanizado) 225/70 roda 15 C liso (13842)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	34,0000	1
6	Conserto do pneu interno (tip top 225/70 roda 15c liso. (13843)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
7	Conserto de Pneu corte (vulcanizado) 185/60 Roda 14 (13844)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
8	Conserto de Pneu Interno (tip top) 185/60 roda 14 (13845)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
9	Conserto de pneu furo externo (tarugo) pneu 175/70 R 14 (13846)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
10	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 175/70 r 14 (13847)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
11	Conserto de pneu corte (Vulcanizado) pneu 175/70 R 14 (13848)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
12	Conserto de pneu externo (tarugo), pneu 185/60 r 14 (13868)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 24/2014			Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 185/6 R 14 (13850)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
14	Conserto de pneu corte vulcanizado pneu 185/60 R 14 (13851)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
15	Conserto pneu 18,4 x30 trator traseiro (13852)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	47,5000	1
16	Conserto de pneu 750x16 dianteiro (13853)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	17,5000	1
17	Conserto pneu 14,9 x 28 trator traseiro (13854)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	47,5000	1
18	Conserto dianteiro de pneu 12,4x24 trator dianteiro (13855)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
19	Conserto pneu 185 R 16 (13856)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13,5000	1
20	Conserto pneu 185/60 R 14 (13857)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
21	Conserto pneu 175/70 R 13 (13858)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
22	Tip Top numero 2. (10808)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	15,0000	1
23	Tip Top numero 3. (10809)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	15,0000	1
24	Tip Top numero 4. (10810)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 24/2014			Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Tip Top Numero 5. (10811)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	30,0000	1
26	Tip Top numero 6. (10812)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	42,5000	1
27	Conserto Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional. (10813)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	40,0000	1
28	Conserto pneu 1300x24 com 16 lonas convencional. (10814)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	40,0000	1
29	Conserto pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional. (10815)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	55,0000	1
30	Conserto pneu 18,4x34 com 12 lonas convencional. (10816)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	52,5000	1
31	Conserto pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional. (10817)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	35,0000	1
32	Conserto pneu 750x18 F2 com 08 lonas trator dianteiro. (10818)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20,0000	1
33	Conserto pneu 16,9x24. (10819)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32,5000	1
34	Conserto pneu 12,5/80-R 18 (13870)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	25,0000	1
35	Conserto de pneu furo interno (tip top), pneu 185 R 14C. (10825)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11,5000	1
36	Conserto pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas. (10822)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	26,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 24/2014 Data do Registro: 24/09/2014 Válido até: 24/09/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braco do Trombudo									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
37	Conserto pneu borrachudo 900x20, 14 lonas (10823)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	25.0000	1		
38	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu externo 185 R 14 C (13859)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11.5000	1		
39	Coserto pneu (tip top), pneu 185 R 14C (13860)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	28.5000	1		
40	Conserto de Pneu corte (vulcanizado) pneu 185 R 14 C (13861)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	20.0000	1		
41	Conserto pneu furo externo tarugo pneu 185 R 14 C (13862)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	11.5000	1		
42	Conserto pneu furo interno tip top, pneu 185 R 14 C (13863)	UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	13.5000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015				
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo								
Item	Especificação		Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Conserto pneu corte vulcanizo, pneu 185 R 10 C (13864)		UND	Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME (9309)		0	32.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2014

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 24/2014		Data do Registro: 24/09/2014		Válido até: 24/09/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de Mão de Obra em Conserto de pneus para manutenção da Frota de Tratores, Máquinas, caminhões e Veículos da Frota do município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2014
PROCESSO Nº 43/2014

(9309) - Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME

Braço do Trombudo, 24 de Setembro de 2014.

Brusque

PREFEITURA

Extrato Primeirotermo Aditivo ao Contrato 004/2014 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 004/2014

ESPÉCIE: serv. Metalurgia em geral. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços PROCESSO LICITATÓRIO: 61/2013. VALOR: R\$ 43.000,00. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2014. DATA DA ASSINATURA: 24/09/2014; CONTRATADA: Monthenge Engenharia, Comércio e Instalações Industriais Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 24 de setembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

PORTARIA Nº 2094/2014

PORTARIA Nº 2094/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, de acordo com o que segue:

NOME	LOTAÇÃO	PERÍODO DE FÉRIAS
ALLAN RODRIGO ALCANTARA	GABINETE	22/09/2014 A 05/10/2014
CLAUDIO ROBERTO PUHLER	SEC. SAÚDE	22/09/2014 A 05/10/2014
GILSON R. DOS SANTOS	SINE	22/09/2014 A 05/10/2014
JOCELITO N. DE SOUZA	SEC. GOVERNO	22/09/2014 A 05/10/2014
LOURDETE T. C. FLORIANI	SEC. SAÚDE	22/09/2014 A 05/10/2014
RUBENS POPPER	SEC. OBRAS	22/09/2014 A 05/10/2014
ARILSON FAGUNDES	SEC. GOVERNO	23/09/2014 A 05/10/2014
DIEGO FAGUNDES	SEC. ORÇAMENTO	23/09/2014 A 05/10/2014
HELTON HORNER	SEC. ASSITÊNCIA	23/09/2014 A 05/10/2014
KETRIA S. ANGIOLETT	SEC. ORÇAMENTO	23/09/2014 A 05/10/2014
SANDRO DE SOUZA PEREIRA	FUNDEMA	23/09/2014 A 05/10/2014
VALQUIRIA VOLTOLINI	SEC. ASSITÊNCIA S.	23/09/2014 A 05/10/2014
AGENOR DIAS	FUND. ECOLÓGICA	24/09/2014 A 05/10/2014
CLAUDEMIR DUARTE	SEC. OBRAS	24/09/2014 A 05/10/2014
ELPÍDIO JOÃO CRUZ	IBPLAN	24/09/2014 A 05/10/2014

EUDEZ PAVESI	FUND. CULTURAL	24/09/2014 A 05/10/2014
GABRIEL RODRIGUES DA C. NOEL	SEC. TRÂNSITO	24/09/2014 A 05/10/2014
LUIZ AVELINO BENVENUTTI	SEC. OBRAS	24/09/2014 A 05/10/2014
VALMIR DUTRA	FUND. CULTURAL	24/09/2014 A 05/10/2014
EDNA KUHNEN	ORÇAMENTO E G.	25/09/2014 A 05/10/2014
GILMAR JACOMEDE	SEC. ASSITÊNCIA	25/09/2014 A 05/10/2014
ROGÉRIO KOCHNIK	SEC. DESENVOLVIMENTO	25/09/2014 A 05/10/2014
LAURECI SERPA JUNIOR	IBPLAN	29/09/2014 A 05/10/2014
MIRELA ZUCCO MULLER	SEC. ASSITÊNCIA S.	29/09/2014 A 05/10/2014
PAULO RODRIGO SESTREM	SEC. TRÂNSITO	29/09/2014 A 05/10/2014
JOÃO LUIS MOREIRA DE LIMA	ORÇAMENTO E GES.	29/09/2014 A 05/10/2014
LUIS CARLOS SCHLINDWEIN	PROCON	29/09/2014 A 05/10/2014

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de setembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

Camboriú**PREFEITURA****Chamamento Público 01/14 - FME**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2014 - FME

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR O CENTRO INTEGRADO DE CAPACITAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 06 (Seis) de Outubro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 24 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre**PREFEITURA****Lei Nº 1.393 de 11 Dezembro de 1990**

LEI Nº 1.393

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO CORRENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 11 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.392 DE 11 DEZEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.392

AUTORIZA A CANCELAR BTN REFERENTE A PAGAMENTO DO IPTU.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.391 DE 11 DEZEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.391

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.390 DE 11 DEZEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.390

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.389 DE 11 DEZEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.389

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A FIRMAR CONVÊNIO COM A LEGIÃO BRASILEIRA DA ASSISTÊNCIA - LBA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de dezembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.388 DE 30 NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.388 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1990

DISPÕE SOBRE REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, APROVA O SEU ESTATUTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Francisco Koelher, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Art.1º) O regime Jurídico Único dos Servidores públicos do Município de Campo Alegre, bem como o de suas autarquias e das fundações públicas, é o estatutário instituído pela lei nº 1.302/90 de 05 de abril de 1990.

Art.2º) Para efeito desta Lei servidores são funcionários legalmente investidos em órgãos públicos, de provimento efetivo ou em comissão.

Art.3º) Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previsto na estrutura organizacional que deve ser convertido a um funcionário.

Parágrafo Único - Os cargos públicos acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimentos pagos pelos cofres públicos.

Art.4º) Os cargos de provimento efetivo da administração Pública Municipal direta, das autarquias e das fundações públicas serão organizados em carreira obedecendo aos critérios estipulados na lei nº1.328/90 de 19 de junho de 1990.

Art.5º) É proibido o exercício gratuito de cargos públicos salvo nas casas previstas em lei.

CAPÍTULO II

DO PROVIMENTO

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.6º) São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

I - a nacionalidade brasileira

II - o gozo dos direitos políticos

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - a idade mínima de 18 anos

V - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

Art. 7º) A investidura em cargo público correrá com a posse.

São formas de provimento em cargos públicos:

I - nomeação

II - promoção

III - acesso

IV - readaptação

V - reversão

VI - aproveitamento

VII - reintegração

SEÇÃO II

DA NOMEAÇÃO

Art.8º) A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando tratar de cargo isolado da carreira;

II - em comissão, para cargos de confiança de livre exoneração.

Art.9º) A nomeação para cargo isolado ou de carreira depende de prévia habilitação em concurso de provas ou de provas e títulos, obedecendo à ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo Único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do funcionário na carreira, mediante promoção e acesso, serão estabelecidos pela lei que ficarem diretrizes de sistema de carreira na administração Pública Municipal seus regulamentos.

SEÇÃO III

DO CONCURSO PÚBLICO.

Art.10) A primeira investidura em cargo de pavimento efetivo será feita mediante concurso público de provas escritas, podendo ser utilizados, também provas práticas.

§1º) não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato em concurso anterior, com prazo de validade ainda não expirado.

Art.11) O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

Parágrafo Único. - Terão direito à inscrição do concurso Público se professores e motoristas, ou que tenham menos de 15 anos de carreira e funcionários que tenham menos de 20 anos de carreira.

SEÇÃO IV

DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art.12) Posse é aceitação expressa das atribuições deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§1º) Em tratamento de funcionário em licença, ou afastamento

por qualquer motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§2º) Só haverá posse nos casos de pavimento por nomeação.

Art.13) A posse em cargo Público dependerá da prévia inspeção média oficial.

Parágrafo Único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art.14) Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

Art.15) O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

Art.16) A promoção ou o acesso não interrompe de tempo de exercício que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da publicação do ato que proverá em ascender o funcionário.

Art.17) Terão acesso ao presente estatuto todos os funcionários que tem estabilidade e efetividade e que já se encontram no regime jurídico de estatutário.

Art.18) O funcionário que deva ter exercício em outras localidades terá 30 (trinta) dias de prazo para fazê-lo, incluindo neste tempo o necessário ao deslocamento para a nova sede, desde que implique mudança em seu domicílio.

Parágrafo Único. Na hipótese de que o funcionário encontra-se afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir do término do afastamento.

Parágrafo Único. - O exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração, sem direito a remuneração.

Art.19) terão direito ao acesso os funcionários que tenham menos de 18 anos de tempo de serviço.

SEÇÃO V DA ESTABILIDADE

Art.20) São estáveis após 2 (dois) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude do concurso Público.

Art.21) O funcionamento estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em juizado ou de processo administrativo disciplinar no qual seja assegurado ampla defesa.

SEÇÃO VI DA READAPTAÇÃO

Art.22) Readaptação é investidura do funcionário de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificando em inspeção médica.

§1º) Se julgado incapaz para o serviço público, o funcionário será aposentado.

§2º) A readaptação será efetivada em cargo de carreira de atribuições fins, respeitada a habilitação exigida.

§3º) Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar aumento ou redução da remuneração do funcionário.

SEÇÃO VII DA REVERSÃO

Art.23) Reversão é o retorno à atividade do funcionário aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Art.24) A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo Único. Encontrando-se provido este cargo o funcionário exercerá suas atribuições excedentes, até a ocorrência de vaga.

Art.25) Não poderá reverter o aposentado que já tiver completo 60 (sessenta) anos de idade.

SEÇÃO VIII O ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art.26) Ao entrar em exercício o funcionário nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - responsabilidade;

Art. 27) O chefe imediato do funcionário em estágio probatório informará a seu respeito, reservadamente, 60 (sessenta) dias antes do término do período ao órgão de pessoal, com relação ao preenchimento dos requisitos mencionados no artigo anterior.

§1º) De posse da informação, o órgão de pessoal emitirá parecer concluindo a favor ou contra confirmação do funcionário em estágio.

§2º) Se o parecer for contrário à permanência do funcionário, dar-se-lhe-á conhecimento deste, para efeito de apresentação de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias.

§3º) O órgão de pessoa encaminhará o parecer e a defesa a autoridade municipal competente, que decidirá sobre a exoneração ou manutenção do funcionário.

§4º) Se autoridade considerar aconselhável à exoneração do funcionário, ser-lhe-á encaminhado o respectivo ato, caso contrário fica automaticamente ratificando o ato de nomeação.

§5º) A apuração dos requisitos mencionados no artigo 29 deverá processar de modo que a exoneração se houver, antes do fim do período de estágio probatório.

Art. 28) ficará dispensado de novo estágio probatório o funcionário estável que for nomeado por outro cargo público municipal.

SEÇÃO IX DA REINTEGRAÇÃO

Art. 29) Reintegração é a reinvestidura do funcionário no cargo anterior ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidade a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§1º) Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o funcionário ficará em disponibilidade, observando o disposto nos artigos 39 e 41.

§2º) Encontrando-se provido o cargo, seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aposentadoria em outro cargo, ou, ainda posto em disponibilidade remunerada.

Art. 30) A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Parágrafo Único - Feita à conversão os dias restantes, até 182 (cento e oitenta e dois) não serão computados arredondando-se para um ano quando excederem este número, para efeito de aposentadoria.

Art.31) Além das ausências ao serviço previstas no Art. 113, são

considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de:

- I - férias;
 - II - exercício de cargo de comissão ou equivalente em órgão ou entidade federal, estadual, municipal ou distrital;
 - III - Participação em pagamento de treinamento instituído e autorizado pelo respectivo órgão ou repartição municipal;
 - IV - desempenho de mandato eletivo, Federal, Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal, exceto para a promoção por merecimento;
 - V - júri e outros serviços obrigatórios por lei;
 - VI - licenças previstas nos incisos V, VI, VIII e IX do artigo 81.
- Parágrafo Único. É vetada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função, de órgão ou entidade dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

CAPÍTULO IV DA VACÂNCIA

Art.32) A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - promoção;
- IV - acesso;
- V - aposentadoria;
- VI - posse em outro cargo inacumulável;
- VII - falecimento;

Art.33) A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do funcionário ou de ofício.

Parágrafo Único. - A exoneração de ofício dar-se-á:

- I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
- II - quando, por decorrência de prazo, ficar extinta a disponibilidade;
- III - quando, tendo tomado posse, não entrar no exercício.

Art.34) A exoneração de cargos em comissão dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio funcionário.

Art. 35) A vaga ocorrerá na data:

- I - do falecimento;
- II - imediata aquela em que o funcionário completar 70 (setenta) anos de idade;
- III - da publicação da lei que criar o cargo e conceder dotação para o seu provimento ou, da que determinar esta ultima medida, se o cargo já estiver criado, ou ainda do ato que aposentar, exonerar, demitir ou conceder promoção ou acesso;
- IV - da posse em outro cargo de acumulação proibida.

CAPÍTULO V DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO

Art.36) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral.

Art.37) O retorno à atividade de funcionário em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório no prazo máximo de 12 (doze) meses em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo Único. O órgão de pessoal determinará o imediato aproveitamento do funcionário em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal.

Art.38) O aproveitamento de funcionário que se encontre em disponibilidade dependerá de prévia comprovação de sua capacidade

física e mental, por junta médica oficial.

§1º) Se julgado apto, o funcionário assumirá o exercício do cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de aproveitamento.

§2º) Verifica a incapacidade definitiva, o funcionário em disponibilidade será aposentado.

Art.39) Será tomado sem efeito o aproveitamento e extinta a disponibilidade se o funcionário não entrar em exercício no prazo legal, salvo em caso de doença comprovada por junta médica oficial.

§1º) A hipótese prevista neste artigo configurará abandono de cargo apurado mediante inquérito na forma desta lei.

§2º) Nos casos de extinção de órgão ou entidade, os funcionários estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento.

CAPÍTULO VI DA SUBSTITUIÇÃO

Art.40) A substituição será automática ou dependerá do ato da administração.

§1º) A substituição será gradativa, salvo se exceder a 30 (trinta) dias, quando será remunerada e por todo o período.

§2º) No caso de substituição remunerada, o substituto perceberá o vencimento da carga em que se der a substituição, salvo se optar pelo do seu cargo.

§3º) Em caso excepcional, atendida a convivência da administração, titular do cargo de direção ou chefia poderá ser nomeado ou designado, cumulativamente, como substituto para outro cargo da mesma natureza, até que se verifique a nomeação ou designação do titular, nesse caso, somente perceberá o vencimento correspondente a um cargo.

TÍTULO II DOS DIREITOS E VANTAGENS

CAPÍTULO I DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO

Art.41) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo público, com valor fixado em lei, nunca inferior a um salário mínimo, reajustado periodicamente de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo sendo vedada a sua vinculação, ressalvado o disposto no início XIII do Art. 37 da Constituição Federal.

Art.42) Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

§1º) O vencimento dos cargos públicos é irredutível;

§2º) É assegurada à isonomia de vencimento para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre funcionários dos poderes, ressalvadas as vantagens em caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

Art.43) Nenhum funcionário poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos dos respectivos poderes, pelo Prefeito e Presidente da Câmara Municipal.

Art.44) A menor remuneração atribuída aos cargos públicos não será inferior a 1/40 (um quarenta avos) do título de remuneração fixada no artigo anterior.

Art.45) O funcionário perderá:

- I - a remuneração dos dias que faltam ao serviço;
- II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60 (sessenta

minutos).

Art.46) Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto indicará sobre remuneração ou provento.

Parágrafo Único. Mediante autorização do servidor poderá ser efetuado desconto de sua remuneração em favor de entidade sindical executada a contribuição sindical obrigatória prevista em seu estatuto.

Art.47) As reposições e indenizações Erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração ou pagamento.

Parágrafo Único - Independentemente do parcelamento previsto neste artigo, o recebimento de quantias indevidas poderá implicar processo disciplinar para apuração das responsabilidades e aplicação das penalidades cabíveis.

Art.48) O funcionário em débito com o Erário, que for demitido, exonerado ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade extinta, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitá-lo.

Parágrafo Único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa.

Art.49) O vencimento, a remuneração e o provento não serão objetos, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

CAPITULO II DOS BENEFICIOS

SEÇÃO ÚNICA DA APOSENTADORIA

Art.50) O servidor público será aposentado:

I - por invalidez permanente, com proventos integrais, quando decorrentes de acidente em seu serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, específica em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - Compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III - Voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem e 30 (trinta) anos de serviço, se mulher, com proventos integrais;

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções ou magistério, se professor, aos 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais;

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, aos 25 (vinte e cinco), se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§1º) As exceções ao disposto no inciso III alíneas "a" e "c", no caso do exercício atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, serão as estabelecidas em lei complementar federal.

§2º) A lei municipal disporá sobre a aposentadoria em cargo ou emprego temporário;

§3º) O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efetivos de aposentadoria e disponibilidades;

§4º) Os proventos da aposentadoria, nunca inferiores ao salário mínimo, serão revistos, na mesma proporção e na data, sempre que se modificar a remuneração do servidor em atividade, e serão estendidos ao inativo os benefícios ou vantagens posteriormente concedidos ao servidor em atividade, mesmo quando decorrentes de transformação e reclassificação do cargo ou da função em que tiver dado a aposentadoria, na forma da lei;

§5º) O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, observado e disposto no parágrafo anterior;

§6º) É assegurado ao servidor afastar-se da atividade a partir da data do requerimento da aposentadoria e a sua não concessão importará a reposição do período de afastamento.

§7º) Para efeito de aposentadoria é assegurado da §2º do Art. 202 da constituição da República.

§8º) O servidor público que retornar a atividade após a cessão dos motivos que causaram sua aposentadoria por invalidez terá direito, para todos os fins, salvo para o de promoção, a contagem do tempo relativo ao período de afastamento.

§9º) Para o efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se estivesse no exercício.

§10º) As aposentadorias e pensões serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontrem vinculados funcionários.

§11º) O recebimento indevido do benefício havendo por fraude, dolo ou má fé implicará (deve) devolução ao Erário do total auferido, devidamente atualizado, sem prejuízo da ação penal cabível.

§12º) Os motoristas terão direito a aposentadoria com 25 (vinte e cinco) anos como motoristas.

CAPITULO III DAS VANTAGENS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.51) Além do vencimento e da remuneração, poderão ser pagas aos funcionários as seguintes vantagens:

I) ajuda de custo;

II) diária;

III) gratificação e adicionais;

IV) abono família.

Parágrafo Único.- As gratificações e os adicionais somente se incorporam ao vencimento ou provento nos casos indicados em lei.

Art.52) As vantagens previstas no inciso III do artigo anterior não serão computados nem acumuladas para efeito de concessão de qualquer outros acréscimos pecuários anteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

SEÇÃO II DA AJUDA DE CUSTO

Art.53) A ajuda de custo destina-se à compensação das despesas de instalação do funcionário que, no interesse no serviço passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.

Art.54) A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do funcionário, com forme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 30% (trinta) do respectivo vencimento, na ocasião da mudança.

Art.55) Na será concedida ajuda de custo ao funcionário que se afastar de cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato efetivo.

Art.56) O funcionário ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede.

Parágrafo Único. - não haverá obrigação de restituir a ajuda de custo nos casos de exoneração de ofício, ou de retorno por motivo de doença comprovada.

SEÇÃO III DAS DIÁRIAS

Art.57) O funcionário que, a serviço, se afastar do município em caráter eventual ou transitório nacional fará jus a passagens e

diárias para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção.

§1º) a diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.

§2º) nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigências permanentes do cargo, o funcionário fará jus às diárias.

Art.58) O funcionário que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 4 (quatro) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese de o funcionário retornar a sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, deverá restituir as diárias recebidas em excesso em igual prazo.

Art.59) A concessão de ajuda de custo não impede a concessão de diária e vice-versa.

SEÇÃO IV DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art.60) Além dos vencimentos e das vantagens previstas nesta lei serão deferidos aos funcionários as seguintes gratificações e adicionais:

- I) gratificação de função;
- II) gratificação natalina;
- III) adicional por tempo de serviço;
- IV) adicional pelo exercício de atividade insalubres, perigosas e penosas;
- V) adicionais pela prestação de serviço extraordinário;
- VI) adicional noturno;
- VII) abandono familiar;

SUBSEÇÃO I DA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

Art.61) O funcionário investido em função de chefia é devida uma gratificação pelo seu exercício, conforme estabelece na lei nº 1.328/90 de 19 de junho de 1990.

Parágrafo Único. A remuneração pelo exercício do cargo em comissão, bem como a referente às gratificações de fundo, não será incorporada ao vencimento ou a remuneração do servidor.

Art.62) O exercício de função gratificada ou de cargo de comissão só assegurará direitos ao servidor durante o período em que estiver exercendo o cargo ou a função.

Parágrafo Único. Afastando-se de cargo em comissão ou da função gratificada a servidor poderá a respectiva remuneração.

SUBSEÇÃO II DA GRATIFICAÇÃO NATALINA.

Art.63) a gratificação de natal será paga anualmente, todo funcionário municipal, independentemente da remuneração a que se fizer jus.

§1º) a gratificação de natal corresponderá a 1/12 (um doze avos), por mês de efetivo exercício, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente.

§2º) a fração igual ou superior a 15(quinze) dias de exercício será tomada como mês integral, para efeito do parágrafo anterior.

§3º) a gratificação de natal será calculada somente sobre o vencimento do servidor nele não incluído as vantagens, exceto no caso de cargo em comissão, quando gratificação de natal, será paga tomando-se por base o vencimento desse cargo.

§4º) a gratificação de natal será estendida aos inativos, pensionistas; estagiários, como base nos proventos que perceberá no mês de dezembro.

§5º) a gratificação de natal poderá ser paga em duas parcelas,

primeira até o dia 30 (trinta) de junho e a segunda até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.

§6º) o pagamento de cada parcela se fará tomando base à remuneração do mês de dezembro.

§7º) a segunda parcela será calculada com base na remuneração em vigor no mês de dezembro, abatida à importância da primeira parcela, pelo valor pago.

Art.64) caso o funcionário deixe o Serviço Público Municipal, gratificação de natal ser-lhe-á para proporcionalmente ao número de meses de exercício no ano, com base na remuneração do mês em que ocorrer a exoneração ou demissão.

SUBSEÇÃO III DA ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Art.65) Por triênio de efetivo exercício no serviço público Municipal, será concedido ao funcionário um adicional correspondente a 6% (seis por cento) do vencimento do seu cargo efetivo, conforme estabelece na lei nº 1.328/90 de 19 de junho de 1990.

§1º) o adicional é devido a partir do dia imediato aquele em que o funcionário completar o tempo de serviço exigido.

§2º) o funcionário que exercer, cumulativamente, mais de um cargo, terá direito ao adicional calculado sobre o vencimento monta.

SUBSEÇÃO IV DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

Art.66) Os funcionários que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou riscos de vida fazem jus a um adicional sobre o vencimento efetivo.

§1º) O funcionário que fazer jus aos adicionais de insalubridade e periculosidade deverá optar por um deles, não sendo acumuláveis estas vantagens.

§2º) O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram a sua concessão.

Art.67) Haverá permanentemente controle da atividade de funcionário em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo Único. A funcionária gestante ou latente será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações locais previstos neste artigo, excedendo suas atividades em local salubre e em serviço não perigoso.

Art.68) Na concessão dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade serão observadas as situações específicas na legislação municipal.

Parágrafo Único. Os locais de trabalho e os funcionários que operam com raio X ou substâncias radioativas devem ser mantidos sobre controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizantes ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

SUBSEÇÃO V DA ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

Art.67) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo do 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art.68) Somente será permitido serviço extraordinário para atender as situações excepcionais e temporárias, respeitando o limite máximo de 2 (duas) horas diárias, podendo ser prorrogado por igual período, se o interesse público exigir, conforme se dispuser em regulamento.

§1º) O serviço extraordinário previsto neste artigo será precedido de autorização da chefia imediata que justificará o fato, não

podendo exceder a 40 horas mensais.

§2º) O serviço extraordinário realizado no horário previsto no artigo 75, será acrescido do percentual relativo ao serviço noturno, em função de cada hora extra.

SUBCEÇÃO VI DO ADICIONAL NOTURNO

Art.69) O serviço noturno prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor/hora acrescido de mais 25% (vinte e cinco por cento) computando-se cada hora com 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

Parágrafo Único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo que trata este artigo incidirá sobre o valor da hora normal de trabalho acrescido de respectivo percentual de extraordinário.

SUBSEÇÃO DO ABONO FAMILIAR

Art.70) Será concedido abono familiar ao funcionário ativo ou inativo:

I - pelo conjugue ou companheira do funcionário que viva comprovadamente em sua companhia e que não exerça atividade remunerada e nem tenha renda própria;

II - por filho menor de 18 (dezoito) anos que não exerça atividade remunerada e nem tenha renda própria;

III - por filho inválido ou mentalmente incapaz sem renda própria.
§1º) Compreende-se, neste artigo, o filho de qualquer condição, o enteado, o adotivo, e o menor que, mediante autorização judicial, estiver sob a guarda e o sustento do funcionário.

§2º) Para efeito deste artigo, considera-se renda própria ou atividade remunerada o recebimento de importância igual ou superior ao valor de referência vigente no município.

§3º) Quando o pai e a mãe forem funcionários municipais, ativos ou inativos, abono familiar será concedido ambos.

§4º) Ao pai e a mãe equiparem-se o padrasto, a madrastra e, na falta deste, os representantes legais dos incapazes.

Art.71) Ocorrendo o falecimento do funcionário, o abono familiar continuará a ser pago a seus beneficiários, por intermédio da pessoa em cuja guarda se encontram, enquanto fizerem jus a concessão.

§1º) Com o falecimento do funcionário e a falta de responsável pelo recebimento do abono familiar será assegurado aos beneficiários o direito a sua percepção, enquanto assim fizerem jus.

§2º) Passará a ser efetuado ao conjugue sobrevivente o pagamento do abono familiar correspondente ao beneficiário que visa sob a guarda e sustenta do funcionário falecido, desde que aquele consiga autorização judicial para mantê-lo e ser seu responsável.

§3º) Caso o funcionário não haja requerimento o abono familiar relativo a seus dependentes, o requerimento poderá ser feito após sua morte pela pessoa cuja guarda e sustenta-se encontrem, operando seus efeitos a partir da data do pedido.

Art.72) O valor do abono familiar será igual a 2% (dois por cento) do valor do salário mínimo vigente no mês, devendo a ser pago a partir da data em que for protocolado o requerimento.

Parágrafo Único. O responsável pelo recebimento do abono familiar deverá apresentar no mês de junho de cada ano, declaração de vida e residência dos dependentes, sob pena de ter suspenso o pagamento da vantagem.

Art.73) nenhum desconto incidirá sobre o abono familiar, nem este servirá de base a qualquer continuação, ainda que para fins de previdência social.

Art.74) Todo aquele por ação ou omissão, der causa a pagamento indevido de abono familiar ficará obrigado à sua restituição, sem prejuízo das demais combinações legais.

CAPITULO IV DAS LICENÇAS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 75) Conceder-se a funcionários licença:

I - para tratamento de saúde;

II - à gestante, à adotante e a paternidade;

III - por acidente de serviço;

IV - por motivo de doença em pessoa de família;

V - para o serviço militar;

VI - para atividade política;

VII - para tratar de interesses particulares;

VIII - para desempenho de mandato classista;

IX - prêmio (premia).

Art.76) O funcionário não poderá permanecer em licença de mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos II e V.

Art.77) É vetado o exercício de atividade de remunerada, durante o período de licença prevista no inciso II deste artigo.

Art.78) A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

SEÇÃO II DA LICENSA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art.79) Será concedida ao funcionário licença para tratamento de saúde, a pedido ou ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Art.80) Para licença até 30 (trinta) dias, a inspeção será feita por médico indicado pelo órgão de pessoal e, se por prazo superior, por junta médica oficial.

Art.81) Sempre que necessária a inspeção médica será realizada na residência do funcionário ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

Art.82) Inexistindo médico do órgão ou entidade no local onde se encontra o funcionário, será aceito atestado passado por médico particular, que deverá ser homologado por médico do Município.

Art.83) Findo o prazo da licença, o funcionário será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art.84) O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratarem de lesões produzidas por acidentes em serviço, doença profissional ou quaisquer das doenças específicas no art. 53, inciso I.

Art.85) O funcionário que apresente indivíduos de lesões orgânicas ou funcionais será submetido à inspeção médica.

SEÇÃO III DA LICENSA À GESTANTE, À ADOTANTE E A DA LICENÇA - PATERNIDADE

Art.86) Será concedida licença à funcionária gestante, por 120 dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

Art.87) A licença poderá ter início no primeiro dia do 9º (nono) mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§1º) No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a

partir do parto.

Art.88) No caso de nascimento, decorridos 30(trinta) dias do evento, a funcionária será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

Art.89) Pelo nascimento de filho, o funcionário terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Art.90) Para aumentar o próprio filho, até a idade de 6 (seis) meses, a funcionária terá direito, durante a jornada de trabalho, a 1 (uma) hora, que poderá ser parcelada em 2 (dois) períodos de meia hora.

Art.91) A funcionária que adotar ou obter guarda judicial de criança de até 1(um) ano de idade serão concedidos 60 (sessenta) dias de licença remunerada, para ajustamento do adotado ao novo lar.

Parágrafo Único. No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 15 (quinze) dias.

SEÇÃO IV DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO

Art.92) Será licenciado, com remuneração de 75% (setenta e cinco por cento), o funcionário acidentado em serviço.

Art.93) Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo funcionário e que se relacione mediante ou imediatamente com atribuições do cargo exercido.

Parágrafo Único. equipara-se ao acidente em serviço de dano:
I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício do cargo.

II - Sofrido no percurso de residência para o trabalho e vice-versa.

Art.94) O funcionário acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituições privadas, a custo de recursos públicos.

Parágrafo Único. O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexisterem meios e recursos adequados em instituições públicas.

Art.95) A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

SEÇÃO V DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art.96) Poderá ser concedida à licença ao funcionário por motivo de doença do conjugue ou companheira, padrasto ou madrasta, ascendente ou descendente mediante comprovação médica.

§1º) A licença somente será deferida se a assistência direta do funcionário for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado, através do acompanhamento social.

§2º) A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogada por igual período, mediante parecer de junta médica, e excedendo estes prazos, sem remuneração.

§3º) A licença prevista neste artigo só será concedida se não houver prejuízo para o serviço público.

SEÇÃO VI DA LICENÇA PARA SERVIÇO MILITAR

Art.97) Ao funcionário convocado para o serviço militar será concedida licença à vista de documento oficial.

§1º) Ao funcionário desincorporado será concedido prazo não excedente a 7 (sete) dias para resumir o exercício.

SEÇÃO VII DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

Art.98) O funcionário terá direito à licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha, em convenção partidária, como candidato a cargo efetivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

SEÇÃO VIII DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art.99) A critério da administração, poderá ser concedida ao funcionário estável licença para trato de assuntos particulares pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

§1º) A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do funcionário ou no interesse do serviço.

§2º) Não se concederá nova licença antes de decorrido 2 (dois) anos de término da anterior.

Art.100) Ao funcionário ocupante de cargo em comissão não se concederá a licença de que trata o artigo anterior.

SEÇÃO IX DA LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA.

Art.101) É assegurado ao funcionário o direito a licença para desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão, sem remuneração.

§1º) Somente poderão ser licenciados os funcionários eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de 3 (três), por entidade.

§2º) A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição e por uma única vez.

§3º) O funcionário ocupante de cargo em comissão ou função gratificada deverá desincompatibilizar-se do cargo ou função quando empossar-se no mandato de que trata este artigo.

SEÇÃO X DA LICENÇA-PRÊMIO

Art.102) Após cada quinquênio interrupto de exercício, o funcionário efetivo fará jus a 2 (dois) meses de licença-prêmio com a remuneração de cargo efetivo a 2 (dois) meses de licença-prêmio com a remuneração de cargo efetivo.

§1º) É facultado ao funcionário fracionar a licença de que trata este artigo, em até 3 (três) parcelas.

§2º) É facultado aos funcionários que já se encontram em Regime Estatutário, contar o tempo de serviço para licença- prêmio até 31 de outubro de 1990, pelo Regime Estatutário Estadual.

Art.103) Não se concederá licença prêmio ao funcionário que, no período aquisitivo:

I - Sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - Afastar-se do cargo em virtude de:

a) licença por motivo de doença em pessoa da família, sem remuneração;

b) licença para tratar de interesses particulares;

c) condenação à pena privativa de liberdade por sentença definitiva;

d) desempenho de mandato classista.

Parágrafo Único. As faltas injustificadas ao serviço retardarão a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de 1 (um) mês para cada falta.

Art.104) O número de funcionários em gozo simultâneo de

licença-prêmio não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art.105) Por requerimento ao Poder Executivo, e com autorização do mesmo, o servidor poderá converter a licença-prêmio em dinheiro.

CAPITULO V DAS FÉRIAS

Art.106) O funcionário gozará, obrigatoriamente, 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, concedidas de acordo com a escala organizada pela chefia imediata.

§1º) A escala de férias poderá ser alterada por autoridade superior, ouvido o chefe imediato do funcionário.

§2º) As férias serão reduzidas a 20 (vinte) dias quando o funcionário contar, no período aquisitivo, com mais de 9 (nove) faltas, não justificadas, ao trabalho.

§3º) somente depois de 12 (doze) meses de exercício o funcionário terá direito a férias.

§4º) Durante as férias, o funcionário terá direito, além do vencimento, a todas as vantagens que percebia no momento em que passou a fê-las.

§5º) Será permitida a conversão de 1/3 (um terço) das férias em dinheiro, mediante requerimento do funcionário apresentado 30 (trinta) dias antes do seu início, vedada qualquer outra hipótese de conversão em dinheiro.

Art.107) É proibida a acumulação de férias, salvo por imperiosa necessidade do serviço e pelo máximo de 2 (dois) períodos, atestados a necessidade pelo chefe imediato do funcionário.

Art.108) Poderá o direito a férias o funcionário que, no período aquisitivo, houver gozado das licenças a que se referem os incisos IV, VII, VIII e IX do art.81.

Art.109) No calculo do abono pecuniário será considerado o valor do adicional de férias, previsto no artigo 113.

Art.110) O funcionário que opera direta e permanentemente com raio X ou substâncias radioativas gozará, obrigatoriamente, 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.

Parágrafo Único. O funcionário referido neste artigo não fará jus ao abono pecuniário de que trata o artigo anterior.

Art.111) Independentemente de solicitação, será pago ao funcionário, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração correspondente ao período de férias.

Parágrafo Único. No caso do funcionário exercer função de gratificação ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no calculo do adicional de que trata este artigo.

Art.112) O funcionário em regime de acumulação lícita perceberá o adicional calculado sobre a remuneração dos cargos, cujo período aquisitivo ele garante o gozo das férias.

Parágrafo Único. - O adicional de férias será devido em função de cada cargo exercido pelo servidor.

CAPITULO VI DAS CONCESSÕES

Art.113) Sem qualquer prejuízo, poderá o funcionário ausentar-se do serviço:

I - Por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II - Por 1 (um) dia, para se alistar como eleitor;

III - Por 3 (três) dias, por falecimento do conjugue, companheira, pais, madrasta, ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

IV - Por 5 (cinco) dias por casamento.

Art.114) Poderá ser concedido horário especial ao funcionário estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste artigo será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal de trabalho.

Art.115) O funcionário poderá ser cedido mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses:

I - Para exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

II - Em casos previstos em leis específicas.

Parágrafo Único - Na hipótese do inciso I deste artigo, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade requisitante.

Art.116) O funcionário estável poderá ausentar-se do município para estudo desde que autorizado pela maior autoridade a que estiver subordinado.

Parágrafo Único - A ausência de que trata este artigo, não excederá de 4 (quatro) anos e findo o período, somente decorrido outro será permitida nova ausência, ou licença para tratar de interesses particulares.

CAPÍTULO VII DO EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO

Art.117) Ao funcionário Municipal investido em mandato eletivo, aplica-se às disposições previstas na constituição da República.

Parágrafo Único. O funcionário investido em mandato eletivo municipal é imóvel de ofício pelo tempo de duração do seu mandato.

CAPÍTULO VIII DA ASSISTENCIA À SAÚDE

Art.118) A assistência à saúde do funcionário ativo ou inativo e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica prestada pelo Sistema Único de Saúde ou diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o funcionário ou ainda, mediante convênio, na forma estabelecida em ato próprio.

CAPÍTULO IX DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art.119) É assegurado ao funcionário requerer aos Poderes Públicos em defesa de direito de interesse legítimo.

Art.120) O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerimento.

Art.121) Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo Único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 122) Caberá recurso:

I - Do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - Das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos;

§1º) O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior a que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§2º) O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art.123) O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão recorrida.

Art.124) O recurso poderá ser recebido, com efeito, suspensivo a juízo da autoridade competente.

Parágrafo Único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou de recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art.125) O direito de requer prescreve:

I - Em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - Em 60 (sessenta) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo Único - O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência, pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art.126) O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Parágrafo Único. Interrompida a prescrição, o prazo recomeçará a correr pelo restante, no dia em que cessar a interrupção.

Art.127) A prescrição é de ordem pública, não podendo ser revelada pela administração.

Art.128) Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao funcionário ou a procurada por ele constituída.

Art.129) A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando elevadas de ilegalidades.

Art.130) São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo, salvo motivo de forma maior, devidamente comprovado.

TÍTULO DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DOS DEVERES

Art.131) São deveres do funcionário:

I - Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - Ser leal às instituições a que servir;

III - Observar as normas legais e regulamentares;

IV - Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestadamente ilegais;

V - Atender com presteza;

a) ao público em geral prestando as informações requeridas, ressaltadas às protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;

c) as requisições para a defesa da Fazenda Pública;

VI - Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;

VIII - Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;

IX - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - Ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - Tratar com urbanidade as pessoas;

XII - Representar contra a ilegalidade ou abuso do Poder.

Parágrafo Único - A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e obrigatoriamente apreciada pela autoridade superior aquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado o direito de defesa.

SEÇÃO I DAS PROIBIÇÕES

Art. 132) Ao funcionário é proibido:

I - Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II- Retirar sem prévia ausência da autoridade competente, qualquer documentação ou objeto da repartição;

III - Recusar fé a documentos públicos;

IV - Optar resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução do serviço;

V - Promover manifestações de apreço e desapreço no recinto da repartição;

VI - Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado;

VII - Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja da sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VIII - Compelir ou aliciar outro funcionário no sentido de filiação a associação profissional, sindical ou partido político;

IX - Manter sob sua chefia imediata, conjugue, companheira ou parente até o segundo grau civil;

X - Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

V - Promover manifestações de apreço e desapreço no recinto da repartição;

VI - Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço, em trabalho assinado;

VII - Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja da sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VIII - Compelir ou aliciar outro funcionário no sentido de filiação a associação profissional, sindical ou partido político;

IX - Manter sob sua chefia imediata, conjugue, companheira ou parente até o segundo grau civil;

X - Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

XI - Participar de gerência ou de administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o município, exceto se a transação for procedida de licitação;

XII - Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até segundo grau e de conjugue ou companheiro.

XIII - Receber própria, comissão presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIV - Praticar usuras sob qualquer de suas formas;

XV - Proceder de forma desidiosa;

XVI - Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XVII - Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às do cargo que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;

XVIII - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

SEÇÃO II DA ACUMULAÇÃO

Art.133) Ressalvados os casos previstos na constituição da República, é vedada a acumulação remunerada de cargo públicos.

§1º) A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações e empresas públicas, sociedades

de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§2º) A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

Art.134) O funcionário não poderá exercer mais de um cargo em comissão, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.

Art.135) O funcionário vinculado ao regime desta lei, que acumular lícitamente 2 (dois) cargos de carreira, quando investido em cargos de carreira, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

§1º) O afastamento previsto neste artigo ocorrerá apenas em relação a um dos cargos se houver compatibilidade de horários.

§2º) O funcionário que se afastar de um dos cargos que ocupa poderá optar pela remuneração deste ou pela do cargo em comissão.

SEÇÃO III DAS RESPONSABILIDADES

Art.136) O funcionário responde, civil, penal e administrativamente, pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art.137) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.

§1º) A indenização de prejuízo dolosamente causado ao Erário somente será liquidada na forma prevista no artigo 50 na falta de débito pela via judicial.

§2º) Tratando-se de dano causado a terceiros responderá o funcionário perante a Fazenda Pública em ação regressiva.

§3º) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art.138) A responsabilidade pessoal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário, nessa qualidade.

Art.139) A responsabilidade administrativa resulta de ato omissivo ou omissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art.140) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se sendo independente entre si.

Art.141) A responsabilidade civil ou administrativa do funcionário será afastado no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoridade.

SEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art.142) são penalidades disciplinares

I - Advertência;

II - Suspensão;

III - Demissão;

IV - Estimação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - Destinação de cargo em comissão.

Art.143) Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art.144) A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art.134, inciso I a IX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou normas internas, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art.145) A suspensão será aplicada em caso de reivindicação das faltas punidas como a advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§1º) Será punido com suspensão de até 15(quinze) dias o funcionário que injustificadamente recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos de penalidade uma vez cumprida a determinação.

§2º) Quando houver conveniência para o exercício a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia do vencimento ou remuneração, ficando o funcionário obrigado a permanecer em serviço.

Art. 146) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o curso de 3(três) e 5 (cinco) anos de efeito exercício, respectivamente, se o funcionário não houver, nesse período, praticando nova informação disciplinar.

Art. 147) A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - Crime contra a administração Pública;

II - Abandono de cargo;

III - Inassiduidade habitual;

IV - Improbidade administrativa;

V - Incontinência Pública e conduta escandalosa;

VI - Insubordinação grave em serviço;

VII - Ofensa física, em serviço, a funcionário ou a particular, salvo em legítima defesa ou defesa de outrem;

VIII - Aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - Revelação de segredo apropriado em razão do cargo;

X - Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio público;

XI - Corrupção;

XII - Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - Transgressão do art.132 incisos X e XVII.

Art.148) Verificada, em processo disciplinar, acumulação proibida e povoada a boa-fé, o funcionário optará por um dos cargos.

§1º) Provada a má-fé, perderá também o cargo que exercia há mais tempo e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

§ 2º) Na hipótese do parágrafo anterior, sendo um dos cargos, emprego ou função exercida em outro órgão ou entidade a demissões lhe será comunicada.

Art.149) Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que tiver praticado na atividade falta punível com a demissão.

Art.150) A exoneração de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Art.151) A demissão ou destituição de cargo em comissão nos casos dos incisos IV, VIII, e X do art. 147 implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário sem prejuízo de ação penal cabível.

Art.152) A demissão ou a destituição de cargo em comissão por inteligência ao artigo 132, incisos X e XII, incompatibilidade o ex-funcionário para nova investidura em cargo pública pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo Único. não poderá retornar ao serviço público municipal ao funcionário que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infrigência do art. 147, incisos I, V, VIII, X, XI.

Art.153) Configurara abandono de cargo a ausência intencional do funcionário por mais de 30(trinta) dias consecutivos.

Art.154) Entende-se por inaciduidade habitual a falta ao serviço, sem causa injustificada por 60(sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12(doze) meses.

Art.155) O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art.156) As penalidades disciplinares serão aplicadas:
I - Pelo Prefeito, pelo dirigente de autarquia e fundação quando se trata de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de funcionário vinculado ao respectivo Poder, órgão ou entidade;
II - Pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior aquelas mencionadas no inciso I, quando se trata de suspensão superior a 30 (trinta) dias;
III - Pelo chefe da repartição e outra autoridade, na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;
IV - Pela autoridade que houver jeito a nomeação, quando se tratar da destituição de cargo em comissão de não ocupante de cargo efetivo.

Art. 157) A ação disciplinar prescreverá:
I - Em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;
II - Em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;
III - Em 180 (cento e oitenta) dias quanto à advertência.
§1º) O prazo de prescrição começa a decorrer da data em que o fato se tornou conhecido.
§2º) Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capitulas também como crime.
§3º) A abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.
§4º) Interrompido o curso da prescrição, esse recomeçará a correr pelo prazo restante a partir do dia em que cessar a interrupção.

CAPITULO II DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.158) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é abrigada a promover a sua apuração imediata mediante sindicância ou processo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Art.159) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada as autenticidades.
Parágrafo Único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícita penal, a denúncia será arquivada por falta de Objeto.

Art.160) Da sindicância poderá resultar:
I - Arquivamento do processo;
II - Aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;
III - Instauração de processo disciplinar.

Art.161) Sempre que o ilícito praticado pelo funcionário ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30(trinta) dias ou de demissão, extinção de aposentadoria ou disponibilidade, ou ainda destituição de cargo em comissão será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

SEÇÃO II DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art.162) Como medida cautelar e a fim de que o funcionário não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instaurada do processo disciplinar poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 30(trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

SEÇÃO III DO PROCESSO DISCIPLINAR

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.163) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar as responsabilidades do funcionário por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art.164) O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) funcionários estáveis designados pela autoridade competente que indicará, entre eles, o seu presidente.
§1º) A comissão terá como secretário, funcionário designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.
§2º) Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, conjugue, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art.165) A comissão do inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art.166) O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:
I - Instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
II - Inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;
III - Julgamento.

Art.167) O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
§1º) Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.
§2º) As reuniões de comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

SUBSEÇÃO II DO INQUÉRITO

Art.168) O inquérito administrativo será contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art.169) Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.
Parágrafo Único. Na hipótese do relatório da sindicância concluir que infração está capacitada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao ministério Público, independentemente de imediata instrução do processo disciplinar.

Art.170) Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimento, acareações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art.171) É assegurado ao funcionário o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunha, produzir provas e contra provas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§1º) O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios ou nenhum interesse para os esclarecimentos dos fatos.

§2º) Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Art.172) As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandato expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via com o ciente do interessado, ser anexada aos autos.

Parágrafo Único. Se à testemunha for funcionário público, a expedição do mandato será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com indicação do dia, e da hora marcados para a inquirição.

Art.173) O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§1º) As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§2º) Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á a acareação entre os depoentes.

Art.174) Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observando os procedimentos previstos nos artigos 172 e 173.

§1º) No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente e sempre que divergirem em suas declarações sobre os fatos ou circunstâncias, será promovida acareação entre eles.

§2º) O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhes vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquirilas, por intermédio do presidente da comissão.

Art.175º) Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo Único. O incidente de sanidade mental será processado em ato apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art.176) Tipificada a infração disciplinar será formulada a indicação do funcionário, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas:

§1º) O indicado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de (10) dez dias, assegurando-se-lhe vista do processo da repartição.

§2º) Havendo (2) dois ou mais indicados, o prazo será comum e de (10) dez dias.

§3º) O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro para diligências reputadas indispensáveis.

§4º) No caso de recusa do indicado apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á na data declarada em termo próprio pelo membro da comissão que fez a citação.

Art.177) O indicado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art.178) Achando-se o indicado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no órgão oficial do Município e em Jornal de grande circulação na localidade, para apresentar defesa. Parágrafo Único. Na hipótese deste artigo, o prazo para a defesa será de (10) dez dias a partir da última publicação do edital.

Art.179) Considerar-se-á revel o indicado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§1º) A revelia será declarada por termo nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§2º) Para defender o indicado revel, a autoridade instauradora do processo designará um funcionário como defensor ativo do cargo

de nível igual ou superior ao do indiciado.

Art.180) Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§1º) O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do funcionário.

§2º) Reconhecida à responsabilidade do funcionário, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art.181) O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou sua instauração, para julgamento.

SUBSEÇÃO III DO JULGAMENTO

Art.182) No prazo de 60(sessenta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgará proferindo a sua decisão.

§1º) Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo este será encaminhado à autoridade que decidirá em igual prazo.

§2º) Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição de pena mais grave.

§3º) Se a penalidade prevista foi a de demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art. 156.

Art.183) O julgamento se baseará no relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo Único - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta abrandá-la ou isentar o funcionário de responsabilidade.

Art.184) Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e ordenará a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

§1º) O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§2º) A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 157, §1º, será responsável na forma desta lei.

Art.185) Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do funcionário.

Art.186) Quando a infração estiver capitulada como crime o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração de ação penal, ficando um traslado na repartição.

Art.187) O funcionário que responde a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado voluntariamente após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo Único - Ocorrida à exoneração de que trata o art.36, parágrafo único, inciso I, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art.188) Serão assegurados transportes e diárias:

I - Ao funcionário convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciando ou indiciado;

II - Aos membros da comissão e ao secretário quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial para esclarecimento dos fatos.

SUBSEÇÃO IV DA REVISÃO DO PROCESSO

Art.189) O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§1º) Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do funcionário, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§2º) No caso de incapacidade mental do funcionário, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 190) No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art.191) A simples alegação da injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo originário.

Art.192) O requerimento de revisão de processo será dirigido no Ministério Público ou autoridade equivalente, que se autoriza-la, encaminhará o pedido ao dirigente de órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo Único - Recebida à petição, o dirigente do órgão ou entidade providenciará a constituição de comissão, na forma prevista do art. 164 desta lei.

Art.193) A revisão correrá em apenso ao processo originário.
Parágrafo Único - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art.194) A comissão revisora terá 60(sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art.195) Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art.196) O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.
Parágrafo Único. O prazo para julgamento será de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art.197) Julgada procedente a revisão, será declarada, sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do funcionário, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo Único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.198) Considerando-se dependentes do funcionário, além do conjugue e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Art. 199) Os instrumentos de procuração utilizados para recebimento de direitos ou vantagens de funcionários municipais terão validade por 12(doze) meses, devendo ser renovados após findo esse prazo.

Art. 200) Para todos os efeitos previstos nesta lei e em leis do Município, os exames de sanidade física e mental serão obrigatoriamente realizados por médico da Prefeitura ou na sua falta por médico credenciado pelo Município.

§1º) Em casos especiais, atendendo à natureza da enfermidade, a autoridade municipal poderá designar junta médica para proceder ao exame, dela fazendo parte, obrigatoriamente, o médico do Município ou o médico credenciado pela autoridade Municipal.

§2º) Os atestados médicos concedidos aos funcionários municipais, quando em tratamento fora do Município, terão sua validade condicionada à ratificação posterior pelo médico do Município.

Art. 201) Contar-se-ão por dias corridos os prazos previstos nesta lei.

Parágrafo Único. Não se computará no prazo o dia inicial, prorrogando-se para o primeiro dia útil o vencimento que incidir em sábado, domingo ou feriado.

Art.202) É vedado ao funcionário servir sob a chefia imediata do conjugue ou parente até 2º(segundo) grau, salvo em cargo de livre escolha, não podendo exceder de 2(dois) o seu número.

Art.203) São isentos de taxas, emolumentos ou custos os requerimentos, certidões e outros papéis que, na esfera administrativa, interessarem ao funcionário municipal, ativo ou inativo, nessa qualidade.

Art.204) É vedado exigir atestado de ideologia, como condição de posse ou exercício em cargo público.

Art.205) A presente lei aplicar-se-á aos funcionários de Câmara Municipal, cabendo ao Presidente desta as atribuições reservadas ao Prefeito Municipal, quando for o caso.

Art.206) Poderão ser admitidos, para cargos adequados, funcionários de capacidade física reduzida, aplicando-se processos especiais de seleção.

Art.207) O dia 28 (vinte e oito) de outubro será consagrado ao funcionário público municipal.

Art. 208) A jornada de trabalho nas repartições municipais será fixada por decreto do Prefeito Municipal.

Art.209) O Prefeito Municipal baixará, por decreto, os regulamentos necessários à execução da presente lei.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.210) Ficam submetidos ao regime previsto nesta lei os servidores estatutários da Administração públicas municipais.

Art.211) O serviço de pessoal dos órgãos e entidades referidos no artigo anterior informará aos servidores admitidos pelo regime de consolidação das leis do trabalho (CLT) sobre as vantagens e desvantagens do regime instituído por esta lei.

§1º) Os servidores de que trata este artigo, quando tiverem sido admitidos por concurso, e desde que optem pelo regime estatutário previsto nesta lei, terão seus empregos transformados em cargos e serão imediatamente efetivados.

§2º) A opção que trata o parágrafo anterior dar-se-á no prazo de 60(sessenta) dias a contar da data de publicação desta lei.

§3º) Os servidores estáveis e não concursados que optarem pelo regime instituído por esta lei serão enquadrados em quadro em extinção até que sejam aprovados em concurso público para fins de efetivação.

§4º) Os servidores não estáveis e não concursados terão seus empregos extintos, instantânea ou gradativamente, na medida em

que o interesse público exigir, e serão imediatamente exonerados. §5º) O concurso público previsto no =3º deste artigo será realizado no prazo máximo de até 6 (seis) meses a contar da data da publicação desta lei.

§6º) Aos servidores que tiverem seus contratos de trabalho extintos na forma prevista no §4º deste artigo serão assegurados, quando da exoneração, todos os direitos previstos na legislação pertinente.

§7º) Resolvido o contrato de trabalho com a transferência do servidor do regime da CLT para o estatutário, em decorrência desta lei, assiste-lhe o direito de movimentar a conta vinculada do F.G.T.S.

Art.212) Os servidores não estáveis e não concursados poderão se submeter ao concurso público previsto no §5º do artigo anterior, aplicando-se-lhes o disposto no §2º do mesmo, observando o interstício exigido para fins de estabilidade.

Art.213) A procuradoria do município recorrerá até a ultima instância judicial em processo cuja decisão tenha sido contrária ao interesse do município, inclusive quando decorrente da instituição do regime instituído por esta lei.

Art.214) A lei municipal estabelecerá critérios para a compatibilização de seus quadros de pessoal ao disposto nesta lei e a reforma administrativa dela decorrente.

Art.215) A lei municipal fixará as diretrizes dos planos de carreira para a administração direta, as autarquias e as fundações municipais de acordo com suas peculiaridades.

Art.216) Esta lei entrará em vigor em 01 de novembro de 1990.

Art.217) Revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 30 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOELHER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria aos trinta dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI Nº 1.387 DE 30 NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.387

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 790 DE 26 DE SETEMBRO DE 1990.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 30 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOELHER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI Nº 1.386 DE 30 NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.386

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 30 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOELHER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI Nº 1.385 DE 23 NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.385

REVOGA A LEI Nº 1.182 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOELHER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI Nº 1.384 DE 23 NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.384

AUTORIZA A LIBERAR FGTS A TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS QUE PASSARAM PARA O REGIME ESTATUTÁRIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1990.
FRANCISCO KOELHER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

DECRETO Nº 8.578 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.578 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, e tendo em vista o ofício nº 001/2014 expedido em data de 22 de setembro de 2014 e devidamente protocolado sob o nº 681 em data de 23 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Nomear, MARCO AURÉLIO BECKHAUSER, brasileiro, casado, matriculado nesta Administração Pública Municipal sob nº 000486, ocupante do cargo público e exercendo a função de Psicólogo, para conduzir o Processo Administrativo Disciplinar nº 1205, do ano de 2014, em substituição ao servidor DENILSON DE SOUZA BANDEIRA, nomeado através do Decreto nº 8.551, de 05 de setembro de 2014.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 23 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 23/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.217 DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.217 DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Terapeuta Ocupacional, MÁRIO CÉSAR DEUNISIO, Matrícula Funcional nº 000457, Registro no Sistema Sob nº 954493, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 22 de setembro de 2014 a 01 de outubro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 22 de Setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 22/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 1.383 DE 23 NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.383

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI Nº 1.382 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.382 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1990

AUTORIZA ADQUIRIR BENS IMÓVEIS.

FRANCISCO KOEHLER, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições faz saber, a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica criado o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, por sessão de direitos, um imóvel com área de 3.622,50 m² (três mil, seiscentos e vinte e dois virgula cinquenta decímetros quadrados) com as seguintes confrontações: faz frente com 17,50 m² com a Rua João Pio Schindler, fundos com 17,50 m² Rio Bateias, lado direito com 207,00 m² com a Senhora Gertrudes Chemim, lado esquerdo com 207,00 m² Senhor Carlos Nossol, terreno situado na localidade de Bateias de Baixo neste Município.

Art.2º- A aquisição a que se refere o caput do Artigo 1º será do Sr. Ronaldo Fuckner, pelo valor de CR\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Parágrafo único. O imóvel será destinado para implantação da sede do Clube de Idosos Sagrada Família do Distrito de Bateias de Baixo.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 1.323 e 1.368.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 20 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria, aos vinte dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI Nº 1.381 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.381

AUTORIZA AUMENTO DE 20% NA TABELA DO QUADRO DE PES-SOAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.380 DE 20 DE NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.380

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EX-CESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 20 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.379 DE 13 DE NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.379

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-RECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.378 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.378

AUTORIZA DOAÇÃO DE IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL À QUÍ-MICA INDUSTRIAL SÃO BENTO LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 06 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.377 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.377

AUTORIZA DOAÇÃO DE IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL À MA-DEIREISUL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 06 de novembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de novembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.376 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.376

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EX-CESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 30 de outubro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.375 DE 30 DE OUTUBRO DE 1990

LEI Nº 1.375

AUTORIZA HOMOLOGAR DECRETO Nº 782 DE 21 DE AGOSTO DE 1990.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 30 de outubro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.374 DE 30 DE OUTUBRO DE 1990

LEI Nº 1.374

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.373 DE 17 DE OUTUBRO DE 1990

LEI Nº 1.373

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.372 DE 30 DE OUTUBRO DE 1990

LEI Nº 1.372

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesete dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.371 DE 02 DE OUTUBRO DE 1990

LEI Nº 1.371

AUTORIZA CONGELAR BTN REFERENTE AO PAGAMENTO DO IPTU.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de outubro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de outubro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.370 DE 27 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.370

AUTORIZA A APLICAR RECURSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 27 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.369 DE 27 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.369

AUTORIZA ALTERAÇÃO DE VAGAS PARA CONCURSO NO QUADRO DE PESSOAL APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.329.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 27 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.368 DE 27 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.368

AUTORIZA CONGELAR BTN REFERENTE AO PAGAMENTO DO IPTU.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 27 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.367 DE 25 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.367

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO NO VALOR DE CR\$ 3.000,00
RETROATIVO AO MÊS DE AGOSTO DE 1990.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 25 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e
cinco dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.366 DE 25 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.366

AUTORIZA ALTERAÇÃO DE VAGAS PARA CONCURSO PÚBLICO NO
QUADRO DE PESSOAL APROVADO PELA LEI Nº 1.329.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 25 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e
cinco dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.365 DE 25 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.365

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 25 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e
cinco dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.364 DE 18 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.364

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EX-
CESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 18 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito
dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.363 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.363

AUTORIZA A EFETUAR PAGAMENTO COM PUBLICAÇÃO À NOTÍ-
CIA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze
dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.362 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.362

AUTORIZA A EFETUAR PAGAMENTO COM PUBLICAÇÃO NOS JOR-
NAIS À NOTÍCIA NO VALOR DE CR\$ 15.000,00 (CINCO MIL CRU-
ZEIROS) E NA INFORMAÇÃO NO VALOR DE CR\$ 5.000,00 (CINCO
MIL CRUZEIROS).

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze
dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.361 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.361

AUTORIZA EFETUAR PAGAMENTO COM A RÁDIO SÃO BENTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze
dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.360 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.360

AUTORIZA A FIRMAR CONTRATO COM A RÁDIO SÃO BENTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.359 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.359

AUTORIZA A ALTERAR A TABELA DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO, AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 802 DE 03 DE DEZEMBRO DE 1984.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.358 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.358

AUTORIZA A EFETUAR PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE ADVOGACIA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.357 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.357

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.356 DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.356

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 776 DE 24 DE AGOSTO DE 1990.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.355 DE 04 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.355

AUTORIZA DESPESAS COM TRANSPORTES PARA ENSINO SUPERIOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 04 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.354 DE 04 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.354

AUTORIZA EFETUAR PAGAMENTO COM DESPESAS DAS FESTIVIDADES DO DIA 7 DE SETEMBRO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 04 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.353 DE 04 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.353

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 04 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro
dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.352 DE 04 DE SETEMBRO DE 1990

LEI Nº 1.352

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 04 de setembro de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro
dias do mês de setembro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.351 DE 28 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.351

AUTORIZA EFETUAR DESPESAS COM DIVULGAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e
oito dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.350 DE 28 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.350

AUTORIZA A FIRMAR CONTRATO COM A FIRMA V. GIRARDI PRO-
DUÇÕES ARTÍSTICAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e

oito dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.349 DE 28 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.349

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e
oito dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.348 DE 20 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.348

APROVA QUADRO DE VAGAS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte
dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.347 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.347

CONCEDE AUMENTO SALARIAL, AOS FUNCIONÁRIOS, OPERÁ-
RIOS, OPERADORES DE MÁQUINAS, PROFESSORES, ESTAGIÁ-
RIOS E INATIVOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze
dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.346 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.346

AUTORIZA ALTERAÇÃO DE VAGAS PARA CONCURSO NO QUADRO DE PESSOAL APROVADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.329

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.345 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.345

AUTORIZA A INSTALAÇÃO DE UM POSTO DE GASOLINA NA LOCALIDADE DE SÃO MIGUEL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.344 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.344 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Amaury Schwarz, Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - Fica criado o Fundo Municipal de Saúde - FMS, cujo objetivo é o desenvolvimento dos programas de trabalho relacionado com a saúde individual e com o meio ambiente, coordenados pelo Departamento de Saúde ou equivalente.

Art.2º- Constituem recursos financeiros do Fundo:

- I - As dotações constantes do orçamento geral do Município;
- II - As contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;
- III - As receitas oriundas de Convênios, acordos e contratos celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas, cuja execução seja, da competência da Secretaria Municipal de Saúde ou equivalente.
- IV - As dotações recebidas de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos nacionais ou estrangeiros;
- V - O produto de alienação de material ou equipamentos inservíveis;
- VI - A remuneração oriunda de aplicações financeiras;
- VII - Outras receitas especificamente destinadas ao Fundo;

Art.3º- A Administração do FMS será feita pelo Departamento Municipal de Saúde, através da Unidade de Administração Financeira ou equivalente.

Art.4º- O Decreto do Poder Executivo aprovará o Regulamento do Fundo criado por esta Lei, e baixará os atos complementares necessários.

Art.5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

AMAURY SCHWARZ

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrada e publicada a presente lei nesta Secretaria, aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

Lei Nº 1.343 de 15 de Agosto de 1990

LEI Nº 1.343

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 772 DE 31 DE JULHO DE 1990.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.342 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.342

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 771 DE 17 DE JULHO DE 1990.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.341 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.341

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 766 DE 02 DE JULHO DE 1990.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.340 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.340

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 769 DE 10 DE JULHO DE 1990.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.339 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.339

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.338 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.338

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.337 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.337

AUTORIZA O EMPRÉSTIMO DE MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.336 DE 15 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.336

AUTORIZA CONCEDER ALVARÁ DE LICENÇA DE COMÉRCIO AMBULANTE PARA CASA BETHÂNIA MARIA DOS APÓSTOLOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.335 DE 07 DE AGOSTO DE 1990

LEI Nº 1.335

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 07 de agosto de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de agosto de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.334 DE 03 DE JULHO DE 1990

LEI Nº 1.334

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRAIR EMPRÉSTIMO COM O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA BADESC S/A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 03 de julho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de julho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.333 DE 26 DE JUNHO DE 1990

LEI Nº 1.333

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/sc, 26 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.332 DE 20 DE JUNHO DE 1990

LEI Nº 1.332

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.331 DE 20 DE JUNHO DE 1990

LEI Nº 1.331

AUTORIZA DOAR CESTA DE ALIMENTOS A TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.330 DE 20 DE JUNHO DE 1990

LEI Nº 1.330

AUTORIZA CONCEDE AUMENTO SALARIAL AS PROFESSORAS, INATIVOS E ESTAGIÁRIOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.329 DE 19 DE JUNHO DE 1990

LEI Nº 1.329

AUTORIZA ENQUADRAMENTO DE PESSOAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de junho de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.328 DE 19 DE JUNHO DE 1990

LEI Nº 1.328

DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de junho de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.327 DE 19 DE JUNHO DE 1990

LEI Nº 1.327

AUTORIZA PAGAMENTO DE CARLOS LUIZ WEBER.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.326 DE 19 DE JUNHO DE 1990

LEI Nº 1.326

AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA COM A INTERVENIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA E A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.325 DE 19 DE JUNHO DE 1990

LEI Nº 1.325

AUTORIZA A CONTRATAR PESSOAL COM PRAZO DETERMINADO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI 1.324 DE 19 DE JUNHO DE 1990

LEI 1.324 DE 19 DE JUNHO DE 1990

CRIA O CLUBE DO IDOSO SAGRADA FAMÍLIA, NO DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO NESTE MUNICÍPIO.

Francisco Koehler, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica citado o CLUBE DO IDOSO "SAGRADA FAMÍLIA", no Distrito de Bateias de Baixo, neste Município.

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 19 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

Lei 1.323 de 13 de Junho de 1990

LEI Nº 1.323

AUTORIZA A ADQUIRIR BENS IMÓVEIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.322 DE 12 DE JUNHO DE 1990

LEI Nº 1.322

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de junho de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de junho de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.321 DE 29 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.321

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS ATIVOS, INATIVOS E ESTAGIÁRIOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.320 DE 29 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.320

AUTORIZA A ADQUIRIR UM VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO PARA AMBULÂNCIA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.319 DE 29 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.319

AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM O PROURB.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.318 DE 29 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.318

AUTORIZA A ADQUIRIR POR COMPRA UMA MOTONIVELADORA NOVA E UM ROLO COMPACTADOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.317 DE 29 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.317

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e

nove dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.316 DE 29 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.316

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.315 DE 29 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.315

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.314 DE 29 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.314

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.313 DE 22 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.313

AUTORIZA A CONTRATAR PESSOAL COM PRAZO DETERMINADO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de maio de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.312 DE 22 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.312 DE 22 DE MAIO DE 1990

AUTORIZA A RECEBER DOAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPO ALEGRE, UMA ÁREA DE 3.000M² DE TERRA.

Francisco Koelher, Prefeito Municipal de Campo Alegre, usando das atribuições que a ele são conferidas por Lei faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação da Associação de Moradores de Campo Alegre, uma área de terra de 3.000m² (três mil metros quadrados), sito no loteamento do conjunto Habitacional "Bela Vista", quadra 01, fazendo frente para a Rua "B", um lado confronta com a área verde nº 05, outros lados co herdeiros de Pedro Gorniack, e o outro lado com a área verde nº 01, na rua Cel. Raymundo Munhoz, nesta cidade de Campo Alegre.

Art.2º) A área que se refere o artigo anterior desta lei destina-se à construção de uma Escola Municipal e uma Creche Municipal.

Art. 3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º) Revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 22 de maio de 1990.

FRANCISCO KOELHER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta secretaria aos vinte e dois dias do mês de maio de um mil, novecentos e noventa.

SARAH T. D.MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.311 DE 22 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.311

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de maio de 1990.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI 1.310 DE 15 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.310 DE 15 DE MAIO DE 1990

ESTABELECE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALÉGRE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Francisco Koelher, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO ÚNICO

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES E DOS INSTRUMENTOS DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

Art.1º) As atividades do governo municipal abrangem os seguintes princípios:

I - Planejamento;

II - Execução;

III - Coordenação;

Parágrafo Único - São instrumentos de realização destas atividades.

I - Controle;

II - Delegação de competências ou de atribuições;

III - Descentralização.

SEÇÃO I

DO PLANEJAMENTO

Art.2º) O governo municipal adotará o planejamento como instrumento de ação permanente para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social, cultural da comunidade, bem como para a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros da Prefeitura Municipal.

§1º) O Planejamento compreenderá a elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos básicos:

I - Plano Pluvial;

II - Diretrizes Orçamentárias;

III - Orçamentos Anuais;

IV - Plano Diretor de Desenvolvimento;

V - Programa Anual de Trabalho.

§2º) A elaboração e execução do planejamento municipal deverão guardar inteira consonância com os planos e programas da União e do Estado e da lei orgânica municipal.

§3º) O Governo Municipal estabelecerá, na elaboração e execução de seus programas, o critério de propriedade da obra ou serviço e do atendimento do interesse coletivo, estabelecida na lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO II

DA EXECUÇÃO

Art.3º) Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e as normas regulamentares, observados os critérios de organização, racionalização e produtividade.

Parágrafo Único. Os serviços de execução são obrigados a respeitar, na solução de todo e qualquer caso e no desempenho de suas competências, os princípios, critérios, normas e programas estabelecidos pelos órgãos de direção a quem estiverem subordinados ou vinculados.

SEÇÃO III DA COORDENAÇÃO

Art.4º) As atividades da administração municipal, especialmente a execução de planos e programas de governo, serão de permanente coordenação.

Art.5º) A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante atuação das chefias individuais, realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões em cada nível administrativo.

SEÇÃO IV DO CONTROLE

Art. 6º) O controle das atividades da administração deve ser exercido em todos os órgãos e em todos os níveis, compreendendo:

I - O controle, pela chefia competente, da execução dos planos e dos programas e da observância das normas que governam a atividade específica do órgão controlado;

II - O controle da aplicação do dinheiro público e da guarda dos bens do município pelos órgãos de administração financeira e patrimonial.

SEÇÃO V DA DELEGAÇÃO DE COMPETENCIA OU DE ATRIBUIÇÕES

Art.7º) A delegação de competência ou de atribuições como instrumento de descontração administrativa, objetivando mais rapidez as decisões, situando-se na proximidade dos órgãos, fatos, pessoas ou problemas a atender.

Art.8º) É facultado ao Prefeito Municipal, e, em geral, aos dirigentes de órgãos, delegar competência para a prática de atos administrativos, conforme disposto em regulamento e ressalva a competência de cada um.

§1º) O ato de delegação de competência indicará a autoridade delegada e as atribuições objeto da delegação.

§2º) Ao Prefeito Municipal cabe responsabilidade solidária na delegação de poderes.

SEÇÃO III DA DESCENTRALIZAÇÃO

Art.9º) A execução das atividades da administração municipal deverá ser, tanto quanto possível, descentralização.

Art.10) O governo municipal recorrerá, para a execução de obras e serviços, sempre que admissível e aconselhável, mediante contato, concessão, permissão ou convenio, a órgãos ou entidades do setor público estadual, federal ou a entidades do setor privado, de forma a alcançar melhor rendimento evitando novos encargos permanentes e a ampliação desnecessária do quadro de servidores.

Art.11) A administração municipal deverá promover a integração da comunidade na vida político-administrativa do município, através dos órgãos coletivos, compostos de servidores municipais, representantes de outras esferas de governo e dos municípios de destacada atração ou conhecimento dos problemas locais, regionais e nacionais.

TÍTULO II CAPÍTULO ÚNICO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art.12) A estrutura organizacional básica do governo do município compõe-se dos seguintes órgãos:

I - Órgão da Assistência e Assessoramento direto e imediato ao

Prefeito Municipal:

- Gabinete do prefeito;
- Assessoria;

II - * Órgãos de autoridades auxiliares:

- Departamento da administração;
- Divisão de pessoal;
- Divisão de material e de patrimônio;
- Divisão de expediente e serviços especiais;
- Divisão de segurança pública;
- * Departamento de finanças;
- Divisão de orçamento e contabilidade;
- Divisão de controle tributário;
- Serviços de cadastros;
- Serviços de tributação e fiscalização
- Tesouraria;

III - Órgão de Atividades Específicas;

* Departamento de desenvolvimento econômico e meio-ambiente.

- Divisão de meio ambiente;
- Divisão de agropecuária e pesca;
- Divisão de indústria e comércio;
- Divisão de atividades artesanais;
- Divisão de turismo;
- * Departamento de Saúde e Desenvolvimento Comunitário;
- * Divisão de saúde
- Serviços básicos de saúde;
- Setor de farmácia e laboratório;
- Serviços de vigilância sanitária;
- * Divisão de Desenvolvimento Comunitário;
- Serviço de promoção social;
- Serviço de assistência ao mesmo;
- * Departamento de Obras, Serviços Públicos e Viação;
- Divisão municipal de estradas de rodagem;
- Divisão de obras e urbanismo;
- Serviços de projetos;
- Serviços públicos;
- Serviços urbanos;
- * Departamento de Educação, Cultura e Esporte;
- Divisão de educação;
- Serviços de ensino pré-primário;
- Serviços de ensino de 1º grau;
- Serviços de ensino de 2º grau;
- Divisão de cultura;
- Divisão de esportes;
- IV - Órgão Autônomo;
- Fundo Municipal de Saúde;
- V - Entidades de Administração Descentralizada;
- Fundação Cultural de Campo Alegre;

TÍTULO III DAS COMPETENCIAS DOS ORGÃOS.

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DE ASSISTENCIA E ASSESSORAMENTO DIRETO E IMEDIATO AO PREFEITO MUNICIPAL

SEÇÃO I DO GABINETE DO PREFEITO

Art.13) Ao gabinete do Prefeito, compete prestar assistência ao chefe do Poder Executivo no desempenho de suas atribuições e, em especial atendimento ao público e articulação com as autoridades públicas federais, estaduais, regionais e municipais.

SEÇÃO II DA ASSESSORIA

Art.14) A assessoria compete prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao prefeito e as unidades organizacionais internas da prefeitura.

CAPÍTULO II DO ÓRGÃO DE ATIVIDADES AUXILIARES

SEÇÃO I DO DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

Art.15) O Departamento da administração compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Administração e legislação de pessoal;
- II - Administração patrimonial e de material;
- III - Transportes internos;
- IV - Serviços gerais.

SEÇÃO II DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

Art.16) O Departamento de Finanças compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Execução orçamentária e administrativa contábil;
- II - Cadastro imobiliário e econômico;
- II - Administração tributária;
- IV - Arrecadação;
- V - Administração financeira.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS

SEÇÃO I DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO, ECONOMICO E MEIO-AMBIENTE

Art.17) Ao Departamento de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Promoção e realização de programas de fomento a agropecuária, pesca, indústria, comércio, turismo e todas as atividades produtivas do município.
- II - Incentivo e orientação à formação de associação cooperativas e outras modalidades de organização voltadas para as atividades econômicas;
- III - Promoção e articulação com diferentes órgãos, tanto no âmbito governamental como iniciativa privada, visando ao aproveitamento de incentivos e recursos para o incremento do desenvolvimento da economia do município;
- IV - Fiscalização de dispositivos normativos de defesa ambiental, vegetal e animal;
- V - Prestação e conservação do meio-ambiente.

SEÇÃO III DO DEPARTAMENTO DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO.

Art.18) O Departamento da Saúde e Desenvolvimento comunitário compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Saúde pública;
- II - Assistência materno-infantil;
- III - Alimentação e nutrição;
- IV - Vigilância sanitária;
- V - Assistência ao menor;
- VI - Orientação e recuperação social;
- VII - Organização e desenvolvimento comunitário.

SEÇÃO III DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E VIAÇÃO.

Art.19) O Departamento de Obras, Serviços Públicos e Viação compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Construção, pavimentação e conservação de estradas, caminhos municipais e vias urbanas;
- II - Construção e conservação de obras públicas municipais;

- III - Desenvolvimento urbano;
- IV - Administração dos serviços públicos em geral;

SEÇÃO IV DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Art.20) O Departamento da Educação e Cultura compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - Educação pré-escolar;
- II - ensino fundamental;
- III - Assistência ao educando;
- IV - Preservação cultural;
- V - Desporto.

CAPÍTULO IV DO ÓRGÃO AUTONOMO

SEÇÃO ÚNICA

Art.21) O Fundo Municipal de Saúde FMS, órgão autônomo, que compõe a organização administrativa da prefeitura reger-se-á por lei e regulamento próprio;
Parágrafo Único. órgão autônomo esta sujeito à orientação e supervisão do Prefeito, sem prejuízo das normas previstas na legislação pertinente.

CAPÍTULO V DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA

SEÇÃO ÚNICA

Art.22) Ao Serviço da Fundação Cultural de Campo Alegre, entidade vinculada e supervisionada, respectivamente, pela Prefeitura Municipal de Campo Alegre, tem sua competência e funcionamento reguladas pelas respectivas leis de criação ou de institucionalização, e pelos demais instrumentos aprovados pelo chefe do Poder Executivo ou pela própria entidade conforme o caso.

TÍTULO IV DA IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA.

Art.23) A Estrutura Administrativa prevista na lei entrará em funcionamento, gradativamente, à medida que os órgãos que a compõe forem sendo implantados, segundo as convivências da administração e as disponibilidades de recursos.

Parágrafo Único. A implantação dos órgãos far-se-á através da eleição das seguintes medidas:

- I - Elaboração e aprovação do regime interno da Prefeitura;
- II - Provimento das respectivas chefias;
- III - Dotação dos órgãos dos elementos materiais e humanos indispensáveis ao seu funcionamento;
- IV - Instrução das chefias com relação às competências que são deferidas pelo regime interno.

Art.24) Quando for baixado o regime interno da Prefeitura previsto nesta lei e provida as respectivas chefias, os órgãos da atual estrutura administrativa, cujas funções correspondem às funções dos órgãos implantados, ficarão automaticamente extintas.

TÍTULO V DO REGIME INTERNO

Art. 25) O Regime Interno da Prefeitura será baixado por decreto do Prefeito, no prazo de 60(sessenta) dias, contados da vigência desta lei.

§1º) O Regime Interno explicitará.

- I - As atribuições específicas e comuns dos servidores investidos nas funções da chefia;

II - As normas de trabalho que, por sua natureza não devem constituir disposições em separado;
III - Outras disposições julgadas necessárias;
§2º) No Regime Interno, O Prefeito Municipal poderá delegar competências as diversas chefias para proferir despachos decisórios, sendo indelegáveis as seguintes atribuições;
I - Iniciativa, sanção, promulgação e veto de leis;
II - Convocação extraordinária da Câmara Municipal;
III - Provimento e vagância dos cargos públicos da prefeitura;
IV - Admissão e contratação de servidores a qualquer título e qualquer que seja a categoria, bem como sua demissão, dispensa, rescisão e revisão de contrato;
V - Aprovação de regimentos;
VI - Aprovação de regulamentos;
VII - Criação, alteração ou extinção de órgãos, autorizados pela Câmara Municipal;
VIII - Abertura de créditos adicionais;
IX - Aprovação de concorrência pública, qualquer que seja o montante ou finalidade;
X - Autorização de despesas;
XI - Aprovação de loteamentos e de suas vistorias;
XII - Concessão de exploração de serviços públicos ou de utilidades públicas, depois autorizadas pela Câmara Municipal;
XIII - Permissão de serviços públicos ou de utilidades públicas a título precário;
XIV - Permissão ou autorização para uso de bens municipais;
XV - Alienação de bens imóveis, pertencentes ao patrimônio municipal, depois de autorizadas pela Câmara;
XVI - Expedição de decretos;
XVII - Celebração de convênios;
XVIII - Decretação de desapropriação e instituição de servidores administrativos;
XIX - Determinação da abertura de sindicâncias e a instauração de processos administrativos de qualquer natureza;
XX - Aquisição de bens imóveis por compra ou permuta, depois de autorizada pela Câmara;
XXI - Quaisquer outros atos que, em virtude de lei ou norma correspondente, devem ser objeto de decreto;

TÍTULO VI DOS CARGOS E FUNÇÕES DE CHEFIA

Art.26) Ficam criados os cargos de provimento em comissão constantes do anexo I desta lei.

Art.27) As funções gratificadas serão instituídas por decreto para atender a encargos de chefia previstos no regime interno, para os quais se tenha criado cargo, e para a direção de unidade de ensino de 1º grau.

§1º) A criação de funções gratificadas da existência de dotação orçamentária para atender as despesas.

§2º) As funções gratificadas não constituem situação permanente, e sim vantagens transitórias pelo efetivo exercício da chefia.

Art.28) As nomeações para os cargos de chefia e as designações para as funções gratificadas obedecerão aos seguintes critérios:

I - Os chefes de Departamentos são de livre nomeação do Prefeito;

II - Os dirigentes de órgãos de nível inferior ao chefe de Departamento serão nomeados ou designados pelo Prefeito, por indicação do respectivo, chefe do departamento.

Parágrafo Único. Somente serão designados para o exercício de função gratificada, servidores públicos municipais ou funcionários federais, estaduais ou de outros municípios e de suas autarquias, postas a disposição da Prefeitura.

TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.29) Fica o Prefeito Municipal autorizado a complementar a estrutura prevista na presente lei, criando através de decreto, os órgãos de níveis hierárquico inferior ao chefe de departamento.

Art.30) Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder no orçamento da Prefeitura com aprovação prévia pela Câmara Municipal, autorizado a proceder os reajustes que se fizerem necessários, no Orçamento da Prefeitura, em decorrência desta lei, respeitados os elementos e as funções.

Art.31) As repartições municipais devem funcionar perfeitamente articuladas em regime de mutua colaboração.

Art.32) A Prefeitura dará atenção especial ao treinamento dos seus servidores, fazendo-os, na medida das disponibilidades financeiras do município e das conveniências dos servidores, freqüentar cursos e estágios especiais de treinamento e aperfeiçoamento.

Art.33) Fica o Prefeito Municipal autorizado a participar de consórcios com outros municípios da Amunesc, e por intermédio desta associação cuja finalidade específica será a de viabilizar a correção e o desenvolvimento racional e harmônico da região como um todo ou em parte.

Art.34) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de maio de 1990.
FRANCISCO KOELHER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria aos quinze dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI 1.309 DE 08 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.309

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O PERÍODO DE 1990 À 1993.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de maio de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI 1.308 DE 08 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.308

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de maio de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI 1.307 DE 08 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.307

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de maio de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de maio de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI 1.306 DE 08 DE MAIO DE 1990

LEI Nº 1.306

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de maio de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI 1.305 DE 24 DE ABRIL DE 1990

LEI Nº 1.305

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de abril de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de abril de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI 1.304 DE 24 DE ABRIL DE 1990

LEI Nº 1.304

AUTORIZA A AUMENTAR O VALOR DA SUBVENÇÃO CONCEDIDA À FECAMPO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de abril de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de abril de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI 1.303 DE 24 DE ABRIL DE 1990

LEI Nº 1.303

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANUALÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de abril de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de abril de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI 1.302 DE 05 DE ABRIL DE 1990

LEI Nº 1.302

DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de abril de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de abril de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI 1.301 DE 05 DE ABRIL DE 1990

LEI Nº 1.301

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de abril de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de abril de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI 1.300 DE 03 DE ABRIL DE 1990

LEI Nº 1.300

AUTORIZA DESPESAS COM TRANSPORTES PARA ENSINO SUPERIOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 03 de abril de 1990.

FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de abril de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.299 DE 27 DE MARÇO DE 1990

LEI Nº 1.299 DE 27 DE MARÇO DE 1990

INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Francisco Koelher, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.1º) Fica instituída a Contribuição de melhoria, que será arrecadada dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas e terá como limite total à despesa realizada.

Art.2º) O lançamento da Contribuição de Melhoria, será procedido de ato que conterá os seguintes elementos.

I - Memorial descritivo do Projeto;

II - Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;

IV - Delimitação da zona beneficiada;

V - Determinação do fator de abstração do benefício para toda a zona ou cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

Parágrafo Único - Será obrigatória a publicação na imprensa local do seu início, sendo computados na apuração dos custos a que se refere o item III, das despesas relativas a estudos, administração e encargos de financiamentos.

Art.3º) Poderão os interessados ou entidades que o representante impugnar qualquer dos elementos referidos no artigo anterior, no prazo máximo de 30(trinta) dias a contar da data da última publicação do lançamento.

CAPÍTULO II INCIDÊNCIA

Art.4º) Será exigida a contribuição de melhoria pela execução de qualquer das obras a seguir:

I - Abertura e pavimentação;

II - Construção de estradas de ferro, construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem.

CAPÍTULO III

SUJEITO PASSIVO

Art.5º) É responsável pelo pagamento da contribuição de melhoria, o proprietário do imóvel, ao tempo do respectivo lançamento.

§1º) Nos casos de enfiteuse, será responsável pelo pagamento o enfiteuta.

§2º) Em caso de ocupação, qualquer título de terra de domínio público, responde pela contribuição de melhoria, o ocupante do imóvel.

§3º) Os bens em condomínio serão considerados como propriedade de um só contribuinte, cabendo a ele exigir dos condomínios as parcelas correspondentes.

CAPÍTULO V

ISENÇÃO

Art. 6º) São isentos da contribuição de melhoria:

I - Os tempos de qualquer culto, no que se refere à parte fronteira da constituição em relação ao logradouro público, numa extensão de até 50(cinquenta) metros de testada, inclusive quando se tratar de área de influência;

II - O imóvel pertencente à União e ao Estado, que conceder tratamento recíproco;

III - As entidades beneficentes, culturais e esportivas que atendam os quesitos previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional.

CAPÍTULO V

CALCULO DO MONTANTE

Art.7º) A distribuição do montante global da contribuição de melhoria se fará, entre os contribuintes, proporcionalmente à participação na soma de um dos seguintes grupos de elementos:

I - Testada da propriedade territorial.

CAPÍTULO VI

LANÇAMENTO

Art. 9º) Do lançamento da contribuição de melhoria, observando o que dispõe o artigo 2º, será notificado o responsável pela obrigação principal, informando-se-lhe quanto:

I - Ao montante do crédito tributário.

II - Forma e prazo de pagamento;

III - Elemento que integrarem o cálculo do montante.

IV - Prazo concedido para reclamação.

Parágrafo Único - Não serão efetuados no decurso do prazo mencionado no artigo 3º.

Art.10) Compete a Secretaria de Finanças lançar a contribuição de melhoria, com base nos elementos que lhe forem fornecidos pela repartição executora da obra ou melhoramento.

Art.11) A impugnação, referida no artigo 3º, suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela, manterá ou conceberá.

§1º) Mantido o lançamento, considera-se em curso o prazo nele fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

§2º) O cancelamento do lançamento nos termos deste artigo não elide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

Art.12) No caso de fracionamento de imóvel já lançado, poderá o lançamento mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis em que efetivamente se fracionar o primitivo.

CAPÍTULO VII
PAGAMENTO

Art.13) Os contribuintes pessoa físicas jurídicas, que tenham terreno com até 30(trinta) metros de testada, terão o lançamento da contribuição de melhoria, conforme segue:

I - Contribuinte pessoa física, com renda familiar mensal bruta de 01(um) PNS (Piso Nacional de Salários), estarão isentos do valor tributável.

II - Contribuinte pessoa física, com renda familiar mensal bruta de 1 á 3 (um a três) PNS (Piso Nacional de Salários), parcelamento em até 18(dezoito) prestações mensais, iguais e sucessivas;

III - Contribuinte pessoa física, com renda familiar mensal bruta de 3 a 5 PNS (Piso Nacional de Salários), parcelamento em até 18(dezoito) prestações mensais, iguais e sucessivas;

IV - Contribuinte pessoa física, com renda familiar mensal bruta de 5 a 8 PNS (Piso nacional de Salários), parcelamento em até 12(doze) prestações mensais, iguais e sucessivas;

V - Contribuinte pessoa física, com renda familiar mensal bruta de 8(oito) a mais PNS (Piso Nacional de Salários), parcelamento em até 6(seis) prestações mensais, iguais e sucessivas;

VI - Contribuinte pessoa jurídica, parcelamento em até 6(seis) prestações mensais, iguais e sucessivas;

§1º) Os valores decorrentes do parcelamento serão atualizados monetariamente, através do índice de variação da BTN (Bônus do Tesouro Nacional) ou qualquer outro índice que for utilizado pelo Governo Federal, para créditos públicos;

§2º) Ao valor de cada parcela corrigida será acréscimo 1% (um por cento) de juros ao mês, não cumulativos.

§3º) O contribuinte que desejar recolher o tributo em uma parcela, à vista, será concedido um desconto especial de 20% (vinte por cento).

Art.14) Ficam isentos do pagamento da contribuição de melhoria o imóvel pertencente aos órfãos de pais, recebidos por doação ou herança, quando menores ou incapazes e cujos rendimentos não ultrapassarem a 1 (um) PNS (Piso Nacional de Salários), desde que residam neste imóvel.

Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a cancelar os lançamentos já efetuados, para aqueles contribuintes que se enquadrem no " caput" deste artigo.

Art.15) Os contribuintes pessoas físicas ou jurídicas, que tenham terreno com mais de 30(trinta) metros de testada, terão o lançamento da contribuição de melhoria, conforme decisão do Poder Executivo, estudada individualmente.

Art.16) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.17) Revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 27 de março de 1990.

FRANCISCO KOELHER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de março de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

LEI Nº 1.298 DE 20 DE MARÇO DE 1990

LEI Nº 1.298

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de março de 1990.

FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de março de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.297 DE 27 DE MARÇO DE 1990

LEI Nº 1.297

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de março de 1990.

FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de março de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.296 DE 13 DE MARÇO DE 1990

LEI Nº 1.296

AUTORIZA A CONTABILIZAR DESPESA COM PUBLICAÇÃO DE JORNAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de março de 1990.

FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de março de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.295 DE 13 DE MARÇO DE 1990

LEI Nº 1.295

AUTORIZA A EFETUAR PAGAMENTO À LIGA NORTE CATARINENSE DE CICLISMO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 13 de março de 1990.

FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos treze dias do mês de março de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.294 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.294

AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA - ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" LTDA - COPESA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 27 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.293 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.293

AUTORIZA ADQUIRIR VEÍCULO USADO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 27 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.292 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.292

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 27 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.291 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.291

AUTORIZA A RECEBER DEVOLUÇÃO DE ÁREA DE TERRA DA COHAB.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 27 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.290 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.290

AUTORIZA CONTABILIZAR E EFETUAR PAGAMENTO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.289 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.289

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.288 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.288

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos

dezenove dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.287 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.287

ATUALIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 726.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.286 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.286

ATUALIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 725.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.285 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.285

ATUALIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 723.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.284 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.284

ATUALIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 722.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.283 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.283

ATUALIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 720.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.282 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.282

ATUALIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 719.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.281 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.281

ATUALIZA O SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/ SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de fevereiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.280 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1990

LEI Nº 1.280 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1990
AUTORIZA ADQUIRIR ÁREA DE TERRA.

Francisco Koelher, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a adquirir por compra ou outra forma legal um imóvel com área de 1.253,18 m² (um mil, duzentos e cinquenta e três metros quadrados e dezoito centímetros quadrados), sito na localidade de Bateias de Baixo, neste Município de Campo Alegre/sc, da senhora Maria Neuza Quepe.

Art.2º) O valor da referida aquisição será de NC\$30.000,00 (trinta mil cruzados novos).

Art.3º) O referido imóvel destina-se à implantação de uma Creche e Jardim de Infância.

Art.4º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 12 de fevereiro de 1990.
FRANCISCO KOELHER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria aos doze dias do mês de fevereiro de 1990.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora de Finanças

Lei Nº 1.279 de 16 de Janeiro de 1990

LEI Nº 1.279
AUTORIZA A ADQUIRIR VEÍCULO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 16 de janeiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezeses dias do mês de janeiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.278 DE 16 DE JANEIRO DE 1990

LEI Nº 1.278
AUTORIZA PAGAMENTO REFERENTE À PATRULHA RODOVIÁRIA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 16 de janeiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezeses dias do mês de janeiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.277 DE 16 DE JANEIRO DE 1990

LEI Nº 1.277
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS (FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA RODOVIÁRIA (FEAR).

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 16 de janeiro de 1990.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezeses dias do mês de janeiro de 1990.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.276 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.276
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SECRETÁRIA PARA A CÂMARA MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.275 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.275
ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1990.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.274 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.274

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 1990 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.273 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.273

AUTORIZA HOMOLOGAR O DECRETO Nº 709.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.272 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.272

ALTERAÇÃO DO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS SITUADOS NO PERÍMETRO URBANO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

Lei Nº 1.271 de 28 de Novembro de 1989

LEI Nº 1.271

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.270 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.270

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.269 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.269

AUTORIZA PAGAMENTO AO IBAM.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.268 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.268

AUTORIZA PAGAMENTO À CIA. CATARINENSE DE RÁDIO E TELEVISÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.267 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.267

DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.266 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.266

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS, OPERADORES DE MÁQUINAS, OPERÁRIOS, ESTAGIÁRIOS E INATIVOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.265 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.265

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.264 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.264

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM PROURB.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 07 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.263 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.263

AUTORIZA A ALIENAR BENS MÓVEIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 07 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.262 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.262

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 07 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.261 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.261

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE NATAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 07 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.261 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.261

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE NATAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 07 de novembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos sete dias do mês de novembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.260 DE 31 DE OUTUBRO DE 1989

LEI Nº 1.260

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE - SEDUMA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de outubro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de outubro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.259 DE 24 DE OUTUBRO DE 1989

LEI Nº 1.259

AUTORIZA A EFETUAR PAGAMENTO À PH& F COMUNICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de outubro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de outubro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.258 DE 17 DE OUTUBRO DE 1989

LEI Nº 1.258

AUTORIZA DAR AUMENTO AOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.257 DE 17 DE OUTUBRO DE 1989

LEI Nº 1.257

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de outubro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.256 DE 17 DE OUTUBRO DE 1989

LEI Nº 1.256 DE 17 DE OUTUBRO DE 1989

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de outubro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de outubro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.255 DE 10 DE OUTUBRO DE 1989

LEI Nº 1.255

AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de outubro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.254 DE 10 DE OUTUBRO DE 1989

LEI Nº 1.254

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de outubro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.253 DE 10 DE OUTUBRO DE 1989

LEI Nº 1.253

RETIFICA O ARTIGO 1º E 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.231 DE 02 DE AGOSTO DE 1989.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de outubro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de outubro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.252 DE 03 DE OUTUBRO DE 1989

LEI Nº 1.252

AUTORIZA SOLICITAR PARCELAMENTO DO IAPAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 03 de outubro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de outubro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.251 DE 03 DE OUTUBRO DE 1989

LEI Nº 1.251

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE A FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - LBA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 03 de outubro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos três dias do mês de outubro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.250 DE 26 DE SETEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.250

AUTORIZA A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de setembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de setembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.249 DE 26 DE SETEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.249

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de setembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de setembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.248 DE 19 DE SETEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.248

AUTORIZA FIRMAR CONTRATO COM CIRURGIÃO DENTISTA PARA ESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de setembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de setembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.247 DE 12 DE SETEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.247

CONCEDE AUMENTO SALARIAL ASO FUNCIONÁRIOS REGIDOS PELO REGIME CLT, ESTATUTÁRIOS, INATIVOS E ESTAGIÁRIOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de setembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.246 DE 12 DE SETEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.246

AUTORIZA DOAÇÃO DE IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL À LINX TÉCNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de setembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.245 DE 12 DE SETEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.245

ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 882 DE 14 DE OUTUBRO DE 1985.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de setembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.244 DE 12 DE SETEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.244

RETIFICA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.085 DE 27 DE OUTUBRO DE 1987.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de setembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.243 DE 12 DE SETEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.243

AUTORIZA A RETIFICAR O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.092 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1987.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de setembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de setembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.242 DE 05 DE SETEMBRO DE 1989

LEI Nº 1.242

REVOGA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 713.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de setembro de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de setembro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.241 DE 29 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.241

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.240 DE 29 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.240

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.239 DE 29 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.239

AUTORIZA ADQUIRIR POR COMPRA UM VEICULO AUTOMOTOR NOVO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.238 DE 29 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.238

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.237 DE 29 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.237

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DAR ALINHAMENTO AS RUAS DO LOTEAMENTO VICENTE PEREIRA NETO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.236 DE 08 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.236

AUTORIZA HOMOLOGAR DECRETO Nº 689 DE 07 DE JULHO DE 1989.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.235 DE 08 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.235

AUTORIZA HOMOLOGAR DECRETO Nº 695 DE 31 DE JULHO DE 1989.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.234 DE 08 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.234

ALTERA REAJUSTE E ATUALIZA PROVENTOS DE SERVIDOR INATIVO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 08 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.233 DE 08 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.233

ALTERA TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS PARA SERVIÇOS INSTITUÍDOS NO DECRETO LEI Nº 324.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.232 DE 08 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.232

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS FUNIONÁRIOS, OPERADORES DE MÁQUINAS, OPERÁRIOS, PROFESSORES, ESTAGIÁRIOS E INATIVOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.231 DE 08 DE AGOSTO DE 1989

LEI Nº 1.231

AUTORIZA DOAÇÃO DE IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL À ESQUADRIAS DE MADEIRAS MAIKO LTDA - ME.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de agosto de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de agosto de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.230 DE 21 DE JUNHO DE 1989

LEI Nº 1.230

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS, OPERADORES DE MÁQUINA, OPERÁRIOS, PROFESSORES, ESTAGIÁRIOS E INATIVOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 21 de junho de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de junho de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.229 DE 21 DE JUNHO DE 1989

LEI Nº 1.229

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE VIGIAS NOTURNOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 21 de junho de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de junho de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.228 DE 21 DE JUNHO DE 1989

LEI Nº 1.228

REAJUSTA OS SALÁRIOS DOS SERVIDORES E AUTORIZA CONTRATAÇÃO DE SUBSTITUTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 21 de junho de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de junho de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.227 DE 20 DE JUNHO DE 1989

LEI Nº 1.227

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de junho de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.226 DE 20 DE JUNHO DE 1989

LEI Nº 1.226

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER APLICAÇÃO NO MERCADO ABERTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 20 de junho de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte dias do mês de junho de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.225 DE 15 DE JUNHO DE 1989

LEI Nº 1.225

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de junho de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de junho de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.224 DE 06 DE JUNHO DE 1989

LEI Nº 1.224

AUTORIZA DA AJUDA FINANCEIRA A ESTUDANTES DO 2º GRAU.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 06 de junho de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de junho de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.223 DE 29 DE MAIO DE 1989

LEI Nº 1.223

CONCEDE AUMENTO SALARIAL AOS FUNCIONÁRIOS OPERADORES DE MÁQUINAS, OPERÁRIOS, PROFESSORES, ESTAGIÁRIOS E INATIVOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de maio de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de maio de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.222 DE 08 DE MAIO DE 1989

LEI Nº 1.222

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO AUXILIAR NAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DAS CASAS DE MUTIRÃO DA SEDE DE BATEIAS DE BAIXO E FRAGOSOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de maio de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de maio de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.221 DE 28 DE ABRIL DE 1989

LEI Nº 1.221 DE 28 DE ABRIL DE 1989

AUTORIZA DOAÇÃO AO CLUBE RECREATIVO UNIÃO BATEIAS, PARA CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIO, SEDE E DEMAIS BENFEITÓRIAS.

Francisco Koelher, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar por doação o Clube Recreativo União Bateias a área de terra existente na localidade de Bateias de Baixo com área de 12.100m² que destina-se a construção do estádio, sede e demais benfeitorias dentro das normas da Prefeitura.

Art.2º) Em caso de extinção da referida sociedade, automaticamente o referido imóvel e benfeitorias construídas voltarão a pertencer ao Patrimônio Municipal.

Art.3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 28 de abril de 1989.

FRANCISCO KOELHER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a seguinte lei nesta secretaria aos 28 de abril de 1989.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

LEI Nº 1.220 DE 28 DE ABRIL DE 1989

LEI Nº 1.220

ALTERA LEI 1.161 DE 26 DE SETEMBRO DE 1988 REFERENTE A COBRANÇA DA TIP.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de abril de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de abril de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.219 DE 28 DE ABRIL DE 1989

LEI Nº 1.219

RETIFICA ÁREAS DE DOAÇÃO ISENTAS DE ITBI NA LOCALIDADE DE BATEIAS DE BAIXO CITADAS NAS LEIS Nº 1.208 E Nº 1.209.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de abril de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de abril de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.218 DE 18 DE ABRIL DE 1989

LEI Nº 1.218

AUTORIZA A FIRMAR CONTRATO COM A AMUNESC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 18 de abril de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de abril de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.217 DE 11 DE ABRIL DE 1989

LEI Nº 1.217

AUTORIZA DAR AJUDA FINANCEIRA A ESTUDANTES DO 2º GRAU.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 11 de abril de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos onze dias do mês de abril de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.216 DE 21 DE MARÇO DE 1989

LEI Nº 1.216

ISENTA O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI DE ALUGUEL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 21 de março de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de março de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.215 DE 21 DE MARÇO DE 1989

LEI Nº 1.215

AUTORIZA EFETUAR PAGAMENTO "A NOTÍCIA" REFERENTE 1988.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 21 de março de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de março de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.214 DE 21 DE MARÇO DE 1989

LEI Nº 1.214

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DAS SEGUINTE DOTAÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 21 de março de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de março de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.213 DE 21 DE MARÇO DE 1989

LEI Nº 1.213

REAJUSTA OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS E ESTAGIÁRIOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 21 de março de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de março de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.212 DE 14 DE MARÇO DE 1989

LEI Nº 1.212

AUTORIZA A EFETUAR PAGAMENTO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1988.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de março de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.211 DE 14 DE MARÇO DE 1989

LEI Nº 1.211

AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DA SEGUINTE DOTAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de março de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.210 DE 14 DE MARÇO DE 1989

LEI Nº 1.210

AUTORIZA A AUXILIAR A CONSTRUÇÃO NA SEDE DA APAE EM SÃO BENTO DO SUL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de março de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.209 DE 14 DE MARÇO DE 1989

LEI Nº 1.209

AUTORIZA A ISENTAR A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPO ALEGRE - ITBI.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de março de 1989.

FRANCISCO KOEHLER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA

Diretor Administrativo

LEI Nº 1.208 DE 14 DE MARÇO DE 1989

LEI Nº 1.208 DE 14 DE MARÇO DE 1989

AUTORIZA DOAR A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPO ALEGRE UMA ÁREA DE TERRA.

Francisco Koelher, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar á Associação de Moradores de Campo Alegre, um imóvel com área de 12.100m² (doze mil e cem metros quadrados) sito na localidade de Bateias de Baixo, neste município.

Art.2º) O imóvel descrito no art.1º desta lei destina-se a construção de um núcleo habitacional em sistema de mutirão.

Art.3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de março de 1989.

FRANCISCO KOELHER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta secretaria aos 14 de março de 1989.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ

Diretora de Finanças

Lei Nº 1.207 de 14 de Março de 1989

LEI Nº 1.207 DE 14 DE MARÇO DE 1989

AUTORIZA DOAR Á ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPO ALEGRE, UMA ÁREA DE TERRA.

Francisco Koelher, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar á Associação de Moradores de Campo Alegre um imóvel com a área de 10.121,32 m² (dez mil, cento e vinte um metros quadrados e trinta e dois centímetros) sito na localidade de Fragosos, neste município.

Art.2º) O imóvel descrito no artigo 1º desta lei, destina-se à construção de um núcleo habitacional em sistema de mutirão.

Art.3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de março de 1989.
FRANCISCO KOELHER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei, nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.206 DE 14 DE MARÇO DE 1989

LEI Nº 1.206
AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO CORRENTE À UVESC - UNIÃO DOS VEREADORES DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de março de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de março de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.205 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.205
AUTORIZA A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DE SANTA CATARINA - ACARESC OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE UM PROGRAMA DE EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 21 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.204 DE 21 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.204

AUTORIZA A EFETUAR PAGAMENTO REFERENTE A TRANSPORTE DE ALUNOS COM A FIRMA AUTO DA SERRA TRANSPORTES LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 21 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.203 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.203

HOMOLOGAÇÃO DO REAJUSTE SOBRE MÃO DE OBRA NO CALÇAMENTO DE BATEIAS DE BAIXO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.202 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.202

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 642 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1988.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.201 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.201

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.200 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.200

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 648 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1988.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.199 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.199

AUTORIZA A HOMOLOGAR O DECRETO Nº 646 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.198 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.198

AUTORIZA PAGAMENTO AO IBAM INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.197 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.197

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ABSTECIMENTO E DA IRRIGAÇÃO E COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.196 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.196

AUTORIZA ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE AS VENDAS A VAREJO DE GÁS LIQUIFEITO DE PETRÓLEO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.195 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1989

LEI Nº 1.195

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - TRANSPORTE ESCOLAR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 02 de fevereiro de 1989.
FRANCISCO KOEHLER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dois dias do mês de fevereiro de 1989.

JUAREZ THADEU CUNHA
Diretor Administrativo

LEI Nº 1.194 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1988

LEI Nº 1.194

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1989.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 30 de novembro de 1988.
JOSÉ ERNESTO FROHENER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de novembro de 1988.

SARAH TEREZINHA DUVOISIN MUNHOZ
Diretora da Fazenda

LEI Nº 4.187 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.187 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 277.146,18 (duzentos e setenta e sete mil, cento e quarenta e seis reais, e dezoito centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 132.146,18
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 15.000,00
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 35.000,00	
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo R\$ 5.000,00	
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.000,00	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e reforma de Unidades Escolares.	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	

440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 80.000,00
	TOTAL	R\$ 277.146,18

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 9.000,00	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.100,00	

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEI Nº 4.188 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.188 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 55.946,77 (cincoenta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0002.2.042 -	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 53.182,36
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.764,41
	TOTAL	R\$ 55.946,77

Art.2º) O créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito.	
02.01 -	Chefia de Gabinete	

04.122.0003.2.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais e Assistenciais do Município	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.896 -	Contribuições R\$ 11.338,70	
335043.00.896 -	Subvenções Sociais R\$ 2.330,00	
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.000,00	
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura Turismo, Esporte e Lazer.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 9.513,66	
13.392.0082.2.016 -	Patrimônio Histórico Municipal.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.764,41
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
	TOTAL	R\$ 55.946,77

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 24 de Setembro de 2014.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.189 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 133 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e

quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339047.00.102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339048.00.102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 2.500,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEI Nº 4.190 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 134 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.488,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.920 -	Despesas Correntes	
330000.00.920 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.920 -	Aplicações Diretas	
339030.00.920 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339032.00.920 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 2.000,00
339036.00.920 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 10.000,00
339039.00.920 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.488,00
339047.00.920 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.000,00
	Total	R\$ 25.488,00.

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
12 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 8.579 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.579 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.187 de 24 de setembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 277.146,18 (duzentos e setenta e sete mil, cento e quarenta e seis reais, e dezoito centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 132.146,18
12.361.0010.2.105 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 15.000,00
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	
449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 35.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.106 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
400000.00.519 -	Despesas de Capital	
440000.00.519 -	Investimentos	
449000.00.519 -	Aplicações Diretas	

449052.00.519 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.361.0013.1.028 -	Construção, Ampliação e reforma de Unidades Escolares.	
400000.00.140 -	Despesas de Capital	
440000.00.140 -	Investimentos	
449000.00.140 -	Aplicações Diretas	
449051.00.140 -	Obras e Instalações	R\$ 80.000,00
	TOTAL	R\$ 277.146,18

Art.2º) Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 9.000,00
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.100,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 24 de Setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.580 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.580 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.188 de 24 de setembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 55.946,77 (cincoenta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
	Remuneração de Pessoal do Gabinete do Prefeito	
04.122.0002.2.042 -	Despesas Correntes	
300000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
310000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319000.00.896 -		

319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 53.182,36
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.764,41
	TOTAL	R\$ 55.946,77

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito.	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.009 -	Subvenção a Entidades Educacionais e Assistenciais do Município	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00.896 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00.896 -	Contribuições R\$ 11.338,70	
335043.00.896 -	Subvenções Sociais R\$ 2.330,00	
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 30.000,00	
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura Turismo, Esporte e Lazer.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 9.513,66	
13.392.0082.2.016 -	Patrimônio Histórico Municipal.	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.764,41
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
	TOTAL	R\$ 55.946,77

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 24 de Setembro de 2014.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.581 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.581 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.189 de 24 de Setembro de 2014; Decreta:
Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339047.00.102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339048.00.102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 2.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 24 de Setembro de 2014.
SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.582 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.582 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA E SUPLEMENTA-OS POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.190 de 24 de setembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 25.488,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e oito reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social	
08.244.0061.2.121-		
300000.00.920 -	Despesas Correntes	
330000.00.920 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.920 -	Aplicações Diretas	
339030.00.920 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339032.00.920 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 2.000,00
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
339036.00.920 -		R\$ 10.000,00
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
339039.00.920 -		R\$ 6.488,00
339047.00.920 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.000,00
	Total	R\$ 25488,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 24 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 24/09/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos**PREFEITURA****Aviso PP 39-2014 Aquisição de Combustível (Gasolina) - Saúde**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 07/10/2014 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL (GASOLINA) VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 25 de Setembro de 2014.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

ATA RG 04/2014 AQUISIÇÃO DE SALGADINHOS FUNDO SOCIAL**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 31/2014****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2014**

No dia 19 do mês de Setembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.850.671/0001-04, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Nelson Cruz, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 21/2014, Processo Licitatório nº. 31/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SALGADOS E REFRIGERANTES, COM ENTREGA PARCELADA, DE ACORDO COM AS DEMANDAS DOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6646	ILIANE APARECIDA RIGO JUNHO 76777570900	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ILIANE APARECIDA RIGO JUNHO 76777570900	13.284.069/0001-36	Ilíane Ap Rigo Junho	767.775.709-00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SALGADOS E REFRIGERANTES, COM ENTREGA PARCELADA, DE ACORDO COM AS DEMANDAS DOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6646 - ILIANE APARECIDA RIGO JUNHO 76777570900						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MINI COXINHA de frango	UN		5.000,000	0,5000	2.500,00
2	MINI CROQUETE DE CARNE	UN		5.000,000	0,5000	2.500,00
3	MINI EMPADA de frango	UN		4.000,000	0,5000	2.000,00
4	MINI PASTEL FRITO (recheio carne)	UN		5.000,000	0,5000	2.500,00
5	MINI SANDUICHE (mini pão, apresuntado, queijo branco, alface).	UN		4.000,000	0,5000	2.000,00
6	MINI SONHO (recheio doce de leite)	UN		4.000,000	0,5000	2.000,00
7	REFRIGERANTE DE COLA acondicionado em garrafa pet com tampa de rosca, contendo 2 litros cada.	UN		100,000	4,5000	450,00
8	REFRIGERANTE DE COLA LIGHT, acondicionado em garrafa pet com tampa de rosca, contendo 2 litros cada.	UN		50,000	4,5000	225,00
9	REFRIGERANTE DE GUARANÁ LIGHT acondicionado em garrafa pet com tampa de rosca, contendo 2 litros cada.	UN		50,000	4,5000	225,00
10	REFRIGERANTE DE GUARANÁ acondicionado em garrafa pet com tampa de rosca, contendo 2 litros cada.	UN		100,000	4,5000	450,00
11	SUCO DE CAIXA 1L (caju, laranja, goiaba, uva, pêssego e morango) Ingredientes: Água, suco concentrado de néctar da fruta, açúcar, acidulante ácido cítrico e aroma natural. NÃO CONTÉM GLÚTEN. Sem adição de conservante.	UN		100,000	5,0000	500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/7

Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7

Processo Nº.: 31/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2014

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 19 de Setembro de 2014.

Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

ILIANE APARECIDA RIGO JUNHO 76777570900

CNPJ: 13.284.069/0001-36

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Nº 15/2014**

DECRETO Nº 15/2014

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS/SC.

O cidadão Rui Jorge Tomazoni, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam APROVADAS as Contas do Prefeito referente ao Exercício de 2012 da Prefeitura Municipal de Campos Novos - SC, conforme parecer exarado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, favorável ao parecer prévio do Tribunal de Contas, relativo ao processo nº. PCP - 13/00348353.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 24 de setembro de 2014.

Rui Jorge Tomazoni
Presidente da Mesa

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação da Homologação do Pregão Presencial Nº PMC 106/20114**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/14

HOMOLOGAÇÃO: 24/09/14

CONTRATADO: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE ESPAÇOS EM CM2 (CENTÍMETRO QUADRADO) EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

DATA: 24/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 03/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/14

HOMOLOGAÇÃO: 24/09/14

CONTRATADO: ON LINE COMERCIO DE BOLSAS LTDA - EPP CON-

TRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 500 PASTAS MODELO DIPLOMATA E

500 CANETAS PERSONALIZADAS, DESTINADOS AO CREAS. VA-

LOR DA DESPESA: R\$ 8.535,00 (oito mil quinhentos e trinta e cinco reais)

DATA: 24/09/14

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 108/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 158/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 108/2014

ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital de Pregão acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 07/10/2014, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 14h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 8.535,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 5/2014

Licitação.....: 3/2014 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 500 PASTAS MODELO DIPLOMATA E 500 CANETAS PERSONALIZADAS, DESTINADOS AO CREAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 111040948	- Pasta modelo diplomata, tamanho mínimo 63 cm x 32 cm - Unidade: UN						
16295	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS LTDA - EPP	G10	500,000	0,0000	15,8000	7.900,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 111040949	- Canetas com corpo em metal, cor prata, detalhe em borracha - Unidade: UN						
16295	ON LINE COMERCIO DE BOLSAS LTDA - EPP	Xbz	500,000	0,0000	1,2700	635,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -/...../.....	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -/...../.....	EQUIPE DE APOIO
PAULO CESAR SAFANELLI -/...../.....	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -/...../.....	SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -/...../.....	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -/...../.....	28.754/SC
TAYNÁ MACHADO -/...../.....	CRC/SC 037083/P-8

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 106/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Processo / Ano:	156/2014	Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores: 48.000,00			
Licitação.....:	106/2014 - PR					
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL					
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE ESPAÇOS EM CM2 (CENTÍMETRO QUADRADO) EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.					

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 16103	- PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, EXT - Unidade: CM2						
14106	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	RBS	4.000.000	0,0000	12,0000	48.000,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -		Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -		SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -		PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -		EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -		EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -		28.754/SC
VANESSA LANGER -		CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

FUNREBOM Processo Licitatório Nº 009/2014 - Tomada de Preço Para Obras E Serviços de Engenharia Nº 0002/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 009/2014

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0002/2014

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Serviços Especializados de Engenharia para ampliação das instalações físicas do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios do FUNREBOM.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 13/10/2014.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 25 de Setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Gestor do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Capinzal

PMC ATA/CONTRATO 0214/2014

Ata/Contrato Nº.: 0214/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA ME

Valor : 6.660,00 (seis mil seiscentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0141/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0089/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de notebook para as escolas municipais. Com Recursos Próprios e do FUNDEB.

PMC Contrato 0215/2014

Contrato Nº.: 0215/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO - EIRELI - EPP

Valor : 12.800,00 (doze mil oitocentos reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0135/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0086/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para manutenção e conserto do Veículo DUCATO MULTIJET 2.3, Placa MHX 2089, da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, com fornecimento de peças genuínas. Com Recursos Próprios, da Educação e FUNDEB.

PMC Contrato 0216/2014

Ata/Contrato Nº.: 0216/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME

Valor : 2.970,00 (dois mil novecentos e setenta reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0140/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0088/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de 100 horas de serviços de manutenção do Caminhão Basculante LWS 0595 da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com o fornecimento de peças originais pelo contratado sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas nos termos do Prejudicado Nº 0803 Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Com Recursos Próprios.

Decreto 143/2014

DECRETO Nº 143, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 328.500,00 (Trezentos e vinte oito mil e quinhentos reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal nº 3.100, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 328.500,00 (trezentos e vinte oito mil e quinhentos reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

1301.04.122.0165.2091	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DOS SISTEMAS DE ÁGUA E ESGOTO	FTE	DR	0,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e despesas com locomoção	003		1.000,00
1301.17.512.0165.2092	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO	FTE	DR	0,00
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e despesas com locomoção	003		1.000,00
1301.17.512.0165.1086	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BENS DE NATUREZA INDUSTRIAL	FTE	DR	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	003	R\$	115.000,00
1301.17.512.0165.1092	AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PAI-NÉIS DE COMANDO	FTE	DR	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	003	R\$	207.000,00
1301.28.122.0165.2094	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	FTE	DR	0,00
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	003	R\$	4.500,00
	Total			328.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17

de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2013, do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no valor de R\$ 328.500,00 (Trezentos e vinte oito mil e quinhentos reais), conforme demonstrativo anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro	0300	00	R\$	328.500,00
Total	0300	00	R\$	328.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 24 de setembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário de Administração e Finanças

PMC Contrato 0217/2014

Ata/Contrato Nº.: 0217/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: MECANICA DALEOSIR LTDA

Valor : 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0140/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0088/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de 100 horas de serviços de manutenção do Caminhão Basculante LWS 0595 da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com o fornecimento de peças originais pelo contratado sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas nos termos do Prejudicado Nº 0803 Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Com Recursos Próprios.

FMH Ata/Contrato 0016/2014

Ata/Contrato Nº.: 0016/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL HABITACAO CAPINZAL

Contratada...: ALF MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP

Valor : 83.585,00 (oitenta e três mil quinhentos e oitenta e cinco reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0006/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0005/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção utilizados pra reforma de 22 (vinte e duas) unidades habitacionais de munícipes beneficiados pelo Programa COHAB CIDADÃ 2, conforme Convênio nº 2014TR002112. Com Recursos do Convênio Estadual.

FMH Ata/Contrato 0017/2014

Ata/Contrato Nº.: 0017/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL HABITACAO CAPINZAL

Contratada...: SE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP

Valor : 97.261,00 (noventa e sete mil duzentos e sessenta e um reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0006/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0005/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de construção utilizados pra reforma de 22 (vinte e duas) unidades habitacionais de munícipes beneficiados pelo Programa COHAB CIDADÃ 2, conforme Convênio nº 2014TR002112. Com Recursos do Convênio Estadual.

FMAS Ata/Contrato 0027/2014

Ata/Contrato Nº.: 0027/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: DALLAROSA DISTRIBUIDORA DE BRINDES LTDA.

Valor : 8.700,00 (oito mil e setecentos reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório 0019/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0013/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de camisas em malha para utilização dos usuários durante campanhas, execução de programas e divulgação de serviços do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e ACESSUAS Trabalho. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

FMAS Ata/Contrato 0028/2014

Ata/Contrato Nº.: 0028/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA ME

Valor : 5.414,00 (cinco mil quatrocentos e quatorze reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0018/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos, materiais permanentes e material de consumo destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Abrigo Casa Lar. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

FMAS Ata/Contrato 0030/2014

Ata/Contrato Nº.: 0030/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: KLEBER MACHADO & CIA LTDA - ME

Valor : 318,97 (trezentos e dezoito reais e noventa e sete centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0018/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos, materiais permanentes e material de consumo destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Abrigo Casa Lar. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

FMAS Ata/Contrato 0029/2014

Ata/Contrato Nº.: 0029/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME

Valor : 1.947,00 (um mil novecentos e quarenta e sete reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0018/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos, materiais permanentes e material de consumo destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Abrigo Casa Lar. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

FMAS Ata/Contrato 0031/2014

Ata/Contrato Nº.: 0031/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD

Valor : 7.721,00 (sete mil setecentos e vinte e um reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0018/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos, materiais permanentes e material de consumo destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Abrigo Casa Lar. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

FMAS Ata/Contrato 0032/2014

Ata/Contrato Nº.: 0032/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: NORMELIA LOTTERMANN - EPP

Valor : 6.821,00 (seis mil oitocentos e vinte e um reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0018/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos, materiais permanentes e material de consumo destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Abrigo Casa Lar. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

FMAS Ata/Contrato 0033/2014

Ata/Contrato Nº.: 0033/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor : 8.046,80 (oito mil e quarenta e seis reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0018/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos, materiais permanentes e material de consumo destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Abrigo Casa Lar. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

FMAS Ata/Contrato 0034/2014

Ata/Contrato Nº.: 0034/2014

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL

Contratada...: TARSIO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME

Valor : 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0018/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0012/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos, materiais permanentes e material de consumo destinados à manutenção das atividades do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Abrigo Casa Lar. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e Estaduais do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS.

PMC Ata/Contrato 0220/2014

Ata/Contrato Nº.: 0220/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA -

Valor : 938,00 (novecentos e trinta e oito reais)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0138/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de consumo (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes. Com Recursos Próprios e do FUNDEB.

PMC Ata/Contrato 0219/2014

Ata/Contrato Nº.: 0219/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

Valor : 1.238,60 (um mil duzentos e trinta e oito reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0138/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de consumo (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes. Com Recursos Próprios e do FUNDEB.

PMC Ata/Contrato 0218/2014

Ata/Contrato Nº.: 0218/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA - EPP

Valor : 3.968,80 (três mil novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0138/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de consumo (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes. Com Recursos Próprios e do FUNDEB.

Cialar Ata/Contrato 0008/2014

Ata/Contrato Nº.: 0008/2014

Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL

Contratada.: SACOLAO DE FRUTAS E VERDURAS CAPINZAL LTDA - EPP

Valor : 2.604,30 (dois mil seiscentos e quatro reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0004/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, gás de cozinha e outros materiais de consumo para manutenção das atividades do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, com Recursos Próprios.

Cialar Ata/Contrato 0007/2014

Ata/Contrato Nº.: 0007/2014

Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL

Contratada.: P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME

Valor : 17.504,86 (dezesete mil quinhentos e quatro reais e oitenta e seis centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0004/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, gás de cozinha e outros materiais de consumo para manutenção das atividades do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, com Recursos Próprios.

CIALAR ATA/CONTRATO 0006/2014

Ata/Contrato Nº.: 0006/2014

Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL

Contratada.: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Valor : 226,50 (duzentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0004/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, gás de cozinha e outros materiais de consumo para manutenção das atividades do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, com Recursos Próprios.

CIALAR ATA/CONTRATO 0005/2014

Ata/Contrato Nº.: 0005/2014

Contratante.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL

Contratada.: AIRTON SILVA DA MOTTA - ME

Valor : 183,50 (cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0004/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0003/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, gás de cozinha e outros materiais de consumo para manutenção das atividades do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, com Recursos Próprios.

PMC ATA/CONTRATO 0221/2014

Ata/Contrato Nº.: 0221/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME

Valor : 28.155,70 (vinte e oito mil cento e cinquenta e cinco reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0138/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de consumo (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes. Com Recursos Próprios e do FUNDEB

PMC Ata/Contrato 0222/2014

Ata/Contrato Nº.: 0222/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Valor : 18.713,35 (dezoito mil setecentos e treze reais e trinta e cinco centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0138/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de consumo (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes. Com Recursos Próprios e do FUNDEB.

PMC Ata/Contrato 0223/2014

Ata/Contrato Nº.: 0223/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME

Valor : 20.152,80 (vinte mil cento e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0138/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de consumo (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes. Com Recursos Próprios e do FUNDEB.

PMC Ata/Contrato 0224/2014

Ata/Contrato Nº.: 0224/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

Valor : 30.361,30 (trinta mil trezentos e sessenta e um reais e trinta centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0138/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de consumo (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes. Com Recursos Próprios e do FUNDEB.

PMC Ata/Contrato 0225/2014

Ata/Contrato Nº.: 0225/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: SCS COMERCIO LTDA ME

Valor : 6.636,40 (seis mil seiscentos e trinta e seis reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 19/09/2015

Processo Licitatório Nº 0138/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0087/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de consumo (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes. Com Recursos Próprios e do FUNDEB.

PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0156/2014

Termo Aditivo Nº : TA 001/2014 C156 - Contrato Nº: 0156/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES D

Valor : 11.689,50 (onze mil seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 23/09/2014 Término: 31/12/2014

Processo Licitatório Nº 0085/2014

Licitação : Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº.: 0009/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o Artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93, dos itens 1, 7, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 26 e 31 acrescendo o valor do contrato original em R\$ 11.689,50 (onze mil seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos), conforme

justificativas e parecer jurídico em anexo.

Item	Quantidade 25%	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	125,00	KG	Aipim descascado congelado, limpo, sem sujidades, embalados em sacos plásticos de 1kg e 5kg, validade mínima de três meses e registro no órgão competente.	COOPER-NOSTRA	2,65	331,25
7	250,00	KG	Bolacha caseira com glacê, rosca de fubá e coco, champanhe e de manteiga. O produto deve apresentar-se integro bem assado, com sabor e odor agradável. Embalagem com 1kg. Embalagens com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade.	COOPER-NOSTRA	12,80	3.200,00
14	125,00	KG	Doce de frutas em pasta vários sabores, embalagem com 750g, acondicionados em potes plásticos ou em vidros com tampa. Data de fabricação recente	COOPER-NOSTRA	10,16	1.270,00
15	200,00	KG	Farinha de milho, safra corrente. Produto obtido do grão de milho, deverão ser fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas. Não poderão estar úmidas ou rançosas, prazo de validade mínima de 90 dias. Pacote de 2 kg.	COOPER-NOSTRA	2,71	542,00
16	200,00	KG	Feijão Preto, de primeira qualidade. Proce-dência natural de safra corrente. Será permitido limite de 2 por cento de impurezas e materiais estranhos. Embalado em pacotes plásticos, atóxico, transparente e resistente. Pacote de 1kg.	COOPER-NOSTRA	3,99	798,00
18	250,00	KG	Laranja Baía, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	COOPER-NOSTRA	1,68	420,00

19	100,00	KG	Laranja Valência, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte	COOPER-NOSTRA	1,44	144,00
21	300,00	KG	Macarrão caseiro, tipo espaguete, com ovos embalados em sacos plásticos que apresentem identificação do produto, data de fabricação e validade. Embalagens com 500g.	COOPER-NOSTRA	7,22	2.166,00
22	200,00	DZ	Ovos de galinha, vermelhos, tipo 1, grandes, frescos, sem rachaduras e limpos. Embalagem com data e validade e aviário de origem, com registro no SIM, SIF ou CISPOA.	COOPER-NOSTRA	3,91	782,00
26	125,00	UN	Queijo Colonial, peças com até 01 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Data de fabricação recente.	COOPER-NOSTRA	15,33	1.916,25
31	100,00	KG	Tangerina ponkan, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte.	COOPER-NOSTRA	1,20	120,00
Total						11.689,50

Catanduvás

PREFEITURA

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0017/2014

PRIMERO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N.º 0017/2014
PREGÃO Nº 0014/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: BORILLI PNEUS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre os signatários em 07 de março de 2014, para alterá-lo conforme segue:

OBJETO: Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 3.342,00 (três mil trezentos e quarenta e dois reais).
O valor total do contrato passa a ser de 19.494,00 (dezenove mil quatrocentos e noventa e quatro reais), perfazendo um total de 20,69 (vinte vírgula sessenta e nove por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

Catanduvás - SC, 12 de setembro de 2014.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0074/2014

PRIMERO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0074/2014
PREGÃO Nº 0037/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: CONCATAN CONCRETOS CATANDUVAS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre os signatários em 11 de junho de 2014, para alterá-lo conforme segue:

OBJETO: Aditivar ao Contrato Original a importância de R\$ 18.355,50 (dezoito mil trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).
O valor total do contrato passa a ser de 112.742,20 (cento e doze mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte centavos), perfazendo um total de 19,44 (dezenove vírgula quarenta e quatro por cento) de acréscimo à quantidade inicialmente pactuada.

Catanduvás - SC, 08 de setembro de 2014.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Gisa Aparecida Giacomini

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 378 de 24.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 378/2014

- CONSIDERANDO, a necessidade dos préstimos dos serviços da Assessoria Jurídica;
- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;
- CONSIDERANDO, a necessidade de serviço;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Suspende o gozo das férias concedidas, através da Portaria n. 343, de 01/09/2014 e, convocar, a Servidora CHARLIANE MICHELS, por motivo de necessidade para atender os serviços de assessoria jurídica, devendo o período remanescente de 12(doze) dias (08/09, 09/09, 16/09, 22/09 a 30/09) ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativas e de interesse público.

Art. 2º Fica revogado os efeitos da Portaria nº 370, de 19.09.2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 22/09/2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 - SRP

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 07 de outubro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa à realização de contratação de serviços de seguro para veículos da frota municipal, lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, incluindo assistência auto 24 horas em todo o território nacional, de acordo com as quantidades e especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapa-daodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis

Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 25 de setembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul**PREFEITURA****Extrato de Contrato N. 127/14**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 127/14 DA PMCS. Processo de Licitação n. 92/PMCS/2014. Modalidade: Dispensa de Licitação n. 15/PMCS/2014. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul. CONTRATADA: BRIGADISTAS: ODIRLEY VIDAL SOUZA; PAULO SERGIO PADILHA; ADRIANO DOS PASSOS; ENEDINO FONTANELLA; VALDECIR CESCONETTO e SANDES EDUARDO VIEIRA TEIXEIRA. ASSINATURA: 23/09/2014. VIGÊNCIA: 31/12/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 07.03.2.053.3.3.90.(204). OBJETO: serviços de brigada de incêndio, através de Bombeiros Comunitários, durante a Cocalfest, entre os dias 24 a 28 de setembro de 2014. VALOR: R\$ 1.800,00(um mil e oitocentos reais).

Concórdia**PREFEITURA****Edital de Convocação Nº 10/2014**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 10/2014, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

Convoca a II Audiência Pública do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - PMGIRS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 12.305/2010, de 2 de agosto de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a II Audiência Pública Municipal do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - PMGIRS, para atendimento da Meta 3 - Aspectos Gerais do Planejamento das Ações, com o objetivo de:

I - analisar o arranjo regional e proposta de Gestão Associada Intermunicipal;

II - discutir as responsabilidades públicas e privadas.

Art. 2º A Audiência de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 9 de outubro de 2014, às 19h30min, no Auditório do Sindicato dos Trabalhadores Indústria de Alimentação - SINTRIAL, situado na Rua 29 de Julho, 455, Centro, Concórdia, SC.

Art. 3º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos na Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente, situada na Rua Marechal Deodoro, 232, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira ou pelo telefone (49) 3442 2459.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 15/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas e encomendas para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 08/10/2014. Abertura: dia 09/10/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 24 de setembro de 2014.
ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

**Aviso de Licitação Modalidade Concorrência
Concessão Nº 04/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 4/2014 - PMC
CONCESSÃO

Objeto: A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa para a outorga de permissão de uso das instalações da sala nº 2 do Quiosque Largo Rio Branco. Trata-se de imóvel localizado no Calçadão do Largo Rio Branco, situado no trevo das Ruas Anita Garibaldi, do Comércio e Dr. Maruri, no Centro do Município de Concórdia/SC, com área de 25m² (vinte e cinco metros quadrados) além de área externa, onde caberá a PERMISSIONÁRIA o Comércio de café, doces refrigerados, lanches, sucos, sorvetes, salgados (preparados e somente aquecidos no local.) A PERMISSIONÁRIA ficará proibida de comercializar bebidas alcoólicas; colocação de autoadesivo nas paredes e pilares utilizar tanto na área externa quanto interna do imóvel, som mecânico e/ou "ao vivo". Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 28/10/2014. Abertura: dia 29/10/2014, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 25 de setembro de 2014.
MARNIO ALBERTO CADORE
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

**Aviso de Licitação Modalidade Tomada de Preço
Obras E Serviços de Engenharia Nº 13/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2014 - PMC
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou Construção Civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de camada de concreto da Barragem de Contenção de Cheias, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 20/10/2014, ÀS 16h00min.
INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 16/10/2014, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 20/10/2014, às 16h00min.
Abertura: dia 21/10/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas

na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 24 de Setembro de 2014
MAURI MARAN
Secretário Municipal Urbanismo e Obras

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº
11/2014 - FMAS**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº
11/2014 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b, incluindo o fornecimento total de suprimentos e peças, exceto papel, na modalidade de atendimento "on site" e instalação, com recursos oriundos do repasse fundo a fundo IGD/SUAS/FNAS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 15/10/2014. Abertura: dia 16/10/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 24 de setembro de 2014.
LAURI GARBOSA
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

**Extrato do Resultado da Terceira Sessão Pública
Concorrência Nº 01/2014 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CONCORRÊNCIA Nº 01/2014 - PMC

Objeto: Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia, conforme disposições constantes no §1º do artigo 37 da Constituição Federal, Lei Federal 12.232/2010.

EXTRATO DO RESULTADO DA TERCEIRA SESSÃO PÚBLICA

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado da terceira sessão pública da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar da sessão as seguintes empresas FOCO PROPAGANDA LTDA, representada pelo Senhor Osmar Wilhner. Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº 04 - Propostas de Preços, apurando-se os seguintes resultados: FOCO PROPAGANDA LTDA, com o desconto de 85 % (oitenta e cinco por cento) sobre a tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina e AGÊNCIA TRI-LHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME, com o desconto de 87% (oitenta e sete por cento) sobre a tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina. Após o conhecimento das propostas de preços apresentadas

pelas licitantes, a Comissão Permanente de Licitações apurou a nota final, com base no item 9.2 do edital, apurando-se então, o seguinte resultado: a licitante FOCO PROPAGANDA LTDA, sagrou-se vencedora do certame com a nota final de 91,97 (noventa e um vírgula noventa e sete) pontos, em segundo lugar ficou a licitante AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME, com a nota final de 72,11 (setenta e dois vírgula onze) pontos. Pronunciado o julgamento da fase classificatória, e, com a ausência do representante da licitante AGÊNCIA TRILHA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA - ME o Presidente da Comissão solicitou que fosse registrado o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5(cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, os proponentes habilitados ficam desde já convocados, a protocolizar sua documentação de habilitação, exigidas no item 10.2 do edital até o dia 03(três) de outubro de 2014 às 09 (nove) horas, e comparecer neste mesmo local, às 10:00(dez horas) do dia 03(três) de outubro de 2014, para participar da abertura do envelope nº 05. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representante legal presente.

Concórdia, SC, 24 de setembro de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da C.P.L

Extrato do Resultado da Sessão de Classificação Concorrença Nº 6/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

CONCORRENCIA Nº 6/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de operação, tratamento de resíduos e manutenção do Aterro Sanitário Municipal, de acordo com o projeto básico e memorial descritivo, constante no anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de classificação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designados pelo Decreto nº. 1041/2013 e 558/2014, sob a presidência do Senhor MAURO FRIGO, vice-presidente Senhora LEONICE PARIZOTTO CAMARGO e Secretária Senhora INÊS SALETE KLEIN, com a finalidade de efetuar a abertura do Envelope nº 02 - Proposta de Preço das licitantes habilitadas neste certame, qual seja: RIOVIVO AMBIENTAL LTDA, representada pelo senhor Wagner Arimor Hollmann e LÍDER MATERIAL ELÉTRICO LTDA, representada pelo senhor Rodenei Zampronio. Foi aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, sendo que o envelope contendo a proposta de preço foi minuciosamente examinado pelos membros da comissão, os quais constataram que os mesmos estavam intactos. Assim procedeu-se sua abertura dos envelopes de proposta de preços, sendo que as propostas foram conferidas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação, e representantes legais presentes, constatando que as licitantes atenderam aos requisitos constantes no subitem 6.1 do Instrumento Convocatório. Por conseguinte foi apurada a seguinte classificação: a licitante RIOVIVO AMBIENTAL LTDA sagrou-se vencedora com o menor preço por tonelada de R\$ 48,09 (quarenta e oito reais e nove centavos). De destacar que o preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado nos itens 9.1

e adendo 1 do Edital. Em segundo lugar a Licitante LÍDER MATERIAL ELÉTRICO LTDA com o preço por tonelada de R\$ 50,24 (cinquenta reais e vinte e quatro centavos). Ressalva-se que a licitante LÍDER MATERIAL ELÉTRICO LTDA comprovou através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.1 do Edital, que é Empresa de Pequeno Porte (EPP) na sessão de Habilitação, e por esta razão foi concedida a empresa LÍDER MATERIAL ELETRICO LTDA, segunda colocada, o direito de preferência por ter se declarado Empresa de Pequeno Porte (EPP), e por ter sua proposta em até 10% acima da proposta mais bem classificada, conforme previsto no subitem 8.3.1 do Edital, sendo que o representante legal presente da licitante declarou a oferta em sessão e através da assinatura desta ata, o menor preço por tonelada de R\$ 48,00 (quarenta e oito reais). Sagrou-se vencedora do certame a licitante LÍDER MATERIAL ELÉTRICO LTDA, ficando condicionada a apresentação da planilha de nova proposta no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Por conseguinte, o Presidente oficializou que em virtude da licitante RIOVIVO AMBIENTAL LTDA não renunciar ao direito de interposição de recurso, a presente licitação terá de ser suspensa para que o resumo do julgamento ora proferido seja devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, através do site www.diariomunicipal.sc.gov.br, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que o consequente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir daquela data. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão com a presente ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representantes legais presentes.

Concórdia, SC, 24 de setembro de 2014.

MAURO FRIGO

Presidente da C.P.L

Anexo I -Balanço Orçamentário, Período de Referência: Janeiro A Agosto de 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Julho a Agosto (b)	%(b/a)	Até Agosto (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	202.176.400,00	202.176.400,00	34.333.703,59	16,98	134.397.160,23	66,48	67.779.239,77
RECEITAS CORRENTES	175.393.360,00	175.393.360,00	31.462.710,18	17,94	129.533.670,28	73,85	45.859.689,72
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.175.447,00	26.175.447,00	3.928.375,60	15,01	19.759.422,44	75,49	6.416.024,56
Impostos	20.050.000,00	20.050.000,00	3.609.704,32	18,00	16.264.089,76	81,12	3.785.910,24
Taxas	3.925.447,00	3.925.447,00	228.127,79	5,81	3.087.633,84	78,66	837.813,16
Contribuição de Melhoria	2.200.000,00	2.200.000,00	90.543,49	4,12	407.698,84	18,53	1.792.301,16
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.414.500,00	6.414.500,00	1.367.292,77	21,32	5.506.176,86	85,84	908.323,14
Contribuições Sociais	3.914.500,00	3.914.500,00	977.090,53	24,96	3.760.936,94	96,08	153.563,06
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	2.500.000,00	2.500.000,00	390.202,24	15,61	1.745.239,92	69,81	754.760,08
RECEITA PATRIMONIAL	4.093.880,00	4.093.880,00	3.157.119,97	77,12	11.702.553,61	285,85	(7.608.673,61)
Receitas Imobiliárias	130.000,00	130.000,00	12.287,85	9,45	48.034,03	36,95	81.965,97
Receitas de Valores Mobiliários	3.838.880,00	3.838.880,00	3.061.394,61	79,75	9.686.689,95	252,33	(5.847.809,95)
Receita de Concessões e Permissões	125.000,00	125.000,00	83.437,51	66,75	1.967.829,63	1.574,2	(1.842.829,63)
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	18.000,00	18.000,00	2.763,29	15,35	7.969,56	44,28	10.030,44
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	18.000,00	18.000,00	2.763,29	15,35	7.969,56	44,28	10.030,44
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.707.600,00	2.707.600,00	466.599,18	17,23	2.515.219,62	92,89	192.380,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	131.917.983,00	131.917.983,00	21.252.592,38	16,11	85.433.964,17	64,76	46.484.018,83
Transferências Intergovernamentais	130.606.983,00	130.606.983,00	20.935.920,43	16,03	84.558.305,53	64,74	46.048.677,47
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	1.311.000,00	1.311.000,00	316.671,98	24,15	875.658,64	66,79	435.341,36
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.065.950,00	4.065.950,00	1.287.966,99	31,68	4.608.364,02	113,34	(542.414,02)
Multas e Juros de Mora	2.017.000,00	2.017.000,00	453.365,01	22,48	1.609.256,16	79,78	407.743,84
Indenizações e Restituições	802.450,00	802.450,00	383.001,31	47,73	1.506.124,59	187,69	(703.674,59)
Receita da Dívida Ativa	775.000,00	775.000,00	146.974,70	18,96	889.693,80	114,80	(114.693,80)
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	471.500,00	471.500,00	304.625,97	64,61	603.289,47	127,95	(131.789,47)
RECEITAS DE CAPITAL	26.783.040,00	26.783.040,00	2.870.993,41	10,72	4.863.489,95	18,16	21.919.550,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.000.000,00	9.000.000,00	414.113,46	4,60	414.113,46	4,60	8.585.886,54
Operações de Crédito Internas	9.000.000,00	9.000.000,00	414.113,46	4,60	414.113,46	4,60	8.585.886,54
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	331.000,00	331.000,00	3.322,51	1,00	63.391,66	19,15	267.608,34
Alienação de Bens Móveis	286.000,00	286.000,00	0,00	0,00	39.581,00	13,84	246.419,00
Alienação de Bens Imóveis	45.000,00	45.000,00	3.322,51	7,38	23.810,66	52,91	21.189,34
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17.452.040,00	17.452.040,00	2.453.557,44	14,06	4.385.984,83	25,13	13.066.055,17
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	2.364.378,24	0,00	2.464.378,24	0,00	(2.464.378,24)
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	17.452.040,00	17.452.040,00	89.179,20	0,51	1.921.606,59	11,01	15.530.433,41
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.185.000,00	5.185.000,00	1.617.262,06	31,19	6.200.766,05	119,59	(1.015.766,05)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	207.361.400,00	207.361.400,00	35.950.965,65	17,34	140.597.926,28	67,80	66.763.473,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	207.361.400,00	207.361.400,00	35.950.965,65	17,34	140.597.926,28	67,80	66.763.473,72
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	207.361.400,00	207.361.400,00	35.950.965,65	17,34	140.597.926,28	-	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	8.707.726,27	0,00	0,00	2.874.301,36	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	8.707.726,27	0,00	0,00	2.874.301,36	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Julho à Agosto	Até Agosto	DESPESAS LIQUIDADAS	Até Agosto (g)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	196.668.938,94	28.386.702,50	225.055.641,44	28.252.983,25	138.709.619,98	30.881.661,03	101.217.325,10	44,97	123.838.316,34
DESPESAS CORRENTES	159.355.483,47	7.759.665,08	167.115.148,55	20.774.428,03	114.355.427,63	27.254.797,98	93.711.011,79	56,08	73.404.136,76
Pessoal e Encargos Sociais	66.253.747,14	217.766,85	66.471.513,99	12.677.588,08	42.511.945,90	12.654.818,64	42.478.546,79	63,90	23.992.967,20
Juros e Encargos da Dívida	820.000,00	0,00	820.000,00	6.000,00	24.000,00	6.000,00	24.000,00	2,93	796.000,00
Outras Despesas Correntes	92.281.736,33	7.541.898,23	99.823.634,56	8.090.839,95	71.819.481,73	14.593.979,34	51.208.465,00	51,30	48.615.169,56
DESPESAS DE CAPITAL	37.112.855,47	20.627.037,42	57.739.892,89	7.478.555,22	24.354.192,35	3.626.863,05	7.506.313,31	13,00	50.233.579,58
Investimentos	36.432.855,47	20.627.037,42	57.059.892,89	7.478.555,22	24.164.600,53	3.626.863,05	7.316.721,49	12,82	49.743.171,40
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	680.000,00	0,00	680.000,00	0,00	189.591,82	0,00	189.591,82	27,88	490.408,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.600,00	0,00	200.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.600,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.692.461,06	(3.000,00)	10.689.461,06	1.604.741,49	6.208.732,67	1.617.262,06	6.200.766,05	58,01	4.488.695,01
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	207.361.400,00	28.383.702,50	235.745.102,50	29.857.724,74	144.918.352,65	32.498.923,09	107.418.091,15	45,57	128.327.011,35
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	207.361.400,00	28.383.702,50	235.745.102,50	29.857.724,74	144.918.352,65	32.498.923,09	107.418.091,15	45,57	128.327.011,35
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	33.179.835,13	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	207.361.400,00	28.383.702,50	235.745.102,50	29.857.724,74	144.918.352,65	32.498.923,09	140.597.926,28	-	-

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Julho à Agosto (b)	% (b/a)	Até Agosto (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	5.185.000,00	5.185.000,00	1.617.262,06	31,19	6.200.766,05	119,59	(1.015.766,05)
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.185.000,00	5.185.000,00	1.617.262,06	31,19	6.200.766,05	119,59	(1.015.766,05)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.185.000,00	5.185.000,00	1.617.262,06	31,19	6.200.766,05	119,59	(1.015.766,05)
Contribuições Sociais	5.185.000,00	5.185.000,00	1.617.262,06	31,19	6.200.766,05	119,59	(1.015.766,05)
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Aportes Periódicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.185.000,00	5.185.000,00	1.617.262,06	31,19	6.200.766,05	119,59	(1.015.766,05)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL(d)	DESPESAS ADICIONAIS(e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Julho à Agosto	Até Agosto	DESPESAS LIQUIDADAS	Até Agosto (g)		
DESPESAS CORRENTES	10.692.461,06	(3.000,00)	10.689.461,06	1.604.741,49	6.208.732,67	1.617.262,06	6.200.766,05	58,00	4.488.695,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.692.461,06	(3.000,00)	10.689.461,06	1.604.741,49	6.208.732,67	1.617.262,06	6.200.766,05	58,00	4.488.695,01
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.692.461,06	(3.000,00)	10.689.461,06	1.604.741,49	6.208.732,67	1.617.262,06	6.200.766,05	58,00	4.488.695,01

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/set/2014

Hora de emissão: 15h e 39m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar(a-b)
			Julho à Agosto	Até Agosto	Julho à Agosto	Até Agosto (b)	%(b) / tot.(b)	%(b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	196.668.938,94	225.055.641,44	28.252.983,25	138.709.619,98	30.881.661,03	101.217.325,10	94,23	44,97	123.838.316,34
Legislativa	3.073.000,00	3.073.000,00	441.060,45	1.813.633,74	453.490,06	1.615.542,89	1,50	52,57	1.457.457,11
Acao Legislativa	3.073.000,00	3.073.000,00	441.060,45	1.813.633,74	453.490,06	1.615.542,89	1,50	52,57	1.457.457,11
Administração	16.754.583,67	18.214.034,82	3.082.132,14	12.924.972,83	3.034.780,34	9.635.164,85	8,97	52,90	8.578.869,97
Planejamento e Orçamento	131.443,86	131.443,86	0,00	59.491,82	12.687,56	51.610,42	0,05	39,26	79.833,44
Ação Judiciária	73.024,37	73.024,37	1.509,97	48.331,00	4.534,83	23.350,80	0,02	31,98	49.673,57
Comunicação Social	1.473.387,39	1.475.067,39	2.020,90	1.239.131,37	357.803,17	823.413,07	0,77	55,82	651.654,32
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	3.984.000,00	4.882.771,15	1.437.205,36	4.702.789,29	781.734,27	2.487.037,85	2,32	50,93	2.395.733,30
Administracao Geral	10.992.728,05	11.551.728,05	1.636.245,06	6.794.627,82	1.873.039,56	6.171.611,18	5,75	53,43	5.380.116,87
Formação de Recursos Humanos	100.000,00	100.000,00	5.150,85	80.601,53	4.980,95	78.141,53	0,07	78,14	21.858,47
Assistência Social	7.067.090,00	8.203.796,59	929.805,56	5.156.536,61	1.304.417,46	3.933.697,07	3,66	47,95	4.270.099,52
Assistência Comunitária	2.474.179,00	3.091.316,73	186.717,57	1.814.989,14	399.563,77	1.056.475,68	0,98	34,18	2.034.841,05
Assistência ao Idoso	300.000,00	370.000,00	35.958,57	296.332,92	60.131,39	232.106,73	0,22	62,73	137.893,27
Assistência à Criança e ao Adolescente	516.911,00	616.648,75	57.416,37	406.665,72	39.271,52	285.236,71	0,27	46,26	331.412,04
Administracao Geral	3.776.000,00	4.125.831,11	649.713,05	2.638.548,83	805.450,78	2.359.877,95	2,20	57,20	1.765.953,16
Previdência Social	8.135.000,00	8.135.000,00	1.206.214,99	4.730.260,35	1.271.149,00	4.102.605,00	3,82	50,43	4.032.395,00
Administracao Geral	1.135.000,00	1.135.000,00	95.173,50	583.081,18	151.190,53	424.216,40	0,39	37,38	710.783,60
Previdência do Regime Estatutário	7.000.000,00	7.000.000,00	1.111.041,49	4.147.179,17	1.119.958,47	3.678.388,60	3,42	52,55	3.321.611,40
Saúde	55.691.660,00	58.436.995,80	4.293.641,44	39.465.987,77	8.369.715,81	31.560.387,23	29,38	54,01	26.876.608,57
Suporte Profilático e Terapêutico	34.070.460,00	36.485.795,80	956.694,01	26.420.871,16	4.908.024,46	19.371.328,87	18,03	53,09	17.114.466,93
Administracao Geral	2.132.550,00	2.262.550,00	305.178,87	1.387.446,47	350.465,76	1.276.974,43	1,19	56,44	985.575,57
Atenção Básica	18.276.200,00	18.476.200,00	3.015.803,30	11.215.548,98	3.014.951,30	10.603.475,90	9,87	57,39	7.872.724,10
Vigilância Sanitária	1.212.450,00	1.212.450,00	15.965,26	442.121,16	96.274,29	308.608,03	0,29	25,45	903.841,97
Educação	39.128.433,00	46.391.520,10	8.065.636,06	31.206.204,68	8.345.733,94	26.500.660,10	24,67	57,12	19.890.860,00
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educacao Especial	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Educação de Jovens e Adultos	400,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400,00
Ensino Fundamental	25.813.342,00	28.769.854,43	4.676.111,22	19.207.396,18	5.023.465,61	16.745.469,86	15,59	58,20	12.024.384,57
Ensino Médio	799.000,00	912.000,00	1.826,11	911.535,70	186.420,12	483.762,26	0,45	53,04	428.237,74
Administracao Geral	1.930.500,00	2.180.500,00	438.549,75	1.572.202,17	502.276,91	1.425.981,40	1,33	65,40	754.518,60
Alimentação e Nutrição	900.000,00	1.110.000,00	225.732,86	932.389,05	190.907,83	673.284,35	0,63	60,66	436.715,65
Educação Infantil	9.683.591,00	13.417.165,67	2.723.416,12	8.582.681,58	2.442.663,47	7.172.162,23	6,68	53,46	6.245.003,44
Cultura	1.686.670,00	1.739.189,03	222.212,33	1.204.578,21	277.749,95	989.799,38	0,92	56,91	749.389,65
Administracao Geral	1.120.420,00	1.109.522,99	154.308,08	769.040,51	200.935,65	655.276,48	0,61	59,06	454.246,51
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	9.396,00	9.396,00	0,00	165,00	0,00	165,00	0,00	1,76	9.231,00
Arqueológico	556.854,00	620.270,04	67.904,25	435.372,70	76.814,30	334.357,90	0,31	53,91	285.912,14
Urbanismo	28.417.154,45	38.735.024,00	2.553.663,10	20.434.042,43	4.110.512,51	10.027.748,33	9,34	25,89	28.707.275,67
Administracao Geral	4.229.999,10	4.229.999,10	797.027,61	2.963.499,28	814.302,59	2.873.542,37	2,68	67,93	1.356.456,73
Infra-Estrutura Urbana	17.716.356,52	27.874.226,07	1.306.329,17	11.613.197,32	1.965.392,29	3.043.676,19	2,83	10,92	24.830.549,88
Saneamento Básico Urbano	2.790.969,29	2.790.969,29	(42.914,72)	2.339.175,35	595.195,72	1.765.109,49	1,64	63,24	1.025.859,80
Servicos Urbanos	3.679.829,54	3.839.829,54	493.221,04	3.518.170,48	735.621,91	2.345.420,28	2,18	61,08	1.494.409,26
Habitacão	355.100,00	260.096,25	37.449,42	45.687,02	26.827,42	27.172,42	0,03	10,45	232.923,83
Habitacao Urbana	159.100,00	159.100,00	19.641,06	27.274,66	18.246,56	18.246,56	0,02	11,47	140.853,44
Administracao Geral	156.000,00	49.347,90	11.827,72	12.431,72	2.600,22	2.945,22	0,00	5,97	46.402,68
Habitacão Rural	40.000,00	51.648,35	5.980,64	5.980,64	5.980,64	5.980,64	0,01	11,58	45.667,71
Gestão Ambiental	930.800,00	990.800,00	87.588,32	601.320,01	124.165,24	426.076,59	0,40	43,00	564.723,41
Preservação e Conservação Ambiental	410.000,00	460.000,00	12.831,70	291.188,92	53.114,09	167.018,62	0,16	36,31	292.981,38
Administracao Geral	520.800,00	530.800,00	74.756,62	310.131,09	71.051,15	259.057,97	0,24	48,81	271.742,03
Agricultura	3.366.106,16	6.721.606,16	3.107.393,58	5.350.271,96	575.637,91	1.796.302,78	1,67	26,72	4.925.303,38
Extensão Rural	2.849.499,91	6.334.999,91	3.065.276,58	5.190.566,57	536.160,93	1.661.875,67	1,55	26,23	4.673.124,24
Promoção da Produção Vegetal	51.651,11	51.651,11	1.175,00	19.825,00	1.175,00	16.575,00	0,02	32,09	35.076,11
Saneamento Básico Rural	163.282,07	33.282,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.282,07
Promoção da Produção Animal	168.644,18	168.644,18	31.490,00	88.459,90	30.133,68	84.702,22	0,08	50,23	83.941,96
Abastecimento	109.563,89	109.563,89	8.362,00	47.945,49	7.112,00	31.420,49	0,03	28,68	78.143,40
Administracao Geral	23.465,00	23.465,00	1.090,00	3.475,00	1.056,30	1.729,40	0,00	7,37	21.735,60
Indústria	1.631.300,00	2.054.800,00	634.000,00	1.839.821,35	382.113,37	1.416.985,85	1,32	68,96	637.814,15
Promoção Industrial	1.631.300,00	2.054.800,00	634.000,00	1.839.821,35	382.113,37	1.416.985,85	1,32	68,96	637.814,15
Comércio e Serviços	14.571.800,00	15.590.059,44	1.738.594,94	2.075.447,74	276.458,25	376.715,45	0,35	2,42	15.213.343,99
Promoção Comercial	615.000,00	458.500,00	115.291,50	242.547,08	101.653,10	171.798,48	0,16	37,47	286.701,52
Turismo	13.956.800,00	15.131.559,44	1.623.303,44	1.832.900,66	174.805,15	204.916,97	0,19	1,35	14.926.642,47
Transporte	5.464.100,00	5.664.100,00	723.506,20	4.207.476,00	922.998,64	3.351.947,94	3,12	59,18	2.312.152,06
Administracao Geral	2.405.000,00	2.405.000,00	402.695,96	1.498.808,73	414.395,98	1.447.250,83	1,35	60,18	957.749,17
Transporte Rodoviário	3.059.100,00	3.259.100,00	320.810,24	2.708.667,27	508.602,66	1.904.697,11	1,77	58,44	1.354.402,89
Desporto e Lazer	3.747.894,66	3.954.244,41	572.071,04	3.361.796,21	727.817,21	2.601.087,59	2,42	65,78	1.353.156,82
Desporto Comunitário	321.506,70	369.319,23	52.946,95	326.162,40	87.768,36	170.539,26	0,16	46,18	198.779,97
Administracao Geral	1.506.944,98	1.565.565,09	235.860,32	1.205.449,75	295.624,90	1.043.687,23	0,97	66,87	521.877,86
Desporto de Rendimento	1.919.442,98	2.019.360,09	283.263,77	1.830.184,06	344.423,95	1.386.861,10	1,29	68,68	326.498,99
Encargos Especiais	6.447.647,00	6.690.774,84	558.013,68	4.291.583,07	678.093,92	2.855.431,63	2,66	42,68	3.835.343,21
Serviço da Dívida Interna	1.500.000,00	1.500.000,00	6.000,00	213.591,82	6.000,00	213.591,82	0,20	14,24	1.286.408,18
Outros encargos Especiais	4.364.447,00	4.607.574,84	338.813,68	3.494.791,25	572.093,92	2.171.839,81	2,02	47,14	2.435.735,03
Defesa Civil	583.200,00	583.200,00	213.200,00	583.200,00	100.000,00	470.000,00	0,44	80,59	113.200,00
Reserva de Contingência	200.600,00	200.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.600,00
Reserva de contingência	200.600,00	200.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.600,00

Despesa Intra-Orçamentária

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar(a-b)
			Julho à Agosto	Até Agosto	Julho à Agosto	Até Agosto (b)	%(b) / tot.(b)	%(b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇ.) (II)	10.692.461,06	10.689.461,06	1.604.741,49	6.208.732,67	1.617.262,06	6.200.766,05	5,77	58,01	4.488.695,01
Legislativa	130.000,00	130.000,00	15.369,45	58.924,95	15.369,45	58.924,95	0,05	45,33	71.075,05
Acao Legislativa	130.000,00	130.000,00	15.369,45	58.924,95	15.369,45	58.924,95	0,05	45,33	71.075,05
Administração	1.055.869,11	1.055.869,11	150.443,47	584.149,28	150.443,47	584.149,28	0,54	55,32	471.719,83
Administracao Geral	1.055.869,11	1.055.869,11	150.443,47	584.149,28	150.443,47	584.149,28	0,54	55,32	471.719,83
Assistência Social	494.000,00	491.000,00	71.067,32	267.476,36	71.067,32	267.476,36	0,25	54,48	223.523,64
Assistência Comunitária	15.000,00	12.000,00	2.127,02	4.510,44	2.127,02	4.510,44	0,00	37,59	7.489,56
Administracao Geral	479.000,00	479.000,00	68.940,30	262.965,92	68.940,30	262.965,92	0,24	54,90	216.034,08
Previdência Social	80.000,00	80.000,00	0,00	37.200,00	12.520,57	29.233,38	0,03	36,54	50.766,62
Administracao Geral	80.000,00	80.000,00	0,00	37.200,00	12.520,57	29.233,38	0,03	36,54	50.766,62
Saúde	1.955.000,00	1.955.000,00	289.261,73	1.126.714,10	289.261,73	1.126.714,10	1,05	57,63	828.285,90
Administracao Geral	111.000,00	111.000,00	19.323,05	80.681,68	19.323,05	80.681,68	0,08	72,69	30.318,32
Atenção Básica	1.844.000,00	1.844.000,00	269.938,68	1.046.032,42	269.938,68	1.046.032,42	0,97	56,73	797.967,58
Educação	5.584.000,00	5.584.000,00	858.961,49	3.294.840,43	858.961,49	3.294.840,43	3,07	59,01	2.289.159,57
Ensino Fundamental	3.572.500,00	3.572.500,00	542.036,27	2.109.376,93	542.036,27	2.109.376,93	1,96	59,04	1.463.123,07
Administracao Geral	245.000,00	245.000,00	42.549,02	144.400,59	42.549,02	144.400,59	0,13	58,94	100.599,41
Educação Infantil	1.766.500,00	1.766.500,00	274.376,20	1.041.062,91	274.376,20	1.041.062,91	0,97	58,93	725.437,09
Cultura	84.000,00	84.000,00	12.412,02	48.183,82	12.412,02	48.183,82	0,04	57,36	35.816,18
Administracao Geral	84.000,00	84.000,00	12.412,02	48.183,82	12.412,02	48.183,82	0,04	57,36	35.816,18
Urbanismo	634.945,51	634.945,51	102.924,63	385.123,99	102.924,63	385.123,99	0,36	60,65	249.821,52
Administracao Geral	634.945,51	634.945,51	102.924,63	385.123,99	102.924,63	385.123,99	0,36	60,65	249.821,52
Gestão Ambiental	22.000,00	22.000,00	3.321,35	12.774,10	3.321,35	12.774,10	0,01	58,06	9.225,90
Administracao Geral	22.000,00	22.000,00	3.321,35	12.774,10	3.321,35	12.774,10	0,01	58,06	9.225,90
Transporte	364.000,00	364.000,00	53.253,81	209.599,27	53.253,81	209.599,27	0,20	57,58	154.400,73
Administracao Geral	364.000,00	364.000,00	53.253,81	209.599,27	53.253,81	209.599,27	0,20	57,58	154.400,73
Desporto e Lazer	115.646,44	115.646,44	18.968,48	73.126,20	18.968,48	73.126,20	0,07	63,23	42.520,24
Administracao Geral	115.646,44	115.646,44	18.968,48	73.126,20	18.968,48	73.126,20	0,07	63,23	42.520,24
Encargos Especiais	173.000,00	173.000,00	28.757,74	110.620,17	28.757,74	110.620,17	0,10	63,94	62.379,83
Outros encargos Especiais	173.000,00	173.000,00	28.757,74	110.620,17	28.757,74	110.620,17	0,10	63,94	62.379,83
TOTAL (III) = (I + II)	207.361.400,00	235.745.102,50	29.857.724,74	144.918.352,65	32.498.923,09	107.418.091,15	100,00	45,57	128.327.011,35

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/set/2014

Hora de emissão: 15h e 44m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO III - RECEITA CORRENTE LIQUIDA, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidação

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maió/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	15.087.473,65	15.906.043,92	17.965.693,15	15.889.188,46	16.043.176,60	17.342.429,28	21.488.429,92	17.374.492,95	17.005.301,03	15.645.970,35	16.256.535,14	17.620.999,19	204.405.752,84	189.943.380,00
Receita Tributária	1.458.334,55	1.628.961,97	1.376.016,68	1.793.898,79	1.416.254,33	1.563.075,46	6.215.371,74	2.319.719,13	2.229.755,63	1.966.270,35	2.013.738,87	1.914.635,73	26.015.634,43	26.175.447,00
IPPU	45.878,64	27.511,04	26.596,07	63.413,41	28.237,95	54.593,16	3.663.137,91	408.888,69	378.109,90	378.844,76	388.088,67	346.585,70	5.809.715,50	5.800.000,00
ISS	795.840,08	806.106,67	862.490,26	974.178,85	891.861,00	849.619,62	799.165,95	813.811,03	854.293,55	826.618,31	1.000.180,23	953.776,45	10.427.945,00	9.800.000,00
ITBI	280.522,34	362.603,75	193.446,51	245.408,96	194.305,34	214.354,82	236.008,68	386.801,15	385.441,61	395.775,60	278.000,71	309.113,45	3.478.763,12	2.600.000,00
IRRF	147.338,20	148.390,84	153.922,13	332.867,97	139.083,21	135.420,03	128.008,68	160.840,96	168.355,86	165.310,61	172.282,07	161.687,04	2.014.174,86	1.850.000,00
Outras Receitas Tributárias	188.755,29	284.347,67	138.571,71	178.026,60	162.767,23	329.827,83	1.388.093,06	552.677,30	543.554,91	198.741,07	175.188,19	143.483,09	4.285.035,95	6.125.447,00
Receita de Contribuições	603.751,88	619.027,53	623.070,73	895.965,56	620.154,48	623.655,66	852.204,99	692.801,29	674.416,51	675.651,16	675.962,77	691.330,00	8.247.992,56	6.414.500,00
Receita Patrimonial	929.598,13	830.179,70	1.974.983,96	953.978,44	1.076.489,78	2.735.694,53	926.366,94	1.337.902,85	1.630.563,39	839.902,59	1.038.902,59	2.118.217,38	16.391.253,84	4.093.880,00
Receita Agropecuária	572,50	1.340,00	622,50	367,50	1.170,00	412,50	1.480,21	247,50	682,50	1.213,56	892,50	1.870,79	10.872,06	18.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	69.857,52	28.813,98	18.629,73	39.684,90	24.595,62	48.026,41	1.432.045,35	187.957,10	180.187,20	175.808,76	216.178,78	250.420,40	2.672.205,75	2.707.600,00
Transferências Correntes	11.266.724,89	12.245.915,76	11.763.727,89	11.791.215,92	12.548.349,09	11.868.988,23	11.302.579,56	12.262.901,62	12.319.421,54	11.517.009,98	11.573.499,87	12.093.916,66	142.546.231,01	146.467.983,00
Cota-Parte do FPM	1.410.713,15	1.410.734,82	1.962.303,60	2.960.365,57	2.577.602,58	2.752.502,56	1.632.770,91	1.863.533,12	2.483.387,00	1.862.379,95	1.599.548,74	1.943.179,57	24.459.021,47	25.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	3.095.504,26	3.009.696,96	3.304.951,60	3.290.337,01	3.383.054,26	3.221.981,94	3.268.606,41	3.184.720,91	3.237.244,86	3.284.263,70	3.052.016,68	3.201.900,77	38.534.751,06	37.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	938.976,28	923.144,39	536.094,72	290.545,99	479.669,07	649.535,60	877.180,26	1.025.462,34	1.003.501,78	989.539,00	1.126.749,95	1.016.528,64	9.856.928,02	10.000.000,00
Cota-Parte do ITR	13.123,37	36.756,33	596,62	218,93	327,70	140,46	203,42	362,85	167,40	148,30	32,71	246,97	52.315,26	20.000,00
Transferências da LC 87/1996	13.679,59	13.679,59	13.679,59	13.679,59	14.307,19	14.307,19	0,00	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	14.307,19	154.868,69	180.000,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.212.719,31	2.150.144,98	2.420.328,36	2.407.838,00	2.506.892,04	2.447.234,47	2.259.002,64	2.276.882,18	2.488.690,53	2.355.130,46	2.180.777,81	2.332.767,68	28.037.608,46	27.721.017,00
Outras Receitas Correntes	3.992.008,93	4.701.896,69	3.525.783,40	2.827.830,83	3.986.496,25	2.773.266,01	3.264.815,92	3.899.433,03	3.092.122,98	3.011.241,38	3.600.065,79	3.594.985,84	41.449.738,05	46.548.986,00
DEDUÇÕES (II)	758.674,18	551.804,98	2.203.641,68	394.078,36	356.163,30	482.009,50	756.361,13	572.805,46	670.274,66	470.982,98	737.358,76	550.608,23	8.522.563,19	4.065.950,00
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	1.424.763,12	1.408.281,21	3.170.685,78	1.789.109,33	1.635.779,01	1.675.420,16	1.506.122,39	1.594.382,96	1.724.825,68	1.606.909,84	1.537.720,00	1.616.865,13	20.690.864,58	16.894.500,00
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	290.738,75	289.375,77	290.147,88	571.221,64	292.540,15	294.657,48	297.369,66	323.637,21	322.706,60	322.495,68	324.903,71	327.028,07	3.946.822,58	2.004.500,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	30.919,91	30.919,91	1.705.688,33	83.204,06	41.602,03	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	43.914,60	2.200.736,44	30.000,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	1.103.104,46	1.087.985,53	1.173.849,58	1.134.683,63	1.301.636,53	1.336.848,08	1.164.838,15	1.226.831,15	1.246.204,48	1.240.469,56	1.168.901,69	1.245.922,46	14.543.305,56	14.550.000,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III)=(I)-(II)	13.662.770,53	14.497.762,71	14.795.007,40	14.080.080,13	14.407.397,99	15.667.022,13	19.982.307,53	15.780.109,99	16.080.475,95	14.039.065,10	14.718.815,14	16.004.134,06	183.774.888,26	173.358.860,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/sep/2014

Hora de Emissão: 15:45

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Controlador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário

Orçamento da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014	Até Agosto 2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	4.640.000,00	4.640.000,00	3.275.510,12	11.231.149,03	8.888.800,69
RECEITAS CORRENTES	4.640.000,00	4.640.000,00	3.275.510,12	11.231.149,03	8.888.800,69
Receita de Contribuições dos Segurados	2.004.500,00	2.004.500,00	651.931,78	2.505.338,56	2.238.886,58
Pessoal Civil	2.004.500,00	2.004.500,00	651.931,78	2.505.338,56	2.238.886,58
Ativo	2.000.000,00	2.000.000,00	650.296,60	2.498.498,08	2.232.548,47
Inativo	3.000,00	3.000,00	1.269,18	4.537,20	3.975,93
Pensionista	1.500,00	1.500,00	366,00	2.303,28	2.362,18
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.600.000,00	2.600.000,00	2.534.198,14	8.375.253,72	2.314.359,53
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.600.000,00	2.600.000,00	2.534.198,14	8.375.253,72	2.314.359,53
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	35.500,00	35.500,00	89.380,20	350.556,75	4.335.554,58
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	30.000,00	30.000,00	87.829,20	349.004,23	4.335.141,61
Demais Receitas Correntes	5.500,00	5.500,00	1.551,00	1.552,52	412,97
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS(Intra-Orçamentárias)(II)	3.575.000,00	3.575.000,00	1.308.016,69	5.010.031,33	4.472.094,04
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	8.215.000,00	8.215.000,00	4.583.526,81	16.241.180,36	13.360.894,73

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014	Até Agosto 2013
DESP. PREVID. - RPPS (Exeto Intra-Orçamentária) (IV)	8.135.000,00	8.135.000,00	1.271.149,00	4.102.605,00	3.746.577,60
ADMINISTRAÇÃO	8.135.000,00	8.135.000,00	151.190,53	424.216,40	338.696,30
Despesas Correntes	8.035.000,00	8.035.000,00	130.285,53	399.181,40	338.216,30
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	20.905,00	25.035,00	480,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	1.119.958,47	3.678.388,60	3.407.881,30
Pessoal Civil	0,00	0,00	1.119.958,47	3.678.388,60	3.407.881,30
Aposentadorias	0,00	0,00	756.401,32	2.451.503,84	2.185.097,24
Pensões	0,00	0,00	181.341,90	593.703,43	516.168,70
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	182.215,25	633.181,33	706.615,36
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (Intra-Orçamentárias)(V)	80.000,00	80.000,00	12.520,57	29.233,38	17.068,28
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	8.215.000,00	8.215.000,00	1.283.669,57	4.131.838,38	3.763.645,88
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	3.299.857,24	12.109.341,98	9.597.248,85

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014	Até Agosto 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
Orçamento da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

BENS E DIREITOS DO RPPS	Julho/2014	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	997.213,72	81.596,10	19.603,60
INVESTIMENTOS	72.504.578,60	75.612.649,39	63.582.108,67
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014	Até Agosto 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	3.575.000,00	3.575.000,00	1.308.016,69	5.010.031,33	4.472.094,04
Receita de Contribuições	3.575.000,00	3.575.000,00	1.308.016,69	5.010.031,33	4.472.094,04
Patronal	2.775.000,00	2.775.000,00	973.860,82	3.743.860,51	3.345.575,84
Pessoal Civil	2.775.000,00	2.775.000,00	973.860,82	3.743.860,51	3.345.575,84
Ativo	2.768.000,00	2.768.000,00	971.416,98	3.733.637,13	3.336.103,39
Inativo	4.000,00	4.000,00	1.896,84	6.781,02	5.942,12
Pensionista	3.000,00	3.000,00	547,00	3.442,36	3.530,33
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	800.000,00	800.000,00	334.155,87	1.266.170,82	1.126.518,20
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	3.575.000,00	3.575.000,00	1.308.016,69	5.010.031,33	4.472.094,04

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014	Até Agosto 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	80.000,00	80.000,00	12.520,57	29.233,38	17.068,28
Despesas Correntes	80.000,00	80.000,00	12.520,57	29.233,38	17.068,28
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	80.000,00	80.000,00	12.520,57	29.233,38	17.068,28

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓ
Data Emissão: 23/set/2014 **Hora de emissão:** 15h e 49m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO V - DEMONSTRATIVO RESULTADO NOMINAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo do Resultado Nominal
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2013 (a)	Em 30/Junho/2014 (b)	Em 31/Agosto/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.669.697,06	4.781.082,03	4.778.632,52
DEDUÇÕES (II)	16.146.801,71	34.986.772,60	34.975.312,39
Disponibilidade de Caixa bruta	16.467.425,72	35.068.708,50	35.059.598,82
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	320.624,01	81.935,90	84.286,43
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(12.477.104,65)	(30.205.690,57)	(30.196.679,87)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(12.477.104,65)	(30.205.690,57)	(30.196.679,87)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Julho à Agosto(c-b)	Até Agosto(c-a)
VALOR	9.010,70	(17.719.575,22)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	8.639.111,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2013 (a)	Em 30/Junho/2014 (b)	Em 31/Agosto/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	70.518.842,33	70.518.842,33	87.519.384,86
Passivo Atuarial	70.518.842,33	70.518.842,33	87.519.384,86
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	64.088.807,69	72.881.483,67	76.181.340,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.603,60	17.641,77	81.596,10
Investimentos	63.582.108,67	72.376.746,48	75.612.649,39
Demais Haveres Financeiros	487.500,42	487.500,42	487.500,42
(-) Restos a Pagar Processados	405,00	405,00	405,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VIII)	6.430.034,64	(2.362.641,34)	11.338.043,95
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	6.430.034,64	(2.362.641,34)	11.338.043,95

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/set/2014

Hora de emissão: 15h e 52m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO VI- DEMONSTRATIVO RESULTADO PRIMÁRIO, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Julho à Agosto	Até Agosto 2014	Até Agosto 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	176.739.480,00	30.018.577,63	126.047.746,38	109.124.110,73
Receitas Tributárias	26.175.447,00	3.928.375,60	19.759.422,44	17.279.338,18
IPTU	5.800.000,00	734.654,37	5.646.326,34	5.068.834,59
ISS	9.800.000,00	1.953.956,68	6.989.326,14	5.926.601,20
ITBI	2.600.000,00	587.114,16	2.396.781,56	1.578.615,02
IRRF	1.850.000,00	333.979,11	1.231.655,72	1.063.235,96
Outras Receitas Tributárias	6.125.447,00	318.671,28	3.495.332,68	3.642.051,41
Receitas de Contribuições	11.599.500,00	2.984.554,83	11.706.942,91	10.492.814,58
Receitas Previdenciárias	5.579.500,00	1.959.948,47	7.515.369,89	6.710.980,62
Outras Receitas de Contribuições	6.020.000,00	1.024.606,36	4.191.573,02	3.781.833,96
Receita Patrimonial Líquida	255.000,00	95.725,36	2.015.863,66	124.209,55
Receita Patrimonial	4.093.880,00	3.157.119,97	11.702.553,61	2.961.659,13
(-) Aplicações Financeiras	3.838.880,00	3.061.394,61	9.686.689,95	2.837.449,58
Transferências Correntes	131.917.983,00	21.252.592,38	85.433.964,17	72.130.117,97
FPM	20.000.000,00	2.834.182,69	13.371.923,75	11.433.246,08
ICMS	29.600.000,00	5.003.134,12	20.667.032,14	18.057.861,68
Convênios	1.311.000,00	316.671,98	875.658,64	774.256,41
Outras Transferências Correntes	81.006.983,00	13.098.603,59	50.519.349,64	41.864.753,80
Demais Receitas Correntes	6.791.550,00	1.757.329,46	7.131.553,20	9.097.630,45
Divida Ativa	775.000,00	146.974,70	889.693,80	506.668,56
Diversas Receitas Correntes	6.016.550,00	1.610.354,76	6.241.859,40	8.590.961,89
RECEITAS DE CAPITAL (II)	26.783.040,00	2.870.993,41	4.863.489,95	1.697.816,22
Operações de Crédito (III)	9.000.000,00	414.113,46	414.113,46	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	331.000,00	3.322,51	63.391,66	28.012,52
Transferências de Capital	17.452.040,00	2.453.557,44	4.385.984,83	1.669.803,70
Convênios	17.452.040,00	89.179,20	1.921.606,59	1.669.803,70
Outras Transferências de Capital	0,00	2.364.378,24	2.464.378,24	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17.452.040,00	2.453.557,44	4.385.984,83	1.669.803,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	194.191.520,00	32.472.135,07	130.433.731,21	110.793.914,43

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Executadas em 2014		Despesas Executadas em 2013
		Liquidada entre Julho à Agosto	Liquidada Até Agosto	Liquidada Até Agosto
DESPESAS CORRENTES (VIII)	177.804.609,61	28.872.060,04	99.911.777,84	88.321.332,35
Pessoal e Encargos Sociais	77.160.975,05	14.272.080,70	48.679.312,84	42.388.274,37
Juros e Encargos da Dívida (IX)	820.000,00	6.000,00	24.000,00	54.312,58
Outras Despesas Correntes	99.823.634,56	14.593.979,34	51.208.465,00	45.878.745,40
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	176.984.609,61	28.866.060,04	99.887.777,84	88.267.019,77
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	57.739.892,89	3.626.863,05	7.506.313,31	6.671.256,32
Investimentos	57.059.892,89	3.626.863,05	7.316.721,49	6.671.256,32
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	680.000,00	0,00	189.591,82	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	57.059.892,89	3.626.863,05	7.316.721,49	6.671.256,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.600,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	234.245.102,50	32.492.923,09	107.204.499,33	94.938.276,09
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	(40.053.582,50)	(20.788,02)	23.229.231,88	15.855.638,34
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.874.301,36	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊ	(17.441.864,00)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/set/2014

Hora de emissão: 15h e 56m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasLEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO VII -DEMONSTRATIVO RESTOS A PAGAR , PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Poder/Orgão	RP Processados e Não Processados Liquidados					RP Não Processados					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2013				Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	53.295,70	267.733,31	194.472,20	58.000,00	68.556,81	493.879,96	4.467.976,28	2.860.356,58	2.844.221,96	511.789,53	1.605.844,75
Executivo	53.295,70	267.733,31	194.472,20	58.000,00	68.556,81	493.879,96	4.453.284,03	2.845.664,33	2.829.529,71	511.789,53	1.605.844,75
Encargos Gerais	60,00	7.404,00	7.404,00	0,00	60,00	0,00	305.720,45	170.636,29	170.636,29	15.927,00	119.157,16
Fundacao Municipal de Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.620.912,49	586.443,13	586.443,13	3.929,20	1.030.540,16
Fundacao Municipal de Defesa do Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	445,93	445,93	445,93	0,00	0,00
Fundacao Municipal de Esportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.610,02	27.391,31	27.391,31	1.568,59	650,12
Fundo Municipal de Assistencia Social	0,00	725,70	725,70	0,00	0,00	0,00	27.514,32	27.087,32	27.087,32	427,00	0,00
Fundo Municipal de Saude	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.070,00	554.878,82	346.765,66	346.765,66	207.828,16	32.355,00
Gabinete do Prefeito	492,50	0,00	0,00	0,00	492,50	240,00	18.937,94	3.906,72	3.906,72	0,00	15.271,22
Gabinete do Vice-prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999,20	847,04	847,04	0,00	152,16
Instituto de Previdencia Social dos Servidores	405,00	0,00	0,00	0,00	405,00	0,00	18.396,67	18.808,76	16.808,76	1.587,91	0,00
Secretaria Munic.de Agric.desenv.rural e Meio Amb.	3.000,00	58.950,00	0,00	58.000,00	3.950,00	0,00	51.978,83	51.193,50	51.193,50	1,89	783,44
Secretaria Munic.desenv.economico e Turismo-sedet	6.420,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00	0,00	46.509,16	46.038,40	46.038,40	0,00	470,76
Secretaria Munic.desenv.social, Cidadania e Hab.	8.761,03	24.643,05	16.250,65	0,00	17.153,43	0,00	117.361,93	80.422,41	77.923,24	35.793,38	3.645,31
Secretaria Municipal de Administracao - Semad	670,00	10.405,00	9.486,29	0,00	1.588,71	670,00	96.663,22	84.404,28	84.404,28	8.750,00	4.178,94
Secretaria Municipal de Educacao - Semed	8.424,67	2.276,01	2.276,01	0,00	8.424,67	345.780,82	428.129,16	179.506,84	179.506,84	229.724,21	364.678,93
Secretaria Municipal de Financas - Semuf	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.448,66	7.623,26	7.623,26	4.951,05	1.874,35
Secretaria Municipal de Transportes - Semut	3.975,00	1.000,00	1.000,00	0,00	3.975,00	0,00	13.763,93	7.516,20	7.516,20	0,00	6.247,73
Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras - Semurb	21.087,50	162.329,55	157.329,55	0,00	26.087,50	115.119,14	1.107.013,30	1.208.627,28	1.194.991,83	1.301,14	25.839,47
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.692,25	14.692,25	14.692,25	0,00	0,00
Camara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.692,25	14.692,25	14.692,25	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	53.295,70	267.733,31	194.472,20	58.000,00	68.556,81	493.879,96	4.467.976,28	2.860.356,58	2.844.221,96	511.789,53	1.605.844,75

Fonte: Sistema Atende Net - IPM, 23/set/2014

15h e 56m

Notas:

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/sep/2014

Hora de emissão: 15h e 56m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO VIII - DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS COM ENSINO, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014 (b)	%(b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	20.778.000,00	20.778.000,00	3.714.555,45	16.994.428,76	81,79
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.147.000,00	6.147.000,00	789.711,52	5.904.043,05	96,05
1.1.1- IPTU	5.800.000,00	5.800.000,00	736.113,47	5.653.039,09	97,47
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	32.000,00	32.000,00	5.976,76	17.917,92	55,99
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	220.000,00	220.000,00	31.398,71	175.212,77	79,64
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	95.000,00	95.000,00	17.681,68	64.586,02	67,99
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	1.459,10	6.712,75	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	587.114,16	2.396.781,56	92,18
1.2.1- ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	593.823,47	2.431.428,61	93,52
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	6.709,31	34.647,05	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	10.181.000,00	10.181.000,00	2.003.750,66	7.461.948,43	73,29
1.3.1- ISS	9.800.000,00	9.800.000,00	1.991.828,29	7.028.357,85	71,72
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	85.000,00	85.000,00	25.259,97	66.255,95	77,95
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	220.000,00	220.000,00	18.587,42	257.437,01	117,02
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	76.000,00	76.000,00	5.946,59	148.929,33	195,96
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	37.871,61	39.031,71	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.850.000,00	1.850.000,00	333.979,11	1.231.655,72	66,58
1.4.1- IRRF	1.850.000,00	1.850.000,00	334.117,95	1.231.794,56	66,58
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	138,84	138,84	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	72.750.000,00	72.750.000,00	12.074.122,68	50.220.905,88	69,03
2.1- Cota-Parte FPM	25.000.000,00	25.000.000,00	3.542.728,31	16.714.904,43	66,86
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	25.000.000,00	25.000.000,00	3.542.728,31	16.714.904,43	66,86
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	37.000.000,00	37.000.000,00	6.253.917,45	25.833.789,33	69,82
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	180.000,00	180.000,00	28.614,38	100.150,33	55,64
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	105.304,27	402.265,34	73,14
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	279,68	1.629,81	8,15
2.6- Cota-Parte IPVA	10.000.000,00	10.000.000,00	2.143.278,59	7.168.166,64	71,68
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	93.528.000,00	93.528.000,00	15.788.678,13	67.215.334,64	71,87

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014 (b)	%(b/a)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.529.716,00	4.529.716,00	697.160,35	3.237.870,49	71,48
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.885.889,00	2.885.889,00	470.323,85	2.005.228,95	69,48
5.2- Transferência Diretas do PDDE	3.132,00	3.132,00	0,00	1.060,00	33,84
5.3- Transferência Diretas do PNAE	970.685,00	970.685,00	178.560,00	537.264,00	55,35
5.4- Transferência Diretas do PNATE	268.000,00	268.000,00	48.276,50	120.691,25	45,03
5.5- Outras Transferências do FNDE	383.000,00	383.000,00	0,00	573.090,88	149,63
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	19.010,00	19.010,00	0,00	535,41	2,82
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.121.000,00	1.121.000,00	264.151,75	791.679,09	70,62
6.1- Transferências de Convênios	1.120.000,00	1.120.000,00	263.349,40	790.048,20	70,54
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	802,35	1.630,89	163,09
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.650.716,00	5.650.716,00	961.312,10	4.029.549,58	71,31

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

FUNDEB					
RECEITA DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014 (b)	%(b/a)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	14.550.000,00	14.550.000,00	2.414.824,15	10.043.682,38	69,03
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	5.000.000,00	5.000.000,00	708.545,62	3.342.980,68	66,86
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	7.400.000,00	7.400.000,00	1.250.783,33	5.166.757,19	69,82
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	36.000,00	36.000,00	5.722,86	20.030,01	55,64
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	110.000,00	110.000,00	21.060,88	80.450,05	73,14
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	4.000,00	4.000,00	55,92	325,88	8,15
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	2.000.000,00	2.000.000,00	428.655,54	1.433.138,57	71,66
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	27.826.017,00	27.826.017,00	4.684.663,28	19.017.695,60	68,35
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	27.721.017,00	27.721.017,00	4.513.545,49	18.846.577,81	67,99
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	105.000,00	105.000,00	171.117,79	171.117,79	162,97
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	13.171.017,00	13.171.017,00	2.098.721,34	8.802.895,43	66,84
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	26.251.000,00	26.452.466,85	5.009.093,77	16.546.299,43	62,55
13.1- Com Educação Infantil	6.431.000,00	6.431.000,00	1.287.692,53	4.199.072,27	65,29
13.2- Com Ensino Fundamental	19.820.000,00	20.021.466,85	3.721.401,24	12.347.227,16	61,67
14- OUTRAS DESPESAS	1.575.017,00	2.271.017,00	316.426,40	1.502.687,00	66,17
14.1- Com Educação Infantil	94.017,00	174.017,00	34.920,66	154.795,01	88,95
14.2- Com Ensino Fundamental	1.481.000,00	2.097.000,00	281.505,74	1.347.891,99	64,28
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	27.826.017,00	28.723.483,85	5.325.520,17	18.048.986,43	62,84

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		697.466,85
17.1- FUNDEB 60%		201.466,85
17.2- FUNDEB 40%		496.000,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		697.466,85
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		17.351.519,58
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100)%		85,95
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100)%		5,29
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %		8,76

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		697.466,85
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014		697.466,85

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014 (b)	%(b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	23.382.000,00	23.382.000,00	3.947.169,53	16.803.833,66	71,87

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014 (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.282.517,00	11.997.517,00	2.529.124,76	7.572.428,57	63,12
23.1- Creche	6.560.245,85	7.622.515,85	1.613.581,60	4.831.209,43	63,38
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.162.960,85	4.182.100,85	843.827,22	2.777.767,32	66,42
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.397.285,00	3.440.415,00	769.754,38	2.053.442,10	59,69
23.2- Pré-Escola	3.722.271,15	4.375.001,15	915.543,16	2.741.219,14	62,66
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.362.056,15	2.422.916,15	478.785,97	1.576.099,96	65,05
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.360.215,00	1.952.085,00	436.757,19	1.165.119,19	59,69
24- ENSINO FUNDAMENTAL	28.262.400,00	30.419.866,85	5.633.640,62	18.803.220,75	61,81
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	21.301.000,00	22.118.466,85	4.002.906,98	13.695.119,15	61,92
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.961.400,00	8.301.400,00	1.630.733,64	5.108.101,60	61,53
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	800,00	800,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	38.546.717,00	42.419.183,85	8.162.765,38	26.375.649,32	62,18

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	8.005.304,05
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	171.117,79
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	697.466,85
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	344.089,99
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	229.724,21
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	9.447.702,89
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	16.927.946,43
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	25,18

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Julho à Agosto	Até Agosto 2014 (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.900.889,00	2.901.911,81	428.044,48	1.454.054,45	50,11
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	3.264.827,00	6.654.424,44	613.885,57	1.965.796,76	29,54
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.165.716,00	9.556.336,25	1.041.930,05	3.419.851,21	35,79
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	44.712.433,00	51.975.520,10	9.204.695,43	29.795.500,53	57,33

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	339.128,93	229.724,21
46.1- Executada com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	318.898,11	7.859,82
46.2- Executadas com Recursos do FUNDEB	20.230,82	221.864,39

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	992.478,68	0,00
48 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	18.847.128,79	0,00
49 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	18.102.454,03	0,00
49.1 - Orçamento do Exercício	18.050.145,35	0,00
49.2 - Restos a Pagar	52.308,68	0,00
50 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	171.117,79	0,00
50.1 - (+) OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.908.271,23	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Data Emissão: 23/set/2014 **Hora de emissão:** 15h e 58m
Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO XII- DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS SAÚDE, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
 Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2014 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	20.778.000,00	20.778.000,00	16.994.428,76	81,79
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.800.000,00	5.800.000,00	5.646.326,34	97,35
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	2.396.781,56	92,18
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	9.800.000,00	9.800.000,00	6.989.326,14	71,32
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.850.000,00	1.850.000,00	1.231.655,72	66,58
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	117.000,00	117.000,00	84.173,87	71,94
Dívida Ativa dos Impostos	440.000,00	440.000,00	432.649,78	98,33
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	171.000,00	171.000,00	213.515,35	124,86
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	72.750.000,00	72.750.000,00	50.220.905,88	69,03
Cota-Parte FPM	25.000.000,00	25.000.000,00	16.714.904,43	66,86
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	1.629,81	8,15
Cota-Parte IPVA	10.000.000,00	10.000.000,00	7.168.166,64	71,68
Cota-Parte ICMS	37.000.000,00	37.000.000,00	25.833.789,33	69,82
Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	402.265,34	73,14
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	180.000,00	180.000,00	100.150,33	55,64
Desoneração ICMS (LC 87/96)	180.000,00	180.000,00	100.150,33	55,64
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	93.528.000,00	93.528.000,00	67.215.334,64	71,87

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Agosto 2014 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	38.371.910,00	38.371.910,00	20.317.049,92	52,95
Provenientes da União	35.677.260,00	35.677.260,00	18.920.830,90	53,03
Provenientes dos Estados	2.534.000,00	2.534.000,00	1.239.716,33	48,92
Provenientes de Outros Municípios	48.000,00	48.000,00	23.377,18	48,70
Outras Receitas do SUS	112.650,00	112.650,00	133.125,51	118,18
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	70.276.490,00	70.276.490,00	46.864.828,19	66,69
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	108.648.400,00	108.648.400,00	67.181.878,11	61,83

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto (f)	% (f/e) x 100	Até Agosto (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	53.475.610,00	56.220.945,80	38.150.664,61	67,86	31.745.809,12	56,47
Pessoal e Encargos Sociais	17.940.700,00	17.940.700,00	11.250.151,74	62,71	11.242.285,91	62,66
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	35.534.910,00	38.280.245,80	26.900.512,87	70,27	20.503.523,21	53,56
DESPESAS DE CAPITAL	4.171.050,00	4.171.050,00	2.442.037,26	58,55	941.292,21	22,57
Investimentos	4.171.050,00	4.171.050,00	2.442.037,26	58,55	941.292,21	22,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	57.646.660,00	60.391.995,80	40.592.701,87	67,22	32.687.101,33	54,12

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto (h)	% (h/IVf)x 100	Até Agosto (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	38.818.360,00	38.818.360,00	25.129.846,06	61,91	19.441.253,22	59,48
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	38.353.110,00	38.353.110,00	24.787.230,39	61,06	19.209.300,79	58,77
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	465.250,00	465.250,00	342.615,67	0,84	231.952,43	0,71
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	38.818.360,00	38.818.360,00	25.129.846,06	61,91	19.441.253,22	59,48
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	18.828.300,00	21.573.635,80	15.462.855,81	38,09	13.245.848,11	40,52
TOTAL GERAL						

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	19,71
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb) / 100]	3.163.547,91
---	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
2013	116.845,98	23.637,30	93.208,68	0,00	116.845,98
Total	116.845,98	23.637,30	93.208,68	0,00	116.845,98

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos Cancelados	23.637,30	-	23.637,30

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
 Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Agosto (l)	% (l/ total l) x 100	Até Agosto (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	20.120.200,00	20.320.200,00	12.261.581,40	30,21	11.649.508,32	35,64
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	34.070.460,00	36.485.795,80	26.420.871,16	65,09	19.371.328,87	59,26
Vigilância Sanitária	1.212.450,00	1.212.450,00	442.121,16	1,09	308.608,03	0,94
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	2.243.550,00	2.373.550,00	1.468.128,15	3,62	1.357.656,11	4,15
Total	57.646.660,00	60.391.995,80	40.592.701,87	100,00	32.687.101,33	100,00

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA Data Emissão: 23/set/2014 Hora de emissão: 16h e 00m

1. Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
 2. O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".
 3. O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
 4. Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
 5. Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
 6. No último bimestre, será utilizada a fórmula: $[VI(h+i) - (15 \times IIb)/100]$.

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO XIII - DEMONSTRATIVO PARCERIAS PÚBLICO- PRIVADAS, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2014)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Esféricas Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	156.964.377,12	183.714.888,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Data Emissão: 23/set/2014 Hora de emissão: 16h e 03m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO XIV - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - Anexo 14

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Julho à Agosto	Até Agosto
Previsão Inicial da Receita	207.361.400,00	207.361.400,00
Previsão Atualizada da Receita	207.361.400,00	207.361.400,00
Receitas Realizadas	35.950.965,65	140.597.926,28
Déficit Orçamentário	0,00	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	2.874.301,36

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Julho à Agosto	Até Agosto
Dotação Inicial	207.361.400,00	207.361.400,00
Créditos Adicionais	3.885.998,51	28.383.702,50
Dotação Atualizada	235.745.102,50	235.745.102,50
Despesas Empenhadas	29.857.724,74	144.918.352,65
Despesas Liquidadas	32.498.923,09	107.418.091,15
Superávit Orçamentário	0,00	33.179.835,13

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Julho à Agosto	Até Agosto
Despesas Empenhadas	29.857.724,74	144.918.352,65
Despesas Liquidadas	32.498.923,09	107.418.091,15

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Agosto
Receita Corrente Líquida	183.714.888,26

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Julho à Agosto	Até Agosto
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	4.583.526,81	16.241.180,36
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	1.283.669,57	4.131.838,38
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	3.299.857,24	12.109.341,98

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Agosto(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	8.639.111,00	(17.719.575,22)	(205,11)
Resultado Primário	(17.441.864,00)	23.229.231,88	(133,18)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Agosto	Pag. Até Agosto	Saldo a pagar
Por Poder e Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	321.029,01	58.000,00	194.472,20	68.556,81
Poder Executivo	321.029,01	58.000,00	194.472,20	68.556,81
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.961.856,24	511.789,53	2.844.221,96	1.605.844,75
Poder Executivo	4.947.163,99	511.789,53	2.829.529,71	1.605.844,75
Poder Legislativo	14.692,25	0,00	14.692,25	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.282.885,25	569.789,53	3.038.694,16	1.674.401,56

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Agosto	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Agosto
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	16.927.946,43	25,00	25,18
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	15.848.832,58	60,00	85,95

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Bimestre Julho-Agosto

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Agosto	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	414.113,46	8.585.886,54
Despesa de Capital Líquida	7.506.313,31	50.233.579,58

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	7.834.943,61	3.742.213,81	1.156.594,56	10.482,94
Despesas Previdenciárias (V)	3.476.657,59	5.465.106,78	6.108.040,43	3.107.847,88
Resultado Previdenciário (IV - V)	4.358.286,02	(1.722.892,97)	(4.951.445,87)	(3.097.364,94)

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Agosto	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	63.391,66	267.608,34
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	55.434,07	516.885,38

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Agosto	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Agosto
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	13.245.848,11	15,00	19,71

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/set/2014 Hora de emissão: 16h e 09m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLE
Controlador Interno

ANEXO I CONSOLIDADO - DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 2013 À AGOSTO DE 2014 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Poder: Consolidado

Período de Referência: Setembro de 2013 a Agosto de 2014 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	80.682.267,78	68.315,34
Pessoal Ativo	74.349.437,56	2.812,83
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.514.533,98	4.223,74
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	818.296,24	61.278,77
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	5.514.533,98	4.223,74
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.514.533,98	4.223,74
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	75.167.733,80	64.091,60
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		75.231.825,40
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		183.714.888,26
% da DESP. COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		40,95
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60,00%		110.228.932,96
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57,00%		104.717.486,31
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54,00%		99.206.039,66

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/set/2014 Hora de emissão: 09h e 11m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO PÁG

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA **Relatório de Gestão Fiscal** **Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida** **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 2 (LRF, art 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2014		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC(I)	3.669.697,06	3.622.841,62	4.778.632,52	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.201.420,60	1.189.420,60	2.657.326,43	0,00
Interna	1.201.420,60	1.189.420,60	2.657.326,43	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	2.468.276,46	2.433.421,02	2.121.306,09	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)*	16.414.535,02	33.904.661,96	34.975.312,39	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.467.425,72	33.980.880,99	35.059.598,82	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados(Exceto Precat.)	52.890,70	76.219,03	84.286,43	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(DCL)(III)=(I-II)	(12.744.837,96)	(30.281.820,34)	(30.196.679,87)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	156.964.377,12	172.072.559,10	183.714.888,26	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	2,34	2,11	2,60	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(8,12)	(17,60)	(16,44)	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	188.357.252,54	208.487.070,92	220.457.865,91	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	169.521.527,29	185.838.363,83	198.412.079,32	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2014		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.201.420,60	1.189.420,60	2.657.326,43	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	1.201.420,60	1.189.420,60	1.177.420,60	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	1.201.420,60	1.189.420,60	1.177.420,60	0,00
Previdenciária	36.000,00	24.000,00	12.000,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	1.165.420,60	1.165.420,60	1.165.420,60	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	1.479.905,83	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo Exerc. Anterior	Saldo do Exercício de 2014		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	8,75	2.708,94	197.543,53	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERC. ANTERIORES	493.879,96	2.392.194,30	1.589.710,13	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA-ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo Exerc. Anterior	Saldo do Exercício de 2014		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	70.518.842,33	70.518.842,33	87.519.384,86	0,00
Passivo Atuarial	70.518.842,33	70.518.842,33	87.519.384,86	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)*	64.088.807,69	69.814.706,79	76.181.340,91	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.603,60	954.562,47	81.596,10	0,00
Investimentos	63.582.108,67	68.373.048,90	75.612.649,39	0,00
Demais Haveres Financeiros	487.500,42	487.500,42	487.500,42	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	405,00	405,00	405,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV. (XI)=(IX - X)	6.430.034,64	704.135,54	11.338.043,95	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data 23/set/2014 Hora de emissão: 09h e 07m

* Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Notas:

 JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

 LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

 JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

 ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DE GARANTIAS, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO PÁG

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior	Saldos do Exercício de 2014		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	156.964.377,12	172.072.559,10	183.714.888,26	0,00
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	34.532.162,97	37.855.963,00	40.417.275,42	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	31.078.946,67	34.070.366,70	36.375.547,88	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2014		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**Data Emissão:** 23/set/2014 **Hora de emissão:** 10h e 14mJOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasLEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO OPERAÇÕES DE CREDITO, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO PÁG

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das Operações de Crédito
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Período	Até o Período
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	414.113,46	414.113,46
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	414.113,46	414.113,46
Interna	414.113,46	414.113,46
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, P 1º)	0,00	0,00
Outras operações de Crédito	414.113,46	414.113,46
Externas	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	183.714.888,26	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	414.113,46	0,23
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	29.394.382,12	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%> (90% dos 16%)	26.454.943,91	90,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	12.860.042,18	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	414.113,46	0,23

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/set/2014 **Hora de emissão:** 10h e 17m

Notas:

¹ Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.

² < Medidas Corretivas >

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO VII- DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO, PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2014 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Agosto de 2014 / Quadrimestre Maio-Agosto

LRF, art. 48 - Anexo 7

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	75.231.825,40	40,95
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	110.228.932,96	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	104.717.486,31	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(30.196.679,87)	(16,44)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	220.457.865,91	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	40.417.275,42	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	414.113,46	0,23
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido no Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	29.394.382,12	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/Oper. de Crédito/ Antecipação da Receita	12.860.042,18	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO I LEGISLATIVO- DEMONSTRATIVO DE PESSOAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO DE 2014 /

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Poder: Legislativo

Período de Referência: Setembro de 2013 a Agosto de 2014 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.971.931,40	0,00
Pessoal Ativo	1.971.931,40	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.971.931,40	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		1.971.931,40
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		183.714.888,26
% da DESP. COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		1,07
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 06,00%		11.022.893,30
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 05,70%		10.471.748,63
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 05,40%		9.920.603,97

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/set/2014 Hora de emissão: 09h e 27m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

ANEXO I _EXECUTIVO- DEMONSTRATIVO PESSOAL, PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 2013 A AGOSTO DE 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Poder: Executivo

Período de Referência: Setembro de 2013 a Agosto de 2014 / Quadrimestre Maio-Agosto

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	Liquidada	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	78.710.336,38	68.315,34
Pessoal Ativo	72.377.506,16	2.812,83
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.514.533,98	4.223,74
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc.(art.18,§1ºda LRF)	818.296,24	61.278,77
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1ºdo art.19 da LRF)(II)	5.514.533,98	4.223,74
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	5.514.533,98	4.223,74
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	73.195.802,40	64.091,60
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		73.259.894,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		183.714.888,26
% da DESP. COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		39,88
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54,00%		99.206.039,66
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,30%		94.245.737,68
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%		89.285.435,69

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 23/set/2014 Hora de emissão: 09h e 31m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de Finanças

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUAD.2014,
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Estado de Santa Catarina
Município de Concórdia
Poder Executivo do Município
Relatório de Gestão Fiscal 2º Quadrimestre do Exercício de 2014

A Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, concernente às normas de Finanças Públicas voltadas para a Responsabilidade na Gestão Fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e Órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela Administração Financeira e pelo Controle Interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada poder ou órgão.

O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em Restos a Pagar.

As demonstrações que compõe o mencionado documento são consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados nelas contidos, no âmbito do Município, respectivamente, pela Secretaria Municipal de Finanças e pelo Sistema de Controle Interno.

Com efeito, determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que se refere, prazo este que, para o segundo quadrimestre de 2014, se encerra em 30 de setembro de 2014.

Receita Corrente Líquida últimos 12 meses	R\$ 183.714.888,26
--	---------------------------

DESPESAS COM PESSOAL	Valor R\$	%
PODER EXECUTIVO	Últimos 12 meses	39,88
Pessoal Ativo	72.380.318,99	
Inativos e Pensionistas	5.518.757,72	
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirizações	879.575,01	
Despesas não computacionais (art. 19 § 1º da LRF)	5.518.757,72	
(-) Decorrentes de Dec. Judicial	0,00	
(-) Inativos pagos com Rec. Regime Próprio de Previd.	5.518.757,72	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	
Repasses ao RPPS – Contribuições Patronais	0,00	
PODER LEGISLATIVO		1,07
Pessoal Ativo	1.971.931,40	
Outras despesas de pessoal decorrentes de terceirizações	0,00	
Repasses ao RPPS – Contribuições Patronais	0,00	
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	75.231.825,40	40,95

Receita Corrente Líquida	183.714.888,26	
% DLP/RCL	40,95 %	
Limite Prudencial	57,00 %	
Limite Legal	60,00 %	
% da Fixação ou Alteração de Remuneração ou Subsídio por Lei Específica e Revisão Geral sobre RCL(V)	7,00%	

Dívida Consolidada	Quadrimestre Anterior	Quadrimestre Atual
Contratual	1.189.420,60	2.657.326,43
Dívida Consolidada	3.622.841,62	4.778.632,52
Ativo Financeiro	33.980.880,99	35.059.598,82
Dívida consolidada Líquida	-30.281.820,34	-30.196.679,87
Receita Corrente Líquida	172.072.519,10	183.714.888,26
DC/RCL	2,11%	2,60%
DCL/RCL	-17,60%	-16,44%
Limite definido Resolução Senado Federal	120%	120%
Excesso a Regularizar	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Dívida Consolidada	0,00	0,00
Excesso a Regularizar	0,00	0,00
Concessões e Garantias	0,00	0,00
Realizadas no Exercício	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	414.113,46
Empréstimos/Financiamentos	0,00	0,00
Realizadas no Exercício	0,00	0,23%
Limite Legal	0,00	16,00%
Antec. de Receita Orçamentária	0,00	0,00
Realizadas no Exercício	0,00	0,00
Limite Legal	0,00	0,00

Anexos:

R.R.E.O – Anexos I a XIII

R.G.F – Anexos I a VII

Concórdia – SC, 23 de setembro de 2014.

Leandro Boeira Zorzan
Contador

Joaquim Pedro de Barros Bicca Neto Segundo
Secretário Municipal de Finanças

Alceone José Muller
Auditor Interno

João Girardi
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Contrato 6/2014**

CONVITE Nº 06/2014

PROCESSO Nº 14/2014

OBJETO: Aquisição de equipamentos para premiação para o concurso de redação, conf. DL 2.598 de 22.05.2014.

TIPO: Menor Preço Por Item

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até às 10 horas do dia 01.10.2014

INICIO DA SESSÃO: dia 01.10.2014, às 14 horas

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: WWW.cvc.sc.gov.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 - Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2500.

Concórdia SC, 22 de setembro de 2014.

ARLAN GULIANI

Presidente em Exercício

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL 2/2014

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.971.931,40	0,00
Pessoal Ativo	1.971.931,40	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.971.931,40	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	1.971.931,40	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	183.714.888,26	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,07	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	11.022.893,30	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	10.471.748,63	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%	9.920.603,97	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

CONCORDIA, 24/09/2014

ROGERIO LUCIANO PACHECO
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

MAURO MENDES
Vice Presidente

ARLAN GULIANI
1º Secretário

VILMAR COMASSETTO
2º Secretário

MARCIANO CORADI
Responsável pelo Controle Interno

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 428/2014

DECRETO Nº 428/2014, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) que serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 94

Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, serão utilizados o provável excesso de arrecadação do orçamento vigente. - R\$ 25.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 435/2014

DECRETO Nº 435, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal Sra. LUCIANI TERESINHA KNAKEIVICZ LICHAK, ocupante do cargo de professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de Setembro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI Nº 1125/2014 - "AUTORIZA REALIZAR DESPESAS PARA EFETIVAÇÃO DE PROJETO - DIA DO PROFESSOR"

LEI N. 1125/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS PARA EFETIVAÇÃO DE PROJETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para a efetivação do Projeto da Secretaria Municipal de Educação, denominado: "PROJETO DIA DO PROFESSOR", a ser realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2014, nos termos do anexo I desta lei.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

ANEXO I

PROJETO DIA DO PROFESSOR

Justificativa: O dia do professor e do educador, comemorado em 15 de outubro, é uma data muito importante e deve ser lembrado como uma maneira de nos conscientizar das nossas responsabilidades pessoais em relação à educação das pessoas neste país. O professor é aquele que ensina e que proporciona alicerce para a formação de um futuro cidadão, e, portanto, deve ter seu mérito reconhecido.

Objetivo: Oportunizar um momento de estudo, convívio e descontração, reconhecendo o trabalho dos educadores do município.

Atividades: Será realizada uma viagem de estudos a Florianópolis, com visita a lugares como: Assembleia Legislativa, Praça da Figueira, Catedral, Mercado Público, Museu Histórico de Santa Catarina e Museu de arqueologia Costão do Santinho. A saída ocorrerá no dia 16 de outubro de 2014, e as atividades serão desenvolvidas nos dias 17 e 18 de outubro de 2014.

Materiais: Necessita-se contratar uma empresa de viagens e Turismo, que fornecerá o transporte e a pernoite em Florianópolis para até 40 pessoas.

Recursos: Os recursos para a execução das atividades serão oriundos da Secretaria Municipal de Educação.

Estimativa de despesas:

DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE VIAGENS E TURISMO	7.998,00	7.998,00
TOTAL R\$ 7.998,00		

Cordilheira Alta, SC, 24 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1126/2014 - " AUTORIZA REALIZAR DESPESAS PARA EFETIVAÇÃO DE PROJETO - DIA DA CRIANÇA "

LEI N. 1126/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS PARA EFETIVAÇÃO DE PROJETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para a efetivação do Projeto da Secretaria Municipal de Educação, denominado: "PROJETO DIA DA CRIANÇA", a ser realizado nos dias 08 e 09 de outubro de 2014, nos termos do anexo I desta lei.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

ANEXO I PROJETO DIA DA CRIANÇA

Justificativa: As crianças têm o direito de ser felizes, valorizadas, respeitadas e amadas. Com a aproximação do dia das crianças pensamos em oportunizar as nossas crianças alguns dias diferentes e divertidos, associando o lúdico ao aprimoramento de suas habilidades, propondo atividades ricas de integração e diversão.

Objetivo: Festejar com entusiasmo o dia das crianças.

Atividades: As atividades serão desenvolvidas nos dias 08 e 09 de outubro de 2014, nas escolas do município (Centro Educativo Municipal Mediação, Escola Municipal Bento Gonçalves e Escola Básica Municipal Fernando Machado), sendo que o município proporcionará aos alunos dias de diversão e integração.

Materiais: Necessita-se locar brinquedos infláveis e adquirir lanches e Milk shake.

Recursos: Os recursos para a execução das atividades serão oriundos da Secretaria Municipal de Educação.

Estimativa de despesas:

DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
BRINQUEDOS INFLÁVEIS	3.000,00	3.000,00
LANCHES E MILK SHAKE	3.850,00	3.850,00
TOTAL R\$ 6.850,00		

Cordilheira Alta, SC, 24 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1127/2014 - " INSTITUI PROGRAMA E REALIZA DESPESAS PARA SUA EFETIVAÇÃO - OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL "

LEI N.1127/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR PROGRAMA E A REALIZAR DESPESAS PARA SUA EFETIVAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a instituir no Município de Cordilheira Alta o Programa denominado "OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL", nos termos do anexo I.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para a efetivação do Programa da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, denominado: "OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL", a ser realizado nos meses de outubro e novembro respectivamente, nos termos do anexo II.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

ANEXO I PROGRAMA OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL

1. Justificativa

Apesar dos avanços tecnológicos, o câncer ainda continua causando altos índices de mortalidade, sobretudo em função do diagnóstico tardio. Segundo informações do Instituto Nacional de Câncer (INCA), no Brasil, as estimativas para o ano de 2012 são válidas também para o ano de 2013 e apontam a ocorrência de aproximadamente 518.510 casos novos de câncer, incluindo os casos de pele não melanoma, reforçando a magnitude do problema do câncer no país. Sem os casos de câncer da pele não melanoma, estima-se um total de 385 mil casos novos. Os tipos mais incidentes são os cânceres de pele não melanoma, próstata, pulmão, cólon e reto e estômago para o sexo masculino; e os cânceres de pele não melanoma, mama, colo do útero, cólon e reto e glândula tireoide para o sexo feminino.

Ainda segundo dados do Ministério da Saúde e do INCA, no país, o câncer, a diabetes, as doenças cardiovasculares e respiratórias consomem mais de 70% dos gastos assistenciais do Sistema Único de Saúde (SUS) e respondem por 67% das mortes registradas no país. Para o enfrentamento do câncer, são necessárias ações que incluam: educação em saúde em todos os níveis da sociedade; promoção e prevenção orientadas a indivíduos e grupos (com ênfase em ambientes de trabalho e em escolas); geração de opinião pública; apoio e estímulo à formulação de leis que determinem a garantia de ações na defesa da saúde pública.

"O Programa Outubro Rosa e Novembro Azul" tem como foco principal a prevenção do câncer, destacando a importância da mobilização social e conscientização para prevenção da doença. O desafio, de acordo com os especialistas, é sensibilizar a população

de que é possível evitar grande parte dos tumores com mudanças no estilo de vida e ainda alertar que, com detecção precoce e o tratamento correto, mais de 90% dos cânceres tem cura.

2. Objetivo

Socializar informações sobre a importância da prevenção e detecção precoce do câncer.

Estimular a participação da população de Cordilheira Alta nas atividades promovidas pelo governo municipal.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

ANEXO II

1. Atividades

A abertura do evento ocorrerá no dia 18 de outubro de 2014, às 14h, no Salão Comunitário do Distrito de Fernando Machado. Na ocasião ocorrerá a recepção de todos os participantes, seguida de apresentação de palestra sobre o tema: "Prevenção do Câncer e Bons hábitos de vida". Após será realizada uma palestra motivacional e Coffee Breake.

Iluminação e/ou decoração de monumentos públicos e pontos principais do município de Cordilheira Alta. Com o apoio de órgãos governamentais e empresas privadas, a comissão organizadora da campanha pretende iluminar na cor rosa/azul monumentos públicos, pontos principais, comércios e empresas privadas.

Banner, Iluminação - Adesão de empresas ou órgãos públicos sendo que as empresas interessadas em aderir poderão colorir suas fachadas ou ornamentá-las de cores rosa e azul. É necessária a assinatura do termo de adesão com a identificação da forma de adesão. A empresa poderá optar pela impressão, no local indicado pela Secretaria de Saúde, de um banner, no tamanho desejado.

Caminhada pela vida: No dia 29 de novembro de 2014 será realizada uma caminhada com a participação da sociedade para conscientizar a população quanto à importância de prevenir e detectar precocemente o câncer. Os participantes vão se concentrar às 14h em frente à Unidade de Saúde Sede e Unidade de Saúde de Fernando Machado, seguindo para a praça municipal Cordilheira Alta, onde, logo após, ocorrerá a mateada.

2. Materiais

Serão necessários materiais gráficos, banners e camisetas para os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde.

3. Recursos

Os recursos necessários para a execução das atividades descritas serão oriundos do fundo municipal de saúde.

4. Estimativa de Despesas

As atividades a serem desenvolvidas foram orçadas no valor descrito abaixo:

Quant.	Descrição	R\$ Unit.	R\$ Total
04	Banner de divulgação com slogan do Programa	145,00	580,00
1.500	Convites da Programação	0,32	483,00
600	Cadeiras de plástico brancas	1,66	1.000,00
12	Faixas de divulgação	45,00	540,00
01	Sonorização	750,00	750,00
01	Orador	250,00	250,00
50	Camisetas com slogan do programa	15,00	750,00
01	Lanche	3.500,00	3.500,00
01	Apresentação Humorística	880,00	880,00
	Transporte dos participantes, passando por todas as comunidades até o local do evento		4.300,00

Decoração de entrada para todo mês de Outubro e Novembro nos seguintes locais:
Prefeitura, CRAS, postos de saúde;
Fotos - sessão de fotos com pacientes com câncer;
Filmagem - de depoimentos de pessoas que passaram ou estão passando por esta situação;
Montagem e edição do clip;
Evento realizado dia 18 de outubro em Fernando Machado:
Ornamentação da entrada do salão pelo lado menor, sendo paredes e ambiente;
Decoração de 8 mesas para exposição dos trabalhos de artesanato;
Decoração da tribuna e frente de palco;
Fechamento de 01 parede grande para divisão de espaços;
Ornamentação da mesa de lanches;
Toalhas para mesas dos lanches
Telão
Tela projetora;
Transmissão do clipe;

6.990,00

Valor Total 19.923,00

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1128/2014 - " ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO PERÍODO 2014-2017"

Lei Nº1128 de 24 de setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, DO PERÍODO 2014-2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Alceu Mazzioni, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Os anexos I, II, III e VII da Lei Municipal nº1049/2013, que trata do Plano Plurianual para o quadriênio de 2014-2017, passam a vigorar com as ações, respectivas metas físicas e financeiras, na forma dos anexos I a IV da presente Lei, sendo:

I - Anexo 01, que demonstra as Receitas previstas para o período de 2014-2017;

II - Anexo 02, que demonstra os Programas, ações, e metas financeiras para o período de 2014-2017;

III - Anexo 03, que demonstra a Compatibilização das Fontes com a Destinação dos Recursos para o período de 2014-2017;

IV - Anexo 04, Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações para o período de 2014-2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão a conta dos orçamentos vigentes de cada exercício financeiro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Lei Complementar Nº 110/2014 - Introduz Modificações Na Lc 93/2013

LEI COMPLEMENTAR N. 110/2014

INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR N. 93/2013, CRIA CARGOS, AUTORIZA ALTERAÇÃO DE ANEXOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado no Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo municipal, um cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, a ser preenchido por profissional com formação em Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Direito, com enquadramento no nível 109, forma de ingresso no serviço público, atribuições e carga horária, as previstas no anexo VII da lei Complementar 93/2013.

Art. 2º Ficam criados mais dois cargos de Agente Comunitário de Saúde no Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo municipal, com enquadramento no nível 103, forma de ingresso no serviço público, atribuições e carga horária, as previstas no anexo VII da lei Complementar 93/2013.

Parágrafo único - São da responsabilidade dos agentes comunitários de saúde as ações de combate às endemias.

Art. 3º É direito do Agente Comunitário de Saúde a percepção do piso salarial profissional fixado na Lei Federal 12.994 de 17 de junho de 2014, podendo esse valor ser superior, se assim estiver definido na Lei municipal.

Art. 4º A carga horária a ser cumprida pelo Procurador Jurídico do município, cargo de provimento efetivo, será de trinta horas semanais.

Art. 5º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo municipal a alterar os anexos da Lei Complementar n.º 93/2013, adequando-os as disposições desta Lei Complementar.

Art. 6º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação Desta Lei Complementar serão utilizados recursos do Orçamento Municipal.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 22 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

DECRETO N. 436/2014

DECRETO Nº436 /2014, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. DAIANE FAVERO , ocupante do cargo de Coordenador Pedagógico do Ensino Fundamental, lotada na Secretaria municipal de Educação , de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 758/14 Altera O Artigo 3 ° do Decreto 025 de 25 de Abril de 2001, Que Regulamenta O Conselho Municipal de Turismo - Comtur.

DECRETO Nº 758/14

ALTERA O ARTIGO 3 ° DO DECRETO 025 DE 25 DE ABRIL DE 2001, QUE REGULAMENTA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei n. 2.154 de 25 de junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1o - Fica alterado o art. 3o do Decreto 025 de 25 de abril de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 3o - O Conselho Municipal de Turismo será constituído por 12 (doze) membros, nomeados pelo Prefeito e escolhidos dentre cidadãos da comunidade de notório saber, e que tenham interesse pelo desenvolvimento e no fomento do Turismo em Corupá.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
19 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 759/14 NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR.

DECRETO Nº 759/14

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei n. 2.154 de 25 de junho de 2014.

DECRETA:

Art. 1o - Fica designado, para compor o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, os abaixo relacionados:

I - Representantes do Governo:

Wilson Jean Gessner - Secretário de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer; (Valquiria Michalak - Suplente).

Valéria Assis de Oliveira - Representante de Turismo; (Daniela Rivelles - Suplente).

Chales Moesch - Representante de Esporte e Lazer; (Mário Kühn - Suplente).

Maria Aparecida Rosa - Representante da Secretaria de Educação e Cultura; (Elizabeth da Fonseca Ferreira Tomaselli - Suplente).

Fernando Gean Lunelli - Representante da Secretaria de Administração e Fazenda; (Claudio Augusto Silvino - Suplente).

Ana Carolina Gabriel - Representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente; (Paulo Cesar Ruthes - Suplente).

II - Representantes da Sociedade Civil:

Nelly Tureck - Representante dos Meios de Hospedagem; (Cleber Zapelini Espindola - Suplente).

Cesar Trevisan - Representante dos Atrativos Turísticos; (Roseli

Siewert - Suplente).

Manfred Millnitz - Representante do Segmento Gastronômico; (Deoclides Soares - Suplente).

Andréia Klodzinski - Representante dos Meios de Transporte; (Eli-seo Petry - Suplente).

Juliano Millnitz - Representante da Associação Empresarial de Corupá ACIAC; (Alaor Duarte - Suplente).

Marcos R. Schmidt - Representante das Associações de Artesanato, Clubes e Sociedades; (Donizete Larsen - Suplente).

Art. 2o - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
19 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 761/14 AUTORIZA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, ESPORTE E LAZER, A FAZER USO SEM FINS LUCRATIVO, DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

DECRETO Nº 761/14

AUTORIZA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO, ESPORTE E LAZER, A FAZER USO SEM FINS LUCRATIVO, DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009, CONSIDERANDO, tratar-se de ação beneficente sem fins lucrativos;

CONSIDERANDO que, não haverá venda de bebidas e produtos de gêneros alimentícios;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 28 de setembro de 2014, das 07 às 17 horas para a realização do evento Pedal Corupá, tendo como responsável a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 2º - Toda a limpeza, segurança e integridade do patrimônio público, relativamente ao local de realização do evento, ficam sob inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3012/14

PORTARIA Nº 3012/14

NOMEIA "AD HOC" O SERVIDOR PÚBLICO DANIEL MÜLLER PARA DESEMPENHAR, CUMULATIVAMENTE, AS FUNÇÕES DE FISCAL DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art.1º - Nomear o servidor público DANIEL MÜLLER, para desempenhar "Ad Hoc", cumulativamente, a função de Fiscal de Posturas do Município de Corupá.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
19 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3013/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, A SRA. RAQUEL BALDUINO DA ROSA COSTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. RAQUEL BALDUINO DA ROSA COSTA, a partir de 01 de setembro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, no C.E.I. Dona Nina, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de substituição da Auxiliar de Setor ACT Gislene Gazaniga Schöp, que pediu demissão, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3014/14

PORTARIA Nº 3014/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO FISIOTERAPEUTA ACT, AO SR. RAFAEL FELIPE VIGNOTTI DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SR. RAFAEL FELIPE VIGNOTTI DA SILVA, a partir de 01 de setembro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Fisioterapeuta ACT, na Clínica Municipal de Fisioterapia, com carga horária de 32 horas semanais, em virtude da saída do fisioterapeuta Ricardo Kemer Pedrini, e ausência de candidato em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3015/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. FRANCIELI FABIANA DE MATTOS LACH.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. FRANCIELI FABIANA DE MATTOS LACH, a partir de 01 de setembro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, na E.M.E.F. José Pasqualini, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de substituição da professora efetiva Mônica Seidel, que está em licença-prêmio no mês de setembro e posteriormente no C.E.I. Gertrudes Steffen, para substituir Carina Gessner, que será transferida para o C.E.I. Bomplandt que inaugura no mês de outubro, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2014,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de setembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3016/14

PORTARIA Nº 3016/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. GISLENE GAZANIGA SCHÖPF.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SRA. GISLENE GAZANIGA SCHÖPF, a partir de 01 de setembro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, na E.M.E.F. José Pasqualini e Francisco Mees, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de substituição da professora ACT Nilena Jacklin dos Santos, que pediu demissão, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de setembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3017/14

PORTARIA Nº 3017/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. JANY RAMOS BITTENCOURT RIBEIRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SRA. JANY RAMOS BITTENCOURT RIBEIRO, a partir de 01 de setembro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, na E.M.E.F. José Pasqualini, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de substituição da

professora ACT Suzana Machado Silva, que pediu demissão, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de setembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3018/14

PORTARIA Nº 3018/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. MIRIAM DUMKE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SRA. MIRIAM DUMKE, a partir de 01 de setembro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, na E.M.E.F. Aluísio Carvalho de Oliveira, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude de substituição da professora Margaret Frankowiak Burger, que está em licença-prêmio no mês de setembro e posteriormente no C.E.I. Dona Nina, para substituir Raquel de Carvalho, que será transferida para o C.E.I. Bomplandt que inaugura em outubro, ficando lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de setembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3019/14

PORTARIA Nº 3019/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AGENTE EPIDEMIOLOGICO ACT, A SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação do SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY, a partir de 01 de setembro de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Agente Epidemiológico ACT, na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, em virtude do afastamento médico do Agente Epidemiológico Evanilde Kasmarski Weidner e ausência de candidato em concurso público, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 3020/14

PORTARIA Nº 3020/14

NOMEIA O SENHOR MANOEL BUTEWICZ PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo de Coordenador de Serviços, percebendo a remuneração prevista no fator 18 do anexo XI da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de Dezembro de 2009, o Sr. MANOEL BUTEWICZ.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
19 de setembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ERRATA DA PORTARIA Nº 3012 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

Errata do PORTARIA Nº 3012 de 19 de setembro de 2014, publicado em 24 de setembro de 2014.

ONDE SE LÊ: PORTARIA Nº 3012/14, de 19 de setembro de 2014

LEIA-SE: PORTARIA Nº 3021/14, de 19 de setembro de 2014.

ERRATA DA PORTARIA Nº 3013 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

Errata do PORTARIA Nº 3013 de 19 de setembro de 2014, publicado em 24 de setembro de 2014.

ONDE SE LÊ: PORTARIA Nº 3013/14, de 19 de setembro de 2014

LEIA-SE: PORTARIA Nº 3022/14, de 19 de setembro de 2014.

ERRATA DA PORTARIA Nº 3014 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

Errata da PORTARIA Nº 3014 de 19 de setembro de 2014, publicado em 24 de setembro de 2014.

ONDE SE LÊ: PORTARIA Nº 3014/14, de 19 de setembro de 2014

LEIA-SE: PORTARIA Nº 3023/14, de 19 de setembro de 2014.

ERRATA DA PORTARIA Nº 3015 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

Errata da PORTARIA Nº 3015 de 19 de setembro de 2014, publicado em 24 de setembro de 2014.

ONDE SE LÊ: PORTARIA Nº 3015/14, de 19 de setembro de 2014

LEIA-SE: PORTARIA Nº 3024/14, de 19 de setembro de 2014.

ERRATA DA PORTARIA Nº 3016 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

Errata da PORTARIA Nº 3016 de 19 de setembro de 2014, publicado em 24 de setembro de 2014.

ONDE SE LÊ: PORTARIA Nº 3016/14, de 19 de setembro de 2014

LEIA-SE: PORTARIA Nº 3025/14, de 19 de setembro de 2014.

Curitibanos

PREFEITURA

Retificação Edital de Pregão Presencial Nº 56/2014

RETIFICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público a retificação referente ao Pregão Presencial nº 56/2014, conforme segue:
Referente ao item 5.3 alínea k) da Proposta de Preço.

Onde se lê: Documento comprobatório de treinamento de pelo menos 2 funcionários, conforme exigência da NR 33 do Ministério do Trabalho e Emprego para os serviços a serem realizados em altura;

Leia-se: Documento comprobatório de treinamento de pelo menos 2 funcionários, conforme exigência da NR 33 do Ministério do Trabalho e Emprego para os serviços a serem realizados em espaço confinado;

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.

Curitibanos, 23 de Setembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 61/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DO ÔNIBUS MODELO CITYCLASS 70C17 HD, PLACA: MKW 6146 EM USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, UTILIZADO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/10/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 09/10/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 23 de Setembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº38/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº38/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para futura e eventual confecção de próteses dentárias totais para fornecimento a pacientes atendidos pelo Centro de Especialidades Odontológicas do Município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 08/10/2014, às 09H00, e início da sessão do Pregão no dia 08/10/2014, às 10h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, contudo o conteúdo da web não substitui o oficial disponibilizado junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376.

Curitibanos, 04 de setembro de 2014.

Ermo**PREFEITURA****Aviso de Licitação Nº 30/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 30/2014 - Modalidade Tomada de Preço, objetivando a contratação de empresa especializada para a construção de um espaço educacional com 06 salas de aulas, com área de 851,63m², composto de bloco pedagógico, bloco administrativo, bloco de serviço, pátio central, conforme modelo padrão FNDE (fundo nacional desenvolvimento da educação), com capacidade para 216 alunos, situado na BR 285, km 07, s/n, no município de Ermo/SC, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08:00 hs do dia 09/10/2014 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo - SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:00hs às 12:00 hs ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Erval Velho**PREFEITURA****Extrato de Edital de Tomada de Preço 007/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 045/2014

Edital de Tomada de Preço nº 007/2014

Objeto: Revitalização das Quadras da Praça Central.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 13/10/2014.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

PORTARIA 2991/2014

PORTARIA 2991, de 15 de setembro de 2014.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso XI, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 003/2014, originado pelo Edital n. 003/2014, de 24 de fevereiro de 2014,

Resolve:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora LUCIANA GOMES DE CAMPOS, para ocupar temporariamente o cargo de Psicólogo, nível 08-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, até que se realize Concurso Público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,
em 15 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2992/2014

PORTARIA 2992, de 16 de setembro de 2014.

Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora DANIELA FOIATTO, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 16 de setembro de 2014, com término previsto para 13 de janeiro de 2015, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,
em 16 de setembro de 2014.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1367/2014

Lei n. 1367, de 16 de setembro de 2014.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 889/1999.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - O parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 889 de 12 de agosto de 1999, passa a ter a seguinte redação:

Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos, a serem recolhidos ao Município.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 16 de setembro de 2014.
Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 16 de setembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR 051/2014

Lei Complementar nº 051, de 16 de setembro de 2014.

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 027, de 03 de dezembro de 2009 que estabelece o Código Tributário do Município de Erval Velho - Santa Catarina.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º Os dispositivos do Código Tributário do Município de Erval Velho - Lei Complementar n. 027, de 03 de dezembro de 2009 - a seguir citados passam a ter a seguinte redação:

Artigo 44 Para o cálculo do imposto será aplicada sobre a base de cálculo, prevista no artigo 43 e seus parágrafos, a alíquota de 2,0% (dois por cento).

Parágrafo Único - Para aquisição de imóveis residenciais financiados por programa governamental diretamente ou pelo sistema bancário, será aplicada sobre a base de cálculo a alíquota de 1,0% (um por cento)
(...)

Artigo 53 Os Tabeliães e Escrivães não poderão lavrar instrumentos, escrituras ou termos judiciais sem que o imposto devido tenha sido pago. O órgão arrecadador do Município não poderá liberar as guias ou cálculo do ITBI se tiver pendente débito atribuído ao imóvel.
(...)

Artigo 69 São responsáveis pela retenção na fonte e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:
(...)

II - Os bancos e instituições do sistema financeiro nacional, sobre os serviços dos quais resultem remunerações ou comissões por eles pagos à Rede de Casas Lotéricas, de Venda de Bilhetes, cobrança, banco postal e outros serviços do sistema financeiro, estabelecido no Município, na:

- a) distribuição e vendas de bilhetes de loterias, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios ou prêmios;
 - b) cobrança, recebimento ou pagamento em geral de títulos quaisquer, de contas ou cartões, tributos e por conta de terceiros, inclusive os serviços correlatos à cobrança, recebimento ou pagamento.
- (...)

Artigo 78 Será arbitrado o preço do serviço, mediante processo regular, nos seguintes casos:
(...)

VI - nas situações previstas nos incisos anteriores, quando se tratar de prestação de serviços na construção civil, obras rodoviárias, obras de arte, será arbitrado o lançamento considerando do valor total da obra: 40% (quarenta por cento) - serviço e 60% (sessenta por cento) - material e equipamentos, quando não especificado em planilha proposta pelo prestador do serviço e homologada pelo órgão arrecadador.

(...)

Artigo 108 Os contribuintes inscrever-se-ão na repartição fiscal antes de iniciarem suas atividades.

(...)

§ 3º Ao requerer a licença, através de formulário próprio, ou por meio eletrônico, o contribuinte fornecerá ao Órgão competente do Município, além dos elementos e informações necessários à sua inscrição, no Cadastro Fiscal Mobiliário:

(...)

II - quando pessoas jurídicas deverão entregar cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda),

Contrato Social com suas alterações, ou consolidado, ou declaração de microempreendedor individual - MEI, Cópia dos documentos pessoais dos sócios, atestado de vistoria emitido pelos bombeiros, alvará sanitário, licenças ambientais quando exigidas, carteiras dos responsáveis técnicos quando a atividade exigir, conforme o interesse do Município, cópia do contrato de locação quando o imóvel for de terceiros e demais documentos exigidos fundamentadamente pelo fisco.

III- quando autônomo deverá entregar cópia dos documentos pessoais, atestado de vistoria dos bombeiros se a atividade exigir, cópia do alvará sanitário, cópia de inscrição no INSS e comprovante de residência.

(...)

Artigo 120 O Microempreendedor, conforme definido pela lei federal contará com isenção total no valor da Taxa de Fiscalização da Licença para Localização e Funcionamento no ano de início de suas atividades, sendo que o prazo de apresentação de documentos é de 30 (trinta) dias após o pedido, após o que sem a apresentação regular dos documentos necessários ocorre o indeferimento.

(...)

Artigo 159 A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é a valorização imobiliária, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do custo da obra independente de ser a obra custeada com recursos próprios do Município, financiamentos ou pago com recursos

financeiros obtidos a fundo perdido, ou qualquer outra forma de transferência de recursos que o Município não fique obrigado a devolver, pagar ou reembolsar.

(...)

§ 3º (revogado)

(...)

Artigo 163 A Contribuição de Melhoria poderá ser paga em parcelas, na forma, prazos e condições estabelecidas no edital da obra a que se refere o artigo 160.

Parágrafo único. O pagamento à vista, em uma única parcela, possibilita a concessão de um desconto de 10% (dez por cento) no valor da contribuição a ser paga.

(...)

Artigo 166 Ficam isentos da Contribuição de Melhoria os imóveis integrantes do patrimônio:

(...)

II - de pessoas ou núcleo familiar com renda mensal global igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos, reconhecidos através de laudo circunstanciado do serviço social do Município como indivíduos ou núcleo familiar passível ou necessitado de apoio do Serviço Social, ou em situação de necessidade ou vulnerabilidade;

(...)

Artigo 205 Os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, inclusive fiscais, atuais e futuros, incluídas as multas de qualquer espécie, provenientes da impontualidade, total ou parcial, nos respectivos pagamentos, assim como, todos os valores apresentados nesta Lei Complementar, serão atualizados monetariamente, de acordo com a variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que venha a sucedê-lo.

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, para parcelamentos a Secretaria Municipal de Administração e Finanças utilizará as informações da variação do INPC dos últimos 12 (doze) meses para fixar projeção para o período futuro do parcelamento.

(...)

§ 3º Os juros de mora, decorrentes de débitos de quaisquer natureza ou falta de pagamento, serão calculados à razão de 3% (três por cento) ao ano ou fração, sobre o montante do débito atualizado, a partir do dia seguinte ao vencimento do tributo.

(...)

§ 6º (revogado).

(...)

Artigo 208 A falta de pagamento de qualquer tributo, previsto nesta Lei Complementar, nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento, sujeitará o sujeito passivo ou o responsável:

I - à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente;

II - (revogado).

(...)

Artigo 302 As limitações do poder de tributar são as especificadas na Constituição Federal contidas no artigo 150 da CF.

Artigo 2º O Anexo II da Lei Complementar n. 027, de 03 de dezembro de 2009 passa a ter a seguinte redação:

ANEXO II

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DA LICENÇA DE COMÉRCIO AMBULANTE OU EVENTUAL

TAXA AMBULANTE - VALOR EM (UFRM)					
MEIO DE COMÉRCIO	PERÍODO DE ATIVIDADES				
	Dia	Semana	Quinzena	Mês	ANO
a) Vendedor com cesta e carrinho manual.	2	4	6	8	10
b) ambulantes com veículo automotor e ("trailer")	5	10	15	20	25
c) outros meios de comércio ambulante ou eventual (art.122 §3º inciso I)	10				
d) produtores rurais ou artesanais com sede e produção no município	isento	isento	isento	isento	Isento

Artigo 3º O Poder Executivo publicará texto consolidado, em texto único da presente lei com o Código Tributário Municipal.

Artigo 4º Os efeitos da presente lei retroagirão no tempo no que beneficiar o contribuinte, de qualquer forma somente em situações que ainda não tenha ocorrido o pagamento até a data de entrada em vigor da presente lei.

Artigo 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 16 de setembro de 2014.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 16 de setembro de 2014.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS Nº. 85/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 85/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ISAMED MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA ME

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 6.914,46 (seis mil novecentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32); 1701.2058.3390 (51), 1701.2057.3390 (48); 1701.2062.3390 (67).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 23/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de agosto de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 74/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 74/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 41/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

DO OBJETO - Contratação de empresa especializada para reconstrução de uma quadra poliesportiva para prática de educação física, com 655,20 m², na E.E.B. José Aléssio, Rua Santa Bárbara, Bairro Cidade Alta, por meio do Convênio nº. 2013TR004247 celebrado entre o Município de Forquilha/SC e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado e Desenvol. Regional de Criciúma.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato nº. 41/PMF/2014 de 03/09/2014 para 02/11/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 31/01/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 02 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 186/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 186/PMF/2014

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados com objetivo de prestar serviços de Leiloeiro, para atuar nas licitações na modalidade Leilão Oficial, promovidas

pelo Município de Forquilha/SC para o exercício de 2014. Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha/SC, sítio a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, até o dia 13/10/2014 às 10:00 horas. Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha/SC, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 24 de setembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 75/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 75/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 177/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA

DO OBJETO - Execução da reforma e adaptação de 84,4 m² de salas para promoção de cursos diversos, por meio da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC, compreendendo material e mão-de-obra, de acordo com a proposta da contratada que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

DO VALOR - Fica acrescido o valor de R\$ 5.298,71 (cinco mil duzentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido a serviços adicionais por necessidade da obra, conforme solicitação.

DO PRAZO - Em razão das adequações supracitadas, fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução do contrato 177/PMF/2014 de 17/09/2014 para 17/10/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 15/01/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 203/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 203/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para construção da Praça do Loteamento Atlanta, com área total de 1.948,64 m², localizada na Rua Pedro Mezzari, Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 796123/2013, Processo 1011816-04/2013 firmado junto ao Ministério do Esporte, referente à Esporte e Grandes Eventos Esportivos.

VALOR - R\$ 230.001,76 (duzentos e trinta mil um real e setenta e seis centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura. - 14/04/2015.

DOTAÇÃO - 0803.1008.4490 (148), (149) - Ministério do Esporte. FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 163/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 23 de setembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo**PREFEITURA****TA 0112014**

TERMO ADITIVO Nº 011, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 007/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 04/08/2014 a 03/10/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 23 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

FERNANDO IARENCHUKI GOMES
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

TA 012/2014

TERMO ADITIVO Nº 012, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 005/2014

As partes constantes no contrato de trabalho por tempo determinado, para o período de 21/05/2014 a 18/10/2014, acordam aditá-lo, prorrogando o prazo de vigência da cláusula segunda, até 31/12/2014.

Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contratuais.

Assim, acordados, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 23 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

EZEQUIEL DA SILVA SANTOS
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 0021/2014-SF

Aviso do Pregão Presencial nº 0021/2014 - SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para ampliação da Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), localizada no bairro Jardim América, para tratamento conjunto de resíduos de tanques sépticos. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 08.10.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 23 de setembro de 2014.

Eloi Regalin
Presidente da SANEFRAI

LEI N. 2254-2014

LEI Nº 2254, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

DENOMINA RUA ARMINDO MUMBERGER A RUA "O" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua "O" passa a ser denominada RUA ARMINDO MUMBERGER.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 24 DE SETEMBRO De 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Lei N. 2255/2014

LEI Nº 2255, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

DENOMINA RUA IZALTINO FERREIRA DE DEUS A RUA "E" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua "E" passa a ser denominada RUA IZALTINO FERREIRA DE DEUS.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO - SC., 24 DE SETEMBRO De 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei N. 2256/2014

LEI Nº 2256, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

DENOMINA RUA WALDEMAR REICHARDT A RUA "T" DO BAIRRO PORTAL.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. A via pública situada no Bairro Portal, nesta cidade, adiante relacionada, passa a ter a seguinte denominação:

Rua "T" passa a ser denominada RUA WALDEMAR REICHARDT.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO - SC., 24 DE SETEMBRO De 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Lei N. 2257/2014

LEI Nº 2257, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº. 4.320/64, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, DO EXERCÍCIO DE 2014, APROVADO PELA LEI Nº. 2210, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 326.500,54 (trezentos e vinte e seis mil, quinhentos reais e cinquenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação		
07.01 - Educação Geral		
12.361.0005.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	19.851,00
0.1.0300 (67)		
08.00 - Secretaria de Saúde		
08.01 - Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		

3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos - Recurso	R\$	256.649,54
0.1.0400 (10)		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	50.000,00
0.1.0400 (12)		
Total	R\$	326.500,54

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Lei correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 - Procuradoria Geral do Município		
03.01 - Procuradoria Geral do Município		
04.122.0002.2.006 - Manutenção da Procuradoria Geral		
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	60.000,00
0.1.0200 (18)		
06.00 - Secretaria de Finanças		
06.02 - Encargos Gerais		
28.846.0000.0.200 - Pagamento de Precatórios		
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	50.000,00
0.1.0200 (45)		
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	150.000,00
0.1.0200 (46)		
07.00 - Secretaria de Educação		
07.01 - Educação Geral		
2.361.0005.1.011 - Aquisição de Veículos para Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	19.851,00
0.1.0300 (87)		
09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		
20.606.0015.1.018 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários		
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	6.649,54
0.1.0200 (109)		
20.606.0015.2.035 - Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas		
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso	R\$	40.000,00
0.1.0200 (118)		
Total	R\$	326.500,54

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO - SC., 24 DE SETEMBRO De 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1858/2014

PORTARIA N.º 1.858, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de MARCIO GIORGIO RAMOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 004.445.059-11, contratado em caráter temporário na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de setembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de setembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0124/2014-PMF RP 0067

Aviso do Pregão Presencial nº 0124/2014 - PMF

Registro de Preços Nº 0067/2014

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de gêneros alimentícios para os Abrigos "Célio Thibes dos Santos" e "João Alves dos Santos", durante o período de novembro de 2014 a fevereiro de 2015). Validade da Ata de Registro de Preços: Novembro de 2014 a fevereiro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 15.10.2014. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 24 de setembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº CT14PMF146

Extrato do Contrato nº CT14PMF146

Município de Fraiburgo - SC

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: Hbinfo Provedor Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de infraestrutura de rede multimídia de fibra óptica, englobando hardwares, links de comunicação, internet e suporte operacional, para transmissão de imagens do sistema de videomonitoramento urbano. Valor total do contrato: R\$ 45.496,92 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e dois centavos). Data do Contrato: 24.09.2014. Prazo de Vigência do Contrato: 24.09.2014 a 23.09.2015. Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato e emissão e entrega da Ordem de Serviço. Processo Administrativo Licitatório: nº 0177/2014 - PMF. Modalidade: Tomada de Preços nº 0018/2014. Recursos: 3.200 (Segurança Pública) (Convênio nº 0023/2013 celebrado pelo Município com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Primeiro Termo Aditivo).

Fraiburgo (SC), 24 de setembro de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Frei Rogério

PREFEITURA

Contrato de Fornecimento Nº 111/2014

CONTRATO FORNECIMENTO nº 111/2014

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:

CARLA APARECIDA DA SILVA VAZ - ME

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, através do Fundo Municipal de Habitação, pessoa jurídica de direito público, inscrito sob CNPJ nº 01.616.039/0001-0, com a sua sede Administrativa à Rua Adolfo Soletti, 750, no Município de Frei Rogério - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado apenas CONTRATANTE e a Empresa CARLA APARECIDA DA SILVA VAZ - ME, estabelecida à Rua: Adolfo Soletti, s/n na cidade de Frei Rogério-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12 560 539 0001 84, inscrição estadual Nº 256 206 325, representada neste ato pela Proprietária, senhora CARLA APARECIDA DA SILVA VAZ, inscrita no CPF/MF sob o nº 066 583 059 94, doravante denominada CONTRATADA, vencedora parcial, itens, 02; 03; 06; 09; 11; 15; 16; 17; 18; 20; 22; 27; 28; 29; 31; 35; 36; do Edital de Licitação abaixo identificado, firmam o presente instrumento, conforme segue, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO QUE SERÁ DESTINADO A MELHORIA DE 12 (DOZE) MORADIAS E QUE SE ENCONTRAM EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, NÃO POSSUINDO CONDIÇÕES ADEQUADAS AS NECESSIDADES BÁSICAS, PERTENCENTES A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE DESIGUALDADE SOCIAL, EM CONFORMIDADE COM OS RESULTADOS APURADOS E AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO 01/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 01/2014, AS QUAIS INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE E INSEPARÁVEL DESTES INSTRUMENTO COMO SE AQUI TRANSCRITOS ESTIVESSEM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E ALTERAÇÃO

2.1 - O presente Contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura/publicação até o vencimento final da garantia dos equipamentos oferecida pela contratada/fabricante.

2.2 - O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no disposto pelo Artigo 57 da lei nº 8.666/93 e suas alterações, sempre através de termos aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - A despesa decorrente do presente Contrato esta prevista no Orçamento vigente, com a seguinte classificação.

3.1.1 - 13.1.1- Órgão 03 - Fundos Municipais

Unidade 05 - Fundo Municipal de Habitação

Projeto Atividade 1.029 - Construção de Kits Sanitários

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0117

Código Reduzido - 4

13.1.2- Órgão 03 - Fundos Municipais

Unidade 05 - Fundo Municipal de Habitação

Projeto Atividade 1.029 - Construção de Kits Sanitários

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0102

Código Reduzido - 5

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

4.1 - Caberá a CONTRATADA, além das responsabilidades resultantes da Lei 8666/93, das especificações do edital de Pregão nº.01/2014 e mais disposições regulamentares pertinentes aos produtos/equipamentos a serem adquiridos, bem como dos serviços a serem prestados:

4.1.1 - A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços os quais foi contratada, bem como pela entrega dos produtos adquiridos por força deste contrato, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como assume a responsabilidade por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços e dos produtos entregues, causados a CONTRATANTE ou a terceiros;

4.1.2 - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela legislação vigente.

4.1.3 - Zelar pela perfeita execução dos serviços e entrega dos produtos, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 10 (dez) dias úteis.

4.1.4 - Enviar as Notas fiscais dos produtos solicitados, adquiridos e entregues com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência da data do vencimento.

4.1.5 - As datas de vencimento das Notas Fiscais deverão ser previamente ajustadas entre as partes quando da assinatura do contrato.

4.1.6 - Nomear um preposto para representá-la na execução do contrato.

4.1.7 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as eventuais atividades de fiscalização por parte da CONTRATANTE, que poderão serem feitas por técnicos ou funcionários da CONTRATANTE ou por órgão público indicado para a finalidade fornecendo as informações e demais elementos necessários.

4.1.8 - Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales transportes e vales refeição e outras obrigações que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

4.1.9 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes dos serviços, bem como o recolhimento dos tributos incidentes sobre a venda dos produtos.

4.1.10 - Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.1.11 - A empresa ora CONTRATADA disporá do prazo máximo de até 30 (trinta dias) dias para a entrega dos produtos, contados a partir da data da emissão/envio da autorização de fornecimento, e ou nota de empenho podendo este ser enviado por meio eletrônico ou ainda via fax.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

5.1 - A CONTRATANTE assume as seguintes obrigações:

5.1.1 - Promover, através de representante, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, bem como fazer a conferência dos produtos recebido comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

5.1.2 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços prestados, verificando sempre o bom desempenho dos mesmos, bem como a qualidade dos produtos entregues, se estão de acordo com as exigências previstas no Edital, e reclamar se for o caso.

5.1.3 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE não devem ser interrompidos;

5.1.4 - Disponibilizar e indicar funcionário responsável pelos pedidos, recebimentos dos produtos e das Notas Fiscais se for o caso;

- 5.1.5 - Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando necessário para a execução do objeto deste contrato;
- 5.1.6 - Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 5.1.7 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor acertado na Proposta Comercial de Preços - Anexo I o valor de R\$ 21.522,60 (vinte e um mil quinhentos e vinte e dois reais e sessenta centavos).

6.2 - No preço estipulado nesta cláusula, já se encontram computados todos os impostos, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

7.1. O pagamento relativo ao presente processo licitatório fica vinculado à liberação por parte do Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba-SC, dos recursos decorrentes do Convênio/contrato nº 2013TR 004340, processo nº SDR 11 1947/2013 900/2014 do dia 10 de dezembro de 2013, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO.

7.1.1. O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias contados da entrega do equipamento, mediante apresentação do documento fiscal, devidamente atestado por servidor municipal competente, com as ressalvas do item 7.1 do presente edital.

7.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido a Prefeitura Municipal de Frei Rogério, Rua Adolfo Soletti, 750, Centro, Frei Rogério - SC, CNPJ/MF 01.616.039/0001/09 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

7.3. A proponente vencedora deverá enviar via e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br ou fax, (49) 3257 0000 o documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Prefeitura Municipal de Frei Rogério, aos cuidados do Setor de Compras.

7.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

7.5. Os preços não serão reajustados.

7.6. O preço somente será revisado quando houver alteração imprevista de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora, antes da emissão da autorização de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

8.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

8.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou

indenização.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;

9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

9.2. As sanções previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.3 e 9.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 11.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.3. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

9.3.1. A multa a que alude o subitem 11.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

9.4. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista neste contrato, será sempre precedida de regular processo administrativo, onde se assegurará ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa.

9.6. Da penalidade aplicada caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior daquela que aplicou à sanção, ficando a mesma suspensa até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Onde este Contrato e o Edital de Pregão nº 01/2014 forem omissos, prevalecerão às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

Frei Rogério (SC) 24 de setembro de 2014
MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO
Contratante

CARLA APARECIDA DA SILVA VAZ - ME
Contratada

TESTEMUNHAS:
1ª Genesio Rinaldi
CPF: 384587 809 68

2ª Marcos Ribeiro
CPF: 084.474.849-80

ANEXO I

PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS;					
Item	Descrição	Quant	Und.	Valor unit.	Valor total
02	Cimento, saco com 50 kg cada	176	Saco	27,00	4.752,00
03	Pedra brita tipo lascão	12	M³	74,95	899,40
06	Tubo em pvc para esgoto 150 mm, com 6 metros	12	Und	78,00	936,00
09	Tubo em pvc 100mm, p/ esgoto, barra c/ 6 metros,	72	Und	29,00	2.088,00
11	Tubo em pvc 50mm, p/ esgoto, barra c/ 6 mts	144	Und	18,00	2.592,00
15	Tijolos 6 furos, 09x14x24	4.500	Und	0,52	2.340,00
16	Areia média	24	M³	97,00	2.328,00
17	Piso cerâmico, 320x570	240	M²	8,90	2.136,00
18	Argamassa ac1, pacote com 1 quilo	60	Kg	5,50	330,00
20	Caibro de pinus, 2"x4"x3,00 metros	60	Und	7,90	474,00
22	Caixa de descarga	12	Und	12,20	146,40
27	Veda reboco, 1000 ml	12	Und	10,20	122,40
28	Pedra brita nº1	12	M³	79,80	958,8
29	Assento do vaso sanitário	12	Und	13,00	156,00
31	Tubo 25mm, soldável, barra c/ 6 mts	72	Und	8,50	612,00
35	Forno branco neve, 100mmx6,00mts	36	M²	11,50	414,00
36	Cantoneira de pvc	72	M	3,30	237,60
	TOTAL				21.522,60

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 112/2014

CONTRATO FORNECIMENTO nº 112/2014
 INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE CELEBRAM:
 O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:
 DOEL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, através do Fundo Municipal de Habitação, pessoa jurídica de direito publico, inscrito sob CNPJ nº 01.616.039/0001-0, com a sua sede Administrativa à Rua Adolfo Soletti, 750, no Município de Frei Rogério - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado apenas CONTRATANTE e a Empresa DOEL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME, estabelecida à Rua: Adolfo Soletti, Nº 656, na cidade de Frei Rogerio-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08 912 744 0001 94, inscrição estadual Nº 255 420 846, representada neste ato pelo seu bastante Procurador, senhor DINIZARTE RUTHES, inscrito no CPF/MF sob o nº 196 038 029 91, doravante denominada CONTRATADA, vencedora parcial, itens, 01; 10; 13; 19; 23; 24; 30; 32; 33 e 39 do Edital de Licitação abaixo identificado, firmam o presente instrumento, conforme segue, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO QUE SERÁ DESTINADO A MELHORIA DE 12 (DOZE) MORÁDIAS E QUE SE ENCONTRAM EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, NÃO POSSUINDO CONDIÇÕES ADEQUADAS AS NECESSIDADES BÁSICAS, PERTENCENTES A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE DESIGUALDADE SOCIAL, EM CONFORMIDADE COM OS RESULTADOS APURADOS E AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO 01/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 01/2014, AS QUAIS INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE E INSEPARÁVEL DESTE INSTRUMENTO COMO SE AQUI TRANSCRITOS ESTIVESSEM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E ALTERAÇÃO

2.1 - O presente Contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura/publicação até o vencimento final da garantia dos equipamentos oferecida pela contratada/fabricante.
 2.2 - O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no disposto pelo Artigo 57 da lei nº 8.666/93 e suas alterações, sempre através de termos aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - A despesa decorrente do presente Contrato esta prevista no Orçamento vigente, com a seguinte classificação.
 3.1.1 - 13.1.1- Órgão 03 - Fundos Municipais
 Unidade 05 - Fundo Municipal de Habitação
 Projeto Atividade 1.029 - Construção de Kits Sanitários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0117
 Código Reduzido - 4
 13.1.2- Órgão 03 - Fundos Municipais
 Unidade 05 - Fundo Municipal de Habitação
 Projeto Atividade 1.029 - Construção de Kits Sanitários
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.0102
 Código Reduzido - 5

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

4.1 - Caberá a CONTRATADA, além das responsabilidades resultantes da Lei 8666/93, das especificações do edital de Pregão nº.01/2014 e mais disposições regulamentares pertinentes aos produtos/equipamentos a serem adquiridos, bem como dos serviços a serem prestados:
 4.1.1 - A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços os quais foi contratada, bem como pela entrega dos produtos adquiridos por força deste contrato, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como assume a responsabilidade por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços e dos produtos entregues, causados a CONTRATANTE ou a terceiros;
 4.1.2 - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela legislação vigente.
 4.1.3 - Zelar pela perfeita execução dos serviços e entrega dos produtos, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 10 (dez) dias úteis.
 4.1.4 - Enviar as Notas fiscais dos produtos solicitados, adquiridos e entregues com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência da data do vencimento.
 4.1.5 - As datas de vencimento das Notas Fiscais deverão ser previamente ajustadas entre as partes quando da assinatura do contrato.
 4.1.6 - Nomear um preposto para representá-la na execução do contrato.
 4.1.7 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as eventuais atividades de fiscalização por parte da CONTRATANTE, que poderão serem feitas por técnicos ou funcionários da CONTRATANTE ou

por órgão público indicado para a finalidade fornecendo as informações e demais elementos necessários.

4.1.8 - Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales transportes e vales refeição e outras obrigações que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

4.1.9 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes dos serviços, bem como o recolhimento dos tributos incidentes sobre a venda dos produtos.

4.1.10 - Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.1.11 - A empresa ora CONTRATADA disporá do prazo máximo de até 30 (trinta dias) dias para a entrega dos produtos, contados a partir da data da emissão/envio da autorização de fornecimento, e ou nota de empenho podendo este ser enviado por meio eletrônico ou ainda via fax.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

5.1 - A CONTRATANTE assume as seguintes obrigações:

5.1.1 - Promover, através de representante, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, bem como fazer a conferência dos produtos recebido comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

5.1.2 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços prestados, verificando sempre o bom desempenho dos mesmos, bem como a qualidade dos produtos entregues, se estão de acordo com as exigências previstas no Edital, e reclamar se for o caso.

5.1.3 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE não devem ser interrompidos;

5.1.4 - Disponibilizar e indicar funcionário responsável pelos pedidos, recebimentos dos produtos e das Notas Fiscais se for o caso;

5.1.5 - Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando necessário para a execução do objeto deste contrato;

5.1.6 - Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.1.7 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor acertado na Proposta Comercial de Preços - Anexo I o valor de R\$ 11.577,60 (onze mil, quinhentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).

6.2 - No preço estipulado nesta cláusula, já se encontram computados todos os impostos, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

7.1. O pagamento relativo ao presente processo licitatório fica vinculado à liberação por parte do Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba-SC, dos recursos decorrentes do Convênio/contrato nº 2013TR 004340, processo nº SDR 11 1947/2013 900/2014 do dia 10 de dezembro de 2013, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO.

7.1.1. O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias contados da entrega do equipamento, mediante apresentação do documento fiscal, devidamente atestado por servidor municipal competente, com as ressalvas do item 7.1 do presente edital.

7.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido a Prefeitura Municipal de Frei Rogério, Rua Adolfo Soletti, 750, Centro, Frei Rogério - SC, CNPJ/MF 01.616.039/0001/09 e ter

a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

7.3. A proponente vencedora deverá enviar via e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br ou fax, (49) 3257 0000 o documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Prefeitura Municipal de Frei Rogério, aos cuidados do Setor de Compras.

7.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

7.5. Os preços não serão reajustados.

7.6. O preço somente será revisado quando houver alteração imprevista de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora, antes da emissão da autorização de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

8.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

8.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;

9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

9.2. As sanções previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.3 e 9.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 11.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.3. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

9.3.1. A multa a que alude o subitem 11.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

9.4. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar

na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista neste contrato, será sempre precedida de regular processo administrativo, onde se assegurará ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa.

9.6. Da penalidade aplicada caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior daquela que aplicou a sanção, ficando a mesma suspensa até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Onde este Contrato e o Edital de Pregão nº 01/2014 forem omissos, prevalecerão às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

Frei Rogério (SC) 24 de setembro de 2014

MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO

Contratante

DOEL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª Genesio Rinaldi
CPF: 384587 809 68

2ª Marcos Ribeiro
CPF: 084.474.849-80

ANEXO I

PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS;					
Item	Descrição	Quant	Und.	Valor unit.	Valor total
01	Conjunto de fossa e filtro com 4 anéis de 1.30 metros de diâmetro.	12	cjto	790,00	9.480,00
10	Caixa de gordura	12	Und	55,00	660,00
13	Hidro asfalto, galão com 3,6 lts	12	Und	13,00	156,00
19	Telha de amianto, 1,83x50x4mm	96	Und	6,80	652,80
23	Tubo da descida, int.ext. da caixa de descarga, c/ curva de 40º	12	Und	6,30	75,60
24	Janela basculante 60x40 c/ ferragens	12	Und	32	384,00
30	Caixa sinfonada quadrada 100x100x50/40	12	Und	5,00	60,00
32	Tee 25 mm, 90º, soldável,	12	Und	0,60	7,20
33	Joelhos 25mm, 90º, soldável	36	Und	0,40	14,40
39	Prego telheiro 18x30	12	Kg	7,30	87,60

TOTAL				11.577,60
-------	--	--	--	-----------

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 113/2014

CONTRATO FORNECIMENTO nº 113/2014

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:

MARCIO DOMINGOS DE COSTA- EPP

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, através do Fundo Municipal de Habitação, pessoa jurídica de direito público, inscrito sob CNPJ nº 01.616.039/0001-0, com a sua sede Administrativa à Rua Adolfo Soletti, 750, no Município de Frei Rogério - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado apenas CONTRATANTE e a Empresa MARCIO DOMINGOS DE COSTA- EPP, estabelecida à Av. Videira, nº 560, na cidade de Fraiburgo-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04 619 444 0001 60, inscrição estadual Nº 254 272 282, representada neste ato pelo seu bastante Procurador, senhor JEAN CARLOS MORAES, inscrito no CPF/MF sob o nº 044 235 159 38, doravante denominada CONTRATADA, vencedora parcial, itens, 04; 05; 07; 08; 12; 14; 21; 25; 26; 34; 37 e 38; do Edital de Licitação abaixo identificado, firmam o presente instrumento, conforme segue, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO QUE SERÁ DESTINADO A MELHORIA DE 12 (DOZE) MORÁDIAS E QUE SE ENCONTRAM EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS, NÃO POSSUINDO CONDIÇÕES ADEQUADAS AS NECESSIDADES BÁSICAS, PERTENCENTES A FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE DESIGUALDADE SOCIAL, EM CONFORMIDADE COM OS RESULTADOS APURADOS E AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE PREGÃO 01/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 01/2014, AS QUAIS INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE E INSEPARÁVEL DESTES INSTRUMENTO COMO SE AQUI TRANSCRITOS ESTIVESSEM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E ALTERAÇÃO

2.1 - O presente Contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura/publicação até o vencimento final da garantia dos equipamentos oferecida pela contratada/fabricante.

2.2 - O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no disposto pelo Artigo 57 da lei nº 8.666/93 e suas alterações, sempre através de termos aditivos numerados em ordem crescente, observando o respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - A despesa decorrente do presente Contrato esta prevista no Orçamento vigente, com a seguinte classificação.

3.1.1 - 13.1.1- Órgão 03 - Fundos Municipais

Unidade 05 - Fundo Municipal de Habitação

Projeto Atividade 1.029 - Construção de Kits Sanitários

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0117

Código Reduzido - 4

13.1.2- Órgão 03 - Fundos Municipais

Unidade 05 - Fundo Municipal de Habitação

Projeto Atividade 1.029 - Construção de Kits Sanitários

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0102

Código Reduzido - 5

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

4.1 - Caberá a CONTRATADA, além das responsabilidades

resultantes da Lei 8666/93, das especificações do edital de Pregão nº.01/2014 e mais disposições regulamentares pertinentes aos produtos/equipamentos a serem adquiridos, bem como dos serviços a serem prestados:

4.1.1 - A CONTRATADA assumirá a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços os quais foi contratada, bem como pela entrega dos produtos adquiridos por força deste contrato, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como assume a responsabilidade por quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços e dos produtos entregues, causados a CONTRATANTE ou a terceiros;

4.1.2 - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela legislação vigente.

4.1.3 - Zelar pela perfeita execução dos serviços e entrega dos produtos, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em até 10 (dez) dias úteis.

4.1.4 - Enviar as Notas fiscais dos produtos solicitados, adquiridos e entregues com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência da data do vencimento.

4.1.5 - As datas de vencimento das Notas Fiscais deverão ser previamente ajustadas entre as partes quando da assinatura do contrato.

4.1.6 - Nomear um preposto para representá-la na execução do contrato.

4.1.7 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as eventuais atividades de fiscalização por parte da CONTRATANTE, que poderão serem feitas por técnicos ou funcionários da CONTRATANTE ou por órgão público indicado para a finalidade fornecendo as informações e demais elementos necessários.

4.1.8 - Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como, salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales transportes e vales refeição e outras obrigações que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

4.1.9 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes dos serviços, bem como o recolhimento dos tributos incidentes sobre a venda dos produtos.

4.1.10 - Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.1.11 - A empresa ora CONTRATADA disporá do prazo máximo de até 30 (trinta dias) dias para a entrega dos produtos, contados a partir da data da emissão/envio da autorização de fornecimento, e ou nota de empenho podendo este ser enviado por meio eletrônico ou ainda via fax.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

5.1 - A CONTRATANTE assume as seguintes obrigações:

5.1.1 - Promover, através de representante, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, bem como fazer a conferência dos produtos recebido comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

5.1.2 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços prestados, verificando sempre o bom desempenho dos mesmos, bem como a qualidade dos produtos entregues, se estão de acordo com as exigências previstas no Edital, e reclamar se for o caso.

5.1.3 - Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CONTRATANTE não devem ser interrompidos;

5.1.4 - Disponibilizar e indicar funcionário responsável pelos pedidos, recebimentos dos produtos e das Notas Fiscais se for o caso;

5.1.5 - Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA,

quando necessário para a execução do objeto deste contrato;

5.1.6 - Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.1.7 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor acertado na Proposta Comercial de Preços - Anexo I o valor de R\$ 2.425,80 (dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos).

6.2 - No preço estipulado nesta cláusula, já se encontram computados todos os impostos, taxas e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

7.1. O pagamento relativo ao presente processo licitatório fica vinculado à liberação por parte do Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitiba-SC, dos recursos decorrentes do Convênio/contrato nº 2013TR 004340, processo nº SDR 11 1947/2013 900/2014 do dia 10 de dezembro de 2013, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO.

7.1.1. O pagamento será efetuado até 15 (quinze) dias contados da entrega do equipamento, mediante apresentação do documento fiscal, devidamente atestado por servidor municipal competente, com as ressalvas do item 7.1 do presente edital.

7.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido a Prefeitura Municipal de Frei Rogério, Rua Adolfo Soletti, 750, Centro, Frei Rogério - SC, CNPJ/MF 01.616.039/0001/09 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

7.3. A proponente vencedora deverá enviar via e-mail: compras@freiRogerio.sc.gov.br ou fax, (49) 3257 0000 o documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para a Prefeitura Municipal de Frei Rogério, aos cuidados do Setor de Compras.

7.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

7.5. Os preços não serão reajustados.

7.6. O preço somente será revisado quando houver alteração imprevista de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora, antes da emissão da autorização de fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

8.1.1. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;

8.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interposição judicial e/ou extrajudicial;

8.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

8.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Pelo atraso injustificado ou pela inexecução total do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa, de até 10% (dez por cento) do valor contratado, no caso de descumprimento das cláusulas do presente Edital ou do contrato dele proveniente;

9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

9.2. As sanções previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.3 e 9.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 11.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.3. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará o proponente vencedor à multa de mora, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso.

9.3.1. A multa a que alude o subitem 11.3 não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

9.4. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.5. A aplicação de qualquer penalidade prevista neste contrato, será sempre precedida de regular processo administrativo, onde se assegurará ao CONTRATADO o contraditório e a ampla defesa.

9.6. Da penalidade aplicada caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior daquela que aplicou à sanção, ficando a mesma suspensa até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Onde este Contrato e o Edital de Pregão nº 01/2014 forem omissos, prevalecerão às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93, com as suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

Frei Rogério (SC) 24 de setembro de 2014

MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO

Contratante

MARCIO DOMINGOS DE COSTA - EPP

Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª Genesio Rinaldi

CPF: 384587 809 68

2ª ALGEM DA EMPRESA

CPF:

ANEXO I

PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS;

Item	Descrição	Quant	Und.	Valor Unitário	Valor total
04	Tee em pvc 90', 150mm, curto	12	Und	16,40	196,80
05	Redução excêntrica em pvc para esgoto 150x100mm	12	Und	9,20	110,40
07	Cap em pvc para esgoto, 150 mm	12	Und	11,20	134,40
08	Joelho em pvc, 90', 100mm, para esgoto	24	Und	1,85	44,40
12	Junção em pvc p/ esgoto, 100x50 mm, 45°	12	Und	4,40	52,80
14	Joelho em pvc p/ esgoto, 50mm, 90°	24	Und	0,68	16,32
21	Conjunto para banheiro composto por uma bacia, uma coluna e um vaso sanitário.	12	Und	130,	1.560,00
25	Engate flexível 1/2' 40 cm	24	Und	2,50	60,00
26	Torneira lavatório, 1/2'	24	Und	4,90	117,60
34	Cola cano, bisnaga com 75 gr	12	Und	3,20	38,40
37	Anel para vaso sanitário	12	Und	6,40	78,00
38	Parafuso para vaso sanitário 10mm	12	Jogo	1,39	16,68
	TOTAL				2.425,80

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS SEGUNDO QUADRIMESTRE 2014

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

SEGUNDO QUADRIMESTRE 2014

Lei Complementar n.º 101/2000, Art. 9º. §4º.

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a legislação vigente, vem através do presente, convidar a população em geral do município à participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será Demonstrado e Avaliado o Cumprimento das Metas Fiscais, relativas ao Segundo Quadrimestre do ano de 2014, a qual será realizada no próximo dia 30 de setembro de 2014, às 14:00 horas, tendo como local a Câmara de Vereadores de Frei Rogério.

Desde já agradecemos a sua presença.

Frei Rogério (SC), setembro de 2014.

Osny Batista Alberton

Prefeito Municipal

Galvão**CÂMARA MUNICIPAL****Tomada de Preços Nº 001/2014 - Cancelamento**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GALVÃO/SC
EXTRATO DE CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATORIO Nº
002/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2014

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de Galvão-SC, através de seu representante legal o Sr. MARCOS ANTONIO ROSIAK, no uso de suas atribuições legais, torna público que a Licitação prevista para às 14:00 horas do dia 26 de Setembro de 2014, com propostas de preços na forma de MENOR PREÇO GLOBAL, para a CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA CONSTRUÇÃO DA 4ª ETAPA DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GALVÃO, CONFORME PLANILHA CONSTANTE DO ANEXO 01 DO EDITAL. Que o presente processo licitatório foi CANCELADO, pela comissão de licitações devido à omissões na planilha de Orçamento e Cronograma. Cópia na íntegra da Ata da comissão de Licitações poderá ser retirada junto ao Setor de Licitações da Câmara de Vereadores, sita à Av. Sete de Setembro, 854, Centro, na cidade de Galvão, estado de Santa Catarina. Observados os prazos legais, será aberto um novo processo licitatório.

Galvão/SC, 24 de setembro de 2014.
MARCOS ANTONIO ROSIAK
Presidente da Câmara de Vereadores

Garopaba**PREFEITURA****Decreto N.º 139**

DECRETO N.º 139, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$
70.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
70.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica
65.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas
20.000,00
3.3.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas
20.000,00
4.4.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas
25.000,00
10301252.077 - Manutenção da Assistência Farmacêutica
5.000,00
3.3.90.0.2.14.000063 - Aplicações Diretas
5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Decreto N.º 140

DECRETO N.º 140, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.
DEFINE A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal n.º 717/ 2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica definida a realização de Audiência Pública com objetivo de discutir o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA para o Exercício de 2015, no dia 15 de outubro de 2014, às 19:00 horas, na Câmara de Vereadores, à Praça Governador Ivo Silveira, Centro, Garopaba, Santa Catarina.

Art. 2º. A coordenação da Audiência será realizada pelo Senhor Ronye Paes, Secretário Municipal de Orçamento e Contabilidade, juntamente comissão formada por 02 (dois) representantes, designados pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º. Ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba, NOTIFICADAS a indicar seus delegados representantes de 26/09 à 13/10/2014, por escrito, com entrega no Protocolo da Prefeitura Municipal, conforme Comunicado anexo ao presente Decreto.

Parágrafo Único. A realização da Audiência será aberta ao público.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de Setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/09/2014, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, em cumprimento ao disposto no artigo 48, parágrafo único da Lei Complementar n.º 101/2001 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e Lei Municipal n.º 717/2001, COMUNICA a realização, e CONVIDA as entidades civis organizadas e a população em geral, a comparecerem em AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 19:00 horas, do dia 15 de outubro de 2014, na Câmara de Vereadores, a Praça Governador Ivo Silveira - Centro, com o objetivo de discutir o processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício de 2015.

Por este ato, ficam as entidades civis organizadas do Município de Garopaba NOTIFICADAS, a indicar seus delegados representantes de 26/09 à 13/10/2014, por escrito, com entrega no Protocolo da Prefeitura Municipal, à Praça Governador Ivo Silveira, 296, de segunda a sexta-feira, no horário de 13:00 às 18:00 horas.

Garopaba, 24 de setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Garuva**PREFEITURA****Portaria Nº 428/2014**

PORTARIA Nº. 428 de 24 de setembro de 2014

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, decisão judicial nos autos da Ação Civil Pública, com Antecipação de Tutela, em trâmite perante o MM. Juízo e respectivo Cartório da Vara Única da Comarca de Garuva-SC, feito nº. 0900010-22.2014.8.24.0119;

CONSIDERANDO, que a 8ª colocada no Concurso Público 001/2009, Andréia Luzia Barroso fora empossada na data de 24 de Setembro de 2014, através da Portaria nº 427/2014;

RESOLVE:

Art.1o. - Exonerar, GRAZIELA FRANCINE SCHWARZ MENDES, portadora de RG nº. 3.790.070 e CPF nº. 031.678.619-59, da função de Enfermeira - ESF, nomeada em 04 de dezembro de 2013, através da Portaria 605/2013.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor a contar de 24 de setembro de 2014.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Aviso do Pregão Presencial Nº 195/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 195/2014

OBJETO: Contrato de empresa para futura locação de veículo automotor para transporte de pessoas. ENVELOPES até às 9h do dia 14/10/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 24/09/2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.088, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.088, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR MARIO CESAR SCHRAMM.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada, a partir de 30/09/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de escriturário, do servidor MARIO CESAR SCHRAMM, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nomeado pelo decreto nº 035/2003, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo INSS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.087, 22 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 6.087, 22 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA, A PEDIDO, A SERVIDORA VANESSA ELUIZA LEBICH FERRARI, DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora VANESSA ELUIZA LEBICH FERRARI, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a qual foi nomeada pelo decreto nº 1006/2005, a partir de 24/09/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.490, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.490, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPENSA, A PEDIDO, EMPREGADO PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensada de suas atividades, a pedido, a partir de 24 de setembro de 2014, a servidora Solange Muller Lungen, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, a qual foi nomeada pela portaria nº 1.489/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Portaria Nº 3.486, de 19 de Setembro de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA Nº 3.486, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data da Posse	Término Estágio Probatório
Fabiano de Souza	8944	Agente Serviços Especializados III	01/06/2011	28/05/2014

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 28/05/2014.

Gaspar, 19 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.489, de 22 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 3.489, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO AO SERVIDOR BRUNO HENRIQUE LOPES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença sem vencimento ao servidor BRUNO HENRIQUE LOPES, ocupante do cargo efetivo de Fiscal, lotado com 40 horas semanais na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, por um período de 02 (dois) anos, a partir de 01/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.488, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.488, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA RITA INEZ PALOSCHI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar a servidora RITA INEZ PALOSCHI, professora de Geografia/História, lotada com 40 horas semanais na EEB Vítório Anacleto Cardoso, à disposição na mesma instituição para atuar na Coordenação Pedagógica, a partir de 19/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 22 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.487, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.487, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

REVOGA A PORTARIA Nº. 1.908 DE 15 DE JUNHO DE 2009, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, A SERVIDORA LUCIMARA FURLAN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a portaria nº 1.908, de 15 de junho de 2009, que colocou a servidora LUCIMARA FURLAN, ocupante do cargo efetivo de Professora DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais na EEB Belchior, à disposição 40 horas na Secretaria Municipal de Educação, devendo retornar a sua função de origem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Governador Celso Ramos**PREFEITURA****Aviso de Suspensão do Pregão 62-2014**

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE SUSPENDERÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 062/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, TENDO POR FINALIDADE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, COM FORNECIMENTO DE APARELHOS TELEFÔNICOS CELULARES E EQUIPAMENTOS PARA TRANSMISSÃO DE DADOS E ACESSO À INTERNET EM REGIME DE COMODATO, A SER REGIDA PELA LEI N.º 8.666/93, LEI N.º 9.472/97 E NORMAS REGULAMENTARES EXPEDIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL.

A Pregoeira e sua Equipe de Apoio decidem por suspender o Edital em razão de impugnações para possível reformulação e readequação.

Governador Celso Ramos, 24 de Setembro de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

Portaria 266-268 E 270, 272

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

RESUMO

PORTARIA Nº.0266 / 2014 DE 11 de SETEMBRO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 29.º ítem I, da Lei Municipal nº

989/2000 de 04/04/2000

Exonerar, a partir desta data, REGINALDO VITORASSI, ocupante do cargo de Técnico em Agricultura e Pecuária, código 2.02, com exercício

na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, desde 13/02/2001, conforme portaria de nomeação por concurso nº 043/2001,

de 13/02/2001, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, concedendo

a despedida voluntária, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei Municipal nº

1419/2006, de 05/07/2006, a pedido conforme requerimento e parecer jurídico em anexo.

PORTARIA Nº. 0267 / 2014 DE 11 de SETEMBRO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 198/2014, reduzindo a carga horária da funcionária EDNEIA APARECIDA CARBONI, na

função de Agente de Serviços Gerais (ACT), código 4.01, passando a atuar com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em substituição a

titular Sirleia Maximiano da Silva Martins, em licença para tratamento de saúde, enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação

Administrativa.

PORTARIA Nº. 0268 / 2014 DE 15 de SETEMBRO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

Contratar ELENICE DOS SANTOS MARQUES, para, a partir desta data, ocupar o cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 30

(trinta) horas semanais, para exercer suas funções na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculado a Secretaria Municipal da

Educação e Cultura, em substituição à titular Edilene Guizoni Engels, em licença para tratamento de saúde, sob o regime estatutário, com vínculo

previdenciário ao INSS, enquanto perdurar o período da licença, conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA Nº. 0270 / 2014 DE 15 de SETEMBRO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de

04/04/2000,

Exonerar, a pedido, MARIANA DA SILVA MARTINS, ocupante do

cargo de Agente de Serviços Gerais (ACT), código 4.01, com carga horária

de 30 (trinta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil - Creche, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, a partir desta

data, conforme requerimento.

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

ESTADO DE SANTA CATARINA

RESUMO

PORTARIA Nº. 0272 / 2014 DE 15 de SETEMBRO de 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo 6.º da Lei Municipal nº 991/2000, de

04.04.2000,

Nomear, VANIO JORGE BALLMANN, para, a partir de 22/09/2014, ocupar o cargo em comissão de Diretor Adjunto de Departamento, nível

DAS-02, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para exercer suas funções na Secretaria dos Transportes e Obras, sob o

regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS,

Guaramirim**PREFEITURA****Portaria Nº. 399/2014**

PORTARIA Nº 399/2014

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE para Rosemari Lenfers Urbanski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Rosemari Lenfers Urbanski, por 180 (cento e oitenta) dias, na função de Técnica de Enfermagem, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 18 de setembro de 2014,.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 23 de setembro de 2014.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e FinançasJosé Olívio Papp
Secretário de Gestão Estratégica**Guarujá do Sul****PREFEITURA****Extrato de Contrato - Pref 76**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 76/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 50/2014 - CONVITE Nº. 14/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: LM MATERIAIS ELETRICOS LTDA EPP.

OBJETO: Aquisição de material e serviço para serem utilizados na Decoração Natalina 2014 para o município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 52.587,50

VIGENCIA: 30/01/2015

Guarujá do Sul, SC, 24 de setembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.**DECRETO ANULA PROCESSO LICITATORIO - FMS 20**

DECRETO Nº 0154/2014

Anula Processo Licitatório

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe são f=conferidas, com fundamento no Art. 49 Seção IV, Capítulo II da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 que: Regulamenta o Art. 37 Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos administração Publica e da outras providenciais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório nº. 20/2014, na modalidade Pregão Presencial nº. 17/2014 do Fundo Municipal de Saúde, para melhor adequação do objeto licitado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETO DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL, SC,
em 24 de setembro de 2014.

63º ano da Fundação e 52º ano de instalação

JOSE CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner,
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1069/2014

PORTARIA Nº 1069/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 23 de setembro de 2014, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora VILDA MAGRINI BARBON (Matr. 29), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Servente (Cargo em Extinção), 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1070/2014

PORTARIA Nº 1070/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora IEDA SALETE VERGANI (Matr. 2565), nascida aos 23/09/1978, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/D, anexo XI, com regime de trabalho de 20(vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/E, anexo XI, a partir de 23 de setembro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 23 de setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito

PORTARIA Nº 1071/2014

PORTARIA Nº 1071/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, à Servidora JUNE BAHÚ ROVÊA (Matr. 332), nascida aos 24/09/1963, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 8/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40(quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 9/A, anexo XI, a partir de 24 de setembro de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito

PORTARIA Nº 1072/2014

PORTARIA Nº 1072/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora JANDIRA FERRANDIN (Matr. 4019), a contar de 24 de setembro de 2014, aprovada e classificada em 99º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1073/2014

PORTARIA Nº 1073/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora SUSANA RODRIGUES BARBOSA (Matr. 3058), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, do Nível - 6/2, Referência "A", para o Nível - 6/2, Referência "B", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Julho de 2014, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1074/2014

PORTARIA Nº 1074/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ORAIDE SALETE CALDEROLI (Matr. 2083), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível - 3, Referência "C", para o Nível - 3, Referência "D", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Agosto de 2014, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ilhota**PREFEITURA****Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 004/2014 - PMI**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 004/2014 - PMI
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Ata de Registro de Preço nº 004/2014 - PMI
Processo: Pregão Presencial nº 012/2014 - PMI

Objeto: Aquisição de Toner de impressora para manutenção da Administração e Secretarias Municipais, Fundos e Fundações Municipais de Ilhota/SC.

Fornecedor: EONIX SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA-ME

Valor: R\$ 2.869,00 (dois mil oitocentos e sessenta e nove reais)

Assinatura: 24/09/2014

Vigência: Doze meses da assinatura.

Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO CC 002 PMI 2014

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 002/2014 PMI Prefeitura Municipal de Ilhota POLICIA MILITAR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
MAIOR OFERTA DE REMUNERAÇÃO
OBJETO: Concessão para execução de serviços públicos de remoção por guincho, depósito e guarda de veículos, decorrentes de infrações de trânsito, no Município de Ilhota, em conformidade com as especificações contidas no anexo II (Regulamento Técnico e Operacional)
ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 27/10/2014 às 10:00 hs (dez horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 27/10/2014 às 10:00 hs (dez horas), após o credenciamento dos representantes.
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI - Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

Ilhota, 25 de setembro de 2014
PRESIDENTE DA COMISSÃO
VALMOR BERTELLI JÚNIOR

Imarui**PREFEITURA****Resultado de Habilitação Chamada Pública 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IMARUÍ

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI N.º 11.947, DE 16/07/2009, RESOLUÇÃO N.º 26 DO FNDE, DE 17/06/2013.

ATA DE REUNIÃO DE HABILITAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2014

Aos 24 de setembro de 2014, às 14h00min, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pelo Decreto nº 048, para julgamento dos documentos de habilitação no Processo Licitatório nº 021/2014, Chamada Pública nº 001/2014, na modalidade de CHAMADA PÚBLICA.

A comissão de licitação analisou os documentos das Cooperativas participantes, chegando ao seguinte resultado: que a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e Toda Santa Catarina Cooperfamlia apresentou conforme exigido no edital e foi habilitada; que a Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores Artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense Cooperlagos apresentou conforme exigido no edital e foi habilitada. A comissão de licitação constatou ainda, que no edital não consta a exigência da apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual. Tendo em vista que a Cooperfamlia apresentou em seu envelope a certidão, a comissão abre prazo de 3 (três) dias úteis para que a Cooperlagos apresente a Cnd Estadual.

Após a análise de todos os documentos, foi aberto espaço para manifestação de recursos por parte das Cooperativas. O senhor Valmir de Souza Mendonça, representante da Cooperativa dos Produtores Familiares e Pescadores Artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense Cooperlagos manifestou interesse em apresentar recurso com os seguintes pontos: a priorização da compra de gêneros alimentícios aos agricultores locais pertencentes ao município de Imaruí. Portanto, abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso formal por parte da cooperativa. A senhora Arlete Bloemer de Souza não manifestou interesse em recurso.

Imaruí, 24 de setembro de 2014.

Murilo Fortunato Tomé - Presidente da Comissão

Plínio Manoel Hennemann Pereira - Membro

José Domingos Junior - Membro

Representantes: Valmir de Souza Mendonça (Cooperlagos) e Arlete Bloemer de Souza (Cooperfamlia).

Imbituba**PREFEITURA****Portaria PMI/DGP Nº 432/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 432, de 18 de setembro de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 3.330, de 30 de abril de 2008, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 01 de abril de 2009, através do Processo Seletivo Público Edital - 01/2007, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Patrícia Carla Amorim	Servente Merendeira 40h	803.116.019-87	19/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 18 de setembro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

Iomerê

PREFEITURA

Edital Audiência Pública 2º Quadrimestre 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO
CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE IOMERÊ
SEGUNDO QUADRIMESTRE do exercício de 2014
Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

CONVITE

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Iomerê, Estado De Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativo ao SEGUNDO QUADRIMESTRE do exercício de 2014, a qual será realizada no próximo dia 30 de Setembro de 2014, às 14:00 horas, tendo como local a Auditório da Prefeitura Municipal.

Um dos pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal é a transparência da gestão fiscal mediante a participação popular. Assim, sua presença na audiência pública acima mencionada é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público.

Iomerê (SC), 24 de Setembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1565/2014

DECRETO Nº. 1565 DE 23 DE setembro DE 2014.
PRORROGA O DECRETO Nº. 1547 DE 08 DE JULHO DE 2014,
DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODA A EXTENSAO
TERRITORIAL DO MUNICIPIO DE IOMERÊ, AFETADAS POR EN-
XURRADAS - COBRADE 1.2.2.0.0.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, ainda, com suporte no artigo 8, inciso VI, da Lei n. 12.608/2012;

DECRETA

Art. 1. Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto 1547 de 08 de julho de 2014, declarada Situação de Emergência em todo o território do município de Iomerê, em virtude de desastre classificado como Enxurradas - COBRADE - 1.2.2.0.0, IN/MI nº 01/2012.

Art. 2. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos

Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 23 de setembro de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 69/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 69/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2014, Processo de Licitação nº 27/2014, homologado em 15 de abril de 2014.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 40/2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS BRASIL S/A.

Valor: R\$ 6.500,00 (Seis Mil Quinhentos Reais)

Assinatura: 18/09/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS BRASIL S/A, situada na AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS 12.995 4º ANDA, Bairro: BROOKLIN NOVO, cidade de São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.065.699/0001-27.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 70/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2014, Processo de Licitação nº 63/2014, homologado em 22 de setembro de 2014.

Objeto: O CREDENCIADO, do presente Edital, destina-se a contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Público nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

Valor: R\$ 10,00 (Dez Reais)

Assinatura: 22/09/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ISMAEL FELIPE COSTA ME, situada na AVENIDA BRASIL, Nº 545, Bairro: CENTRO, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.853.866/0001-52.

Edital Nº 016/2014

EDITAL Nº 016/2014 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições, nos termos da subseção III da Lei Complementar nº 003/2002 de 27 de setembro de 2002, e suas alterações torna público, pelo presente Edital a realização da Audiência Pública Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - PMGIRS.

Art. 1º - Fica convocada a população ipumirinese para a realização da Audiência Pública Municipal do Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos - PMGIRS, a ser realizada em 07/10/2014, com início as 08:30 horas, tendo como local a Câmara de Vereadores Municipal, sita a Rua Bento Gonçalves, 220, Centro.

Art. 2º - A presente Audiência Pública visa apresentar e validar os arranjos regionais com base nos levantamentos da META 03 - ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PMGIRS.

Art. 3º - O presente Edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, podendo ser acessado por meio da página do município www.ipumirim.sc.gov.br.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim SC, 23 de setembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 63, IL Nº 6-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2014 - IL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 63/2014 Data do Processo: 22/09/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 63/2014
b) Licitação Nr.: 6/2014-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 22/09/2014
e) Objeto da Licitação Contratação de empresa credenciada através do Edital de Chamamento Publico nº 03/2013, para a realização de inseminação artificial em bovinos.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ISMAEL FELIPE COSTA ME (9716)

1 Inseminação Artificial de Bovinos	SER	1,00	0,0000	10,00	10,00
				Total do Fornecedor:	10,00
				Total Geral:	10,00

Ipumirim, 22 de Setembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatório Nº 20/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de setembro de 2014, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço Global de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de equipamento médico hospitalar para a Secretaria Municipal de Saúde, com prazo de garantia de no mínimo 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 23 de setembro de 2014.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2671/2014

Decreto nº 2.671/2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO		
02.12 - FUNREBOM		
2.026 - Manutenção do Funrebom		
3.3.90.00.00.00.00.0100 (150)	Aplicações Diretas	R\$ 18.000,00
T O T A L R\$ 18.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 100 - Recursos Próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 23 de setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2672/2014

Decreto nº 2.672/2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO		
02.03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO		
2.003 - Manutenção de Convênios e Defesa Civil		
4.4.90.00.00.00.00.0263 (21)	Aplicações Diretas	R\$ 2.500,00
T O T A L R\$ 2.500,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 263 - Recursos Convênios Secretaria de Segurança Pública - SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 23 de setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2673/2014

Decreto nº 2673/2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.042 - Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - Paif		
3.3.90.00.00.00.00.0224 (31)	Aplicações Diretas	R\$ 8.500,00
T O T A L R\$ 8.500,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 224 - Recursos Transferências do Estado - Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), conforme discriminação seguinte:

05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.047 - Manutenção do Programa Benefícios Eventuais		
3.3.90.00.00.00.00.00.0224 (21)	Aplicações Diretas	R\$ 1.500,00
T O T A L R\$ 1.500,00		

Art. 4º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 224 - Recursos Transferências do Estado - Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 23 de setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL Nº 19/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 09 de outubro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item, de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a "aquisição de pneus, para veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, com entrega parcelada". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

Extrato Contrato Correio

Contrato Nº...: 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 9912285076
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ
Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Valor : 6.000,00 (seis mil reais)
Vigência : Início: 10/10/2014 Término: 09/10/2015
Objeto : Prestação de serviços e venda de produtos .

LEIDE MARA BENDER
PREFEITA MUNICIPAL

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Extrato de Termo Aditivo

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato de Prestação de serviços nº 03/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Riolab Laboratorio de Análises Clinicas Ltda-EPP. CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica alterado o limite financeiro de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos) reais para R\$ 10.930,79 (Dez mil e novecentos e trinta reais e setenta e nove centavos) mensal. Em conformidade com a Cláusula Primeira - Parágrafo segundo do contrato.

24/09/2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato de Prestação de serviços nº 02/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Freygang e Freygang Ltda - ME. CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica alterado o limite financeiro de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos) reais para R\$ 10.930,79 (Dez mil e novecentos e trinta reais e setenta e nove centavos) mensal. Em conformidade com a Cláusula Primeira - Parágrafo segundo do contrato.

24/09/2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Itapoá

PREFEITURA

Despacho Remessa de Processo E Julgamento-Prgão Nº60/2014

DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014 - PROCESSO Nº 113/2014-
OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação e montagem de equipamentos para eventos a fim de atender ao evento turístico 7º ITALAMA/2014, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR,
Prefeito Municipal

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere ao recurso apresentado pela Empresa: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS, com sede à Rua: Joaquim João Luiz, nº 189, Bairro: Centro, na cidade de Barra do sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.14.247.912/0001-77, representada pelo sócio administrador Sr. ANTONIO CARLOS ALVES BOSSO, portador do CNPF/MF nº 970.061.141-87, conforme folhas nº121 a 125.

Insurge-se a recorrente contra a decisão da Comissão de licitação conforme ata de sessão pública na data: 19/09/2014 o qual declarada inabilitada por desatender o item nº 13.1.3 dos critérios de habilitação técnica, de forma a desatender o edital de licitação pública, no que tange a apresentação de "engenheiro civil ou arquiteto", apresentando "Engenheiro mecânico e engenheiro químico", em atendimento ao lote nº 01 do edital.

Assim que, o julgamento da licitação é objetivo, devendo ser dado o mesmo tratamento para todas as empresas, sob pena de ferir os princípios básicos da licitação, que é o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo.

Dispõe a Lei 8666/93, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Art. 40. VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

Nessa premissa tendo em vista apenas um licitante interessado participar da licitação para contratação do objeto em comento, não há o que se falar em desigualdade, ou ferimento ao tratamento isonômico, e aos princípios basilares a aos licitantes.

É taxativo que é dever do pregoeiro e da comissão de apoio ao pregão zelar pelo julgamento justo primando pelos princípios estabelecidos, pelo cumprimento da Lei, mas também é dever do servidor público em detrimento de sua função pública zelar pela qualidade dos serviços e a garantia do cumprimento das obrigações zelando pelo princípio da eficiência.

Portanto para assegurar a qualidade dos serviços que serão contratados pela administração pública, tem-se que a exigência da presença de profissionais com atividade regulamentada no quadro de funcionários permanentes dos licitantes. No dizer de Jessé Torres Pereira Júnior, "as exigências relativas ao pessoal técnico não parecem excessivas, porque importam à "garantia do cumprimento das obrigações" que venham a ser contratadas".

Supridas a necessidade das exigências legais do corpo técnico necessário ao objeto, é dever do Pregoeiro e da respectiva comissão de apoio, também julgar por hora, tendo que analisar caso a caso, obrigando-se a considerar, e em tempo reconsiderar, em prol do interesse público presente num processo licitatório.

Segundo Meirelles (2010, p. 105) [...] o princípio do interesse público está intimamente ligado ao da finalidade. A primazia do interesse público sobre o privado é inerente à atuação estatal e denomina-a, na medida em que a existência do Estado justifica-se pela busca do interesse geral. [...].

Assim, a luz da inteligência do art.43, § 3o da Lei Federal de Licitações, necessário ao agente julgador quando recorrido o apoio técnico aos julgamentos dos processos de licitações, in verbis:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

a.Observamos:

"Do ponto de vista formal, deve-se verificar se os documentos de habilitação atendeu aos requisitos devidos, ou seja, examina-se se contém aquilo que é obrigatório e se omitiu aquilo que é proibido, adotando a forma adequada. O exame formal deve ser formulado a luz do princípio fundamental de que a forma não é um fim em si mesmo. (...) "

"(...) Não é incomum constar do edital que o descumprimento a qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. É necessário ponderar os interesses existentes e evitar que, a pretexto de tutelar o "interesse público" de cumprir o edital, produzam eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos, (...) Quando o defeito é irrelevante, tem de interpretar-se a regra do edital com atenuação". (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentário à lei de licitações e contratos administrativos. 11. Ed. São Paulo: Dialética, 2005,p 449-450 (grifamos).

O edital de licitação do Pregão nº 60/2014 - Processo nº 113/2014 que ao fazer lei em entre em partes, prevê:

15.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.4.É facultado a Pregoeira ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato inicial da sessão pública.

15.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta. (grifo nosso).

15.12.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo

descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais. (grifo nosso).

Seguido do mesmo entendimento leciona Joel de Menezes Niebuhr e Pedro de Menezes Niebuhr:

Ocorre que as regras do edital não devem ser interpretadas isoladamente, mas sobretudo em consonância a outros dispositivos, regras e princípios que regem a matéria. E o que é mais importante, deve ser sempre analisada encarando-se o propósito da licitação, que é a eleição da proposta mais vantajosa ao Poder Público. Esta eleição, por sua vez, pressupõe o maior número possível de particulares interessados em contratar com a Administração.

O princípio da competitividade coíbe o formalismo excessivo, exacerbado. A respeito do tema, toma-se também os esclarecimentos de Hely Lopes Meirelles:

"o princípio do procedimento formal, todavia, não significa que a Administração deva ser "formalista" a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas, diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou não proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes"(grifo acrescido, Licitação e Contrato Administrativo, 12 ed., São Paulo: Malheiros, 1999. p. 27).

Ao tratar do princípio da razoabilidade, Marçal Justen Filho ataca o cerne da questão:

"... portanto, deve-se aceitar a conduta do sujeito que evidencie o preenchimento das exigências legais, ainda que não seja adotada a estrita regulação imposta originariamente na Lei ou no Edital. Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento de defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduz à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 7 ed., São Paulo: Dialética, 2000. p. 79).

O Superior Tribunal de Justiça emite inúmeras orientações nesse sentido rotineiramente, como se observa em trecho da elucidativa ementa de acórdão relatado pelo Ministro Demócrito Reinaldo:

"Direito Público. Mandado de Segurança. Procedimento Licitatório. Vinculação ao Edital. Interpretação das Cláusulas do Instrumento Convocatório pelo Judiciário. Fixando-se o sentido e o alcance de cada uma delas e escoimando exigências desnecessárias e de excessivo rigor prejudiciais ao interesse público. Possibilidade. Cabimento do Mandado de Segurança para esse fim. Deferimento (...)

Consoante ensinam juristas, o princípio da vinculação ao Edital não é absoluto, de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração (...)" (STJ, MS 5.418/DF).

Também o Superior Tribunal de Justiça:

"... Não deve ser afastado candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial" (STJ, MS 5.461-DF).

Ora, é fato que o evento em questão não pode ser prejudicado pelo formalismo excessivo, tendo em vista que o projeto se tornou um evento turístico de porte regional e tradicional no calendário municipal, proporcionando renda ao comercial local e divulgação do Município. Tendo por finalidade a promoção cultural, recreativa e desportiva, estimulando a prática de exercícios atléticos, assistindo a comunidade, atendendo a vários projetos sociais.

Há o que se salientar que os benefícios diretos em eventos turísticos e esportivos consistem em atrair fluxos de capitais e de turistas antes, durante e depois dos eventos, tendo consequências positivas com impulso na economia local.

Ao consultar a Secretaria de Planejamento e Urbanismo é imprestável considerar o Parecer técnico emitido ao processo pelo engenheiro civil do Município, Sr. Neuson Harres e Pires Godoy inscrito sob CREA/SC nº 029331-0.

Ainda é posição da pacífica da Procuradoria jurídica do Município nos Pareceres Jurídicos nº128/2014 de 29/07/2014, nº129/2014 de 30/07/2014, nº48/2014 de 21/08/2014, in verbis:

Este parecer não tem o condão de adentrar no mérito das especificações do objeto, mas apenas analisar a legalidade do processo licitatório, assim como frisar a necessidade de serem observados os princípios que regem a Administração Pública, assim baseia-se nas informações técnicas prestadas pela Secretária responsável, como bem pondera Hely Lopes Meirelles:

“Somente o parecer técnico é vinculante, pois provindo de órgão ou agente especializado na matéria, não pode ser contrariado por leigo ou mesmo por superior hierárquico. Nessa modalidade de parecer ou julgamento não prevalece a hierarquia administrativa, por não haver subordinação no campo da técnica.” Estudos e pareceres de Direito Público. Vol. 11, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991, p. 256.(Grifo nosso).

No caso em tela, a apresentação do corpo técnico diferente ao edital, mas considerando que ambos possuem a atribuição estabelecida e responsabilidade técnica de forma que atendam ao objeto final, que é a instalação das tendas do evento, ainda ao juntar comprovação através de Atestado de capacidade técnica acervado no CREA/SC sob nº 252014046351, e ART emitida conforme selos de segurança nº A011523 a A011524, e Atestado de capacidade técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Barra do Sul, com anotação de responsabilidade técnica/ART sob Nº 5193171/6, registrado sob CREA/SC nº A011523, juntado ao recurso impetrado, não macula a fase de julgamentos das propostas, não comprometendo a segurança jurídica do processo, com ofensa aos princípios que regem o procedimento licitatório. Em consonância com esse entendimento a Suprema Corte ao decidir o RMS nº 23.714 assentou em ementa:

[...]

“Se de fato o edital é a “lei interna” da licitação, deve-se abordá-lo frente ao concreto tal qual toda norma emanada do Poder Legislativo, interpretando-a à luz do bom senso e da razoabilidade, a fim de que seja alcançado seu objetivo, nunca se esgotando na literalidade de suas prescrições. Assim sendo, a vinculação ao instrumento editalício deve ser entendida sempre de forma a assegurar o atendimento do interesse público, repudiando-se que se sobreponham formalismos desarrazoados. Não fosse assim, não seriam admitidos nem mesmo os vícios sanáveis, os quais, em algum ponto, sempre traduzem infringência à alguma diretriz estabelecida pelo instrumento editalício”...

Ao verificar seus apontamentos sempre primando pelos princípios basilares da administração pública, a Pregoeira oficial e equipe de apoio ao pregão resolve por reformar a decisão na inabilitação da recorrente opinando-se contrário ao Parecer jurídico nº 154/2014

sob folhas nº 126 à 127, e acatar como bem fez em outros processos licitatórios os Pareceres Jurídicos nº128/2014 de 29/07/2014, nº129/2014 de 30/07/2014, nº48/2014 de 21/08/2014, seguidos com o apoio dos secretários abaixo descrito, que se junto se manifestam favoráveis, bem assim que considerado procedente as razões apresentadas pela Empresa: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS, portanto nesta concepção opina para que se ACATE o recurso impetrado para HABILITAÇÃO da única licitante interessada e pela realização do evento.

Itapoá, 23 de setembro de 2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

ISABELA RAICK DUTRA POHL
MEMBRO

JOSEANE SOARES DE LIMA
MEMBRO

LUIZ CARLOS ZAGONEL CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO	MARIA IZABEL BLANSKI SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR SECRETÁRIO TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA
---	--	---

DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014 - PROCESSO Nº 113/2014-
OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação e montagem de equipamentos para eventos a fim de atender ao evento turístico 7º ITALAMA/2014, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas no Parecer técnico emitido pela Secretaria de Planejamento sob fls. 128 a 130, e pela Pregoeira Oficial do Município, e equipe de apoio conforme sob fls. nº 131 a 136, como se minhas fossem e as considerando integradas a este, julgo PROVIDO o recurso apresentado pela empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS, com sede à Rua: Joaquim João Luiz, nº 189, Bairro: Centro, na cidade de Barra do sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.14.247.912/0001-77, representada pelo sócio administrador Sr. ANTÔNIO CARLOS ALVES BOSSO, portador do CNPJ/MF nº 970.061.141-87, conforme folhas nº121 a 125, para que seja dado sequência ao processo licitatório e tomada as medidas cabíveis para o andamento do interesse público.

Itapoá, 24 de setembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº89/2014-PREGÃO Nº60/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2014

Contratante: Município de Itapoá-SC;
Contratada: Empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA, com sede á Rua Joaquim João Luiz nº189, Bairro: Centro , na cidade de Balneário Barra do Sul-SC, CEP:89.247-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.247.912/0001-77, e Inscrição Estadual n.º256.511.276, representada neste ato pelo sócio administrador o Sr. ANTONIO CARLOS ALVES BOSSO portador do CPF/MF nº 970.061.141-87 e do CI.RG nº 6.592.185 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO Nº 60/2014 - PROCESSO Nº 113/2014;
Objeto: Contratação de empresa especializada em locação e montagem de equipamentos para eventos a fim de atender ao evento turístico 7º ITALAMA/2014, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais).

Data da assinatura: 24/09/2014;

Data vigência contratual : O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2014.

Itapoá, 24 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Joaçaba

PREFEITURA

Relatório Gestão Fiscal - Anexo 1

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	47.501.741,21	236.259,28
Pessoal Ativo	41.133.112,09	2.920,00
Pessoal Inativo e Pensionista	4.702.359,22	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.666.269,90	233.339,28
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.492.099,93	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	698.340,81	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	85.038,27	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	39.765,29	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.668.955,56	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	42.009.641,28	236.259,28
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	42.245.900,56	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	96.924.689,50	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,59	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	58.154.813,70	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	55.247.073,02	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	52.339.332,33	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

ROBERTO MINATTI
CONTROLADOR INTERNO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL - ANEXO 2

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	13.687.810,91	13.165.993,71	13.603.275,27	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	13.580.724,37	13.091.341,27	13.387.085,77	0,00
Interna	13.580.724,37	13.091.341,27	13.387.085,77	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	107.086,54	74.652,44	216.189,50	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	25.956.323,22	34.763.527,87	34.297.017,59	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.135.142,88	33.926.485,95	33.604.265,84	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.640.640,83	1.637.009,13	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	178.819,66	803.598,91	944.257,38	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-12.268.512,31	-21.597.534,16	-20.693.742,32	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	87.194.273,70	92.261.161,10	96.924.689,50	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	15,70%	14,27%	14,03%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-14,07%	-23,41%	-21,35%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	104.633.128,44	110.713.393,32	116.309.627,40	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	94.169.815,60	99.642.053,99	104.678.664,66	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	13.580.724,37	13.091.341,27	13.387.085,77	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	13.580.724,37	13.091.341,27	13.387.085,77	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	261.210,74	744.303,53	735.575,31	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.964.718,97	36.385.364,46	31.948.458,65	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	34.038.310,78	34.038.310,78	34.140.256,82	0,00
Passivo Atuarial	34.038.310,78	34.038.310,78	34.140.256,82	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	36.622.916,76	38.615.627,44	41.401.008,22	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.648,44	36.903,70	143.098,12	0,00
Investimentos	36.610.234,10	38.586.318,53	41.267.969,08	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	8.965,78	7.594,79	10.058,98	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	14.750,95	386.808,37	320.219,92	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	-2.584.605,98	-4.577.316,66	-7.260.751,40	0,00

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

ROBERTO MINATTI
CONTROLADOR INTERNO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

FONTE:

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL - ANEXO 3

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	87.194.273,70	92.261.161,10	96.924.689,50	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	19.182.740,21	20.297.455,44	21.323.431,69	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	17.264.466,19	18.267.709,90	19.191.088,52	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

ROBERTO MINATTI
CONTROLADOR INTERNO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTÃO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL - ANEXO 4

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	788.739,65	788.739,65
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	788.739,65	788.739,65
Interna	788.739,65	788.739,65
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	788.739,65	788.739,65
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	96.924.689,50	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	788.739,65	0,81
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	15.507.950,32	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	13.957.155,29	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.784.728,27	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	788.739,65	0,81

FONTE:

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

ROBERTO MINATTI
CONTROLADOR INTERNO

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL - ANEXO 7

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	42.245.900,56	43,59
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	58.154.813,70	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	55.247.073,02	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-20.693.742,32	-21,35
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	116.309.627,40	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	21.323.431,69	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	788.739,65	0,81
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	15.507.950,32	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	6.784.728,27	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	25.248.965,15	36.155.221,58

FONTE:

JOACABA, 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

ROBERTO MINATTI
CONTROLADOR INTERNO

IRIA FLÁVIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTÃO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	94.948.430,73	94.948.430,73	19.776.728,87	20,83	74.021.972,73	77,96	20.926.458,00
RECEITAS CORRENTES	90.704.430,73	90.704.430,73	16.755.364,61	18,47	67.982.508,53	74,95	22.721.922,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.098.415,00	18.098.415,00	2.572.510,58	14,21	14.980.263,20	82,77	3.118.151,80
IMPOSTOS	15.595.200,00	15.595.200,00	2.275.846,75	14,59	12.076.524,97	77,44	3.518.675,03
TAXAS	2.495.655,00	2.495.655,00	296.663,83	11,89	2.903.738,23	116,35	-408.083,23
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	7.560,00	7.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.560,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.582.508,36	4.582.508,36	853.155,29	18,62	3.149.220,70	68,72	1.433.287,66
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.113.708,36	3.113.708,36	618.970,02	19,88	2.212.743,44	71,06	900.964,92
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.468.800,00	1.468.800,00	234.185,27	15,94	936.477,26	63,76	532.322,74
RECEITA PATRIMONIAL	4.893.030,27	4.893.030,27	1.864.891,69	38,11	6.117.398,94	125,02	-1.224.368,67
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	97.485,52	97.485,52	24.303,52	24,93	107.371,22	110,14	-9.885,70
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	4.795.544,75	4.795.544,75	1.826.267,17	38,08	5.962.228,02	124,33	-1.166.683,27
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	14.321,00	0,00	47.799,70	0,00	-47.799,70
RECEITA DE SERVIÇOS	13.082.870,02	13.082.870,02	2.368.942,56	18,11	9.142.799,41	69,88	3.940.070,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	47.656.841,31	47.656.841,31	8.731.479,10	18,32	32.893.042,19	69,02	14.763.799,12
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.013.541,31	47.013.541,31	8.144.503,09	17,32	31.814.425,05	67,67	15.199.116,26
Transf. de Instituições Privadas	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	6.000,00	33,33	12.000,00
Transf. de Pessoas	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	9.536,00	70,64	3.964,00
Transf. de Conv.	611.800,00	611.800,00	586.976,01	95,94	1.063.081,14	173,76	-451.281,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.390.765,77	2.390.765,77	364.385,39	15,24	1.699.784,09	71,10	690.981,68
Multas e Juros de Mora	694.283,90	694.283,90	136.590,78	19,67	490.098,62	70,59	204.185,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	118.409,46	118.409,46	22.435,21	18,95	102.477,62	86,55	15.931,84
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.543.600,00	1.543.600,00	194.982,35	12,63	1.080.623,80	70,01	462.976,20
RECEITAS DIVERSAS	34.472,41	34.472,41	10.377,05	30,10	26.584,05	77,12	7.888,36
RECEITAS DE CAPITAL	4.244.000,00	4.244.000,00	3.021.364,26	71,19	6.039.464,20	142,31	-1.795.464,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	93.039,65	0,00	788.739,65	0,00	-788.739,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	93.039,65	0,00	788.739,65	0,00	-788.739,65
ALIENAÇÃO DE BENS	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	44.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	9.610,32	0,00	67.517,65	0,00	-67.517,65
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.200.000,00	4.200.000,00	2.918.714,29	69,49	5.183.206,90	123,41	-983.206,90
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.700.000,00	1.700.000,00	38.728,80	2,28	214.568,80	12,62	1.485.431,20
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.500.000,00	2.500.000,00	2.879.985,49	115,20	4.968.638,10	198,75	-2.468.638,10
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.418.562,09	7.418.562,09	1.135.431,00	15,31	4.016.137,61	54,14	3.402.424,48
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.418.562,09	7.418.562,09	1.135.431,00	15,31	4.016.137,61	54,14	3.402.424,48

Continua 1/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.418.562,09	7.418.562,09	1.135.431,00	15,31	4.016.137,61	54,14
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	886,69	88,67
Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	886,69	88,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	592.702,00	592.702,00	111.928,48	18,88	391.341,86	66,03
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.064.641,40	5.064.641,40	715.378,73	14,12	2.540.304,61	50,16
Contribuições Sociais - Intra Orçamentárias	592.702,00	592.702,00	111.928,48	18,88	391.341,86	66,03
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.064.641,40	5.064.641,40	715.378,73	14,12	2.540.304,61	50,16
RECEITA DE SERVIÇOS	203.677,22	203.677,22	37.141,13	18,24	141.748,20	69,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.901,47	2.901,47	12.042,64	415,05	35.566,18	225,80
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.553.640,00	1.553.640,00	258.940,02	16,67	906.290,07	58,33
Multas e Juros de Mora	2.901,47	2.901,47	48,58	1,67	84,76	2,92
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	11.994,06	0,00	35.256,82	0,00
Receita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	224,60	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes RPPS	1.553.640,00	1.553.640,00	258.940,02	16,67	906.290,07	58,33
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	102.366.992,82	102.366.992,82	20.912.159,87	20,43	78.038.110,34	76,23
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	102.366.992,82	102.366.992,82	20.912.159,87	20,43	78.038.110,34	76,23
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	102.366.992,82	102.366.992,82	20.912.159,87	20,43	78.038.110,34	76,23
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	4.843.781,00	-	-	2.472.003,33	-
Superávit Financeiro	-	4.843.781,00	-	-	2.472.003,33	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	95.224.852,82	24.367.926,49	119.592.779,31	11.964.332,79	87.419.491,54	16.568.619,29	57.380.356,31	47,98
DESPESAS CORRENTES	73.902.458,98	4.659.953,19	78.562.412,17	10.431.227,65	59.202.608,08	13.404.150,46	49.309.105,88	61,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.084.270,64	477.000,86	40.561.271,50	7.529.715,77	27.500.632,34	7.545.287,94	27.453.896,77	67,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.206.000,00	0,00	1.206.000,00	0,00	1.206.000,00	207.260,97	859.449,60	71,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.612.188,34	4.182.952,33	36.795.140,67	2.901.511,88	30.495.975,74	5.651.601,55	19.995.759,51	54,34
DESPESAS DE CAPITAL	15.288.402,08	19.707.973,30	34.996.375,38	1.533.105,14	28.216.883,46	3.164.468,83	9.071.250,43	25,92
INVESTIMENTOS	13.822.402,08	19.712.973,30	33.535.375,38	1.533.105,14	26.755.883,46	2.917.974,37	8.088.872,18	24,12
INVERSOES FINANCEIRAS	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.461.000,00	0,00	1.461.000,00	0,00	1.461.000,00	246.494,46	982.378,25	67,24
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.033.991,76	0,00	6.033.991,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.142.140,00	22.000,00	7.164.140,00	849.102,77	5.199.024,31	1.142.626,95	4.433.491,01	61,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.307.600,00	22.000,00	5.329.600,00	847.174,16	3.395.807,57	846.497,22	3.379.962,99	63,42
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.834.540,00	0,00	1.834.540,00	1.928,61	1.803.216,74	296.129,73	1.053.528,02	57,43
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	102.366.992,82	24.389.926,49	126.756.919,31	12.813.435,56	92.618.515,85	17.711.246,24	61.813.847,32	48,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	102.366.992,82	24.389.926,49	126.756.919,31	12.813.435,56	92.618.515,85	17.711.246,24	61.813.847,32	48,77
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	16.224.263,02	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	102.366.992,82	24.389.926,49	126.756.919,31	12.813.435,56	92.618.515,85	17.711.246,24	78.038.110,34	61,57

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 5.613.414,65

FONTE:

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRI RAFAEL LASKE
CONTADOR CRC SC 028953/O-4 SECRETARIA GESTAO FINANCEI PREFEITO DE JOAÇABA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	95.224.852,82	119.592.779,31	11.994.332,79	87.419.491,54	16.568.619,29	57.380.366,31	92,83	47,98
Ação Legislativa	2.900.000,00	2.900.000,00	319.936,21	1.699.470,47	449.075,66	1.552.966,27	2,51	53,55
	2.900.000,00	2.900.000,00	319.936,21	1.699.470,47	449.075,66	1.552.966,27	2,51	53,55
Administração	8.235.114,79	8.172.787,69	925.965,02	6.636.691,99	1.362.914,99	5.434.603,84	8,79	66,50
Representação Judicial e Extrajudicial	592.250,00	430.688,34	59.925,28	279.289,27	65.904,82	263.571,65	0,43	61,20
Planejamento e Orçamento	164.550,00	203.820,00	24.245,80	167.754,73	39.330,16	130.037,29	0,21	63,80
Administração Geral	4.946.814,79	5.173.890,55	545.159,00	4.558.590,41	907.062,34	3.631.320,88	5,87	70,19
Administração Financeira	1.684.000,00	1.539.184,00	242.893,01	1.255.863,22	284.996,89	1.093.845,94	1,77	71,07
Controle Interno	245.570,00	167.885,00	25.198,52	118.486,38	27.206,16	107.597,74	0,17	64,09
Comunicação Social	91.930,00	169.319,80	27.407,51	163.696,89	23.330,58	149.028,69	0,24	88,02
Previdência do Regime Estatutário	510.000,00	488.000,00	1.135,90	93.011,09	15.064,04	59.201,65	0,10	12,13
Segurança Pública	1.316.680,00	1.544.336,75	215.606,70	1.049.117,68	200.472,56	643.301,13	1,04	41,66
Policimento	40.000,00	40.000,00	6.989,43	32.605,96	10.404,00	23.060,12	0,04	57,65
Defesa Civil	1.276.680,00	1.504.336,75	208.617,27	1.016.511,72	190.068,56	620.241,01	1,00	41,23
Assistência Social	3.065.913,08	3.868.897,39	475.346,99	2.348.926,58	587.874,82	2.001.257,11	3,24	51,73
Assistência ao Idoso	223.830,00	173.834,70	10.037,80	103.615,34	32.535,75	84.766,34	0,14	48,76
Assistência à Criança e ao Adolescente	600.644,00	807.807,69	99.087,63	605.236,62	117.200,45	517.927,72	0,84	64,12
Assistência Comunitária	2.241.439,08	2.887.255,00	366.221,56	1.640.074,62	438.138,62	1.398.573,05	2,26	48,44
Previdência Social	5.020.000,00	5.020.000,00	810.560,35	3.356.152,32	815.231,66	3.266.464,13	5,28	65,07
Previdência do Regime Estatutário	5.020.000,00	5.020.000,00	810.560,35	3.356.152,32	815.231,66	3.266.464,13	5,28	65,07
Saúde	14.995.691,98	16.385.334,11	2.260.721,95	10.414.596,38	2.562.852,57	8.178.703,89	13,23	49,91
Atenção Básica	14.258.027,74	15.629.169,87	2.163.325,53	9.969.526,41	2.449.712,51	7.781.812,23	12,59	49,79
Vigilância Epidemiológica	737.664,24	756.164,24	97.396,42	446.068,97	113.140,06	396.891,66	0,64	52,49
Trabalho	2.804.500,00	3.104.500,00	143.142,06	2.763.228,98	551.945,43	2.102.051,92	3,40	67,71
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2.804.500,00	3.104.500,00	143.142,06	2.763.228,98	551.945,43	2.102.051,92	3,40	67,71
Educação	17.259.986,00	18.620.862,36	2.942.140,62	14.121.931,80	3.438.364,73	12.120.187,33	19,61	65,09
Alimentação e Nutrição	606.200,00	923.200,00	67.201,53	451.876,78	119.813,95	418.238,77	0,68	45,30
Ensino Fundamental	9.540.156,00	10.089.692,29	1.380.449,97	7.320.530,28	1.739.053,99	6.339.594,02	10,26	62,83
Ensino Médio	213.800,00	213.800,00	0,00	213.787,84	35.742,23	114.144,68	0,18	53,39
Educação Infantil	6.609.830,00	7.070.243,73	1.388.359,79	5.826.296,61	1.493.705,92	5.017.625,82	8,12	70,97

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)								
Educação	95.224.852,82	119.592.779,31	11.964.332,79	87.419.491,54	16.568.619,29	57.380.356,31	92,83	47,98
Educação Especial	17.259.986,00	18.620.862,36	2.942.140,62	14.121.931,80	3.438.364,73	12.120.187,33	19,61	65,09
Difusão Cultural	100.000,00	100.000,00	80.000,00	100.000,00	20.600,00	23.400,00	0,04	23,40
Cultura	190.000,00	223.926,34	26.129,33	209.440,29	29.448,64	207.184,04	0,34	92,52
Difusão Cultural	205.700,00	181.700,00	42.935,91	167.877,78	51.793,01	149.728,33	0,24	82,40
Direitos da Cidadania	205.700,00	181.700,00	42.935,91	167.877,78	51.793,01	149.728,33	0,24	82,40
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	111.250,00	129.168,22	32.180,29	113.885,11	32.180,29	113.885,11	0,18	88,17
Urbanismo	111.250,00	129.168,22	32.180,29	113.885,11	32.180,29	113.885,11	0,18	88,17
Infra-Estrutura Urbana	9.510.290,00	23.857.231,44	3.277.946,38	21.179.305,85	3.277.567,64	9.679.182,84	15,66	40,57
Serviços Urbanos	4.229.076,00	18.587.017,44	1.469.291,26	16.219.542,97	2.346.153,35	6.568.823,17	10,63	35,34
Conservação de Energia	3.808.414,00	3.797.414,00	51.553,07	3.680.343,35	717.403,84	2.395.120,09	3,87	63,07
Habituação	1.472.800,00	1.472.800,00	57.102,05	1.279.419,53	214.010,45	715.239,58	1,16	48,56
Habituação Urbana	133.130,00	774.873,57	21.098,09	152.867,21	22.524,26	88.386,78	0,14	11,41
Saneamento	133.130,00	774.873,57	21.098,09	152.867,21	22.524,26	88.386,78	0,14	11,41
Administração Geral	12.744.849,21	13.097.382,00	1.077.271,41	8.291.873,53	1.777.860,31	6.294.045,60	10,18	48,06
Saneamento Básico Rural	2.279.392,79	2.279.392,79	229.128,75	1.646.304,91	339.748,14	1.321.200,41	2,14	57,96
Saneamento Básico Urbano	311.500,00	311.500,00	0,00	46.709,04	6.248,89	14.271,21	0,02	4,58
Gestão Ambiental	10.153.956,42	10.506.489,21	848.142,66	6.600.859,58	1.431.863,28	4.958.573,98	8,02	47,20
Preservação e Conservação Ambiental	148.500,00	168.903,66	22.223,91	118.936,92	29.113,85	110.217,92	0,18	65,25
Ciência e Tecnologia	148.500,00	168.903,66	22.223,91	118.936,92	29.113,85	110.217,92	0,18	65,25
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	2.500.000,00	5.123.495,63	0,00	5.113.470,36	5.733,94	5.733,94	0,01	0,11
Agricultura	2.500.000,00	5.123.495,63	0,00	5.113.470,36	5.733,94	5.733,94	0,01	0,11
Extensão Rural	1.877.050,00	2.133.584,20	453.487,57	1.950.330,93	300.522,20	1.438.072,88	2,33	67,40
Indústria	1.877.050,00	2.133.584,20	453.487,57	1.950.330,93	300.522,20	1.438.072,88	2,33	67,40
Promoção Industrial	422.100,00	200.700,00	24.228,53	149.496,57	41.433,77	130.696,57	0,21	65,12
Comércio e Serviços	422.100,00	200.700,00	24.228,53	149.496,57	41.433,77	130.696,57	0,21	65,12
Turismo	45.500,00	38.500,00	5.520,86	23.450,42	5.520,86	23.450,42	0,04	60,91
Comunicações	45.500,00	38.500,00	5.520,86	23.450,42	5.520,86	23.450,42	0,04	60,91
Tecnologia da Informatização	25.000,00	10.000,00	2.160,00	2.160,00	2.160,00	2.160,00	0,00	21,60
	25.000,00	10.000,00	2.160,00	2.160,00	2.160,00	2.160,00	0,00	21,60

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Transporte	95.224.852,82	119.592.779,31	11.964.332,79	87.419.491,54	16.568.619,29	57.380.356,31	92,83	62.212.423,00
Transporte Aéreo	610.550,00	882.434,41	209.401,17	779.096,52	111.964,02	502.657,89	0,81	379.776,52
Transporte Rodoviário	58.700,00	45.050,00	5.562,83	28.576,47	5.562,83	28.576,47	0,05	16.473,53
Desporto e Lazer	551.850,00	837.384,41	203.838,34	750.520,05	106.401,19	474.081,42	0,77	363.302,99
Desporto Comunitário	1.578.300,00	3.663.340,12	400.264,06	3.309.619,35	340.517,61	1.044.218,78	1,69	2.619.121,34
Encargos Especiais	1.578.300,00	3.663.340,12	400.264,06	3.309.619,35	340.517,61	1.044.218,78	1,69	2.619.121,34
Serviço da Dívida Interna	3.680.756,00	3.680.756,00	2.194,71	3.677.005,79	600.995,11	2.498.393,63	4,04	1.182.362,37
Outros Encargos Especiais	2.667.000,00	2.667.000,00	0,00	2.667.000,00	453.755,43	1.841.827,85	2,98	825.172,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.013.756,00	1.013.756,00	2.194,71	1.010.005,79	147.239,68	656.555,78	1,06	357.190,22
	6.033.991,76	6.033.991,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.033.991,76
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	7.142.140,00	7.164.140,00	849.102,77	5.199.024,31	1.142.626,95	4.433.491,01	7,17	2.730.648,99
Ação Legislativa	150.000,00	150.000,00	19.970,29	90.477,30	20.101,33	89.366,13	0,14	60.633,87
Previdência do Regime Estatutário	20.000,00	20.000,00	2.166,20	10.909,30	2.297,24	9.788,13	0,02	10.201,87
Administração	130.000,00	130.000,00	17.804,09	79.568,00	17.804,09	79.568,00	0,13	50.432,00
Administração Geral	1.227.550,00	1.249.550,00	185.378,11	886.604,00	202.026,06	804.953,55	1,30	444.596,45
Previdência do Regime Estatutário	1.227.550,00	1.227.550,00	185.378,11	864.604,00	198.588,84	794.683,97	1,29	432.866,03
Segurança Pública	0,00	22.000,00	0,00	22.000,00	3.437,22	10.269,58	0,02	11.730,42
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	72,80	316,27	72,80	316,27	0,00	683,73
Assistência Social	1.000,00	1.000,00	72,80	316,27	72,80	316,27	0,00	683,73
Assistência Comunitária	40.050,00	40.050,00	6.763,17	24.846,89	6.763,17	24.846,89	0,04	15.203,11
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	10.000,00	10.000,00	1.855,81	6.374,28	1.855,81	6.374,28	0,01	3.625,72
Previdência Social	30.050,00	30.050,00	4.907,36	18.472,61	4.907,36	18.472,61	0,03	11.577,39
Previdência do Regime Estatutário	241.300,00	241.300,00	36.059,49	141.528,71	36.059,49	141.528,71	0,23	99.771,29
Saúde	241.300,00	241.300,00	36.059,49	141.528,71	36.059,49	141.528,71	0,23	99.771,29
Atenção Básica	1.066.400,00	1.066.400,00	138.336,99	613.967,74	142.773,46	577.505,35	0,93	488.894,65
Trabalho	1.066.400,00	1.066.400,00	138.336,99	613.967,74	142.773,46	577.505,35	0,93	488.894,65
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	41.800,00	41.800,00	12.671,00	29.101,40	8.556,84	24.987,24	0,04	16.812,76
Educação	41.800,00	41.800,00	12.671,00	29.101,40	8.556,84	24.987,24	0,04	16.812,76
Ensino Fundamental	1.676.650,00	1.676.650,00	285.673,87	1.209.368,34	302.204,20	1.203.096,95	1,95	473.593,05
	858.350,00	858.350,00	141.542,83	618.143,18	154.561,88	611.831,79	0,99	246.518,21

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.142.140,00	7.164.140,00	849.102,77	5.199.024,31	1.142.626,95	4.433.491,01	7,17	61,88
Educação	1.676.650,00	1.676.650,00	285.673,87	1.209.368,34	302.204,20	1.203.056,95	1,95	71,75
Educação Infantil	818.300,00	818.300,00	144.131,04	591.225,16	147.642,32	591.225,16	0,96	72,25
Cultura	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000,00	131,04	459,84	0,00	9,20
Difusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	1.000,00	131,04	459,84	0,00	9,20
Saneamento	873.000,00	873.000,00	126.600,62	495.498,64	126.600,62	495.498,64	0,80	56,76
Administração Geral	3.000,00	3.000,00	0,00	886,69	0,00	886,69	0,00	29,56
Previdência do Regime Estatutário	740.000,00	740.000,00	108.638,74	422.131,09	108.638,74	422.131,09	0,68	57,04
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	130.000,00	130.000,00	17.961,88	72.480,86	17.961,88	72.480,86	0,12	55,75
Desporto e Lazer	265.750,00	265.750,00	37.576,43	152.675,02	38.397,92	146.335,47	0,24	55,07
Previdência do Regime Estatutário	215.000,00	215.000,00	33.669,73	128.604,99	33.669,73	128.604,99	0,21	59,82
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	24.750,00	24.750,00	3.906,70	15.470,03	3.906,70	15.470,03	0,03	62,51
Desporto Comunitário	26.000,00	26.000,00	0,00	8.600,00	821,49	2.260,45	0,00	8,69
Encargos Especiais	1.553.640,00	1.553.640,00	0,00	1.553.640,00	258.940,02	924.635,97	1,50	59,51
Serviço da Dívida Interna	1.553.640,00	1.553.640,00	0,00	1.553.640,00	258.940,02	924.635,97	1,50	59,51
TOTAL (III) = (I + II)	102.366.992,82	126.756.919,31	12.813.435,56	92.618.515,85	17.711.246,24	61.813.847,32	100,00	48,77

FONTE:

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRI RAFAEL LASKE
CONTADOR CRC SC 028953/O-4 SECRETARIA GESTAO FINANCEI PREFEITO DE JOACABA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 3

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RECEITA CORRENTES (II)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agv/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES)
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.768.321,38	8.191.353,74	8.563.946,52	9.715.305,32	7.562.418,70	9.179.671,37	8.329.212,71	12.656.628,60	9.154.411,53	8.010.743,92	8.679.341,62	9.210.392,07	98.335.430,73
IPTU	1.271.070,62	1.276.351,46	1.355.247,25	1.503.539,35	1.036.337,16	1.366.534,68	1.533.585,57	5.230.331,69	1.612.789,71	1.263.373,61	1.254.151,06	1.316.195,50	16.096.415,00
IR-RJ	221.118,61	179.468,53	185.112,03	202.730,89	5.484,84	135.126,69	342.188,55	3.123.308,41	462.224,57	203.379,56	209.268,98	178.107,25	5.440.019,01
I.R.R.F.	142.000,50	114.179,34	78.376,27	237.201,54	112.902,17	135.296,42	137.201,54	146.897,91	136.040,30	144.334,64	128.146,54	138.075,19	1.285.200,00
I.S.S.	631.055,19	606.747,28	691.785,20	745.740,14	669.705,50	691.118,45	676.422,38	612.892,78	688.004,19	635.972,11	645.138,27	670.817,67	7.128.000,00
I.T.E.L.	130.862,12	242.973,37	266.740,57	166.035,61	151.418,63	133.080,71	115.080,37	106.721,68	122.801,67	141.552,38	123.910,45	162.379,40	1.762.000,00
Outras Receitas Tributárias	145.901,60	132.992,94	118.830,87	97.425,02	97.425,02	570.962,41	397.412,01	1.300.931,01	253.718,78	141.684,57	147.947,84	148.815,99	3.444.896,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	398.444,44	406.047,39	402.121,86	811.223,38	149.659,98	447.640,76	397.412,01	420.911,37	466.763,35	413.357,94	421.989,30	431.265,99	2.503.215,00
RECEITA PATRIMONIAL	446.343,56	548.203,93	266.812,71	666.765,15	310.265,10	1.060.029,70	659.024,21	791.935,74	776.820,69	654.561,81	770.779,44	1.094.112,25	4.893.030,27
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.107.137,05	1.155.335,42	1.116.893,65	1.226.794,29	867.778,73	1.086.653,80	1.200.466,28	1.233.333,65	1.222.961,48	1.162.292,91	1.204.261,18	1.164.681,38	13.082.870,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.375.189,42	4.676.742,56	4.723.986,71	5.305.252,91	4.819.888,72	4.643.076,65	4.346.979,20	4.725.210,73	4.338.923,24	4.359.624,46	4.841.092,46	5.034.755,72	55.287.841,31
Cota-Parte do FPM	822.916,02	822.928,65	1.144.677,04	1.726.879,93	1.387.939,65	1.482.116,76	979.184,34	1.003.440,91	1.337.206,37	1.002.819,97	861.256,48	1.046.327,46	13.517.734,76
Cota-Parte do ICMS	1.590.421,08	1.546.945,81	1.722.851,71	1.715.546,93	1.562.280,75	1.482.887,12	1.594.399,41	1.496.238,51	1.480.420,29	1.512.087,76	1.405.141,75	1.474.148,06	18.473.398,28
Cota-Parte do IPVA	337.860,00	367.010,59	184.746,30	115.471,63	207.297,54	284.793,11	354.294,05	383.164,86	426.869,67	393.633,51	453.043,47	370.239,88	4.150.000,00
Cota-Parte do ITR	3.066,31	3.393,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Outras Transferências Correntes	807.693,79	1.143.768,20	780.701,78	579.920,13	738.162,10	494.079,20	767.099,57	1.022.788,92	798.165,38	562.598,68	1.314.533,20	1.272.100,16	8.292.841,31
Transferências da LC 81/1989	22.634,86	24.193,84	26.840,38	28.685,79	24.918,50	21.095,61	20.614,12	22.432,57	24.399,09	23.238,63	23.673,53	24.608,33	300.000,00
Transferências da LC 87/1996	7.131,09	7.131,09	7.131,09	7.131,09	6.594,79	6.594,79	0,00	6.594,79	6.594,79	6.594,79	6.594,79	74.617,89	107.000,00
Transferências do FUNDEB	783.525,67	761.388,05	857.040,21	862.617,53	862.605,19	871.511,06	804.477,71	810.560,17	886.274,45	833.710,92	776.620,24	830.747,04	9.810.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	178.128,89	128.672,98	688.794,14	163.709,24	371.598,01	276.533,78	186.745,44	194.635,42	145.133,06	152.562,99	167.204,16	177.361,23	2.590.785,77
DEDUÇÕES (III)	724.093,14	740.929,88	793.730,92	1.124.628,75	666.881,58	955.315,36	784.670,09	840.111,60	927.880,93	851.465,70	813.955,90	856.038,73	10.986.208,36
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0,00	18.330,44	9.165,22	18.330,44	9.165,22	9.165,22	9.165,22	9.165,22	9.165,22	9.165,22	9.165,22	9.165,22	100.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	167.299,37	163.278,18	167.361,82	465.801,04	739.501,01	214.772,39	146.928,11	180.197,23	185.452,99	180.000,62	179.928,62	187.167,24	2.263.689,62
Contribuição Servidores Pensionistas-CAMARA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,22	97,22	284,42	431,62	431,62	431,62	431,62	2.282,56
Contribuição Servidores Pensionistas-FM/JMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.097,78	1.107,18	1.107,18	1.107,18	1.107,18	1.107,18	1.107,18	1.107,18	8.848,04
Contribuição Servidores Pensionistas-FM/JN-INS	0,00	0,00	0,00	0,00	30,34	30,34	30,48	46,54	36,51	36,51	36,52	104,81	656,45
Contribuição Servidores Pensionistas-SMAE-JMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	666,59	666,59	666,59	666,59	666,59	666,59	666,59	666,59	5332,72
Contribuição Servidores Pensionistas-SMAE-JN-INS	0,00	0,00	0,00	0,00	59,55	62,88	62,88	62,88	62,88	62,88	62,88	62,88	498,11
Contribuição Servidor Inativo Civil-FPM/JMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	8.163,17	9.100,48	9.100,48	9.100,48	10.063,01	9.876,20	10.116,65	10.240,87	75.791,34
Contribuição Servidor Inativo Civil-FPM/JN-INS	0,00	0,00	0,00	0,00	918,13	966,92	1.057,71	1.055,59	769,29	968,53	468,71	880,29	7.108,17
Contribuição Servidor Inativo Civil-SMAE-JMPRESS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.879,59	1.879,59	1.772,03	1.772,03	1.772,03	1.772,03	1.772,03	1.772,03	18.150,00
Contribuição Servidor Inativo Civil-SMAE-JN-INS	0,00	0,00	0,00	0,00	142,35	88,18	61,09	211,38	239,45	150,27	150,27	150,27	1.194,24
Contribuições Patrimoniais Ativo Civil-Servidor Li	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150,00
Contr. Servidor Ativo Civil-CAMARA	0,00	0,00	0,00	0,00	1.275,78	1.275,78	2.648,44	1.261,52	972,10	972,10	1.053,07	1.053,07	7.700,00
Contr. Servidor Ativo Civil-FPM/J	0,00	0,00	0,00	0,00	48.516,71	48.516,71	48.494,36	49.267,61	50.440,76	48.839,82	48.839,82	48.839,82	482.800,00
Contr. Servidor Ativo Civil-Serv. Licenciado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00
Contr. Servidor Ativo Civil-SMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	11.592,05	9.280,75	9.280,75	9.051,46	9.040,69	9.206,00	9.292,99	9.600,31	138.600,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	556.793,77	554.321,06	617.203,88	609.497,27	637.820,05	656.497,48	516.688,20	576.372,14	657.098,26	587.688,78	549.867,57	584.381,51	7.138.327,97
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	7.044.228,24	7.450.424,06	7.770.117,60	8.593.676,57	6.893.537,12	8.224.352,01	7.544.542,62	11.816.717,00	8.226.530,60	7.159.285,22	7.865.385,82	8.354.392,34	87.337.222,37

FONTE:

JOACABA, 18/09/2014

ADONES MARQUINO
CONTADOR CRC 028953/0-4IRIA FLAMIA RODRIGUES TORRICO
SECRETARIA GESTÃO FINANCEIRARAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	5.022.210,36	5.022.210,36	1.654.831,66	5.558.338,73
RECEITAS CORRENTES	5.022.210,36	5.022.210,36	1.654.831,66	5.558.338,73
Recatta de Contribuições dos Segurados	1.918.210,36	1.918.210,36	366.985,86	1.283.953,21
Pessoal Civil	1.918.210,36	1.918.210,36	366.985,86	1.283.953,21
Ativo	1.897.710,36	1.897.710,36	356.946,09	1.248.822,06
Inativo	16.000,00	16.000,00	8.612,07	31.167,11
Pensionista	4.500,00	4.500,00	1.427,70	3.964,04
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta Patrimonial	3.000.000,00	3.000.000,00	1.268.496,26	4.197.496,91
Recattas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recattas de Valores Mobiliários	3.000.000,00	3.000.000,00	1.268.496,26	4.197.496,91
Outras Recattas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recattas Correntes	104.000,00	104.000,00	19.349,54	76.888,61
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	100.000,00	100.000,00	19.349,54	76.888,61
Demais Recattas Correntes	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recattas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	6.618.281,40	6.618.281,40	974.318,75	3.446.594,68
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	11.640.491,76	11.640.491,76	2.629.150,41	9.004.933,41
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)				
ADMINISTRAÇÃO	5.730.000,00	5.708.000,00	846.864,02	3.381.249,18
Despesas Correntes	710.000,00	688.000,00	31.632,36	114.785,05
Despesas de Capital	670.000,00	648.000,00	31.632,36	114.785,05
PREVIDÊNCIA SOCIAL	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	5.020.000,00	5.020.000,00	815.231,66	3.266.464,13
	0,00	0,00	812.636,64	3.256.152,32

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
Aposentadorias	0,00	0,00	667.683,70	2.681.588,70	1.959.815,01
Pensões	0,00	0,00	144.952,94	574.563,62	499.950,55
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.020.000,00	5.020.000,00	2.595,02	10.311,81	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	2.595,02	10.311,81	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.020.000,00	5.020.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	22.000,00	3.437,22	10.269,58	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.730.000,00	5.730.000,00	850.301,24	3.391.518,76	2.556.573,09
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	5.910.491,76	5.910.491,76	1.778.849,17	5.613.414,65	3.443.394,09

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor			5.910.491,76

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
Bancos Conta Movimento	11.463,69	143.098,12	16.935,29
Investimentos	40.530.609,55	41.267.969,08	34.604.281,31

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)	6.618.281,40	6.618.281,40	974.318,75	3.446.594,68
Recorta de Contribuições Patronais	6.618.281,40	6.618.281,40	974.318,75	3.446.594,68
Pessoal Civil	5.064.641,40	5.064.641,40	715.378,73	2.540.304,61
Ativo	5.064.641,40	5.064.641,40	715.378,73	2.540.304,61
Inativo	5.025.950,00	5.025.950,00	701.611,91	2.485.353,18
Pensionista	38.691,40	38.691,40	13.766,82	54.951,43
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recortas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recorta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recortas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recortas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recortas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recorta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recortas Correntes	1.553.640,00	1.553.640,00	258.940,02	906.290,07
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recortas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	6.618.281,40	6.618.281,40	974.318,75	3.446.594,68
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	22.000,00	3.437,22	10.269,58
Despesas Correntes	0,00	22.000,00	3.437,22	10.269,58
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	22.000,00	3.437,22	10.269,58

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028963/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRIK RAFAEL LASKE
SECRETARIA GESTAO FINANCEII PREFEITO DE JOAÇABA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	13.687.810,91	13.756.730,08	13.603.275,27
DEDUÇÕES (II)	25.956.323,22	33.384.059,64	34.297.017,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	26.135.142,88	32.535.166,98	33.604.265,84
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.613.293,66	1.637.009,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	178.819,66	764.401,00	944.257,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-12.268.512,31	-19.627.329,56	-20.693.742,32
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-12.268.512,31	-19.627.329,56	-20.693.742,32

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	-1.066.412,76	-8.425.230,01

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.331.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	34.038.310,78	34.038.310,78	34.140.256,82
Passivo Atuarial	34.038.310,78	34.038.310,78	34.140.256,82
DEDUÇÕES (VIII)	36.622.916,76	39.880.661,83	41.401.008,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.648,44	9.142,45	143.098,12
Investimentos	36.610.234,10	39.879.996,42	41.267.969,08
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	8.965,78	8.477,04	10.058,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-2.584.605,98	-5.842.351,05	-7.260.751,40
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-2.584.605,98	-5.842.351,05	-7.260.751,40

FONTE:

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOACABA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	93.327.448,07	16.064.528,44	66.036.418,12	59.192.652,45
Receita Tributária	18.099.415,00	2.572.510,58	14.981.149,89	13.758.031,74
I.P.T.U.	5.400.000,00	387.376,23	4.659.598,85	4.398.726,94
I.S.S.	7.128.000,00	1.315.955,94	5.260.042,35	4.483.158,98
I.T.B.I.	1.782.000,00	306.289,85	1.077.905,94	1.361.600,77
I.R.R.F.	1.285.200,00	266.224,73	1.078.977,83	829.792,93
Outras Receitas Tributárias	2.504.215,00	296.663,83	2.904.624,92	2.684.752,12
Receita de Contribuição	10.239.851,76	1.680.462,50	6.080.867,17	5.478.784,98
Receitas Previdenciárias	6.982.851,76	1.082.364,59	3.824.257,82	3.459.732,63
Outras Contribuições	3.257.000,00	598.097,91	2.256.609,35	2.019.052,35
Receita Patrimonial Líquida	97.485,52	38.624,52	155.170,92	169.386,28
Receita Patrimonial	4.893.030,27	1.864.891,69	6.117.398,94	2.510.856,72
(-) Aplicações Financeiras	4.795.544,75	1.826.267,17	5.962.228,02	2.341.470,44
Transferências Correntes	47.656.841,31	8.731.479,10	32.893.042,19	28.828.859,14
F.P.M.	10.182.000,00	1.526.098,39	7.200.266,70	6.669.393,62
I.C.M.S.	15.720.000,00	2.303.432,05	9.518.107,68	9.284.727,59
Convênios	611.800,00	586.976,01	1.063.081,14	525.482,21
Outras Transferências Correntes	21.143.041,31	4.314.972,65	15.111.586,67	12.349.255,72
Demais Receitas Correntes	17.233.854,48	3.041.451,74	11.926.187,95	10.957.590,31
Dívida Ativa	1.543.600,00	194.982,35	1.080.848,40	874.132,38
Diversas Receitas Correntes	15.690.254,48	2.846.469,39	10.845.339,55	10.083.457,93
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.244.000,00	3.021.364,26	6.039.464,20	2.223.536,01
Operações de Crédito (III)	0,00	93.039,65	788.739,65	197.922,39
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	9.610,32	67.517,65	63.364,90
Alienação de Ativos (V)	44.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.200.000,00	2.918.714,29	5.183.206,90	1.962.248,72
Convênios	2.500.000,00	2.879.985,49	4.968.638,10	1.701.360,72
Outras Transferências de Capital	1.700.000,00	38.728,80	214.568,80	260.888,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.200.000,00	2.918.714,29	5.183.206,90	1.962.248,72
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	97.527.448,07	18.983.242,73	71.219.625,02	61.154.901,17
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	85.726.552,17	14.546.777,41	52.742.596,89	47.552.886,03
Pessoal e Encargos Sociais	45.890.871,50	8.391.785,16	30.833.859,76	26.935.575,77
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.206.000,00	207.260,97	859.449,60	956.346,17
Outras Despesas Correntes	38.629.680,67	5.947.731,28	21.049.287,53	19.660.964,09
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	84.520.552,17	14.339.516,44	51.883.147,29	46.596.539,86
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	34.996.375,38	3.164.468,83	9.071.250,43	4.530.497,80
Investimentos	33.535.375,38	2.917.974,37	8.088.872,18	4.073.966,80
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.461.000,00	246.494,46	982.378,25	456.531,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	33.535.375,38	2.917.974,37	8.088.872,18	4.073.966,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.033.991,76	-	-	-

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.033.991,76	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	124.089.919,31	17.257.490,81	59.972.019,47	50.670.506,66
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-26.562.471,24	1.725.751,92	11.247.605,55	10.484.394,51
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.472.003,33	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.472.003,33	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-2.458.543,00

FONTE:

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 7

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANERO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em 31 de Dezembro de 2013					Em 31 de Dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	187.785,44	187.785,44	-	-	1.147.328,64	4.813.647,39	4.397.591,21	4.397.518,80	133.300,05	1.430.157,18
EXECUTIVO	0,00	48.540,20	48.540,20	0,00	0,00	1.027.598,64	2.478.217,13	2.643.905,84	2.643.833,43	117.255,56	744.726,78
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690,53	690,53	690,53	0,00	0,00
CONSELHO TUTELAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.594,95	57.750,05	57.750,05	0,00	16.844,90
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.051,48	10.051,48	10.051,48	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	597.060,34	0,00	118.653,71	118.653,71	0,00	478.396,63
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE	0,00	32.102,11	32.102,11	0,00	0,00	379.846,91	298.211,12	298.211,12	298.211,12	100,00	81.535,79
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	180,32	180,32	0,00	0,00	534.695,37	534.400,36	534.327,95	534.327,95	0,01	12.117,41
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.750,00	0,00	1.356,00	1.356,00	2.508,54	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUS	0,00	15.916,49	15.916,49	0,00	0,00	304.991,94	132.087,32	414.675,88	414.675,88	18.015,88	4.387,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.803,11	85.803,11	85.803,11	85.803,11	1.446,71	1.940,63
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.852,68	59.023,83	59.023,83	59.023,83	4.828,85	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.906,36	1.187.342,90	1.061.288,77	1.061.288,77	90.355,57	149.503,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	341,28	341,28	0,00	0,00	11.538,31	11.538,31	8.676,86	8.676,86	2.861,45	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE JI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.726,95	10.726,95	4.076,96	4.076,96	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.726,95	10.726,95	4.076,96	4.076,96	0,00	0,00
INST. DE PREV. DOS SERVPUB. DO MUNIC. DE JOA	0,00	8.965,78	8.965,78	0,00	0,00	5.700,00	6.167,57	11.867,57	11.867,57	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PUBL. - I	0,00	8.965,78	8.965,78	0,00	0,00	5.700,00	6.167,57	11.867,57	11.867,57	0,00	0,00
PLANO DE SAÚDE ASSIT. SOCIAL DOS SERV. PUBL	0,00	130.279,46	130.279,46	0,00	0,00	114.030,00	2.230.790,78	1.658.076,09	1.658.076,09	13.183,04	673.561,65
PLANO DE SAÚDE ASSIT. SOCIAL DOS SERV. PUBL	0,00	130.279,46	130.279,46	0,00	0,00	114.030,00	2.230.790,78	1.658.076,09	1.658.076,09	13.183,04	673.561,65
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.206,64	76.206,64	70.987,89	70.987,89	0,00	5.218,75
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.206,64	76.206,64	70.987,89	70.987,89	0,00	5.218,75
LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	14.469,90	14.088,60	14.088,60	381,30	-
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.469,90	14.088,60	14.088,60	381,30	-
EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.772,30	13.703,14	13.703,14	68,16	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.061,69	1.061,69	1.061,69	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.147,77	4.147,77	4.147,77	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.254,88	8.185,72	8.185,72	68,16	-0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	307,96	307,96	307,96	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	697,60	385,46	385,46	312,14	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE JI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	697,60	385,46	385,46	312,14	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	697,60	385,46	385,46	312,14	-0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	187.785,44	187.785,44	0,00	0,00	1.147.328,64	4.828.117,29	4.411.679,81	4.411.607,40	133.681,35	1.430.157,18

FONTE:

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA/ PREFEITO DE JOACABA

RAFAEL LASKE

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 8

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	16.912.200,00	16.912.200,00	2.468.221,68	12.789.426,98	75,62
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.416.000,00	6.416.000,00	522.825,90	5.213.198,45	81,25
1.1.1- IPTU	5.400.000,00	5.400.000,00	387.617,03	4.665.310,15	86,39
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	6.000,00	6.000,00	2.822,19	5.461,24	91,02
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	760.000,00	760.000,00	104.279,55	428.830,54	56,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	250.000,00	250.000,00	28.347,93	120.017,06	48,01
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(240,80)	(6.420,54)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.787.000,00	1.787.000,00	306.460,37	1.081.524,43	60,52
1.2.1- ITBI	1.782.000,00	1.782.000,00	306.803,85	1.084.109,86	60,84
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	4.000,00	4.000,00	56,80	1.628,59	40,71
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	85,50	1.413,56	141,36
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	28,22	576,34	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(514,00)	(6.203,92)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.424.000,00	7.424.000,00	1.372.710,68	5.415.726,27	72,95
1.3.1- ISS	7.128.000,00	7.128.000,00	1.331.846,88	5.284.371,27	74,14
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	26.000,00	26.000,00	5.062,63	16.424,86	70,86
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	182.000,00	182.000,00	35.351,43	92.498,33	50,82
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	88.000,00	88.000,00	16.340,68	44.760,73	50,86
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(15.890,94)	(24.328,92)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.285.200,00	1.285.200,00	266.224,73	1.078.977,83	83,95
1.4.1- IRRF	1.285.200,00	1.285.200,00	266.224,73	1.078.977,83	83,95
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.185.000,00	37.185.000,00	5.671.847,54	24.002.567,99	64,55
2.1- Cota-Parte FPM	12.970.000,00	12.970.000,00	1.907.622,94	9.000.333,14	69,39
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.970.000,00	12.970.000,00	1.907.622,94	9.000.333,14	69,39
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	19.650.000,00	19.650.000,00	2.879.289,81	11.897.633,65	60,55
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	107.000,00	107.000,00	13.169,58	46.093,53	43,08
2.4- Cota-Parte IP-Estado	300.000,00	300.000,00	48.481,85	185.181,58	61,73
2.5- Cota-Parte ITR	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	4.150.000,00	4.150.000,00	823.283,35	2.873.326,09	69,24
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	54.097.200,00	54.097.200,00	8.140.069,22	36.791.994,97	68,01
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.192.300,00	1.192.300,00	226.671,64	994.737,19	83,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	865.000,00	865.000,00	153.102,94	652.558,17	75,44
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	275.700,00	275.700,00	63.004,00	193.068,00	70,03
5.4- Transferências Diretas - PNATE	51.600,00	51.600,00	10.564,70	26.411,75	51,19
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	122.699,27	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	16.000,00	253.332,89	851.341,90	5,320,89
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	243.683,49	817.500,64	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	16.000,00	16.000,00	9.649,40	33.841,26	211,51
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.000,00	352.000,00	75.845,34	227.536,02	64,64
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.560.300,00	1.560.300,00	555.849,87	2.073.615,11	132,90
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.631.000,00	7.631.000,00	1.134.369,08	4.800.511,99	62,91
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.788.000,00	2.788.000,00	381.524,55	1.800.066,44	64,56
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.930.000,00	3.930.000,00	575.857,76	2.379.525,97	60,55
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	21.400,00	21.400,00	2.633,90	9.218,65	43,08
10.4- Cota-Parte IP-Estado Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	60.000,00	60.000,00	9.696,38	37.036,36	61,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	830.000,00	830.000,00	164.656,49	574.664,57	69,24
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	9.840.216,00	9.840.216,00	1.612.394,37	6.732.760,86	68,42
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	9.810.000,00	9.810.000,00	1.607.367,28	6.711.507,78	68,41
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.216,00	30.216,00	5.027,09	21.253,08	70,34
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.179.000,00	2.179.000,00	472.968,20	1.910.995,79	87,70
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.917.216,00	8.917.216,00	1.837.202,26	6.566.997,57	73,64
13.1- Com Educação Infantil	4.461.090,00	4.461.090,00	1.055.384,97	3.591.822,00	80,51
13.2- Com Ensino Fundamental	4.456.126,00	4.456.126,00	781.817,29	2.975.175,57	66,77
14- OUTRAS DESPESAS	923.000,00	923.000,00	110.278,59	416.785,63	45,16
14.1- Com Educação Infantil	425.930,00	425.930,00	73.867,35	266.299,88	62,52
14.2- Com Ensino Fundamental	497.070,00	497.070,00	36.411,24	150.485,75	30,27
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	9.840.216,00	9.840.216,00	1.947.480,85	6.983.783,20	70,97
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					6.983.783,20
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					97,54
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					6,19
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-3,73
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	13.524.300,00	13.524.300,00	2.035.017,31	9.197.968,74	68,01
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.995.330,00	7.014.910,20	1.525.365,18	5.256.830,11	74,94
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.751.006,00	9.464.425,80	1.531.530,90	6.080.001,06	64,24
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.953.196,00	4.953.196,00	818.228,53	3.125.661,32	63,10
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.797.810,00	4.511.229,80	713.302,37	2.954.339,74	65,49
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.746.336,00	16.479.336,00	3.056.896,08	11.336.831,17	68,79
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.910.995,79
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					21.253,08
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.932.248,87
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					9.404.582,30
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					25,56

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	874.000,00	1.304.000,00	208.623,14	593.808,62	45,54
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	410.100,00	985.386,65	104.526,96	505.153,80	51,26
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.284.100,00	2.289.386,65	313.150,10	1.098.962,42	48,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	18.030.436,00	18.768.722,65	3.370.046,18	12.435.793,59	66,26

MUNICÍPIO DE JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		80.195,08	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.711.507,78	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		6.184.312,99	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		6.184.312,99	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		21.253,08	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		628.642,95	0,00

JOACABA, 18/09/2014

ADONES MARCIANO IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRIK RAFAEL LASKE
CONTADOR CRC SC 028953/O-4 SECRETARIA GESTAO FINANCEI PREFEITO DE JOACABA
FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 9

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	788.739,65		-788.739,65
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	34.996.375,38	9.071.250,43	0,00	25.925.124,95
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	34.996.375,38	9.071.250,43	0,00	25.925.124,95
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-34.996.375,38	-8.282.510,78		-26.713.864,60

FONTE:

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 11

Município de JOACABA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	44.000,00	0,00	44.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	44.000,00	0,00	44.000,00
TOTAL	44.000,00	0,00	44.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	326.657,95	237.477,73	0,00	89.180,22
Investimentos	326.657,95	237.477,73	0,00	89.180,22
TOTAL	326.657,95	237.477,73	0,00	89.180,22

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	282.657,95	-237.477,73	45.180,22

FONTE:

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 12

Município de JOACABA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESES DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO
 CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
 PREFEITO DE JOAÇABA

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 12 - SAÚDE

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	16.912.200,00	16.912.200,00	12.789.426,98	75,62
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.400.000,00	5.400.000,00	4.659.598,85	86,29
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.782.000,00	1.782.000,00	1.077.905,94	60,49
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.128.000,00	7.128.000,00	5.260.042,35	73,79
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.285.200,00	1.285.200,00	1.078.977,83	83,95
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	36.000,00	36.000,00	25.514,69	70,87
Dívida Ativa dos Impostos	943.000,00	943.000,00	522.033,19	55,36
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	338.000,00	338.000,00	165.354,13	48,92
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	37.185.000,00	37.185.000,00	24.002.567,99	64,55
Cota-Parte FPM	12.970.000,00	12.970.000,00	9.000.333,14	69,39
Cota-Parte ITR	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00
Cota-Parte IPVA	4.150.000,00	4.150.000,00	2.873.326,09	69,24
Cota-Parte ICMS	19.650.000,00	19.650.000,00	11.897.633,65	60,55
Cota-Parte IPI-Exportação	300.000,00	300.000,00	185.181,58	61,73
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	107.000,00	107.000,00	46.093,53	43,08
Desoneração ICMS (LC 87/96)	107.000,00	107.000,00	46.093,53	43,08
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	54.097.200,00	54.097.200,00	36.791.994,97	68,01

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	6.735.361,98	6.735.361,98	3.982.685,09	59,13
Provenientes da União	6.607.763,35	6.607.763,35	3.921.359,31	59,34
Provenientes dos Estados	127.598,63	127.598,63	61.305,78	48,05
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	407.150,00	407.150,00	259.258,48	63,68
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.142.511,98	7.142.511,98	4.241.923,57	59,39

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	13.762.791,98	15.561.604,06	9.708.853,60	62,39	8.393.173,00	53,94
Pessoal e Encargos Sociais	9.043.106,55	8.781.948,51	5.309.563,64	60,46	5.309.563,64	60,46
Outras Despesas Correntes	4.719.685,43	6.779.655,55	4.399.289,96	64,89	3.083.609,36	45,48

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JOACABA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	2.220.000,00	1.810.830,05	1.276.944,05	70,52	320.270,77	17,69
	2.220.000,00	1.810.830,05	1.276.944,05	70,52	320.270,77	17,69
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	15.982.791,98	17.372.434,11	10.985.797,65	63,24	8.713.443,77	50,16
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.865.886,98	8.364.007,90	4.555.934,35	41,47	3.127.180,98	35,89
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	6.865.886,98	8.364.007,90	4.555.934,35	41,47	3.127.180,98	35,89
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.865.886,98	8.364.007,90	4.555.934,35	41,47	3.127.180,98	35,89
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	9.116.905,00	9.008.426,21	6.429.863,30	21,77	5.586.262,79	14,27
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						15,18
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						67.463,54

Continua 2/4

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
		0,00	100,00	37.461,91	-37.461,91	0,00		
TOTAL		0,00	100,00	37.461,91	-37.461,91	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
		SALDO INICIAL	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		100,00		0,00		100,00		
TOTAL (VIII)		100,00		0,00		100,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26								
		SALDO INICIAL	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Vigilância Epidemiológica		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
		15.245.127,74	16.616.269,87					
		737.664,24	756.164,24	10.540.728,68	95,95	8.316.552,11	95,45	
				445.068,97	4,05	396.891,66	4,55	
TOTAL		15.982.791,98	17.372.434,11	10.985.797,65	100,00	8.713.443,77	100,00	

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de JOACABA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

JOACABA , 18/09/2014

ADONES MARCIANO CONTADOR CRC SC 028953/O-4	IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA	RAFAEL LASKE PREFEITO DE JOAÇABA
---	---	-------------------------------------

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 14

Município de JOACABA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	102.366.992,82	
Previsão Atualizada		—	102.366.992,82	
Receitas Realizadas		20.912.159,87	78.038.110,34	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.472.003,33	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	102.366.992,82	
Créditos Adicionais		—	24.389.926,49	
Dotação Atualizada		—	126.756.919,31	
Despesas Empenhadas		12.813.435,56	92.618.515,85	
Despesas Liquidadas		17.711.246,24	61.813.847,32	
Superavit Orçamentário		—	16.224.263,02	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		12.813.435,56	92.618.515,85	
Despesas Liquidadas		17.711.246,24	61.813.847,32	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			96.924.689,50	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		2.629.150,41	9.004.933,41	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		850.301,24	3.391.518,76	
Liquidadas		850.301,24	3.391.518,76	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.778.849,17	5.613.414,65	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	-2.331.000,00	-8.425.230,01	361,44	
Resultado Primário	-2.458.543,00	11.247.605,55	-457,49	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.960.976,03	133.300,05	4.397.518,80	1.430.157,18
EXECUTIVO	4.737.440,75	60.669,26	3.762.657,19	914.114,30
LEGISLATIVO	76.206,64	0,00	70.987,89	5.218,75
EXECUTIVO	1.147.328,64	72.630,79	563.873,72	510.824,13
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	187.785,44	0,00	187.785,44	0,00
EXECUTIVO	187.785,44	0,00	187.785,44	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	14.469,90	381,30	14.088,60	-0,00
EXECUTIVO	14.469,90	381,30	14.088,60	-0,00
TOTAL:	6.163.231,37	133.681,35	4.599.392,84	1.430.157,18
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		9.404.582,30	25%	25,56
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		6.566.997,57	60%	97,54
Liquidadas		6.566.997,57		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		788.739,65	-788.739,65	

Continua 1/2

Município de JOACABA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			9.071.250,43	25.925.124,95
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	44.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			237.477,73	89.180,22
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		5.586.262,79	15,00	15,18
Liquidadas		5.586.262,79		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JOACABA, 18/09/2014

ADONES MARCIANO
CONTADOR CRC SC 028953/O-4

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

RAFAEL LASKE
PREFEITO DE JOAÇABA

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**Balancete Financeiro Agosto 2014****SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Agosto/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.241.862,68	Despesa Orçamentária	859.281,78
RECEITA PATRIMONIAL	62.282,88	Despesas exceto Intra-orçamentárias	777.780,54
RECEITA DE SERVIÇOS	1.142.299,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	290.274,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.609,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	309.584,11
RECEITA DE SERVIÇOS	16.671,10	INVESTIMENTOS	177.921,72
		Despesas Intra-orçamentárias	81.501,24
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.155,34
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.345,90
Receita Extra - Orçamentária	1.266.353,21	Despesa Extra - Orçamentária	1.495.884,22
DEPÓSITOS	159.632,34	DEPÓSITOS	155.954,87
CONSIGNAÇÕES	115.774,70	CONSIGNAÇÕES	115.520,91
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.408,51	PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.408,51
PENSAO ALIMENTICIA	4.286,68	PENSAO ALIMENTICIA	4.612,48
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	23.162,25	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	22.730,41
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	41.470,65	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA I	41.322,90
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.921,74	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	10.921,74
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	31.524,87	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	31.524,87
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	43.857,64	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	40.433,96
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	2.452,67	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	40.433,96
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	41.404,97	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.339.848,03
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.106.639,55	OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.335.916,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.102.811,29	FORNECEDORES	478.757,77
FORNECEDORES	482.435,27	PESSOAL A PAGAR	290.274,71
PESSOAL A PAGAR	290.274,71	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	81.791,18
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	81.501,24	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	13.086,53
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	12.596,98	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	472.006,18
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	236.003,09	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	3.931,66
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	3.828,26	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	3.931,66
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	3.828,26	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	81,32
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	81,32	RECEITAS PENDENTES	81,32
RECEITAS PENDENTES	81,32	RECEITAS A CLASSIFICAR	81,32
RECEITAS A CLASSIFICAR	81,32		
Saldos anteriores	7.438.198,73	Saldos atuais	7.591.248,62
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.194.919,46	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.377.007,16
BANCO C/ MOVIMENTO	71.000,84	BANCO C/ MOVIMENTO	39.315,18
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	172.278,43	POUPANÇA	174.926,28
TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00	TESOURARIA GERAL - Caixa	0,00
Total	9.946.414,62	Total	9.946.414,62

JOACABA , 24/09/2014

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
Contadora CRC SC 029205/O-3

Lages**PREFEITURA****PP 45-2014 FMAS E PP 21 E 22-2014 SEMASA****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 45-2014 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 08/10/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 11.598,98

Modalidade: PP 21-2014 SEMASA

Objeto: Aquisição de Materiais de Ferro Fundido

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 09/10/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 12.355,90

Modalidade: PP 22-2014 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços de Locação e Instalação de Equipamentos para Implantação do Sistema de Monitoramento Eletrônico

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 09/10/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 5.476,82

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 24 de setembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Extrato de Aditivo de Prazo 001/2014 ao Contrato 123/2013**

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014

CONTRATO Nº 123/2013 - PMLM

Processo Licitatório nº 67/2013 - Tomada de Preço 39/2013

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Publicidade e Propaganda, de acordo com o art. 2º, da Lei 12.232/2010.

Contratante: Município De Lauro Muller

Contratado: DMPA Comunicações Ltda.

Prazo de Vigência: 11/10/2014 até 11/10/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014 AO CONTRATO 98/2013 HMHL

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014

CONTRATO 98/2013 HMHL

Processo Licitatório nº 58/2013 - Tomada de Preço 37/2013

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Publicidade e Propaganda, de acordo com o art. 2º, da Lei 12.232/2010.

Contratante: Município De Lauro Muller

Contratado: DMPA Comunicações Ltda.

Prazo de Vigência: 11/10/2014 até 11/10/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014 AO CONTRATO 58 FMS

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO 001/2014

CONTRATO 58/2013 FMS

Processo Licitatório nº 28/2013 - Tomada de Preço 17/2013

Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Publicidade e Propaganda, de acordo com o art. 2º, da Lei 12.232/2010.

Contratante: Município De Lauro Muller

Contratado: DMPA Comunicações Ltda.

Prazo de Vigência: 11/10/2014 até 11/10/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregao Presencial 36/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL 36/2014

O Município de Lebon Régis-SC torna público que às 09:10h do dia 06/10/2014, realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial visando a aquisição de um Coletor/distribuidor de esterco líquido de 3.000 lts, para a limpeza de fossas sépticas de residências do município, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, mediante as especificações e condições previstas no edital que pode ser obtido no site: www.lebonregis.sc.gov.br. Maiores informações no Setor de Compras e Licitações ou pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou fone (49) 3247 0188.

Gilmar Francisco Peretti

Pregoeiro.

Lebon Régis, 24 de setembro de 2014.

PORTARIA Nº 522/2014

PORTARIA Nº 522 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

ALTERA CARGA HORARIA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária CAMILA DE OLIVEIRA DE LIMA CAMPOS, Professor, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, redução de carga horaria de 40 horas semanais para 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 09 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 523/2014

PORTARIA Nº 523 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ROSANA APARECIDA PEPES, Auxiliar de Enfermagem, lotada no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, referente ao período aquisitivo 03/09/2013 à 02/09/2014, a partir de 01/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 09 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 524/2014

PORTARIA Nº 524 DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, MARCIA APARECIDA DA LUZ BRUSQUE DOS SANTOS, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, a partir de 09/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 09 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 525/2014

PORTARIA Nº 525 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, CLARILDA RIBEIRO BATISTA, para exercer o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 526/2014

PORTARIA Nº 526 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, JACIANE APARECIDA ROSA DOS SANTOS, para exercer o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 10/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 527/2014

PORTARIA Nº 527 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, ODETE FERREIRA DOS SANTOS, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Bem Estar Social, a partir de 11/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 529/2014

PORTARIA Nº 529 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, OSNERI ALVES NUNES JUNIOR, para exercer o cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 11/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 528/2014

PORTARIA Nº 528 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, JEAN CARLOS TELES DE SOUZA, do cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 11/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 11 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 11 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 530/2014

PORTARIA Nº 530 DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, VALDEMIR ALVES LOPES, para exercer o cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 12/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 12 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 12 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 531/2014

PORTARIA Nº 531 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária CLAUDIA ROSANE FERNANDES, Escriuturaria, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e

Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 15/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 15 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 532/2014

PORTARIA Nº 532 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária JAQUELINA MARI XAVIER, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 16/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 16 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 533/2014

PORTARIA Nº 533 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário LUIZ SANDRO SOARES DOS SANTOS, Motorista, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 16/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de setembro de 2014.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 16 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 534/2014

PORTARIA Nº 534 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR A PEDIDO, ADOLAR GITO DE LORENA, do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 17/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 535/2014

PORTARIA Nº 535 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ANA LUCIA DA SILVA CESAR, Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 18/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 536/2014

PORTARIA Nº 536 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014

CONCEDE LICENÇA A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária MARLENA MARIA KLUG, Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, LICENÇA PARA ATENDER FAMILIARES, a partir de 18/09/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de setembro de 2014 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Decreto Nº 075/2014

DECRETO Nº 075/2014, de 15 de setembro de 2014.

"Altera Decreto nº 62/2014 que aprova desmembramento dos lotes, localizado na Avenida Santo Antônio esquina com Rua Pedro Deboni na cidade de Lebon Régis-SC".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o desmembramento do lotes, localizados na Avenida Santo Antonio esquina com Rua Pedro Deboni, matrícula 2.112 do Cartório se Registro e Imóveis da Comarca de Lebon Régis/SC, de propriedade da Associação Família de Maria, com área de terra superficial de 3.869,35 m² (três mil oitocentos e sessenta e nove metros e trinta e cinco decímetros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações:

- Oeste (Frente): com Avenida Santo Antonio, na extensão de 13,00m, com Lebon Sat Móveis e Antenas Parabólicas Ltda - Me, na extensão de 13,00 de 15,00 m, com Vivandel dos Santos, na extensão de 10,15 m e com Vivandel dos Santos na extensão de 25,50;
- Leste (Fundos): com Vivandel dos Santos, na extensão de 6,65 m, com patrimônio público municipal, na extensão de 55,00 m e com patrimônio público municipal, na extensão de 2,00m.
- Norte (lado direito): com Mitra Diocesana de Caçador, na extensão de 2,00m;
- Sul (lado esquerdo): Com patrimônio municipal, na extensão de 25,50 m, com Rua Pedro Deboni, na extensão de 40,020 m, com Vivandel dos Santos, na extensão de 22,35, com Vivandel dos Santos, na extensão de 4,65m, com Lebon Sat Móveis e Antenas Parabólicas Ltda - ME, na extensão de 34,00m.

Art. 2º - Do imóvel acima descrito será DESMEMBRADA uma área de terras, conforme abaixo relacionado:

O lote desmembrado terá área superficial de 1.007,00 m² (um mil setenta e sete metros quadrados) constituído como lote n. 9 da

quadra n. 04 e fica com as seguintes confrontações:

- Sul (frente): com Rua Pedro Deboni na extensão de 18,00 m;
- Norte (fundos): com Mitra Diocesana de Caçador, na extensão de 43,50m
- Oeste (lado direito) com área remanescente, na extensão de 57,00m
- Leste (lado esquerdo): Com Patrimônio Público Municipal, na extensão de 55,00m e Com Patrimônio Público Municipal, na extensão de 2,00m.

Art. 3º - Do imóvel acima descrito no Art. 1º ficará uma área remanescente que terá área superficial de 2.792,35m² (dois mil setecentos e noventa e dois metros quadrados e trinta e cinco décimos quadrados) sendo Lote 3 da quadra n. 4e fica com as seguintes e confrontações:

- Oeste (frente): com Avenida Santo Antônio, na extensão de 13,00m com Lebon Sat Móveis e Antenas Parabólicas Ltda - ME, na extensão de 15,00m, com Vivandel dos Santos, na extensão de 10,15 m e com Vivandel dos Santos, na extensão de 25,50m.
- Leste (fundos): com Vivandel dos Santos, na extensão de 6,65 m, com área desmembrada, na extensão de 57,00m;
- Norte(lado direito): com Mitra Diocesana de Caçador, na extensão de 83,20m;
- Sul (lado esquerdo): com Rua Pedro Deboni, na extensão de 22,20 m, com Vivandel dos Santos, na extensão de 22,35m, com Vivandel dos Santos, na extensão de 4,65m, com Lebon Sat Móveis e Antenas Parabólicas Ltda - Me, na extensão de 34,00 m.

Art. 4º - A aprovação do desmembramento objeto do presente Decreto, além da observância que preceitua a Lei n. 6.766/1979, decorreu pelo cumprimento da parte do proprietário de todas as exigências do Plano Diretor Do Município, Lei Complementar Municipal n. 068/2010 possuindo lotes e originando áreas dentro das especificações ditadas pela citada lei em especial está localizada no perímetro urbano, são servidos de logradouro público em condições de acessibilidade, no qual, estão devidamente implantadas e ativas as redes de abastecimentos de água e de energia elétrica, ressaltando que, pelo fato de não existir no município rede de esgoto, em caso de construção nas áreas desmembradas para a concessão do alvará Habite-se, fica claro que será exigido do proprietário o planejamento e construção de fossas sépticas. Observa-se ainda que nas áreas parceladas não se verificam os impedimento enumerado pelo parágrafo único do Art. 3º da Lei n. 6.766/1979. Ficam fazendo parte integrante deste Decreto como se aqui estivessem transcritos o memorial descritivo e o levantamento topográfico das áreas acima discriminadas, ambos de responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Elias Boçois - CREA/SC 019.388-7.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 15 de setembro de 2014.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Decreto N.º 2.616/2014, de 16 de Setembro de 2014

DECRETO N.º 2.616/2014, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

I - Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 - Diretoria de Infra Estrutura e Transporte

Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infra Estrutura

3.3.90.00.00.00.00.0099 - Aplicações Diretas
..... R\$ 3.044,67

II - Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 - Diretoria de Infra Estrutura e Transporte

Projeto/Atividade 2.007 - Diretoria de Infra Estrutura

3.3.90.00.00.00.00.00595 - Aplicações Diretas
..... R\$ 880,33

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, I - ocorrerá por conta do excesso de arrecadação dos rendimentos de aplicação dos recursos do convênio nº 2954/2013 SDR - Aquisição de brita e II por conta do superávit financeiro dos rendimentos de aplicação do ano de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 16 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO Nº 2.617/2014, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 2.617/2014, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

PRORROGA O DECRETO Nº 2.585, DE 27 DE JUNHO DE 2014, QUE DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO, AFETADO POR TEMPESTADE LOCAL/CONECTIVA - CHUVAS INTENSAS (COBRADE 1.3.2.1.4).

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições conferidas pelo Artigo 113 Lei Orgânica do Município, pelo artigo 7º do Decreto Federal Nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual Nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, e de acordo com o artigo 4º do Decreto Nº 2.585, de 27 de junho de 2014

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto nº 2.585, de 27 de junho de 2014, declara em situação anormal, caracterizada como "SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA", toda a área do município de Lindóia do Sul afetada por Tempestade Local/Conectiva - Chuvas Intensas (COBRADE 1.3.2.1.4).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 23 de Setembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

Receitas Federais do Dia 23.09.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 23/09/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		14.342,11
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	14.342,11
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	14.342,11
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	8.605,27
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.736,84

Luzerna, 24/09/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida_ Contrato Administrativo Nº 0041/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0036/2014. Tomada de Preços nº 0002/2014.

Contrato Administrativo nº 0041/2014. Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de conclusão (segunda etapa) de ginásio de esportes na localidade do km 30, Município de Macieira, conforme Projeto, Planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Contratada: VERONA ENGENHARIA LTDA

Valor Total do Contrato: R\$ 209.889,37 (duzentos e nove mil oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos).

Prazo para execução: 120 dias após a entrega da Ordem de Serviço de acordo com o Cronograma Físico Financeiro.

Pagamento: Após a emissão do Boletim de Medição e da Nota Fiscal.

Macieira, 23 de setembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão de Licitações

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0042/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0039/2014.

Pregão Presencial nº 0028/2014.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria especializada em gestão pública, compreendendo apoio na instauração e acompanhamento dos procedimentos licitatórios indispensáveis à administração municipal, bem como apoio em demais procedimentos específicos, de acordo com as especificações e condições do Anexo I do Edital.

Prazo de prestação dos serviços: Imediatamente após a assinatura do contrato, de acordo com a solicitação da administração municipal, com no mínimo 01 (uma) visita "in loco" semanalmente.

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Contrato Administrativo nº 0042/2014.

Contratada: VALGOI E FIN ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Valor Total do Contrato: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), sendo o valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) mensais.

Macieira, 23 de setembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA _TERMO ADITIVO Nº 16/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013.

Pregão Presencial nº 0001/2013.

4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0008/2013.

ADITIVO Nº 16/2014.

ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE TRAJETO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: INOVA TRANSPORTES ESCOLARES LTDA ME.

Vigência do Contrato: De acordo com o Contrato Original e seus Aditivos.

Valor total do Contrato: Passa a R\$ 51.157,50 (cinquenta e um mil cento e cinquenta e sete reais com cinquenta centavos), de acordo com a Lei nº 8.666/93 e as observações do Anexo I do Edital.

Pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 23 de setembro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

PORTARIA 3219

PORTARIA N.º 3219/2014

"Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER PRORROGAÇÃO da Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Pedrinho Campagnin, ocupante do cargo de operador de máquina media e pesada, no período de 04/09/2014 a 03/10/2014, conforme atestado médico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 05 de setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 3218

PORTARIA N.º 3218/2014

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Terezinha de Jesus Eleutério dos Santos, ocupante do cargo de Serviços Gerais II, no período de 03/09/2014 a 01/12/2014, conforme atestado médica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 05 de setembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 3217

PORTARIA N.º 3217/2014

“Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica ”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Municipal n.º 10, de 23/03/1993 (Estrutura Administrativa) e Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, com previsão legal no Artigo 136, da Lei Complementar n.º 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER 30 DIAS LICENÇA PREMIO, aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA	SECRETARIA
Neiva B Maffesoni	Professora	20 h	01/09/2014	Educação
Cristiane Turmina	Professora	20 h	01/09/2014	Educação

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira,
em 05 de setembro de 2014.
Emerson Zanella
Prefeito Municipal

Portaria 3216

PORTARIA N.º 3216/2014

“Admite, os Servidores que Especifica”

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1o - ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA	SECRETARIA
Simone Patel	Professora	40 h	01/09/2014	Educação
Wellinton Czerniak	Op Maq Méd Pesad	40 h	01/09/2014	Infraestrutura
Jeferson Maurina	Vigia	36 h	02/09/2014	Infraestrutura

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira,
em 05 de setembro de 2014.
Emerson Zanella
Prefeito Municipal

Portaria 3215

PORTARIA N.º 3215/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 39, de 28/12/2009, Lei Complementar n.º 55, de 08/10/2013, e Lei Complementar n.º 002/95;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso público, conforme Edital de Concurso Público n.º 0001/13, para tomar posse do cargo a contar de 01/09/2014, de acordo com a tabela abaixo.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	SECRETARIA
Carla M Cerry	Fisioterapeuta	20 H	Saúde
Rudinei Citadin	Motorista I	40 H	Saúde

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira,
em 05 de setembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 1425

DECRETO N.º 1425, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Nomeia JUNTA MÉDICA

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127, parágrafo 6º, da Lei Complementar 002, de 19/06/1995, Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos Dr. Stefan Szylicz: Psiquiatra; Dr Rafael Balbissan: Clínico Geral; Dr. Jose Roberto Queiroz: Ortopedista, para sob a presidência do primeiro, comporem a JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão de Laudo sobre o estado de saúde dos Servidores Valmor Arconti, Tereza de Jesus Moraes e Terezinha de Jesus Eleutério dos Santos, em Licença para Tratamentos de Saúde superior a 15 (quinze) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira,
em 16 de setembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 1426

DECRETO Nº1426, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 742 de 16/09/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Suprêvit Financeiro do Exercício de 2013.

02.0 Gabinete do Prefeito

02.06 Séc. De Infraestrutura e Desenv. Urbano

20.46 Manutenção da Malha Rodoviária

33.90.1.24 Aplicações Diretas

R\$ 16.575,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.0 Gabinete do Prefeito

02.06 Séc. De Infraestrutura e Desenv. Urbano

20.46 Manutenção da Malha Rodoviária

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 16.575,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de SETEMBRO de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

DECRETO 1427

DECRETO N.1431, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso

De arrecadação do Exercício de 2014 - MAC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 746 de 23/09/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do MAC. Media e Alta Complexidade.

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.31 Manut. Do Mac. Amb. Hosp.

33.90 Aplicações diretas

R\$ 3.840,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

DECRETO 1428

DECRETO Nº1428, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 744 de 16/09/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.07 Secretaria de Agricultura e Desenv. Econômico

10.04 Ampliação do Sistema de Água Potável

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 9.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.07 Séc. Mun. De Agricultura e Desenv. Econômico

20.45 Atividades de Desenv. Rural Agropecuário

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 9.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de SETEMBRO de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

DECRETO 1431

DECRETO N.1431, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso

De arrecadação do Exercício de 2014 - MAC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 746 de 23/09/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do MAC. Media e Alta Complexidade.

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.31 Manut. Do Mac. Amb. Hosp.

33.90 Aplicações diretas

R\$ 3.840,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de Setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

DECRETO 1430

DECRETO Nº1430, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 745 de 23/09/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.06 Secretaria de Infraestrutura e Desenv. Urbano
20.51 Manutenção do Fundo Defesa Civil
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 1.878,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

09.00 Reserva de Contingência
09.01 Reserva de Contingência
20.48 Reserva de Contingência
99.99 Reserva de Contingência
R\$ 1.878,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 23 de Setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

LC 67

LEI COMPLEMENTAR Nº 67, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

cria vaga no cargo que especifica, alterando a Lei Complementar N 55/2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. - Cria Cargo de Técnica em Enfermagem, alterando a Lei Complementar n 55/2013, conforme tabelas abaixo:

Cria Cargo na LC 55/2013	Carga horária	Nível	Vagas	Salário
Técnica em Enfermagem	40 horas	Técnico	01	R\$ 1831,15

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 744

LEI Nº744, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.07 Secretaria de Agricultura e Desenv. Econômico
10.04 Ampliação do Sistema de Água Potável
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 9.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.07 Séc. Mun. De Agricultura e Desenv. Econômico
20.45 Atividades de Desenv. Rural Agropecuário
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 9.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 16 de SETEMBRO de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

LEIS 742

LEI Nº742, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

02.0 Gabinete do Prefeito
02.06 Séc. De Infraestrutura e Desenv. Urbano
20.46 Manutenção da Malha Rodoviária
33.90.1.24 Aplicações Diretas
R\$ 16.575,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

03.0 Gabinete do Prefeito
02.06 Séc. De Infraestrutura e Desenv. Urbano
20.46 Manutenção da Malha Rodoviária
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 16.575,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 16 de SETEMBRO de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

LEI 743

LEI Nº743, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.30 Manutenção Piso Atenção Básica Variável

44.90.1.64 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.30 Manutenção Piso Atenção Básica Variável

33.90.1.64 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 16 de SETEMBRO de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

LEI 745

LEI Nº745, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.06 Secretaria de Infraestrutura e Desenv. Urbano

20.51 Manutenção do Fundo Defesa Civil

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 1.878,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

09.00 Reserva de Contingência

09.01 Reserva de Contingência

20.48 Reserva de Contingência

99.99 Reserva de Contingência

R\$ 1.878,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 23 de Setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

LEI 746

LEI N.746, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso De arrecadação do Exercício de 2014 - MAC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do MAC. Media e Alta Complexidade.

10.00 Fundo Municipal de Saúde

10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.31 Manut. Do Mac. Amb. Hosp.

33.90 Aplicações diretas

R\$ 3.840,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 23 de Setembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

Lei Municipal Nº. 4045

LEI MUNICIPAL Nº. 4045

DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL VISTA ALEGRE "SARA ROSA RODRIGUES", NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Centro de Educação Infantil Municipal Vista Alegre "Sara Rosa Rodrigues", localizado na Rua Getúlio Vargas, s/nº, neste município.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 16 de setembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº 003/2013 - Termo de Convocação Nº 14

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2013 - TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 14

O Prefeito do Município de Mafra-SC e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005, Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 003/2013 desta Municipalidade, a comparecer no Endereço a seguir:

Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12- (Prédio da Prefeitura Municipal de Mafra- SC), no Departamento de Recursos Humanos e Qualidade, no dia 29 de setembro de 2014, às 08h30min.

RELAÇÃO DE VAGAS

1.) Área de Atuação: Educação Infantil

Professores (Habilitados e Não Habilitados)

Disciplina/ Série /Turma: Jardim II.

Vaga: 20 horas (vespertino).

Local: CEIM "Benemérita Fiorige Bona"

Obs.: Atuar até o dia 15/10/2014, para substituir professor que solicitou Licença para Tratamento de Saúde.

2.) Área de Atuação: Educação Física

Professores (Habilitados e Não Habilitados)

Disciplina/ Série /Turma: Educação Física

Vaga: 05 horas , vespertino. (Quarta-Feira)

Local: CEIM "Günther Werner"

Obs.: Atuar até 19.12.2014, em substituição a professor em Licença Prêmio.

SEQUÊNCIA DE ESCOLHA APÓS CONVOCAÇÃO DO TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 13

Cargo: 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)

SEQUENCIA	Insc.	candidato
1.	0476	DANIELI KUSTER DE CAMARGO
2.	0014	JOZIANE AP URBANEK CHABLESKI
3.	0457	ELISANGELA PEREIRA
4.	0217	JÉSSICA CAROLINE STEPHANE KACHEL
5.	0044	GLACI PLACIDO FARIAS
6.	0387	GISELDA FRANCO DOS SANTOS BASTOS
7.	0070	MIRIAN PEREIRA DE SOUZA
8.	0328	ANDREA MODEL
9.	0305	ANNIE GABRIELI SILVEIRA CAETANO
10.	0300	HEDERLY MIRIANE INGLES
11.	0172	ZENILDA MARTINS CORREA
12.	0308	JULIANA FERNANDA PATZSCH
13.	0150	JESSICA AUGUSTIN
14.	0375	ROSIMEIRE ROCHA
15.	0435	MARIA CAROLINA DOS SANTOS
16.	0040	MARGARETE BUBA SAIBOTH
17.	0111	CRISTIANE SCHELBAUER
18.	0334	ANDRESSA SIMONILZA DE LIMA
19.	0179	CLAUDIA BECKER CORDEIRO
20.	0065	BARBARA LOUISE BAUER
21.	0260	LAURICI DAVID
22.	0026	CAMILA GAISSLER MULLER DO NASCIMENTO
23.	0302	MARCIA LOPATA MACHADO FAGUNDES
24.	0383	RUBIANE CAROLINE BECKER
25.	0354	MARIA DE JESUS DE ANDRADE
26.	0463	IVANA CRISTIANE DE ALBUQUERQUE
27.	0196	ALESANDRA CARDOSO DE OLIVEIRA
28.	0177	ALINE BASSANI CARPEN
29.	0120	CARLA TATIANA BINNECK
30.	0270	JAINE DE OLIVEIRA PALHANO
31.	0294	MISAEEL XAVIER PAES
32.	0359	ROSÂNGELA APARECIDA DE VILLE
33.	0173	JOSANE APARECIDA MARTINS CORREA
34.	0344	NAYARA HULIANE WITT
35.	0031	KETLYN HINKEL CARVALHO
36.	0366	ELEANDRA DE MORAES STECLAN

Cargo: 05. Professor Educação Infantil (habilitado)

SEQUENCIA	Insc.	candidato
37.	0430	ALESSANDRA MARIA PASDIORA
38.	0316	CLAUDIA SABATKE MACHOWSKI
39.	0013	FRANCISCO KONIG NETO
40.	0212	FABIANA MARIA SCHWEIGERT LARA
41.	0186	SUELEN DE OLIVEIRA
42.	0098	ANGELA STOEDEL WITT
43.	0277	NEILA REGINA CAMPOS BRIZOLLA

44.	0080	ANA FRANCELIN DE OLIVEIRA
45.	0353	ALINY BRUNA ALVES
46.	0238	SILVANA FERREIRA LOURENÇO
47.	0336	SIMONE FERRARI DOS SANTOS
48.	0309	NEIDE APARECIDA RIALTO PINTO
49.	0335	SIMONE KELLY RANKEL
50.	0216	KALYNCA TEIXEIRA LISBOA
51.	0045	GISELLE MARIA RODRIGUES CARDOSO WENDT
52.	0181	MARCIA BARUFFI
53.	0371	ANA PAULA DRANKA TASCHEK
54.	0461	JORDANA NELITA KUSS
55.	0167	VANUZA PIAZ CORREIA DE SIQUEIRA
56.	0333	EDILVENE CANHA PSCHIEDT
57.	0389	CARINA ALTMANN
58.	0250	CLAUDETE DOARTES FLORES
59.	0050	VALDIRENE DO ROCIO GOMES SIQUEIRA HAABEN
60.	0158	MARLI COMOCHINA
61.	0481	ELENA RODRIGUES
62.	0188	RENATA MAÇANEIRO
63.	0234	HELLIN MARIA FERREIRA DAS CHAGAS
64.	0400	AURICIANE KMIECIK
65.	0239	MARISA GROSSEL
66.	0174	JUVILIANE ENEYDE GUTSTEN PADILHA
67.	0449	DAYANE CRISTINE ALVES
68.	0067	SOLANGE BROZOSKI BONETTES
69.	0219	KARINE TEIXEIRA LISBOA ROCHA
70.	0170	VANIA TERESINHA SCHUPPEL
71.	0165	VERONICA APARECIDA KAMERS
72.	0485	KÊNIA REGINA PRECISO
73.	0086	NATHALIE CAROLINE PLONKOSKI GRUBER
74.	0025	LUCÉLIAALVES
75.	0085	ROSILANE SILVA RIBEIRO
76.	0049	SALETE IANDARA MARTIN ESTEFANI ESTEFANO
77.	0087	CRISTIANE MARIA LIEBL
78.	0275	SIMONI DE CHAVES RIBEIRO
79.	0340	FRANCIELE APARECIDA DE LIMA MARX
80.	0332	CRISTINA MACHADO
81.	0156	MARIA DE LOURDES MORETO ELIAS
82.	0159	ANDRESSA ZIELINSKI
83.	0118	ANDRÉA ZIMKOWICZ REIMÃO DE MELLO
84.	0137	MARIA CRISTIANE SENA
85.	0478	ANIÉLI DE SOUZA LUZ
86.	0047	BIANCA MUNSTER
87.	0100	JANAINA PAOLA RAMOS SEIDEL
88.	0243	ANA PAULA SCHELBAUER
89.	0292	ANA KRUCZKEVICZ

Cargo: 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)

SEQUENCIA	Insc.	candidato
90.	0405	CLAUDIA VERIDIANE MARTINELLI
91.	0106	MARISA PROCHERA RODRIGUES
92.	0145	DÉBORA STOEBERL FIDELES FERREIRA
93.	0425	ALINE SIQUEIRA
94.	0274	MARIA HELENA KALATAY SCARDANZAN
95.	0267	DAIANE CRISTINA CARVALHO WILLE

Cargo: 11. Professor Educação Física (habilitado)

EQUENCIA	Insc.	candidato
1.	0162	JULIO CESAR XAVIER
2.	0382	DIULIANA APARECIDA RUTHES
3.	0364	LUIZ EDUARDO PETREÇA
4.	0032	MOYSES MATHEUS CORREA
5.	0247	JULIANA SCHAFACHEK
6.	0160	FERNANDA VALÉRIO
7.	0394	RUBIAN MAITÊ SCHAFACHEK WENGRNOVSKI
8.	0442	LEANDRO GASPAR
9.	0482	DANIELI CRISTINE TORRES PEREIRA
10.	0418	KAMILA KRAJEWSKY
11.	0445	ANDREI RAUEN
12.	0183	ANA PAULA PLAUTZ KUHNE
13.	0421	DIOGO CISCZEWSKI
14.	0235	ALEXON VILARINO
15.	0082	ALINE ZIPPERER
16.	0062	JOSE LUIS CARVALHO
17.	0036	ADENISE DAMIANA RIBOVSKI DA SILVEIRA
18.	0135	ELLEN KARINE BOICO

Cargo: 12. Professor Educação Física (não-habilitado)

EQUENCIA	Insc.	candidato
19.	0304	ALAN CLEVERSON DE LIMA
20.	0356	ELDER RENAN BATISTA
21.	0450	MAILSON CEZAR HEIDEN GLONEK JUNKES
22.	0329	JANAINA DOS SANTOS
23.	0293	KELVIN SCHAFACHEK
24.	0413	LUANA KANOPKA

O Candidato Classificado que não se apresentar no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, da Prefeitura Municipal de Mafra, sito à Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12, no dia 29 de setembro de 2014, às 08h30min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 24 de setembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito do Município de Mafra

Tadeu David Geronasso

Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

Decreto 102/2014

DECRETO Nº 102 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE PENSÃO POR MORTE (ORIGINADA DE SERVIDOR ATIVO) DO SERVIDOR SENHOR VALDIR DA SILVA ASSIS A REQUERENTE EVA RODRIGUES ASSIS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO, o processo administrativo de Pensão por morte (originada de ativo) requerida por Eva Rodrigues Assis, que comprovou ser casada através de certidão de casamento com Valdir da Silva Assis;

CONSIDERANDO, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;

CONSIDERANDO, o parecer administrativo nº 007/2014 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;

CONSIDERANDO, a decisão do conselho administrativo do FUMPREVI, que aprovou o benefício de Pensão por Morte a requerente senhora EVA RODRIGUES ASSIS, originada pelo falecimento do servidor VALDIR DA SILVA ASSIS.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu a Pensão por Morte do servidor VALDIR DA SILVA ASSIS, brasileiro, nascido em 25 de fevereiro de 1948, portador do CPF nº 415.163.469-04, matrícula nº 1650, nomeado por concurso público através do decreto municipal nº 20 de 02 de fevereiro de 1998, a senhora EVA RODRIGUES ASSIS, brasileira, nascida em 19 de novembro de 1952 e CPF nº 016.508.259-35.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do parecer administrativo nº 007/2014 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Pensão por Morte com o valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), com vigência imediata da data do óbito do aposentado (12/08/2014).

Art. 3º O benefício da Pensão por Morte será reajustado na mesma proporção e data do reajuste para os benefícios do regime geral de previdência social - RGPS.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de agosto de 2014.

Município de Maracajá, Gabinete do Prefeito,
18 de Setembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal, em 18 de setembro de 2014.

Valmir Carradore
Secretário de Administração

Aviso da Licitação 47/2014 PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 47/2014 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de materiais elétricos para manutenção e conservação dos prédios Públicos municipais.

Entrega dos envelopes: até as 14:00 horas do dia 07/10/2014

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 07/10/2014

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 24 de setembro de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO - CÂMARA DE VEREADORES

RESOLUÇÃO Nº 001/2013

"DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARACAJÁ"

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Câmara Municipal de Maracajá, composta de 09 (nove) Vereadores, é o Órgão do Poder Legislativo local, exercendo funções legislativas específicas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, desempenhando, ainda, as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna.

Art. 2º. As funções Legislativas da Câmara Municipal, consistem na elaboração de Leis Complementares, Ordinárias, Decretos Legislativos e resoluções sobre qualquer matéria de competência do Município.

Art. 3º. As funções de fiscalização financeira consistem no acompanhamento das atividades financeiras do Município desenvolvidas pelo Executivo ou pela própria Câmara e no julgamento das contas do Prefeito, interligadas estas daquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 4º. As funções de controle externo da Câmara implicam a vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da constitucionalidade, da legalidade e da ética política-administrativa, com a tomada de medidas saneadoras que se fizerem necessárias.

Art. 5º. A gestão dos assuntos de economia interna da Câmara realizar-se-á através da disciplina regimental de suas atividades e das estruturas e administração de seus serviços auxiliares.

CAPÍTULO II

DA SEDE DA CÂMARA

Art. 6º. A Câmara de Vereadores de Maracajá tem sua sede à Rua Manoel José da Rocha, 0077 - Térreo - Centro, em Maracajá/SC.

Art. 7º. No recinto de reuniões do Plenário não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à colocação de Brasão ou Bandeira da Nação, do Estado ou do Município.

Art. 8º. Somente por deliberação do Plenário e quando o interesse público o exigir poderá o recinto de reuniões da Câmara ser

utilizado para fins estranhos à sua finalidade, conforme dispõe o artigo 81, §1º, deste Regimento.

CAPÍTULO III DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA

Art. 9º. No primeiro ano da legislatura, a primeiro de janeiro, às vinte horas, independentemente de convocação e de número, sob a presidência do Vereador mais idoso entre os presentes, os Vereadores eleitos reunir-se-ão em sessão solene de instalação, com a seguinte ordem do dia:

I- Posse dos Vereadores e Instalação da Legislatura;

II- posse do Prefeito e Vice-Prefeito;

III- eleição da Mesa da Câmara;

IV- eleição dos Membros das Comissões Permanentes.

§ 1º. O Vereador que não tomar posse nesse dia, deverá fazê-lo no prazo de 15 (Quinze) dias para o Vereador, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º. O Prefeito ou o Vice-Prefeito, decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, que não tiver assumido o cargo, este será declarado vago, salvo motivo de força maior.

Art. 10. Antes da posse o Vereador, o Prefeito e o Vice-Prefeito deverão desincompatibilizar-se, quando for o caso e, obrigatoriamente deverão apresentar à Secretaria da Câmara a sua declaração de bens.

Art. 11. No ato da posse, exibidos os diplomas e verificada a sua autenticidade, o Presidente em exercício, de pé, proferirá o seguinte compromisso: "PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, DESEMPENHANDO LEAL E SINCERAMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO, OBSERVANDO AS LEIS E TRABALHANDO PELO ENGRANDECIMENTO DESTA MUNICÍPIO."

Art. 12. O Secretário da Mesa, convidado pelo Presidente, chamará os Vereadores até a Mesa e, um a um, estes, de frente para a Mesa, declararão: "ASSIM EU PROMETO". Ato contínuo, o Vereador assina o livro de posse e o Presidente o declara empossado.

Art. 13. Depois da posse dos Vereadores, o Presidente solicitará ao Prefeito e ao Vice-Prefeito que, de pé, seguido da assinatura do termo de compromisso, façam o seguinte juramento: "POR MINHA HONRA E PELA PÁTRIA, PROMETO SOLENEMENTE MANTER, DEFENDER, CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM GERAL DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE".

Art. 14. Terminada a solenidade de posse, o Presidente suspenderá os trabalhos por trinta minutos.

Art. 15. Decorridos os trinta minutos, a reunião será reaberta e os Vereadores, ainda sob a presidência do Vereador mais idoso, e constatada a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa que será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

Parágrafo único. Não havendo maioria absoluta, o Presidente suspenderá a reunião e convocará reuniões sucessivas com intervalo de vinte e quatro horas, até que seja eleita a Mesa por completo.

Art. 16. As eleições da Mesa Diretora serão efetuadas através de inscrição de chapas contemplando os quatro cargos disponíveis para concorrerem à eleição, devendo as chapas serem nominadas e conterem autorização expressa de seus membros, indicando o cargo que ocupam na chapa.

§ 1º. A eleição da Mesa Diretora para o primeiro biênio, será realizada no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao da eleição municipal conforme o disposto no art. 9º. As chapas deverão ser obrigatoriamente inscritas junto à Secretaria da Sessão, no prazo de até 20 (vinte) minutos após o início da Sessão de Eleição,

quando o Presidente declarará encerrado o tempo para inscrições, procedendo a seguir a eleição.

§ 2º. A eleição da Mesa Diretora para o segundo biênio, será realizada no dia 30 (trinta) de dezembro da segunda sessão de cada legislatura a se realizar às 20:00 horas, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir do dia primeiro de janeiro da terceira sessão legislativa. As chapas deverão ser obrigatoriamente inscritas até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão de eleição, junto à Secretaria da Câmara, em papel timbrado desta, contendo a autorização expressa de seus membros, com firma reconhecida por autêntica, bem como a indicação de seus respectivos cargos. O atual Presidente conduzirá os trabalhos, que serão igualmente secretariados pelo Primeiro Secretário da Mesa.

§ 3º. A votação far-se-á pela chamada dos Vereadores em ordem alfabética pelo Presidente da Sessão da Eleição, na modalidade de votação nominal aberta, devendo o Vereador chamado dirigir-se ao microfone e pronunciar o nome da chapa a favor da qual está proferindo seu voto, que será registrado em Ata, pelo Secretário da Sessão, proclamando a seguir o resultado.

Art. 17. Terminada a apuração dos votos, e proclamado o resultado pelo Secretário, o Presidente em exercício anunciará os eleitos, e no caso da eleição da Mesa Diretora para o primeiro biênio, convidará estes a tomarem assento à Mesa, ficando automaticamente empossados.

Art. 18. No caso de empate das chapas na votação, considerar-se-á eleita aquela onde participar o Vereador mais idoso concorrendo ao cargo de Presidente.

Art. 19. O mandato da Mesa será de dois anos, proibida a reeleição de qualquer membro para o mesmo cargo, na mesma legislatura, bem como a candidatura ou eleição de suplente de Vereador.

Art. 20. Cada Vereador somente poderá participar de uma chapa, à cada eleição de Mesa Diretora, sendo que, no caso de dupla candidatura, prevalecerá a da chapa registrada primeiro, devendo a chapa que ficou desfalcada substituir o membro e cargo faltante, em 15 (quinze) minutos, sob pena de indeferimento da inscrição da mesma.

CAPÍTULO IV DA MESA DA CÂMARA

Art. 21. A Mesa é o órgão de direção dos trabalhos da Câmara Municipal.

Art. 22. As funções dos membros da Mesa somente cessarão por:

- a) morte;
- b) final de biênio;
- c) renúncia apresentada por escrito, com firma reconhecida;
- d) destituição de cargo;
- e) perda de mandato;

Art. 23. Vago qualquer cargo da Mesa, este deverá ser preenchido no prazo de 15 (quinze) dias, em reunião para este fim convocada.

§ 1º. Vago o cargo de Presidente, assumirá a função, em caráter interino e sucessivamente:

- a) o Vice-Presidente;
- b) o 1º Secretário;
- c) o 2º Secretário;
- d) o Vereador mais idoso.

§ 2º. Até que se proceda a eleição prevista neste artigo, o Presidente interino ficará investido na plenitude das funções do cargo.

SEÇÃO I DAS ATRIBUIÇÕES DA MESA

Art. 24. Além das atribuições consignadas neste Regimento, ou dele implicitamente resultantes, compete à Mesa a direção dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara, e privativamente:

I- apresentar projeto de resolução dispondo sobre a organização da Câmara, funcionamento, polícia, e sobre a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a fixação dos respectivos vencimentos;

II- elaborar a proposta orçamentária da Câmara, enviando-a ao

Poder Executivo até 31 de julho de cada ano;
III- baixar Decreto Legislativo alterando o orçamento da Câmara;
IV- solicitar ao Poder Executivo a abertura de crédito suplementar ou especial;
V- cumprir os prazos de prestação de contas, visando possibilitar ao Poder Executivo a elaboração dos balancetes mensal e anual;
VI- transformar as mensagens do Prefeito em projetos de Decreto Legislativo, quando for o caso;
VII- baixar Decretos e Resoluções resultantes de deliberações do Plenário;
VIII- baixar Portarias e Atos Administrativos.

SEÇÃO II

DA RENÚNCIA E DA DESTITUIÇÃO DA MESA

Art. 25. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa dar-se-á por ofício a ela dirigido e se efetivará independentemente de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lida em reunião.

Parágrafo único. Em caso de renúncia coletiva de toda a Mesa, o ofício será levado ao Vereador mais idoso na legislatura, o qual levará ao conhecimento do Plenário e convocará nova eleição, que se realizará no prazo estabelecido no art. 23 deste Regimento.

Art. 26. É passível de destituição o membro da Mesa que exorbitar de suas atribuições regimentais ou delas se omitir, ou ainda for comprovadamente ineficiente no desempenho das mesmas, mediante processo regulado nos artigos seguintes.

Art. 27. O processo de destituição terá início por representação subscrita, no mínimo, pela maioria absoluta dos membros da Câmara, lida em Plenário por qualquer de seus signatários e em qualquer fase da reunião, com ampla e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades cometidas.

§ 1º. A representação, depois de lida, será colocada em votação pela Mesa, cuja aprovação dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 2º. Aprovada a representação, será formada a Comissão Processante, que terá um Vereador de cada bancada partidária com assento na Câmara, indicado pelo respectivo líder partidário e que esteja desimpedido.

§ 3º. A Comissão, sob a presidência do Vereador mais idoso de seus membros, se reunirá dentro de 72 (setenta e duas) horas, para notificação ao acusado, que terá 10 (dez) dias para a apresentação, por escrito, de sua defesa.

§ 4º. Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, a Comissão Processante, de posse ou não da defesa, procederá as diligências que entender necessárias, emitindo, ao final de 20 (vinte) dias, o seu parecer.

§ 5º. O acusado, ou os acusados, poderão acompanhar todos os trabalhos da Comissão Processante.

§ 6º. Se o parecer concluir pela improcedência das acusações, este será apenas dado ao conhecimento do Plenário e será arquivado.

§ 7º. Se o parecer propuser a destituição do acusado ou dos acusados, este deverá ser acompanhado de Projeto de Resolução, o qual será discutido e votado na Ordem do Dia da reunião seguinte a de sua apresentação.

§ 8º. Para discutir o projeto de resolução, cada Vereador terá 10 (dez) minutos, dando-se preferência, na ordem de inscrição, para o relator da Comissão Processante e o acusado, respectivamente, sendo vedados os apartes.

§ 9º. A votação do projeto se fará mediante voto secreto, com cédula impressa ou datilografada, com os dizeres antagônicos: "aprovo o projeto" e "rejeito o projeto".

§ 10. A aprovação do projeto dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 11. Aprovado o projeto, o acusado ou os acusados deixarão imediatamente o respectivo cargo.

Art. 28. Em se tratando de destituição coletiva de toda a Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso da legislatura, que fará a publicação da Resolução dentro de 48 (quarenta e oito) horas da deliberação do Plenário, e convocará nova eleição, no prazo

do artigo 23 deste Regimento.

Art. 29. A Ordem do Dia em que figurar o Projeto de Resolução de destituição, será automaticamente prorrogada até o término da votação.

Art. 30. O Vereador destituído do cargo ficará inelegível para as futuras eleições da Mesa, dentro da mesma legislatura.

SEÇÃO III

DO PRESIDENTE

Art. 31. Ao Presidente da Câmara, além das atribuições previstas no artigo 49 da Lei Orgânica do Município, dentre outras, compete:

I- representar a Câmara, em juízo ou fora dele;

II- dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III- interpretar e fazer cumprir este Regimento Interno;

IV- presidir as reuniões da Câmara;

V- promulgar e publicar resoluções, decretos e leis;

VI- declarar extinto os mandatos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;

VII- requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

VIII- colocar à disposição dos Vereadores, até o dia 10 de cada mês, o balancete financeiro do mês anterior;

IX- manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para este fim;

X- prover quanto ao funcionalismo da Câmara, expedindo os atos referentes à situação funcional dos servidores;

XI- representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;

XII- conceder ou negar a palavra aos Vereadores;

XIII- convocar reuniões extraordinárias;

XIV- substituir o Prefeito na falta ou no impedimento deste e do Vice-Prefeito;

XV- zelar pelo prestígio da Câmara, bem como pela dignidade e consideração de seus membros;

XVI- oferecer projetos ou qualquer outra proposição, e votar nos casos previstos neste Regimento;

XVII- comunicar ao Tribunal de Contas do Estado o resultado do julgamento das contas do Município, encaminhando o respectivo Decreto Legislativo;

XVIII- fixar o horário de funcionamento da Câmara e a jornada de trabalho de seus funcionários;

XIX- tomar parte nas discussões, deixando a presidência para o seu substituto;

XX- comunicar e fazer cumprir as deliberações da Câmara;

XXI- comunicar à Justiça Eleitoral:

a) a vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, e quando não houver mais suplentes, também de Vereador;

b) o resultado dos processos de cassação de mandato;

XXII- interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem o respeito devido à Câmara ou a qualquer um de seus membros, chamando-o à ordem;

XXIII- transmitir ao plenário, a qualquer momento, as comunicações que julgar convenientes;

XXIV- chamar a atenção do orador quando se esgotar o tempo a que tem direito;

XXV- organizar a Ordem do Dia e submeter à discussão e votação a matéria constante da mesma;

XXVI- resolver qualquer questão de ordem e, quando omissa o Regimento, estabelecer precedentes, que serão anotados e adotados para a solução de casos análogos;

XXVII- recusar as proposições antirregimentais;

XXVIII- distribuir projetos, proposições e outros documentos às comissões;

XXIX- deferir, por solicitação do seu autor, a retirada de tramitação de proposições;

XXX- recusar projeto de lei, ou qualquer outra proposição, que tenha sido declarada ilegal ou inconstitucional pela assessoria jurídica da Câmara;

XXXI- determinar o desarquivamento de proposições, nos termos

regimentais;
XXXII- despachar requerimentos, escritos ou verbais, submetidos à sua apreciação;
XXXIII- nomear Comissões Permanentes, Temporárias e de Inquérito, nos termos regimentais;
XXXIV- designar substitutos para os membros das Comissões, em caso de vaga, licença ou impedimento ocasional, observada a indicação partidária;
XXXV- manter todos os contatos em nome da Câmara;
XXXVI- autorizar as despesas da Câmara e o seu pagamento, dentro dos limites do orçamento;
Art. 32. Será sempre computada, para efeito de "quórum" às reuniões, a presença do Presidente.
Art. 33. Quando o Presidente estiver com a palavra, no exercício de suas funções, durante as reuniões, não poderá ser interrompido nem aparteado.
Art. 34. O Presidente da Câmara ou o seu substituto, quando em exercício no cargo, só poderá votar:
I- nas eleições da Mesa da Câmara;
II- quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta ou de dois terços de seus membros;
III- quando houver empate em qualquer votação no Plenário;
IV- nas votações nominais ou secretas.

SEÇÃO IV DO VICE-PRESIDENTE

Art. 35. O Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções.
Art. 36. Sempre que o Presidente não se achar no recinto na hora regimental do início das reuniões, o Vice-Presidente o substituirá no desempenho de suas funções, cedendo-lhe o lugar no momento da sua presença.

SEÇÃO V DOS SECRETÁRIOS

Art. 37. Compete ao Primeiro Secretário:
I- assinar, junto com o Presidente, os cheques de pagamento;
II- fazer a leitura da matéria do Expediente e a do Prolongamento do Expediente;
III- secretariar a Mesa sempre que solicitado pelo Presidente;
IV- assinar as Atas.
V- substituir o Vice-Presidente, nas suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;
Art. 38. Ao Segundo Secretário compete substituir o Primeiro Secretário, nas suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças.

TÍTULO II DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 39. As Comissões são órgãos técnicos constituídos pelos próprios membros da Câmara, destinadas, em caráter permanente ou transitório, a proceder estudos, emitir pareceres, realizar investigações e representar o Legislativo.
Art. 40. As comissões serão:
I- permanentes; ou
II- especiais.

CAPÍTULO II DAS COMISSÕES PERMANENTES

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 41. As Comissões Permanentes, em número de 02 (duas), têm as seguintes denominações:
I- Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
II- Comissão de Finanças, Contas e Orçamento.
Art. 42. As Comissões Permanentes serão constituídas de três membros.

Parágrafo único. Cada Vereador, com exceção do Presidente da Câmara, poderá participar de até 02 (duas) comissões.
Art. 43. Os membros das Comissões Permanentes permanecerão em suas funções até o término do biênio para o qual tenham sido eleitos ou designados.

SEÇÃO II DA ELEIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 44. As Comissões Permanentes serão formadas por eleição secreta, na mesma ocasião em que se der a eleição da Mesa, pelo prazo de 02 (dois) anos, sendo admitida a reeleição de seus membros, inclusive para os mesmos cargos, nas mesmas Comissões.
§ 1º. Havendo a concordância da maioria absoluta dos membros da Câmara, as Comissões poderão ser formadas nas reuniões ordinárias seguintes a da eleição da Mesa;
§ 2º. O modelo de cédula para a votação será elaborada pela Mesa da Câmara, juntamente com os líderes de bancadas;
§ 3º. No ato da composição das Comissões, constará, ainda que licenciado, o nome do Vereador efetivo.
§ 4º. A eleição de que trata o "caput" deste artigo poderá ser abandonada, caso haja acordo entre os líderes de bancadas, na sua composição.
§ 5º. As reuniões ordinárias para a formação das Comissões constarão apenas na Ordem do Dia;
§ 6º. Dentro da legislatura, os mandatos dos membros de cada Comissão ficam automaticamente prorrogados, até que se proceda a sua recomposição;
§ 7º. Havendo acordo na constituição das Comissões, a Ordem do Dia será destinada apenas para a sua proclamação;
Art. 45. Constituídas as Comissões, cada uma delas reunir-se-á para, sob a presidência do mais idoso de seus componentes presentes, proceder a eleição dos seus Presidente, Vice-Presidente e Secretário.
Parágrafo único. Enquanto não for possível a eleição prevista neste artigo, a Comissão será presidida, interinamente, pelo mais idoso de seus respectivos componentes.
Artigo 46. O Presidente da Câmara publicará, bianualmente, a constituição das Comissões Permanentes.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 47. Compete às Comissões Permanentes:
I- estudar proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, dando-lhes parecer, oferecendo-lhes substitutivos e emendas;
II- promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relativas às suas respectivas competências;
III- tomar iniciativa de elaboração de proposições decorrentes de indicação da Câmara ou de dispositivos regimentais;
IV- requisitar, ao Presidente da Câmara, técnicos que propiciem esclarecimentos sobre assuntos submetidos à sua apreciação;
V- solicitar, a terceiros, através do Presidente da Câmara, informações complementares sobre matérias que estão sendo analisadas;
Art. 48. É competência específica da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:
a) Aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, gramatical, lógico ou de técnica legislativa, de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Câmara Municipal, para efeito de responsabilidade e tramitação;
b) Admissibilidade de projetos de emenda à Lei Orgânica;
c) Assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em razão de recurso previsto neste Regimento;
d) Assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Município, à organização dos Poderes Legislativo e Executivo.
e) Desapropriações;
f) Criação de distritos, incorporação, subdivisão anexação e desmembramento de áreas do Município;
g) Transferência temporária da sede do governo;
h) Direitos e deveres do mandato, perda de mandato de Vereador

e pedidos de licença;

i) Pedido de licença do Prefeito e do Vice-Prefeito para interromper o exercício de suas funções, ou ausentar-se do Município ou do País por prazo superior ao legal.

§ 1º. Nenhuma matéria, com exceção das previstas neste Regimento, ou na hipótese do art. 117, Parágrafo único do mesmo, poderá ser incluída na Ordem do dia, sem o Parecer desta Comissão.

§ 2º. Poderá esta Comissão, sobre qualquer matéria encaminhada à sua apreciação, dar o parecer conclusivo, sem ouvir outras Comissões e encaminhar o processo à Ordem do Dia para deliberação do Plenário, com exceção das expressamente previstas neste Regimento.

Art. 49. Compete à Comissão de Finanças, Contas e Orçamento:

a) Manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e orçamentária, créditos adicionais, bem como sobre as contas do Prefeito e do Presidente da Câmara;

b) Fixação de remuneração do Prefeito e do Vice Prefeito, e dos Vereadores;

c) orçamento anual;

d) plano plurianual;

e) código tributário;

f) exame e julgamento das contas do Município;

g) abertura de crédito, transposição de verbas, empréstimos públicos, e tudo mais que, direta ou indiretamente, altere a despesa ou a receita, e o patrimônio do Município.

h) diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. As matérias relacionadas neste artigo não poderão figurar na Ordem do Dia, sem o parecer desta Comissão, salvo se o Plenário, por dois terços de seus membros, aprovar a dispensa do mesmo.

SEÇÃO IV

DOS PRESIDENTES, VICE-PRESIDENTES E SECRETÁRIOS DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 50. Os Presidentes, Vice-Presidentes e os Secretários das Comissões Permanentes serão escolhidos em eleição interna, na forma do disposto no Art. 45 deste Regimento.

Art. 51. Ao Presidente de Comissão Permanente compete:

I- convocar reuniões extraordinárias da Comissão;

II- presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;

III- receber as matérias destinadas à comissão e designar-lhes o relator;

IV- zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão;

V- representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;

VI- conceder vistas de proposições aos membros da Comissão;

VII- solicitar substituto à Presidência da Câmara, para os membros da Comissão;

VIII- votar em caso de empate.

Art. 52. Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas ausências.

Art. 53. Vagando o cargo de Presidente da Comissão, será feita nova eleição interna, no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 54. Ao Secretário compete secretariar todos os trabalhos da Comissão, e especialmente a guarda de processos, observância de prazos, a elaboração das atas de reunião e demais documentos escritos.

SEÇÃO V

DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES

Art. 55. As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente às 18:00 horas, na mesma data das reuniões ordinárias da Câmara Municipal e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente da Comissão ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. A convocação de reunião extraordinária será feita na reunião ordinária da Comissão ou em Plenário, através do presidente respectivo.

Art. 56. As comissões, em número de 02 (duas), reunir-se-ão na Sala das Comissões e de portas abertas, salvo deliberação em contrário tomada pela maioria de seus membros.

Art. 57. As Comissões poderão exarar parecer conjunto nos projetos de sua competência.

Art. 58. As Comissões somente deliberarão com a presença da maioria absoluta de seus membros, sendo obrigatória a lavratura de atas, constando os assuntos tratados, seus participantes e conclusões tomadas.

SEÇÃO VI

DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES

Art. 59. O Presidente da Câmara, depois de recebida e lida a matéria no Pequeno Expediente, despachará à Assessoria Técnica da Casa, para receber parecer técnico e jurídico, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 60. Munido de parecer técnico e jurídico, a matéria será imediatamente entregue ao Presidente da Comissão, através de Assessor.

Art. 61. A partir do recebimento, pelo Presidente, começa a contar o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por mais 05 (cinco) dias, de cada Comissão, para manifestar-se conclusivamente sobre a matéria, exceto na hipótese do Art. 48, primeira parte do seu § 2º, deste Regimento.

Parágrafo único. Em se tratando de projeto com prazo de 90 (noventa) dias, o prazo previsto neste artigo fica reduzido para 15 (quinze) dias, improrrogável.

Art. 62. O Presidente da Comissão, na mesma reunião em que receber a matéria, designará relator, que terá o prazo improrrogável de 06 (seis) dias, para exarar o seu parecer.

Art. 63. O Presidente da Comissão concederá vistas ao processo, por 48 (quarenta e oito) horas, à qualquer membro da Comissão, exceto para processo em regime de urgência.

§ 1º. A concessão de vistas somente será admitida depois de relatado o processo.

§ 2º. Serão permitidos, no máximo, 02 (dois) pedidos de vistas, para cada processo.

§ 3º. O pedido de vistas somente será admitido enquanto o processo estiver tramitando na Comissão.

Art. 64. As Comissões Permanentes, através de seus Presidentes, poderão requisitar ao Presidente da Câmara, todas as informações, documentos, e técnicos, necessários para o exame das matérias a elas submetidas.

Art. 65. Todas as matérias munidas de parecer técnico e jurídico serão, primeiramente, despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a qual, após analisar o aspecto legal e constitucional, às despachará, nos termos do disposto neste Regimento, à Comissão de Finanças, Contas e Orçamento.

Parágrafo único. Não havendo deliberação das Comissões dentro do prazo, deverá o Presidente da Câmara designar o relator "ad hoc" e, em seguida, colocar a matéria na Ordem do Dia.

SEÇÃO VII

DOS PARECERES

Art. 66. Parecer é o pronunciamento da Comissão, sobre matérias submetidas ao seu exame.

Art. 67. O parecer da Comissão orientará o Plenário sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total, ou parcial, da matéria.

Art. 68. O parecer deverá ser escrito, sintético e conclusivo.

Art. 69. A Comissão poderá, através de sua maioria absoluta, apresentar, no parecer, para discussão e votação pelo Plenário, substitutivos e emendas.

Art. 70. O parecer do Relator somente será transformado em parecer da Comissão se aprovado pela maioria absoluta de seus membros.

§ 1º. A simples oposição da assinatura do membro da Comissão no parecer do relator, sem nenhuma observação, implicará na concordância total e aprovação do signatário ao conteúdo do mesmo parecer.

§ 2º. Rejeitado expressamente o parecer do Relator, prevalecerá o parecer da maioria que o rejeitou.

Art. 71. O parecer só irá para deliberação do Plenário quando este

concluir pela inconstitucionalidade ou ilegalidade da matéria.

§ 1º. Se o parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade for aprovado, a matéria será arquivada;

§ 2º. Rejeitado o parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade, a matéria seguirá a tramitação normal, dentro da Ordem do Dia.

§ 3º. O parecer deverá conter a justificativa e a fundamentação jurídica que o embasou.

CAPÍTULO III

DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 72. As Comissões Especiais, sempre de caráter temporário, são:

- a) externas;
- b) Parlamentares de inquérito;
- c) representativas.

Art. 73. As Comissões Especiais externas serão constituídas mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara, aprovado em Plenário.

Parágrafo único. O requerimento propondo a constituição de Comissão Especial de que trata este artigo, deverá indicar:

- a) a finalidade devidamente fundamentada;
- b) o número de membros;
- c) o prazo de funcionamento.

Art. 74. Ao Líder partidário compete indicar, ao Presidente da Câmara, os Vereadores de sua Bancada que comporão a Comissão.

Parágrafo único. Será Presidente da Comissão o primeiro signatário do requerimento previsto no artigo 73 deste Regimento.

Art. 75. Concluídos os trabalhos, a Comissão Especial externa elaborará relatório sobre a matéria, enviando-o à publicação, depois de ouvido o Plenário.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão deverá comunicar ao Plenário, através de Questão de Ordem, a conclusão dos trabalhos, cabendo ao Relator proceder a leitura do Relatório Final.

Art. 76. Se a Comissão deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, pedido de prorrogação de seu prazo de funcionamento, à requerimento do Presidente da Comissão, formulado através de Questão de Ordem.

Art. 77. As Comissões Especiais de que trata o artigo 73 deste Regimento, serão criadas para apreciar e elaborar estudos de problemas municipais, ou, no caso das representativas, para representar a Câmara Municipal durante o recesso parlamentar.

§ 1º. Às Comissões Especiais Representativas serão compostas por 03 (três) Vereadores, e a elas caberá:

- a) resolver as questões inadiáveis surgidas durante o recesso;
- b) apreciar as proposições que derem entrada durante o recesso e encaminhá-las à Mesa.

§ 2º. As Comissões Especiais Externas poderão ser constituídas para análise de assuntos inerentes ao interesse do Município.

Art. 78. A Comissão Especial Parlamentar de Inquérito, que terá poderes de investigação próprios, além de outros previstos neste Regimento, nos termos do disposto na Lei Orgânica do Município de Maracajá, será criada a requerimento de, no mínimo, um terço dos Vereadores, independentemente de deliberação do Plenário, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil e criminal dos infratores, ou a outros órgãos competentes para o caso.

§ 1º. A criação da Comissão Especial Parlamentar de Inquérito, caso proposta por número de Vereadores inferior ao previsto no "caput" deste artigo, dependerá de deliberação do Plenário.

§ 2º. No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Especiais Parlamentares de Inquérito realizar as diligências que reputarem necessárias, convocar Secretários, Assessores e demais servidores municipais, tomar o depoimento de quaisquer autoridades municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e dos órgãos da administração indireta informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister sua presença.

§ 3º. Se as medidas previstas no parágrafo anterior não puderem ser cumpridas, as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão requerê-las através do Poder Judiciário.

§ 4º. Os pedidos de informações e documentos necessários à investigação independem de deliberação do Plenário da Câmara Municipal, sendo os prazos para o seu fornecimento definidos pela própria Comissão.

§ 5º. As conclusões das Comissões Especiais Parlamentares de Inquérito independem de deliberação do Plenário.

§ 6º. Nos termos do artigo 3º, da Lei Federal nº 1.579, de 18 de março de 1952, as testemunhas serão intimadas de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal e, em caso de não comparecimento sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade onde residem ou se encontrem, na forma do artigo 218 do Código de Processo Penal.

§ 7º. Resguardando-se o devido processo legal e a ampla defesa, o depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta.

§ 8º. A Comissão Especial Parlamentar de Inquérito se destina a investigar e examinar irregularidades ou fato determinado, que se inclua na competência Municipal.

Art. 79. Não caberá constituição de Comissão Especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das Comissões Permanentes.

Art. 80. Aplica-se às Comissões Especiais as demais disposições regimentais, inclusive as relativas às Comissões Permanentes, onde não conflitem com as disposições específicas daquelas.

TÍTULO III

DO PLENÁRIO E DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DO PLENÁRIO

Art. 81. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º. O local é o recinto de sua sede e só por motivo de força maior o Plenário se reunirá, por decisão própria, em local diverso;

§ 2º. A forma legal para deliberar é a Sessão;

§ 3º. Número é o quórum determinado na Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento para a realização das Sessões e para as deliberações;

§ 4º. Integra o Plenário o Suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação;

§ 5º. Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.

§ 6º. Fica vedado o uso de aparelhos celulares no recinto do Plenário, durante a realização das sessões da Câmara Municipal.

§ 7º. Fica vedada a utilização das dependências do Plenário, para a celebração de atos fúnebres na Câmara Municipal, devendo ser realizados exclusivamente no Hall de entrada, ficando restritas tais atividades somente para atender a casos especiais, de autoridades e ex-autoridades municipais, estaduais e federais, bem como pessoas que tenham exercido cargos de relevância em entidades da sociedade civil ou ocupado cargos governamentais e aqueles que tenham recebido honraria conferida pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 82. O Plenário deliberará:

I- Por maioria absoluta sobre:

- a) eleição dos membros da Mesa;
- b) Regimento Interno da Câmara;
- c) moções;
- d) rejeição de veto;
- e) perda de mandato de Vereador;
- f) convocação de reuniões extraordinárias, especiais e solenes;
- g) desarquivamento de matérias;
- h) abertura de créditos suplementares e especiais;
- i) transposição, remanejamento e transferência de verbas do Orçamento do Poder Executivo;

- j) instituição de fundos;
- l) orçamento anual e plurianual;
- m) diretrizes orçamentárias;
- n) criação, alteração ou extinção de Distritos;
- o) Leis complementares.

II- pelo voto mínimo de dois terços dos membros da Câmara, para as matérias concernentes a:

- a) emendas à Lei Orgânica;
- b) aprovação e reformulação do Plano Diretor;
- c) instauração de processo contra o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais;
- d) rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Município;
- e) concessão de título de Cidadão Honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;
- f) projetos codificados;
- g) destituição de membro da Mesa;
- h) reuniões secretas;
- i) requerimento de dispensa de pareceres.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara ou seu substituto, somente terá direito a voto:

- a) nas votações secretas;
- b) quando a matéria exigir, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria absoluta ou de dois terços dos membros da Câmara Municipal;
- c) nas votações nominais;
- d) quando houver empate em qualquer votação no Plenário.

Art. 83. É vedado a qualquer Vereador, presente no Plenário, abster-se das votações, exceto nos casos previstos no Art. 178 deste Regimento.

CAPÍTULO II DOS VEREADORES

Art. 84. São deveres do Vereador, além dos estabelecidos neste Regimento e na Lei Orgânica Municipal:

- I- ter seu domicílio e sua residência no Município;
- II- comparecer, à hora regimental e nos dias designados, para a abertura das reuniões, nelas permanecendo até o seu término;
- III- votar nas matérias submetidas à deliberação;
- IV- desempenhar-se nos cargos que lhe forem conferidos;
- V- comparecer nas reuniões das Comissões Permanentes e Temporárias, às quais pertença;
- VI- propor à Câmara todas as medidas que julgar convenientes aos interesses dos munícipes, bem como impugnar as que lhe pareçam contrárias;
- VII- comunicar sua falta ou ausência, quando tiver motivo justo para deixar de comparecer à reuniões da Câmara;

Art. 85. Perde o mandato o Vereador:

- I- que infringir quaisquer proibições estabelecidas neste Regimento e na Lei Orgânica Municipal;
- II- cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III- que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, a quatro reuniões ordinárias, salvo licença, missão autorizada pela Câmara ou ausência justificada;
- IV- que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V- quando assim o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos constitucional ou legalmente;
- VI- que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, desde que, acessoriamente, lhe tenha sido imputada esta pena;
- VII- que não comparecer a mais de dois terços nas sessões ordinárias ao longo do mês, de forma injustificada;
- VIII- que deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, no prazo previsto neste Regimento;

§ 1º. É incompatível com o decoro parlamentar o desrespeito às decisões e às determinações da Mesa e do Presidente da Câmara, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a

percepção de vantagens indevidas.

§ 2º. Nos casos previstos nos incisos I e II, a perda do mandato é decidida pela Câmara Municipal, por voto secreto e de, no mínimo de 2/3 (dois terços) dos seus membros, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Casa Legislativa Municipal.

§ 3º. Nos casos previstos nos incisos III, V, VI, VII e VIII, a perda de mandato é declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de Partido Político representado na Casa Legislativa Municipal.

§ 4º. O processo de perda de mandato de Vereador obedecerá o rito estabelecido na destituição de cargo e de membro da Mesa Diretora.

CAPÍTULO III

DAS FALTAS, DAS LICENÇAS E DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art. 86. Será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às reuniões da Câmara.

§ 1º. Consideram-se, também, como sendo reuniões da Câmara, aquelas realizadas pelas Comissões Permanentes.

§ 2º. Considerar-se-á motivo justo para efeito de justificação de faltas, estando o Vereador representando a Câmara em missão, ou adoentado.

Art. 87. O Vereador poderá licenciar-se para:

I- tratamento de saúde;

II- tratamento de assuntos particulares.

§ 1º. A licença para tratamento de assunto particular não poderá ultrapassar a 120 (cento e vinte) dias, por sessão legislativa.

§ 2º. A concessão de licença para tratamento de saúde dará direito à percepção da remuneração integral.

§ 3º. Na licença para tratamento de assunto particular, será suspensa toda e qualquer espécie de remuneração.

§ 4º. O requerimento de licença, em ambos os casos, será apresentada à Mesa pelo Vereador requerente e votado no Grande Expediente, sem discussão.

§ 5º. É facultado ao Vereador, prorrogar o tempo de licença, através de um novo requerimento.

Art. 88. Considera-se automaticamente licenciado, por tempo indeterminado, o Vereador nomeado para o cargo de Secretário Municipal.

Parágrafo único. O Vereador nomeado deverá apresentar à Mesa, para conhecimento do Plenário, o ato legal de sua nomeação.

Artigo 89. Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever o requerimento de licença para tratamento de saúde, poderá o Presidente da Câmara declará-lo licenciado, mediante comunicação ao Plenário.

Art. 90. O Vereador licenciado não poderá retornar ao exercício do mandato antes do término da licença.

Art. 91. O Suplente será convocado:

I- nas licenças para tratamento de saúde, por período igual ou superior a 90 (noventa) dias;

II- nas licenças para tratar de assunto particular, por período igual a 45 (quarenta e cinco) dias e não superior a 120 (cento e vinte) dias;

III- na renúncia ou perda de mandato;

IV- quando encontrar-se o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal, conforme o Art. 88.

Parágrafo único. Em qualquer dos casos relacionados neste artigo, o suplente perceberá remuneração integral.

CAPÍTULO IV

DA LIDERANÇA PARLAMENTAR

Art. 92. São considerados líderes os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias para, em seu nome, expressar em Plenário pontos de vista sobre assuntos em debate.

Art. 93. No início de cada ano Legislativo, os Partidos com representação na Câmara comunicarão à Mesa a escolha de seus líderes e vice-líderes.

Parágrafo único. Na falta de indicação formal, considerar-se-ão

Líder e Vice-Líder, respectivamente, os primeiro e segundo Vereadores mais votados de cada Bancada.

Art. 94. É de competência do Líder, além de outras previstas neste Regimento, a indicação de Vereadores de sua Bancada para integrar Comissões Especiais, e orientar seus liderados nos trabalhos legislativos.

TÍTULO IV

DA ORDEM DOS TRABALHOS

CAPÍTULO I

DAS REUNIÕES

SEÇÃO I

DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS, SOLENES E SECRETAS

Art. 95. As Sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias, solenes de instalação, solenes ou especiais e secretas, assegurado o acesso às mesmas do público em geral.

§ 1º. As Reuniões Ordinárias são aquelas realizadas em dias e horários determinados, por esta Seção, cujo calendário será elaborado pela Mesa e levado ao conhecimento público no início de cada Sessão Legislativa.

Art. 96. As reuniões ordinárias terão a duração de 02 (duas) horas, e compor-se-ão de quatro partes:

I- Expediente;

II- Horário Político;

III- Grande Expediente; e

IV - Ordem do Dia.

Art. 97. O número de reuniões ordinárias é de 04 (quatro) por mês, às terças-feiras, às 19:00 horas (dezenove horas).

Parágrafo único: As reuniões das Comissões Permanentes serão realizadas às 18:00 horas, na mesma data da realização das Reuniões da Câmara.

Art. 98. A Câmara Municipal, reunir-se-á, anualmente, em período ordinário, dispensada convocação, de quinze de fevereiro a quinze de dezembro.

§ 1º. O Calendário elaborado pela Mesa fixará as datas dentro do período estabelecido por este Artigo.

§ 2º. As reuniões que coincidirem com feriados ou pontos facultativos ficam prejudicadas.

Art. 99. A abertura das reuniões dependerá da presença mínima de um terço (1/3) dos Vereadores em Plenário.

Art. 100. Não havendo quórum no horário regimental, o Presidente da Câmara suspenderá a reunião por 15 (quinze) minutos e, decorrido o prazo de suspensão, e se ainda não houver quórum, o Presidente encerrará a reunião.

Parágrafo único. Se durante a reunião, o Presidente da Câmara verificar a presença de menos de um terço (1/3) dos membros do Plenário, esta será dada por encerrada, seja em qualquer fase, inclusive, se for o caso, interrompendo oradores.

Art. 101. As reuniões poderão ser suspensas:

I- para preservação da ordem;

II- para recepcionar visitantes ilustres;

III- pela Mesa, para consultas técnicas;

IV- para encaminhamento de matérias em discussão.

§1º. O pedido de suspensão previsto no inciso IV deste artigo, só poderá ser formulado pelos Líderes ou Vice-Líderes de Bancada, cujo deferimento ficará à critério da Presidência.

§ 2º. A suspensão não é computada para fins de contagem de tempo de duração da reunião.

Art. 102. A reunião será encerrada em qualquer fase quando:

I- faltar quórum para prosseguimento dos trabalhos;

II- por motivo de luto, em caráter excepcional;

III- tumulto grave.

Art. 103. As reuniões poderão ser prorrogadas por tempo indeterminado, para discussão e votação de matérias constantes da Ordem do Dia.

§ 1º. O requerimento de prorrogação deverá ser escrito, assinado por um terço dos Vereadores, e apresentado à Mesa até 10 (Dez) minutos antes do término da Ordem do Dia.

§ 2º. O Presidente dará conhecimento ao Plenário do requerimento, e o colocará em votação, sem discussão, dentro dos minutos restantes, interrompendo, se for o caso, o orador que estiver na Tribuna.

Art. 104. As reuniões extraordinárias da Câmara poderão ser convocadas:

a) pelo Presidente da Câmara;

b) pelo Prefeito;

c) mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta dos seus membros;

d) pela Mesa;

§ 1º. A convocação pelo Presidente da Câmara será feita em reunião.

§ 2º. Se convocada pelo Prefeito, este a fara, convocando um período de reuniões para ser tratada em determinada Ordem do Dia, devendo a convocação ser expedida ao Presidente, com antecedência de 03 (três) dias, determinando o dia da primeira reunião. O Presidente, de posse da convocação, convocará os Vereadores com antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º. Se convocada através de requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, o Presidente procederá de igual modo ao estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 105. As reuniões extraordinárias terão duas partes:

a) expediente;

b) Ordem do Dia.

§ 1º. A Ordem do Dia das reuniões extraordinárias poderá ser prorrogada, nos termos do Art. 103, §§ 1º e 2º deste Regimento.

§ 2º. Na reunião extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 3º. O horário das reuniões extraordinárias será sempre às 19:00 horas;

§ 4º. A convocação das reuniões extraordinárias poderá ser feita no período ordinário, ou no recesso da Câmara.

Art. 106. A reunião solene de instalação é a que precede a instalação dos trabalhos da Câmara, em cada início de legislatura, para a posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, e para que se proceda a eleição ou renovação da Mesa, e ainda a criação das Comissões Permanentes, se for o caso.

Art. 107. As reuniões solenes ou especiais são aquelas destinadas à comemorações ou homenagem de qualquer espécie, as quais serão realizadas por iniciativa da Mesa, ou à requerimento aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 108. As reuniões secretas são aquelas realizadas excepcionalmente por motivo relevante, cuja convocação será feita pela Mesa ou por iniciativa de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

SEÇÃO II

DO EXPEDIENTE

Art. 109. O Expediente é a parte inicial da reunião, terá a duração de 10 (dez) minutos, e se destinará à leitura de correspondências de interesse do Plenário, bem como de proposições oriundos do Poder Executivo, da Mesa e dos Vereadores.

SEÇÃO III

DO HORÁRIO POLÍTICO

Art. 110. Concluído o Expediente, passar-se-á ao Horário Político.

Art. 111. No Horário Político o Presidente dará a palavra aos Vereadores inscritos.

§ 1º. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria da Câmara, pelo próprio orador ou Assistentes de Bancadas, até 10 (dez) minutos antes do início da reunião.

§ 2º. O tempo destinado ao Horário Político será de 20 (vinte) minutos, dividido proporcionalmente entre as Bancadas com assento na Câmara e os Vereadores sem Partido.

§ 3º. O tempo de cada Bancada dependerá do número de Vereadores que a compõem.

§ 4º. O tempo destinado a cada orador dependerá do número de Vereadores inscritos de sua Bancada.

§ 5º. Se o Vereador chamado não estiver presente ou não quiser fazer uso da palavra, o seu tempo ficará prejudicado.

§ 6º. Poderá o Vereador inscrito ceder total ou parcialmente seu tempo, desde que a cessão seja feita para um Vereador de sua bancada.

§ 7º. A ordem de inscrição das Bancadas será feita em forma de rodízio, em cada reunião.

Art. 112. Os Líderes de Bancada, por maioria absoluta, e mediante comunicação à Mesa, poderão ceder total ou parcialmente o tempo de Horário Político para convidados ou para entidades do Município que tenham problemas urgentes a serem tratados.

SEÇÃO IV

DO GRANDE EXPEDIENTE

Art. 113. Concluído o Horário Político, passar-se-á ao Grande Expediente, que terá a duração máxima de 30 (trinta) minutos, estes destinados à leitura, discussão e votação de Indicações e Requerimentos, bem como a votação de pedidos de licença.

§ 1º. As Indicações e Requerimentos deverão ser entregues à Secretaria da Câmara até 30 (trinta) minutos antes do início da reunião;

§ 2º. A Secretaria poderá devolver ao autor proposições que não estejam bem redigidas, ou antirregimentais.

Art. 114. O Grande Expediente somente será realizado com a presença mínima da maioria absoluta dos Vereadores da Câmara Municipal em Plenário.

SEÇÃO V

DA ORDEM DO DIA

Art. 115. Terminando o Grande Expediente, por esgotada a hora ou por falta de orador, tratar-se-á da matéria destinada à Ordem do Dia, que terá a duração de 60 (sessenta minutos), sendo previamente verificado o número de Vereadores presentes no recinto do Plenário para a constatação do quórum, que não poderá ser inferior à maioria absoluta dos Vereadores da Câmara Municipal.

§ 1º. O Presidente dará conhecimento da existência de projetos de lei, constantes da pauta e aprovados pelas Comissões Permanentes ou Especiais que dispensarem a competência do Plenário, para efeito de eventual apresentação de recursos, bem como de projetos de lei sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º. Havendo matéria a ser votada e número legal para deliberar, proceder-se à imediatamente à discussão e votação.

§ 3º. Ocorrendo à falta de quórum legal para as votações, a votação será suspensa, devendo a matéria ser incluída obrigatoriamente na próxima pauta.

§ 4º. Se houver matéria com discussão encerrada e ocorrer número legal para deliberar, o Presidente poderá interromper o orador que estiver na tribuna, a fim de proceder à votação das matérias.

§ 5º. A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, à ausência às sessões, ressalvadas as que se verificarem a título de abstenção parlamentar legítima.

§ 6º. Sempre que ocorrer votação nominal, mencionar-se á na ata os nomes dos votantes.

§ 7º. O tempo da Ordem do Dia poderá ser prorrogado, nos termos do art. 103, §§ 1º e 2º, deste Regimento.

Art. 116. Presente em Plenário a maioria absoluta dos Vereadores, mediante a verificação do quórum, dar-se-á início à apreciação da pauta, distribuída com a seguinte ordem:

- a) discussão única;
- b) segunda discussão;
- c) primeira discussão;

Parágrafo único. O Presidente poderá colocar na Ordem do Dia, sem parecer, toda e qualquer espécie de projeto, desde que esgotados os prazos das Comissões Permanentes.

Art. 117. A Ordem do dia será organizada pelo Presidente da Câmara e será distribuída com a seguinte ordem:

- a) discussão única;
- b) segunda discussão;
- c) primeira discussão;

Parágrafo único. O Presidente poderá colocar na Ordem do Dia sem parecer, toda e qualquer espécie de projeto, desde que esgotados os prazos das Comissões Permanentes.

Art. 118. Na Ordem do Dia serão discutidas e votadas as seguintes matérias:

- a) vetos;
- b) projetos de lei;
- c) projeto de Resolução;
- d) projeto de Decreto Legislativo;
- e) emendas à Lei Orgânica;
- f) pareceres;
- g) moções;
- h) recursos.

Art. 119. As matérias com prazo para apreciação figurarão como primeiro item da pauta da Ordem do Dia.

Art. 120. A matéria constante da Ordem do Dia poderá ser retirada de tramitação, ou adiada a sua discussão e votação, mediante requerimento verbal feita pelo autor, em Questão de Ordem.

§ 1º. A retirada de tramitação será deferida de plano pelo Presidente.

§ 2º. O adiamento da discussão e votação para a reunião seguinte, dependerá da aprovação do Plenário, sem discussão.

§ 3º. Para as matérias de autoria do Poder Executivo considera-se autor o Líder do Governo na Câmara, o qual deverá ser indicado pelo Prefeito Municipal, no início de cada sessão legislativa.

§ 4º. Serão admitidos, no máximo, dois requerimentos de adiamento para cada matéria.

Art. 121. O parecer da Comissão Permanente a determinada matéria poderá ser dispensado mediante requerimento aprovado por dois terços dos membros da Câmara, no horário do Grande Expediente.

Parágrafo único. A matéria, cujo parecer for dispensado, poderá fazer parte da Ordem do Dia da mesma reunião.

CAPÍTULO II

DO USO DA PALAVRA

Art. 122. Durante as reuniões, o Vereador poderá falar para:

- a) versar sobre assunto de sua livre escolha no Horário Político;
- b) discutir matéria em debate;
- c) apartear;
- d) declarar voto;
- e) levantar Questão de Ordem;
- f) encaminhamento de votação.

Art. 123. Os Vereadores cumprirão as seguintes determinações quanto ao uso da palavra:

I- qualquer Vereador, com exceção do Presidente, no exercício da Presidência, falará de pé, e só quando enfermo poderá obter permissão para falar sentado;

II- o orador deverá falar da Tribuna, a menos que o Presidente permita o contrário;

III- a nenhum Vereador será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda;

IV- ao falar no Plenário, o Vereador deverá fazer uso do microfone;

V- o Vereador que estiver fazendo uso da palavra não poderá ser interrompido, a não ser por apartes ou pelo Presidente, nos casos previstos neste Regimento;

VI- o Vereador, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente e aos Vereadores em geral e só poderá falar voltado para a Mesa;

VII- dirigindo-se a qualquer de seus pares, o orador dar-lhes-á o tratamento de "Excelência", "Nobre Colega" ou "Vereador";

VIII- nenhum Vereador poderá referir-se a seus pares de modo geral ou a qualquer representante do Poder Público, de forma descortês e injuriosa.

§ 1º. Se o Vereador pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra, ou permanecer na Tribuna além do tempo que lhe for concedido, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se.

§ 2º. Se, apesar da advertência e do convite, o Vereador insistir em falar, o Presidente dará seu discurso por encerrado.

§ 3º. Caso o Vereador insista em falar em perturbar a ordem ou

o andamento regimental da reunião, o Presidente convidá-lo-á a retirar-se do recinto.

Art. 124. O tempo de que dispõe o Vereador, será controlado pelo Secretário para conhecimento do Presidente, e começará a fluir no instante em que lhe for dada a palavra.

Parágrafo único. Quando o orador for interrompido em seu discurso, exceto por aparte concedido, o prazo da interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

Art. 125. Salvo disposição em contrário expressa neste Regimento, o tempo que o Vereador dispõe para falar é o seguinte:

- a) dois minutos- apartes e questão de ordem;
- b) cinco minutos- discussão de requerimentos e indicações, declaração de voto e encaminhamento de votação;
- c) dez minutos- discussão de veto, projetos de todas as espécies, parecer contrário de comissões, parecer prévio ao Tribunal de Contas sobre as contas do Município, moções, recursos, processos de cassação de mandato e de destituição de cargo da Mesa.

CAPÍTULO III

DA ATA

Art. 126. As atas serão datilografadas ou digitadas na íntegra, exceto as discussões dos Vereadores sobre matérias.

Art. 127. As atas, através de cópias, serão entregues às Bancadas até 30 (trinta) minutos antes do início da reunião seguinte:

§ 1º. Não sendo possível a elaboração da ata, o Presidente anunciará o motivo.

§ 2º. Não havendo pedido de retificação no horário do Expediente da reunião seguinte, a ata será considerada aprovada, independentemente de consulta ao Plenário.

Art. 128. O pedido de retificação será feito através de questão de ordem e anotado pelo Presidente que, após ouvir a gravação, juntamente com o autor do pedido, dará o despacho na reunião seguinte.

Parágrafo único. As fitas de gravação das reuniões ficarão guardadas, no mínimo, por 30 (trinta) dias.

TÍTULO V

DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 129. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Câmara.

§ 1º As proposições poderão consistir em:

- I - propostas de emenda à Lei Orgânica do município;
- II - projetos de lei, de resolução e de decreto legislativo;
- III - projetos de lei complementar;
- IV - emendas;
- V - requerimento;
- VI - indicações;
- VII - moções;
- VIII - recursos;
- IX - propostas de fiscalização e controle;
- X - pedidos de informação;

§ 2º Toda proposição deverá ser redigida com clareza em termos explícitos e concisos.

§ 3º Nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa, ou dele decorrente.

§ 4º Os Pedidos de Informações, Requerimentos e Moções, deverão ser votados em até 02 (duas) sessões, após a entrada na Casa.

§ 5º As proposições deverão ser entregues à Secretaria da Câmara até 30 (trinta) minutos antes do início da reunião, com exceção dos substitutivos e emendas, que poderão ser apresentados durante a discussão das matérias.

Art. 130. Não serão admitidas as proposições, e serão devolvidas ao seu autor, desde que:

- I - contenham assunto alheio à competência da Câmara;

II - deleguem a outro Poder atribuição privativa do Legislativo;

III - forem flagrantemente antirregimentais;

IV - estejam mal redigidas;

V - contenham expressões ofensivas a quem quer que seja;

VI - forem manifestamente inconstitucionais ou ilegais.

Parágrafo único. As razões de devolução ao autor, de qualquer proposição, nos termos do presente artigo, deverão ser devidamente fundamentadas pelo Presidente, por escrito.

Art. 131. Considera-se autor da proposição seu primeiro signatário.

§ 1º. As assinaturas que se seguirem a do autor serão consideradas de mero apoio, exceto quando se tratar de proposição para qual a Constituição do Estado ou o Regimento exija determinado número de subscritores.

§ 2º. As assinaturas de apoio não poderão ser retiradas, após a sua entrega à Mesa.

§ 3º. O autor poderá fundamentar a proposição por escrito ou verbalmente quando de sua discussão.

Art. 132. Toda e qualquer proposição rejeitada e arquivada poderá retornar à discussão e votação na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 133. A proposição de autoria do Vereador efetivo que esteja licenciado, renunciante ou com mandato extinto, entregue à Mesa antes de se efetivar a licença, renúncia ou extinção, mesmo que ainda não tenha sido lida ou apreciada, terá tramitação normal.

Art. 134. O autor poderá retirar sua proposição em qualquer fase de tramitação, mediante requerimento dirigido ao Presidente.

Art. 135. Havendo duas ou mais proposições sobre o mesmo tema, para efeitos regimentais, considerar-se-á autor o Vereador que primeiro a protocolou.

CAPÍTULO II

DAS INDICAÇÕES

Art. 136. Indicação é a proposição em que o Vereador sugere ao Poder Executivo medidas de interesse público, que não caibam em projetos de iniciativa da Câmara.

Art. 137. As indicações deverão ser redigidas com clareza e precisão, precedidas sempre, de ementa enunciativa de seu objeto, justificadas por escrito, concluindo pelo texto a ser transmitido.

Art. 138. Desde que elaboradas de conformidade com o artigo anterior, serão lidas, discutidas e votadas no Grande Expediente, cabendo ao Presidente da Câmara encaminhar as aprovadas ao Prefeito.

§ 1º A requerimento verbal de qualquer Vereador e deferido de plano pelo Presidente, poderá a indicação ser encaminhada à Comissão competente para maiores estudos, devendo voltar à discussão depois do despacho da Comissão.

§ 2º Não serão admitidas, na mesma reunião, duas ou mais indicações com o mesmo teor ou objetivo.

§ 3º Ocorrendo a duplicidade, será discutida e votada a que for numerada primeiro, e a outra ou outras serão devolvidas ao respectivo autor.

CAPÍTULO III

DOS REQUERIMENTOS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 139. Requerimento é a proposição dirigida pelo Vereador ou Comissão ao Presidente ou à Mesa, versando sobre assuntos da administração interna da Câmara e de seus trabalhos legislativos, bem como sobre matérias de interesse público.

Art. 140. Os requerimentos serão verbais e escritos e dependerão de despacho do Presidente ou deliberação do Plenário.

SEÇÃO II

DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS A DESPACHO PELO PRESIDENTE

Art. 141. Será despachado pelo Presidente o requerimento que solicitar:

I- retirada, pelo autor, de proposição em qualquer fase de sua tramitação;
II- retificação da Ata;
III- verificação de presença e recontagem de votação;
IV- requisição de documentos ou de informações relacionadas com a administração da Câmara e de seus trabalhos legislativos;
V- inscrição, em ata, de voto de pesar ou envio de telegrama neste sentido;

VI- justificação de faltas de Vereador;
VII- autorização para falar sentado quando o Vereador estiver enfermo;
VIII- envio de proposição às Comissões;
IX- cumprimento ao Regimento Interno, quando a Presidência dele se desviar;

§1º. O despacho do Presidente aos requerimentos dos incisos I, V, VII e IX, será sempre favorável.

§2º. Os requerimentos relacionados com os incisos IV e VI serão escritos, e dos demais serão verbais.

SEÇÃO III

DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO PELO PLENÁRIO

Art. 142. Dependerá de deliberação do Plenário, o requerimento que solicitar:

I- inclusão de proposição na Ordem do Dia, com ou sem parecer das Comissões Permanentes da Casa;

II- adiamento de discussão e votação de proposição constante da Ordem do Dia;

III- votação de emendas em bloco ou em grupos definidos;

IV- destaque para discussão e votação de emendas em separado;
V- encerramento de discussão;

VI- licença de Prefeito e Vereadores;

VII- prorrogação da Ordem do Dia;

VIII- convocação de Secretário Municipal e Administradores Distritais, bem como convites de comparecimento à Câmara de qualquer autoridade, seja municipal, estadual ou federal;

IX- constituição de Comissões Especiais;

X- convocação de reuniões solenes ou especiais;

XI- informações ao Executivo ou a qualquer autoridade ou repartição, seja municipal, estadual ou federal;

XII- encerramento da reunião em caráter excepcional;

XIII- medidas de interesse público às autoridades estaduais e federais, bem como às empresas privadas.

§1º. Os requerimentos constantes dos incisos II e XII serão verbais e os demais escritos.

§2º. Os requerimentos relacionados nos incisos I, VI, VIII, IX, X, XI e XIII, serão datilografados ou digitados, em formulários próprios e numerados na Secretaria da Câmara até 30 (trinta) minutos antes do início da reunião, e os demais feitos durante a reunião, no momento próprio ou quando da discussão da matéria.

CAPÍTULO IV

DAS MOÇÕES

Art. 143. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação da Câmara sobre determinado assunto, aplaudindo, protestando ou repudiando.

Art. 144. Subscrita, no mínimo por um terço dos membros da Câmara, a Moção, depois de lida no Expediente, será discutida e votada na Ordem do Dia da mesma reunião.

Parágrafo único. Qualquer Vereador, com a aprovação do Plenário, poderá pedir à Presidência o envio da proposta de Moção para as Comissões Permanentes da Casa, para parecer.

CAPÍTULO V

DOS PROJETOS DE LEI

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 145. Projeto de Lei é a proposição escrita que se submete à deliberação da Câmara Municipal, para discussão, votação e

conversão em lei.

Art. 146. A iniciativa de Projeto de Lei pode ser de origem do Poder Executivo, do Poder Legislativo, ou da população do Município de Maracá.

SEÇÃO II

DOS PROJETOS DE LEI POR INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO

Art. 147. São de iniciativa privativa do Prefeito os projetos de lei que disponham sobre:

a) criação, transformação e extinção de cargos, funções, empregos públicos e remuneração dos Servidores do Poder Executivo, suas autarquias e fundações.

b) servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

c) criação, estruturação e atribuições das Secretarias, Departamentos ou Diretorias equivalentes e órgãos da Administração Pública;

d) concessão de subvenções e auxílios;

e) versem sobre matéria financeira;

f) orçamento anual e plurianual;

g) diretrizes orçamentárias;

h) aberturas de créditos;

i) criação, alteração e extinção de Distritos.

Parágrafo único. Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o de matéria orçamentária, nos termos do artigo 54, Parágrafo único, da Lei Orgânica do Município.

Art. 148. O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de proposição de sua iniciativa.

§1º. A urgência será de 30 (trinta) dias, contados da data em que for feita a solicitação, porém tal prazo não corre no período de recesso da Câmara, nem se aplica aos projetos de leis complementares;

§2º. Terminados os prazos previstos e não havendo deliberação pela Câmara, o Presidente colocará a proposição na Ordem do Dia da reunião que se seguir ao término desse prazo, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§3º. Caso o Prefeito não solicite urgência, a proposição será analisada em 120 (cento e vinte) dias;

Art. 149. Juntamente com a urgência, o Prefeito poderá solicitar que o projeto seja discutido e votado em turno único.

§1º. É vedado turno único para as proposições que dependam da aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§2º. O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para propor modificações nos projetos e propostas de sua autoria, enquanto não iniciada a votação da parte a ser alterada.

SEÇÃO III

DOS PROJETOS DE LEI POR INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO

Art. 150. São de iniciativa do Poder Legislativo todos os projetos que não sejam de exclusiva iniciativa do Prefeito.

Art. 151. Os projetos de que conste apenas a assinatura do autor, terão a tramitação no prazo de 120 (cento e vinte) dias, e os que tiverem assinatura da maioria absoluta terão o prazo reduzido a 90 (noventa) dias.

Art. 152. Todos os projetos de iniciativa do Poder Legislativo sofrerão apenas uma discussão e votação, com exceção dos casos previstos neste Regimento.

CAPÍTULO VI

DOS DECRETOS LEGISLATIVOS E RESOLUÇÕES

Art. 153. Decreto Legislativo e Resolução são deliberações da Câmara, tomadas em Plenário, em discussão e votação única, que independem de sanção do Prefeito, exceto os que versarem sobre alteração do orçamento da Câmara, que serão baixados pela Mesa.

Art. 154. Os Decretos Legislativos destinam-se à:

I- alteração do Orçamento da Câmara;

II- fixação ou atualização da remuneração dos Vereadores, Prefeito ou Vice-Prefeito;
III- perda de mandato;
IV- aprovação ou rejeição das contas do município;
V- concessão de licenças ao Prefeito e a Vereador;
VI- concessão de título de cidadania;
VII- homologação de convênios, consórcios, atos de concessão, permissão e renovação de serviços;
VIII- mudança de local de funcionamento da Câmara;
Parágrafo único. Os incisos II, IV, VI e VII necessitam de apresentação do respectivo projeto, cuja atribuição é:
a) quanto aos incisos II, IV e VII, da Mesa Diretora;
b) quanto ao inciso VI, de qualquer Vereador;

Art. 155. Destinam-se as Resoluções a:

I- alteração do Regimento Interno;
II- constituição de Comissões Especiais;
III- criação, transformação e extinção de cargos, bem como a fixação dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo.
§ 1º. O inciso I necessita da apresentação do projeto de Resolução, cuja iniciativa deverá ser da Mesa Diretora, ou de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, ou da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

§2º. O inciso III necessita da apresentação de projeto de Resolução subscrito pela Mesa Diretora.

Art. 156. Os Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução deverão ser analisados em 70 (setenta) dias, com exceção daqueles que tiverem a assinatura da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, que deverão ser analisados em 45 (quarenta e cinco) dias.

CAPÍTULO VII

DOS SUBSTITUTIVOS E DAS EMENDAS

Art. 157. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereadores, Comissão ou pela Mesa Diretora, para substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

§1º. Os substitutivos só serão admitidos quando constantes de parecer da Comissão Permanente ou em Plenário durante a discussão, desde que subscritos por um terço dos membros da Câmara Municipal, ou em projetos de autoria da Mesa, pela maioria de seus membros.

§2º. Não será permitido à Vereador, à Comissão ou à Mesa, apresentar mais de um substitutivo à mesma proposição, sem prévia retirada do anteriormente apresentado.

§3º. Os substitutivos serão votados com preferência sobre a proposição original, na ordem inversa de sua apresentação.

§4º. O substitutivo apresentado por qualquer Comissão Permanente terá preferência para votação.

§5º. A aprovação de um substitutivo prejudica os demais, bem como a proposição original.

§6º. Não será admitido substitutivo parcial.

Art. 158. Emenda é a proposição, apresentada por Vereador, por Comissão Permanente ou pela Mesa, que visa a alterar parte do projeto a que se refere.

Parágrafo único. As emendas só serão admitidas quando constantes do corpo do parecer das Comissões Permanentes ou, em Plenário, durante a discussão da matéria, desde que subscrita por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal, ou em projeto de autoria da Mesa Diretora, pela maioria de seus membros.

Art. 159. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§1º. Emenda supressiva é a que manda suprimir, em parte ou no todo, artigo, parágrafo, inciso ou alínea, do projeto.

§2º. Emenda substitutiva é a que deve ser colocada em lugar de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, do projeto.

§3º. Emenda aditiva é a que deve ser acrescentada aos termos de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, do projeto.

§4º. Emenda modificativa é a que se refere apenas à redação de artigo, parágrafo, inciso, ou alínea, do projeto.

§5º. À Emenda apresentada à outra Emenda, denomina-se

subemenda.

Art. 160. As Emendas, com exceção daquelas de autoria das Comissões, que terão sempre preferência, serão discutidas e votadas uma a uma, na ordem de sua apresentação, antes da proposição original.

§1º. A requerimento de qualquer Vereador ou mediante proposta do Presidente, com a aprovação do Plenário, poderão as emendas ser votadas por grupos, devidamente especificados, ou em grupo.

§2º. As Emendas rejeitadas não poderão ser reapresentadas.

Art. 161. Não serão aceitos Substitutivos ou Emendas que não tenham relação com a matéria contida na proposição a que se refere.

Parágrafo único. O recebimento de Substitutivo ou Emenda não implica na obrigatoriedade de sua votação, podendo o Presidente considera-lo prejudicado antes de submetê-lo à votação.

Art. 162. Serão aceitos Substitutivos e Emendas em qualquer fase da discussão da proposição.

Parágrafo único. Nos projetos de lei dos orçamentos anual e plurianual e das diretrizes orçamentárias do Município não será admitida a apresentação de substitutivos e emendas durante a discussão em Plenário.

CAPÍTULO VIII

DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

Art. 163. A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara, ou do Prefeito Municipal.

§1º. A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias, considerando-se aprovada se obtiver, em cada um dos turnos, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§2º. A Emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§3º. A matéria constante de proposta de Emenda rejeitada ou havida por prejudicada, não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, exceto se apresentada pela maioria absoluta dos Vereadores.

CAPÍTULO IX

DOS PROJETOS DE LEIS COMPLEMENTARES

Art. 164. A iniciativa dos projetos de leis complementares cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente da Câmara ou Prefeito Municipal.

§1º. O projeto será discutido, votado e só será aprovado se obtiver o voto mínimo favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§2º. O projeto deverá ser analisado no prazo de 60 (sessenta) dias.

§3º. Serão Leis Complementares, dentre outras previstas na Lei Orgânica do Município:

I- Código Tributário do Município;

II- Código de Obras;

III- Código de Posturas;

IV- lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;

V- Código Ambiental;

VI- regime jurídico dos bens municipais;

VII- lei instituidora do Plano Diretor do Município.

Art. 165. O projeto de lei complementar será enviado ao Prefeito Municipal que, aquiescendo, o sancionará e promulgará a lei com o respectivo número de ordem.

TÍTULO VI

DAS DISCUSSÕES E DAS VOTAÇÕES

CAPÍTULO I

DAS DISCUSSÕES

Art. 166. Discussão é o debate, pelo Plenário, de proposição figurante no Grande expediente e na Ordem do Dia.

Art. 167. Terminada a leitura da proposição pelo Secretário, o

Presidente declarará aberta a discussão.

Art. 168. Os Vereadores que quiserem discutir levantarão a mão e, em seguida, serão chamados pelo Presidente, de acordo com a ordem de inscrição fornecida pelo Secretário.

§1º. Terão preferência o autor da proposição e os Líderes de Bancada.

§2º. Na mesma reunião, o Vereador não pode inscrever-se por mais de uma vez para discutir a proposição, exceto os Líderes para encaminhamento de votação.

§3º. Todas as proposições serão discutidas globalmente.

§4º. O tempo do aparte será incluído no tempo do orador que o cedeu.

§5º. O aparte ao aparteante não será admitido.

Art. 169. Esgotado o tempo do espaço em que estiver figurando a proposição, e havendo mais algum Vereador inscrito para discutir, o Presidente adiará a discussão para a reunião seguinte.

Art. 170. O encerramento da discussão dar-se-á:

I- por inexistência de orador inscrito;

II- a requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos membros da Câmara, mediante aprovação do Plenário, sem discussão, desde que, sobre a proposição, já tenham discutido pelo menos três Vereadores.

Parágrafo único. Não será admitido requerimento de encerramento da discussão, nos horários de prorrogação da Ordem do Dia.

Art. 171. O Presidente dos trabalhos não interromperá o orador que estiver discutindo qualquer matéria, salvo:

I- para dar conhecimento ao Plenário, de requerimento de prorrogação da Ordem do Dia e para colocá-lo em votação;

II- para fazer comunicação importante e urgente à Câmara;

III- para suspender ou encerrar a reunião, em caso de tumulto grave no Plenário ou em outras dependências da Câmara;

IV- por falta de quórum para a continuidade da reunião;

V- quando o orador se desviar do assunto em discussão.

SESSÃO I

DOS APARTES

Art. 172. Aparte é a interrupção breve e oportuna do orador, para indagação, esclarecimento ou contestação.

Parágrafo único. É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador da Tribuna.

Art. 173. Não serão permitidos apartes:

I- quando a Presidência dos trabalhos estiver com a palavra;

II- paralelos ou cruzados;

III- quando o orador estiver encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre a Ata no Expediente ou em Questão de Ordem.

Parágrafo único. Os apartes subordinam-se às disposições constantes no Capítulo II, Título IV, deste Regimento.

SEÇÃO II

DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 174. Em Questão de Ordem o Vereador só poderá falar para:

I- chamar a atenção da Mesa para o cumprimento do Regimento Interno, quando ela dele se desviar;

II- para requerimentos verbais;

III- para comunicação urgente e inadiável ao Plenário.

Art. 175. Não se admitirão questões de ordem:

I- quando na direção dos trabalhos o Presidente estiver com a palavra;

II - quando houver orador na Tribuna;

III- quando se estiver procedendo a qualquer votação.

Parágrafo único. A presidência dos trabalhos poderá cassar a Questão de Ordem do Vereador que dela se desviar.

Art. 176. Se a Questão de Ordem comportar resposta, esta deverá ser dada imediatamente, se possível, ou, caso contrário, em fase posterior da reunião ou na reunião seguinte.

CAPÍTULO II

DAS VOTAÇÕES

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 177. Votação é o ato complementar da discussão, através do qual o Plenário manifesta a sua vontade deliberativa.

§1º. Considera-se qualquer proposição em fase de votação, a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão.

§2º. Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo, este será prorrogado até que se conclua, por inteiro, a votação da proposição.

§3º. O Plenário não deliberará sem a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 178. O Vereador presente à reunião não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se quando tiver ele parente consanguíneo ou afim, até terceiro grau, envolvido na matéria em votação.

§1º. Se o Vereador não abster-se, nos casos previstos no "caput" deste artigo, e seu voto for decisivo, a votação será anulada.

§2º. O Vereador que se considerar impedido de votar, nos termos do presente artigo, fará a devida comunicação ao Presidente, computando-se, todavia, presença para efeito de quórum.

Art. 179. O Presidente da Câmara ou seu substituto, só terá voto:

I- na votação secreta;

II- quando a matéria exigir para a sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta ou de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal;

III- nas votações nominais;

IV- quando houver empate nas votações.

Parágrafo único. Quando houver empate nas votações nominais, o Presidente votará novamente, desempatando-as.

SEÇÃO II

DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 180. A partir do momento em que o Presidente declara que não há mais Vereadores inscritos para discussão da proposição, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento de votação.

Parágrafo único. O encaminhamento da votação será feito pelos Líderes e Vice-Líderes de Bancada, ou pelo Líder do Governo.

SEÇÃO III

DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Art. 181. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favoravelmente a matéria votada.

Art. 182. A declaração de voto será feita de uma só vez depois de concluída, por inteiro, a votação de todas as peças do processo e somente será permitida se houver tempo no espaço em que estiver figurado a proposição.

SEÇÃO IV

DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

Art. 183. Serão três os processos de votação:

I- simbólico;

II- nominal;

III- secreto.

Art. 184. O processo simbólico praticar-se-á conservando-se sentados os Vereadores que aprove e levantando-se os que desaprove a proposição.

§1º. Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favorável ou contrariamente àquela matéria.

§2º. Havendo dúvida sobre o resultado da votação, o Presidente pode pedir aos Vereadores que se manifestem novamente.

§3º. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por dispositivo legal ou à requerimento aprovado pelo Plenário.

Art. 185. A votação nominal será realizada mediante requerimento subscrito por um terço dos membros da Câmara, aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único. Os Vereadores, à medida em que forem sendo

chamados, responderão “sim” ou “não”.

Art. 186. A votação será secreta para apreciação de veto e para concessão de Honrarias.

Art. 187. Para as outras proposições a votação será secreta, mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta dos Vereadores e aprovado pelo Plenário por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Parágrafo único. Havendo empate na votação secreta para proposição que necessite de deliberação da maioria simples, a matéria ficará para ser votada na reunião seguinte, reputando-se rejeitada a proposição, se persistir o empate.

Art. 188. Na verificação das votações simbólicas e nominais, somente serão considerados os votos dos Vereadores presentes na votação inicial.

TÍTULO VII

DOS PROJETOS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Art. 189. Os projetos de lei referentes ao Orçamento Anual, Plano Plurianual e Das Diretrizes Orçamentárias do Município, são de iniciativa privativa do Prefeito.

Art. 190. Até a entrada em vigor da Lei Complementar a que se refere o art. 165, §9º, I e II, da Constituição da República, o Prefeito encaminhará à Câmara:

I- até trinta e um de julho do primeiro ano do seu mandato, o projeto de lei do Plano Plurianual - PPA;

II- até quinze de setembro de cada ano, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

III- até trinta de outubro de cada ano, o projeto da Lei de Orçamento Anual - LOA;

§1º. O projeto de lei referente ao Plano Plurianual será apreciado pela Câmara, em discussão e votação única, até o dia trinta de setembro do primeiro ano do mandato;

§2º. O projeto de lei referente as Diretrizes Orçamentárias será apreciado pela Câmara, em discussão e votação única, até o dia quinze de outubro de cada ano;

§3º. O projeto de lei referente ao Orçamento Anual será apreciado pela Câmara, em discussão e votação única, até o dia 15 de dezembro de cada ano;

Art. 191. Os projetos, depois de recebidos pelo Presidente da Câmara, serão lidos na reunião seguinte ao recebimento, e distribuída uma cópia para cada Bancada e uma para a Comissão de Finanças, Contas e Orçamento.

Art. 192. A Comissão de Finanças, Contas e Orçamento terá o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, para a análise dos projetos assim distribuídos:

I- 20 (vinte) dias para análise;

II- 15 (quinze) dias para recebimento de emendas de Vereador, Componente ou não da Comissão;

III- 10 (dez) dias para apreciação das emendas e parecer final.

§1º. As Emendas aprovadas farão parte do parecer da Comissão e serão votadas pelo Plenário, uma a uma, após aprovação do projeto.

§2º. Não será admitida a apresentação de emenda em Plenário, durante a discussão do projeto.

§3º. A Comissão, com a aprovação do Plenário, poderá prorrogar os prazos previstos nos incisos II e III deste artigo, desde que a prorrogação não comprometa o prazo fatal de apreciação do projeto.

§4º. Os prazos dispostos nos incisos I, II e III deste artigo, poderão ser prorrogados à pedido da Comissão e aprovado pela Mesa.

Art. 193. Os projetos constantes deste Título somente farão parte da Ordem do Dia com os pareceres da Comissão, salvo se a Comissão não tiver se manifestado no prazo legal.

Art. 194. As emendas desses projetos, antes de serem submetidas à deliberação do Plenário, serão analisadas pela assessoria jurídica da Câmara, para parecer quanto a seus aspectos legal e constitucional.

Art. 195. Quando os projetos relacionados neste Título fizerem parte da reunião, desta constarão, apenas, o Expediente e a

Ordem do Dia.

Parágrafo único. Os projetos figurarão como itens primeiros, seguidos, na ordem regimental, por veto e projeto de lei com prazo estabelecido para apreciação.

Art. 196. Em nenhuma fase de apreciação desses projetos se concederá vistas aos mesmos;

Art. 197. Respeitadas as disposições expressas neste Título, para discussão e votação desses projetos, aplicar-se-ão, no que couber, as normas estabelecidas neste Regimento para os demais projetos de lei.

TÍTULO VIII

DO EXAME E DO JULGAMENTO DAS CONTAS

CAPÍTULO I

DO EXAME DAS CONTAS

Art. 198. O exame das contas do Município a que se refere o art. 113, §3º, da Constituição do Estado, será feito, obedecida a seguinte forma:

I- recebida a comunicação do Tribunal de Contas do Estado, afirmando sobre a impossibilidade de ser exarado parecer prévio sobre as contas, o Presidente da Câmara:

a) fará a leitura da matéria no Expediente da primeira reunião seguinte ao recebimento;

b) despachará todo o processo à Comissão de Finanças, Contas e Orçamentos que, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta dias), emitirá parecer conclusivo sobre as contas, junto ao qual apresentará projeto de Decreto Legislativo aprovando-as ou rejeitando-as;

II- Se a Comissão apresentar o projeto de Decreto Legislativo pela rejeição das Contas, este deverá vir acompanhado das provas das irregularidades cometidas;

III- se o projeto de Decreto Legislativo for pela aprovação das contas, este somente será rejeitado pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara;

IV- se o projeto de Decreto Legislativo for pela rejeição das contas, este somente será aprovado por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

§1º. O projeto de Decreto Legislativo, aprovando ou rejeitando as contas, será apreciado em discussão e votação única.

§2º. O processo de apreciação das contas poderá baixar em diligência ao Tribunal de Contas, quando será a proposição votada pela maioria absoluta dos Vereadores;

Art. 199. Terminado o prazo e não havendo manifestação da Comissão, o Presidente da Câmara, na reunião imediatamente seguinte, colocará as contas à apreciação do Plenário, sem discussão.

Parágrafo único. As contas somente serão rejeitadas com o voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 200. O Presidente da Câmara baixará o Decreto Legislativo de conformidade com a deliberação do Plenário.

CAPÍTULO II

DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Art. 201. As contas de cada exercício financeiro serão julgadas pela Câmara Municipal, através do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, no prazo de sessenta dias.

§ 1º. Recebido o parecer prévio do Tribunal, o Presidente da Câmara dele dará conhecimento ao Plenário e, imediatamente, despachará todo o processo à Comissão de Finanças, Contas e Orçamento.

§2º. A Comissão analisará o processo durante o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, findo o qual dará o seu parecer.

§3º. A não manifestação da Comissão dentro do prazo previsto, determinará ao Presidente da Câmara agir de acordo com o estabelecido nos artigos 199 e 200 deste Regimento Interno.

Art. 202. O parecer prévio do Tribunal de Contas, emitido sobre as contas do Município, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara.

Art. 203. Depois de apreciado o projeto pelo Plenário, o Presidente

da Câmara baixará o respectivo Decreto Legislativo, aprovando ou rejeitando as contas.

Art. 204. Sendo rejeitadas as contas, serão as mesmas encaminhadas ao Ministério Público, para os devidos fins.

TÍTULO IX

DAS SANÇÕES, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art. 205. O projeto aprovado pela Câmara será enviado como autógrafa, ao Prefeito, dentro de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua aprovação, o qual, aquiescendo, o sancionará.

§1º. Se o Prefeito considerar o Projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§2º. O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§3º. Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito importará em sanção.

§4º. O veto será apreciado pela Câmara dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores, em escrutínio secreto.

§5º. Se o veto não for mantido, será o texto enviado ao Prefeito, para promulgação.

§6º. Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no §4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final.

§7º. Se a lei não for promulgada dentro de 48 (quarenta e oito) horas pelo Prefeito, nos casos dos §§3º e 5º, o Presidente da Câmara a promulgará, e se este não o fizer, caberá ao Vice-Prefeito fazê-lo, obrigatoriamente.

§8º. O prazo previsto no §4º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

Art. 206. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 207. Recebido o veto, o Presidente da Câmara dará conhecimento ao Plenário e despachará à Comissão de Constituição, Justiça e Redação que, sobre ele, dará parecer no prazo de 20 (vinte) dias.

Parágrafo único. O parecer da Comissão servirá apenas para orientação dos Vereadores no momento da votação do veto.

Art. 208. O veto sofrerá apenas uma discussão e votação, em escrutínio secreto.

Parágrafo único. Para a votação haverá, à disposição dos Vereadores, duas ordens de cédulas, com os dizeres antagônicos "aceito o veto" e "rejeito o veto".

Art. 209. Será votado em separado o veto parcial de duas ou mais partes do projeto.

TÍTULO X

DA CONVOCAÇÃO, DO COMPARECIMENTO À CÂMARA E DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Art. 210. A Câmara Municipal, pelo seu Presidente, mediante requerimento subscrito por qualquer Vereador ou Comissão, aprovado pelo Plenário, poderá convocar Secretários e Administradores Distritais para, no prazo de oito dias, apresentar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em Crime Contra a Administração Pública a ausência sem justificativa adequada ou a prestação de informações falsas.

Parágrafo único. A aprovação do requerimento implicará na cessão do tempo do Horário Político para o convocado.

Art. 211. O Prefeito, Secretários e Administradores Distritais poderão comparecer à Câmara, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimento com o Presidente respectivo, para expor assunto de relevância.

Art. 212. O convocado e os vereadores não poderão desviar-se do assunto da convocação.

Art. 213. A Câmara, pelo seu Presidente, poderá, nos termos do art. 210 e seu parágrafo, convidar autoridades, locais ou não, para a explanação de assuntos relevantes.

Art. 214. A Mesa da Câmara encaminhará pedidos escritos de informações aos Secretários e Administradores Distritais através do Prefeito Municipal, cuja resposta deverá ser fornecida no prazo de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. O requerimento de pedido de informações será escrito, podendo ser apresentado por qualquer Vereador ou Comissão, e aprovado pelo Plenário da Câmara.

TÍTULO XI

DO REGIMENTO INTERNO E DA ORDEM REGIMENTAL

CAPÍTULO I

DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES

Art. 215. As interpretações de disposições do Regimento feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, desde que o mesmo assim o declare perante o Plenário, de ofício ou a requerimento de Vereador, constituirão precedentes regimentais.

Art. 216. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário, cujas decisões se considerarão ao mesmo incorporadas.

Art. 217. Questão de Ordem é toda a dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação e aplicação do Regimento.

Parágrafo único. As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar, sob pena de as repelir sumariamente o Presidente.

Art. 218. Cabe ao Presidente resolver as Questões de Ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão, sem prejuízo de recurso ao Plenário.

§1º. O recurso será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para parecer.

§2º. O Plenário, em face do parecer, decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como prejudgado.

Art. 219. Os precedentes a que se referem os artigos 215 e 218, §2º, serão registrados em livro próprio, para aplicação aos casos análogos, pelo Secretário da Mesa.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO

Art. 220. Ao fim de cada ano legislativo, a Secretaria da Câmara, sob a orientação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, elaborará e publicará separata à este Regimento, contendo as deliberações regimentais tomadas pelo Plenário, com a eliminação dos dispositivos revogados, e os precedentes regimentais firmados.

Art. 221. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído, pelo voto da maioria absoluta dos membros da edilidade, mediante proposta:

I- de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores;

II- da Mesa;

III- de uma das Comissões Permanentes da Câmara.

TÍTULO XII

DA GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERNOS DA CÂMARA

Art. 222. Os serviços administrativos da Câmara incumbem à sua Secretaria, e reger-se-ão por ato regulamentar próprio, baixado pelo Presidente.

Art. 223. As determinações do Presidente à Secretaria, sobre expediente, serão objeto de ordem de serviço, e as instruções aos funcionários sobre o desempenho de suas atribuições constarão de portarias.

Art. 224. A Secretaria fornecerá aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, as certidões que tenham requerido ao Presidente, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, bem como preparará os expedientes de atendimento às requisições judiciais, independentemente de despacho, no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 225. A Secretaria manterá os livros, fichas, arquivos e carimbos necessários aos serviços da Câmara.

§1º. São obrigatórios os livros seguintes: livro de atas das sessões; livros de atas das reuniões das Comissões Permanentes; livro de registro de leis, decretos legislativos, resoluções; livros de atos da Mesa e atos da Presidência; livro de termos de posse de funcionários; livros de termos de contratos; livros de precedentes regimentais.

§2º. Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Secretário da Mesa.

Art. 226. Os papéis da Câmara serão confeccionados no tamanho oficial e timbrados com símbolo identificativo, conforme ato da Presidência.

TÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 227. A publicação dos Expedientes da Câmara observará o disposto em ato normativo a ser baixado pela Mesa.

Art. 228. Nos dias de sessão deverão ser hasteadas, no Edifício e no recinto do Plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município de Maracajá, observada a legislação federal.

Art. 229. Não haverá expediente do Poder Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.

Art. 230. Os prazos previstos neste Regimento são contínuos e irrelevantes, contando-se o dia de seu começo e o do seu término, e somente se suspendendo por motivo de recesso.

Art. 231. À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resoluções em matéria regimental, e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art. 232. Fica mantido, na sessão legislativa em curso, o número de membros da Mesa e das Comissões Permanentes.

Art. 233. O cidadão que o desejar, poderá usar da palavra durante a primeira discussão dos projetos de lei, para opinar sobre eles, desde que se inscreva em lista especial na Secretaria da Câmara, antes de iniciada a sessão.

Art. 234. Este regimento entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 235. Ficam revogados todos os precedentes regimentais anteriormente firmados, bem como a Resolução nº 04/93, de 04 de fevereiro de 1993.

Maracajá/SC, 26 de DEZEMBRO de 2013.

ALAÊNIO DE OLIVEIRA
Presidente

JOSÉ CARLOS DALTOÉ
Secretário

JORGE ACIR CORDEIRO
Assessor Jurídico

DECRETO 32/2014**DECRETO Nº 032/14 de 30 de Abril de 2014****O PREFEITO MUNICIPAL DE Maracajá no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 978/14 de 24 de Abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(161) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.027-0020 - Aplicacoes Diretas 985.764,86

(162) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.027-1080 - Aplicacoes Diretas 66.842,25

Total Suplementação: 1.052.607,11

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 20 - Transf. Convênio União - Outros 985.764,86

Total excesso de arrecadação 985.764,86

Art. 3º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários 66.842,25

Total Superávit Financeiro 66.842,25

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 30 de Abril de 2014

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Massaranduba

PREFEITURA

Contrato de Adesão de Permissão Nº. 46/2014

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO Nº. 46/2014

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 57/2014

Concorrência para concessão nº. 4/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: LUIZ ZENEVISCH

OBJETO: A seleção de proposta com melhor técnica para permissão de uso de vagas em pontos de táxi localizados no município de Massaranduba.

Vigência: 24-09-2014 a 24-09-2024

Valor: R\$ 36.000,00

Massaranduba, 24 de Setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO Nº. 47/2014

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO

Contrato de Adesão de Permissão nº 47/2014, que entre si celebram o Município de Massaranduba (SC), e Frederico Guilherme Schoene, tendo por objeto a permissão para exploração de vagas em pontos de táxi localizados no município de Massaranduba.

Pelo presente instrumento contratual, firmam, de um lado o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 83.102.483/0001-62, com sede à Rua 11 de Novembro, n.º 2765, Centro, Massaranduba - SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Mario Fernando Reinke, doravante denominada PERMITENTE, e de outro lado Sr. Frederico Guilherme Schoene, brasileiro, RG n.º 00004832308 e CPF n.º 436.475.709-82, residente e domiciliado a Rua Eugenio Kleine, 52, Bairro Centro, Massaranduba, Santa Catarina, doravante denominado de PERMISSIONÁRIO, pactuam o presente contrato, cuja celebração será efetuado de acordo com o Processo Licitatório n.º 57/2014 na Modalidade de Concorrência nº. 4/2014, e que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666/1993, em consonância com a Lei 1505/2013 e alterações, bem como com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.987/95 e sua regulamentação pertinente à matéria, pelos termos da proposta vencedora e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E META

1.1 - O presente contrato tem por objeto a seleção de proposta com melhor técnica para permissão de uso de vagas em pontos de táxi localizados no município de Massaranduba.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 - O prazo para o início das atividades é de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato.

2.2 - O prazo da permissão será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por igual período, desde que cumpridas as exigências da Lei;

2.3 - Findo o prazo para a permissão e não sendo revogado, a Permissionária terá o prazo de 30 (trinta) dias para desocupar o ponto, liberando-o em definitivo para a Prefeitura Municipal de Massaranduba.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E

REAJUSTE

3.1 - O pagamento será efetuado conforme o ponto escolhido no Edital, por meio de guia própria emitida pelo setor de Tributação, em uma única parcela no dia de assinatura do contrato de permissão.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DAS PENALIDADES

4.1 - À Permissionária que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada ou conjuntamente, a critério da Administração Municipal, conforme a gravidade da infração:

a) Advertência,

b) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Massaranduba por até 02 (dois) anos,

c) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Permissionária ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes,

d) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Permissionária.

4.2 - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

5 - CLÁUSULA QUINTA - INADIMPLÊNCIA E RESCISÃO

5.1 - A inadimplência do Permissionário, no que diz respeito ao pagamento do valor relativo à permissão, ensejará:

I - Inscrição do débito em dívida ativa para cobrança judicial,

II - Rescisão do contrato quando do atraso por mais de trinta dias.

5.2 - A paralisação das atividades, por mais de quinze dias, consecutivos ou não, ensejará a rescisão do contrato com a aplicação das penalidades previstas no item 4.1 deste Contrato.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSFERÊNCIA OU SUCESSÃO

6.1 A permissão não poderá ser transferida ou cedida, exceto com a previa anuência do poder público municipal, e desde que o terceiro atenda os requisitos exigidos na legislação municipal e neste edital.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DO PODER PERMITENTE

7.1 - Organizar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.

7.2 - Aplicar as penalidades previstas no presente edital e na Lei n.º 1505/2013, no caso de inadimplementos regulamentares e contratuais.

7.3 - Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstas em Lei.

7.4 - Extinguir a permissão na forma a ser prevista no contrato.

7.5 - Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, cientificando a permissionária para as devidas regularizações.

7.6 - Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços objeto da permissão, cujas atividades de fiscalização deverão ser continuas mediante elaboração de vistoria técnica, solicitado ao permissionário para efetuar as regularizações necessárias.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DOS ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DO PERMISSIONÁRIO

8.1 O licitante, a quem for adjudicado o objeto da concorrência, firmará Contrato de Adesão de Permissão com a Administração, de eu constarão as seguintes obrigações:

a) Usar de maior correção e urbanidade para com os passageiros,

b) Obedecer ao sinal de parada, feito por pessoas que desejam utilizar o veículo,

c) Seguir o itinerário mais curto, salvo por determinação expressa do passageiro ou da autoridade de trânsito,

d) Indagar o destino do passageiro no interior do veículo, somente

depois do mesmo estar acomodado, exceto em se tratando de serviço noturno, compreendido das 22:00 h às 05:00 h,
e) Estabelecer, em conjunto com os demais permissionários, escala de serviço de forma a manter atendimento normal e ininterrupto, inclusive nos períodos noturnos e aos sábados, domingos e feriados, com no mínimo 50 % (cinquenta por cento) da frota, devendo os permissionários em escala de serviço atender com no mínimo um carro da frota os eventos incluídos no calendário festivo do Município.

f) Utilizar-se de dispositivo taxímetro como forma de cobrança da tarifa do serviço de táxi,

g) Manter o veículo limpo e asseado,

h) Atender e respeitar as determinações da norma vigente, notadamente as previstas no art. 28 da Lei 1505/2013.

8.2 - Atender as recomendações da Prefeitura Municipal para a melhoria dos serviços prestados, bem como os regulamentos.

8.3 - Responsabilizar-se por fornecer por sua conta e risco, o pessoal e os materiais e mercadorias necessários para a execução dos serviços.

8.4 - Fornecer, sempre que solicitados, a Administração Pública quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

8.5 - Não transferir ou ceder suas obrigações no todo ou em parte a terceiros.

Transferir ou ceder a outorga a terceiros somente com a previa anuência do poder público municipal, e desde que o terceiro atenda os requisitos exigidos na legislação municipal e neste edital.

8.6 - Responder pelos prejuízos ou danos causados à Permitente aos usuários ou a terceiros em decorrência da execução do objeto da permissão.

8.7 - Comprovar anualmente o pagamento do seguro total e obrigatório do veículo utilizado.

8.8 - É VEDADO ao Permissionário:

a) Descumprir a legislação Municipal que regula os serviços de táxi, em especial a Lei 1505/2013,

b) Fumar quando estiver conduzindo passageiros,

c) Abandonar o veículo quando estiver parado no ponto, ressalvado casos específicos no final do ponto para realização de refeições fora do veículo,

d) Abastecer o veículo quando o mesmo estiver conduzindo passageiros,

e) Recusar atendimento ao usuário em preferência a outros, salvo no caso de gestantes, doentes físicos e idosos,

f) Recusar o transporte, salvo nos casos de passageiros embriagados que possam causar danos ao veículo e/ou motorista,

g) Dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança de passageiros ou terceiros,

h) Desacatar a fiscalização,

i) Paralisar os serviços objeto da permissão, sem motivo justificado,

j) Sub-contratar, ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto da permissão, sendo permitido apenas a contratação de um condutor auxiliar, exceto:

j.1) em caso de falecimento do outorgado, o direito à exploração do serviço será transferido a seus sucessores legítimos, conforme orienta os arts. 1.829 e seguintes do Título II do Livro V da parte especial da Lei nº. 10.406, de 10-01-2002 (Código Civil) Incluído pela Lei nº. 12.865, de 2013.

j.2) Transferir ou ceder a outorga a terceiros somente com a previa anuência do poder público municipal, e desde que o terceiro atenda os requisitos exigidos na legislação municipal e neste edital.

8.9 - O Permissionário será remunerado através de pagamento efetuado diretamente pelo contratante, usuário do serviço.

9 - CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS DA PERMISSÃO

9.1 - Usufruir resultados econômicos decorrentes da exploração da atividade no período da permissão.

9.2 - Demais previstos no edital de licitação e no contrato.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DA PERMITENTE

10.1 - Receber, ao final da permissão, o ponto;

10.2 - Demais previstos neste edital de licitação e no contrato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

11.1 - Os serviços deverão ser realizados em conformidade com as normas, padrões e especificações do Edital e deste contrato.

11.2 - Os serviços deverão ser prestados ininterruptamente pela Permissionária durante todo o período da permissão.

11.3 - Os serviços objetos da presente permissão, ficam sujeitos à fiscalização da Secretaria de Administração de Finanças da Prefeitura Municipal de Massaranduba, podendo haver a sua retomada, se prestados em desconformidade com este contrato e legislação vigente, e ainda, quando se revelarem insuficientes para o atendimento aos usuários.

11.4 - Caberá a intervenção da Permitente nos casos previstos em Lei, normas regulamentares e contratuais, especialmente se a Permissionária exorbitar das atribuições previstas nesta permissão, agir contra o interesse público ou colocar em risco a continuidade da prestação dos serviços.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

12.1 - Extingue-se a Permissão por:

a) Advento do termo contratual,

b) Encampação,

c) Caducidade,

d) Rescisão,

e) Anulação e

f) Falência do permissionário.

12.2 - Extinta a permissão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder Permitente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

12.3 - A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder Permitente, de todos os bens reversíveis.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

13.1 - O presente contrato vincula-se ao Edital de Concorrência n.º 57/2014, Processo n.º 4/2014, que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

13.2 - A Permissionária deverá manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação exigidas no edital.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais (02) duas testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba - SC,	24	de	setembro	de	2014
--------------------	----	----	----------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA	FREDERICO GUILHERME SCHOENE
MARIO FERNANDO REINKE	PERMISSIONÁRIO
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

CIRIO MARTINI	ADAMIR I. KOLACKI
CPF: 452.293.509-97	CPF: 620.869.109-59

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO Nº. 48/2014

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO Nº. 48/2014

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 57/2014

Concorrência para concessão nº. 4/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: AMANDA JANKE SIMON

OBJETO: A seleção de proposta com melhor técnica para permissão de uso de vagas em pontos de táxi localizados no município de Massaranduba.

Vigência: 24-09-2014 a 24-09-2024

Valor: R\$ 36.000,00

Massaranduba, 24 de Setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO Nº. 49/2014

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO Nº. 49/2014

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 57/2014

Concorrência para concessão nº. 4/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: CILITA KRUTSCH

OBJETO: A seleção de proposta com melhor técnica para permissão de uso de vagas em pontos de táxi localizados no município de Massaranduba.

Vigência: 24-09-2014 a 24-09-2024

Valor: R\$ 36.000,00

Massaranduba, 24 de Setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO Nº. 50/2014

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO Nº. 50/2014

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 57/2014

Concorrência para concessão nº. 4/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: JOSE RICARDO FERREIRA CHAVES

OBJETO: A seleção de proposta com melhor técnica para permissão de uso de vagas em pontos de táxi localizados no município de Massaranduba.

Vigência: 24-09-2014 a 24-09-2024

Valor: R\$ 36.000,00

Massaranduba, 24 de Setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO Nº. 51/2014

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO Nº. 51/2014

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 57/2014

Concorrência para concessão nº. 4/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: JOAO NERI DE SOUZA

OBJETO: A seleção de proposta com melhor técnica para permissão de uso de vagas em pontos de táxi localizados no município de Massaranduba.

Vigência: 24-09-2014 a 24-09-2024

Valor: R\$ 36.000,00

Massaranduba, 24 de Setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

CO 38/2014 AD 38/4 - PAV. TRECHO 1º BRAÇO A STO ANJO - PAVIPLAN

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 38/2013

QUARTO ADITIVO (38/4) - PRAZO

Processo Licitatório nº. 57/2013

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº. 05/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização da estrada 1º Braço do Norte, trecho São Paulinho ao morro do Santo Anjo, fica prorrogado, tendo como início da vigência dia 24 de Setembro de 2014, findando em 31 de Dezembro de 2014, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original.

Massaranduba, 22 de Setembro de 2014.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Modelo

PREFEITURA

Decreto Nº 260/2014

Decreto nº 260/2014 de 19/09/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1053/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1053/2014, Modalidade Tomada de Preços nº 009/2014, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA	10% cada lote arrematado nos leilões a serem realizados.

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 19 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 261/2014

Decreto nº 261/2014 de 24/09/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1101/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1101/2014, Modalidade Tomada de Preços, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO, ILUMINAÇÃO E TOMADAS DE

USO GERAL, PARA PRAÇA MUNICIPAL DE MODELO, COM ÁREA APROXIMADA DE 1.336,00 M², CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA., adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
LEZ COMERCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA	27.669,20

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 24 de setembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

RREO ANEXO 01 BIM. AGO-SET 2014

Página: 1 de 5
23/09/2014 10:58

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Setembro 2014/Bimestre Agosto-Setembro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	28.979.614,23	28.979.614,23	2.098.250,34	7,24	11.930.524,07	41,17	17.049.090,16
Receitas Correntes	19.625.114,23	19.625.114,23	1.746.780,64	8,90	10.175.899,09	51,85	9.449.215,14
Receita Tributária	1.446.740,00	1.446.740,00	231.537,33	16,00	736.077,25	50,88	710.662,75
Impostos	918.540,00	918.540,00	169.531,01	18,46	567.872,50	61,82	350.667,50
Taxas	278.200,00	278.200,00	62.006,32	22,29	168.204,75	60,46	109.995,25
Contribuição de Melhoria	250.000,00	250.000,00	-	-	-	-	250.000,00
Receita De Contribuições	338.690,00	338.690,00	11.090,52	3,27	67.733,04	20,00	270.956,96
Contribuições Econômicas	338.690,00	338.690,00	11.090,52	3,27	67.733,04	20,00	270.956,96
Receita Patrimonial	111.600,00	111.600,00	3.875,52	3,47	40.125,69	35,95	71.474,31
Receitas De Valores Mobiliários	106.600,00	106.600,00	3.875,52	3,64	40.125,69	37,64	66.474,31
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Receita Agropecuária	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Receita Industrial	10.000,00	10.000,00	420,00	4,20	420,00	4,20	9.580,00
Receitas Da Indústria De Transformação	10.000,00	10.000,00	420,00	4,20	420,00	4,20	9.580,00
Receita De Serviços	180.000,00	180.000,00	37.809,56	21,01	104.337,98	57,97	75.662,02
Transferências Correntes	17.228.084,23	17.228.084,23	1.455.713,90	8,45	8.107.326,60	47,06	9.120.757,63
Transferências Intergovernamentais	16.353.596,00	16.353.596,00	1.452.009,57	8,88	8.093.315,98	49,49	8.260.280,02
Transferências De Pessoas	50.000,00	50.000,00	3.323,87	6,65	10.702,33	21,40	39.297,67
Transferências De Convenios	824.488,23	824.488,23	380,46	0,05	3.308,29	0,40	821.179,94
Outras Receitas Correntes	305.000,00	305.000,00	6.333,81	2,08	1.119.878,53	367,17	-814.878,53
Multas E Juros De Mora	113.000,00	113.000,00	5.483,67	4,85	28.385,12	25,12	84.614,88
Indenizações E Restituições	20.000,00	20.000,00	-	-	1.084.181,68	5.420,91	-1.064.181,68
Receita Da Dívida Ativa	157.000,00	157.000,00	785,05	0,50	5.751,92	3,66	151.248,08
Receitas Correntes Diversas	15.000,00	15.000,00	65,09	0,43	1.559,81	10,40	13.440,19

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Setembro 2014/Bimestre Agosto-Setembro

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)										R\$ 1,00
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)										
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Setembro 2014/Bimestre Agosto-Setembro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
			(f)=(d+e)					(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	28.979.614,23	1.351.372,09	30.330.986,32	1.314.336,33	16.239.426,46	1.928.171,06	11.178.419,45	19.152.566,87
Despesas Correntes	16.866.614,23	15.037,99	16.881.652,22	917.964,94	10.448.979,81	1.591.416,30	8.398.951,79	8.482.700,43
Pessoal E Encargos Sociais	7.354.200,00	-388.470,00	6.965.730,00	778.419,32	4.195.167,21	780.179,32	4.174.632,71	2.791.097,29
Juros E Encargos Da Dívida	50.000,00	-	50.000,00	-	23.900,00	418,94	5.846,54	44.153,46
Outras Despesas Correntes	9.462.414,23	403.507,99	9.865.922,22	139.545,62	6.229.912,60	810.818,04	4.218.472,54	5.647.449,68
Despesas De Capital	11.893.000,00	1.336.334,10	13.229.334,10	396.371,39	5.790.446,65	336.754,76	2.779.467,66	10.449.866,44
Investimentos	11.503.000,00	1.372.334,10	12.875.334,10	371.371,39	5.489.446,65	314.962,12	2.652.146,77	10.223.187,33
Inversões Financeiras	70.000,00	-36.000,00	34.000,00	-	-	-	-	34.000,00
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	320.000,00	-	320.000,00	25.000,00	301.000,00	21.792,64	127.320,89	192.679,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.000,00	-	190.000,00	-	-	-	-	190.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	28.979.614,23	1.351.372,09	30.330.986,32	1.314.336,33	16.239.426,46	1.928.171,06	11.178.419,45	19.152.566,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)								
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	28.979.614,23	1.351.372,09	30.330.986,32	1.314.336,33	16.239.426,46	1.928.171,06	11.178.419,45	19.152.566,87
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	752.104,62	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	28.979.614,23	1.351.372,09	30.330.986,32	1.314.336,33	16.239.426,46	1.928.171,06	11.930.524,07	19.152.566,87

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 10h e 57m.

Página: 5 de 5
23/09/2014 10:58

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Setembro 2014/Bimestre Agosto-Setembro

RREO - ANEXO I(LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R\$ 1,00

RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983	AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 02 BIM. JUL-AGO 2014

Página: 1 de 3
23/09/2014 10:59

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')			R\$ 1,00						
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo		
		(a)	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre			
						(b)	(b/Total b)	(b/a)	(a-b)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	28.979.614,23	30.330.986,32	4.113.351,64	15.393.658,78	3.529.815,28	10.367.042,72	100,00	34,18	19.963.943,60
Legislativa	700.000,00	700.000,00	94.857,08	391.061,27	94.857,08	391.061,27	3,77	55,87	308.938,73
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	94.857,08	391.061,27	94.857,08	391.061,27	3,77	55,87	308.938,73
Administração	2.282.886,23	1.781.386,23	242.306,38	1.303.704,02	302.857,62	1.120.456,21	10,81	62,90	660.930,02
Administração Geral	1.597.000,00	1.426.000,00	186.404,47	1.117.194,12	250.062,69	937.053,29	9,04	65,71	488.946,71
Administração Financeira	660.886,23	330.386,23	55.901,91	186.509,90	52.794,93	183.402,92	1,77	55,51	146.983,31
Administração de Receitas	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Segurança Pública	120.500,00	120.500,00	14.148,00	59.168,61	14.965,71	52.584,81	0,51	43,64	67.915,19
Policimento	50.000,00	50.000,00	7.466,20	28.032,85	8.433,91	24.292,71	0,23	48,59	25.707,29
Defesa Civil	70.500,00	70.500,00	6.681,80	31.135,76	6.531,80	28.292,10	0,27	40,13	42.207,90
Assistência Social	1.016.000,00	1.027.000,00	79.627,13	449.100,03	89.673,87	347.822,32	3,36	33,87	679.177,68
Assistência ao Idoso	47.500,00	47.500,00	859,30	34.476,10	4.256,35	9.361,57	0,09	19,71	38.138,43
Assistência à Criança e ao Adolescente	239.000,00	239.000,00	9.107,37	108.026,77	14.197,15	85.419,91	0,82	35,74	153.580,09
Assistência Comunitária	729.500,00	740.500,00	69.660,46	306.597,16	71.220,37	253.040,84	2,44	34,17	487.459,16
Saúde	4.923.800,00	4.923.800,00	511.826,30	2.575.047,33	514.729,38	2.046.116,98	19,74	41,56	2.877.683,02
Atenção Básica	4.030.200,00	4.030.200,00	451.891,06	1.991.976,43	394.893,47	1.525.546,08	14,72	37,85	2.504.653,92
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	741.000,00	741.000,00	50.896,88	548.286,39	109.996,88	486.186,39	4,69	65,61	254.813,61
Suporte Profilático e Terapêutico	8.400,00	8.400,00	0,00	129,01	88,80	129,01	0,00	1,54	8.270,99
Vigilância Sanitária	93.500,00	93.500,00	8.869,65	34.249,72	9.581,52	33.849,72	0,33	36,20	59.650,28
Vigilância Epidemiológica	11.000,00	11.000,00	0,00	65,00	0,00	65,00	0,00	0,59	10.935,00
Alimentação e Nutrição	23.000,00	23.000,00	168,71	340,78	168,71	340,78	0,00	1,48	22.659,22
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	16.700,00	16.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.700,00
Educação	6.179.928,00	6.179.928,00	400.695,31	2.112.985,08	424.373,11	1.713.568,85	16,53	27,73	4.466.359,15
Ensino Fundamental	4.219.000,00	4.219.000,00	211.014,37	1.302.256,47	239.608,67	999.570,91	9,64	23,69	3.219.429,09
Ensino Médio	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Educação Infantil	1.746.928,00	1.746.928,00	189.680,94	750.485,52	174.764,44	678.754,85	6,55	38,85	1.068.173,15

Página: 2 de 3
23/09/2014 10:59

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO III(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')			R\$ 1,00					
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
Educação de Jovens e Adultos	26.000,00	26.000,00	0,00	243,09	0,00	243,09	0,00	0,94
Educação Especial	100.000,00	100.000,00	0,00	60.000,00	10.000,00	35.000,00	0,34	35,00
Cultura	194.000,00	294.000,00	4.880,12	74.339,66	11.980,12	63.697,85	0,61	21,67
Difusão Cultural	194.000,00	294.000,00	4.880,12	74.339,66	11.980,12	63.697,85	0,61	21,67
Direitos da Cidadania	125.000,00	150.000,00	3.911,80	3.911,80	3.911,80	3.911,80	0,04	2,61
Assistência Comunitária	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	100.000,00	100.000,00	3.911,80	3.911,80	3.911,80	3.911,80	0,04	3,91
Urbanismo	3.713.000,00	4.473.722,91	109.804,60	1.971.392,10	812.569,74	1.502.077,89	14,49	33,58
Infra-Estrutura Urbana	2.685.000,00	2.669.000,00	47.684,44	1.010.711,62	129.289,18	757.284,03	7,30	28,37
Serviços Urbanos	47.000,00	47.000,00	37.638,00	37.638,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	216.000,00	215.923,26	2.910,00	203.970,32	23.208,40	25.721,70	0,25	11,91
Transporte Rodoviário	755.000,00	1.531.799,65	21.572,16	719.072,16	660.072,16	719.072,16	6,94	46,94
Habitação	30.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	30.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	260.000,00	260.000,00	180,60	159.826,60	28.458,54	107.952,35	1,04	41,52
Saneamento Básico Urbano	260.000,00	260.000,00	180,60	159.826,60	28.458,54	107.952,35	1,04	41,52
Ciência e Tecnologia	147.000,00	147.000,00	0,00	135.030,96	362,96	135.030,96	1,30	91,86
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	147.000,00	147.000,00	0,00	135.030,96	362,96	135.030,96	1,30	91,86
Agricultura	2.051.000,00	2.246.661,03	180.074,93	1.070.992,34	207.367,16	733.388,89	7,07	32,64
Recursos Hídricos	35.000,00	165.000,00	0,00	13.283,61	0,00	13.283,61	0,13	8,05
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	870.000,00	881.161,03	53.739,92	193.970,77	67.241,57	189.153,23	1,82	21,47
Defesa Sanitária Animal	53.000,00	53.000,00	955,00	29.438,50	6.285,00	18.778,50	0,18	35,43

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	% (b/Total b)	% (b/a)
							(b/a)	
Extensão Rural	1.083.000,00	1.137.500,00	125.380,01	834.299,46	133.840,59	512.173,55	4,94	45,03
Indústria	250.000,00	295.000,00	0,00	207.536,30	6.516,00	194.600,30	1,88	65,97
Promoção Industrial	190.000,00	235.000,00	0,00	207.536,30	6.516,00	194.600,30	1,88	82,81
Produção Industrial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	4.477.500,00	5.256.406,98	1.596.392,75	2.944.228,14	587.202,86	1.126.280,11	10,86	21,43
Transporte Rodoviário	4.477.500,00	5.256.406,98	1.596.392,75	2.944.228,14	587.202,86	1.126.280,11	10,86	21,43
Desporto e Lazer	1.769.000,00	1.734.581,17	874.646,64	1.466.434,54	364.027,01	600.652,74	5,79	34,63
Turismo	1.330.000,00	1.345.581,17	860.000,00	1.297.203,98	326.581,85	459.731,42	4,43	34,17
Desporto Comunitário	439.000,00	389.000,00	14.646,64	169.230,56	37.445,16	140.921,32	1,36	36,23
Encargos Especiais	540.000,00	540.000,00	0,00	468.900,00	65.962,32	227.839,39	2,20	42,19
Serviço da Dívida Interna	370.000,00	370.000,00	0,00	299.900,00	40.418,93	125.595,92	1,21	33,94
Transferências	170.000,00	170.000,00	0,00	169.000,00	25.543,39	102.243,47	0,99	60,14
Reserva de Contingência	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)								
TOTAL (III)=(I+II)	28.979.614,23	30.330.986,32	4.113.351,64	15.393.658,78	3.529.815,28	10.367.042,72	100,00	34,18
								19.963.943,60

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 10h e 59m.

RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983	AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 03 SET2013-AGO2014

Página: 1 de 3
23/09/2014 11:11

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2013 a Agosto/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total	Previsão
ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014					(Últimos 12 Meses)	Atualizada 2014
		Março/2014	Abril/2014	Maió/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014						
RECEITAS CORRENTES (I)		1.193.343,59	1.036.070,01	1.234.826,63	1.630.067,47	1.297.806,21	1.272.765,17					15.969.428,16	21.876.874,23
Receita Tributária		1.359.542,53	1.640.226,43	1.683.875,87	1.194.630,23	1.137.768,87	1.288.505,15						
		113.490,78	31.752,96	54.593,12	89.786,56	47.554,54	46.805,33						
IPTU		60.581,51	54.507,92	71.004,91	102.694,99	121.390,72	181.645,53					975.808,87	1.446.740,00
		5.921,89	381,51	555,33	7.945,78	604,36	134,53						
ISS		800,95	442,89	927,63	13.850,56	26.145,26	87.909,68					145.620,37	183.140,00
		18.557,19	14.624,08	17.801,51	13.534,41	18.676,63	12.548,09						
ITBI		11.895,03	12.731,29	20.812,04	36.852,09	29.643,17	21.136,09					228.811,62	238.700,00
		9.759,25	4.595,00	15.323,01	13.228,76	10.820,00	6.229,13						
IRRF		14.970,77	17.950,50	26.407,82	23.910,24	30.590,72	6.706,62					180.491,82	160.000,00
		73.144,05	10.303,68	16.673,38	40.656,38	10.754,39	17.457,74						
Outras Receitas Tributárias		10.276,08	9.519,09	12.138,34	9.947,17	11.304,98	9.332,86					231.508,14	336.700,00
		6.108,40	1.848,69	4.239,89	14.421,23	6.699,16	10.435,84						
		22.638,68	13.864,15	10.719,08	18.134,93	23.706,59	56.560,28					189.376,92	528.200,00
Receita De Contribuições		7.393,96	8.152,05	7.465,33	8.144,56	9.302,06	8.247,83						
		1.183,76	9.766,30	11.198,80	9.524,44	7.419,33	9.990,46					97.788,98	338.690,00
Receita Patrimonial		3.183,42	1.815,33	9.878,14	8.054,33	1.845,03	2.621,02						
		4.837,31	2.502,73	6.299,00	5.019,19	13.665,42	3.519,73					63.240,65	111.600,00
Receita Agropecuária		-	-	-	-	-	-						
		-	-	-	-	-	-					-	5.000,00
Receita Industrial		-	-	-	-	-	-						
		-	-	-	-	-	-						
Receita De Serviços		7.163,16	5.229,72	4.592,64	4.506,78	5.371,48	16.351,75					420,00	10.000,00
		10.810,74	4.837,79	7.554,39	13.233,24	8.369,03	7.608,25					95.628,97	180.000,00
Transferências Correntes		1.051.624,96	987.111,25	1.154.300,91	1.507.289,99	1.230.417,43	1.195.586,68						
		957.811,19	1.106.702,04	1.276.252,38	1.060.007,14	981.793,17	1.082.535,96					13.591.433,10	19.479.844,23
Cota-Parte do FPM		282.145,67	282.147,00	392.460,72	638.892,68	594.831,34	635.192,90						
		376.793,59	430.046,10	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05					5.452.931,97	6.463.400,00

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2013 a Agosto/2014

R\$ 1,1													
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014	
	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014							
	Março/2014	Abril/2014	Maió/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014							
Cota-Parte do ICMS	242.660,54	236.794,25	261.967,01	234.751,93	322.029,52	305.992,80						3.440.516,98	4.306.000,00
	308.108,66	308.502,85	319.479,17	312.353,10	283.357,22	304.519,93							
Cota-Parte do IPVA	18.033,23	20.648,01	11.854,65	6.372,66	18.305,56	18.905,64							
	32.435,29	24.417,11	33.543,06	33.516,39	35.219,68	31.483,00						284.734,28	313.000,00
Cota-Parte do ITR	626,03	1.332,04	-	32,55	-	2,58							
	53,85	-	50,72	29,67	14,57	27,72						2.169,73	12.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.072,36	1.072,36	1.072,37	1.073,17	1.358,76	1.358,76							
	-	1.358,76	1.358,76	1.358,76	7.230,41	1.358,76						19.673,23	40.000,00
Transferências da LC 61/1989	3.403,79	3.637,68	4.036,24	11.240,65	4.113,50	3.482,59							
	3.709,74	3.707,18	4.270,17	3.437,13	3.945,30	4.066,75						53.050,72	80.000,00
Transferências do FUNDEB	120.390,60	117.404,36	133.922,10	134.747,18	134.858,82	127.264,84							
	119.390,32	121.406,07	132.468,36	184.765,23	56.955,16	122.289,79						1.505.862,83	1.934.000,00
Outras Transferências Correntes	383.292,74	324.075,55	348.987,82	480.179,17	154.919,93	103.386,57							
	117.319,74	217.263,97	211.992,84	94.766,87	225.944,20	170.363,96						2.832.493,36	6.331.444,23
Outras Receltas Correntes	10.487,31	2.008,70	3.996,49	12.285,15	3.315,67	3.152,56							
	324.318,02	461.909,65	311.566,39	4.151,23	5.131,20	2.785,22						1.145.107,59	305.000,00
DEDUÇÕES (II)	136.192,89	135.498,13	216.594,86	161.817,76	187.286,81	192.290,35							
	143.539,37	152.868,80	186.058,05	156.078,95	139.374,53	157.168,02						1.964.768,52	2.251.760,00
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	136.192,89	135.498,13	216.594,86	161.817,76	187.286,81	192.290,35							
	143.539,37	152.868,80	186.058,05	156.078,95	139.374,53	157.168,02						1.964.768,52	2.251.760,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.057.150,70	900.571,88	1.018.231,77	1.468.249,71	1.110.519,40	1.080.474,82							
	1.216.003,16	1.487.357,63	1.497.817,82	1.038.551,28	998.394,34	1.131.337,13						14.004.659,64	19.625.114,23

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 11h e 00m.

Página: 3 de 3
23/09/2014 11:11

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Setembro/2013 a Agosto/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)										R\$ 1,00																			
ESPECIFICAÇÃO										EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014												
										Setembro/2013		Outubro/2013		Novembro/2013				Dezembro/2013		Janeiro/2014		Fevereiro/2014							
										Março/2014		Abril/2014		Maio/2014				Junho/2014		Julho/2014		Agosto/2014							
RICARDO LUIS MALDANER										JANICE MARTINI MULLER										CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI									
PREFEITO MUNICIPAL										CONTADORA CRC 11983										AGENTE DE CONTROLE INTERNO									

RREO ANEXO 04 BIM. JUL-AGO 2014

Página: 1 de 3
23/09/2014 12:49

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-	-

Página: 2 de 3
23/09/2014 12:49

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			-	-	-
Plano Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-	-	-
Recursos para Formação de Reserva			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
Plano Previdenciário			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR			-		
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERENCIA		
DO RPPS	jul/14		2014		2013

Página: 3 de 3
23/09/2014 12:49

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	-	-	-	-	-

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 12h e 49m.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 05 BIM. JUL-AGO 2014

Página: 1 de 2
23/09/2014 12:50

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 30/Jun/2014	Em 31/Ago/2014
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	816.742,51	736.112,42	696.993,13
DEDUÇÕES(II)	570.396,85	2.343.231,79	1.616.898,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	592.693,51	3.257.506,81	2.322.694,15
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	22.296,66	914.275,02	705.795,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	246.345,66	-1.607.119,37	-919.905,67
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	246.345,66	-1.607.119,37	-919.905,67

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre	Até o Bimestre
	(c-b)	(c-a)
VALOR	687.213,70	-1.166.251,33

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-145.348,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 30/Jun/2014	Em 31/Ago/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 12h e 50m.

Página: 2 de 2
23/09/2014 12:50

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)		R\$ 1,00		
		SALDO		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA		Em 31/Dez/2013	Em 30/Jun/2014	Em 31/Ago/2014
RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER			
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983			
	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI			
	AGENTE DE CONTROLE INTERNO			

RREO ANEXO 06 BIM. JUL-AGO 2014

Página: 1 de 2
23/09/2014 12:53

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	19.518.514,23	2.112.729,24	9.520.690,82	7.172.873,68
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.446.740,00	303.036,25	686.185,45	507.865,35
IPTU	183.140,00	114.054,94	130.815,86	114.829,63
ISS	238.700,00	50.779,26	164.294,43	114.276,40
ITBI	160.000,00	37.297,34	137.585,80	66.887,88
IRRF	336.700,00	20.637,84	90.730,65	88.641,09
Outras Receitas Tributárias	528.200,00	80.266,87	162.758,71	123.230,35
Receita de Contribuição	338.690,00	17.409,79	66.632,98	64.049,73
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	338.690,00	17.409,79	66.632,98	64.049,73
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	-	-	-
Receita Patrimonial	111.600,00	17.002,23	39.764,76	13.657,55
(-)Aplicações Financeiras	106.600,00	17.002,23	39.764,76	13.657,55
Transferências Correntes	17.228.084,23	1.767.969,50	7.576.985,78	6.511.415,35
FPM	5.136.840,00	654.042,18	3.085.844,24	2.852.973,99
ICMS	3.471.200,00	469.109,29	1.970.784,23	1.763.774,86
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	8.620.044,23	644.818,03	2.520.357,31	1.894.666,50
Demais Receitas Correntes	500.000,00	24.313,70	1.190.886,61	89.543,25
Dívida Ativa	157.000,00	1.146,32	5.405,73	2.709,08
Diversas Receitas Correntes	343.000,00	23.167,38	1.185.480,88	86.834,17
RECEITAS DE CAPITAL(II)	-	691.773,75	1.754.624,98	591.569,29
Operações de Crédito(III)	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	374,50
Alienação de Bens(V)	-	-	-	267.140,40
Transferências de Capital	-	691.773,75	1.754.624,98	324.054,39
Convênios	-	246.138,75	246.138,75	-
Outras Transferências de Capital	-	445.635,00	1.508.486,23	324.054,39
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	-	691.773,75	1.754.624,98	324.054,39
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	19.518.514,23	2.804.502,99	11.275.315,80	7.496.928,07
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS CORRENTES(VIII)	16.971.652,22	2.046.107,30	7.756.853,46	7.115.129,52

Página: 2 de 2
23/09/2014 12:53

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
Pessoal e Encargos Sociais	7.010.730,00	1.028.094,26	3.889.748,97	3.756.928,06
Juros e Encargos da Dívida(IX)	50.000,00	1.299,64	5.846,54	12.828,07
Outras Despesas Correntes	9.910.922,22	1.016.713,40	3.861.257,95	3.345.373,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	16.921.652,22	2.044.807,66	7.751.006,92	7.102.301,45
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	13.169.334,10	1.483.707,98	2.610.189,26	907.080,94
Investimentos	12.785.334,10	1.444.588,69	2.490.439,88	697.674,09
Inversões Financeiras	34.000,00	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	34.000,00	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	320.000,00	39.119,29	119.749,38	209.406,85
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	12.819.334,10	1.444.588,69	2.490.439,88	697.674,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	190.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	29.930.986,32	3.489.396,35	10.241.446,80	7.799.975,54
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-10.412.472,09	-684.893,36	1.033.869,00	-303.047,47
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O			373.814,23	
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 12h e 52m.

RREO ANEXO 07 BIM. JUL-AGO 2014

Página: 1 de 1
23/09/2014 12:59

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

PODER/ÓRGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,0		
		Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos		Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)														
EXECUTIVO														
DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA		-	5.099,40	-	5.099,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO		-	1.462,85	-	1.462,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL		-	290,12	-	290,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE e DIRETORIA GER		-	10.944,00	-	10.944,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS e LIMIP PUB		-	338,61	-	338,61	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DEPART GERAL DA AGRICULTURA		-	3.841,60	-	3.841,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUN REQ CORPO BOMB. POL. MIL.		-	320,08	-	320,08	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL		-	22.296,66	-	22.296,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LEGISLATIVO														
CAMARA DE VEREADORES		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)		-	22.296,66	-	22.296,66	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 12h e 53m.														

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 12h e 53m.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 08 BIM. JUL-AGO 2014

Página: 1 de 8
23/09/2014 13:01

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					RECEITAS REALIZADAS		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre		Até o Bimestre (b)	%(c)=(b/a)x100	
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	997.540,00	997.540,00	223.943,77		529.342,01	53,06	
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	225.140,00	225.140,00	114.962,23		135.644,36	60,25	
1.1.1-IPTU	213.650,00	213.650,00	126.096,24		144.326,64	67,55	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	12.000,00	12.000,00	907,29		4.828,50	40,24	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	-		-	-	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	-		-	-	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	30.510,00	30.510,00	12.041,30		13.510,78	44,28	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	165.000,00	165.000,00	37.297,34		137.585,80	83,39	
1.2.1-ITBI	160.000,00	160.000,00	37.297,34		137.585,80	85,99	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	-		-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-		-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-		-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-		-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.700,00	270.700,00	51.046,36		165.381,20	61,09	
1.3.1-ISS	238.700,00	238.700,00	50.779,26		164.294,43	68,83	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	267,10		1.086,77	10,87	
13.3-Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	-		-	-	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	-		-	-	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-		-	-	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	336.700,00	336.700,00	20.637,84		90.730,65	26,95	
1.4.1-IRRF	350.000,00	350.000,00	20.637,84		90.730,65	25,92	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-		-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-		-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-		-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	13.300,00	13.300,00	-		-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-		-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-		-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-		-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-		-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-		-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-		-	-	

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
(c)=(b/a)x100					
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
2.1-Cota-Parte FPM	11.214.400,00	11.214.400,00	1.488.776,02	6.595.749,32	58,81
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.463.400,00	6.463.400,00	817.552,68	3.857.285,90	59,68
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	6.463.400,00	6.463.400,00	817.552,68	3.857.285,90	59,68
2.2-Cota-Parte ICMS	4.306.000,00	4.306.000,00	587.877,15	2.464.343,25	57,23
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	40.000,00	40.000,00	8.589,17	15.382,97	38,46
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	8.012,05	30.732,36	38,42
2.5-Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	42,29	179,11	1,49
2.6-Cota-Parte IPVA	313.000,00	313.000,00	66.702,68	227.825,73	72,79
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	12.211.940,00	12.211.940,00	1.712.719,79	7.125.091,33	58,35

Página: 3 de 8
23/09/2014 13:01

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	-	-	-	-
5.1 - Transferências do Salário-Educação	1.099.000,00	1.099.000,00	40.258,72	187.278,88	17,04
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	194.000,00	194.000,00	25.187,68	110.326,38	56,87
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	-	-	-	-	-
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	64.000,00	64.000,00	4.782,00	23.070,00	36,05
5.5 - Outras Transferências do FNDE	72.000,00	72.000,00	5.927,04	14.817,60	20,58
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	762.000,00	762.000,00	4.362,00	38.887,00	5,10
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.000,00	7.000,00	-	177,90	2,54
6.1 - Transferências de Convênios	328.000,00	328.000,00	9.667,56	43.521,71	13,27
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	328.000,00	328.000,00	9.667,56	43.521,71	13,27
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.427.000,00	1.427.000,00	49.926,28	230.800,59	16,17
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB		RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB					
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	2.251.760,00	2.251.760,00	296.359,63	1.314.120,21	58,36
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	1.326.560,00	1.326.560,00	163.510,50	771.441,66	58,15
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	834.800,00	834.800,00	118.767,86	493.559,02	59,12
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	8.000,00	8.000,00	543,50	1.902,25	23,78
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5)	16.000,00	16.000,00	-	459,76	2,87
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	2.400,00	2.400,00	8,45	35,80	1,49
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	64.000,00	64.000,00	13.529,32	46.721,72	73,00
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	1.944.000,00	1.944.000,00	180.355,00	1.004.021,94	51,65
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	1.934.000,00	1.934.000,00	179.244,95	999.398,59	51,68
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	-
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	10.000,00	10.000,00	1.110,05	4.623,35	46,23
	-317.760,00	-317.760,00	-117.114,68	-314.721,62	99,04

Página: 4 de 8
23/09/2014 13:01

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII (LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%(f)=(e/d)x100
				No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		1.270.000,00	1.220.000,00	195.656,68	704.926,86	57,78
13.1-Com Educação Infantil		650.000,00	600.000,00	101.827,16	380.787,43	63,46
13.2-Com Ensino Fundamental		620.000,00	620.000,00	93.829,52	324.139,43	52,28
14-OUTRAS DESPESAS		672.000,00	722.000,00	88.971,96	305.561,76	42,32
14.1-Com Educação Infantil		110.000,00	160.000,00	41.697,13	137.025,43	85,64
14.2-Com Ensino Fundamental		562.000,00	562.000,00	47.274,83	168.536,33	29,99
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)		1.942.000,00	1.942.000,00	284.628,64	1.010.488,62	52,03
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB			VALOR			
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB			-			
16.1 - FUNDEB 60%			-			
16.2 - FUNDEB 40%			-			
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB			-			
17.1 - FUNDEB 60%			-			
17.2 - FUNDEB 40%			-			
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)			-			
INDICADORES DO FUNDEB			VALOR			
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)			1.010.488,62			
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (13-(16.1+17.1))/(11)x100%			70,21			
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11)x100%			30,43			
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%			-0,64			

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE		VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²		

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)×100
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.052.985,00	3.052.985,00	428.179,95	1.781.272,83	58,35

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)×100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.567.928,00	1.567.928,00	169.191,03	661.028,12	42,16
23.1-Creche	320.000,00	370.000,00	39.078,37	150.601,97	40,70
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	70.000,00	120.000,00	35.658,17	115.850,74	96,54
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	250.000,00	250.000,00	3.420,20	34.751,23	13,90
23.2-Pré-Escola	1.247.928,00	1.197.928,00	130.112,66	510.426,15	42,61
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	690.000,00	640.000,00	107.866,12	401.962,12	62,81
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	557.928,00	557.928,00	22.246,54	108.464,03	19,44
24-ENSINO FUNDAMENTAL	3.052.000,00	3.052.000,00	220.779,56	924.694,53	30,30
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.182.000,00	1.182.000,00	141.104,35	492.675,76	41,68
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.870.000,00	1.870.000,00	79.675,21	432.018,77	23,10
25-ENSINO MÉDIO	74.000,00	74.000,00	-	243,09	0,33
26-ENSINO SUPERIOR	40.000,00	40.000,00	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	-
28-OUTRAS	37.000,00	37.000,00	3.414,00	11.949,00	32,29
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	4.770.928,00	4.770.928,00	393.384,59	1.597.914,74	33,49

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-314.721,62
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	4.623,35
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30-31+32-33+34+35+36)	-310.098,27
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	1.895.820,92
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(31X100))%	26,61

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	250.000,00	250.000,00	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	194.000,00	194.000,00	172,71	32.678,24	16,84
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	965.000,00	965.000,00	30.815,81	82.975,87	8,60
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40-41+42-43)	1.409.000,00	1.409.000,00	30.988,52	115.654,11	8,21
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	6.179.928,00	6.179.928,00	424.373,11	1.713.568,85	27,73
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	-
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	999.398,59
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	966.246,85
49.1-Orçamentário do Exercício	966.246,85
49.2-Restos a Pagar	-
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.623,35
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	37.775,09

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 13h e 00m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
³Caput do artigo 212 da CF/1988.
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

RICARDO LUIS MALDANER JANICE MARTINI MULLER CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC 11983 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 09 BIM. JUL-AGO 2014

Página: 1 de 1
23/09/2014 13:02

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00	-	1.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre	SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS DE CAPITAL	13.169.334,10	2.610.189,26	
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	13.169.334,10	2.610.189,26	10.559.144,84
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-12.169.334,10	-2.610.189,26	-9.559.144,84

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 13h e 01m.

1

RREO ANEXO 10 2014

Página: 1 de 1
23/09/2014 13:04

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência social dos
Servidores Públicos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2014 a 2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso II - Anexo X

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c))
-----------	------------------------------------	------------------------------------	--	--

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 13h e 03m.

RREO ANEXO 11 JAN-AGO 2014

Página: 1 de 1
23/09/2014 13:05

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto/2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	550.000,00	-	550.000,00
Alienacao De Bens Moveis	400.000,00	-	400.000,00
Alienacao De Bens Imoveis	150.000,00	-	150.000,00
TOTAL	550.000,00	-	550.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Invers s Financeiras	-	-	-	-
Amortizacao/Refinanciamento Da Divida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
	63,59	-	63,59

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 13h e 05m.

RREO ANEXO 12 BIM. JUL-AGO 2014

Página: 1 de 3
23/09/2014 13:07

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	997.540,00	997.540,00	529.342,01	53,06
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	183.140,00	183.140,00	130.815,86	71,42
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	160.000,00	160.000,00	137.585,80	85,99
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	238.700,00	238.700,00	164.294,43	68,82
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	336.700,00	336.700,00	90.730,65	26,94
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	27.000,00	27.000,00	5.915,27	21,90
Dívida Ativa dos Impostos	45.000,00	45.000,00	-	-
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.000,00	7.000,00	-	-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.214.400,00	11.214.400,00	6.595.749,32	58,81
Cota-Parte FPM	6.463.400,00	6.463.400,00	3.857.285,90	59,67
Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	179,11	1,49
Cota-Parte IPVA	313.000,00	313.000,00	227.825,73	72,78
Cota-Parte ICMS	4.306.000,00	4.306.000,00	2.464.343,25	57,23
Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	30.732,36	38,41
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	15.382,97	38,45
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	15.382,97	38,45
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.211.940,00	12.211.940,00	7.125.091,33	58,34

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.135.200,00	2.135.200,00	780.806,68	36,56
Provenientes da União	1.771.200,00	1.771.200,00	729.205,43	41,17
Provenientes dos Estados	364.000,00	364.000,00	51.601,25	14,17
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	15.000,00	15.000,00	3.301,41	22,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.150.200,00	2.150.200,00	784.108,09	36,46

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.124.800,00	4.144.800,00	2.551.638,77	61,56	2.022.708,42	48,80
Pessoal e Encargos Sociais	1.801.000,00	1.691.000,00	918.198,05	54,29	914.948,05	54,10
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.323.800,00	2.453.800,00	1.633.440,72	66,56	1.107.760,37	45,14
DESPESAS DE CAPITAL	769.000,00	749.000,00	23.408,56	3,12	23.408,56	3,12
Investimentos	769.000,00	749.000,00	23.408,56	3,12	23.408,56	3,12
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.893.800,00	4.893.800,00	2.575.047,33	52,61	2.046.116,98	41,81

Página: 2 de 3
23/09/2014 13:07

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.687.200,00	1.687.200,00	848.886,02	32,96	653.972,91	31,96
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.628.200,00	1.628.200,00	848.886,02	32,96	653.972,91	31,96
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	59.000,00	59.000,00	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	1.687.200,00	1.687.200,00	848.886,02	32,96	653.972,91	31,96
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.206.600,00	3.206.600,00	1.726.161,31	67,03	1.392.144,07	68,03
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					19,54	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIib) /100]6					323.380,37	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total		-	-	-	-	-
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (VIII)		-	-		-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (IX)		-	-		-	

Página: 3 de 3
23/09/2014 13:07

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	4.030.200,00	4.030.200,00	1.991.976,43	77,36	1.525.546,08	74,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	741.000,00	741.000,00	548.286,39	21,29	486.186,39	23,76
Suporte Profilático e Terapêutico	8.400,00	8.400,00	129,01	0,01	129,01	0,01
Vigilância Sanitária	93.500,00	93.500,00	34.249,72	1,33	33.849,72	1,65
Vigilância Epidemiológica	11.000,00	11.000,00	65,00	-	65,00	-
Alimentação e Nutrição	23.000,00	23.000,00	340,78	0,01	340,78	0,02
Outras Subfunções	16.700,00	16.700,00	-	-	-	-
TOTAL	4.923.800,00	4.923.800,00	2.575.047,33	100,00	2.046.116,98	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 13h e 06m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO



RREO ANEXO 13 JAN-DEZ 2014

Página: 1 de 1
23/09/2014 13:07

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuado Derivadas das Parcerias Público-Privadas
Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2014

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28 - Anexo XIII											RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014					SALDO TOTAL				
		No bimestre	Até o Bimestre (b)			(c)=(a+b)					
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS (i)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GARANTIAS DE PPP (ii)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(i)-(ii)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP											
Do Ente Federado											
Das Entidades Não Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)											
TOTAL DAS DESPESAS/(RCL) (%)											

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 13h e 07m.

RICARDO LUIS MALDANER JANICE MARTINI WÜLLER CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADOR(A) CRC 11983 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 14 BIM. JUL-AGO 2014

Página: 1 de 2
23/09/2014 13:10

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita	-		28.979.614,23	
Previsão Atualizada da Receita	-		28.979.614,23	
Receitas Realizadas	2.821.505,22		11.315.080,56	
Déficit Orçamentário			-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial	-		28.979.614,23	
Créditos Adicionais	-		1.351.372,09	
Dotação Atualizada	-		30.330.986,32	
Despesas Empenhadas	4.113.351,64		15.393.658,78	
Despesas Liquidadas	3.529.815,28		10.367.042,72	
Superávit Orçamentário			948.037,84	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas	4.113.351,64		15.393.658,78	
Despesas Liquidadas	3.529.815,28		10.367.042,72	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			14.004.659,64	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	-145.348,00		-1.174.374,87	807,97
Resultado Primário	373.814,23		1.033.869,00	276,57
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	22.296,66		0,00	22.296,66 0,00
<i>Poder Executivo</i>	22.296,66		0,00	22.296,66 0,00
<i>Poder Legislativo</i>	0,00		0,00	0,00 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00		0,00	0,00 0,00
<i>Poder Executivo</i>	0,00		0,00	0,00 0,00
<i>Poder Legislativo</i>	0,00		0,00	0,00 0,00
TOTAL	22.296,66		0,00	22.296,66 0,00

Página: 2 de 2
23/09/2014 13:10

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

LRF, Art. 48 - Anexo XIV			R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE	1.385.394,77	25%	19,44	
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	704.926,86	60%	70,21	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		1.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida	2.610.189,26		10.559.144,84	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		550.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.392.144,07	15%	19,54	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 23/Set/2014, 13h e 09m.

RICARDO LUIS MALDANER JANICE MARTINI MULLER CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC 11983 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Errata do Edital de Registro de Preço 099/2014

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Edital de Registro de Preço 099/2014. AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PARA A POLICIA MILITAR, conforme anexo. Altera-se a Data: 02/10/2014 às 09:00 e o item 13.1 O prazo de entrega deverá ser diário após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

ERRATA DO EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO 100/2014

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Edital de Registro de Preço 100/2014. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, conforme anexo. Altera-se a Data: 13/10/2014 às 09:00. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Extrato Ata Pregão Nº 186/2014 PMN - Deserta

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA PREGÃO Nº 186/2014 PMN - DESERTA

OBJETO : REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PAINEIS DE LED (ITEM FRACASSADO NO PP 160/2014), PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS DE "CANTATA DE NATAL", ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.. - DATA DE ACONTECIMENTO 24/09/2014 AS 09:00 H

RESULTADO - LICITAÇÃO FOI DESERTA.

Douglas Lemos
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
Navegantes, 24 de setembro de 2014.

COVOCAÇÃO DE ABERTURA DE ENVELOPES HABILITAÇÃO/ PKB / A.P TORTELLI - PREGÃO 35/2014 FMS

COVOCAÇÃO DE ABERTURA DE ENVELOPES HABILITAÇÃO/ PKB / A.P TORTELLI - PREGÃO 35/2014 FMS

O Pregoeiro torna pública a convocação dos interessados para acompanhar a abertura dos envelopes de habilitação das empresas PKB PROD. QUIM.LTDA e A.P TORTELLI COM. DE PROD. MED. pois ambas participaram do pregão supracitado entretanto na época da abertura dos envelopes os seus não foram abertos pois não haviam ganho nenhum item, com a reprovação de algumas amostras foi necessário o chamamento destas licitantes para apresentar as suas amostras e no caso a verificação das suas habilitações se faz necessário.

Data da abertura - 26/09/2014 as 09:00 h

Local - Auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes.

Navegantes 24 de setembro de 2014
Douglas Lemos
Pregoeiro

Chamamento 4 º Colocado Para Apresentação de Amostras Pregão 13/2014 F.M.A.S

CHAMAMENTO 4 º COLOCADO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO 13/2014 F.M.A.S

O Pregoeiro e a equipe de apoio torna publica a convocação dos licitantes para apresentação das amostras conforme segue, uma vez que as primeiras não atenderam com a especificação do edital ou não apresentaram a amostra.

ITEN	LICITANTE 4º COLOCADO CONVOCADO P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
10	JOSÉ PAULO BITENCOURT ME

A licitante anunciada dever apresentar as amostras no prazo estabelecido no edital, no departamento de compras e licitações.

Prazo contado a partir da publicação deste.
Navegantes 24 de setembro de 2014
Pregoeiro e equipe de apoio

Aviso de Licitação Pregão Presencial 186/2014 PMN (Republicado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2014 PMN
---replicado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PAINEIS DE LED (ITEM FRACASSADO NO PP 160/2014), PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS DE "CANTATA DE NATAL", ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 07/10/2014 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 07/10/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 24 de setembro de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 238/2014.

Extrato Contratual PMN 238/2014
Contrato Nº.: 238/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: Artefatos de Cimento Raimondi Ltda.
Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 18/12/2014
Licitação : Tomada de Preços nº 108/2014.
Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 137/2014, referente à Drenagem Pluvial, Pavimentação com Paver, Acessibilidade e Sinalização Viária com fornecimento de Materiais das Ruas Alírio Pereira dos Santos, Manoel Gualberto e Rua sem Denominação, localizadas no Bairro São Paulo, no Município de Navegantes, SC, através do Convênio com Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, conforme Tomada de Preço nº 108/2014.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 239/2014 / 240/2014 / 241/2014.

Extrato Contratual PMN 239/2014.
Contrato Nº.: 239/2014.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.
Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 20/12/2014.
Licitação : Tomada de Preços nº 103/2014.
Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.
Objeto : Primeiro Termo Aditivo ao contrato nº 177/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto da Rua Fúlvio Diniz, localizada no loteamento Porto das Balsas, Município de Navegantes/SC, conforme Tomada de Preço nº 103/2014 - Convênio Fundosocial/SDR nº 2209/2014.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

Extrato Contratual PMN 240/2014
Contrato Nº.: 240/2014.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.
Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 20/12/2014
Licitação : Tomada de Preço nº 104/2014.
Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.
Objeto : Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 178/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de materiais) da Rua Manoel Vieira, localizada no loteamento Porto das Balsas, Município de Navegantes/SC, conforme Tomada de Preço nº 104/2014, Convênio Fundosocial SDR nº 2212/2014.
Navegantes, 19 de setembro de 2014.

Extrato Contratual PMN 241/2014.
Contrato Nº.: 241/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: BELGA CONSTRUÇÕES & INCORPORAÇÕES LTDA.
Vigência : Início: 19/09/2014 Término: 20/12/2014.
Licitação : Tomada de Preço nº 105/2014.
Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.
Objeto : Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 179/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas (com fornecimento de Materiais) da Rua Alfredo Manoel Bento - Porto das Balsas e Travessa Macarini - Bairro Machados, Município de Navegantes/SC, através da Tomada de Preço nº 105/2014 - Convênio Fundo Social/SDR.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 4º BIMESTRE/2014

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	236.460.171,16	236.460.171,16	33.487.313,04	14,16	130.971.698,95	55,39	105.488.472,21
RECEITAS CORRENTES	178.149.979,16	178.149.979,16	30.203.047,33	16,95	122.480.158,55	68,75	55.669.820,61
RECEITA TRIBUTÁRIA	39.718.935,02	39.718.935,02	5.815.545,69	14,64	29.012.340,82	73,04	10.706.594,20
IMPOSTOS	37.000.996,73	37.000.996,73	5.324.283,26	14,39	26.626.818,39	71,96	10.374.178,34
TAXAS	2.204.047,19	2.204.047,19	151.634,06	6,88	1.594.347,16	72,34	609.700,03
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	513.891,10	513.891,10	339.628,37	66,09	791.175,27	153,96	-277.284,17
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.253.527,44	8.253.527,44	1.470.006,78	17,81	5.608.182,58	67,95	2.645.344,86
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.808.016,87	4.808.016,87	936.558,80	19,48	3.474.000,35	72,25	1.334.016,52
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.445.510,57	3.445.510,57	533.447,98	15,48	2.134.182,23	61,94	1.311.328,34
RECEITA PATRIMONIAL	2.014.096,40	2.014.096,40	2.911.909,40	144,58	5.668.257,66	281,43	-3.654.161,26
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.004.955,40	2.004.955,40	1.311.189,40	65,40	4.063.937,66	202,69	-2.058.982,26
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	9.141,00	9.141,00	720,00	7,88	4.320,00	47,26	4.821,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	1.600.000,00	0,00	1.600.000,00	0,00	-1.600.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	16.491.577,97	16.491.577,97	2.652.966,75	16,09	10.686.139,59	64,80	5.805.438,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	106.201.209,22	106.201.209,22	16.526.788,39	15,56	68.652.248,76	64,64	37.548.960,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	104.754.967,22	104.754.967,22	16.381.575,95	15,64	68.361.219,69	65,26	36.393.747,53
Transf. de Instituições Privadas	12.696,00	12.696,00	303,00	2,39	4.040,73	31,83	8.655,27
Transf. de Pessoas	25.392,00	25.392,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.392,00
Transf. de Conv.	1.408.154,00	1.408.154,00	144.909,44	10,29	286.988,34	20,38	1.121.165,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.470.633,11	5.470.633,11	825.830,32	15,10	2.852.989,14	52,15	2.617.643,97
Multas e Juros de Mora	2.413.197,90	2.413.197,90	570.476,36	23,64	1.640.329,37	67,97	772.868,53
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	62.696,00	62.696,00	1.387,06	2,21	-7.412,66	0,00	70.108,66
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	2.756.971,73	2.756.971,73	206.010,34	7,47	1.037.243,23	37,62	1.719.728,50
RECEITAS DIVERSAS	237.767,48	237.767,48	47.956,56	20,17	182.829,20	76,89	54.938,28
RECEITAS DE CAPITAL	58.310.192,00	58.310.192,00	3.284.265,71	5,63	8.491.540,40	14,56	49.818.651,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	27.750.000,00	27.750.000,00	151.663,43	0,55	481.857,66	1,74	27.268.142,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	27.750.000,00	27.750.000,00	151.663,43	0,55	481.857,66	1,74	27.268.142,34
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.560.192,00	30.560.192,00	3.132.602,28	10,25	8.009.682,74	26,21	22.550.509,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	29.328,00	29.328,00	41.580,00	141,78	41.580,00	141,78	-12.252,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	30.530.864,00	30.530.864,00	3.091.022,28	10,12	7.968.102,74	26,10	22.562.761,26
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.186.179,13	8.186.179,13	1.797.198,01	21,95	6.427.053,05	78,51	1.759.126,08
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.186.179,13	8.186.179,13	1.797.198,01	21,95	6.427.053,05	78,51	1.759.126,08
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.074.058,10	8.074.058,10	1.752.204,05	21,70	6.259.537,83	77,53	1.814.520,27
Receitas Intra-Orçamentárias - Contribuições Socia	8.074.058,10	8.074.058,10	1.752.204,05	21,70	6.259.537,83	77,53	1.814.520,27
RECEITA DE SERVIÇOS	112.121,03	112.121,03	44.993,96	40,13	167.515,22	149,41	-55.394,19

Continua 1/3

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.186.179,13	8.186.179,13	1.797.198,01	21,95	6.427.053,05	78,51
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	244.646.350,29	244.646.350,29	35.284.511,05	14,42	137.398.752,00	56,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	244.646.350,29	244.646.350,29	35.284.511,05	14,42	137.398.752,00	56,16
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	244.646.350,29	244.646.350,29	35.284.511,05	14,42	137.398.752,00	56,16
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.425.946,21	—	—	2.342.034,74	—
Superávit Financeiro	—	3.425.946,21	—	—	2.342.034,74	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	232.229.304,11	11.081.855,11	243.311.159,22	28.075.309,93	139.433.231,12	30.882.005,28	110.908.411,24	45,58
DESPESAS CORRENTES	126.088.654,37	7.968.583,00	134.057.237,37	21.839.988,30	105.672.831,18	25.110.272,75	93.520.343,83	69,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	69.026.089,90	4.376.943,15	73.403.033,05	14.681.474,40	54.853.656,35	15.117.653,92	53.676.287,67	73,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	64.728,12	0,00	64.728,12	43,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.912.564,47	3.591.639,85	60.504.204,32	7.158.513,90	50.754.446,71	9.992.618,83	39.779.328,04	65,75
DESPESAS DE CAPITAL	95.672.684,66	3.113.272,11	98.785.956,77	6.235.321,63	33.760.399,94	5.771.732,53	17.388.067,41	17,60
INVESTIMENTOS	88.672.684,66	4.713.272,11	93.385.956,77	6.235.321,63	28.799.773,36	4.914.663,23	13.828.089,82	14,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	7.000.000,00	-1.600.000,00	5.400.000,00	0,00	4.960.626,58	857.069,30	3.559.977,59	65,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.467.965,08	0,00	10.467.965,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	12.417.046,18	-98.960,00	12.318.086,18	2.343.215,44	9.006.602,94	2.350.826,21	8.752.753,24	71,06	3.565.332,94
	11.844.349,18	-44.180,00	11.800.169,18	2.289.341,13	8.610.275,07	2.305.609,17	8.596.841,56	72,85	3.203.327,62
	50.000,00	-49.990,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00
	472.697,00	45.200,00	517.897,00	53.874,31	396.327,87	45.217,04	155.911,68	30,10	361.985,32
	50.000,00	-49.990,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)				30.418.525,37	148.439.834,06	33.232.831,49	119.661.164,48	46,81	135.968.080,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)				0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)				255.629.245,40	148.439.834,06	33.232.831,49	119.661.164,48	46,81	135.968.080,92
SUPERÁVIT (XIII)				—	—	—	17.737.587,52	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)				255.629.245,40	148.439.834,06	33.232.831,49	137.398.752,00	53,75	135.968.080,92

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 9.912.294,72

FONTE:

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA	MARCIO CAPELLA	JOEL VIEIRA
Prefeito	Secretário de Finanças	Contador - CRC/SC - 15.192-0

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	40.377.025,36	40.377.025,36	28.080.509,18	69,55
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	9.621.874,28	9.621.874,28	7.691.994,33	79,94
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	6.153.411,07	6.153.411,07	2.918.578,84	47,43
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	18.458.724,46	18.458.724,46	14.271.871,43	77,32
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.766.986,92	2.766.986,92	1.744.373,79	63,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	209.300,60	209.300,60	59.228,51	28,30
Dívida Ativa dos Impostos	2.656.971,73	2.656.971,73	1.037.243,23	39,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	509.756,30	509.756,30	357.219,05	70,08
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	62.021.900,35	62.021.900,35	36.661.853,63	59,11
Cota-Parte FPM	23.396.511,26	23.396.511,26	15.429.142,53	65,95
Cota-Parte ITR	3.439,91	3.439,91	1.303,08	37,88
Cota-Parte IPVA	5.862.277,04	5.862.277,04	3.035.289,01	51,78
Cota-Parte ICMS	32.254.530,23	32.254.530,23	17.850.490,50	55,34
Cota-Parte IPI-Exportação	424.885,86	424.885,86	276.724,78	65,13
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	80.256,05	80.256,05	68.903,73	85,85
Desoneração ICMS (LC 87/96)	80.256,05	80.256,05	68.903,73	85,85
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	102.398.925,71	102.398.925,71	64.742.362,81	63,23

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	9.404.701,00	9.404.701,00	6.252.494,35	66,48
Provenientes da União	9.355.657,00	9.355.657,00	6.216.942,49	66,45
Provenientes dos Estados	49.044,00	49.044,00	35.802,86	73,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	-251,00	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	7.606.682,00	7.606.682,00	1.120.000,00	14,72
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	474.368,00	474.368,00	269.507,27	56,81
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	17.485.751,00	17.485.751,00	7.642.001,62	43,70

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	21.099.686,46	24.284.186,46	19.404.057,73	79,90	17.936.274,98	73,86
Pessoal e Encargos Sociais	13.231.668,46	15.170.968,46	12.234.166,52	80,64	12.213.005,34	80,50
Outras Despesas Correntes	7.868.018,00	9.113.218,00	7.169.891,21	78,68	5.723.269,64	62,80

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
		24.284.186,46	19.404.057,73	79,90	17.936.274,98	73,86
DESPESAS DE CAPITAL	11.756.695,00	11.032.195,00	1.745.352,16	15,82	1.071.995,87	9,72
Investimentos	11.756.695,00	11.032.195,00	1.745.352,16	15,82	1.071.995,87	9,72
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	32.856.381,46	35.316.381,46	21.149.409,89	59,89	19.008.270,85	53,82
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIFEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	17.436.707,00	17.461.707,00	7.203.553,94	34,06	6.482.755,38	34,10
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	9.743.693,00	9.768.693,00	6.620.298,97	31,30	5.951.058,91	31,31
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	7.693.014,00	7.693.014,00	583.254,97	2,76	531.696,47	2,80
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	17.436.707,00	17.461.707,00	7.203.553,94	34,06	6.482.755,38	34,10
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	15.419.674,46	17.854.674,46	13.945.855,95	25,83	12.525.515,47	19,72
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						19,35
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/10%]						2.814.161,05

Continua 2/4

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013	360.950,66	0,00	279.201,30	81.749,36	0,00			
TOTAL	377.374,79	0,00	279.201,30	81.749,36	0,00			
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS								
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
	0,00	0,00		0,00				
	0,00	0,00		0,00				
LIMITE NÃO CUMPRIDO								
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
	-	-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	16.925.357,46	19.672.357,46	13.428.877,48	63,50	11.746.889,14	61,80		
	14.091.021,00	13.878.021,00	6.875.751,42	32,51	6.554.346,89	34,48		
	660.464,00	660.464,00	349.759,96	1,65	279.092,62	1,47		
	287.243,00	287.243,00	215.658,11	1,02	179.756,28	0,95		
	892.296,00	818.296,00	279.362,92	1,32	248.185,92	1,31		
	32.856.381,46	35.316.381,46	21.149.409,89	100,00	19.008.270,85	100,00		

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

Continua 3/4

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+i)$ - (15 x IIIb)/100]

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito	MARCIO CAPELLA Secretário de Finanças	JOEL VIEIRA Contador - CRC/SC - 15.192-O
-------------------------------------	--	---

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	244.646.350,29	
Previsão Atualizada		—	244.646.350,29	
Receitas Realizadas		35.284.511,05	137.398.752,00	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	2.342.034,74	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	244.646.350,29	
Créditos Adicionais		—	10.982.895,11	
Dotação Atualizada		—	255.629.245,40	
Despesas Empenhadas		30.418.525,37	148.439.834,06	
Despesas Liquidadas		33.232.831,49	119.661.164,48	
Superavit Orçamentário		—	17.737.587,52	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		30.418.525,37	148.439.834,06	
Despesas Liquidadas		33.232.831,49	119.661.164,48	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			174.327.264,31	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		3.723.574,03	12.630.915,91	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		880.767,49	2.718.621,19	
Liquidadas		880.767,49	2.718.621,19	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		2.842.806,54	9.912.294,72	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.451,20	-5.420.178,19	157.051,99
Resultado Primário		-12.254.955,40	16.816.497,91	-137,22
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	12.030.071,10	258.491,30	7.408.828,37	4.362.751,43
EXECUTIVO	12.030.071,10	258.491,30	7.408.828,37	4.362.751,43
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.522.303,73	0,00	2.321.875,48	200.428,25
EXECUTIVO	2.522.303,73	0,00	2.321.875,48	200.428,25
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	53,78	0,00	53,78	0,00
EXECUTIVO	53,78	0,00	53,78	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	19.902,19	0,00	19.902,19	0,00
EXECUTIVO	19.902,19	0,00	19.902,19	0,00
TOTAL:	14.572.330,80	258.491,30	9.750.659,82	4.563.179,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		20.486.239,69	25%	31,64
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		25.121.151,35	60%	89,22
Liquidadas		25.121.151,35		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		

Continua 1/2

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito			481.857,66	27.268.142,34	
Despesa de Capital Líquida			17.388.067,41	81.397.899,36	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		12.525.515,47	15,00	19,35	
Liquidadas		12.525.515,47			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	232.229.304,11	243.311.159,22	28.075.309,93	139.433.231,12	30.882.005,28	110.908.411,24	92,69	45,58
Legislativa	3.733.550,60	3.733.550,60	22.685,40	2.745.479,54	428.194,52	1.773.933,11	1,48	47,51
Ação Legislativa	3.733.550,60	3.733.550,60	22.685,40	2.745.479,54	428.194,52	1.773.933,11	1,48	47,51
Essencial à Justiça	2.240.940,00	2.183.030,00	191.449,80	1.691.390,00	226.320,24	1.634.488,69	1,37	74,87
Representação Judicial e Extrajudicial	2.240.940,00	2.183.030,00	191.449,80	1.691.390,00	226.320,24	1.634.488,69	1,37	74,87
Administração	12.104.339,08	13.338.523,97	1.626.877,82	8.758.553,36	1.876.452,44	6.997.540,33	5,85	52,46
Planejamento e Orçamento	1.848.045,00	1.783.045,00	277.063,26	1.128.267,96	272.856,21	1.062.838,35	0,89	59,61
Administração Geral	4.263.828,91	3.913.828,91	373.605,05	3.253.945,72	656.272,16	2.814.849,87	2,35	71,92
Administração Financeira	1.445.654,00	1.344.654,00	165.606,72	811.803,88	170.006,67	551.827,15	0,46	41,04
Normalização e Fiscalização	70.000,00	40.000,00	685,57	6.290,45	1.311,22	1.890,45	0,00	4,73
Tecnologia da Informatização	800.000,00	2.385.184,89	116.083,85	665.701,31	74.058,65	123.453,34	0,10	5,18
Formação de Recursos Humanos	1.627.906,00	2.072.906,00	338.784,80	1.760.458,08	385.824,57	1.460.735,82	1,22	70,47
Administração de Receitas	320.000,00	200.000,00	1.028,38	175.953,33	1.999,96	148.384,66	0,12	74,19
Comunicação Social	855.911,70	725.911,70	155.168,02	516.698,53	151.263,40	495.718,21	0,41	68,29
Previdência do Regime Estatutário	872.993,47	872.993,47	198.852,17	439.434,10	162.859,60	337.842,48	0,28	38,70
Segurança Pública	3.990.091,00	4.911.091,00	1.368.329,45	3.137.978,97	710.274,15	2.115.354,86	1,77	43,07
Policimento	1.393.086,00	2.249.086,00	901.329,94	1.331.282,28	279.761,71	553.501,74	0,46	24,61
Defesa Civil	1.096.980,00	1.161.980,00	208.122,52	800.094,22	210.982,67	788.587,44	0,66	67,87
Informação e Inteligência	1.500.025,00	1.500.025,00	258.876,99	1.006.602,47	219.529,77	773.265,68	0,65	51,55
Assistência Social	4.753.119,00	5.444.537,57	369.521,82	2.997.028,05	587.096,75	2.373.756,76	1,98	43,60
Assistência ao Idoso	250.000,00	322.000,00	-10.306,56	271.064,36	24.681,28	271.064,36	0,23	84,18
Assistência ao Portador de Deficiência	11.581,00	11.581,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.785.566,00	1.885.566,00	239.684,73	671.679,02	266.072,78	580.591,96	0,49	30,79
Assistência Comunitária	2.705.972,00	3.225.390,57	140.143,65	2.054.284,67	296.342,69	1.522.100,44	1,27	47,19
Previdência Social	1.244.875,53	1.254.875,53	3.620,00	3.620,00	3.620,00	3.620,00	0,00	0,29
Previdência do Regime Estatutário	1.244.875,53	1.254.875,53	3.620,00	3.620,00	3.620,00	3.620,00	0,00	0,29
Saúde	31.042.659,46	33.502.659,46	4.458.831,93	20.070.155,12	4.697.146,29	17.929.016,08	14,98	53,52
Atenção Básica	15.111.635,46	17.858.635,46	2.682.386,69	12.349.622,71	2.896.821,08	10.667.634,37	8,91	59,73
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	14.091.021,00	13.878.021,00	1.624.415,20	6.875.751,42	1.645.847,97	6.554.346,89	5,48	47,23
Suporte Profilático e Terapêutico	660.464,00	660.464,00	64.894,48	349.759,96	46.712,30	279.092,62	0,23	42,26

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saúde	232.229.304,11	243.311.159,22	28.075.309,93	139.433.231,12	30.882.005,28	110.908.411,24	92,69	45,58
Vigilância Sanitária	31.042.659,46	33.502.659,46	4.458.831,93	20.070.155,12	4.697.146,29	17.929.016,08	14,98	53,52
Vigilância Epidemiológica	287.243,00	287.243,00	26.043,91	215.658,11	43.201,22	179.756,28	0,15	62,58
Trabalho	892.296,00	818.296,00	61.091,65	279.362,92	64.563,72	248.185,92	0,21	30,33
Empregabilidade	1.480.862,00	1.430.862,00	248.711,64	902.341,20	255.016,03	891.019,09	0,74	62,27
Fomento ao Trabalho	50.000,00	50.000,00	0,00	29.599,92	4.646,82	20.306,28	0,02	40,61
Educação	1.430.862,00	1.380.862,00	248.711,64	872.741,28	250.369,21	870.712,81	0,73	63,06
Alimentação e Nutrição	60.453.814,79	65.999.709,55	10.045.685,94	52.218.041,28	12.700.465,63	45.286.335,58	37,85	68,62
Ensino Fundamental	4.115.540,00	4.197.540,00	567.891,37	3.181.114,46	476.210,40	2.202.589,99	1,84	52,47
Educação Infantil	32.275.459,23	36.201.552,71	5.042.146,95	26.664.454,65	6.399.315,13	22.632.448,25	18,91	62,52
Educação de Jovens e Adultos	23.681.820,56	25.219.621,84	4.337.680,83	22.184.396,67	5.731.136,31	20.267.384,84	16,94	80,36
Educação Especial	252.595,00	252.595,00	85.053,99	148.841,47	80.890,99	144.678,47	0,12	57,28
Cultura	128.400,00	128.400,00	12.912,80	39.234,03	12.912,80	39.234,03	0,03	30,56
Diffusão Cultural	1.358.947,00	1.963.310,06	180.687,93	1.231.567,25	206.393,12	1.028.305,16	0,86	52,38
Urbanismo	1.358.947,00	1.963.310,06	180.687,93	1.231.567,25	206.393,12	1.028.305,16	0,86	52,38
Infra-Estrutura Urbana	15.932.045,00	16.132.045,00	3.647.841,08	10.702.762,97	1.723.949,23	7.062.661,14	5,90	43,78
Serviços Urbanos	7.300.000,00	7.300.000,00	2.276.281,24	3.176.443,01	176.076,14	1.011.093,32	0,84	13,85
Saneamento	8.632.045,00	8.832.045,00	1.371.559,84	7.526.319,96	1.547.873,09	6.051.567,82	5,06	68,52
Saneamento Básico Urbano	21.699.311,00	21.672.311,00	3.937.414,62	12.081.411,32	2.613.167,67	9.492.662,29	7,93	43,80
Gestão Ambiental	21.699.311,00	21.672.311,00	3.937.414,62	12.081.411,32	2.613.167,67	9.492.662,29	7,93	43,80
Preservação e Conservação Ambiental	2.389.276,00	2.389.276,00	61.171,33	273.494,10	45.640,71	241.501,37	0,20	10,11
Controle Ambiental	1.829.748,00	1.829.748,00	27.071,18	65.060,25	5.183,43	42.429,70	0,04	2,32
Agricultura	559.528,00	559.528,00	34.100,15	208.433,85	40.457,28	199.071,67	0,17	35,58
Abastecimento	1.626.336,00	1.198.226,00	163.003,70	789.879,85	160.146,40	726.010,49	0,61	60,59
Extensão Rural	100.000,00	60.000,00	3.255,00	8.655,65	3.255,00	7.924,70	0,01	13,21
Comércio e Serviços	1.526.336,00	1.138.226,00	159.748,70	781.224,20	156.891,40	718.085,79	0,60	63,09
Serviços Financeiros	3.206.604,00	3.131.217,83	606.903,61	1.944.173,71	609.507,33	1.601.265,95	1,34	51,14
Turismo	50.000,00	30.000,00	14.300,00	22.100,00	15.600,00	15.600,00	0,01	52,00
Energia	3.156.604,00	3.101.217,83	592.603,61	1.922.073,71	593.907,33	1.585.665,95	1,33	51,13
Energia Elétrica	3.455.510,57	3.781.510,57	316.650,50	2.854.375,92	1.027.007,53	2.575.107,26	2,15	68,10
	3.455.510,57	3.781.510,57	316.650,50	2.854.375,92	1.027.007,53	2.575.107,26	2,15	68,10

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Transporte	232.229.304,11	243.311.159,22	28.075.309,93	139.433.231,12	30.882.005,28	110.908.411,24	92,69	45,58
Transportes Coletivos Urbanos	39.500.000,00	40.805.400,00	510.548,01	9.018.367,58	1.333.245,21	3.327.058,56	2,78	8,15
Transporte Rodoviário	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	39.200.000,00	40.505.400,00	510.548,01	9.018.367,58	1.333.245,21	3.327.058,56	2,78	8,21
Desporto de Rendimento	2.699.058,00	2.721.058,00	295.661,66	1.446.292,43	531.726,00	1.034.179,24	0,86	38,01
Desporto Comunitário	340.000,00	340.000,00	15.062,00	273.993,09	57.305,40	176.592,47	0,15	51,94
Encargos Especiais	2.359.058,00	2.381.058,00	280.599,66	1.172.299,34	474.420,60	857.586,77	0,72	36,02
Serviço da Dívida Interna	8.850.000,00	7.250.000,00	19.713,69	6.566.318,47	1.146.636,03	4.814.595,28	4,02	66,41
Outros Encargos Especiais	7.150.000,00	5.550.000,00	0,00	5.025.354,70	857.069,30	3.624.705,71	3,03	65,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.700.000,00	1.700.000,00	19.713,69	1.540.963,77	289.566,73	1.189.889,57	0,99	69,99
	10.467.965,08	10.467.965,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	12.417.046,18	12.318.086,18	2.343.215,44	9.006.602,94	2.350.826,21	8.752.753,24	7,31	71,06
Ação Legislativa	86.399,00	86.399,00	0,00	79.399,00	16.605,20	63.853,25	0,05	73,91
Essencial à Justiça	86.399,00	86.399,00	0,00	79.399,00	16.605,20	63.853,25	0,05	73,91
Representação Judicial e Extrajudicial	98.600,00	98.600,00	14.453,84	52.668,53	14.453,84	52.668,53	0,04	53,42
Administração	98.600,00	98.600,00	14.453,84	52.668,53	14.453,84	52.668,53	0,04	53,42
Planejamento e Orçamento	1.115.915,00	1.205.915,00	212.545,77	909.989,05	215.849,53	821.565,18	0,69	68,13
Administração Geral	180.389,00	230.389,00	30.258,99	121.798,15	30.258,99	121.798,15	0,10	52,87
Administração Financeira	197.548,00	197.548,00	19.877,19	164.544,98	23.180,95	76.121,11	0,06	38,53
Formação de Recursos Humanos	83.582,00	83.582,00	14.614,44	58.244,08	14.614,44	58.244,08	0,05	69,68
Comunicação Social	588.526,00	608.526,00	136.982,39	528.511,51	136.982,39	526.511,51	0,44	86,52
Previdência do Regime Estatutário	15.870,00	35.870,00	6.163,12	20.417,70	6.163,12	20.417,70	0,02	56,92
Segurança Pública	50.000,00	50.000,00	4.649,64	18.472,63	4.649,64	18.472,63	0,02	36,95
Policimento	94.650,00	106.650,00	19.641,36	72.106,24	19.641,36	72.106,24	0,06	67,61
Defesa Civil	7.577,00	7.577,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Inteligência	46.023,00	58.023,00	12.843,90	45.147,38	12.843,90	45.147,38	0,04	77,81
Assistência Social	41.050,00	41.050,00	6.797,46	26.958,86	6.797,46	26.958,86	0,02	65,67
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.090,00	152.090,00	24.660,19	111.599,98	25.583,41	100.092,24	0,08	65,81
Assistência Comunitária	59.590,00	66.590,00	14.274,29	43.685,57	14.274,29	38.685,57	0,03	58,10
	60.500,00	85.500,00	10.385,90	67.914,41	11.309,12	61.406,67	0,05	71,82

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.417.046,18	12.318.086,18	2.343.215,44	9.006.602,94	2.350.826,21	8.752.753,24	7,31	71,06
Previdência Social	2.904.709,58	2.904.709,58	689.924,56	2.294.722,31	689.924,56	2.294.722,31	1,92	79,00
Previdência do Regime Estatutário	2.904.709,58	2.904.709,58	689.924,56	2.294.722,31	689.924,56	2.294.722,31	1,92	79,00
Saúde	1.813.722,00	1.813.722,00	274.867,71	1.079.254,77	274.867,71	1.079.254,77	0,90	59,50
Atenção Básica	1.813.722,00	1.813.722,00	274.867,71	1.079.254,77	274.867,71	1.079.254,77	0,90	59,50
Trabalho	154.205,00	154.205,00	24.137,78	108.456,47	24.342,48	98.969,65	0,08	64,18
Fomento ao Trabalho	154.205,00	154.205,00	24.137,78	108.456,47	24.342,48	98.969,65	0,08	64,18
Educação	4.994.257,60	4.794.277,60	925.393,96	3.600.880,18	905.736,08	3.542.150,89	2,96	73,88
Ensino Fundamental	2.885.481,60	2.785.491,60	535.671,16	2.032.983,37	496.707,31	1.989.529,05	1,66	71,42
Educação Infantil	2.057.491,00	1.957.501,00	384.704,34	1.547.217,67	404.010,31	1.531.942,70	1,28	78,26
Educação de Jovens e Adultos	32.430,00	32.430,00	3.529,76	14.579,11	3.529,76	14.579,11	0,01	44,96
Educação Especial	18.855,00	18.855,00	1.488,70	6.100,03	1.488,70	6.100,03	0,01	32,35
Cultura	26.339,00	34.339,00	8.316,67	28.041,67	8.316,67	28.041,67	0,02	81,66
Difusão Cultural	26.339,00	34.339,00	8.316,67	28.041,67	8.316,67	28.041,67	0,02	81,66
Urbanismo	747.320,00	747.320,00	121.213,34	533.912,20	125.644,62	497.880,67	0,42	66,62
Serviços Urbanos	747.320,00	747.320,00	121.213,34	533.912,20	125.644,62	497.880,67	0,42	66,62
Saneamento	46.700,00	73.700,00	8.168,13	48.596,42	8.254,51	28.900,69	0,02	39,21
Saneamento Básico Urbano	46.700,00	73.700,00	8.168,13	48.596,42	8.254,51	28.900,69	0,02	39,21
Gestão Ambiental	26.812,00	26.812,00	1.084,43	4.330,98	1.084,43	4.330,98	0,00	16,15
Controle Ambiental	26.812,00	26.812,00	1.084,43	4.330,98	1.084,43	4.330,98	0,00	16,15
Agricultura	44.914,00	61.914,00	11.151,03	47.962,12	11.527,14	40.545,99	0,03	65,49
Extensão Rural	44.914,00	61.914,00	11.151,03	47.962,12	11.527,14	40.545,99	0,03	65,49
Comércio e Serviços	16.348,00	31.348,00	4.001,31	19.676,43	5.339,31	12.663,59	0,01	40,40
Turismo	16.348,00	31.348,00	4.001,31	19.676,43	5.339,31	12.663,59	0,01	40,40
Desporto e Lazer	26.065,00	26.065,00	3.655,36	15.006,59	3.655,36	15.006,59	0,01	57,57
Desporto Comunitário	26.065,00	26.065,00	3.655,36	15.006,59	3.655,36	15.006,59	0,01	57,57
Encargos Especiais	100.000,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.417.046,18	12.318.086,18	2.343.215,44	9.006.602,94	2.350.826,21	8.752.753,24	7,31	71,06
Encargos Especiais	100.000,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00
TOTAL (III) = (I + II)	244.646.350,29	255.629.245,40	30.418.525,37	148.439.834,06	33.232.831,49	119.661.164,48	100,00	46,81

FONTE:

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA	MARCIO CAPELLA	JOEL VIEIRA
Prefeito	Secretário de Finanças	Contador - CRC/SC - 15.192-O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

REDO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agos/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		13.976.261,87	14.962.712,90	15.084.979,04	16.665.368,82	19.036.970,18	17.433.450,94	15.268.890,52	15.643.235,32	15.906.107,78	14.606.692,22	14.888.241,46	17.025.770,49	190.411.574,54	190.554.359,23
RECEITA TRIBUTÁRIA		2.617.389,10	3.124.888,61	3.095.905,10	3.463.369,83	6.122.945,85	5.024.683,89	3.326.092,31	3.035.050,20	2.802.126,55	2.882.896,33	2.737.452,10	3.076.093,59	41.313.793,46	39.716.935,02
I.P.T.U.		165.423,00	272.680,55	248.655,74	477.351,18	3.557.879,20	2.264.255,52	489.995,67	377.629,14	254.900,50	240.641,24	272.543,46	234.148,60	8.886.104,80	9.621.674,28
I.R.R.F.		168.684,77	293.316,37	232.487,28	567.032,50	25.357,46	210.557,01	162.610,70	377.791,01	232.853,44	243.393,47	238.077,39	253.732,81	3.006.894,71	2.766.986,92
I.S.S.		1.685.988,44	1.575.087,41	1.923.868,80	1.890.517,70	1.562.300,97	1.756.610,39	1.992.998,83	1.819.996,84	1.759.517,30	243.393,47	1.694.848,14	1.927.550,84	21.257.313,78	18.458.724,46
I.T.B.I.		487.537,58	891.189,02	584.363,99	430.731,17	418.293,66	323.745,65	393.271,44	344.337,79	400.733,32	345.115,96	248.784,53	454.596,49	5.292.400,60	6.153.411,07
Outras Receitas Tributárias		79.755,31	92.615,26	126.429,29	187.757,28	559.114,56	469.514,82	300.215,67	115.985,42	154.121,99	295.697,54	283.196,58	208.065,85	2.872.079,57	2.717.938,29
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		493.413,01	512.349,04	903.555,93	1.038.143,25	509.941,51	737.954,08	705.443,29	737.130,26	719.251,68	728.844,98	747.275,50	722.731,28	8.555.643,81	8.253.527,44
RECEITA PATRIMONIAL		237.556,31	242.338,34	197.895,07	322.830,84	178.931,20	688.207,01	334.070,34	503.958,23	683.519,18	407.662,30	417.439,67	249.469,73	6.668.789,32	2.014.096,40
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		1.131.927,25	1.340.798,35	985.477,72	1.106.635,42	1.435.024,17	1.189.940,94	1.416.131,18	1.527.261,39	1.388.698,70	1.096.116,46	1.577.795,03	1.075.171,72	15.250.978,33	16.491.577,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		8.831.287,86	9.152.629,22	9.472.326,09	10.250.902,01	10.379.946,99	9.538.333,84	9.185.499,65	9.485.602,31	10.030.784,65	9.126.491,67	8.909.212,44	9.328.540,57	113.691.557,30	118.605.589,29
Cota-Parte do F.P.M.		1.410.713,15	1.410.734,82	1.982.303,50	2.960.365,57	2.379.325,46	2.540.771,59	1.507.173,15	1.720.184,40	2.292.357,23	1.719.119,96	1.476.506,52	1.793.704,22	23.173.259,57	23.396.511,26
Cota-Parte do I.C.M.S.		2.191.390,60	2.130.554,69	2.370.731,56	2.362.798,63	2.371.908,13	2.251.489,61	2.248.897,96	2.190.833,82	2.226.762,61	2.259.105,04	2.099.352,22	2.202.451,11	26.905.965,98	32.254.530,23
Cota-Parte do I.P.V.A.		359.277,82	341.488,01	204.897,80	174.612,01	230.643,95	295.722,52	356.696,59	417.463,73	417.614,10	426.832,05	471.751,95	418.564,12	4.115.654,65	5.862.277,04
Outras Transferências Correntes		1.208,99	16.203,86	456,55	55,77	587,22	115,18	7,06	8,09	106,95	104,36	367,81	19.228,25	3.439,81	3.439,81
Transferências da LC 61/1989		1.590.843,74	2.065.225,61	1.346.626,79	1.181.519,65	1.624.818,39	770.241,69	1.693.235,99	1.729.705,49	1.347.375,25	1.175.077,06	1.573.265,13	1.398.765,14	17.486.692,93	16.703.553,94
Transferências da LC 87/1996		30.739,54	32.859,72	36.449,98	38.957,15	37.249,82	31.536,59	30.815,33	33.515,35	36.453,44	34.719,96	35.686,23	36.766,06	415.730,17	424.885,86
Transferências do FUNDEB		9.684,15	9.684,15	9.684,15	9.684,15	9.684,39	9.843,39	0,00	9.843,39	9.843,39	9.843,39	9.843,39	9.843,39	107.640,33	80.296,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.237.430,87	3.145.878,36	3.541.183,76	3.522.909,08	3.726.570,63	3.636.633,27	3.358.763,57	3.384.198,04	3.700.271,68	3.501.689,85	3.242.456,19	3.468.440,12	41.467.385,42	39.880.135,00
DEDUÇÕES (II)		564.688,34	589.729,34	439.906,13	483.497,37	410.180,46	274.721,18	298.613,75	354.232,93	321.727,02	367.683,48	499.066,72	326.763,60	4.930.812,32	5.470.633,11
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		1.151.296,33	1.141.008,43	1.267.099,61	1.611.346,25	1.356.288,74	1.476.177,99	1.243.819,09	1.303.866,17	1.358.648,17	1.340.740,13	1.301.464,96	1.346.086,46	15.976.914,33	17.212.396,84
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		350.693,92	352.703,62	350.177,13	689.320,27	350.377,38	452.286,41	415.119,25	429.810,81	439.020,86	450.826,84	482.767,17	453.791,63	5.216.895,29	4.808.016,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)		800.602,41	788.304,81	916.922,48	922.025,98	1.005.911,36	1.025.891,58	828.698,84	874.155,36	986.627,31	889.913,29	818.697,79	892.268,83	10.760.019,04	12.404.360,07
FONTE:		12.724.965,54	13.821.704,47	13.827.779,43	15.054.052,57	17.680.681,44	15.955.272,95	14.025.031,43	14.339.269,15	14.470.459,61	13.268.959,09	13.586.776,50	15.679.712,03	174.434.660,21	173.341.962,29
NAVEGANTES: 24/09/2014															

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-0



Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS					R\$ 1,00	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	5.720.588,27	5.720.588,27	1.971.369,98	6.371.378,08	3.251.386,85	
RECEITAS CORRENTES	5.720.588,27	5.720.588,27	1.971.369,98	6.371.378,08	3.251.685,13	
Receita de Contribuições dos Segurados	4.808.016,87	4.808.016,87	936.558,80	3.474.000,35	2.759.072,76	
Pessoaal Civil	4.808.016,87	4.808.016,87	936.558,80	3.474.000,35	2.759.072,76	
Ativo	4.793.190,06	4.793.190,06	932.066,08	3.456.498,36	2.750.316,76	
Inativo	9.558,75	9.558,75	2.900,30	11.132,31	5.691,84	
Pensionista	5.268,06	5.268,06	1.592,42	6.369,68	3.064,16	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	894.875,40	894.875,40	1.034.811,18	2.897.377,73	492.592,37	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	894.875,40	894.875,40	1.034.811,18	2.897.377,73	492.592,37	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	17.696,00	17.696,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	17.696,00	17.696,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	-278,28	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.074.058,10	8.074.058,10	1.752.204,05	6.259.537,83	4.890.788,54	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	13.794.646,37	13.794.646,37	3.723.574,03	12.630.915,91	8.142.175,39	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	2.317.869,00	2.327.869,00	186.193,29	405.426,25	240.626,11	
ADMINISTRAÇÃO	1.072.993,47	1.072.993,47	182.573,29	401.806,25	240.626,11	
Despesas Correntes	922.993,47	922.993,47	124.047,49	334.057,65	236.437,11	
Despesas de Capital	150.000,00	150.000,00	58.525,80	67.748,60	5.189,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.244.875,53	1.254.875,53	3.620,00	3.620,00	0,00	
Continua 1/3						

Município de NAVEGANTES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	3.620,00	3.620,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	3.620,00	3.620,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.244.875,53	1.254.875,53	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.244.875,53	1.254.875,53	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	2.954.709,58	2.954.709,58	694.574,20	2.313.194,94
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.272.578,58	5.282.578,58	880.767,49	2.718.621,19
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	8.522.067,79	8.512.067,79	2.842.806,54	9.912.294,72

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Valor	9.577.365,26
-------	--------------

BENS E DIREITOS DO RPPS	JULHO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2014	2013
		77.408,99	63.557,95
Bancos Conta Movimento	24.555.428,11	3.340,77	14.860.954,84
Investimentos		25.974.255,98	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA	PREVISÃO INICIAL	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	8.074.058,10	8.074.058,10	1.752.204,05	6.259.537,83
RECEITAS CORRENTES (VII)	8.074.058,10	8.074.058,10	1.752.204,05	6.259.537,83
Receita de Contribuições Patronais	8.074.058,10	8.074.058,10	1.752.204,05	6.259.537,83
Pessoal Civil	7.604.556,86	7.604.556,86	1.648.717,68	5.865.251,29
Ativo	302.392,61	302.392,61	71.491,87	285.874,39
Inativo	167.108,63	167.108,63	31.994,50	128.412,15
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	8.074.058,10	8.074.058,10	1.752.204,05	6.259.537,83
4.890.788,54				
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	2.954.709,58	2.954.709,58	694.574,20	2.313.194,94
ADMINISTRAÇÃO	2.954.709,58	2.954.709,58	694.574,20	2.313.194,94
Despesas Correntes	2.954.709,58	2.954.709,58	694.574,20	2.313.194,94
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	2.954.709,58	2.954.709,58	694.574,20	2.313.194,94
1.636.310,14				

FONTE:

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA	MARCIO CAPELLA	JOEL VIEIRA
Prefeito	Secretário de Finanças	Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	12.068.753,11	9.696.039,05	8.990.633,18
DEDUÇÕES (II)	23.107.713,73	26.552.275,47	25.449.771,99
Disponibilidade de Caixa Bruta	25.587.629,29	33.025.268,21	29.697.795,46
Demais Haveres Financeiros	43.854,25	48.102,41	16.859,64
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.523.769,81	6.521.095,15	4.264.883,11
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-11.038.960,62	-16.856.236,42	-16.459.138,81
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	365.989,98	365.989,98	365.989,98
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-11.404.950,60	-17.222.226,40	-16.825.128,79

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	397.097,61	-5.420.178,19

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.451,20

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	98.503.262,34	98.503.262,34	54.642.836,43
Passivo Atuarial	98.503.262,34	98.503.262,34	54.642.836,43
DEDUÇÕES (VIII)	17.755.253,09	23.409.831,81	25.959.504,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	47.380,56	78.497,21	3.340,77
Investimentos	17.726.308,64	23.344.593,36	25.974.255,98
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	18.436,11	13.258,76	18.092,32
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	80.748.009,25	75.093.430,53	28.683.332,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	80.748.009,25	75.093.430,53	28.683.332,00

FONTE:

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-0

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	184.331.202,89	30.689.055,94	124.843.273,94	107.504.802,49
Receita Tributária	39.718.935,02	5.815.545,69	29.012.340,82	24.796.303,44
I.P.T.U.	9.621.874,28	506.693,06	7.691.994,33	7.020.279,31
I.S.S.	18.458.724,46	3.622.398,98	14.271.871,43	11.109.265,01
I.T.B.I.	6.153.411,07	703.381,02	2.918.578,84	3.668.566,93
I.R.R.F.	2.766.986,92	491.810,20	1.744.373,79	1.413.430,71
Outras Receitas Tributárias	2.717.938,29	491.262,43	2.385.522,43	1.584.761,48
Receita de Contribuição	16.327.585,54	3.222.210,83	11.867.720,41	9.499.293,39
Receitas Previdenciárias	12.882.074,97	2.688.762,85	9.733.538,18	7.649.583,02
Outras Contribuições	3.445.510,57	533.447,98	2.134.182,23	1.849.710,37
Receita Patrimonial Líquida	9.141,00	1.600.720,00	1.604.320,00	16.952,00
Receita Patrimonial	2.014.096,40	2.911.909,40	5.668.257,66	1.097.420,71
(-) Aplicações Financeiras	2.004.955,40	1.311.189,40	4.063.937,66	1.080.468,71
Transferências Correntes	106.201.209,22	16.526.788,39	68.652.248,76	60.706.282,35
F.P.M.	18.717.209,01	2.616.168,64	12.343.314,22	11.433.246,08
I.C.M.S.	25.803.624,18	3.441.442,85	14.280.393,10	12.885.324,19
Convênios	1.408.154,00	144.909,44	286.988,34	162.935,36
Outras Transferências Correntes	60.272.222,03	10.324.267,46	41.741.553,10	36.224.776,72
Demais Receitas Correntes	22.074.332,11	3.523.791,03	13.706.643,95	12.485.971,31
Dívida Ativa	2.756.971,73	206.010,34	1.037.243,23	1.053.220,82
Diversas Receitas Correntes	19.317.360,38	3.317.780,69	12.669.400,72	11.432.750,49
RECEITAS DE CAPITAL (II)	58.310.192,00	3.284.265,71	8.491.540,40	17.722.824,80
Operações de Crédito (III)	27.750.000,00	151.663,43	481.857,66	3.521.301,78
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	30.560.192,00	3.132.602,28	8.009.682,74	14.201.523,02
Convênios	30.530.864,00	3.091.022,28	7.968.102,74	14.067.803,02
Outras Transferências de Capital	29.328,00	41.580,00	41.580,00	133.720,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	30.560.192,00	3.132.602,28	8.009.682,74	14.201.523,02
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	214.891.394,89	33.821.658,22	132.852.956,68	121.706.325,51
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	146.375.313,55	27.461.098,96	102.273.097,07	85.987.180,72
Pessoal e Encargos Sociais	85.203.202,23	17.423.263,09	62.273.129,23	52.101.949,61
Juros e Encargos da Dívida (IX)	150.010,00	0,00	64.728,12	111.620,43
Outras Despesas Correntes	61.022.101,32	10.037.835,87	39.935.239,72	33.773.610,68
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	146.225.303,55	27.461.098,96	102.208.368,95	85.875.560,29
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	98.785.966,77	5.771.732,53	17.388.067,41	23.811.804,03
Investimentos	93.385.956,77	4.914.663,23	13.828.089,82	20.676.438,29
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	5.400.010,00	857.069,30	3.559.977,59	3.135.365,74
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	93.385.956,77	4.914.663,23	13.828.089,82	20.676.438,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.467.965,08	-	-	-

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.467.965,08	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	250.079.225,40	32.375.762,19	116.036.458,77	106.551.998,58
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-35.187.830,51	1.445.896,03	16.816.497,91	15.154.326,93
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	2.342.034,74	0,00
Superávit Financeiro	-	-	2.342.034,74	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-12.254.955,40

FONTE:

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF - art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Saldo	Pagos	Cancelados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	130.505,24	2.391.798,49	-	2.321.875,48	-	200.428,25	541.353,35	11.488.717,75	7.423.293,71	7.408.828,37	258.491,30	4.382.751,43
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	112.613,25	2.242.232,59		2.172.309,58	0,00	182.536,26	541.353,35	11.239.795,69	7.247.635,23	7.234.964,89	258.491,30	4.287.692,85
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	0,00	0,00		0,00			0,00	390,82	390,82	390,82	0,00	0,00
FUNDO MUN. REEQUIP. CORPO BOMBEIROS DE INCÊNDIO	0,00	2.853,89		2.853,89	0,00	0,00	0,00	20.534,12	9.900,52	9.900,52	0,00	10.633,60
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	4.740,00		4.740,00	0,00	0,00	0,00	7.421,69	4.885,79	4.885,79	0,00	2.535,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.749,93	100.902,09		100.902,09	0,00	8.749,93	32.132,58	1.763.367,51	860.014,10	860.014,10	1.030,94	934.455,05
GABINETE DO PREFEITO	800,00	2.680,00		3.480,00	0,00	0,00	800,00	20.061,08	20.800,00	20.800,00	0,00	61,08
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	29.781,57		29.781,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	4.512,41	729.179,07		722.362,79	0,00	11.328,69	20.326,00	2.037.988,59	1.540.005,18	1.539.695,48	150.300,00	388.329,11
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	16.236,66	0,00		0,00	0,00	16.236,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	888,00	0,00		0,00	0,00	888,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.396,25	0,00		0,00	0,00	6.396,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERV. MUNICIPAIS	51.741,23	0,00		0,00	0,00	51.741,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO BEM-ESTAR SOCIAL	4.560,00	0,00		0,00	0,00	4.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. FINANÇAS	0,00	114.126,24		114.126,24	0,00	0,00	0,00	10.748,81	10.748,81	10.748,81	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. CRIANÇA ADOLESCENTE E JUVENTUDE	0,00	3.109,21		3.109,21	0,00	0,00	0,00	1.372,25	990,70	990,70	0,00	381,55
SECRETARIA MUN. MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAÇA	0,00	20.541,14		20.541,14	0,00	0,00	0,00	2.074,16	1.154,18	1.154,18	0,00	919,98
SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA	0,00	2.069,73		2.069,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	5.758,53	66.345,87		65.407,37	0,00	6.697,03	6.835,90	91.825,39	48.650,35	48.650,35	23.400,00	26.610,94
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	3.689,28		3.689,28	0,00	0,00	0,00	4.170,77	3.627,04	3.627,04	0,00	543,73
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	34.470,00		0,00	0,00	34.470,00	0,00	17.540,58	9.540,58	9.540,58	0,00	8.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	550,00	550,00	550,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	4.759,06		4.759,06	0,00	0,00	0,00	115,00	0,00	0,00	0,00	115,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	12.970,24	180.681,33		177.986,08	0,00	15.645,49	371.313,59	6.409.362,41	3.977.095,62	3.976.260,42	83.760,36	2.720.655,22
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	691.993,87		691.993,87	0,00	0,00	0,00	469.703,09	459.199,12	447.673,68	0,00	22.029,41
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	0,00	250.350,24		224.527,26	0,00	25.822,98	0,00	382.559,42	300.082,42	300.082,42	0,00	82.477,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	109.945,28	0,00	0,00	0,00	0,00	109.945,28
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	6.588,24	0,00		0,00	0,00	6.588,24	0,00	628,14	628,14	628,14	0,00	0,00
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	6.588,24	0,00		0,00	0,00	6.588,24	0,00	628,14	628,14	628,14	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES	4.611,88	180,01		180,01	0,00	4.611,88	0,00	3.624,31	1.323,78	1.323,78	0,00	2.300,53
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	180,01		180,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	4.611,88	0,00		0,00	0,00	4.611,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	3.624,31	1.323,78	1.323,78	0,00	2.300,53
FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES	149,37	142,73		142,73	0,00	149,37	0,00	7.915,59	6.650,43	6.650,43	0,00	1.265,16
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	149,37	142,73		142,73	0,00	149,37	0,00	7.915,59	6.650,43	6.650,43	0,00	1.265,16
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES	3.562,50	17.732,70		17.732,70	0,00	3.562,50	0,00	209.840,17	143.428,84	141.633,84	0,00	68.206,33
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES	3.562,50	0,00		0,00	0,00	3.562,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRANSITO	0,00	17.732,70		17.732,70	0,00	0,00	0,00	209.840,17	143.428,84	141.633,84	0,00	68.206,33
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E NAVEGANTES	2.980,00	118.763,20		118.763,20	0,00	2.980,00	0,00	26.751,70	23.465,14	23.465,14	0,00	3.286,56
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES	2.980,00	118.763,20		118.763,20	0,00	2.980,00	0,00	26.751,70	23.465,14	23.465,14	0,00	3.286,56
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGANTES	0,00	12.747,26		12.747,26	0,00	0,00	0,00	162,15	162,15	162,15	0,00	0,00
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGANTES	0,00	12.747,26		12.747,26	0,00	0,00	0,00	162,15	162,15	162,15	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	19.902,19		19.902,19	-	-	-	53,78	53,78	53,78	-	-
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	14.126,96		14.126,96	0,00	0,00	0,00	53,78	53,78	53,78	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	2.154,14		2.154,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	265,91		265,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCAÇA	0,00	235,49		235,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA	0,00	7.150,27		7.150,27	0,00	0,00	0,00	53,78	53,78	53,78	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	57,78		57,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	1.764,30		1.764,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF - art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS						
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	19.902,19	19.902,19	-	-	-	53,78	53,78	53,78	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	14.126,96	14.126,96	0,00	0,00	0,00	53,78	53,78	53,78	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSIC	0,00	43,19	43,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA	0,00	2.455,88	2.455,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES	0,00	43,19	43,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	43,19	43,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES	0,00	43,19	43,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	43,19	43,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGAN	0,00	5.688,85	5.688,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGA	0,00	5.688,85	5.688,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II):	130.505,24	2.411.700,68	2.341.777,67	0,00	200.428,25	541.353,35	11.488.771,53	7.423.347,49	7.408.882,15	258.491,30	4.362.751,43

ONTE:

FONTE:

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA	MARCIO CAPELLA	JOEL VIEIRA
Prefeito	Secretário de Finanças	Contador - CRC/SC - 15.192/O

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	40.364.329,36	40.364.329,36	5.624.149,52	28.080.509,18	69,57
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	12.699.748,36	12.699.748,36	779.478,50	8.975.147,24	70,67
1.1.1- IPTU	11.356.386,80	11.356.386,80	506.693,06	7.694.965,03	67,76
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	86.334,46	86.334,46	7.731,23	17.794,58	20,61
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.866.527,98	2.866.527,98	192.254,42	940.773,73	32,82
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	638.861,64	638.861,64	72.799,79	325.883,23	51,01
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(2.248.362,52)	(2.248.362,52)	0,00	(4.269,33)	0,19
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.163.411,07	6.163.411,07	703.381,02	2.918.578,84	47,35
1.2.1- ITBI	6.873.661,07	6.873.661,07	733.356,58	3.010.457,24	43,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(720.250,00)	(720.250,00)	(29.975,56)	(91.878,40)	12,76
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	18.734.183,01	18.734.183,01	3.649.479,80	14.442.409,31	77,09
1.3.1- ISS	19.380.599,46	19.380.599,46	3.623.855,48	14.276.356,70	73,66
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100.270,14	100.270,14	9.556,11	41.433,93	41,32
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	116.168,75	116.168,75	13.755,92	97.768,13	84,16
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	70.844,66	70.844,66	3.768,79	31.335,82	44,23
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(933.700,00)	(933.700,00)	(1.456,50)	(4.485,27)	0,48
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.766.986,92	2.766.986,92	491.810,20	1.744.373,79	63,04
1.4.1- IRRF	2.766.986,92	2.766.986,92	491.810,20	1.744.922,64	63,06
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	(548,85)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	62.021.900,35	62.021.900,35	8.554.825,43	36.661.853,63	59,11
2.1- Cota-Parte FPM	23.396.511,26	23.396.511,26	3.270.210,74	15.429.142,53	65,95
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	23.396.511,26	23.396.511,26	3.270.210,74	15.429.142,53	65,95
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	32.254.530,23	32.254.530,23	4.301.803,33	17.850.490,50	55,34
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	80.256,05	80.256,05	19.686,78	68.903,73	85,85
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	424.885,86	424.885,86	72.434,29	276.724,78	65,13
2.5- Cota-Parte ITR	3.439,91	3.439,91	374,22	1.303,08	37,88
2.6- Cota-Parte IPVA	5.862.277,04	5.862.277,04	890.316,07	3.035.289,01	51,78
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	102.386.229,71	102.386.229,71	14.178.974,95	64.742.362,81	63,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	5.375.760,01	5.375.760,01	962.183,36	3.715.908,21	69,12
5.1- Transferências do Salário-Educação	4.202.534,32	4.202.534,32	669.424,10	2.834.025,28	67,44
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	1.000,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.135.540,00	1.135.540,00	285.824,00	862.488,00	75,95
5.4- Transferências Diretas - PNAE	27.685,69	27.685,69	5.873,12	14.682,80	53,03
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.000,00	10.000,00	1.062,14	3.712,13	37,12
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.800.000,00	3.800.000,00	858.554,10	2.329.254,61	61,30
6.1- Transferências de Convênios	3.800.000,00	3.800.000,00	868.616,59	2.339.317,10	61,56
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	-10.062,49	-10.062,49	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	80.000,00	80.000,00	46.749,39	175.413,36	219,27
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	9.255.760,01	9.255.760,01	1.867.486,85	6.220.576,18	67,21
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	12.404.380,07	12.404.380,07	1.710.964,62	7.332.163,36	59,11
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.679.302,25	4.679.302,25	654.042,10	3.085.828,31	65,95
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	6.450.906,05	6.450.906,05	860.360,48	3.570.097,40	55,34
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	16.051,21	16.051,21	3.937,34	13.780,69	85,85
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	84.977,17	84.977,17	14.486,84	55.344,89	65,13
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	687,98	687,98	74,84	260,58	37,88
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.172.455,41	1.172.455,41	178.063,02	606.851,49	51,76
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	40.030.135,00	40.030.135,00	6.737.265,91	28.155.740,22	70,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	39.880.135,00	39.880.135,00	6.710.896,31	28.019.983,35	70,26
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	150.000,00	150.000,00	26.369,60	135.756,87	90,50
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	27.475.754,93	27.475.754,93	4.999.931,69	20.687.819,99	75,29
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	33.625.313,40	34.240.896,55	7.140.507,79	25.121.151,35	73,37
13.1- Com Educação Infantil	16.787.993,24	16.787.993,24	4.111.285,54	14.353.571,99	85,50
13.2- Com Ensino Fundamental	16.837.320,16	17.452.903,31	3.029.222,25	10.767.579,36	61,70
14- OUTRAS DESPESAS	6.404.821,60	6.454.821,60	1.147.662,31	4.375.956,21	67,79
14.1- Com Educação Infantil	150.000,00	200.000,00	48.898,05	148.253,08	74,13
14.2- Com Ensino Fundamental	6.254.821,60	6.254.821,60	1.098.764,26	4.227.703,13	67,59
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	40.030.135,00	40.695.718,15	8.288.170,10	29.497.107,56	72,48
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					29.497.107,56
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					89,22
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					15,54
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-4,76
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					615.583,15
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					615.583,15
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	25.596.557,43	25.596.557,43	3.544.743,74	16.185.590,70	63,23
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	22.917.993,24	24.023.983,24	5.440.534,73	20.310.945,14	84,54
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	30.074.319,14	32.399.762,29	5.279.312,87	21.614.454,56	66,71
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	23.092.141,76	23.707.724,91	4.127.986,51	14.995.282,49	63,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.982.177,38	8.692.037,38	1.151.326,36	6.619.172,07	76,15
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	52.992.312,38	56.423.745,53	10.719.847,60	41.925.399,70	74,30
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					20.687.819,99
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					135.756,87
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					615.583,15
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					21.439.160,01
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					20.486.239,69
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					31,64

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.252.534,32	5.132.534,32	1.928.900,71	3.437.584,23	66,98
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.857.685,69	4.810.167,30	420.544,76	1.193.853,73	24,82
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	8.110.220,01	9.942.701,62	2.349.445,47	4.631.437,96	46,58
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	61.102.532,39	66.366.447,15	13.069.293,07	46.556.837,66	70,15

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.469.754,02	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		28.019.983,35	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		28.644.705,96	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		28.644.705,96	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		135.756,87	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		980.788,28	0,00

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA	MARCIO CAPELLA	JOEL VIEIRA
Prefeito	Secretário de Finanças	Contador - CRC/SC - 15.192-O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 615.583,15, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 2º QUADRIMESTRE/2014

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	91.643.265,39	787,43
Pessoal Ativo	86.427.606,53	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	4.742.222,69	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	473.436,17	787,43
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	5.034.049,32	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.173.139,96	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	457.416,89	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	58.175,98	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.345.316,49	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	86.609.216,07	787,43
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	86.610.003,50	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	174.327.264,31	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,68	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	94.136.722,73	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	89.429.886,59	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	84.723.050,45	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-O

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	12.068.753,11	10.626.974,20	8.990.633,18	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	11.702.763,13	10.260.984,22	8.624.643,20	0,00
Interna	11.702.763,13	10.260.984,22	8.624.643,20	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	365.989,98	365.989,98	365.989,98	0,00
DEDUÇÕES (II)	23.107.713,73	30.665.946,58	25.449.771,99	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	25.587.629,29	36.565.156,45	29.697.795,46	0,00
Demais Haveres Financeiros	43.854,25	45.528,61	16.859,64	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.523.769,81	5.944.738,48	4.264.883,11	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-11.038.960,62	-20.038.972,38	-16.459.138,81	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	156.199.844,26	166.956.404,51	174.327.264,31	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	7,73%	6,37%	5,16%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,07%	-12,00%	-9,44%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	187.439.813,11	200.347.685,41	209.192.717,17	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	168.695.831,80	180.312.916,87	188.273.445,45	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	11.702.763,13	10.260.984,22	8.624.643,20	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	904.483,20	669.774,15	409.441,11	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	904.483,20	669.774,15	409.441,11	0,00
Previdenciárias	904.483,20	669.774,15	409.441,11	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	10.798.279,93	9.591.210,07	8.215.202,09	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	1.446.987,13	2.339.897,63	2.264.410,95	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.029.962,73	37.768.794,46	33.025.364,05	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	98.503.262,34	98.503.262,34	54.642.836,43	0,00
Passivo Atuarial	98.503.262,34	98.503.262,34	54.642.836,43	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	17.755.253,09	21.444.576,48	25.959.504,43	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	47.380,56	707,68	3.340,77	0,00
Investimentos	17.726.308,64	21.456.401,83	25.974.255,98	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	18.436,11	12.533,03	18.092,32	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	36.860,54	123.256,09	152.935,76	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	80.748.009,25	77.058.685,86	28.683.332,00	0,00

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	151.663,43	481.857,66
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	151.663,43	481.857,66
Interna	151.663,43	481.857,66
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	151.663,43	481.857,66
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	174.327.264,31	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	481.857,66	0,28
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	27.892.362,29	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	25.103.126,06	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	12.202.908,50	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	481.857,66	0,28

FONTE:

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-0

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	86.610.003,50	49,68
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	94.136.722,73	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	89.429.886,59	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-16.459.138,81	-9,44
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	209.192.717,17	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	38.351.998,15	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	481.857,66	0,28
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	27.892.362,29	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	12.202.908,50	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	23.576.226,01	20.206.313,59

FONTE:

NAVEGANTES, 24/09/2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador - CRC/SC - 15.192-0

Nova Trento

PREFEITURA

Portaria Nº 766/2014 "A"

PORTARIA Nº 766/ 2014 "A"

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, SERGIO TOMASONI, matrícula nº 6480, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental Área I e II - Educação Física), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 01 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 147/2006, de 20/10/2006, e o Senhor SERGIO TOMASONI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 79, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 576.338.009-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo Professor Nível III, Referência

A, com 10 (dez) horas semanais (Ensino Fundamental Área I e II - Educação Física), na Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 509,73 (quinhentos e nove reais e setenta e três centavos) pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 02 (dois) horas diárias, totalizando 10 (dez) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Sergio Tomasoni

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:
Miliani Piffer Mazzola
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 826/2014

PORTARIA Nº 826/ 2014
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142 da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 713/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, SABRINA MANON ARTEIRO MACHADO, matrícula nº 6080, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental, Área II - Português), na E.E.F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 23 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), em substituição a Titular Cléia Inês Gasperi, afastada conforme Portaria de nº 824/2014 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento,
23 de setembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103 de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 147/2006 de 20/10/2006, e a Senhora SABRINA MANON ARTEIRO MACHADO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua André Ciriaco Testoni dos Santos, s/n, Bairro Krequer, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 302.533.348-02, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação,

Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental, Área II - Português), na E.E.F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, município de Nova Trento, em substituição a Titular Cléia Inês Gasperi, afastada conforme Portaria de nº 824/2014 (Readaptação).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 23 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 23 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Sabrina Manon Arteiro Machado

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 827/2014

PORTARIA Nº 827/ 2014

Concede Licença Prêmio

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 15, da Lei Complementar nº 021/2003, de 20/05/2003, "Estatuto do Magistério Público Municipal de Nova Trento",

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, a Servidora Pública Municipal GILMARA BERTOTTI, matrícula nº 272, atuante no cargo de Professor Nível IV, Referência G, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Área IV), lotada no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, pelo período de 01 (um) mês, relativo ao período aquisitivo de 01/11/2004 a 31/10/2009, a contar de 22 de setembro de 2014 a 21 de outubro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,
em 23 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 828/2014

PORTARIA Nº 828/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, de acordo com o Ofício nº 197/2014, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, MARIA JULIA FELLER PFLEGER, matrícula nº 6479, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Área IV), lotada no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 22 de setembro de 2014 a 21 de outubro de 2014, em substituição a Titular Gilmara Bertotti, afastada conforme a Portaria nº 827/2014 (Licença Prêmio).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 512, de 30 de março de 2011, a Senhora MARIA JULIA FELLER PFLEGER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Nicolau Bado, s/n, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 918.331.169-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Área IV), lotada no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Gilmara Bertotti, afastada conforme a Portaria nº 827/2014 (Licença Prêmio).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 22 de setembro de 2014 a 21 de outubro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Maria Julia Feller Pflieger

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 829/2014

PORTARIA Nº 829/ 2014

Dispõe Sobre Nomeação de Cargo Comissionado

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de Conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal, DAIANE FACHIN TILL, matrícula 6481, para exercer o cargo de Provisório em Comissão de Secretário Escolar - CM2, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, do Quadro de Servidores Comissionado deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 22 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,
23 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 831/2014

PORTARIA Nº 831/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 187/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, JULIANA ZICATTI DE SANTANA MARCOLLA, matrícula nº 6141, no cargo de Professor Nível III, Referência A (Educação Infantil - Área IV - Professor Itinerante), com 20 (vinte) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 20 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente (Desdobramento de Turma), bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103 de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 147/2006 de 20/10/2006, e a Senhora JULIANA ZICATTI DE SANTANA MARCOLLA, brasileira, casada, residente e domiciliada na RD SC 411, s/n, TV Distrito de Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 043.831.589-86, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A (Educação Infantil - Área IV - Professor Itinerante), com 20 (vinte) horas semanais, na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 764,59 (setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 20 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes, ou pelo retorno da professora substituída as atividades.

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada diária de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 20 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Juliana Zicatti de Santana Marcolla

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 20 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 832/2014

PORTARIA Nº 832/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, de acordo com o Ofício nº 197/2014, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, RONALDO CASAGRANDA, matrícula nº 6482, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área II - Português), na Escola de Educação Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 22 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 512, de 30 de março de 2011, e o Senhor RONALDO CASAGRANDA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na ST Geral Tirol, s/n, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 101.394.229-94, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Área II - Português), na Escola de Educação Fundamental na Escola de Educação Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 22 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Ronaldo Casagrande

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 833/2014

PORTARIA Nº 833/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, de acordo com o Ofício nº 197/2014, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, JOSIANE ADLER SALIM, matrícula nº 6483, para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Anos Iniciais - Área I), na Escola de Educação Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, Município de Nova Trento, a contar de 23 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento,

23 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 512, de 30 de março de 2011, e a Senhora JOSIANE ADLER SALIM, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José Batistti Archer, nº 1480, Bairro Salto, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 052.416.749-42, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível I, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Anos Iniciais - Área I), na Escola de Educação Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 854,01 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e um centavo), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 23 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 23 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Josiane Adler Salim

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Orleans

PREFEITURA

Edital de Registro de Preço 152

Município de Orleans.

Edital de Registro de Preço 152/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA OS CAMINHÕES DA PREFEITURA, conforme anexo.

Data: 07/10/2014 às 13h00min.

Local: Setor de Licitação, Rua XV de Novembro, 282, Centro, neste município.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração.

Orleans, 24 de Setembro de 2014

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato Dispensa

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 0016/2014

Objeto: Aquisição de materiais para isolamento acústico para as salas do setor da Assistência Social. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 24 de setembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

EXTRATO CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0082/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: CASSIA REGINA DEROSSI

Objeto: Contratação de profissionais em caráter temporário na área de psicologia, pelo regime estatutário, com base nas Leis Complementares Municipais nº. 019/2005 e nº. 023/2005, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e demais disposições legais vigentes, para fins exclusivos de garantir a execução dos Programas Sociais vinculados ao Governo Federal, com carga horária de 24 (vinte quatro) horas semanais. Valor certo e ajustado de R\$:11.931,36 (onze mil novecentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 18 de setembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0083/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: MERIDIANA MARIA LUNARDI

Objeto: Contratação de profissionais em caráter temporário na área de Assistente Social, pelo regime estatutário, com base nas Leis Complementares Municipais nº. 019/2005 e nº. 023/2005, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital e demais disposições legais vigentes, para fins exclusivos de garantir a execução dos Programas Sociais vinculados ao Governo Federal, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Valor certo e ajustado de R\$:9.942,78 (Nove mil novecentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde, 18 de setembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 4.093, de 17 de Setembro de 2014

LEI Nº 4.093, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

CONVÊNIO. Coral Bom Jesus de Nazaré.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Coral Bom Jesus de Nazaré, inscrito no CNPJ nº. 81.348.542/0001-51, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, s/n, Centro, Palhoça/SC, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), visando a cooperação técnico-financeiro para o desenvolvimento do Coral, com o objetivo de difundir e aperfeiçoar o canto coral e sua cultura, para custeio e manutenção das atividades e materiais, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Art. 2º A despesa com a execução desta Lei, corre por conta do orçamento vigente:

Órgão 24 - SECRETARIA MUN. DE TURISMO ESPORTE E CULTURA
Unidade 001 - Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Cultura
Função 0027 - Desporto e Lazer
Subfunção 0812 - Desporto Comunitário
Programa 0012 - Esporte
Ação 2082 - Funcionamento do Esporte e Lazer
Elemento 3335000000000000
Vínculo 01000142

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, em 17 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CONVÊNIO Nº 025, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

MINUTA DE CONVÊNIO Nº, DE DE DE 20

.....

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça e o Coral Bom Jesus de Nazaré.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, e de outro lado o Coral Bom Jesus de Nazaré, inscrito no CNPJ nº. 81.348.542/0001-51, com sede na Avenida Barão do Rio Branco, s/n, Centro, Palhoça/SC, representado neste ato por sua Presidente Sra. MARIA SUELI SPRICIGO DE SOUSA, portadora do CPF nº. 582.662.329-20, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei nº, de de de 20.... e Decreto Legislativo nº/20...., mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, a cooperação técnico-financeiro

para o desenvolvimento do Coral, com o objetivo de difundir e aperfeiçoar o canto coral e sua cultura, para custeio e manutenção das atividades e materiais, conforme Plano de Trabalho (Anexo I).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamento legal, no que couber, na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o MUNICÍPIO, repassará a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em única parcela, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como Anexo I, parte integrante deste Convênio, proveniente da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 24 - SECRETARIA MUN. DE TURISMO ESPORTE E CULTURA
Unidade 001 - Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Cultura
Função 0027 - Desporto e Lazer
Subfunção 0812 - Desporto Comunitário
Programa 0012 - Esporte
Ação 2082 - Funcionamento do Esporte e Lazer
Elemento 3335000000000000
Vínculo 01000142

I - Para atendimento ao disposto nesta Cláusula, o MUNICÍPIO repassará a importância de: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) efetivados conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, parte integrante deste Convênio.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor a parcela do repasse frente ao prazo de vigência, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio.

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pelo MUNICÍPIO à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que

seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços seguindo os critérios estabelecidos pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao MUNICÍPIO os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, até o prazo de vigência, contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica junto ao Banco do Estado de Santa Catarina - BESC/SA, ou seu substituto legal, sob o título a ser definido pelo Executivo Municipal;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de

ressarcimento ao Município, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos da MUNICIPIO, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigente;

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A CONVENIADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO, prestação de contas até 31 de dezembro de 2014, a partir do recebimento do recurso, a qual deverá conter na seguinte ordem:

1. Ofício do responsável encaminhado a prestação de contas;
2. Cópia do plano de trabalho aprovado pelo gestor;
3. Declaração do Presidente da Entidade e Parecer do Conselho Fiscal, no sentido de que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
4. Balancete de Prestação de Contas de Recursos Antecipados, devidamente preenchido e assinado pelo Presidente da Entidade e Tesoureiro;
5. Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
6. Declaração do Presidente da entidade explicando o motivo da alteração de conta bancária, em caso de transferência dos recursos da conta bancaria onde foi efetuado o repasse para outra conta bancária, em virtude de repasses não ter sido efetuado em conta específica;
7. Extrato bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a saída dos cheques). No caso de cheques não compensados no prazo legal de prestação de contas

efetuar conciliação bancária;

8. Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou fotocópias dos cheques nominais aos credores;

9. Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, folhas de pagamento, relatórios-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, entre outros), preenchidos com clareza e sem rasuras (documento fotocopiado não será aceito); recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.

Obs: Todos os dados solicitados nos documentos fiscais deverão ser preenchidos, exemplo: quantidade, marca/modelo/item, valor unitário, valor total, etc);

10. Declaração do Responsável (Engenheiro com o nº do CREA), quando se tratar de obra, dos serviços executados e, no caso de sua conclusão acompanhada do respectivo termo de recebimento.

11. Cópia do Contrato da Prestação de Serviço, quanto tratar de serviços executados por terceiros, com o comprovante de pagamento do ISS (Imposto sobre Serviços) pelo profissional contratado;

12. Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor, quando na hipótese;

13. Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou da sua etapa, com descrição detalhada da execução e sua fase, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes, publicação em imprensa local, CD, DVD, registros fotográficos antes e após, materiais impressos, e todos os documentos que julgar oportunos para comprovar a fase e/ou execução do objeto;

14. Quando se tratar de realização de obras e serviços de engenharia, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Laudo técnico de cada medição, assinado pelo engenheiro responsável, com indicação da inscrição competente;

b) Comprovação da realização com registros fotográficos da situação anterior e posterior às obras ou reformas realizadas;

c) Declaração do responsável técnico com a sucinta caracterização das etapas efetuadas e, no caso de conclusão, acompanhada do respectivo termo de recebimento;

d) Apresentação da Responsabilidade Técnica - ART, bem como o seu comprovante de pagamento, conforme estabelecido na legislação Federal.

15. Os comprovantes de despesa deverão conter carimbo assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou o serviço foi prestado, conforme modelo: Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e está em conformidade com as especificações nele consignadas.

....., em / /

Nome:

Cargo:

Assinatura:

16. Declaração isentando o Município de todo e qualquer ônus relativo à previdência social e outros encargos que incidirem sobre a presente Subvenção Social.

CLÁUSULA NONA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, dois (2) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Trabalho,

II - Anexo II - Documentos pertinentes às Conveniada

CLAÚSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO, por Secretaria Municipal a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo, decidirá sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do MUNICÍPIO, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos § 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, 07 de julho de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeitura Municipal

MARIA SUELI SPRICIGO DE SOUSA
Presidente do Coral Bom Jesus de Nazaré

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ESTAGIÁRIOS - EDITAL 01/2014 - ANEXO III

Retificação do Anexo III

Instituições conveniadas com a Prefeitura de Palhoça

Ensino médio
Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira
Escola de Educação Básica Irmã Maria Teresa
Ensino Técnico
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Ensino Superior
Faculdade de Santa Catarina (FASC)
Faculdade Municipal de Palhoça (FMP)
Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis (IES)
Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
UNIBAN
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

AVISO DE SUSPENSÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 247/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE SUSPENSÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 247/2013

A Prefeitura Municipal de Palhoça, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público aos interessados e, especialmente às empresas participantes do Edital Concorrência Pública nº 247/2013, cujo objeto trata da "contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de operação e manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Palhoça/SC, contemplando, simultaneamente, a transferência de experiência e de tecnologia ao corpo técnico da SAMAE", que o presente processo licitatório está SUSPENSO, por ordem judicial.

Palhoça (SC), 24 de Setembro de 2014
Júlio César da Cruz
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

VISTO:
Daniel Broering Harger
Secretário Municipal de Administração e Gestão

PORTARIA Nº. 2460/2014.

PORTARIA Nº. 2460/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DINEIA MARIA DA SILVA, matrícula nº. 800538-2, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/07/2009 a 10/07/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2461/2014.

PORTARIA Nº. 2461/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUZIVANI MARIA MARTINS DE SOUZA, matrícula nº. 800360-2, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/02/2004 a 05/02/2009, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 05/02/2009 a 05/02/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/11/2014.

Palhoça, SC, em 04 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2482/2014.

PORTARIA Nº. 2482/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDIONE MARIA COELHO, matrícula nº. 200061-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2005 a 01/06/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 21/07/2014 à 21/08/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2483/2014.

PORTARIA Nº. 2483/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CELICINA DE SOUZA MENDONÇA HASSE, matrícula nº. 801104-1, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/06/2004 a 14/06/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/09/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2499/2014.

PORTARIA Nº. 2499/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RUDI RENALDO DE ASSIS, matrícula nº. 801108, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/09/2009 a 02/09/2014, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 08/08/2014 à 08/11/2014.

Palhoça, SC, em 14 de julho de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2590/2014.

PORTARIA Nº. 2590/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder como Coordenador de frotas da Secretaria de Assistência Social o servidor JOÃO CARLOS DE LIZ LIMA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2591/2014.

PORTARIA Nº. 2591/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

DELEGAR para Responder como Autoridade de Trânsito Municipal em conformidade com a Lei nº. 9.503, CTB e Convênio Firmado com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina o servidor LEONEL JOSE PEREIRA, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2592/2014.

PORTARIA Nº. 2592/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARISA NEUSA RACHADEL, matrícula nº. 129014-02, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 10/05/2005 a 10/05/2010, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 10/08/2014 à 10/10/2014.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2593/2014.

PORTARIA Nº. 2593/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELITA DE FATIMA DE LIMA, matrícula nº. 801232 titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/09/2005 a 01/09/2010, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 04/08/2014 à 04/11/2014.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2594/2014.

PORTARIA Nº. 2594/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SIMONE MACHADO MORETTO CESCONETTO, para o cargo de Professor Colaborador de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, bem como Processo Seletivo 002/FMP/2012, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 16 (dezesesseis) horas/semanais, Disciplina Projeto de TCC, estágio I e II, Contextualização da Administração de Recursos Humanos Tradicionais e Contemporâneos, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/08/2014 à 14/12/2014.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

PERCI DE FREITAS

Diretor Executivo

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Portaria Nº. 2597/2014.

PORTARIA Nº. 2597/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DAYANE SCARPA, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/08/2014.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2598/2014/A.

PORTARIA Nº. 2598/2014/A.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

FAZER CESSAR a Portaria 2474 de 04 de julho de 2014, que Concedeu Licença Premio ao servidor ARY PAULO DONATELLO FILHO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/08/2014.

Palhoça, SC, em 04 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

Portaria Nº. 2599/2014.

PORTARIA Nº. 2599/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Márcia Zanon Benetti	10	16	01/08/2014 a 14/12/2014

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SINÉIA DOS SANTOS ROSA

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2600/2014.

PORTARIA Nº. 2600/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GLEYCE CRISTINA DA ROCHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Criança Feliz, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 18/08/2014, face ao impedimento da titular Gabriela Terezinha da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2601/2014.

PORTARIA Nº. 2601/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BEATRIZ RAQUEL ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Bolinhas de Sabão, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/08/2014 a 28/08/2014, face ao impedimento da titular Dayane Aline Farias, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2602/2014.

PORTARIA Nº. 2602/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EDUARDO FARIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Música, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/06/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2603/2014

PORTARIA Nº. 2603/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NATASHA LOPES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) EB Abilio Manoel de Abreu, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/07/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Vera L. Lostada, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2604/2014.

PORTARIA Nº. 2604/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LUCIANA VALMIRA ELIAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Aprender Brincando, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/08/2014 a 18/09/2014, face ao impedimento da titular Josiane M. R. Mohr, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2605/2014.

PORTARIA Nº. 2605/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANTONIO ROBERTO FERNANDES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) GE Maria Luiza de Souza, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Luciana da Rosa F. da Silva, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2606/2014.

PORTARIA Nº. 2606/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LIDIA CRISTINA DOS REIS ROGERIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) GE Frei Damião, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 19/12/2014. Vaga excedente.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2607/2014.

PORTARIA Nº. 2607/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GRACIELE ALVES DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) GE Maria Luiza de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Ana Maria da Silveira, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2608/2014

PORTARIA Nº. 2608/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCIA REGIANE F. NUNES PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) EB Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Mara Regina de Oliveira, que se encontra em Readaptada.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2609/2014.

PORTARIA Nº. 2609/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA BARCELOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Maria Joselia H. Felisberto, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2610/2014.

PORTARIA Nº. 2610/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GABRIEL DE OLIVEIRA PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Laurita Wagner da Silveira, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/08/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2611/2014.

PORTARIA Nº. 2611/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BRUNA LISBOA DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) EB Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 04/10/2014, face ao impedimento da titular Simone J G da Silva, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2612/2014.

PORTARIA Nº. 2612/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR PATRICIA MACHADO RIBEIRO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) ER Maria dos Santos Silva, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/08/2014 a 18/08/2014, face ao impedimento da titular Adriana Laura Kemper, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 2613/2014.

PORTARIA Nº. 2613/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SABRINA JACINTHO LAURINDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/07/2014 a 19/12/2014. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 05 de agosto de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

SINÉIA DOS SANTOS ROSA
Diretora Geral

DECRETO Nº 1.710, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.710, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

ORÇAMENTO. Abre crédito suplementar no Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde, por conta do Orçamento Fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3.933, de 26 de dezembro de 2013,
DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 331.000,00, (trezentos e trinta um mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.142 - Média e Alta Complexidade R\$ 331.000,00

458 4.4.90.00.00.00.00.0.1020179 - Aplicações Diretas R\$ 331.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação de dotação orçamentária abaixo:

25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL

25.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL

2.114 - Funcionamento e Manutenção da Secret.da Região Sul R\$ 331.000,00

318 4.4.90.00.00.00.00.0.1000142 - Aplicações Diretas R\$ 331.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 23 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Aviso Edital 01/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO EDITAL 01/2014

Exploração de locais para Comercialização de Produtos relacionados à data de Finados

O município de Palhoça torna público que estão abertas as inscrições para exploração de locais para comercialização de produtos relacionados à data de Finados. As inscrições serão efetuadas junto a Secretaria de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 24 de setembro de 2014.

Marcos Cardoso Canto
Secretário de Receita.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**Portaria 048/2014**

PORTARIA Nº 048/2014

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora ROSANA LUIZ.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora ROSANA LUIZ, detentora da matrícula funcional nº 800007-01, inscrita no CPF sob o nº 514.376.519-68 e no PIS/PASEP sob o nº 120.783.233-59, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/09/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 10 de setembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300155

PORTARIA 049/2014

PORTARIA Nº 049/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora GUIDA MARIA LOSSO.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora GUIDA MARIA LOSSO, detentora da matrícula funcional nº 190093-01, inscrita no CPF sob o Nº 523.300.369-49 e no PIS/PASEP sob o nº 108.960.658-79, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Integral ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2010, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/09/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 10 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

PORTARIA 050/2014

PORTARIA Nº 050/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora NIZETE ALVES.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/01, a servidora NIZETE ALVES, detentora da matrícula funcional nº 800565-01, inscrita no CPF sob o Nº 651.103.239-68 e no PIS/PASEP sob o nº 123.301.374-61, lotada na Secretaria da Administração, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos

termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 40,00% (quarenta por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/09/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 10 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares

Técnico Previdenciário

Matrícula 900048

PORTARIA 051/2014

PORTARIA Nº 051/2014

Determino a aposentadoria compulsória, nos termos do art. 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 20/98) e do art. 24 da Lei Municipal nº 1320/01, autoriza o pagamento de proventos pela aplicação da Lei Federal nº 10887/04, e declara a vacância do cargo público do servidor MIGUEL SIMÃO FERNANDES CIQUEIRA.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Determinar a concessão de aposentadoria compulsória, nos termos do art. 40, §1º, inciso II" da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 20/98)) e do art. 24 da Lei Municipal nº 1320/01, ao servidor MIGUEL SIMÃO FERNANDES CIQUEIRA, detentor da matrícula funcional nº 500098-01, inscrito no CPF sob o nº 386.768.859-15 e no PIS/PASEP sob o nº 170.412.639-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria compulsória, em caráter proporcional, correspondente a 65,72% (sessenta e cinco vírgula setenta e dois por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo disposta nos § 3º e 17 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10887/04, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido no art. 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 20/98), não havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

com efeitos a contar de 28/09/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola
Presidente da Autarquia

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

Portaria 052/2014

PORTARIA Nº 052/2014

Retifica a Portaria nº 037/2014, que Concedeu aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 070/2012 ao servidor Hélio Seemann.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 037/2014, ou seja, onde lê-se "(...) PIS/PASEP nº 120.528.349-87 (...)", leia-se "(...) PIS/PASEP nº 120.528.981-68".

Art. 2º As demais disposições contidas nas Portarias nºs 037/2014 e 045/2014 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de setembro de 2014.

CAMILO NAZARENO Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

PORTARIA 053/2014

PORTARIA Nº 053/2014

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. MILTON LUIZ ESPÍNDOLA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Cria o Setor Administrativo do IPPA, nomeia o servidor Luiz Filipe Cascaes e dá outras atribuições, a partir de 15 de setembro de 2014.

Palhoça, em 19 de setembro de 2014.

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

PORTARIA 054/2014

PORTARIA Nº 054/2014

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. MILTON LUIZ ESPÍNDOLA de acordo com LC 096/2010 e LC n. 159/2014, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica criada a comissão de Patrimônio do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - SC.

Artigo 2º - Compete à comissão de patrimônio dentre outras atribuições, orientar, coordenar e estabelecer normas para o controle das atividades relativas a patrimônio móvel e imóvel do IPPA, organizar e manter atualizado o cadastro dos bens patrimoniais móveis e imóveis de propriedade do IPPA, promover a padronização dos materiais adquiridos pelo IPPA, organizar, coordenar e controlar as atividades relativas aos bens patrimoniais do IPPA e manter atualizado o banco de dados de usuários no sistema eletrônico de patrimônio do IPPA.

Artigo 3º - Ficam nomeados os servidores Luiz Filipe Cascaes, Thiago Pedro da Rosa e Valdivia Cabral de Souza para comporem a comissão de patrimônio do IPPA.

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

.

Palhoça, em 24 de setembro de 2014.

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Portaria 055/2014

PORTARIA Nº 055/2014

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. MILTON LUIZ ESPÍNDOLA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Retificar o Artigo 2º da Portaria 047/2014 de modo a INCLUIR o nome da servidora Verlanis Buratto, matrícula 300.160, Assistente Administrativo e EXCLUIR o nome da servidora Ariana Vera da Rosa Tavares, Técnico Previdenciário, matrícula 900.048 na comissão provisória para estudos da reforma da Lei Municipal nº 1.320/2001.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 24 de setembro de 2014.

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

Audiência Pública da Prestação de Contas do Governo Municipal 2º Quadrimestre de 2014

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO MUNICIPAL

2º quadrimestre de 2014

O Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, usando das suas atribuições legais, RESOLVE,
CONVOCAR a população para a Audiência Pública a ser realizada do dia 30 de setembro de 2014, a partir das 18:00 horas, das dependências da Câmara Municipal de Papanduva, localizada na Rua Sérgio Glevinski, 78, Centro, onde será feita a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais, do Poder Executivo Municipal, correspondente ao 2º quadrimestre de 2014, em cumprimento ao que dispõe o § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 200 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Câmara Municipal de Papanduva, 23 de setembro de 2014

João de Oliveira Lopes

Presidente da Comissão Permanente
de Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 026/14 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

Portaria Nº 026/14 de 23 de setembro de 2014

"FICA CONCEDIDA LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA, MATRÍCULA SOB Nº 123."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no art. 7 e 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, Combinado com os artigos 119 a 122, da Lei Complementar nº 008, de 03/12/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e Lei Complementar nº 039, de 17/06/2011, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida, pelo período de 16/09/2014 a 15/03/2015, Licença Maternidade à servidora JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA, matrícula sob nº 123, ocupante do cargo Técnico Administrativo, 20 horas semanais, lotada na Câmara Municipal de Papanduva. Parágrafo Único - As despesas decorrentes dos primeiros 120 (cento e vinte) dias da referida Licença serão custeadas pelo Instituto de Previdência - IPREPAV, os demais 60 (sessenta) dias serão pagos pela Câmara Municipal, conforme estabelece a Lei Complementar nº 008/2003, em seu Art. 119, §8º, acrescentado pela Lei Complementar nº 039/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em,
23 de setembro de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Portaria Nº 027/14 de 23 de Setembro de 2014

Portaria Nº 027/14 de 23 de setembro de 2014

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO, BEM COMO DESIGNA A SERVIDORA SANDRA MARIA DE MORAES PARA RESPONDER PELAS ATIVIDADES DO CARGO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM VIRTUDE DO AFASTAMENTO DA SERVIDORA JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no art. 7 e 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva; os dispositivos da Lei Municipal 2030 de 10 de setembro de 2014; e em virtude dos dispositivos da Portaria Nº 026/14 de 23 de setembro de 2014, RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora Sandra Maria de Moraes para responder pelas atividades do cargo de Técnico Administrativo em virtude do afastamento da servidora Joselene de Fátima Ferreira, ocorrido mediante a Portaria Nº 026/14 de 23 de setembro de 2014.

Art. 2º - Fica concedida à servidora Sandra Maria de Moraes gratificação de 60% sobre o seu salário base, para responder pelas atividades do cargo de Técnico(a) Administrativo enquanto a servidora Joselene de Fátima Ferreira estiver afastada das atividades em decorrência do gozo de licença maternidade, licença prêmio e férias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 16 de setembro de 2014.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 23 de setembro de 2014.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Portaria Nº 028/14 de 23 de Setembro de 2014

Portaria Nº 028/14 de 23 de setembro de 2014

“DESIGNA A SERVIDORA NOELI CRISTINA DA SILVA PARA RESPONDER PELAS LIQUIDAÇÕES DAS DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVCA EM VIRTUDE DO AFASTAMENTO DA SERVIDORA JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial o disposto no art. 7 e 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva; os dispositivos da Lei Municipal 2030 de 10 de setembro de 2014; e em virtude dos dispositivos das Portarias Nº 026/14 e 027/2014 de 23 de setembro de 2014; RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora NOELI CRISTINA DA SILVA para responder pela liquidação das despesas da Câmara Municipal de Papanduva em virtude do afastamento da servidora JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA, ocorrido mediante a Portaria Nº 026/14 de 23 de setembro de 2014.

Parágrafo único - A servidora SANDRA MARIA DE MORAES, lotada no cargo de técnico em contabilidade, por meio da Portaria Nº 027/2014 de 23 de setembro de 2014, foi designada para responder pelas atividades da servidora JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA, porém uma das atribuições é a liquidação da despesa, sendo assim se esta efetuasse a liquidação da despesa comprometeria a segregação de funções, sendo necessária assim a designação deste ato.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 16 de setembro de 2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 23 de setembro de 2014.
JACINTA MIKALOVICZ
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Passo de Torres

PREFEITURA

Errata Nº 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES
Secretaria de Administração e Finanças

Errata do Convite a audiência pública

Vimos por meio deste informar que a AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL, referente ÀS metas fiscais do 2º quadrimestre de 2014 e discussão para a elaboração da IOA, a realizar-se nas dependências da Câmara Municipal no dia 25 de setembro as 17hs, foi transferida para o dia 30 de setembro, as 16h, nas dependências da Câmara Municipal.

Contamos com a compreensão de todos.

administração pública municipal

Extrato de Contrato Nº008 Saúde

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 08/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PASSO DE TORRES

CONTRATADA: ANA PAULA CARDOSO KGILLIN ME
OBJETO: FICA PRORROGADO POR MAIS 104 (CENTO E QUATRO) DIAS A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA, COM TERMINO EM 31/12/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93
LICITAÇÃO: PR 05/2014

PASSO DE TORRES, 19 DE SETEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº035 Saúde

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 35/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE PASSO DE TORRES

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMESC

OBJETO: SERVIÇOS AMBULATORIAIS, EXAMES, DA POPULAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 64.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 LICITAÇÃO CV 25/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (13) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01

PASSO DE TORRES, 12 DE SETEMBRO DE 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº036 Saúde

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 36/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DE PASSO DE TORRES

CONTRATADA: HOSPCLIN COMERCIO ATACADISTA DE MAT. HOSPITALARES EIREILI - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE SANITARIA CENTRAL E DE BELLA TORRES

VALOR: R\$ 30.707,20

VIGÊNCIA: 31/12/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 LICITAÇÃO MODALIDADE PR 23/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (13) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 01-

(18) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.0101-

(20) 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.0064

PASSO DE TORRES, 22 DE SETEMBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº037 Saúde

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 37/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DE PASSO DE TORRES

CONTRATADA: LA DALLA PORTA JUNIOR

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO NO ATENDIMENTO AMBULATORIAL PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE SANITARIA CENTRAL E DE BELLA TORRES

VALOR: R\$ 6.505,00

VIGÊNCIA: 31/12/2014

FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666 DE 21/06/93 LICITAÇÃO MODALIDADE PR 23/2014

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (13) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 01-

(18) 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.0101-

(20) 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.0064

PASSO DE TORRES, 22 DE SETEMBRO DE 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

PREFEITO MUNICIPAL

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

R\$ 1,00

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

Continuação 2/3

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.400.000,00	20.400.000,00	3.695.566,78	18,12	13.269.799,98	65,05
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	20.400.000,00	20.400.000,00	3.695.566,78	18,12	13.269.799,98	65,05
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	745.512,12	—	—	221.850,81	—
Superávit Financeiro	—	745.512,12	—	—	221.850,81	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	20.400.000,00	5.211.312,03	25.611.312,03	2.541.655,21	15.035.561,98	3.565.134,13	11.016.168,31	43,01	14.595.143,72
DESPESAS CORRENTES	15.525.000,00	1.207.639,81	16.732.639,81	1.997.944,04	11.493.301,81	2.627.819,74	9.708.959,02	58,02	7.023.680,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.353.000,00	-142.109,37	9.210.890,63	1.461.126,98	5.893.678,66	1.460.454,98	5.892.154,66	63,97	3.318.735,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.167.000,00	1.354.749,18	7.521.749,18	536.717,06	5.599.623,15	1.167.364,76	3.816.804,36	50,74	3.704.944,82
DESPESAS DE CAPITAL	4.821.000,00	4.003.672,22	8.824.672,22	543.811,17	3.542.260,17	937.314,39	1.307.209,29	14,81	7.517.462,93
INVESTIMENTOS	4.671.000,00	4.033.302,22	8.704.302,22	543.811,17	3.437.406,32	919.770,29	1.222.054,18	14,04	7.482.248,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	150.000,00	-29.630,00	120.370,00	0,00	104.853,85	17.544,10	85.155,11	70,74	35.214,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.000,00	0,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	20.400.000,00	5.211.312,03	25.611.312,03	2.541.655,21	15.035.561,98	3.565.134,13	11.016.168,31	43,01	14.595.143,72

Continua 2/3

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.400.000,00	5.211.312,03	25.611.312,03	2.541.655,21	15.035.561,98	3.565.134,13	11.016.168,31	14.595.143,72
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.253.631,67	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.400.000,00	5.211.312,03	25.611.312,03	2.541.655,21	15.035.561,98	3.565.134,13	13.269.799,98	14.595.143,72

FONTE:

PASSO DE TORRES , 23/09/2014

JUAREZ GODINHO SCHEFFER JOELMA DOMINGOS LOPES HES ALISSANDRA ALVES PAGANINI S
Prefeito Municipal Técnica Contábil CRC/SC 18.862 Secretária de Administração e Finanças

RREO ANEXO 2 DO QUARTO BIMESTRE DE 2014

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			R\$ 1,00	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.400.000,00	25.611.312,03	2.541.655,21	15.035.561,98	3.565.134,13	11.016.168,31	100,00	43,01	14.595.143,72
	900.000,00	900.000,00	94.717,08	461.138,01	103.001,58	442.043,97	4,01	49,12	457.966,03
	900.000,00	900.000,00	94.717,08	461.138,01	103.001,58	442.043,97	4,01	49,12	457.966,03
	2.143.000,00	3.411.134,00	289.611,28	1.629.631,44	283.246,75	1.326.931,63	12,05	38,90	2.084.202,37
	2.103.000,00	3.372.000,00	279.611,28	1.610.497,44	283.246,75	1.317.797,63	11,96	39,08	2.054.202,37
	40.000,00	39.134,00	10.000,00	19.134,00	0,00	9.134,00	0,08	23,34	30.000,00
	500.000,00	641.848,48	50.461,93	290.256,96	66.818,93	245.777,81	2,23	38,29	396.070,67
	100.000,00	100.000,00	12.920,81	41.844,97	12.920,81	41.844,97	0,38	41,84	58.155,03
	400.000,00	541.848,48	37.541,12	248.411,99	53.898,12	203.932,84	1,85	37,64	337.915,64
	3.620.000,00	4.346.625,88	366.920,83	3.003.793,96	714.598,04	2.395.513,11	21,75	55,11	1.951.112,77
	3.620.000,00	4.346.625,88	366.920,83	3.003.793,96	714.598,04	2.395.513,11	21,75	55,11	1.951.112,77
	6.778.000,00	7.816.976,97	1.228.742,02	5.026.983,86	1.083.537,47	3.526.112,22	32,01	45,11	4.290.864,75
	380.000,00	338.000,00	0,00	333.556,20	52.540,38	125.083,89	1,14	37,01	212.916,11
	5.958.000,00	6.741.048,27	752.897,69	4.113.232,49	940.993,59	3.254.771,46	29,55	48,28	3.486.276,81
	140.000,00	100.000,00	25.762,40	25.762,40	25.762,40	25.762,40	0,23	25,76	74.237,60
	300.000,00	637.928,70	450.081,93	554.432,77	64.241,10	120.494,47	1,09	18,89	517.434,23
	270.000,00	270.000,00	0,00	6.325,00	50,00	725,00	0,01	0,27	269.275,00
	270.000,00	270.000,00	0,00	6.325,00	50,00	725,00	0,01	0,27	269.275,00
	3.130.000,00	3.249.496,00	376.220,10	2.086.539,06	484.870,65	1.632.274,21	14,82	50,23	1.617.221,79
	2.880.000,00	3.040.496,00	354.359,95	1.988.772,31	462.919,21	1.525.295,47	13,85	50,17	1.515.200,53
	250.000,00	209.000,00	21.860,15	107.766,75	21.951,44	106.978,74	0,97	51,19	102.021,26
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
	260.000,00	230.000,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,54	26,09	170.000,00
	260.000,00	230.000,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00	0,54	26,09	170.000,00
	89.000,00	129.515,50	11.998,20	71.952,22	13.104,60	37.499,32	0,34	28,95	92.016,18
89.000,00	129.515,50	11.998,20	71.952,22	13.104,60	37.499,32	0,34	28,95	92.016,18	
210.000,00	217.000,00	16.784,58	115.808,24	23.765,30	101.526,59	0,92	46,79	115.473,41	
210.000,00	217.000,00	16.784,58	115.808,24	23.765,30	101.526,59	0,92	46,79	115.473,41	
376.000,00	495.999,50	42.735,79	434.307,43	132.557,20	280.973,19	2,55	56,65	215.026,31	
376.000,00	495.999,50	42.735,79	434.307,43	132.557,20	280.973,19	2,55	56,65	215.026,31	
1.500.000,00	3.423.345,70	48.982,00	1.582.612,68	623.770,61	734.138,61	6,66	21,45	2.689.207,09	
1.500.000,00	3.423.345,70	48.982,00	1.582.612,68	623.770,61	734.138,61	6,66	21,45	2.689.207,09	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		25.611.312,03	2.541.655,21	15.035.561,98	3.565.134,13	11.016.168,31	100,00	43,01
Desporto e Lazer	20.400.000,00	159.000,00	5.855,53	68.442,34	9.643,03	64.580,61	0,59	40,62
Desporto Comunitário	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	260.000,00	159.000,00	5.855,53	68.442,34	9.643,03	64.580,61	0,59	40,62
Administração Geral	250.000,00	246.370,00	8.625,87	187.770,78	26.169,97	168.072,04	1,53	68,22
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	250.000,00	246.370,00	8.625,87	187.770,78	26.169,97	168.072,04	1,53	68,22
	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	20.400.000,00	25.611.312,03	2.541.655,21	15.035.561,98	3.565.134,13	11.016.168,31	100,00	43,01

FONTE:

PASSO DE TORRES , 23/09/2014

JUARez GODINHO SCHEFFER JOELMA DOMINGOS LOPES HES ALISSANDRA ALVES PAGANINI S
Prefeito Municipal Técnica Contábil CRC/SC 18.862 Secretária de Administração e Fina

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO ANEXO 8 DO QUARTO BIMESTRE DE 2014

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.547.000,00	1.547.000,00	286.593,28	2.068.478,87	133,71
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.198.000,00	1.198.000,00	115.736,30	1.378.765,13	115,09
1.1.1- IPTU	1.000.000,00	1.000.000,00	44.240,47	1.029.312,99	102,93
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	28.000,00	28.000,00	8.324,86	18.524,05	66,16
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	150.000,00	150.000,00	60.416,09	307.990,73	205,33
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	2.755,18	22.937,36	114,69
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	40.000,00	40.000,00	95.673,02	350.916,39	877,29
1.2.1- ITBI	40.000,00	40.000,00	95.673,02	350.916,39	877,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	241.000,00	241.000,00	43.234,78	226.177,94	93,85
1.3.1- ISS	160.000,00	160.000,00	42.793,82	222.884,91	139,18
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	5.000,00	5.000,00	90,84	141,59	2,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	56.000,00	56.000,00	328,71	3.088,71	5,52
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	21,41	262,73	1,31
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	68.000,00	68.000,00	31.949,18	112.619,41	165,62
1.4.1- IRRF	68.000,00	68.000,00	31.949,18	112.619,41	165,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.428.000,00	11.428.000,00	1.394.422,65	6.213.340,07	54,37
2.1- Cota-Parte FPM	6.900.000,00	6.900.000,00	817.552,68	3.857.285,62	55,90
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.900.000,00	6.900.000,00	817.552,68	3.857.285,62	55,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	455.523,15	1.880.928,43	49,50
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	-	0,00	2.080,78	7.282,73	0,00
2.4- Cota-Parte IPF-Exportação	100.000,00	100.000,00	7.684,16	29.297,01	29,30
2.5- Cota-Parte ITR	28.000,00	28.000,00	130,21	1.996,93	7,13
2.6- Cota-Parte IPVA	600.000,00	600.000,00	111.451,67	436.549,35	72,76
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.975.000,00	12.975.000,00	1.681.015,93	8.281.818,94	63,83
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	430.000,00	430.000,00	297.596,00	319.988,00	74,42
6.1- Transferências de Convênios	430.000,00	430.000,00	297.596,00	319.988,00	74,42
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.679.000,00	1.679.000,00	224.148,24	992.375,36	59,11
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.159.000,00	2.159.000,00	521.744,24	1.312.363,36	60,79
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.381.200,00	2.381.200,00	278.884,12	1.242.666,35	52,19
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.380.000,00	1.380.000,00	163.510,49	771.456,92	55,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	760.000,00	760.000,00	91.104,47	376.185,03	49,50
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.600,00	5.600,00	416,14	1.456,49	26,01
10.4- Cota-Parte IPF-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	110.000,00	110.000,00	1.536,83	5.859,36	5,33
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.600,00	5.600,00	26,04	399,37	7,13
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	120.000,00	120.000,00	22.290,15	87.309,18	72,76
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.900.000,00	3.900.000,00	616.077,60	2.572.505,44	65,96
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.000.000,00	3.000.000,00	369.646,57	1.543.503,25	51,45
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	900.000,00	900.000,00	246.431,03	1.029.002,19	114,33
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	618.800,00	618.800,00	90.782,45	300.836,90	48,62
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	1.845,29	0,00	1.845,29	100,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	1.845,29	0,00	1.845,29	100,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	1.845,29	0,00	1.845,29	100,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.845,29
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					0,07
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					99,93
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.243.750,00	3.243.750,00	420.253,98	2.070.454,74	63,83
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	1.845,29	0,00	1.845,29	100,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	1.845,29	0,00	1.845,29	100,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	1.845,29	0,00	1.845,29	100,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					300.836,90
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					300.836,90
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					-298.991,61
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					—
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.581.000,00	7.643.181,68	1.071.453,47	3.503.888,09	45,84
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	6.581.000,00	7.643.181,68	1.071.453,47	3.503.888,09	45,84
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.581.000,00	7.645.026,97	1.071.453,47	3.505.733,38	45,86

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		3.053,92	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.572.505,44	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.532.528,04	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.531.319,41	0,00
49.2 Restos a Pagar		1.208,63	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		43.031,32	0,00

PASSO DE TORRES, 23/09/2014

JUAREZ GODINHO SCHEFFER JOELMA DOMINGOS LOPES HES ALISSANDRA ALVES PAGANINI S
Prefeito Municipal Técnica Contábil CRC/SC 18.862 Secretária de Administração e Finanças
FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

ANEXOS LDO2015

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores

Especificação	Valores a preços Correntes					
	2012	%	2013	%	2014	2015
Receita Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	26.000.000,00
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00	21,51	16.905.000,00	15,63	19.548.000,00	23.771.195.000,00
Despesa Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	26.000.000,00
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00	36,89	18.370.000,00	9,40	20.096.000,00	25.703.000,00
Resultado Primário (I - II)	493.000,00	-397,16	-1.465.000,00	-62,59	-548.000,00	-1.508.000,00
Resultado Nominal	1.288.000,00	0,00	-550.000,00	100,00	-1.100.000,00	-220.000,00
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00	-30,30	1.150.000,00	-78,26	250.000,00	55.000,00
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00	-33,33	1.100.000,00	-100,00	0,00	-220.000,00

Especificação	Valores a preços Constantes					
	2.012	%	2013	%	2014	2015
Receita Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	22.880.000,00
Receita não Financeira (I)	12.243.440,00	21,51	14.876.400,00	15,63	17.202.240,00	21.291.600,00
Despesa Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	22.880.000,00
Despesa não Financeira (II)	11.809.600,00	36,89	16.165.600,00	9,40	17.684.480,00	22.618.640,00
Resultado Primário (I - II)	433.840,00	-397,16	-1.289.200,00	-62,59	-482.240,00	-1.327.040,00
Resultado Nominal	1.133.440,00	0,00	-484.000,00	100,00	-968.000,00	-193.600,00
Dívida Pública Consolidada	1.452.000,00	-30,30	1.012.000,00	-78,26	220.000,00	48.400,00
Dívida Consolidada Líquida	1.452.000,00	-33,33	968.000,00	-100,00	0,00	-193.600,00

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo 1.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores

Especificação	Valores a preços Correntes							
	2012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	14.000.000,00		35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00		21,51	16.905.000,00	15,63	19.548.000,00	23,77	24.195.000,00
Despesa Total	14.000.000,00		35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00		36,89	18.370.000,00	9,40	20.096.000,00	27,90	25.703.000,00
Resultado Primário (I - II)	493.000,00		-397,16	-1.465.000,00	-62,59	-548.000,00	175,18	-1.508.000,00
Resultado Nominal	1.288.000,00		0,00	-550.000,00	100,00	-1.100.000,00	-80,00	-220.000,00
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00		-30,30	1.150.000,00	-78,26	250.000,00	-78,00	55.000,00
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00		-33,33	1.100.000,00	-100,00	0,00		-220.000,00

Especificação	Valores a preços Constantes							
	2.012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Receita não Financeira (I)	12.243.440,00	21,51	14.876.400,00	15,63	17.202.240,00	23,77	21.291.600,00	
Despesa Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Despesa não Financeira (II)	11.809.600,00	36,89	16.165.600,00	9,40	17.684.480,00	27,90	22.618.640,00	
Resultado Primário (I - II)	433.840,00	-397,16	-1.289.200,00	-62,59	-482.240,00	175,18	-1.327.040,00	
Resultado Nominal	1.133.440,00	0,00	-484.000,00	100,00	-968.000,00	-80,00	-193.600,00	
Dívida Pública Consolidada	1.452.000,00	-30,30	1.012.000,00	-78,26	220.000,00	-78,00	48.400,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.452.000,00	-33,33	968.000,00	-100,00	0,00		-193.600,00	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo 1.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores

Especificação	Valores a preços Correntes							
	2012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00	21,51	16.905.000,00	15,63	19.548.000,00	23,77	24.195.000,00	
Despesa Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00	36,89	18.370.000,00	9,40	20.096.000,00	27,90	25.703.000,00	
Resultado Primário (I – II)	493.000,00	-397,16	-1.465.000,00	-62,59	-548.000,00	175,18	-1.508.000,00	
Resultado Nominal	1.288.000,00	0,00	-550.000,00	100,00	-1.100.000,00	-80,00	-220.000,00	
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00	-30,30	1.150.000,00	-78,26	250.000,00	-78,00	55.000,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00	-33,33	1.100.000,00	-100,00	0,00		-220.000,00	

Especificação	Valores a preços Constantes							
	2.012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Receita não Financeira (I)	12.243.440,00	21,51	14.876.400,00	15,63	17.202.240,00	23,77	21.291.600,00	
Despesa Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Despesa não Financeira (II)	11.809.600,00	36,89	16.165.600,00	9,40	17.684.480,00	27,90	22.618.640,00	
Resultado Primário (I - II)	433.840,00	-397,16	-1.289.200,00	-62,59	-482.240,00	175,18	-1.327.040,00	
Resultado Nominal	1.133.440,00	0,00	-484.000,00	100,00	-968.000,00	-80,00	-193.600,00	
Dívida Pública Consolidada	1.452.000,00	-30,30	1.012.000,00	-78,26	220.000,00	-78,00	48.400,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.452.000,00	-33,33	968.000,00	-100,00	0,00		-193.600,00	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo 1.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores

Especificação	Valores a preços Correntes							
	2012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00	21,51	16.905.000,00	15,63	19.548.000,00	23,77	24.195.000,00	
Despesa Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00	36,89	18.370.000,00	9,40	20.096.000,00	27,90	25.703.000,00	
Resultado Primário (I – II)	493.000,00	-397,16	-1.465.000,00	-62,59	-548.000,00	175,18	-1.508.000,00	
Resultado Nominal	1.288.000,00	0,00	-550.000,00	100,00	-1.100.000,00	-80,00	-220.000,00	
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00	-30,30	1.150.000,00	-78,26	250.000,00	-78,00	55.000,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00	-33,33	1.100.000,00	-100,00	0,00		-220.000,00	

Especificação	Valores a preços Constantes							
	2.012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Receita não Financeira (I)	12.243.440,00	21,51	14.876.400,00	15,63	17.202.240,00	23,77	21.291.600,00	
Despesa Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Despesa não Financeira (II)	11.809.600,00	36,89	16.165.600,00	9,40	17.684.480,00	27,90	22.618.640,00	
Resultado Primário (I - II)	433.840,00	-397,16	-1.289.200,00	-62,59	-482.240,00	175,18	-1.327.040,00	
Resultado Nominal	1.133.440,00	0,00	-484.000,00	100,00	-968.000,00	-80,00	-193.600,00	
Dívida Pública Consolidada	1.452.000,00	-30,30	1.012.000,00	-78,26	220.000,00	-78,00	48.400,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.452.000,00	-33,33	968.000,00	-100,00	0,00		-193.600,00	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo 1.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores

Especificação	Valores a preços Correntes							
	2012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00	21,51	16.905.000,00	15,63	19.548.000,00	23,77	24.195.000,00	
Despesa Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00	36,89	18.370.000,00	9,40	20.096.000,00	27,90	25.703.000,00	
Resultado Primário (I - II)	493.000,00	-397,16	-1.465.000,00	-62,59	-548.000,00	175,18	-1.508.000,00	
Resultado Nominal	1.288.000,00	0,00	-550.000,00	100,00	-1.100.000,00	-80,00	-220.000,00	
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00	-30,30	1.150.000,00	-78,26	250.000,00	-78,00	55.000,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00	-33,33	1.100.000,00	-100,00	0,00		-220.000,00	

Especificação	Valores a preços Constantes							
	2.012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Receita não Financeira (I)	12.243.440,00	21,51	14.876.400,00	15,63	17.202.240,00	23,77	21.291.600,00	
Despesa Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Despesa não Financeira (II)	11.809.600,00	36,89	16.165.600,00	9,40	17.684.480,00	27,90	22.618.640,00	
Resultado Primário (I - II)	433.840,00	-397,16	-1.289.200,00	-62,59	-482.240,00	175,18	-1.327.040,00	
Resultado Nominal	1.133.440,00	0,00	-484.000,00	100,00	-968.000,00	-80,00	-193.600,00	
Dívida Pública Consolidada	1.452.000,00	-30,30	1.012.000,00	-78,26	220.000,00	-78,00	48.400,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.452.000,00	-33,33	968.000,00	-100,00	0,00		-193.600,00	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo 1.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores

Especificação	Valores a preços Correntes							
	2012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	14.000.000,00		35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00		21,51	16.905.000,00	15,63	19.548.000,00	23,77	24.195.000,00
Despesa Total	14.000.000,00		35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00		36,89	18.370.000,00	9,40	20.096.000,00	27,90	25.703.000,00
Resultado Primário (I - II)	493.000,00		-397,16	-1.465.000,00	-62,59	-548.000,00	175,18	-1.508.000,00
Resultado Nominal	1.288.000,00		0,00	-550.000,00	100,00	-1.100.000,00	-80,00	-220.000,00
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00		-30,30	1.150.000,00	-78,26	250.000,00	-78,00	55.000,00
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00		-33,33	1.100.000,00	-100,00	0,00		-220.000,00

Especificação	Valores a preços Constantes							
	2.012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Receita não Financeira (I)	12.243.440,00	21,51	14.876.400,00	15,63	17.202.240,00	23,77	21.291.600,00	
Despesa Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Despesa não Financeira (II)	11.809.600,00	36,89	16.165.600,00	9,40	17.684.480,00	27,90	22.618.640,00	
Resultado Primário (I - II)	433.840,00	-397,16	-1.289.200,00	-62,59	-482.240,00	175,18	-1.327.040,00	
Resultado Nominal	1.133.440,00	0,00	-484.000,00	100,00	-968.000,00	-80,00	-193.600,00	
Dívida Pública Consolidada	1.452.000,00	-30,30	1.012.000,00	-78,26	220.000,00	-78,00	48.400,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.452.000,00	-33,33	968.000,00	-100,00	0,00		-193.600,00	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo 1.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores

Especificação	Valores a preços Correntes							
	2012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00	21,51	16.905.000,00	15,63	19.548.000,00	23,77	24.195.000,00	
Despesa Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00	36,89	18.370.000,00	9,40	20.096.000,00	27,90	25.703.000,00	
Resultado Primário (I – II)	493.000,00	-397,16	-1.465.000,00	-62,59	-548.000,00	175,18	-1.508.000,00	
Resultado Nominal	1.288.000,00	0,00	-550.000,00	100,00	-1.100.000,00	-80,00	-220.000,00	
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00	-30,30	1.150.000,00	-78,26	250.000,00	-78,00	55.000,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00	-33,33	1.100.000,00	-100,00	0,00		-220.000,00	

Especificação	Valores a preços Constantes							
	2.012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Receita não Financeira (I)	12.243.440,00	21,51	14.876.400,00	15,63	17.202.240,00	23,77	21.291.600,00	
Despesa Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Despesa não Financeira (II)	11.809.600,00	36,89	16.165.600,00	9,40	17.684.480,00	27,90	22.618.640,00	
Resultado Primário (I - II)	433.840,00	-397,16	-1.289.200,00	-62,59	-482.240,00	175,18	-1.327.040,00	
Resultado Nominal	1.133.440,00	0,00	-484.000,00	100,00	-968.000,00	-80,00	-193.600,00	
Dívida Pública Consolidada	1.452.000,00	-30,30	1.012.000,00	-78,26	220.000,00	-78,00	48.400,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.452.000,00	-33,33	968.000,00	-100,00	0,00		-193.600,00	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo 1.2 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas Exercícios Anteriores

Especificação	Valores a preços Correntes							
	2012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00	21,51	16.905.000,00	15,63	19.548.000,00	23,77	24.195.000,00	
Despesa Total	14.000.000,00	35,71	19.000.000,00	7,37	20.400.000,00	27,45	26.000.000,00	
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00	36,89	18.370.000,00	9,40	20.096.000,00	27,90	25.703.000,00	
Resultado Primário (I – II)	493.000,00	-397,16	-1.465.000,00	-62,59	-548.000,00	175,18	-1.508.000,00	
Resultado Nominal	1.288.000,00	0,00	-550.000,00	100,00	-1.100.000,00	-80,00	-220.000,00	
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00	-30,30	1.150.000,00	-78,26	250.000,00	-78,00	55.000,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00	-33,33	1.100.000,00	-100,00	0,00		-220.000,00	

Especificação	Valores a preços Constantes							
	2.012	%	2013	%	2014	%	2015	
Receita Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Receita não Financeira (I)	12.243.440,00	21,51	14.876.400,00	15,63	17.202.240,00	23,77	21.291.600,00	
Despesa Total	12.320.000,00	35,71	16.720.000,00	7,37	17.952.000,00	27,45	22.880.000,00	
Despesa não Financeira (II)	11.809.600,00	36,89	16.165.600,00	9,40	17.684.480,00	27,90	22.618.640,00	
Resultado Primário (I - II)	433.840,00	-397,16	-1.289.200,00	-62,59	-482.240,00	175,18	-1.327.040,00	
Resultado Nominal	1.133.440,00	0,00	-484.000,00	100,00	-968.000,00	-80,00	-193.600,00	
Dívida Pública Consolidada	1.452.000,00	-30,30	1.012.000,00	-78,26	220.000,00	-78,00	48.400,00	
Dívida Consolidada Líquida	1.452.000,00	-33,33	968.000,00	-100,00	0,00		-193.600,00	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias
de Caráter Continuado

ESPECIFICAÇÃO	EXECUTADA EXERCÍCIO 2013	PROJETADA EXERCÍCIO 2014	EXPANSÃO
Despesa Pessoal e Encargos	8.221.400,20	9.351.000,00	1.129.599,80
Outras Despesas de Custeio	5.311.191,57	5.276.000,00	(35.191,57)
TOTAIS	13.532.591,77	14.627.000,00	1.094.408,23

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO					
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	
RECEITA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.000,00	60.000,00	52.000,00	65.000,00	
(-) Operações de Crédito	0,00	2.000.000,00	750.000,00	1.600.000,00	
(-) Alienação de Bens	27.000,00	35.000,00	50.000,00	140.000,00	
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	13.913.000,00	16.905.000,00	19.548.000,00	24.195.000,00	
DESPESA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Superávit para o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Amortização de Dívida	540.000,00	550.000,00	200.000,00	182.000,00	
(-) Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	54.000,00	65.000,00	
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	13.420.000,00	18.370.000,00	20.096.000,00	25.703.000,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	493.000,00	(1.465.000,00)	(548.000,00)	(1.508.000,00)	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO					
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	
RECEITA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.000,00	60.000,00	52.000,00	65.000,00	
(-) Operações de Crédito	0,00	2.000.000,00	750.000,00	1.600.000,00	
(-) Alienação de Bens	27.000,00	35.000,00	50.000,00	140.000,00	
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	13.913.000,00	16.905.000,00	19.548.000,00	24.195.000,00	
DESPESA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Superávit para o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Amortização de Dívida	540.000,00	550.000,00	200.000,00	182.000,00	
(-) Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	54.000,00	65.000,00	
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	13.420.000,00	18.370.000,00	20.096.000,00	25.703.000,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	493.000,00	(1.465.000,00)	(548.000,00)	(1.508.000,00)	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO					
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	
RECEITA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.000,00	60.000,00	52.000,00	65.000,00	
(-) Operações de Crédito	0,00	2.000.000,00	750.000,00	1.600.000,00	
(-) Alienação de Bens	27.000,00	35.000,00	50.000,00	140.000,00	
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	13.913.000,00	16.905.000,00	19.548.000,00	24.195.000,00	
DESPESA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Superávit para o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Amortização de Dívida	540.000,00	550.000,00	200.000,00	182.000,00	
(-) Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	54.000,00	65.000,00	
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	13.420.000,00	18.370.000,00	20.096.000,00	25.703.000,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	493.000,00	(1.465.000,00)	(548.000,00)	(1.508.000,00)	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO					
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	
RECEITA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.000,00	60.000,00	52.000,00	65.000,00	
(-) Operações de Crédito	0,00	2.000.000,00	750.000,00	1.600.000,00	
(-) Alienação de Bens	27.000,00	35.000,00	50.000,00	140.000,00	
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	13.913.000,00	16.905.000,00	19.548.000,00	24.195.000,00	
DESPESA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Superávit para o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Amortização de Dívida	540.000,00	550.000,00	200.000,00	182.000,00	
(-) Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	54.000,00	65.000,00	
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	13.420.000,00	18.370.000,00	20.096.000,00	25.703.000,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	493.000,00	(1.465.000,00)	(548.000,00)	(1.508.000,00)	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO					
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	
RECEITA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.000,00	60.000,00	52.000,00	65.000,00	
(-) Operações de Crédito	0,00	2.000.000,00	750.000,00	1.600.000,00	
(-) Alienação de Bens	27.000,00	35.000,00	50.000,00	140.000,00	
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	13.913.000,00	16.905.000,00	19.548.000,00	24.195.000,00	
DESPESA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Superávit para o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Amortização de Dívida	540.000,00	550.000,00	200.000,00	182.000,00	
(-) Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	54.000,00	65.000,00	
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	13.420.000,00	18.370.000,00	20.096.000,00	25.703.000,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	493.000,00	(1.465.000,00)	(548.000,00)	(1.508.000,00)	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO					
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	
RECEITA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.000,00	60.000,00	52.000,00	65.000,00	
(-) Operações de Crédito	0,00	2.000.000,00	750.000,00	1.600.000,00	
(-) Alienação de Bens	27.000,00	35.000,00	50.000,00	140.000,00	
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	13.913.000,00	16.905.000,00	19.548.000,00	24.195.000,00	
DESPESA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Superávit para o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Amortização de Dívida	540.000,00	550.000,00	200.000,00	182.000,00	
(-) Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	54.000,00	65.000,00	
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	13.420.000,00	18.370.000,00	20.096.000,00	25.703.000,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	493.000,00	(1.465.000,00)	(548.000,00)	(1.508.000,00)	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO					
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	
RECEITA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.000,00	60.000,00	52.000,00	65.000,00	
(-) Operações de Crédito	0,00	2.000.000,00	750.000,00	1.600.000,00	
(-) Alienação de Bens	27.000,00	35.000,00	50.000,00	140.000,00	
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	13.913.000,00	16.905.000,00	19.548.000,00	24.195.000,00	
DESPESA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Superávit para o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Amortização de Dívida	540.000,00	550.000,00	200.000,00	182.000,00	
(-) Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	54.000,00	65.000,00	
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	13.420.000,00	18.370.000,00	20.096.000,00	25.703.000,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	493.000,00	(1.465.000,00)	(548.000,00)	(1.508.000,00)	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.5 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Primário

METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO					
ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015	
RECEITA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	60.000,00	60.000,00	52.000,00	65.000,00	
(-) Operações de Crédito	0,00	2.000.000,00	750.000,00	1.600.000,00	
(-) Alienação de Bens	27.000,00	35.000,00	50.000,00	140.000,00	
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	13.913.000,00	16.905.000,00	19.548.000,00	24.195.000,00	
DESPESA TOTAL	14.000.000,00	19.000.000,00	20.400.000,00	26.000.000,00	
(-) Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Superávit para o exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Amortização de Dívida	540.000,00	550.000,00	200.000,00	182.000,00	
(-) Reserva de Contingência	30.000,00	30.000,00	54.000,00	65.000,00	
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	13.420.000,00	18.370.000,00	20.096.000,00	25.703.000,00	
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	493.000,00	(1.465.000,00)	(548.000,00)	(1.508.000,00)	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS			
	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.650.000,00	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	250.000,00	0,00	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000				
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses				
Parcelamento de Dívidas	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Previdenciárias	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Outras Dívidas	100.000,00	50.000,00	50.000,00	55.000,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	50.000,00	250.000,00	275.000,00
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	750.000,00	825.000,00
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	750.000,00	700.000,00	500.000,00	550.000,00
OBRIGAÇÕES N INTEGRANTES DA DIV. CONSOL.	0,00	0,00	0,00	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	-
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	-
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	(220.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.278.000,00	16.270.000,00	16.972.000,00	21.959.000,00
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	12,43	6,76	0,00	(1,00)

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS			
	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.650.000,00	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	250.000,00	0,00	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000				
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses				
Parcelamento de Dívidas	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Previdenciárias	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Outras Dívidas	100.000,00	50.000,00	50.000,00	55.000,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	50.000,00	250.000,00	275.000,00
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	750.000,00	825.000,00
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	750.000,00	700.000,00	500.000,00	550.000,00
OBRIGAÇÕES N INTEGRANTES DA DIV. CONSOL.	0,00	0,00	0,00	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	-
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	-
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	(220.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.278.000,00	16.270.000,00	16.972.000,00	21.959.000,00
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	12,43	6,76	0,00	(1,00)

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS			
	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.650.000,00	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	250.000,00	0,00	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000				
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses				
Parcelamento de Dívidas	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Previdenciárias	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Outras Dívidas	100.000,00	50.000,00	50.000,00	55.000,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	50.000,00	250.000,00	275.000,00
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	750.000,00	825.000,00
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	750.000,00	700.000,00	500.000,00	550.000,00
OBRIGAÇÕES N INTEGRANTES DA DIV. CONSOL.	0,00	0,00	0,00	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	-
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	-
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	(220.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.278.000,00	16.270.000,00	16.972.000,00	21.959.000,00
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	12,43	6,76	0,00	(1,00)

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS			
	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.650.000,00	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	250.000,00	0,00	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000				
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses				
Parcelamento de Dívidas	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Previdenciárias	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Outras Dívidas	100.000,00	50.000,00	50.000,00	55.000,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	50.000,00	250.000,00	275.000,00
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	750.000,00	825.000,00
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	750.000,00	700.000,00	500.000,00	550.000,00
OBRIGAÇÕES N INTEGRANTES DA DIV. CONSOL.	0,00	0,00	0,00	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	-
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	-
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	(220.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.278.000,00	16.270.000,00	16.972.000,00	21.959.000,00
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	12,43	6,76	0,00	(1,00)

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS				
	2012	2013	2014	2015	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.650.000,00	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00	
Dívida Mobiliária					
Dívida Contratual	250.000,00	0,00	-	-	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000					
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses					
Parcelamento de Dívidas	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00	
De Tributos					
De Contribuições Sociais	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00	
Previdenciárias	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00	
Demais Contribuições Sociais					
Do FGTS					
Outras Dívidas	100.000,00	50.000,00	50.000,00	55.000,00	
DEDUÇÕES (II)	0,00	50.000,00	250.000,00	275.000,00	
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	750.000,00	825.000,00	
Haveres Financeiros					
(-) Restos a Pagar Processados	750.000,00	700.000,00	500.000,00	550.000,00	
OBRIGAÇÕES N INTEGRANTES DA DIV. CONSOL.	0,00	0,00	0,00	-	
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	-	
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	-	
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	-	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	(220.000,00)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.278.000,00	16.270.000,00	16.972.000,00	21.959.000,00	
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	12,43	6,76	0,00	(1,00)	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.7 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS			
	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.650.000,00	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	250.000,00	0,00	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000				
Operações de Crédito Inferiores a 12 meses				
Parcelamento de Dívidas	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
De Tributos				
De Contribuições Sociais	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Previdenciárias	1.300.000,00	1.100.000,00	200.000,00	220.000,00
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Outras Dívidas	100.000,00	50.000,00	50.000,00	55.000,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	50.000,00	250.000,00	275.000,00
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	750.000,00	825.000,00
Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados	750.000,00	700.000,00	500.000,00	550.000,00
OBRIGAÇÕES N INTEGRANTES DA DIV. CONSOL.	0,00	0,00	0,00	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	-
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	-
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (I - II)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	(220.000,00)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.278.000,00	16.270.000,00	16.972.000,00	21.959.000,00
% DE COMPROMETIMENTO DA RCL	12,43	6,76	0,00	(1,00)

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

**Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem
e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	2011	2012	2013
PREFEITURA MUNICIPAL (Prefeitura e Câmara)	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Ativo Real Líquido	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Ativo Real Líquido	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00
Ativo Real Líquido	0,00	0,00	0,00
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.550.302,63	11.062.474,53	13.154.631,97

RECEITAS REALIZADAS			
	2013	2012	2011
Consolidado	(a)	(a)	(a)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Ativos	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	55.200,00	46.100,00

DESPESAS LIQUIDADAS			
	2013	2012	2011
Consolidado	(b)	(b)	(b)
DESPESAS DE CAPITAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23
Investimentos	2.387.347,64	2.759.650,70	1.303.253,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	215.041,90	215.041,90	669.612,25
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	2011	2012	2013
PREFEITURA MUNICIPAL (Prefeitura e Câmara)	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Ativo Real Líquido	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Ativo Real Líquido	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00
Ativo Real Líquido	0,00	0,00	0,00
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.550.302,63	11.062.474,53	13.154.631,97

RECEITAS REALIZADAS			
	2013	2012	2011
Consolidado	(a)	(a)	(a)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Ativos	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	55.200,00	46.100,00

DESPESAS LIQUIDADAS			
	2013	2012	2011
Consolidado	(b)	(b)	(b)
DESPESAS DE CAPITAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23
Investimentos	2.387.347,64	2.759.650,70	1.303.253,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	215.041,90	215.041,90	669.612,25
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

**Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem
e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos**

PATRIMONIO LIQUIDO			
	2011	2012	2013
PREFEITURA MUNICIPAL (Prefeitura e Câmara)	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Ativo Real Líquido	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Ativo Real Líquido	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00
Ativo Real Líquido	0,00	0,00	0,00
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.550.302,63	11.062.474,53	13.154.631,97

RECEITAS REALIZADAS			
	2013	2012	2011
Consolidado	(a)	(a)	(a)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Ativos	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	55.200,00	46.100,00

DESPESAS LIQUIDADAS			
	2013	2012	2011
Consolidado	(b)	(b)	(b)
DESPESAS DE CAPITAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23
Investimentos	2.387.347,64	2.759.650,70	1.303.253,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	215.041,90	215.041,90	669.612,25
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

**Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem
e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	2011	2012	2013
PREFEITURA MUNICIPAL (Prefeitura e Câmara)	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Ativo Real Líquido	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Ativo Real Líquido	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00
Ativo Real Líquido	0,00	0,00	0,00
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.550.302,63	11.062.474,53	13.154.631,97

RECEITAS REALIZADAS			
	2013	2012	2011
Consolidado	(a)	(a)	(a)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Ativos	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	55.200,00	46.100,00

DESPESAS LIQUIDADAS			
	2013	2012	2011
Consolidado	(b)	(b)	(b)
DESPESAS DE CAPITAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23
Investimentos	2.387.347,64	2.759.650,70	1.303.253,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	215.041,90	215.041,90	669.612,25
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos

PATRIMONIO LIQUIDO			
	2011	2012	2013
PREFEITURA MUNICIPAL (Prefeitura e Câmara)	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Ativo Real Líquido	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Ativo Real Líquido	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00
Ativo Real Líquido	0,00	0,00	0,00
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.550.302,63	11.062.474,53	13.154.631,97

RECEITAS REALIZADAS Consolidado			
	2013 (a)	2012 (a)	2011 (a)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Ativos	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	55.200,00	46.100,00

DESPESAS LIQUIDADAS Consolidado			
	2013 (b)	2012 (b)	2011 (b)
DESPESAS DE CAPITAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23
Investimentos	2.387.347,64	2.759.650,70	1.303.253,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	215.041,90	215.041,90	669.612,25
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014

**Anexo I.8 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem
e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos**

PATRIMONIO LIQUIDO			
	2011	2012	2013
PREFEITURA MUNICIPAL (Prefeitura e Câmara)	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Ativo Real Líquido	8.743.990,18	9.971.610,16	11.699.934,65
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Ativo Real Líquido	806.312,45	1.090.864,37	1.454.697,32
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00
Ativo Real Líquido	0,00	0,00	0,00
Passivo Real a Descoberto	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.550.302,63	11.062.474,53	13.154.631,97

RECEITAS REALIZADAS			
	2013	2012	2011
Consolidado	(a)	(a)	(a)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Ativos	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	55.200,00	46.100,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	55.200,00	46.100,00

DESPESAS LIQUIDADAS			
	2013	2012	2011
Consolidado	(b)	(b)	(b)
DESPESAS DE CAPITAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23
Investimentos	2.387.347,64	2.759.650,70	1.303.253,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	215.041,90	215.041,90	669.612,25
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.602.389,54	2.974.692,60	1.972.866,23

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015

Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA				COMPENSAÇÃO	
	TRIBUTO	2012	2013	2014	2015	
1- Descontos para pagamento do IPTU em cota única	IPTU	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF
2- Redução na cobrança de multas/juros na dívida ativa	IPTU/ISS/OUTRAS MULTAS	85.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	Idem
3- Redução na cobrança de alvarás	Alvará	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	Idem
4- Redução na cobrança do ISS Fixo	ISS Fixo	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Idem
5- Redução na cobrança de contribuição de melhoria	Contribuição de Melhoria	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Idem
TOTAL		190.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015

Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA				COMPENSAÇÃO	
	TRIBUTO	2012	2013	2014	2015	
1- Descontos para pagamento do IPTU em cota única	IPTU	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	Dispensada, conforme artigo 14, I da LRF
2- Redução na cobrança de multas/juros na dívida ativa	IPTU/ISS/OUTRAS MULTAS	85.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	Idem
3- Redução na cobrança de alvarás	Alvará	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	Idem
4- Redução na cobrança do ISS Fixo	ISS Fixo	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Idem
5- Redução na cobrança de contribuição de melhoria	Contribuição de Melhoria	10.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Idem
TOTAL		190.000,00	126.000,00	126.000,00	126.000,00	

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015

Anexo I.3.1 - Memória e Metodologia de Cálculo das
Principais Fontes de Receita - Consolidada

1 - Receita Tributária

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	1.460.121,36	
2012(*)	1.638.932,69	12,25
2013 (*)	2.035.000,00	24,17
2014 (**)	1.792.000,00	(11,94)
2015 (**)	2.380.000,00	32,81

(*) Arrecadada

(**) Projetada

2 - Fundo de Participação dos Municípios

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	4.780.195,84	
2012(*)	4.918.424,87	2,89
2013 (*)	6.000.000,00	21,99
2014 (**)	6.900.000,00	15,00
2015 (**)	8.600.000,00	24,64

(*) Arrecadada

(**) Projetada

3 - Transferências de Recursos do SUS

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	519.729,22	
2012(*)	641.388,45	23,41
2013 (*)	700.000,00	9,14
2014 (**)	650.000,00	(7,14)
2015 (**)	746.000,00	14,77

(*) Arrecadada

(**) Projetada

4 - Cota-Parte do ICMS

ANO	VALOR NOMINAL	CRESCIMENTO %
2011(*)	2.312.503,47	
2012(*)	2.471.906,70	6,89
2013 (*)	2.800.000,00	13,27
2014 (**)	3.800.000,00	35,71
2015 (**)	5.000.000,00	31,58

(*) Arrecadada

(**) Projetada

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo 1.6 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais do Resultado Nominal

ESPECIFICAÇÃO	2012	2013	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.650.000,00	1.150.000,00	250.000,00	55.000,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	50.000,00	250.000,00	275.000,00
Ativo Disponível	750.000,00	750.000,00	750.000,00	825.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	750.000,00	700.000,00	500.000,00	550.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III= I - II)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	-220.000,00
Receitas de Privatizações (IV)	0,00	0	0	0
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0	0	0
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI= III + IV - V)	1.650.000,00	1.100.000,00	0,00	-220.000,00
RESULTADO NOMINAL	1.288.000,00	-550.000,00	-1.100.000,00	-220.000,00

Obs.: * Os dados dos exercícios de 2012 e 2013 foram obtidos dos respectivos balanços.

* Os dados do exercício de 2014 constam da LDO do exercício de 2014.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

Anexo I.1 - Avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do último Exercício Encerrado

Especificação	METAS PREVISTAS 2013	METAS REALIZADAS 2013	VARIAÇÃO
			VALOR
Receita Total	19.000.000,00	16.347.454,33	-2.652.545,67
Receita não Financeira	16.905.000,00	16.246.425,74	-658.574,26
Despesa Total	19.000.000,00	14.703.396,92	-4.296.603,08
Despesa não Financeira	18.370.000,00	14.471.274,89	-3.898.725,11
Resultado Primário	(1.465.000,00)	372.083,36	1.837.083,36
Resultado Nominal	-550.000,00	-1.753.620,00	-1.203.620,00
Dívida Pública Consolidada	1.150.000,00	114.640,60	-1.035.359,40
Dívida Consolidada Líquida	1.100.000,00	-1.643.168,90	-2.743.168,90

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015
Consolidado

ANEXO I - METAS FISCAIS

Especificação	Metas para 2012		Metas para 2013		Metas para 2014		Metas para 2015	
	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante	Valor Corrente	Valor Constante
Receita Total	14.000.000,00	12.320.000,00	19.000.000,00	16.720.000,00	20.400.000,00	17.952.000,00	26.000.000,00	22.880.000,00
Receita não Financeira (I)	13.913.000,00	12.243.440,00	16.905.000,00	14.876.400,00	19.548.000,00	17.202.240,00	24.195.000,00	21.291.600,00
Despesa Total	14.000.000,00	12.320.000,00	19.000.000,00	16.720.000,00	20.400.000,00	17.952.000,00	26.000.000,00	22.880.000,00
Despesa não Financeira (II)	13.420.000,00	11.809.600,00	18.370.000,00	16.165.600,00	20.096.000,00	17.684.480,00	25.703.000,00	22.618.640,00
Resultado Primário (I - II)	493.000,00	433.840,00	-1.465.000,00	-1.289.200,00	-548.000,00	-482.240,00	-1.508.000,00	-1.327.040,00
Resultado Nominal	1.288.000,00	1.133.440,00	-550.000,00	-484.000,00	-1.100.000,00	-968.000,00	-220.000,00	-193.600,00
Dívida Pública Consolidada	1.650.000,00	1.452.000,00	1.150.000,00	1.012.000,00	250.000,00	220.000,00	55.000,00	48.400,00
Dívida Consolidada Líquida	1.650.000,00	1.452.000,00	1.100.000,00	968.000,00	0,00	0,00	-220.000,00	-193.600,00

Metas para 2015 atualizadas e revistas com base no PPA 2014/2017 com a correção monetária dos valores das receitas e das despesas.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015

Anexo III - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PREFEITURA MUNICIPAL		Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	40.000,00
1. Passivos Contingentes	5.000,00		
1.1. Processo de Desapropriação	5.000,00		
2. Outros Riscos Fiscais	35.000,00		
2.1. Intempéries	10.000,00		
2.2. Frustração Cobrança Dívida Ativa	0,00		
2.3. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	25.000,00		
3. Eventos Fiscais Imprevistos	0,00		
3.1. Ocorrência Fatos não Previstos em Execução de Obras ou Serviços	0,00		
SOMA	40.000,00	SOMA	40.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	14.000,00
1. Outros Riscos Fiscais	14.000,00		
1.1. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	9.000,00		
1.2. Campanhas de Saúde	5.000,00		
2. Outros Riscos Fiscais	0,00		
2.1. Intempéries	0,00		
SOMA	14.000,00	SOMA	14.000,00
TOTAL GERAL	54.000,00	TOTAL GERAL	54.000,00

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015

Anexo IV - DEMONSTRATIVO DA PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS E
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO PARA EXERCÍCIO 2014

IDENTIFICAÇÃO	CUSTOS
OBRAS EM ANDAMENTO	
Não há valores a informar	-
TOTAL	-
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	
1- Reforma da rede física - Ensino Básico	20.000,00
3- Manutenção de Prédios e Bens Públicos	5.000,00
TOTAL	25.000,00
TOTAL GERAL	25.000,00

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 02

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2015						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 2						
GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						
DIAGNÓSTICO						
Este programa será executado pela estrutura do gabinete do Prefeito e suas assessorias.						
DIRETRIZES						
Elaboração da legislação necessária à gestão pública municipal; acompanhamento do processo legislativo; publicação dos atos da administração, coordenação das audiências públicas; coordenação da execução das políticas públicas; defesa dos interesses do município; planejamento das ações da administração; acompanhamento do sistema de controle interno; acompanhamento e avaliação dos programas de governo.						
OBJETIVOS						
Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
3	Manut. Gabinete Prefeito, Vice e Assessorias	Diversos			430.000,00	0.1.00
4	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade		5.000,00	0.1.00
5	Aquisição de Area e Construção da Sede Administrativa	Diversos			50.000,00	0.1.00
					1.400.000,00	0.1.90
					25.000,00	0.1.92
TOTAL					1.910.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.
 0.1.90 - Operações de Créditos Internas
 0.1.92 - Alienação de Bens.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 01**

* Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
 * Obrigações Patronais;
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
 * Subvenções Sociais;
 * Diárias Civil;
 * Material de Consumo;
 * Sentenças Judiciais (Pessoal);
 * Obras e Instalações;

* Sentenças Judiciais (Correntes);
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
 * Auxílio-Alimentação;
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);
 * Equipamentos e Material Permanente,
 * Contribuições;
 * Aquisição de Imóveis.

|

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 03

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 3						
ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO						
DIAGNÓSTICO						
Este programa será executado pela estrutura administrativa e assessorias						
DIRETRIZES						
Gerenciamento de recursos humanos; bens patrimoniais; controle da frota; elaboração de processos licitatórios; atualização do cadastro imobiliário, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, de obras e posturas, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, controle de saldos de caixa e bancos, registro contábil dos atos e fatos da administração, controle da aplicação de recursos vinculados, emissão de relatórios gerenciais, apresentação de prestação de contas, etc.						
OBJETIVOS						
Manter o controle dos atos de pessoal, do patrimônio público e dos serviços gerais da administração, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões, arrecadar os tributos de competência do Município, controlar os limites de gastos para atender a legislação e cumprir o mandamento constitucional do controle interno.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
6	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Bem patr.	Unidade		5.000,00	0.1.00
7	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	Diversos			1.695.000,00	0.1.00
8	Manutenção das Ações de Despesa Civil				30.000,00	0.1.00
					30.000,00	0.1.24
TOTAL					1.760.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários.
- * 0.1.24 - Transferências de Convênios.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 02 e 04**

- | | |
|--|---|
| * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil; | * Sentenças Judiciais (Correntes); |
| * Obrigações Patronais; | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; |
| * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal); | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; |
| * Subvenções Sociais; | * Auxílio-Alimentação; |
| * Diárias Civil; | * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes); |
| * Material de Consumo; | * Equipamentos e Material Permanente, |
| * Sentenças Judiciais (Pessoal); | * Aquisição de Imóveis. |
| * Obras e Instalações; | |

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 04

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 4						
CRIANÇA NA ESCOLA						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui duas escolas na rede de ensino fundamental. Além de ocupar temporariamente parte das instalações da escola estadual.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade de melhorias e ampliação da rede física das escolas do município e aquisição de equipamentos. Melhoria do transporte escolar com aquisição de veículos e capacitação dos condutores.						
OBJETIVOS						
Melhorar a frequência nas escolas e a qualidade de ensino.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
9	Ampl., Constr. e Reforma Rede Física do Ensino Básico	Área	m²		480.000,00	0.1.00
					50.000,00	0.1.15
					210.000,00	0.1.22
10	Manutenção do Ensino Regular	Diversos			880.000,00	0.1.00
					140.000,00	0.1.15
					3.450.000,00	0.1.18
					1.035.000,00	0.1.19
					60.000,00	0.1.22
25.000,00	0.1.94					
11	Manutenção do Transporte Escolar	Aluno/dia	Unidade		200.000,00	0.1.00
					50.000,00	0.1.15
					165.000,00	0.1.22
12	Manutenção da Merenda Escolar	Aluno/dia	Unidade		200.000,00	0.1.00
					325.000,00	0.1.15
13	Aquisição de Ônibus e Veículos	Ônibus	Unidade		120.000,00	0.1.00
					45.000,00	0.1.15
14	Construção de Quadra Poliesportiva Coberta	Área	m²		50.000,00	0.1.00
					100.000,00	0.1.15
					70.000,00	0.1.22
15	Implantação/ampliação de Laboratórios de Informática	Equiptos.	Unidade		40.000,00	0.1.00
16	Manutenção de Outros Níveis de Ensino	Diversos	Diversos		100.000,00	0.1.00
17	Manutenção do Departamento de Educação	Diversos	Diversos		140.000,00	0.1.00
18	Aquis. Área, Constr. Ampliação de Creches	Área	m2		50.000,00	0.1.00
19	Manutenção das Creches	Diversos			160.000,00	0.1.00
					25.000,00	0.1.15
TOTAL					8.170.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários;
- * 0.1.15 - Transferências de Recursos do FNDE;
- * 0.1.18 - Transferências do FUNDEB - 60% Rem. Profis. Educação
- * 0.1.19 - Transferências do FUNDEB - outras despesas
- * 0.1.22 - Transferências de Convênios - Educação
- * 0.1.90 - Operações de Crédito Internas
- * 0.1.92 - Alienação de Bens

Legenda de Produto:**Diversos: Ação02, 03 - 04 - 08 - 09 e 11**

- * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
- * Obrigações Patronais;
- * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
- * Subvenções Sociais;
- * Diárias Civil;
- * Material de Consumo;
- * Sentenças Judiciais (Pessoal);

- * Obras e Instalações
- * Sentenças Judiciais (Correntes);
- * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
- * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- * Auxílio-Alimentação;
- * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);
- * Equipamentos e Material Permanente,
- * Aquisição de Imóveis.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 05

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015 ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 5						
ESPORTE AMADOR						
DIAGNÓSTICO						
Na rede municipal, a população com aproximadamente 6.627 habitantes dispõe para uso na área esportiva de apenas um campo de futebol (aberto).						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade de melhorias e ampliação para melhor atender os munícipes com construção de 3 (três) quadras poliesportivas e a aquisição de equipamentos esportivos e manutenção do desporto amador.						
OBJETIVOS						
Estimular a prática esportiva, descobrir novos talentos, afastar os jovens das drogas. Atender as reivindicações dos bairros São Francisco, Centro e Balneário Rosa do Mar.						
Cod.	Ações	Produtos	Un. Medida	META	VALOR	DR
20	Manutenção da Secretaria de Esportes	Diversos			150.000,00	0.1.00
21	Construção de Quadra Poliesportiva	Quadra	Unidade		50.000,00	0.1.00
22	Manutenção de Projetos Esportivos	Projetos			5.000,00	0.1.00
23	Construção de Equipamentos Esportivos	Pista	Unidade		60.000,00	0.1.00
					25.000,00	0.1.24
24	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade		5.000,00	0.1.00
TOTAL					295.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

* 0.1.24 - Transferências de Convênios

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 01**

* Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
 * Obrigações Patronais;
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
 * Subvenções Sociais;
 * Diárias Civil;
 * Material de Consumo;
 * Sentenças Judiciais (Pessoal);
 * Obras e Instalações;

* Sentenças Judiciais (Correntes);
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
 * Auxílio-Alimentação;
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);
 * Equipamentos e Material Permanente,
 * Aquisição de Imóveis.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 06

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 6						
TURISMO E CULTURA INTEGRADOS						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui grande potencial turístico, contendo uma orla marítima de 13 Km, distribuídos em 24 balneários.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade da construção de guaritas para salva vidas, construção de banheiros publicos nas praias, construção e manutenção de passarelas em material ecologicamente correto para acesso as praias, construção de pórtico turístico, incentivos ao turismo integrado, construção do centro de eventos e manutenção de atividades da cultura e do turismo.						
OBJETIVOS						
Aumentar o fluxo de turistas gerando alternativas de renda para a população.						
Cod.	Ações	Produtos	Un. Medida	Meta	Valor	DR
25	Construção de Equip. de Suporte ao Turismo e Segurança ao Turista	Equipamento	Unidade		50.000,00	0.1.00
					12.000,00	0.1.24
26	Manutenção do Departamento de Turismo	Diversos			190.000,00	0.1.00
27	Manutenção do Departamento de Cultura	Diversos	diversos		40.000,00	0.1.00
28	Construção do Centro de Eventos e Ambientes Culturais	Área	m2		30.000,00	0.1.00
					165.000,00	0.1.24
29	Manutenção dos Eventos Municipais				40.000,00	0.1.00
					13.000,00	0.1.24
TOTAL					540.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários;
- * 0.1.24 - Transferências de Convênio

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 02, 03 e 05**

- | | |
|--|---|
| * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil; | * Sentenças Judiciais (Correntes); |
| * Obrigações Patronais; | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; |
| * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal); | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; |
| * Subvenções Sociais; | * Auxílio-Alimentação; |
| * Diárias Civil; | * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes); |
| * Material de Consumo; | * Equipamentos e Material Permanente, |
| * Sentenças Judiciais (Pessoal); | * Aquisição de Imóveis. |
| * Obras e Instalações; | |

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 07

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 7						
SAÚDE AO CIDADÃO						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui uma unidade de saúde na sede do Município e uma outra unidade de saúde no Balneário Bella Torres que presta atendimento básico nas áreas de odontologia, clínico geral, pediatria e gineco/obstetrícia. Desenvolve ações de baixa e média complexidade, referenciando ações de alta complexidade para centros de referência pactuados na Programação Pactuada e Integrada-PPI, há uma população de aproximadamente 6.627 habitantes.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade da construção e ampliação de unidades de saúdes, aquisição de equipamentos, instrumentais, material médico-hospitalar-odontológico, aquisição de veículos/ambulancias e aquisição de móveis.						
OBJETIVOS						
Oferecer ações básicas de saúde de acordo com as diretrizes do Ministério da Saúde; Dar atendimento à criança, ao adolescente, à mulher e ao idoso inseridos nos programas existentes; Oferecer aos usuários do SUS, serviços de qualidade, buscando prevenir doenças na população; Criar e implementar programas de saúde pública.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
30	Aquisição de Equip. e Veículos da Infraestrutura de Saúde	Veículo	Unidade		100.000,00	0.1.00
					120.000,00	0.2.23
					15.000,00	0.2.92
31	Aquis. Área, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades	Área	m²		100.000,00	0.1.00
					58.000,00	0.2.23
32	Manutenção do PSF/PACS	Equipo	Unidade		100.000,00	0.1.00
					335.000,00	0.2.14
33	Manutenção do PMAC				30.000,00	0.1.00
					80.000,00	0.2.14
34	Manutenção das Ações de Saúde Pública	Diversos			2.870.000,00	0.1.00
					12.000,00	0.2.12
					273.000,00	0.2.14
					46.000,00	0.2.23
35	Manutenção dos Programas Especiais de Saúde	Diversos			200.000,00	0.1.00
					58.000,00	0.2.14
					23.000,00	0.2.23
TOTAL					4.420.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários;
- * 0.2.00 - Recursos Ordinários;
- * 0.2.12 - Serviços de Saúde
- * 0.2.14 - Transferências de Recursos do SUS
- * 0.2.23 - Transferências de Convênios - Saúde
- * 0.2.92 - Alienação de Bens

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 03, 04 -e 05**

- * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
- * Obrigações Patronais;
- * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
- * Subvenções Sociais;
- * Diárias Civil;
- * Sentenças Judiciais (Correntes);
- * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
- * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- * Auxílio-Alimentação;
- * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);

* Material de Consumo;

* Sentenças Judiciais (Pessoal);

* Obras e Instalações;

* Equipamentos e Material Permanente,

* Aquisição de Imóveis.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 08

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 8						
PROTEÇÃO SOCIAL						
DIAGNÓSTICO						
Existe no município aproximadamente 400 famílias carentes que necessitam da atenção do poder público municipal, um grupo de idosos e 07 clubes de mães. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA é composto por 12 (doze) membros e pelo Conselho Tutelar-CT com 5 conselheiros eleitos e remunerados.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade do atendimento e orientação as famílias carentes, fortalecimento dos grupos de idosos e clube de mães. Construção de habitações populares e construção do CRAS.						
OBJETIVOS						
Criar alternativas de renda para as famílias carentes, integração do idoso a sociedade e melhoria de sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram suas potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar. Dar condições as famílias carentes de possuírem melhores condições de moradia.						
Cod	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
36	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Veículo	Unidade		5.000,00	0.1.00
37	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social	Diversos	Diversos		100.000,00	0.1.00
					92.000,00	0.1.29
38	Construção Cras				12.000,00	0.1.00
					58.000,00	0.1.24
39	Manut. Fundo Municipal dos Direitos	Diversos	Diversos		60.000,00	0.1.00
					58.000,00	0.1.44
40	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	Diversos	Diversos		10.000,00	0.1.00
41	Aquisição de Área e Construção de Casas Populares	Casa			65.000,00	0.1.00
					138.000,00	0.1.24
42	Formação e Capacitação Profissional	Aluno	Aluno		10.000,00	0.1.00
43	Apoio a Criança e ao Adolescente em Situação de Risco				150.000,00	0.1.00
TOTAL					758.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários.
- * 0.1.24 - Transferências de Convênios.
- * 0.1.29 - Transferências de Recursos FNAS
- * 0.1.44 - Transferências de Recursos FIA

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 02**

- | | |
|--|---|
| * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil; | * Sentenças Judiciais (Correntes); |
| * Obrigações Patronais; | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física; |
| * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal); | * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; |
| * Subvenções Sociais; | * Auxílio-Alimentação; |
| * Diárias Civil; | * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes); |
| * Material de Consumo; | * Equipamentos e Material Permanente, |
| * Sentenças Judiciais (Pessoal); | * Aquisição de Imóveis. |
| * Obras e Instalações; | |

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 09

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 9						
ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO						
DIAGNÓSTICO						
O Município rede de abastecimento de água, mas não possui rede de esgoto.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade da ampliação da rede de abastecimento de água e implantação da rede de esgoto, através da casan ou samae.						
OBJETIVOS						
Melhorar a qualidade de vida e saúde da população. Ampliar os serviços de tratamento de água e esgoto.						
Cod.	Ações	Produtos	Un. Medida	Meta	Valor	DR
44	Apliação Sitemas Trat. e Abastecimento de Água	Área	m ²		5.000,00 69.000,00	0.1.00 0.1.24
45	Aquisição de Área e Constr. De Estação de Tratamento de Esgoto	Projetos	Unidade		5.000,00 69.000,00	0.1.00 0.1.24
46	Destinação Final de Resíduos Sólidos do Lixo	Lixo	m ³		94.000,00 58.000,00	0.1.00 0.1.24
TOTAL					300.000,00	
<u>Legenda Destinação de Recursos:</u>						
* 0.1.00 - Recursos Ordinários.						
* 0.1.24 - Transferências de Convênios						

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 10

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015					
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO					
PROGRAMA 10					
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
DIAGNÓSTICO					
O Município possui pequenas propriedades rurais, que atuam na produção de fumo, mandioca e hortifrutigranjeiros, que necessitam do apoio da municipalidade com equipamentos agrícolas. A pesca é uma atividade importante, de subsistência de um grande número de famílias.					
DIRETRIZES					
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade da ampliação assistência técnica e com equipamentos aos pequenos produtores rurais, aquisição de novos equipamentos. Incentivos às atividades pesqueiras e outras atividades econômicas da indústria e do comércio.					
OBJETIVOS					
Ampliar área de produção e a produtividade, elevar a rentabilidade, capitalizar o agricultor, melhorar as condições de vida do pequeno produtor rural. Equipar as Secretarias da Pesca e da Agricultura. Capacitação de pescadores, agricultores e prestadores de serviços. Aquisição de áreas para o Parque Industrial.					
Cod.	Ações	Produtos	Meta	Valor	DR
47	Incentivo aos Programas de Desenv. Econômico			8.000,00	0.1.00
48	Aquis.Máquinas, Equip. Agrícolas e Utilitários	Máquinas/Equipam.		20.000,00 46.000,00	0.1.00 0.1.24
49	Manutenção da Secretaria de Agricultura	Diversos		173.000,00	0.1.00
50	Manutenção da Secretaria da Pesca			170.000,00	0.1.00
51	Infraestrutura para a Pesca			7.000,00 23.000,00	0.1.00 0.1.24
52	Manutenção do Depto. Des.Econômico			90.000,00	0.1.00
53	Manutenção do Depto. do Meio Ambiente			95.000,00 28.000,00	0.1.00 0.1.24
TOTAL				660.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

* 0.1.24 - Transferências de Convênios

* 0.1.95 - Transferências de Recursos de Convênio do Estado.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 03, 04, 06 e 07**

* Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;

* Obrigações Patronais;

* Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);

* Subvenções Sociais;

* Diárias Civil;

* Material de Consumo;

* Sentenças Judiciais (Pessoal);

* Obras e Instalações;

* Sentenças Judiciais (Correntes);

* Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;

* Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

* Auxílio-Alimentação;

* Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);

* Equipamentos e Material Permanente,

* Aquisição de Imóveis.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 11

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 11						
SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui frota de caçambas, carregadeira, retroescavadeiras e motoniveladora, para atender as estradas vicinais.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade da manutenção das atividades operacionais da Secretaria de obras e Serviços Públicos. Manutenção da Infraestrutura.						
OBJETIVOS						
Melhorar o sistema de transporte, limpeza pública, segurança , proporcionar melhor visual da margem da Lagoa da Barra e Rio Mampituba, sinalização de trânsito, manutenção e melhoramento de vias e praças.						
Cod.	Ações	Produtos	Un. Medida	Meta	Valor	DR
54	Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras				2.555.000,00	0.1.00
					115.000,00	0.1.24
55	Manutenção do Sistema de Iluminação Pública	Ponto Luz	Unidade		35.000,00	0.1.00
					280.000,00	0.1.17
56	Manut. da Infraestrutura Operacional de Serv. Públicos	Diversos	Diversos		60.000,00	0.1.00
					35.000,00	0.1.16
					25.000,00	0.1.24
					115.000,00	0.1.42
TOTAL					3.220.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários.
- * 0.1.16 - Contribuição cide
- * 0.1.17 - Contribuição COSIP
- * 0.1.24 - Transferências de Convênios.
- * 0.1.42 - Royalties de Petróleo

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 01, 02 e 03**

- * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
- * Obrigações Patronais;
- * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
- * Subvenções Sociais;
- * Diárias Civil;
- * Material de Consumo;
- * Sentenças Judiciais (Pessoal);
- * Obras e Instalações;
- * Sentenças Judiciais (Correntes);
- * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
- * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- * Auxílio-Alimentação;
- * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);
- * Equipamentos e Material Permanente,
- * Aquisição de Imóveis.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 12

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 12						
INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES						
DIAGNÓSTICO						
O Município possui frota própria de veículos e máquinas e uma malha viária que necessita de melhoramentos.						
DIRETRIZES						
Conforme reuniões realizadas nas comuninades, buscando atender as reivindicações dos cidadãos, vimos a necessidade ensaibramento, patrolamento e limpeza das estradas vicinais, contrução e conservação de pontes e bueiros, abertura de novas estradas e aquisição de novos equipamentos, pavimentação e drenagem de vias públicas.						
OBJETIVOS						
Ampliar e melhorar o sistema viário do município, equipar o sistema de coleta de lixo, pavimentação de ruas priorizadas nas audiências públicas e execução de projetos da infraestrutura na Sede, Praias e interior.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
57	Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos	Veículos	Unidade		290.000,00	0.1.00
					395.000,00	0.1.24
					100.000,00	0.1.90
					100.000,00	0.1.92
58	Pavimentação e Drenagem Pluvial de Ruas e Avenidas	Área	m²		600.000,00	0.1.00
					715.000,00	0.1.24
					100.000,00	0.1.90
59	Constr. Pontes, Pontilhões, Passarelas e Obras de Arte	Ponte/Pontilhões	m²		100.000,00	0.1.00
					70.000,00	0.1.24
60	Ampliação e Reforma da Garagem Municipal	Área	m²		40.000,00	0.1.00
61	Construção de Casa Mortuária e Ampl.Cemitérios	Área	m²		30.000,00	0.1.00
TOTAL					2.540.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

- * 0.1.00 - Recursos Ordinários.
- * 0.1.24 - Transferências de Convênios
- * 0.1.90 - Operações de Crédito Interns
- * 0.1.92 - Alienação de Bens

Legenda de Produto:**Diversos:**

- * Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
- * Obrigações Patronais;
- * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
- * Subvenções Sociais;
- * Diárias Civil;
- * Material de Consumo;
- * Sentenças Judiciais (Pessoal);
- * Obras e Instalações;

- * Sentenças Judiciais (Correntes);
- * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
- * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;
- * Auxílio-Alimentação;
- * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);
- * Equipamentos e Material Permanente,
- * Aquisição de Imóveis.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 13

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015 ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 13						
ENCARGOS ESPECIAIS						
DIAGNÓSTICO						
Neste programa estão globalizadas as despesas que pela sua natureza, não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, como dívidas parceladas, contribuição INSS, FGTS, PASEP e pagamento de precatórios trabalhistas.						
DIRETRIZES						
Pagamento mensal dos compromissos assumidos por empréstimos e financiamentos e encargos sociais.						
OBJETIVOS						
Garantir que os compromissos assumidos possam ser cumpridos integralmente.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
62	Manutenção dos Encargos Gerais	Diversos			232.000,00	0.1.00
TOTAL					232.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 01**

* Principal da Dívida Contratual Resgatada;
 * Juros sobre a Dívida por Contrato;
 * Obrigações Tributárias e Contributivas;
 * Amortização do principal e encargos da dívida;
 * Precatórios trabalhistas;

* Aumento e reposição salarial;
 * Reestruturação do quadro de cargos salários;
 * Precatórios de Títulos;
 * Restos a pagar de outros exercícios.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 14

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015						
ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA 14						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
DIAGNOSTICO						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
DIRETRIZES						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
OBJETIVOS						
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como constituição.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
63	Reserva de Contingência da Prefeitura	Diversos			48.000,00	0.1.00
64	Reserva de Contingência do Fundo M. de Saúde	Diversos			17.000,00	0.1.00
TOTAL					65.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 01 e 02**

- * Passivos Contingentes;
- * Eventos Fiscais Imprevistos;
- * Riscos Fiscais;
- * Dotações Orçadas a Menor e/ou não Orçadas.

Anexo I.3.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015			
Anexo I.3.d - Demonstrativo da Evolução da Receita para 2015- Art. 12 da LRF			
CÓDIGO	DR	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
		RECEITA CONSOLIDADA	2015
41000.00.00		RECEITAS CORRENTES	24.870.000,00
41100.00.00		Receita Tributária	2.380.000,00
41110.00.00		Impostos	1.750.000,00
41112.00.00		Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	1.500.000,00
41112.02.00	0.1.00	Imposto Predial e Territorial Urbano	1.300.000,00
41112.04.00		Imposto s/a Renda e Proventos Qualquer Natureza	200.000,00
41112.04.31	0.1.00	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	120.000,00
41112.04.34	0.1.00	IRRF sobre outros Rendimentos	30.000,00
41112.08.00	0.1.00	Imp.s/Transm.Inter Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	50.000,00
41113.00.00		Imposto sobre a Produção e Circulação	250.000,00
41113.05.00	0.1.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	250.000,00
41120.00.00		Taxas	595.000,00
41121.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	210.000,00
41121.17.00	0.1.00	Tx de Fisc. De Vigilância Sanitária	20.000,00
41121.25.00	0.1.00	Tx.Lic. P/Functo. Estab. Com., Ind. e Prestadora de Serviços	120.000,00
41121.29.00	0.1.00	Tx. de Licença para Execução de Obras	15.000,00
41121.41.00	0.1.00	Tx. De Verificação Posturas e Normas Urbanísticas	15.000,00
41121.99.00	0.1.00	Outras Tx pelo Poder de Polícia	40.000,00
41122.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços	385.000,00
41122.90.00	0.1.00	Taxa de Limpeza Pública	185.000,00
41122.99.00	0.1.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	200.000,00
41130.00.00		Contribuição de Melhorias	35.000,00
41130.04.00	0.1.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	35.000,00
41200.00.00		Receita de Contribuições	280.000,00
41220.00.00		Contribuições Econômicas	280.000,00
41220.29.00	0.1.17	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	280.000,00
41300.00.00		Receita Patrimonial	65.000,00
41325.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários	65.000,00
41325.01.00		Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	45.000,00
41325.01.01	0.1.94	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEB	25.000,00
41325.01.02	0.1.00	Remuneração Outros Dep. Bancários Rec. Vinculados	20.000,00
41325.02.00		Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	20.000,00
41325.02.99	0.1.00	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados	20.000,00
41400.00.00		Receita Agropecuária	30.000,00
41490.00.00	0.1.00	Outras Receitas Agropecuárias	30.000,00
41600.00.00		Receita de Serviços	16.000,00
41600.05.99	0.2.12	Outros Serviços de Saúde	12.000,00
41600.13.99	0.1.00	Outros Serviços Administrativos	4.000,00
41700.00.00		Transferências Correntes	21.526.000,00
41720.00.00		Transferências Intergovernamentais	21.009.000,00
41721.00.00		Transferências da União	10.623.000,00
41721.01.00		Participação na Receita da União	8.670.000,00
41721.01.02	0.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.600.000,00
41721.01.05	0.1.00	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	70.000,00
41721.09.00		Outras Transferências da União	265.000,00

Página 1

Anexo I.3.

41721.09.01	0.1.00	Transferências Financeiras ICMS - Deson. L.C. 87/96	65.000,00
41721.09.99	0.1.00	Demais Transferências da União	200.000,00
41721.22.00		Transf. Da Compensação Exploração recursos Minerais	115.000,00
41721.22.70	0.1.42	Cota-Parte do Fundo especial do Petróleo	115.000,00
41721.33.00	0.2.14	Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - FNS	746.000,00
41721.34.00	0.1.29	Transf. Do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	92.000,00
41721.35.00		Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação	735.000,00
41721.35.01	0.1.15	Transferências do Salário Educação*	380.000,00
41721.35.02	0.1.15	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE*	40.000,00
41721.35.03	0.1.15	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE*	140.000,00
41721.35.04	0.1.15	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	95.000,00
41721.35.05	0.1.15	Transf. Diretas do PNAC	40.000,00
41721.35.99	0.1.15	Outras Transf. Do FNDE	40.000,00
41722.00.00		Transferências dos Estados	5.901.000,00
41722.01.00		Participação na Receita dos Estados	5.901.000,00
41722.01.01	0.1.00	Cota-Parte do ICMS	5.000.000,00
41722.01.02	0.1.00	Cota-Parte do IPVA	700.000,00
41722.01.04	0.1.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	120.000,00
41722.01.13	0.1.16	Cota-Parte da Contr. Interv.Domínio Econômico- CIDE	35.000,00
41722.33.00	0.2.23	Transf de Recursos do Estado p/ Programas de Saúde	46.000,00
41724.00.00		Transferências Multigovernamentais	4.485.000,00
41724.01.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	4.485.000,00
41724.01.01	0.1.18	Transferências de Recursos do FUNDEB - 60%	3.450.000,00
41724.01.02	0.1.19	Transferências de Recursos do FUNDEB - 40%	1.035.000,00
41730.00.00		Transferências de Instituições Privadas	48.800,00
41730.01.00	0.1.44	Transferências de Instituições Privadas - FIA	36.800,00
41730.99.00	0.1.44	Outras Transferências ao FIA	12.000,00
41750.00.00	0.1.44	Transferências de Pessoas - FIA	9.200,00
41760.00.00		Transferências de Convênios	459.000,00
41761.00.00		Transf. de Conv. Da União e Suas Entidades	100.000,00
41761.99.00	0.1.24	Outras Transferências de Convênios da União	100.000,00
41762.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e de suas Entidades	359.000,00
41762.01.00	0.2.23	Transferência de Convênios do Estado para Saúde	23.000,00
41762.02.00		Transferências do Estado para Programas de Educação	225.000,00
41762.02.01	0.1.22	Convênio Transporte Escolar	165.000,00
41762.02.99	0.1.22	Transf. Conv. Estado Destin. Programas de Educação	60.000,00
41762.03.00	0.1.24	Convênio SSP/Trânsito	11.000,00
41762.99.00	0.1.24	Outras Transferências de Convênio dos Estados	100.000,00
41900.00.00		Outras Receitas Correntes	573.000,00
41910.00.00		Multas e Juros de Mora	123.000,00
41911.00.00		Multas e Juros de Mora dos Tributos	60.000,00
41911.38.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	40.000,00
41911.40.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	10.000,00
41911.99.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	10.000,00
41913.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	63.000,00
41913.11.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	25.000,00
41913.13.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	25.000,00
41913.99.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	13.000,00
41920.00.00		Indenizações e Restituições	20.000,00
41921.00.00		Indenizações	20.000,00
41921.99.00	0.1.00	Outras Indenizações	20.000,00
41930.00.00		Receita da Dívida Ativa	340.000,00
41931.00.00		Receita da Dívida Ativa Tributária	340.000,00

Anexo I.3.

41931.11.00	0.1.00	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	200.000,00
41931.13.00	0.1.00	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	70.000,00
41931.99.00	0.1.00	Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos	70.000,00
41990.00.00		Receitas Diversas	90.000,00
41990.99.00	0.1.00	Outras Receitas	90.000,00
42000.00.00		RECEITAS DE CAPITAL	4.041.000,00
42100.00.00		Operações de Crédito	1.600.000,00
42110.00.00		Operações de Crédito Internas	1.600.000,00
42114.00.00	0.1.90	Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo	200.000,00
42114.01.00	0.1.90	Op. de Crédito Internas p/ Programas de Educação	-
42114.99.00	0.1.90	Outras Operações de Crédito Internas -Contratual	1.400.000,00
42200.00.00		Alienação de Bens	140.000,00
42210.00.00		Alienação de Bens Móveis	105.000,00
42216.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados	105.000,00
42216.01.00	0.1.92	Recursos do FUNDEB	20.000,00
42216.02.00	0.2.92	Recursos do Fundo de Saúde	15.000,00
42219.00.00	0.1.92	Alienação de Outros Bens Móveis	70.000,00
42220.00.00		Alienação de Bens Imóveis	35.000,00
42226.00.00	0.1.92	Alienação de Outros Bens Imóveis	35.000,00
42400.00.00		Transferências de Capital	2.301.000,00
42470.00.00		Transferências de Convênios	1.551.000,00
42471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	620.000,00
42471.02.00	0.1.22	Transf. Convênios da União Destin. Programas Educação	170.000,00
42471.03.00	0.1.24	Transf. de Conv. Da União Destinadas a Programa Saneamento	450.000,00
42471.99.00		Outras Transferências de Convênio da União	931.000,00
42471.99.01	0.1.24	Convênio Ministério dos Esportes	25.000,00
42471.99.02	0.2.23	Convênio Ministério da Saúde	138.000,00
42471.99.03	0.1.24	Convênio Ministério do Meio Ambiente	100.000,00
42471.99.99	0.1.24	Outras Transferências de Convênios da União	668.000,00
42472.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e suas Entidades	750.000,00
42472.02.00		Transf. de Conv. dos Estados Destinadas a Progr. Educ.	210.000,00
42472.02.01	0.1.22	Convênio SEE - Ensino Fundamental	70.000,00
42472.02.02	0.1.22	Convênio SEE - Creche	40.000,00
42472.03.00	0.1.24	Transf. de Conv. Estado Destinadas a Programa Saneamento	100.000,00
42472.99.00		Outras Transferências de Convênio dos Estados	540.000,00
42472.99.01	0.1.24	Convênio DETER	50.000,00
42472.99.02	0.2.23	Convênio Secretaria de Estado da Saúde	40.000,00
42472.99.03	0.1.24	Convênio Secretaria de Estados dos Transportes	250.000,00
42472.99.99	0.1.24	Outras Transferências de Convênios do Estado	200.000,00
49000.00.00		DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	2.911.000,00
49721.01.00		Dedução Receita p/ Formação FUNDEB - Transf. União	1.747.000,00
49721.01.02	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - FPM	1.720.000,00
49721.01.05	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	14.000,00
49721.36.00	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS Desoner.	13.000,00
49722.01.00		Dedução Receita p/Formação FUNDEB - Transf. Estados	1.164.000,00
49722.01.01	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS	1.000.000,00
49722.01.02	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPVA	140.000,00
49722.01.04	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPI Exp.	24.000,00
		SOMA	26.000.000,00

Anexo I.3.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015			
Anexo I.3.d - Demonstrativo da Evolução da Receita para 2015- Art. 12 da LRF			
CÓDIGO	DR	ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO
		RECEITA CONSOLIDADA	2015
41000.00.00		RECEITAS CORRENTES	24.870.000,00
41100.00.00		Receita Tributária	2.380.000,00
41110.00.00		Impostos	1.750.000,00
41112.00.00		Imposto sobre o Patrimônio e a Renda	1.500.000,00
41112.02.00	0.1.00	Imposto Predial e Territorial Urbano	1.300.000,00
41112.04.00		Imposto s/a Renda e Proventos Qualquer Natureza	200.000,00
41112.04.31	0.1.00	IRRF sobre os Rendimentos do Trabalho	120.000,00
41112.04.34	0.1.00	IRRF sobre outros Rendimentos	30.000,00
41112.08.00	0.1.00	Imp.s/Transm.Inter Vivos de Bens Imóv. e de Direitos Reais s/Imóv.	50.000,00
41113.00.00		Imposto sobre a Produção e Circulação	250.000,00
41113.05.00	0.1.00	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	250.000,00
41120.00.00		Taxas	595.000,00
41121.00.00		Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	210.000,00
41121.17.00	0.1.00	Tx de Fisc. De Vigilância Sanitária	20.000,00
41121.25.00	0.1.00	Tx.Lic. P/Functo. Estab. Com., Ind. e Prestadora de Serviços	120.000,00
41121.29.00	0.1.00	Tx. de Licença para Execução de Obras	15.000,00
41121.41.00	0.1.00	Tx. De Verificação Posturas e Normas Urbanísticas	15.000,00
41121.99.00	0.1.00	Outras Tx pelo Poder de Polícia	40.000,00
41122.00.00		Taxa pela Prestação de Serviços	385.000,00
41122.90.00	0.1.00	Taxa de Limpeza Pública	185.000,00
41122.99.00	0.1.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	200.000,00
41130.00.00		Contribuição de Melhorias	35.000,00
41130.04.00	0.1.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	35.000,00
41200.00.00		Receita de Contribuições	280.000,00
41220.00.00		Contribuições Econômicas	280.000,00
41220.29.00	0.1.17	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública	280.000,00
41300.00.00		Receita Patrimonial	65.000,00
41325.00.00		Remuneração de Depósitos Bancários	65.000,00
41325.01.00		Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	45.000,00
41325.01.01	0.1.94	Receita Remuneração Dep. Bancários Rec. Vinculados - FUNDEB	25.000,00
41325.01.02	0.1.00	Remuneração Outros Dep. Bancários Rec. Vinculados	20.000,00
41325.02.00		Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	20.000,00
41325.02.99	0.1.00	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não Vinculados	20.000,00
41400.00.00		Receita Agropecuária	30.000,00
41490.00.00	0.1.00	Outras Receitas Agropecuárias	30.000,00
41600.00.00		Receita de Serviços	16.000,00
41600.05.99	0.2.12	Outros Serviços de Saúde	12.000,00
41600.13.99	0.1.00	Outros Serviços Administrativos	4.000,00
41700.00.00		Transferências Correntes	21.526.000,00
41720.00.00		Transferências Intergovernamentais	21.009.000,00
41721.00.00		Transferências da União	10.623.000,00
41721.01.00		Participação na Receita da União	8.670.000,00
41721.01.02	0.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.600.000,00
41721.01.05	0.1.00	Cota-Parte do Imposto s/a Propriedade Territorial Rural	70.000,00
41721.09.00		Outras Transferências da União	265.000,00

Página 1

Anexo I.3.

41721.09.01	0.1.00	Transferências Financeiras ICMS - Deson. L.C. 87/96	65.000,00
41721.09.99	0.1.00	Demais Transferências da União	200.000,00
41721.22.00		Transf. Da Compensação Exploração recursos Minerais	115.000,00
41721.22.70	0.1.42	Cota-Parte do Fundo especial do Petróleo	115.000,00
41721.33.00	0.2.14	Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - FNS	746.000,00
41721.34.00	0.1.29	Transf. Do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	92.000,00
41721.35.00		Transf. de Recursos do Fundo Nacional do Desenv. da Educação	735.000,00
41721.35.01	0.1.15	Transferências do Salário Educação*	380.000,00
41721.35.02	0.1.15	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PDDE*	40.000,00
41721.35.03	0.1.15	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAE*	140.000,00
41721.35.04	0.1.15	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNATE	95.000,00
41721.35.05	0.1.15	Transf. Diretas do PNAC	40.000,00
41721.35.99	0.1.15	Outras Transf. Do FNDE	40.000,00
41722.00.00		Transferências dos Estados	5.901.000,00
41722.01.00		Participação na Receita dos Estados	5.901.000,00
41722.01.01	0.1.00	Cota-Parte do ICMS	5.000.000,00
41722.01.02	0.1.00	Cota-Parte do IPVA	700.000,00
41722.01.04	0.1.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	120.000,00
41722.01.13	0.1.16	Cota-Parte da Contr. Interv.Domínio Econômico- CIDE	35.000,00
41722.33.00	0.2.23	Transf de Recursos do Estado p/ Programas de Saúde	46.000,00
41724.00.00		Transferências Multigovernamentais	4.485.000,00
41724.01.00		Transferências de Recursos do FUNDEB	4.485.000,00
41724.01.01	0.1.18	Transferências de Recursos do FUNDEB - 60%	3.450.000,00
41724.01.02	0.1.19	Transferências de Recursos do FUNDEB - 40%	1.035.000,00
41730.00.00		Transferências de Instituições Privadas	48.800,00
41730.01.00	0.1.44	Transferências de Instituições Privadas - FIA	36.800,00
41730.99.00	0.1.44	Outras Transferências ao FIA	12.000,00
41750.00.00	0.1.44	Transferências de Pessoas - FIA	9.200,00
41760.00.00		Transferências de Convênios	459.000,00
41761.00.00		Transf. de Conv. Da União e Suas Entidades	100.000,00
41761.99.00	0.1.24	Outras Transferências de Convênios da União	100.000,00
41762.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e de suas Entidades	359.000,00
41762.01.00	0.2.23	Transferência de Convênios do Estado para Saúde	23.000,00
41762.02.00		Transferências do Estado para Programas de Educação	225.000,00
41762.02.01	0.1.22	Convênio Transporte Escolar	165.000,00
41762.02.99	0.1.22	Transf. Conv. Estado Destin. Programas de Educação	60.000,00
41762.03.00	0.1.24	Convênio SSP/Trânsito	11.000,00
41762.99.00	0.1.24	Outras Transferências de Convênio dos Estados	100.000,00
41900.00.00		Outras Receitas Correntes	573.000,00
41910.00.00		Multas e Juros de Mora	123.000,00
41911.00.00		Multas e Juros de Mora dos Tributos	60.000,00
41911.38.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora sobre o IPTU	40.000,00
41911.40.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora sobre o ISS	10.000,00
41911.99.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	10.000,00
41913.00.00		Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	63.000,00
41913.11.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o IPTU	25.000,00
41913.13.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre o ISS	25.000,00
41913.99.00	0.1.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	13.000,00
41920.00.00		Indenizações e Restituições	20.000,00
41921.00.00		Indenizações	20.000,00
41921.99.00	0.1.00	Outras Indenizações	20.000,00
41930.00.00		Receita da Dívida Ativa	340.000,00
41931.00.00		Receita da Dívida Ativa Tributária	340.000,00

Anexo I.3.

41931.11.00	0.1.00	Receita de Dívida Ativa sobre o IPTU	200.000,00
41931.13.00	0.1.00	Receita de Dívida Ativa sobre o ISS	70.000,00
41931.99.00	0.1.00	Receita de Dívida Ativa de Outros Tributos	70.000,00
41990.00.00		Receitas Diversas	90.000,00
41990.99.00	0.1.00	Outras Receitas	90.000,00
42000.00.00		RECEITAS DE CAPITAL	4.041.000,00
42100.00.00		Operações de Crédito	1.600.000,00
42110.00.00		Operações de Crédito Internas	1.600.000,00
42114.00.00	0.1.90	Op. de Créd. Contr. Int. Relativas a Programas de Governo	200.000,00
42114.01.00	0.1.90	Op. de Crédito Internas p/ Programas de Educação	-
42114.99.00	0.1.90	Outras Operações de Crédito Internas -Contratual	1.400.000,00
42200.00.00		Alienação de Bens	140.000,00
42210.00.00		Alienação de Bens Móveis	105.000,00
42216.00.00		Alienação de Bens Móveis Adquiridos com Recursos Vinculados	105.000,00
42216.01.00	0.1.92	Recursos do FUNDEB	20.000,00
42216.02.00	0.2.92	Recursos do Fundo de Saúde	15.000,00
42219.00.00	0.1.92	Alienação de Outros Bens Móveis	70.000,00
42220.00.00		Alienação de Bens Imóveis	35.000,00
42226.00.00	0.1.92	Alienação de Outros Bens Imóveis	35.000,00
42400.00.00		Transferências de Capital	2.301.000,00
42470.00.00		Transferências de Convênios	1.551.000,00
42471.00.00		Transferência de Convênios da União e suas Entidades	620.000,00
42471.02.00	0.1.22	Transf. Convênios da União Destin. Programas Educação	170.000,00
42471.03.00	0.1.24	Transf. de Conv. Da União Destinadas a Programa Saneamento	450.000,00
42471.99.00		Outras Transferências de Convênio da União	931.000,00
42471.99.01	0.1.24	Convênio Ministério dos Esportes	25.000,00
42471.99.02	0.2.23	Convênio Ministério da Saúde	138.000,00
42471.99.03	0.1.24	Convênio Ministério do Meio Ambiente	100.000,00
42471.99.99	0.1.24	Outras Transferências de Convênios da União	668.000,00
42472.00.00		Transf. de Conv. dos Estados e do DF e suas Entidades	750.000,00
42472.02.00		Transf. de Conv. dos Estados Destinadas a Progr. Educ.	210.000,00
42472.02.01	0.1.22	Convênio SEE - Ensino Fundamental	70.000,00
42472.02.02	0.1.22	Convênio SEE - Creche	40.000,00
42472.03.00	0.1.24	Transf. de Conv. Estado Destinadas a Programa Saneamento	100.000,00
42472.99.00		Outras Transferências de Convênio dos Estados	540.000,00
42472.99.01	0.1.24	Convênio DETER	50.000,00
42472.99.02	0.2.23	Convênio Secretaria de Estado da Saúde	40.000,00
42472.99.03	0.1.24	Convênio Secretaria de Estados dos Transportes	250.000,00
42472.99.99	0.1.24	Outras Transferências de Convênios do Estado	200.000,00
49000.00.00		DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	2.911.000,00
49721.01.00		Dedução Receita p/ Formação FUNDEB - Transf. União	1.747.000,00
49721.01.02	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - FPM	1.720.000,00
49721.01.05	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	14.000,00
49721.36.00	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS Desoner.	13.000,00
49722.01.00		Dedução Receita p/Formação FUNDEB - Transf. Estados	1.164.000,00
49722.01.01	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ICMS	1.000.000,00
49722.01.02	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPVA	140.000,00
49722.01.04	0.1.01	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - IPI Exp.	24.000,00
		SOMA	26.000.000,00

Anexo I4.1.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015					
DEMONSTRATIVO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS - DR					
ANEXO I.4.1					
DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO	PROGRAMA	VALOR
0.1.00	Recursos Ordinários	14.871.000	1	PROCESSO LEGISLATIVO	1.130.000
			2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	485.000
			3	ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E	1.730.000
			4	CRIANÇA NA ESCOLA	2.420.000
			5	ESPORTE AMADOR	270.000
			6	TURISMO E CULTURA INTEGRADOS	350.000
			7	SAÚDE AO CIDADÃO	3.400.000
			8	PROTEÇÃO SOCIAL	412.000
			9	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	104.000
			10	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	563.000
			11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	2.650.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	1.060.000
			13	ENCARGOS ESPECIAIS	232.000
			14	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	65.000
	SOMA	14.871.000		SOMA	14.871.000
0.1.15	Transferências de Rec. Do FNDE	735.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	735.000
0.1.16	Contrib. Dom. Econômico - CIDE	35.000	11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	35.000
0.1.17	Contrib. Ilum. Publ. COSIP	280.000	11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	280.000
0.1.18	Transf. do FUNDEB - 60%	3.450.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	3.450.000
0.1.19	Transf. do FUNDEB - 40%	1.035.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	1.035.000
0.1.22	Transf. Convênios - Educação	505.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	505.000

Página 1

Anexo I4.1.

0.1.24	Transf. Convênios - outros	2.054.000	3	ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E	30.000
			5	ESPORTE AMADOR	25.000
			6	TURISMO E CULTURA INTEGRADOS	190.000
			8	PROTEÇÃO SOCIAL	196.000
			9	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	196.000
			10	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	97.000
			11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	140.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	1.180.000
0.1.29		92.000	8	PROTEÇÃO SOCIAL	92.000
0.1.42	Royalties de Petróleo	115.000	11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	115.000
0.1.44	Transferências de Recursos do FIA	58.000	8	PROTEÇÃO SOCIAL	58.000
0.1.90	Operações de Crédito Internas	1.600.000	2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.400.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	200.000
0.1.92	Alienação de Bens	125.000	2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	25.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	100.000
0.1.94	Remuneração de Depósitos Bancário	25.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	25.000
0.2.12	Serviços de Saúde	12.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	12.000
0.2.14	Transf. Recursos SUS	746.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	746.000
0.2.23	Transf. Convênios -Saúde	247.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	247.000
0.2.92	Alienação de Bens	15.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	15.000
	SOMA	11.129.000		SOMA	11.129.000
	TOTAL	26.000.000		TOTAL	26.000.000

Anexo I4.1.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES					
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015					
DEMONSTRATIVO DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS - DR					
ANEXO I.4.1					
DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR	CÓDIGO	PROGRAMA	VALOR
0.1.00	Recursos Ordinários	14.871.000	1	PROCESSO LEGISLATIVO	1.130.000
			2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	485.000
			3	ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E	1.730.000
			4	CRIANÇA NA ESCOLA	2.420.000
			5	ESPORTE AMADOR	270.000
			6	TURISMO E CULTURA INTEGRADOS	350.000
			7	SAÚDE AO CIDADÃO	3.400.000
			8	PROTEÇÃO SOCIAL	412.000
			9	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	104.000
			10	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	563.000
			11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	2.650.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	1.060.000
			13	ENCARGOS ESPECIAIS	232.000
			14	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	65.000
	SOMA	14.871.000		SOMA	14.871.000
0.1.15	Transferências de Rec. Do FNDE	735.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	735.000
0.1.16	Contrib. Dom. Econômico - CIDE	35.000	11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	35.000
0.1.17	Contrib. Ilum. Publ. COSIP	280.000	11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	280.000
0.1.18	Transf. do FUNDEB - 60%	3.450.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	3.450.000
0.1.19	Transf. do FUNDEB - 40%	1.035.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	1.035.000
0.1.22	Transf. Convênios - Educação	505.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	505.000

Página 1

Anexo I4.1.

0.1.24	Transf. Convênios - outros	2.054.000	3	ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E	30.000
			5	ESPORTE AMADOR	25.000
			6	TURISMO E CULTURA INTEGRADOS	190.000
			8	PROTEÇÃO SOCIAL	196.000
			9	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO	196.000
			10	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	97.000
			11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	140.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	1.180.000
0.1.29		92.000	8	PROTEÇÃO SOCIAL	92.000
0.1.42	Royalties de Petróleo	115.000	11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	115.000
0.1.44	Transferências de Recursos do FIA	58.000	8	PROTEÇÃO SOCIAL	58.000
0.1.90	Operações de Crédito Internas	1.600.000	2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.400.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	200.000
0.1.92	Alienação de Bens	125.000	2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	25.000
			12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	100.000
0.1.94	Remuneração de Depósitos Bancário	25.000	4	CRIANÇA NA ESCOLA	25.000
0.2.12	Serviços de Saúde	12.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	12.000
0.2.14	Transf. Recursos SUS	746.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	746.000
0.2.23	Transf. Convênios -Saúde	247.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	247.000
0.2.92	Alienação de Bens	15.000	7	SAÚDE AO CIDADÃO	15.000
	SOMA	11.129.000		SOMA	11.129.000
	TOTAL	26.000.000		TOTAL	26.000.000

Anexo I.4.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES			
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014			
Demonstrativo das Metas Fiscais da Despesa			
ANEXO I.4			
			R\$ 1,00
CÓDIGO	PROGRAMA UNIDADE GESTORA PREFEITURA	CÓDIGO DR	VALOR
1	PROCESSO LEGISLATIVO		1.130.000
		0.1.00	1.130.000
2	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		1.910.000
		0.1.00	485.000
		0.1.90	1.400.000
		0.1.92	25.000
3	ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO		1.760.000
		0.1.00	1.730.000
		0.1.24	30.000
4	CRIANÇA NA ESCOLA		8.170.000
		0.1.00	2.420.000
		0.1.15	735.000
		0.1.18	3.450.000
		0.1.19	1.035.000
		0.1.22	505.000
		0.1.94	25.000
5	ESPORTE AMADOR		295.000
		0.1.00	270.000
		0.1.24	25.000
6	TURISMO E CULTURA INTEGRADOS		540.000
		0.1.00	350.000
		0.1.24	190.000
7	SAÚDE AO CIDADÃO		4.420.000
		0.1.00	3.400.000
		0.2.12	12.000
		0.2.14	746.000
		0.2.23	247.000
		0.2.92	15.000
8	PROTEÇÃO SOCIAL		758.000
		0.1.00	412.000
		0.1.24	196.000

Anexo I.4.

		0.1.29	92.000
		0.1.44	58.000
9	ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO		300.000
		0.1.00	104.000
		0.1.24	196.000
10	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		660.000
		0.1.00	563.000
		0.1.24	97.000
11	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		3.220.000
		0.1.00	2.650.000
		0.1.16	35.000
		0.1.17	280.000
		0.1.24	140.000
		0.1.42	115.000
12	INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES		2.540.000
		0.1.00	1.060.000
		0.1.24	1.180.000
		0.1.90	200.000
		0.1.92	100.000
13	ENCARGOS ESPECIAIS		232.000
		0.1.00	232.000
14	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		65.000
		0.1.00	65.000
	TOTAL GERAL		26.000.000

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

DESPESAS POR PROGRAMAS E AÇÕES
ANEXO II - 01

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS 2015 ANEXO DE PROGRAMA, DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO						
PROGRAMA: 1						
PROCESSO LEGISLATIVO						
DIAGNÓSTICO						
O legislativo municipal, composto de nove vereadores, funciona em prédio próprio, com autonomia financeira e com o apoio de 4 (quatro) servidores.						
DIRETRIZES						
Realização de sessões ordinárias conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocadas, realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis, apresentação de projetos de leis, projetos de resoluções e indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito; execução das demais atribuições do Legislativo Municipal.						
OBJETIVOS						
Dar cumprimento as funções básicas do Poder Legislativo de legislar, estabelecer, formular e fiscalizar.						
Cod.	Ações	Produtos	Un.Medida	Meta	Valor	DR
1	Manutenção do Processo Legislativo	Sessões	Unidade		1.100.000,00	0.1.00
2	Equipamentos Funcionais p/ o Legislativo	Sessões	Unidade		30.000,00	0.1.00
TOTAL					1.130.000,00	

Legenda Destinação de Recursos:

* 0.1.00 - Recursos Ordinários.

Legenda de Produto:**Diversos: Ação 01**

* Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil;
 * Obrigações Patronais;
 * Material de Consumo;
 * Diárias-Civil;
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Pessoal);
 * Despesas de Exercícios Anteriores (Correntes);
 * Aposentadorias e Reformas;
 * Subvenções Sociais;
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física;
 * Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

* Equipamentos e Material Permanente;
 * Obras e Instalações;
 * Aquisição de Imóveis;
 * Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil;
 * Outras Despesas de Pessoal;
 * Passagens e Despesas com locomoção;
 * Serviços de Consultoria;

Anexo VI.

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

ANEXO VI

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015

R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS POR AÇÕES											
CÓDIGO PROGRAMA	PROJETO/ ATIVIDADE	PROGRAMAS/AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	METAS FÍSICAS			METAS FINANCEIRAS			LOA
					PPA	LDO	LOA	PPA	LDO	LOA	
1		PROCESSO LEGISLATIVO									
	1	Manutenção do Processo Legislativo	Sessões	Unidade				3.750.000	1.130.000		
	2	Equipamentos Funcionais p/ o Legislativo	Equipamento	Unidade				3.600.000	1.100.000		
2		GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR									
	3	Manut. Gabinete Prefeito, Vice e Assessorias	Diversos					2.600.000	1.910.000		
	4	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade				1.600.000	430.000		
	5	Aquisição de Área e Construção da Sede Administrativa	Diversos					150.000	5.000		
								850.000	1.475.000		
3		ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANCEIRA E PLANEJAMENTO									
	6	Aquisição de Veículos e Equipamentos	Ben. patr.	Unidade				7.380.000	1.760.000		
	7	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	Diversos					180.000	5.000		
	8	Manutenção das Ações de Desesa Civil	Diversos					7.000.000	1.695.000		
4		CRIANÇA NA ESCOLA									
	9	Ampl., Constr. e Reforma Rede Física do Ensino Básico	Área	m²				31.100.000	8.170.000		
	10	Manutenção do Ensino Regular	Diversos					1.550.000	740.000		
	11	Manutenção do Transporte Escolar	Aluno/dia	Unidade				20.950.000	5.590.000		
	12	Manutenção da Merenda Escolar	Aluno/dia	Unidade				1.750.000	415.000		
	13	Aquisição de Ônibus e Veículos	Ônibus	Unidade				1.900.000	525.000		
	14	Construção de Quadra Poliesportiva Coberta	Área	m²				700.000	165.000		
	15	Implantação/ampliação de Laboratórios de Informática	Equipitos.	Unidade				1.050.000	220.000		
	16	Manutenção de Outros Níveis de Ensino	Diversos					300.000	40.000		
	17	Manutenção do Departamento de Educação	Diversos					700.000	100.000		
	18	Aquis. Área, Constr. Ampliação de Creches	Área	m2				700.000	140.000		
	19	Manutenção das Creches	Diversos					800.000	50.000		
5		ESPORTE AMADOR									
	20	Manutenção da Secretaria de Esportes	Diversos					1.600.000	295.000		
	21	Construção de Quadra Poliesportiva	Quadra					600.000	150.000		
	22	Manutenção de Projetos Esportivos	Projetos					300.000	50.000		
	23	Construção de Equipamentos Esportivos	Pista	Unidade				200.000	5.000		
6		TURISMO E CULTURA INTEGRADOS									
	24	Aquisição de Veículo e Equipamentos	Veículo	Unidade				400.000	85.000		
								100.000	5.000		
	25	Construção de Equip. de Suporte ao Turismo e Segurança ao Turista	Equipamento	Unidade				2.700.000	540.000		
	26	Manutenção do Departamento de Turismo	Diversos					550.000	62.000		
	27	Manutenção do Departamento de Cultura	Diversos	diversos				800.000	190.000		
	28	Construção do Centro de Eventos e Ambientes Culturais	Área	m2				200.000	40.000		
	29	Manutenção dos Eventos Municipais	Área	m2				900.000	195.000		
								250.000	53.000		

7	SAÚDE AO CIDADÃO				Anexo VI																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
---	------------------	--	--	--	----------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Página 2

Anexo VII

MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015		
ANEXO VII		
TABELA DE IDENTIFICAÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS		
Portaria 219/2004 e 245/2007		
RECEITAS PRIMÁRIAS		
CÓDIGO PPA	CÓDIGO LDO/LOA	ESPECIFICAÇÃO
00	00	Recursos Ordinários
01	01	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação
02	02	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde
03	03	Contribuição para o RPPS
04	//	Contribuição ao Programa Ensino Fundamental
12	12	Serviços de Saúde
13	//	Serviços Educacionais
14	//	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
15	//	Transferências de Recursos do FNDE
16	16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
17	17	Contribuição p/ o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
18	18	Transferências do FUNDEB - Remuneração Profissionais Educação (60%)
19	19	Transferências do FUNDEB - Outras despesas da Educação Básica
22	22	Transferências de Convênios - Educação
23	23	Transferências de Convênios - Saúde
24	24	Transferências de Convênios - Outros (não relat.à educação/saúde)
29	//	Transferências de Recursos do FNAS
41	//	Serviços Hospitalares
42	42	Royalties de Petróleo
//	43	Transferências de Recursos do FIA
//	44	Fundo Especial do Petróleo
44	//	Transferências de Recursos do FIA
//	45	Outras Transferências Decor. Compensação Fin.Exploração Rec. Naturais
//	46	Programa Educação Jovens e Adultos - PEJA
//	47	Apoio a Pessoa Idosa
//	48	Programa de Atenção à Criança
//	49	Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD
//	50	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
//	51	Programa Sentinela
//	52	Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assist. Social - FNAS
//	53	Transferências de Convênios - Assistência Social
//	54	Convênio Trânsito - Militar
//	55	Convênio Trânsito - Civil
//	56	Convênio Trânsito - Prefeitura
//	58	Salário Educação
//	59	Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
//	60	Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
//	61	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE
//	62	Outros Recursos do FNDE
//	63	Bolsa Família
//	64	Atenção Básica
//	65	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
//	66	Vigilância em Saúde
//	67	Assistência Farmacêutica Básica
//	68	Assistência Farmacêutica Estratégica
//	69	Medicamentos de Dispensação Excepcional
//	70	Gestão do SUS
//	71	Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde

Anexo VII

RECEITAS NÃO-PRIMÁRIAS.		
CÓDIGO		ESPECIFICAÇÃO
//	81	Operações de Crédito Internas p/ Programas da Educação Básica
//	83	Operações de Crédito Internas - Outras Programas
//	87	Alienações de Bens destinados à Programas da Educação Básica
//	88	Alienações de Bens destinados à Programas de Saúde
//	89	Alienações de Bens Destinados a Outros Programas
90	//	Operações de Crédito Internas
91	//	Operações de Crédito Externas
92	//	Alienação de Bens
93	//	Outras Receitas Não-Primárias
94	//	Remuneração de Depósitos Bancário

Passos Maia

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 0047/2014 Ata de Registro de Preços Nº 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	Mochô odontológico com encosto.. (25986)	UNI	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA. (103)	UNEMOL		354.5500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014
PROCESSO Nº 47/2014

(103) - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

Passos Maia, 22 de Setembro de 2014.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pontas diamantadas cx com 10 Unid. 1014 (25892)	C	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	FAVA		11,9900	1
2	Pontas diamantadas cx cm 10 unidades 1016. (25893)	C	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	FAVA		11,9900	1
3	Pontas diamantadas cx com 10 unid. 1012 (25894)	C	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	FAVA		11,9900	1
5	Pontas diamantadas cx com 10 unid 1014 haste longa (25896)	C	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	FAVA		39,9900	1
6	Ponta diamantada cx com 10 Unidades 1016 haste longa. (25897)	C	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	FAVA		9,2500	1
7	Ponta diamantada cx com 10 Unid. 1012 haste longa (25898)	C	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	FAVA		9,2500	1
8	Pontas diamantadas cx com 10 Unidades 1019 haste longa. (25899)	C	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	FAVA		9,2500	1
10	Broca carbide p/ alta rotação FG4. (25901)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	MEDIN		3,8990	1
21	Cabo para espelho redondo. (25912)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	IODONTOSUL		2,9900	1
26	Espatula de inserção n° 01. (25917)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	PRISMA		50,0000	1
29	Sonda exploradora n° 47. (25920)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	ABC		14,9900	1
45	Banda matriz de aço 5mm 0.05x5x500 mm . (25935)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	AAF		1,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Tiras abrasivas de poliester para polimento grão medio e fino 4mmx170mm pacote com 50 unidades. (25937)	PCT	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	AAF		26,0000	1
49	Tiras abrasivas de aço com 6mm com centro neutro pacote com 12 unidades. (25939)	PCT	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	AAF		6,6490	1
53	Papel para articulação . (25943)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	AAF		1,5990	1
57	Escova dental infantil com cerdas extra macia . (25947)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	HILLO		0,3290	1
66	Solução hemostatica 10 ml. (25956)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	MAQUIRA		16,0000	1
68	Ioromero de vidro restaurador A, 3 (kit).. (25958)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	MAXION R		28,0000	1
69	IRM (material restaurador intermediario) (kit).. (25959)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	AAF		40,0000	1
71	Solução de Milton (Hipoclorito de Sódio a 1%) 1000 ml.. (25961)	FRS	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	IODONTOSUL		5,9000	1
80	Óculos de proteção Anti Embaçante.. (25970)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	SSPLUS		15,1490	1
83	Alginato ortodontico de presa extra rapido c/ mudança de cor (25973)	PCT	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	DENTSPLY		42,0000	1
84	Gesso pedra tipo III p/ modelos pacote com 1 kg. (25974)	PCT	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	ASFER		10,0000	1
85	Pasta de impressao a base de oxido de zinco e eugenol.. (25975)	C	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	MAQUIRA		21,7400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 22/09/2014 Válido até: 22/09/2015						
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
87	Placa de vidro 20mm.. (25977)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	MAC		6,0000
90	Ponta diamantada cônica topo em chama 3195 (grossa).. (25980)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	FAVA		1,1999
91	Revelador p/ RX 475 ml.. (25981)	FRS	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	RAYTEC		6,8800
93	Película dental ox com 150.. (25983)	C	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	PROGRAD		96,0000
97	Fotopolimerizador RADII-CAL sem fio... (25987)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	SDI		794,0000
98	Cuba de borracha p/ alginato tamanho médio... (25989)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	MAC		4,1190
103	Discos de feltro embalagem com 24 unid. mais mandril.. (25994)	C	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	TDV		35,8180
107	Isolante p/ resinas acrílicas Cel-Lac frasco c/ 95 ml.. (25998)	FRS	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	SSW		10,1200
113	Pontas diamantadas esférica nº 1012.. (26005)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	FAVA		1,2490

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Pontas diamantadas esférica nº 1022.. (26006)	UNI	VANUSA DIAS EIRELI - EPP (2387)	FAVA		1.2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014
PROCESSO Nº 47/2014
(2387) - VANUSA DIAS EIRELI - EPP

Passos Maia, 22 de Setembro de 2014.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Luva descartavel lisa não cirurgica, Ambidestra, levemente Talcada - 100 Unid. tamanho PP. (25926)	C	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	DESCARPACT		8,6800	1
36	Luva descartavel lisa não cirurgica, Ambidestra, levemente Talcada - 100 Unid. tamanho M. (26213)	C	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	DESCARPACT		8,6800	1
37	Mascara descartavel com elastico cx com 50 unidades. (25927)	C	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	DESCARPACT		4,5500	1
38	Touca descartavel sanfonada pacote com 100 unidades. (25928)	PCT	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	CLEAN		5,4900	1
39	Compressa de gaze 7,5 cm x 7,5cm 9 fios c/ 500 (pcte). (25929)	PCT	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	MEDPLUS		7,0900	1
55	Alcool 70% 1000 ML . (25945)	UNI	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	CICLO FARMA#		3,4200	1
70	Água oxigenada 3% 1000 ml.. (25960)	UNI	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	VIC PHARMA		6,6500	1
78	Fita adesiva para autoclave 30m.. (25968)	UNI	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	CIEX		2,2800	1
79	Agua destilada para autoclave 5litros... (25969)	UNI	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	DENTALTEC		7,2200	1
81	Rolo p/ esterilização Papel grau Cirurgico 8cmx100m.. (25971)	RL	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	HOSPFLX		24,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
82	Rolo p/ esterilização Papel grau Cirurgico 20cmx100m... (25972)	RL	PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAS PARA USO MEDICO E (3586)	HOSPFLX		45,3500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014
PROCESSO Nº 47/2014

(3586) - PLASMEDIC-COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E

Passos Maia, 22 de Setembro de 2014.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 22/09/2014 Válido até: 22/09/2015						
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
18	Ponta diamantada cônica Topo em chama 3203 (grossa) (25909)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Kgzeep		4,4000
19	Ponta diamantada cônica dupla (carretei) 1047 (média) (25910)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Kgzeep		4,4000
33	Porta agulha MayoHegar 14 cm. (25924)	UN	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Golgran		16,8500
54	Lbrificantes spray 200 ml alta e baixa rotação . (25944)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Indusbello		23,1000
59	Resina composta universal fotopolimerizavel de Microglass . Produzida com base em BIS-GMA e contem 58% do seu volume em partículas de carga vidrobarialuminiofluoretado (0,02-2), Dioxido de silicio altamente disperso (0,02-0,07) 4 gr A1 (25949)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Masterfil		32,8000
60	Resina composta universal fotopolimerizavel de Microglass . Produzida com base em BIS-GMA e contem 58% do seu volume em partículas de carga vidrobarialuminiofluoretado (0,02-2), Dioxido de silicio altamente disperso (0,02-0,07) 4 gr A2 (25950)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Masterfil		38,7000
61	Resina composta universal fotopolimerizavel de Microglass.. Produzida com base em BIS-GMA e contem 58% do seu volume em partículas de carga vidrobarialuminiofluoretado (0,02-2), Dioxido de silicio altamente disperso (0,02-0,07) 4 gr A3 (25951)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Masterfil		79,8000
62	Resina composta universal fotopolimerizavel de Microglass Produzida com base em BIS-GMA e contem 58% do seu volume em partículas de carga vidrobarialuminiofluoretado (0,02-2), Dioxido de silicio altamente ndisperso (0,02-0,07) 4 gr A3,5 (25952)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Masterfil		65,8000
94	Babador odontologico em TNT .. (25984)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Prodesc		3,4800
108	Pó fixador de dentadura frasco d' 50 gr.. (26000)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Fixodente		59,8000
109	Vaselina liquida frasco de 100 ml.. (26001)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Rioquímica		5,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 6/2014 Data do Registro: 22/09/2014 Válido até: 22/09/2015

Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
110	Vaselina sólida frasco c/ 100 gr.. (26002)	UNI	ODONTOMED CANAA LTDA - ME (3616)	Rioquímica		7,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 6/2014							Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015	
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014
PROCESSO Nº 47/2014

(3616) - ODONTOMED CANAA LTDA - ME

Passos Maia, 22 de Setembro de 2014.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Broca carbide p/ alta rotação FG6. (25902)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	KAVO		3,8600	1
12	Broca carbide p/ alta rotação FG8. (25903)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	KAVO		3,8500	1
15	Broca de aço p/ baixa rotação CA 6. (25906)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	MALLEFER/D		2,2800	1
17	Coleção dourada p/ resina composta KIT c/ 7. (25908)	KIT	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	MICRODONT		19,0000	1
22	Espelho plano nº 05. (25913)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	MIRAGE/BAR/		5,2000	1
23	Pinça clínica p/ algodão adulto. (25914)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	TRINKS		8,5000	1
27	Espátula esculpadora pra resina antiaderente nº 2. (25918)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	PRISMA		43,7000	1
31	Lima endodontica Flexo Fire 21mm 15- 40 (kit) (25922)	KIT	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	KENDOVDW		15,4800	1
41	Cunhas anatomicas sortidas com 100 colorida de boa qualidade (25931)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	PHARMAINOX		8,1000	1
43	Espátula p/ gesso e alginato em silicone (25933)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	MAQUIRA		4,9400	1
44	Esculpidor Lecron com cabo oitavado em aço. (25934)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	GOLGRAN		16,2200	1
46	Banda matriz de aço 7mm 0.05x7x500 mm . (25936)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA (3617)	MAQUIRA		1,8500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Tira transparente de poliester tamanho 10mmx120mmx0,05mm pacote com 50 unidades. (25938)	PCT	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) K-DENT/QUIM		1,2500	1
51	Escovas tipo Robinson copo para profilaxia . (25941)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) MICRODONT		1,2000	1
63	Tricresol formalina 10 mL. (25953)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) BIODINAMICA		4,7500	1
72	Detergente enzimatico 1000 ML. (25962)	FRS	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) VIC PHARMA		16,1500	1
76	Anestesico injetavel (cloridrato de Mepivacaina a 20mg/ml c/ epinefinal: 100.000 cx c/ 5c carpule (tubetes) (25966)	C	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) MEPIADRE/DF		53,6000	1
89	Gesso especial tipo IV... (25979)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) HEROSTONE/		18,7700	1
95	Enchaguatório Bucal antiseptico 2 litros.. (25985)	FRS	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) PERIOPLAK/R		34,0500	1
99	Cuba de borracha p/ alginato tamanho pequeno.. (25990)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) MAQUIRA		4,3400	1
100	Bloco de espátulação 10x15cm... (25991)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) DALLAS		6,3600	1
101	Evidenciador de placa pastilhas cx com 60.. (25992)	C	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) EVIPLAC/BIOT		9,2000	1
104	Resina acrílica termo polimerizavel em pó frasco c/ 220 gr nas cores rosa ou incolor. (25995)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) DENCOR/CLA		31,5000	1
105	Resina acrílica termo polimerizavel liquido frasco c/ 120ml (25996)	FRS	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA	(3617) CLASSICO		20,5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Broca de carboneto de Tungstenio Corte cruzado regular(azul) (25997)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (3617)	DH PRO		39,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
11	Afastador de boca adulto. - (26003)	UNI	DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA (3617)	MAQUIRA		7.3500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014
PROCESSO Nº 47/2014

(3617) - DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Passos Maia, 22 de Setembro de 2014.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0047/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

Página: 1/5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Pontas diamantadas cx com 10 unid 1019 (25895)	C	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	FAVA		11,9600	1
9	Broca carbide p/ alta rotação FG2. (25900)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	KAVO		5,0400	1
13	Broca de aço p/ baixa rotação CA2. (25904)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	QUIMIDROL		2,7000	1
14	Broca de aço p/ baixa rotação CA 4. (25905)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	QUIMIDROL		2,1500	1
16	Broca de aço p/ baixa rotação CA 8. (25907)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	QUIMIDROL		3,4000	1
20	Seringa carpule com refluxo. (25911)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	GOLGRAN		27,4900	1
24	Aguilha para sutura odontologica com fio de seda 4.0 cx com 24 unidades. (25915;	C	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	TECHNEW		25,4500	1
25	Fio de sutura agulhado em nylon 6.0 cx com 24 unid. (25916)	C	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	TECHNEW		17,1900	1
28	Aguilha gengival curta 030x22.0 mm cx com 100. (25919;	C	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	INJEX		18,0000	1
30	Dappen de vidro incolor. (25921)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	PREVEN		1,4900	1
32	Lima endodontica Flexo Fire 25mm 15- 40 (kit). (25923)	KIT	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	SYBROENDO		14,9900	1
34	Tesoura Iris reta . (25925)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	GOLGRAN		9,8800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Ponta AR Enhance com 7 tipo (chama). (25930)	C	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	KG		59,5300	1
42	Porta lixa de metal. (25932)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	JON		5,9900	1
50	Micro aplicadores descartáveis fino com 100 unidades . (25940)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	CAVIBRUSH		9,9600	1
52	Spray para teste de vitalidade . (25942)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	ENDO ICE		25,3900	1
56	Creme dental com fluor . (25946)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	ICE FRESH		0,9000	1
58	Fluor para bochecho semanal a 0,2% 1000 ml . (25948)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	IODONTOSUL		7,3100	1
64	Otosporin 10 ml... (25954)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	OTOSPORIN		11,5400	1
65	Verniz com fluor. (25955)	CX.	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	DUOFLUORID		18,0200	1
67	Adesivo Single Bond (fotopolimerizavel)... (25957)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	SINGLE BONI		79,7900	1
73	Hidróxido de cálcio radiopaca (Dycal) (25963)	C	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	HYDICAL		49,3900	1
74	Anestésico tópico Gel... (25964)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	BENZOTOP		5,9800	1
75	Anestésico injetavel (cloridrato de Lidocaína HCl 2% c/ epinefrina: 100.000 cx com 50 carpule (tubetes) (25965)	C	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	ALPHACAINE		54,1400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
77	Acido gel 37% (condicionador dental) seringa.. (25967);	SER	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	ATTAQUE GEI		1,1900	1
86	Kit de moldéiras adulto perfuradas p/ PPR inox (protese parcial removível) (25976)	KIT	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	TECNODENT		185,9900	1
88	Fio dental 500m.. (25978)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	MEDFIO		5,1000	1
92	Fixador para RX 475 ml... (25982)	FRS	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	KODAK		6,8900	1
102	Pasta p/ acabamento e brilho Diamond R.. (25993)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	FGM		22,9800	1
112	Pontas diamantadas esférica nº 1011.. (26004)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	FAVA		1,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
115	Pontas diamantadas esférica nº 1023... (26007)	UNI	ELISVANDIA MATOS DONINI - ME (3618)	FAVA		4,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 6/2014		Data do Registro: 22/09/2014		Válido até: 22/09/2015			
Objeto da Compra: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços Para a aquisição de materiais de consumo de odontologia (descartáveis), para atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Passos Maia - SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2014
PROCESSO Nº 47/2014

(3618) - ELISVANDIA MATOS DONINI - ME

Passos Maia, 22 de Setembro de 2014.

Penha

PREFEITURA

Contrato Nº 114/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2014 - FMS

CONTRATADO: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA ME.

Licitação: Processo nº 35/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 22/2014 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. VALOR TOTAL: 13.513,06 (TREZE MIL QUINHENTOS E TREZE REAIS E SEIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 23 de setembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 115/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2014 - FMS

CONTRATADO: BIOMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Licitação: Processo nº 35/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 22/2014 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. VALOR TOTAL: 1.482,84 (UM MIL QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 23 de setembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 110/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2014 - FMS

CONTRATADO: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Licitação: Processo nº 35/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 22/2014 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. VALOR TOTAL: 2.909,72 (DOIS MIL NOVECENTOS E NOVE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 23 de setembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 111/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2014 - FMS

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Licitação: Processo nº 35/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 22/2014 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. VALOR TOTAL: 8.888,04 (OITO MIL OITOCENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUATRO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 23 de setembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 113/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2014 - FMS

CONTRATADO: LOGITEX DISTRIBUIDORA LTDA ME.

Licitação: Processo nº 35/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 22/2014 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. VALOR TOTAL: 2.850,00 (DOIS MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 23 de setembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 112/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2014 - FMS

CONTRATADO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Licitação: Processo nº 35/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 22/2014 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. VALOR TOTAL: 1.578,08 (UM MIL QUINHENTOS E SETENTA E OITO REAIS E OITO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 23 de setembro de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 116/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2014 - FMS

CONTRATADO: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP.

Licitação: Processo nº 35/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 22/2014 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. VALOR TOTAL: 22.644,60 (VINTE E DOIS MIL SEISCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS). VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 23 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 118/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2014 - FMS

CONTRATADO: JET - MED COMÉRCIO DE PRODUTOS DESCARTÁVEIS LTDA - EPP.

Licitação: Processo nº 35/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 22/2014 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. VALOR TOTAL: 9.923,20 (NOVE MIL NOVECENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS) VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 23 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 117/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2014 - FMS

CONTRATADO: OLIMEDIC INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA.

Licitação: Processo nº 35/2014 - FMS, modalidade Pregão Presencial nº 22/2014 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES, INSTRUMENTO CIRÚRGICOS E CORRELATOS PARA A SECRETARIA E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC. VALOR TOTAL: 6.103,50 (SEIS MIL CENTO E TRÊS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha, 23 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes - PELA PREFEITURA

DECRETO Nº 2100/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2100/2014

PRORROGAR: por mais 30 (trinta) dias, a contar de 21 de setembro de 2014, o prazo para responder pelo Setor DETRAPEN, instaurado no Decreto nº 2090/2014.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Penha/SC, 24 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2101/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2101/2014

NOMEIA a Sra. JULIANE DE BAIRROS, ao cargo em comissão de CHEFE DE SETOR I DE UBS's III, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 24 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2102/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2102/2014

EXONERA a pedido, o Sr. NORBERTO MANOEL LEAL NETO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR I DE UBS's V, da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 24 de setembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pp53/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº94/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014 - PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 08/10/2014 às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 09/10/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231.Horário de atendimento das

13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 24 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO
Fica rescindido o Contrato nº 379/2014 - PMP, firmado entre a Sra. RUTE VICENTE e esta PREFEITURA, em 16 de junho de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 24 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Termo de Rescisão

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO
Fica rescindido o Termo Aditivo nº356/2014 Contrato nº 349/2012 - PMP, firmado entre a Sra. PRISCILA HELENA NORI DE SOUZA e esta PREFEITURA, em 06 de junho de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 24 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Contrato Nº 411/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTRATO Nº 411/2014 - RH/PMP
Contratado (A): PRISCILA HELENA NORI DE SOUZA, na função de servente/merendeira, início em 25/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 25 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Contrato Nº 412/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTRATO Nº 412/2014 - RH/PMP
Contratado (A):LEILA RENATA NUNES DE OLIVEIRA, na função de servente/merendeira, início em 25/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 25 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Contrato Nº 413/2014 Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CONTRATO Nº 413/2014 - RH/PMP
Contratado (A): CAMILA GEORGIA PEREIRA DOS SANTOS SARAI-VA, na função de servente/merendeira, início em 25/09/2014 e término em 31/07/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 25 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

Peritiba

PREFEITURA

Aviso de Audiência Pública

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA

R. Frei Bonifácio, 63. - Centro

CEP: 89750-000

CNPJ: 82.815.085/0001-20

SITE: www.peritiba.sc.gov.br

Telefone: (49) 3453 1122 / 3453 1132

Fax: (49) 3453 1142

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA RESÍDUOS SÓLIDOS DA AMAUC.

A Prefeitura Municipal de Peritiba convida os munícipes a participar da Audiência Pública META 03 - ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES do PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA RESÍDUOS SÓLIDOS, a ser realizada dia 09 outubro de 2014, no Centro de Convivência dos Idosos, Rua Miguel Balduino Boll, centro, Peritiba, às 13h30min horas.

EXTRATO DE CONTRATO 122/2014

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Contratação da BANDA RITTER para realização de Show (Matine) em virtude da Cavalgada realizada em decorrência da comemoração dos 51 anos de Peritiba aprovada pela lei 1996/2014 de 18 de julho de 2014, a realizar-se no dia 28 de Setembro de 2014, das 14h00min às 18h00min, na sede do Ser Internacional, sito à Rua Pedro Paulo Muller, s/n, Centro, Peritiba, incluindo estrutura de som e iluminação.

Dados do Contrato: Contrato nº 123/2014

Contratado: NEWTON NEUDI RITTER 65589220963

CNPJ: 20.849.225/0001-24

Data de Vigência: 23/09/2014 à 29/09/2014

Valor do Contrato: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Município de Peritiba - SC em 23 de Setembro de 2014.

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em exercício

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.791 de 23 de Setembro de 2014

LEI Nº 1.791 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PPA 2014/2017, LEI 1.695/2013, DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes municipais que a câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual representadas nessa lei, através do anexo III, com inclusão, exclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para o exercício de 2015, com estruturação de acordo com as fontes e seus detalhamentos da destinação de recursos do anexo II que integra a presente lei e estabelecerá as diretrizes para o exercício de 2015, conforme programas especificados no anexo I;

Art. 2º - Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos;

Art. 3º - Foram atualizados os valores para o exercício de 2015, de maneira a adequar as fontes de recursos, programas, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente;

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PINHEIRO PRETO (SC) em 23 de Setembro de 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.790, de 23 de Setembro de 2014.

LEI Nº 1.790, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE BOLSAS, TIPO EXECUTIVO, PARA SEREM DOADAS AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Executivo, autorizado a realizar despesa no valor de até R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para fazer frente aos dispêndios com aquisição de bolsas, tipo executivo com alça, para doação aos professores da rede municipal de ensino.

Parágrafo único. As bolsas serão utilizadas pelos professores para acondicionar material utilizado no exercício diário das funções inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC,
23 DE SETEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.789, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

LEI Nº 1.789, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O RECEBIMENTO EM DOAÇÃO DE BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a receber em doação da União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, bem móvel, consistente em um caminhão basculante 6 x 4 (trucado e traçado), PBT 23 toneladas, novo, zero quilômetro, chassi nº 9BM693388EB958682, marca Mercedes-Benz, avaliado em R\$ 247.992,57 (duzentos e quarenta e sete mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos), ficando ratificado o "Termo de Doação do Caminhão Basculante com Encargos PAC 2 MDA", parte integrante do anexo a esta lei.

Parágrafo único. A veículo caminhão de que trata este artigo deverá ser utilizado para fins de interesse social na recuperação de estradas vicinais e em obras para captação e armazenamento de água para garantir o abastecimento à população e animais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,
23 de setembro de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 015/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 015/2014
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 16/10/2014 licitação modalidade Tomada de Preços nº 015/2014, visando a "contratação de empresa para construção de passeios para acessibilidade urbana no Bairro São José deste município".

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 16/10/2014, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 762 425/2014



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 762 425/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAB6249	8762045219	7455/0	22/08/2014	218 * I
ADV0034	8762044901	7455/0	19/08/2014	218 * I
AFF2085	8762045241	7455/0	18/08/2014	218 * I
AFS2997	8762043758	7455/0	23/07/2014	218 * I
AGH4444	8762044537	7455/0	13/08/2014	218 * I
AHA8202	8762043368	7455/0	06/07/2014	218 * I
AHC0448	8762043778	7455/0	23/07/2014	218 * I
AKB6436	8762043846	7455/0	20/07/2014	218 * I
AMB4935	8762044524	7455/0	13/08/2014	218 * I
BPK9216	8762044727	7455/0	11/08/2014	218 * I
BQT2824	8762045172	7455/0	21/08/2014	218 * I
DKS7226	8762043479	7455/0	16/07/2014	218 * I
DPA5209	8762044999	7455/0	20/08/2014	218 * I
DPA5209	8762045199	7455/0	20/08/2014	218 * I
DPA5209	8762045285	7455/0	23/08/2014	218 * I
DYD6124	8762044572	7455/0	14/08/2014	218 * I
HJK1255	8762043821	7455/0	22/07/2014	218 * I
HSL3739	8762045252	7455/0	19/08/2014	218 * I
HSM8300	8762043852	7455/0	21/07/2014	218 * I
HXC3862	8762044809	7455/0	11/08/2014	218 * I
ICD7341	8762044569	7455/0	14/08/2014	218 * I
ICU2204	8762045317	7455/0	18/08/2014	218 * I
IET7141	8762044597	7455/0	15/08/2014	218 * I
IJK1778	8762045233	7455/0	17/08/2014	218 * I
ITB0708	8762043450	7463/0	06/07/2014	218 * II
JNX3262	8762044865	7455/0	18/08/2014	218 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JXR1183	8762043559	7455/0	13/07/2014	218 * I
LXB4937	8762043802	7455/0	26/07/2014	218 * I
LXI7489	8762043829	7455/0	22/07/2014	218 * I
LXV3006	8762043622	7455/0	15/07/2014	218 * I
LYQ5730	8762044700	7455/0	15/08/2014	218 * I
LYV5072	8762044882	7455/0	18/08/2014	218 * I
LZE6548	8762043934	5673/2	26/07/2014	183
LZR2334	8762043734	7463/0	22/07/2014	218 * II
LZV6734	8762043760	7455/0	20/07/2014	218 * I
MAH7020	8762043750	7455/0	23/07/2014	218 * I
MAH9930	8762044517	7455/0	13/08/2014	218 * I
MAY2178	8762045292	7455/0	23/08/2014	218 * I
MBC0790	8762045018	7455/0	20/08/2014	218 * I
MBM1385	8762045313	7455/0	17/08/2014	218 * I
MBT3464	8762045126	7455/0	18/08/2014	218 * I
MCE2791	8762043664	7463/0	22/07/2014	218 * II
MCR2969	8762043896	7455/0	23/07/2014	218 * I
MCS1083	8762044722	7455/0	11/08/2014	218 * I
MCY5210	8762044576	7455/0	14/08/2014	218 * I
MDE9200	8762044712	6050/3	16/08/2014	208
MDF2323	8762044555	7455/0	13/08/2014	218 * I
MDI5730	8762044956	7455/0	19/08/2014	218 * I
MDL2012	8762044777	7455/0	14/08/2014	218 * I
MDO1751	8762043813	5673/2	26/07/2014	183
MDP4529	8762043805	6050/3	20/07/2014	208
MDQ6018	8762045382	7455/0	21/08/2014	218 * I
MDR3619	8762043862	7455/0	23/07/2014	218 * I
MDR8046	8762045259	7455/0	20/08/2014	218 * I
MDU1823	8762044550	7455/0	13/08/2014	218 * I
MDY1042	8762045326	7455/0	22/08/2014	218 * I
MEE8053	8762045294	7455/0	23/08/2014	218 * I
MEG0603	8762044706	7455/0	16/08/2014	218 * I
MEG9684	8762045123	7455/0	22/08/2014	218 * I
MEN0787	8762045190	5673/2	21/08/2014	183
MEV0574	8762043780	7455/0	23/07/2014	218 * I
MEZ3687	8762043764	7455/0	20/07/2014	218 * I
MFC4228	8762044583	7455/0	15/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFC6357	8762045007	7463/0	20/08/2014	218 * II
MFI7808	8762045012	7455/0	20/08/2014	218 * I
MFR8906	8762045004	7455/0	20/08/2014	218 * I
MFT2384	8762045265	7455/0	20/08/2014	218 * I
MFW2797	8762044687	7455/0	13/08/2014	218 * I
MFZ8711	8762045223	7455/0	23/08/2014	218 * I
MGB7815	8762043837	7463/0	26/07/2014	218 * II
MGC8819	8762044680	7463/0	12/08/2014	218 * II
MGJ0517	8762044479	7463/0	12/08/2014	218 * II
MGO3895	8762044515	7455/0	13/08/2014	218 * I
MGZ3083	8762044825	7455/0	11/08/2014	218 * I
MHD8100	8762044776	7455/0	14/08/2014	218 * I
MHG1878	8762044770	7455/0	13/08/2014	218 * I
MHH4159	8762044552	7455/0	13/08/2014	218 * I
MHI9584	8762043757	7455/0	23/07/2014	218 * I
MHK3806	8762043493	7455/0	18/07/2014	218 * I
MHN3077	8762045273	7455/0	22/08/2014	218 * I
MHR7381	8762044868	7463/0	18/08/2014	218 * II
MHT6793	8762044730	7463/0	11/08/2014	218 * II
MHT6793	8762045196	7455/0	17/08/2014	218 * I
MHU6959	8762043469	7463/0	13/07/2014	218 * II
MHW4711	8762043695	7463/0	22/07/2014	218 * II
MHY8418	8762045207	7463/0	24/08/2014	218 * II
MIB7899	8762043481	7463/0	16/07/2014	218 * II
MIH0634	8762044833	7463/0	10/08/2014	218 * II
MIP0692	8762043591	7455/0	18/07/2014	218 * I
MIS5381	8762044815	7455/0	13/08/2014	218 * I
MIU9578	8762043488	7455/0	17/07/2014	218 * I
MIY4143	8762044929	7455/0	19/08/2014	218 * I
MJB2003	8762045090	7455/0	21/08/2014	218 * I
MJB8159	8762045339	7455/0	24/08/2014	218 * I
MJE1407	8762045092	7455/0	22/08/2014	218 * I
MJG5858	8762044775	7455/0	14/08/2014	218 * I
MJG5858	8762044786	7455/0	15/08/2014	218 * I
MJG5858	8762044791	7455/0	16/08/2014	218 * I
MJG5858	8762044798	7455/0	16/08/2014	218 * I
MJG5858	8762045237	7463/0	17/08/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJG5858	8762045257	7455/0	19/08/2014	218 * I
MJI0070	8762043624	7455/0	16/07/2014	218 * I
MJJ6432	8762043745	7455/0	23/07/2014	218 * I
MJL3105	8762045168	7455/0	24/08/2014	218 * I
MJM1186	8762043694	7455/0	22/07/2014	218 * I
MJO4547	8762045133	7455/0	19/08/2014	218 * I
MJP6562	8762045080	7455/0	21/08/2014	218 * I
MJP6694	8762045386	7463/0	21/08/2014	218 * II
MJP6694	8762045390	7455/0	23/08/2014	218 * I
MJP6694	8762045392	7455/0	24/08/2014	218 * I
MJW0550	8762043812	5673/2	26/07/2014	183
MJZ0747	8762045014	7455/0	20/08/2014	218 * I
MKB8343	8762044768	7455/0	13/08/2014	218 * I
MKC0045	8762045127	7455/0	18/08/2014	218 * I
MKF7089	8762043495	7455/0	19/07/2014	218 * I
MKM5462	8762043898	7455/0	26/07/2014	218 * I
MKU0594	8762044796	7455/0	16/08/2014	218 * I
MKW7397	8762044541	7455/0	13/08/2014	218 * I
MKY8004	8762043543	7455/0	19/07/2014	218 * I
MKZ1049	8762043531	7463/0	15/07/2014	218 * II
MLG5668	8762045395	7455/0	24/08/2014	218 * I
MLL5395	8762043841	7455/0	20/07/2014	218 * I
MLS8024	8762045338	7455/0	24/08/2014	218 * I
MMA9151	8762043746	7455/0	23/07/2014	218 * I
MMD4760	8762045246	7455/0	19/08/2014	218 * I
MMK1966	8762044937	7455/0	19/08/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 426/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 426/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADG0087	8762039590	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AEK5764	8762042367	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIA1413	8762039684	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
BFA2930	8762042082	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
BFA2930	8762042087	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
BJL4750	8762040428	5673/2	03/05/2014	R\$ 85,12	183
BVU1896	8762040180	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
BWS5039	8762038893	5673/2	28/03/2014	R\$ 85,12	183
DKG1625	8762043273	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DMW6208	8762039507	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
DTA8753	8762042275	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXF3806	8762040235	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR8851	8762040140	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYI6771	8762039047	7455/0	01/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYO7529	8762042505	7455/0	18/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYR8148	8762041842	7455/0	01/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYU3492	8762039278	7455/0	08/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI0553	8762039651	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH5408	8762039943	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBS9159	8762039957	7463/0	17/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBU6835	8762042263	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBU7692	8762039537	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBU7692	8762039604	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBY6221	8762042063	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCG6627	8762042587	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCR6285	8762040338	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCV0471	8762040417	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDA6146	8762041532	6050/3	18/05/2014	R\$ 191,53	208
MDN4833	8762042291	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDO7070	8762041974	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDV2803	8762042244	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEA0003	8762042341	7455/0	06/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEB2326	8762042418	7455/0	15/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC7782	8762042393	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEL4209	8762042241	7463/0	04/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEZ3959	8762041815	7463/0	01/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFA1664	8762042102	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFC4501	8762042031	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO4275	8762042261	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFY1759	8762043406	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ4526	8762042113	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHA2618	8762040306	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM1017	8762041376	7455/0	19/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM1708	8762043135	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIG1687	8762042345	7455/0	06/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT0461	8762040237	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT0461	8762040401	5673/2	03/05/2014	R\$ 85,12	183
MIV5168	8762043291	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW9595	8762043439	6050/3	10/07/2014	R\$ 191,53	208
MJA7555	8762042167	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJD5535	8762040263	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ2439	8762039601	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ5894	8762042240	7463/0	04/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJO4933	8762042405	7455/0	23/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT0922	8762042029	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT8388	8762039669	6050/3	19/04/2014	R\$ 191,53	208
MJY0541	8762042163	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC0045	8762043328	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKE8034	8762040148	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLQ9908	8762041547	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA9151	8762042066	7455/0	09/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMD2808	8762041386	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMM0307	8762039553	7455/0	15/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 427/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 762 427/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEY3187	8762044926	7455/0	19/08/2014	218 * I
AGU6448	8762043838	7471/0	26/07/2014	218 * III
AIJ5718	8762044622	7455/0	15/08/2014	218 * I
ANU2696	8762045217	7455/0	21/08/2014	218 * I
ANZ2529	8762044729	7455/0	10/08/2014	218 * I
AUZ1091	8762044821	7455/0	10/08/2014	218 * I
BOB0449	8762044419	7455/0	06/08/2014	218 * I
CCP8528	8762045666	7455/0	29/08/2014	218 * I
CYW7876	8762045262	7455/0	20/08/2014	218 * I
DCQ4810	8762045474	7455/0	27/08/2014	218 * I
DQH9946	8762044875	7455/0	18/08/2014	218 * I
DRI1622	8762044766	7455/0	13/08/2014	218 * I
DZY4222	8762045328	7455/0	23/08/2014	218 * I
FBN6292	8762045005	7455/0	20/08/2014	218 * I
FKI4233	8762045636	7455/0	26/08/2014	218 * I
GXZ9267	8762045360	6050/3	23/08/2014	208
HAB2054	8762045408	7455/0	25/08/2014	218 * I
HOI3188	8762045624	5673/2	30/08/2014	183
INL9851	8762044835	5673/2	10/08/2014	183
IOU5566	8762045302	7455/0	24/08/2014	218 * I
LWV1326	8762044279	7455/0	04/08/2014	218 * I
LXT0711	8762044709	7455/0	10/08/2014	218 * I
LXT0711	8762044716	6050/3	14/08/2014	208
LYF8188	8762044855	7463/0	18/08/2014	218 * II
LYH2731	8762044980	7455/0	19/08/2014	218 * I
LYK4132	8762044759	7455/0	12/08/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYN5537	8762044682	7455/0	12/08/2014	218 * I
LYX2290	8762043590	7463/0	18/07/2014	218 * II
LZE5204	8762045461	7455/0	27/08/2014	218 * I
LZL0009	8762045149	7463/0	21/08/2014	218 * II
LZM8935	8762044831	5673/2	16/08/2014	183
LZV8924	8762045579	7455/0	28/08/2014	218 * I
MAD5388	8762044936	7455/0	19/08/2014	218 * I
MAW3975	8762045378	6050/3	20/08/2014	208
MAY5802	8762044648	7455/0	15/08/2014	218 * I
MAY8132	8762044852	7455/0	18/08/2014	218 * I
MBK7387	8762045698	7455/0	27/08/2014	218 * I
MBM0142	8762045503	7455/0	29/08/2014	218 * I
MBM1385	8762045710	7455/0	30/08/2014	218 * I
MBT6396	8762044749	7455/0	10/08/2014	218 * I
MBU8510	8762044886	7455/0	18/08/2014	218 * I
MBV1296	8762043728	7455/0	22/07/2014	218 * I
MCA8909	8762044371	7455/0	04/08/2014	218 * I
MCF5499	8762044883	7455/0	18/08/2014	218 * I
MDA5609	8762045604	7455/0	31/08/2014	218 * I
MDB8942	8762045711	7455/0	31/08/2014	218 * I
MDW2745	8762044508	7463/0	13/08/2014	218 * II
MEE5332	8762045291	7455/0	23/08/2014	218 * I
MEM2829	8762045253	7455/0	19/08/2014	218 * I
MEY3778	8762045324	5673/2	21/08/2014	183
MFJ7056	8762045167	7463/0	24/08/2014	218 * II
MFY2989	8762045242	7455/0	18/08/2014	218 * I
MGH7145	8762045230	7455/0	24/08/2014	218 * I
MGM9149	8762045535	7463/0	29/08/2014	218 * II
MGP3401	8762045473	7455/0	27/08/2014	218 * I
MGQ9204	8762045761	7455/0	31/08/2014	218 * I
MGZ4838	8762045732	6050/3	29/08/2014	208
MHJ6505	8762045096	7455/0	22/08/2014	218 * I
MHO8674	8762044927	7455/0	19/08/2014	218 * I
MHO8674	8762045071	7463/0	21/08/2014	218 * II
MHU4841	8762045617	7455/0	30/08/2014	218 * I
MHZ1053	8762045504	7455/0	29/08/2014	218 * I
MIB4111	8762045730	5673/2	29/08/2014	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIJ8782	8762044573	7455/0	14/08/2014	218 * I
MIL0068	8762045428	7455/0	26/08/2014	218 * I
MIL2102	8762045314	6050/3	18/08/2014	208
MIL6726	8762044808	7455/0	11/08/2014	218 * I
MIM0805	8762045736	7455/0	25/08/2014	218 * I
MIP1406	8762044894	7455/0	18/08/2014	218 * I
MIR4992	8762043784	7463/0	25/07/2014	218 * II
MIR5854	8762044694	7455/0	13/08/2014	218 * I
MIT0461	8762043768	7455/0	21/07/2014	218 * I
MJA2974	8762045299	7455/0	24/08/2014	218 * I
MJG7883	8762045454	7463/0	27/08/2014	218 * II
MJH8655	8762045749	7455/0	28/08/2014	218 * I
MJK8233	8762044996	7455/0	19/08/2014	218 * I
MJO4547	8762045580	7455/0	28/08/2014	218 * I
MJO4547	8762045591	7463/0	29/08/2014	218 * II
MJQ7350	8762045380	7455/0	20/08/2014	218 * I
MJR3884	8762044893	7455/0	18/08/2014	218 * I
MJS1518	8762044921	7455/0	19/08/2014	218 * I
MJV1352	8762045496	7455/0	29/08/2014	218 * I
MJW0737	8762044549	7455/0	13/08/2014	218 * I
MJW8363	8762045301	7455/0	24/08/2014	218 * I
MKL5944	8762045469	7455/0	27/08/2014	218 * I
MKM3652	8762044518	7463/0	13/08/2014	218 * II
MLF5135	8762044851	7455/0	18/08/2014	218 * I
MLO2961	8762044533	7455/0	13/08/2014	218 * I
MLR5563	8762045143	7455/0	20/08/2014	218 * I
MLS2236	8762045135	7463/0	19/08/2014	218 * II
MLZ3515	8762045063	7455/0	21/08/2014	218 * I
MMA7787	8762043554	7455/0	13/07/2014	218 * I
MMK2430	8762045140	7463/0	20/08/2014	218 * II
MMK3024	8762045507	7455/0	29/08/2014	218 * I
MML3565	8762044906	7463/0	19/08/2014	218 * II
NJO9532	8762044710	5673/2	11/08/2014	183
NJW4004	8762043601	7455/0	19/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 428/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 762 428/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AES7245	8762042647	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHY9349	8762040162	5673/2	21/04/2014	R\$ 85,12	183
AKN6849	8762042328	7463/0	05/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
AKN6849	8762042657	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKY4857	8762042735	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AME5766	8762042038	7463/0	10/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
APD1088	8762042451	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AXK9287	8762042006	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
BNO0746	8762042389	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
CRD5237	8762042635	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
CVV4802	8762042044	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
CYW2587	8762042645	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DGD7971	8762042447	7463/0	18/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
DPX0867	8762042648	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DPX0867	8762042731	7463/0	25/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
DZB7232	8762042555	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
G UW6705	8762041988	7455/0	11/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
HLP1598	8762042025	7463/0	12/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
IAU9728	8762041324	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
KEJ0752	8762042216	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
KVA9242	8762042366	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
KVA9242	8762042542	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXI6869	8762042020	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXN3178	8762042037	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXP0908	8762042573	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXU8810	8762042024	7455/0	11/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXV3006	8762040153	7455/0	22/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYV2067	8762042289	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYV2712	8762042603	6050/3	14/06/2014	R\$ 191,53	208
MAD1435	8762041937	6050/3	05/06/2014	R\$ 191,53	208
MAK8978	8762040365	7455/0	30/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAP4535	8762042026	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR2890	8762042111	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAT8525	8762042597	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAU1040	8762042699	7463/0	24/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAY5581	8762042165	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBA0733	8762042692	7463/0	24/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBD7147	8762042094	7455/0	08/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBX7849	8762042107	6050/3	13/06/2014	R\$ 191,53	208
MCE3285	8762042458	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCI5068	8762042021	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCJ8513	8762042676	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCL7708	8762042461	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCU6374	8762042926	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCU9222	8762042422	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDG0706	8762043096	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK5786	8762042498	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDS6576	8762042654	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDY1042	8762042569	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEA1053	8762043379	7455/0	08/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE8944	8762042147	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF0665	8762042104	5673/2	13/06/2014	R\$ 85,12	183
MEG9112	8762042232	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEH6563	8762041470	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEK4614	8762042201	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP0901	8762042616	7455/0	15/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ7104	8762042774	7455/0	23/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEV6646	8762042127	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEX9140	8762042182	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEZ7293	8762039543	7455/0	15/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD4934	8762042381	7463/0	17/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFD8251	8762042322	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO6293	8762042469	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFZ1097	8762042098	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGA9281	8762042430	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGG4190	8762042010	5673/2	08/06/2014	R\$ 85,12	183
MGO2645	8762042177	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGP9844	8762041726	7463/0	27/05/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGR3882	8762042242	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGX4580	8762042817	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHB8718	8762041909	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE5191	8762042857	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHH9927	8762042309	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM1025	8762041980	7455/0	09/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM2615	8762043418	7455/0	10/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU0959	8762042523	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU1208	8762042437	7455/0	18/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU3577	8762042196	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV4220	8762042495	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ1053	8762042208	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB8899	8762042862	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MID2014	8762042362	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIF4126	8762042514	7455/0	14/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL3556	8762042504	7455/0	18/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIR1042	8762042820	6050/3	23/06/2014	R\$ 191,53	208
MIT4490	8762042554	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV6909	8762042214	7463/0	04/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIW1372	8762042361	7471/0	16/06/2014	R\$ 574,61	218 * III
MIW6243	8762042130	7455/0	03/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA3894	8762042830	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJC3185	8762043386	7455/0	09/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJC4509	8762041946	7455/0	07/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJD3188	8762042207	7455/0	04/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJD3188	8762042284	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJE7474	8762043351	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH8655	8762042785	7463/0	24/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJI9943	8762043191	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJM0715	8762042545	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJR3586	8762042778	7463/0	24/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJV7407	8762042552	7471/0	20/06/2014	R\$ 574,61	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKC7417	8762042771	7463/0	22/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKE0868	8762042678	7455/0	24/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ4629	8762042599	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL7418	8762041544	7455/0	20/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL7418	8762041803	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKP9187	8762042257	7455/0	05/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT2057	8762043131	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV7553	8762042346	7455/0	16/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX4777	8762042055	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL8899	8762042171	7463/0	04/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLS2738	8762042384	7455/0	17/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLS2738	8762043141	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLU3446	8762043282	7463/0	11/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLV2240	8762042556	7455/0	20/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMF0772	8762042786	7455/0	25/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMK2430	8762041991	7455/0	12/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
NXQ0360	8762043043	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1554/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1554/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DPM3195	54985704E	6637/1	30/07/2014	230 * IX
DPM3195	54985705E	6700/0	30/07/2014	230 * XVI
LYK2440	54882596E	6912/0	26/08/2014	232
LYK2440	54882597E	6726/1	26/08/2014	230 * XVIII
MBK0739	54882775E	6408/0	30/08/2014	221
MCJ5765	54882668E	6599/2	25/08/2014	230 * V
MEL4209	54985710E	6637/2	30/07/2014	230 * IX
MHT6793	54882186E	5045/0	28/08/2014	162 * V
MHT6793	54882187E	5142/0	28/08/2014	164 c/c 162 * V
MHT6793	54882188E	6599/2	28/08/2014	230 * V
MKZ4733	54883379E	6599/2	26/07/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1555/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1555/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADG2301	54985980E	5541/1	29/08/2014	181 * XVII
AJJ9058	54985979E	5380/0	29/08/2014	181 * I
ARJ9020	54985722E	5967/0	04/08/2014	203 * V
BWZ0883	54985956E	5746/3	23/08/2014	187 * I
FJB5140	54882178E	7366/2	21/08/2014	252 * VI
LYU3492	54883402E	5185/1	23/07/2014	167
MCE5214	54985709E	5185/1	30/07/2014	167
MEF5730	54985692E	5568/0	29/07/2014	181 * XIX
MEV1707	54985685E	5568/0	25/07/2014	181 * XIX
MFW0253	54985891E	5967/0	21/08/2014	203 * V
MHT6793	54985789E	5207/0	28/08/2014	169
MHV6531	54985972E	6050/1	25/08/2014	208
MKG2831	54985780E	5207/0	25/08/2014	169
MKJ6095	54882600E	5967/0	27/08/2014	203 * V
MML7134	54985900E	5380/0	23/08/2014	181 * I
MNZ7838	54883432E	5967/0	24/08/2014	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1556/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1556/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BVU1896	54882291E	5169/1	24/05/2014	R\$ 1.915,38	165
BVU1896	54882292E	5177/0	24/05/2014	R\$ 191,53	166
HRI0772	54882929E	6599/2	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAA5799	54882344E	6599/2	08/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAA5799	54882345E	6556/1	08/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEL4209	54883033E	7340/0	14/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MGP8531	54450340E	6599/2	03/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGP8531	54450341E	6408/0	03/05/2014	R\$ 85,12	221
MKV7875	54883102E	5169/1	18/06/2014	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1557/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1557/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXC4086	54985414E	5738/0	08/05/2014	R\$ 191,53	186 * II
LZY4028	54985462E	7366/2	13/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEL4209	54883032E	5185/1	14/06/2014	R\$ 127,69	167
MEL4209	54985364E	5924/1	22/04/2014	R\$ 191,53	203 * I
MES8850	54883044E	5185/2	16/06/2014	R\$ 127,69	167
MHG7840	54985385E	7307/0	29/04/2014	R\$ 85,12	251 * II
MHV4220	54985448E	7366/2	12/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKE1131	54882282E	7366/2	22/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1558/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1558/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAN5095	54882676E	6726/1	29/08/2014	230 * XVIII
MAN5095	54882677E	6637/2	29/08/2014	230 * IX
MAN5095	54882678E	6599/2	29/08/2014	230 * V
MBA2598	54882778E	6769/2	30/08/2014	230 * XXII
MBH3951	54882431E	6637/2	12/08/2014	230 * IX
MBH3951	54882433E	6637/2	12/08/2014	230 * IX
MBX1175	54882545E	6769/2	30/08/2014	230 * XXII
MLO7651	54882682E	5169/1	31/08/2014	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1559/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 126 1559/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHI8301	54985915E	7366/2	30/08/2014	252 * VI
CMK5308	54985926E	5541/6	31/08/2014	181 * XVII
GZD0094	54985907E	5550/0	23/08/2014	181 * XVIII
KNR6685	54985798E	5819/2	07/09/2014	193
KOT5876	54985796E	5410/0	06/09/2014	181 * IV
MBH3951	54882434E	5185/2	12/08/2014	167
MEG9684	54985933E	7366/2	03/09/2014	252 * VI
MGB6508	54985716E	5207/0	30/07/2014	169
MIK5343	54985924E	5185/2	30/08/2014	167
MIQ6903	54985937E	5541/3	04/09/2014	181 * XVII
MIR3096	54882653E	5380/0	03/08/2014	181 * I
MJT3615	54985914E	5185/1	30/08/2014	167
MJT3615	54985925E	5185/2	30/08/2014	167
MKY9815	54985790E	5460/0	29/08/2014	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1560/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1560/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGG0070	54883207E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
AGG0070	54883208E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AGG0070	54883209E	6912/0	14/06/2014	R\$ 53,20	232
AGG0070	54883210E	5118/0	14/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AHC5978	54883498E	6637/2	20/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
DEE2535	54883459E	6769/2	30/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
DPM8638	54882516E	6637/2	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYS7522	54450100E	6599/2	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZO5221	54883253E	5169/1	24/06/2014	R\$ 1.915,38	165
LZO5221	54883255E	5177/0	24/06/2014	R\$ 191,53	166
LZP7460	54882971E	6726/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAQ8275	54883107E	6599/2	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAT3554	54883121E	6599/2	03/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAT3554	54883122E	6912/0	03/07/2014	R\$ 53,20	232
MBQ6931	54882974E	5010/0	15/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBQ6931	54882975E	6599/2	15/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBQ6931	54882976E	5118/0	15/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCQ0296	54882964E	6610/2	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEZ7293	54450493E	6726/1	20/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFI1719	54450190E	6599/2	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFR6079	54882990E	6637/2	18/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MGI9375	54450909E	5169/1	04/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MHJ0123	54450901E	6599/2	27/06/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1561/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 126 1561/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DLS7708	54883221E	5541/1	20/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HRD5434	54985634E	6050/1	28/06/2014	R\$ 191,53	208
LWY7988	54882846E	5452/2	15/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MAM3927	54883154E	5967/0	30/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MAP6681	54985626E	5207/0	27/06/2014	R\$ 53,20	169
MAQ8275	54883109E	5525/0	22/06/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MAQ8275	54883110E	5452/1	22/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCC3356	54883252E	5835/0	24/06/2014	R\$ 127,69	195
MIB7440	54883019E	5207/0	09/06/2014	R\$ 53,20	169
MJJ2888	54882542E	5967/0	07/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MLI4322	54883151E	7366/2	29/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

Ponte Serrada

PREFEITURA

Decreto 580/2014

DECRETO Nº 580/2014, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "II" do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.183, de 11 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 65.596,96 (Sessenta e Cinco Mil, Quinhentos e Noventa e Seis Reais e Noventa e Seis Centavos), destinado a reforçar a seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0801,10.301.1001.2009 - Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recursos: 03.00.66 - 26 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 65.596,96

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta de anulação total no valor de R\$ 65.596,96 (Sessenta e Cinco Mil, Quinhentos e Noventa e Seis Reais e Noventa e Seis Centavos) da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento Vigente:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0801,10.301.1001.2009 - Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recursos: 03.00.66 - 22 - APLICAÇÕES DIRETAS - Valor: R\$ 65.596,96

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Processo 98/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0098/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0043/2014

O Município de Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS pelo período de 12 meses para possível contratação de empresa especializada para a manutenção da rede pública de iluminação, de acordo com as normas técnicas da CELESC e obedecido ainda o rigor técnico exigido para trabalhos dessa natureza

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 09/10/2014.

Abertura: às 09h00min horas do dia 09/10/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor

de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 24 de setembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

Porto Belo**PREFEITURA****Contrato Nº 021/2014 - PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2014

CONTRATO Nº 021/2014 - PMPB

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização das avenidas senador Atílio Fontana e Almirante Fonseca neves do município de porto belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital Concorrência Pública 002/2014 - PMPB.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA
VALOR GLOBAL: R\$ 2.777.248,46 (Dois milhões setecentos e setenta e sete mil duzentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos).

PRAZO: 05 (cinco) meses

DATA DA ASSINATURA: 17/09/2014

Porto Belo, 19 de Setembro de 2014.

Chirley Laurencio

Secretaria de Administração

Porto União**PREFEITURA****Extrato Edital Pregão Presencial 006/2014 - SMS**

Município de Porto União - SC - Secretaria Municipal da Saúde
Processo Licitatório 018/2014 - Pregão Presencial Nº 006/2014 - SMS

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática destinados para a estruturação do "CPD" da Secretaria Municipal de Saúde.
Forma de Pregão: Presencial. Tipo Menor preço por item;
Recebimento das Propostas: até as 14:00 horas 10/10/2014, no setor de licitações da Secretaria Municipal da Saúde de Porto União.

Início da sessão: 14:10 horas do dia 10/10/2014.

Informações Complementares: no setor de licitações da Secretaria Municipal da Saúde de Porto União: Av. João Pessoa - 1454 - centro - Porto União, fone 42-3522-1496 ramal 210, e-mail: compras.suspu@sincronet.com.br.

Porto União, 23 de setembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 010/2014 - AMASPU

Extrato de Contrato 010/2014

AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União

Partes: AMASPU e LABORATÓRIO DE PATOLOGIA E SERVIÇOS MÉDICOS DIAGNOSIS.

Objeto: prestação de serviços de atividade laboratorial de anatomia patológica e citológica.

Remuneração: conforme tabela CBHPM

Vigência: indeterminada.

Base legal: artigo 25, caput, da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 24 de setembro de 2014.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

LABORATORIO DE PATOLOGIA E SERVIÇOS MÉDICOS DIAGNOSIS.

Contratada

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 62/2014

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:00 (nove horas), do dia 09 (nove) de outubro de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais a serem utilizados na decoração natalina, destinados as festividades de celebração do Natal de 2014 no Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme Anexo I deste Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC,
23 DE SETEMBRO DE 2014.
Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 1030/RH

PORTARIA N. 1030/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor FABIO BET, matrícula n. 78662/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de maio de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1031/RH

PORTARIA N. 1031/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora JOSIANE CARLA BEBER, matrícula n. 105023/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Saúde Bucal, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de setembro de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1037/RH

PORTARIA Nº 1037/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Defesa Civil, Assessoria Especial de Defesa do Cidadão e, designar como membros: TEODORO LUIS DA SILVA, matrícula 970859/1, ocupante do cargo comissionado Diretor do Departamento de Defesa Civil, ELIGIO LUIS PESSOA, matrícula 76279/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, NATANAEL ANDERSON DE SOUZA, matrícula 136549/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e, designar como suplente SILVIO ANDRADE, matrícula 75949/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão. Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestar-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, no período de 22/09/2014 a 21/09/2017.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 1040/RH

PORTARIA Nº 1040/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal ADRIANA MARTINS DA SILVA SOARES, matrícula n. 107980/3, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 01/08/2007 a 30/07/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2014

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 101/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NAIR CAMARGO GIEHL portador(a) do CPF nº 563.158.219-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 101/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

- Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 101/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 23/09/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

NAIR CAMARGO GIEHL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

DECRETO Nº 4315, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4315, de 24 de setembro de 2014.

"PRORROGA O DECRETO Nº 4157, DE 28 DE JUNHO DE 2014, QUE DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO, AFETADA POR INUNDAÇÕES (COBRADE - 12100)".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso das suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 37, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, pelo art. 7º do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto nº 4157, de 28 de junho de 2014, que declara em Situação Anormal, caracterizada como "Situação de Emergência", a área do município de Rio do Sul, afetada por inundações (COBRADE - 12100).

Art. 2 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Rio do Sul(SC), 24 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Termo de Posse E Exercício - Riquelme de Pin
TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) RIQUELME DE PIN, nomeado (a) pela Portaria n. 0921/RH, de 19/08/2014, publicada no DOM na data de 25/08/2014, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2014.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 22/09/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 22 de setembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1032/RH
PORTARIA Nº. 1032/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Redistribuir o cargo de Motorista de Caminhão, ocupado pelo servidor DAURI CASATTI, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano para a Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no Art. 42 da Lei Complementar nº 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores e Decreto nº 4.301 de 12 de setembro de 2014.

Art. 2º Fica desta forma assegurado ao servidor Dauri Casatti a lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

Portaria Nº 1025/RH
PORTARIA Nº. 1025/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0936/2014/RH de 21/08/2014, a qual nomeia ANA MARIA RAULINO DOS SANTOS para exercer o cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, 40h, em virtude da desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Dr

PORTARIA Nº 1028/RH
PORTARIA Nº. 1028/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, CLAUDIMAR FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
VMB

Termo de Convocação - Claudimar Ferreira de Souza Junior**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CLAUDIMAR FERREIRA DE SOUZA JUNIOR, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1028/RH de 18/09/2014, publicada em 25/09/2014. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2014.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

PORTARIA Nº 1045/2014

PORTARIA Nº. 1045/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora PAMELA MAYARA MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista (20h), conforme certidão de nascimento n.º 0043954 86 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LEONARDO MARTINS ÁVILA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

Portaria Nº 1046/2014

PORTARIA Nº. 1046/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,,

RESOLVE:

Art..1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora ARIANA LEDRA GORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, conforme certidão de nascimento n.º 0043959 02 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de MURILO LEDRA GORGES.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

Salto Veloso

PREFEITURA

Extrato Contrato 0015/2014

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONTRATO N.º : 0015/2014.

CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.

CONTRATADO : MARILENE SANTOS ZANESCO.

OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

VIGÊNCIA : 23/09/2014 a 22/11/2014.

AMPARO LEGAL : Constituição Federal, inciso IX, Art. 37; Lei Orgânica Municipal, art. 23, inciso III, alínea a; Lei nº. 881/97, de 20.08.97; Edital de Processo Seletivo 003/2013.

FUNÇÃO : ATENDENTE DE CRECHE .

LOCAL : SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA : 40 HORAS.

SALÁRIO BASE : R\$ 1036,72 .

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 959, de 23 de Setembro de 2014.

LEI Nº 959, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a quitar débitos oriundos de veículos recebidos em doação pela Receita Federal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a quitar os débitos, perante o órgão de trânsito, existentes nos veículos que foram doados pela Receita Federal e recebidos pelo Município em forma de doação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal,

23 de setembro de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 960, de 23 de Setembro de 2014.

LEI Nº 960, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

Altera o número de vagas do cargo que especifica, constantes do Anexo I, da Lei nº 791, de 23 de junho de 2009, que dispõe sobre o quadro de pessoal do PSF e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, usando das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, Art. 52, Inciso IV, apresenta à Câmara de Vereadores para análise e deliberação o seguinte Projeto de Lei: O número de vagas do cargo abaixo especificados, constante do Anexo I, da Lei nº 791, de 23 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Quantidade de vagas	Cargos	Carga horária semanal
04	Enfermeiro	40 Horas

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de setembro de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Retificacao do PL 676/2014

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 676/2014

MODALIDADE: Leilão 02/2014

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados, que está realizando Processo Licitatório, na Modalidade de Leilão, para ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS, CONFORME LEI MUNICIPAL. O envelope de documentação deverão ser entregue até as 14:00 horas do dia 14/10/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337, ou pelo fone (0xx49) 36570001, no mesmo endereço poderá ser obtido cópia do edital.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 16/09/14.
Jacob Gilmar Junges
Prefeito Municipal.

Lei Nº 1216 de 11 de Setembro de 2014.

LEI Nº 1216 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a empenhar dívida do Município de Santa Terezinha do Progresso, referente ao exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, no uso de suas atribuições legais que dispõe o artigo 41 da Lei Orgânica Municipal;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar a dívida do Município de Santa Terezinha do Progresso, referente ao exercício de 2013, junto às empresas Angeomed, Dimerios Comércio de Materiais Cirurgicos, Centermedi, Prosaúde Distribuidora de Medicamentos Ltda., S&R Distribuidora Ltda., Damedi Comércio de Medicamentos, no valor total de R\$ 23.239,97 (vinte e três mil duzentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos), dívida contraída em razão da aquisição de medicamentos e materiais médicos em favor do Fundo Municipal de Saúde através do Processo Licitatório nº 013/2013, Pregão nº 003/2013 e Processo Licitatório 129/2013, Pregão 010/2013.

Art. 2º. O débito de que trata o artigo anterior referem-se às notas fiscais emitidas pelas empresas citadas, as quais tiveram seus empenhos globais cancelados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, Santa Terezinha do Progresso,
11 de Setembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Lei Nº 1217 de 11 de Setembro de 2014.

LEI Nº 1217 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por superávit financeiro no exercício anterior, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por superávit financeiro, no exercício anterior da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 284,25 (duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1100.00.00.00.00 Receitas Tributárias

1120.00.00.00.00 Taxas

1121.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia

1121.25.00.00.00 Taxa de Func. Estab. Com. Ind. e Prest. de Serv.

0300 - Recursos Próprios

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por superávit financeiro, no exercício anterior da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, até o valor de R\$ 284,25 (duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico			
03.01 Depto de Administração			
061220009.2.053000 Manutenção do Convênio Funrebom			
0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	284,25

Art. 3º. Fica alterada a Lei do Plano Plurianual (Lei Municipal n. 1141/2013), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão das metas física e financeira referente à Ação 2.053 Manutenção do Convênio Funrebom, no Programa 009 - Administração Geral.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 11 de Setembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Lei Nº 1218 de 11 de Setembro de 2014.

LEI Nº 1218 DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 2.723,27 (dois mil setecentos e vinte e três reais e vinte e sete centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1100.00.00.00.00 Receitas Tributárias

1120.00.00.00.00 Taxas

1121.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia

1121.25.00.00.00 Taxa de Func. Estab. Com. Ind. e Prest. de Serv.

0100 - Recursos Próprios

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, até o valor de R\$ 2.723,27 (dois mil setecentos e vinte e três reais e vinte e sete centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico			
03.01 Depto de Administração			
061220009.2.053000 Manutenção do Convênio Funrebom			
0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.723,27

Art. 3º. Fica alterada a Lei do Plano Plurianual (Lei Municipal n. 1141/2013), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão das metas física e financeira referente à Ação 2.053 Manutenção do Convênio Funrebom, no Programa 009 - Administração Geral.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 11 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Nº 1219 de 22 de Setembro de 2014.

LEI Nº 1219 DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde			
09.01 Fundo Municipal de Saúde			
103050025.2.043000 Vigilância Epidemiológica			
0366	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde			
09.01 Fundo Municipal de Saúde			
103050025.2.043000 Vigilância Epidemiológica			
1683	0366	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 22 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Lei Nº 1220 de 22 de Setembro de 2014

LEI Nº 1220 DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 266.100,00 (duzentos e sessenta e seis mil e cem reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Depto de Administração				
134	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
309	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123650018.2.013000 Manutenção de Creche				
437	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.700,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 Fundeb				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
460	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	60.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
604	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	35.600,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.032000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
674	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.032000 Manut. Ampl. E adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
732	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.700,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025002 Agentes Comunitários de Saúde				
803	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.100,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede básica de saúde				
876	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.700,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				

1417	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	47.300,00
------	------	-------------------	--------------------	-----------

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 266.100,00 (duzentos e sessenta e seis mil e cem reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município				
37	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município				
60	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920006.2.023000 Festividades de natal e ruas natalinas de lazer				
71	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920006.2.021000 Manutenção das atividades do setor de cultura				
100	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	730,90

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.030000 Manutenção das atividades do Depto de Administração				
208	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	13.023,00

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123060018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental				
287	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123060018.2.015000 Merenda escolar educação infantil				
299	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.000,00

04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
357	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

04.00 Secretaria da Educação				
04.02 Fundeb				
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
599	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
678	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública				
727	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.034000 Manutenção ampl. E adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
751	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede básica de saúde				
973	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.503,80
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103050025.2.043000 Vigilância Epidemiológica				
1023	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082430028.2.030000 Manutenção das atividades do PETI				
1131	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028003 Assistência Social				
1369	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
205110048.2.041000 Implantação e manutenção de rede de distribuição de água nas comunidades do interior				
1404	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	19.520,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
205410048.2.050000 Programa de Incentivo ao Reflorestamento e Aquisição de Sementes				
1405	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206020048.2.039000 Programa de incentivo a inseminação artificial para pecuária				
1406	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
1421	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	57.942,30

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
1443	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
207220048.1.033000 Implantação de Telefonia Movel e Internet na Area Rural				
1448	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	29.380,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 22 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Decreto Nº 266/2014

DECRETO Nº 266/2014

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional especial, por superávit financeiro no exercício anterior, no orçamento vigente, na Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1217/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial, por superávit financeiro no exercício anterior, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 284,25 (duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1100.00.00.00.00 Receitas Tributárias

1120.00.00.00.00 Taxas

1121.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia

1121.25.00.00.00 Taxa de Func.Estab.Com.Ind. e Prest. de Serv.

0300 - Recursos Próprios

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional especial, por superávit financeiro no exercício anterior, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, até o valor de R\$ \$ 284,25 (duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061220009.2.053000 Manutenção do Convênio Funrebom				
	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	

Art. 3º. Fica alterada a Lei do Plano Plurianual (Lei Municipal nº 1141/2013), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão das metas física e financeira referente à Ação 2.053 Manutenção do Convênio Funrebom, no Programa 009 - Administração Geral.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 11 de Setembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Decreto Nº 267/2014

DECRETO Nº 267/2014

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional especial, por superávit financeiro no exercício anterior, no orçamento vigente, na Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1218/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial, por superávit financeiro no exercício anterior, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 2.723,27 (dois mil setecentos e vinte e três reais e vinte e sete centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes
1100.00.00.00.00 Receitas Tributárias
1120.00.00.00.00 Taxas
1121.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia
1121.25.00.00.00 Taxa de Func. Estab. Com. Ind. e Prest. de Serv.
0100 - Recursos Próprios

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional especial, por superávit financeiro no exercício anterior, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, até o valor de R\$ 2.723,27 (dois mil setecentos e vinte e três reais e vinte e sete centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061220009.2.053000 Manutenção do Convênio Funrebom				
	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.723,27

Art. 3º. Fica alterada a Lei do Plano Plurianual (Lei Municipal nº 1141/2013), em conformidade com o disposto neste ato, especialmente no que tange a inclusão das metas física e financeira referente à Ação 2.053 Manutenção do Convênio Funrebom, no Programa 009 - Administração Geral.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 11 de Setembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Decreto Nº 269/2014

DECRETO Nº 269/2014

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1219/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103050025.2.043000 Vigilância Epidemiologica				
	0366	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103050025.2.043000 Vigilância Epidemiologica				
1683	0366	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 22 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Decreto Nº 270/2014

DECRETO Nº 270/2014

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1220/2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 266.100,00 (duzentos e sessenta e seis mil e cem reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Depto de Administração				
134	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
309	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	22.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Depto de Educação				
123650018.2.013000 Manutenção de Creche				
437	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	9.700,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 Fundeb				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
460	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	60.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
604	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	35.600,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.032000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
674	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.032000 Manut. Ampl. E adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
732	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.700,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025002 Agentes Comunitários de Saúde				
803	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.100,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede básica de saúde				
876	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.700,00

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
1417	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	47.300,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 266.100,00 (duzentos e sessenta e seis mil e cem reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município				
37	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.01 Administração Superior do Município				
041220006.2.002000 Manutenção das atividades de Administração Superior do Município				
60	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920006.2.023000 Festividades de natal e ruas natalinas de lazer				
71	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920006.2.021000 Manutenção das atividades do setor de cultura				
100	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	730,90
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.030000 Manutenção das atividades do Depto de Administração				
208	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	13.023,00
04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123060018.2.014000 Merenda escolar para ensino fundamental				
287	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123060018.2.015000 Merenda escolar educação infantil				
299	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.000,00
04.00 Secretaria da Educação				
04.01 Depto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
357	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
04.00 Secretaria da Educação				
04.02 Fundeb				
123650018.2.009000 Manutenção das atividades de Educação Infantil				
599	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
678	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação pública				
727	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.034000 Manutenção ampl. E adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
751	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025006 Rede básica de saúde				
973	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.503,80
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103050025.2.043000 Vigilância Epidemiológica				
1023	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				

082430028.2.030000 Manutenção das atividades do PETI

1131	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
------	------	-------------------	--------------------	----------

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social

10.01 Fundo Municipal de Assistência Social

082440028.2.028003 Assistência Social

1369	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.000,00
------	------	-------------------	--------------------	----------

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

205110048.2.041000 Implantação e manutenção de rede de distribuição de água nas comunidades do interior

1404	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	19.520,00
------	------	-------------------	--------------------	-----------

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

205410048.2.050000 Programa de Incentivo ao Reflorestamento e Aquisição de Sementes

1405	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
------	------	-------------------	--------------------	-----------

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

206020048.2.039000 Programa de incentivo a inseminação artificial para pecuaria

1406	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	15.000,00
------	------	-------------------	--------------------	-----------

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

1421	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	57.942,30
------	------	-------------------	--------------------	-----------

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

206060048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

1443	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
------	------	-------------------	--------------------	----------

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

207220048.1.033000 Implantação de Telefonia Movel e Internet na Area Rural

1448	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	29.380,00
------	------	-------------------	--------------------	-----------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 22 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Decreto N. 271/2014

DECRETO N. 271/2014

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente, da Prefeitura Municipal constante da Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e o disposto na Lei nº 1161 de 27 de Novembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

2000.00.00.00.00 Receitas de Capital

2400.00.00.00.00 Transferências de Capital

2472.00.00.00.00 Transferências de Convênios dos Estados

2472.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênios dos Estados

2472.99.02.00.00 Outras Transferências de Convênios dos Estados 0124 - Transferências de Convênios

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, até o valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo Municipal de Saúde				
20606.0048.2.038000 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
1595	0124	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	14.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 22 de Setembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto Nº 265/2014

DECRETO Nº 265/2014

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei nº 1161 de 27 de Novembro de 2013;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de até R\$ 64.997,96 (sessenta e quatro mil novecentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem				
	0124	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	64.997,96

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1161, de 27 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 64.997,96 (sessenta e quatro mil novecentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos), a seguir especificados:

06.00 Secretaria de Infraestrutura					
06.01 Depto de Obras					
267820040.2.032000 Manutenção das atividades de estradas de rodagem					
653	0124	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	64.997,96	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
11 de Setembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretário de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

Decreto Nº 272/2014

DECRETO Nº 272/2014

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE LICENÇA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Parágrafo Primeiro do Art. 80 da Lei Complementar 10 de 16 de Dezembro de 2010;

Considerando a falta de funcionários para o desempenho dos trabalhos da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto interrompida a licença sem vencimentos do Servidor Público Municipal Sr. LORIVALDO DIRCEU KLUGE ocupante do cargo de Motorista Escolar lotado no quadro de pessoal permanente desta Municipalidade, concedida através do Decreto 011/2013 de 02 de Janeiro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário especialmente o Decreto 011/2013 de 02 de Janeiro de 2013;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
24 de Setembro de 2014.
JACOB GILMAR JUNGES
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI
Secretario de Gestão e Des. Econômico.
Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Resultado do Pregão Nº 029/2014 Fc

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PROCESSO Nº 29/2014

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2014

A Fundação Cultural de São Bento do Sul torna público o resultado do Pregão Presencial nº 029/2014, tendo como objeto PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DO DESFILE ALEGÓRICO ALUSIVO AOS 141 ANOS DE SÃO BENTO DO SUL E HOMENAGEM AO IMIGRANTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, homologado em 18 de setembro de 2014.

Item	Vencedora	Valor R\$
1	Beckus Organizações de Eventos Ltda	5.990,00

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA, Pregoeira Municipal
BRAULIO HANTSCHER, Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

Extrato de Contrato Nº 024/2014 Fc

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2014

DA ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA BECKUS ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DO DESFILE ALEGÓRICO ALUSIVO AOS 141 ANOS DE SÃO BENTO DO SUL E HOMENAGEM AO IMIGRANTE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I do Edital de Pregão 29/2014.

DO VALOR TOTAL: R\$ 5.990,00 (cinco mil, novecentos e noventa reais)

DA VIGÊNCIA: até 18 de dezembro de 2014.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2014.

Ass: BRAULIO HANTSCHER, pela Fundação Cultural
Alceu Euclides Wielgosz, pela contratada

Decreto Nº 0681/2014

DECRETO Nº 0681, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.169,00 (um mil e cento e sessenta e nove reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(19) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 1.169,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(29) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 1.169,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 6504/2014

PORTARIA Nº 6504, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor OSORIO JOÃO MARTINS NETO, ocupante do cargo de Carpinteiro, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais abaixo relacionados:

- Ford/Courier, placa MDS 2627
- Ford/Courier, placa MDS 2657
- Peugeot/Hoggar, placa MIO 9267
- GM/Pick-up Corsa, placa MAU 5782
- Kia/Bongo Frontier, placa MIN 0873
- VW/Gol, placa LXM 7364
- GM/Corsa, placa MAU 5782
- Fiat/Uno, placa MIK 3335
- Kia/Bongo Frontier, placa MKD 0329

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Listagem de Portarias Nº 009/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 6487, de 16 de setembro de 2014. Exonera Servidor Público, a pedido. Ana Leoni Schoeffel. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6505, de 18 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2009/2012. Siliane Schroeder. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 6506, de 18 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2011/2014. Tereza Gomes Murara. Auxiliar de Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6507, de 18 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2005/2008. Giancarlo Zanon. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 6508, de 18 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2009/2012. Angelina Costa Ramos. Auxiliar de Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 6509, de 18 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2006/2009. Maria Helena Malchowski Fleischmann. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 6510, de 18 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, triênio 2005/2008. Joseane Nossol Bienarzi. Professor Anos Iniciais. SEMED.

Portaria nº 6511, de 19 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário. Rita Gulik Malczewski. Atendente Educativo. 30 horas semanais. CEIM Peter Pan. SEMED.

Portaria nº 6512, de 19 de setembro de 2014. Admite Servidor Temporário. Jocimara Rodrigues. Atendente Educativo. 30 horas semanais. EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 6513, de 19 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 19/11/2014 a 18/12/2014, referente ao triênio 2009/2012. Eliane Zelia dos Santos Stradioto. Psicólogo. SEMUS.

Portaria nº 6514, de 19 de setembro de 2014. Prorroga Licença de parte da Jornada de Trabalho, conforme Processo nº 5440/2014, nos termos da Lei nº 2585/2014, pelo prazo de um ano, a contar de 24 de agosto de 2014. Sirlene Peters. Contador. SEMUS.

Portaria nº 6515, de 19 de setembro de 2014. Concede Licença Prêmio, período de 06/10/2014 a 04/11/2014, referente ao triênio 2011/2014. Ione Mara Baum Becker. Auxiliar de Consultório Dentário. SEMUS.

Portaria nº 6516, de 19 de setembro de 2014. Concede Aumento de Carga Horária, passando de 20 horas semanais para 30 horas semanais, a partir de 15 de setembro de 2014, conforme Processo nº 5468/2014. Giovana Coelho Ludvig Rodrigues. Médico Geriatria. SEMUS.

São Bento do Sul, 25 de setembro de 2014.
FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 6495/2014

PORTARIA Nº 6495, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

Concede Licença Maternidade

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora BEATRIZ APARECIDA PEREIRA, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, licença maternidade.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 25/08/2014 a 22/12/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de setembro de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1933/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1933/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AUE0102	54596960E	6912/0	21/08/2014	232
AUE0102	54596961E	6726/1	21/08/2014	230 * XVIII
AVH8164	54595340E	5010/0	21/08/2014	162 * I
BQL5827	54592091E	5320/0	02/08/2014	176 * V
CAH9611	54596643E	5053/1	02/09/2014	162 * VI
ETA3107	54596657E	6548/0	10/08/2014	229
MAJ1433	54595140E	6408/0	02/09/2014	221
MBK6988	54595323E	6599/2	30/07/2014	230 * V
MBK6988	54595324E	6912/0	30/07/2014	232
MDZ8446	54593851E	6912/0	28/08/2014	232
MGP0806	54596984E	6408/0	03/09/2014	221
MGX1762	54594839E	6912/0	05/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1934/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1934/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEE9100	54596513E	5380/0	20/08/2014	181 * I
CIE8408	54594759E	5800/0	26/08/2014	192
DCF8922	54926598E	5185/1	07/08/2014	167
DUR9558	54594922E	5185/1	25/07/2014	167
ILS5074	54926574E	5185/1	04/08/2014	167
MAA4090	54926513E	7366/2	13/08/2014	252 * VI
MAX4133	54596969E	5185/1	28/08/2014	167
MAX6528	54596645E	5185/1	03/09/2014	167
MBS1475	54926806E	7366/2	26/08/2014	252 * VI
MDC9406	54926580E	7366/2	04/08/2014	252 * VI
MDT0402	54926469E	7366/2	04/08/2014	252 * VI
MIJ6069	55514800D	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MJR2095	54596776E	7234/0	28/08/2014	250 * I * a
MJY0436	54926576E	7366/2	04/08/2014	252 * VI
MLL4568	54593754E	5207/0	27/08/2014	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1935/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1935/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEX9823	54595163E	5010/0	19/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
AJH4069	54595974E	6920/0	16/05/2014	R\$ 127,69	233
AJT4303	54596325E	6556/1	14/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
HFP7735	54596414E	7323/2	09/05/2014	R\$ 85,12	252 * II
HNB6908	54595950E	6920/0	12/05/2014	R\$ 127,69	233
LWS4003	54594518E	6599/2	29/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWS4003	54594519E	6637/1	29/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LWS4003	54594520E	6726/1	29/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYE3858	54593542E	6726/1	27/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYE3858	54593543E	6637/2	27/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYG0215	54594522E	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYG0215	54594523E	5118/0	05/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYV5589	54592280E	5169/1	08/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LYV7487	54593596E	6912/0	08/07/2014	R\$ 53,20	232
LYV7487	54596498E	5169/1	06/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LYV7487	54596499E	6726/1	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYV7487	54596500E	6637/2	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZT9939	54594634E	6920/0	27/06/2014	R\$ 127,69	233
LZX6198	54595201E	5010/0	09/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAJ2053	54596495E	5045/0	05/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MAJ2053	54596496E	6912/0	05/07/2014	R\$ 53,20	232
MAJ2053	54596497E	6408/0	05/07/2014	R\$ 85,12	221
MBK2210	55438485C	5010/0	01/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCD6659	54595907E	6920/0	06/05/2014	R\$ 127,69	233
MCK6012	54074196D	6599/2	22/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCP2882	54594851E	6599/2	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCP2882	54594852E	5029/1	09/07/2014	R\$ 957,69	162 * II
MCR2643	54594820E	6912/0	20/07/2014	R\$ 53,20	232
MCR2643	54594821E	6556/1	20/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MCR2643	54594822E	6599/2	20/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDF4571	54595625E	5169/1	02/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MDF4571	54595626E	6912/0	02/07/2014	R\$ 53,20	232
MDF4571	54595627E	6599/2	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDR9948	54594639E	6920/0	27/06/2014	R\$ 127,69	233
MFG5374	54596483E	5010/0	27/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFG5374	54596484E	5118/0	27/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFG5374	54596485E	6670/0	27/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MGM7763	54594572E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGX7017	54595936E	6920/0	09/05/2014	R\$ 127,69	233
MHT7920	54595501E	6920/0	22/05/2014	R\$ 127,69	233
MHZ0993	54595080E	6912/0	21/07/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1936/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1936/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABC4124	54595800E	5185/1	16/07/2014	R\$ 127,69	167
ADL6642	54926316E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AGM8823	54926014E	7366/2	11/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AIO0253	54926318E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
AUT6452	54926285E	5452/6	14/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
BBC1300	54926313E	7366/2	07/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
ELB4774	54072925D	5541/1	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IHN1976	54596462E	5819/1	30/05/2014	R\$ 574,61	193
LWR6119	54926239E	5193/0	09/07/2014	R\$ 191,53	168
LWS2850	55514987D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXV5900	54926338E	5185/2	10/07/2014	R\$ 127,69	167
LYE3858	54593544E	5835/0	27/06/2014	R\$ 127,69	195
LYZ5555	54926041E	5746/1	23/06/2014	R\$ 85,12	187 * I
MBI3446	54926249E	7366/2	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCG2571	54596482E	5541/1	27/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCH3478	55515259D	7366/2	20/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCP1008	55515468D	5185/1	09/06/2014	R\$ 127,69	167
MDP9678	54926024E	5525/0	13/06/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MER9716	55515067D	5568/0	13/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MFP4270	54926156E	5185/1	17/06/2014	R\$ 127,69	167
MGC5875	54926111E	7366/2	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHL6334	54926434E	7366/2	22/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHM9693	55514984D	5541/2	02/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ0993	54595078E	5185/1	21/07/2014	R\$ 127,69	167
MHZ1306	54926258E	5819/6	01/07/2014	R\$ 574,61	193
MHZ8805	55515205D	7366/2	09/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MID2870	54926077E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK3787	55515430D	7366/2	09/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIK6406	54926224E	7366/2	03/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIT2795	55515068D	6050/1	13/05/2014	R\$ 191,53	208
MJE8948	54926232E	5991/0	07/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
MJV0611	54926048E	7366/2	25/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKP9611	54926301E	5185/1	03/07/2014	R\$ 127,69	167
MKZ4295	54077145D	5185/1	22/05/2014	R\$ 127,69	167
MLC7752	54926226E	5185/1	04/07/2014	R\$ 127,69	167
MLF1883	54926307E	5185/1	03/07/2014	R\$ 127,69	167
MLW2603	54926330E	7366/2	10/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MMD8952	55515130D	5967/0	23/06/2014	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 928/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 492 928/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJL6895	8492065310	7455/0	24/08/2014	218 * I
AOV8786	8492065293	7455/0	21/08/2014	218 * I
AXQ1770	8492064510	7455/0	17/07/2014	218 * I
BKI6254	8492065266	7455/0	21/08/2014	218 * I
CWX9709	8492064718	7471/0	27/07/2014	218 * III
DNE3063	8492064723	7455/0	23/07/2014	218 * I
HHY6736	8492065243	7455/0	25/08/2014	218 * I
HPB1408	8492065101	6050/3	13/08/2014	208
JFF2621	8492065085	7455/0	16/08/2014	218 * I
KWD2663	8492065235	7455/0	23/08/2014	218 * I
LAY8624	8492065239	7455/0	26/08/2014	218 * I
LXL5119	8492064884	7455/0	02/08/2014	218 * I
LYI0718	8492065237	6050/3	24/08/2014	208
LYU5866	8492064493	5673/2	17/07/2014	183
LZV0611	8492065207	7455/0	22/08/2014	218 * I
MAU7414	8492065246	7455/0	24/08/2014	218 * I
MAU7414	8492065260	7455/0	24/08/2014	218 * I
MAV9018	8492064466	7455/0	22/07/2014	218 * I
MBR3415	8492065289	7455/0	23/08/2014	218 * I
MBZ5494	8492065313	7455/0	22/08/2014	218 * I
MCE2744	8492064470	7455/0	18/07/2014	218 * I
MCW9200	8492064889	7455/0	05/08/2014	218 * I
MFO0899	8492065304	7455/0	22/08/2014	218 * I
MGM4705	8492065196	7455/0	25/08/2014	218 * I
MHL6949	8492065089	6050/3	19/08/2014	208
MHY8461	8492064741	7455/0	30/07/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIB8694	8492064666	7455/0	24/07/2014	218 * I
MIJ6303	8492064812	5673/2	05/08/2014	183
MIW6425	8492065256	7455/0	26/08/2014	218 * I
MJE6305	8492065198	7455/0	22/08/2014	218 * I
MLG3594	8492064787	7455/0	02/08/2014	218 * I
MLP2162	8492065264	7455/0	20/08/2014	218 * I
MLZ9904	8492065277	7463/0	26/08/2014	218 * II
NJO9532	8492065059	7455/0	16/08/2014	218 * I
QIM2000	8492065195	6050/3	24/08/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 929/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 929/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAB3658	8492064117	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
ADA6564	8492063521	7455/0	10/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
ADJ7882	8492063145	5673/2	31/05/2014	R\$ 85,12	183
ADL6642	8492064017	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ADQ6727	8492062474	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AEG7389	8492063791	5673/2	24/06/2014	R\$ 85,12	183
AER2626	8492062310	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AEW9625	8492064063	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHV8283	8492063080	7455/0	30/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKI4791	8492064132	7455/0	28/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMX8515	8492063760	5673/2	17/06/2014	R\$ 85,12	183
AVR1402	8492063774	6050/3	19/06/2014	R\$ 191,53	208
AWF2163	8492063390	7455/0	09/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AWW2555	8492064161	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CKN7514	8492063551	7455/0	15/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DLB8695	8492064583	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DZA5732	8492064096	7455/0	28/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DZG5408	8492064050	7463/0	30/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
GTG7113	8492064131	7455/0	26/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
IAY7378	8492062685	7455/0	10/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
IFY9838	8492063195	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
JOZ7115	8492063908	5673/2	27/06/2014	R\$ 85,12	183
LND1379	8492062312	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXM5126	8492062795	7455/0	14/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYK9011	8492062612	7455/0	07/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYN6034	8492063602	6050/3	15/06/2014	R\$ 191,53	208

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYS9466	8492064111	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYU3006	8492063915	7455/0	27/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZK8359	8492064130	7455/0	26/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAK0607	8492063833	7455/0	22/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL7821	8492063794	6050/3	18/06/2014	R\$ 191,53	208
MAL7821	8492063801	6050/3	17/06/2014	R\$ 191,53	208
MAW4103	8492064344	5673/2	13/07/2014	R\$ 85,12	183
MBR3415	8492063975	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBX1900	8492062807	7455/0	16/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBZ8834	8492063739	7455/0	22/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCA0099	8492064005	7455/0	26/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCT9645	8492064138	7455/0	28/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MED5119	8492064483	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM3535	8492063751	7455/0	21/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEO8424	8492063953	7455/0	28/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEZ8749	8492063914	7455/0	26/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFW0603	8492063916	7455/0	27/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC5476	8492062505	7455/0	08/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHH8104	8492063983	6050/3	28/06/2014	R\$ 191,53	208
MHT8901	8492063918	7463/0	28/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHX1142	8492063626	7455/0	13/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIF0406	8492062461	7455/0	06/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIR6647	8492063134	7455/0	31/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT1974	8492063778	6050/3	19/06/2014	R\$ 191,53	208
MJI5012	8492063779	6050/3	19/06/2014	R\$ 191,53	208
MJS7966	8492063744	7455/0	19/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKD8464	8492062491	5673/2	11/05/2014	R\$ 85,12	183
MKR3176	8492063998	7455/0	28/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT5215	8492062228	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC6654	8492062317	7455/0	04/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLM6705	8492063924	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLU1194	8492063605	6050/3	15/06/2014	R\$ 191,53	208
MZK6156	8492063798	6050/3	22/06/2014	R\$ 191,53	208
NWD7904	8492063205	7455/0	29/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 24 DE SETEMBRO DE 2014

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**Extrato de Contrato Nº 62/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº: 62/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Vigência: Início: 21/07/2014 - Término: 21/07/2015

Licitação: 46/2014

Recursos: Dotação:

(39) 3.3.90.30.00 - Setor de Abastecimento de Água - Exercício Vigente.

(112) 3.3.90.30.00 - Setor de Cole e Tratamento de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços de pavimentação asfáltica e tapaburacos.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****Aviso Dispensa N.84/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm nº84/2014

Edital .:Dispensa de licitação. N.84/2014

Tipo: Preço compatível ao praticado no mercado

Objeto: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA E EMULSÃO -MANUTENÇÃO DO CONV - 2014TR003107

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENV INF ROD.

Valor: R\$199.999,50(cento e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)

Justificativa: Fundamentada no art. 24-inciso XXVI da Lei n.8666/93

Vigência: 31.12.2014

São Carlos-SC, em 24 de setembro de 2014

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

Cont. Prefe N. 063 Construtora Bigolin - Escola 12 Salas 3.516.026,71

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: PREFE n. 063 de 15/09/2014

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 3.516.026,71

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/09/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 083/2014 Modalidade: Concorrência n. 002/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO EDUCATIVO URBANO (ESCOLA 12 SALAS - PROJETO PADRÃO FNDE) OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO N. 7559/2014 DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: CONSTUTORA E INCORPORADORA BIGOLIN LTDA CNPJ sob n. 14.494.057/0001-07

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 12 meses após expedição da ordem de serviço

Aditivo 033 Sinaltec Portal Prazo

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2014

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 033 DE 01/09/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/09/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 034/2013 Modalidade: Tomada de Preços n. 007/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Terceira - Do Prazo do Contrato PREFE 048 de 20/08/2013.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

CONTRATADO: Sinaltec Tecnologia em Sinalização Ltda

CPF/CNPJ: 02.898.145/0001-87

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 04/12/2014

São João do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 84 de 18 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 84 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, conforme segue:

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0101.2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 11.500,00

TOTAL R\$ 11.500,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

0101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0101.2001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 11.500,00

TOTAL R\$ 11.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
18 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 85 de 18 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 85 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), para cobertura

de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0123.2004 - Manutenção da Secretaria de Administração
4.4.90.00.00.00.00.0010 - Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

TOTAL R\$ 8.500,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão utilizados recursos vinculados de excesso de arrecadação do convênio nº 32/2013, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar e o Município de São João do Sul, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
18 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº. 117 de 01 de Agosto de 2014.

PORTARIA Nº. 117 DE 01 DE AGOSTO DE 2014.
"CONCEDE INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

RESOLVE:

Conceder Indenização de 58 (cinquenta e oito) dias de Licença Prêmio, para a servidora NILSILENE APARECIDA BORGES, ocupante do cargo de Professora, carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo 2006/2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
01 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº. 118 de 04 de Agosto de 2014.

PORTARIA Nº. 118 DE 04 DE AGOSTO DE 2014.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora MICHELY SCHEFFER MACHADO CARDOSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 04/08/2014 a 03/09/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
04 de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Comunicado Audiência Pública

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

COMUNICADO

O Município de São João do Sul, vem por meio deste comunicar aos munícipes que realizará em 30 de setembro de 2014, às 13:30 horas, no prédio da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Sul, sito a Rua Padre Pedro Baldoncine, nº 651, Centro - São João do Sul, Audiência Pública para apresentação e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre do exercício de 2014, de acordo com o artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

São João do Sul - SC, 24 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Edital Nº. 043/2014/Fundesj

EDITAL Nº. 043/2014/FUNDESJ

ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR SUBSTITUTO POR TEMPO DETERMINADO.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José - Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ - Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, tornam pública a abertura de inscrições com vista ao Processo Seletivo Simplificado para contratação de Professor de Ensino Superior Substituto, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária do Centro Universitário Municipal de São José - USJ, nos termos das Leis nº 4.955 de 26 de abril de 2010 e nº 5.388 de 30 de abril de 2014.

1. Das inscrições:

1.1. Período de Inscrição: 25/09/14 a 30/09/2014. Caso não haja candidatos(as) inscritos(as) no período acima especificado, o prazo de inscrição poderá ser prorrogado por igual período.

1.2. Horário de Inscrição: das 13h30min às 20h30min.

1.3. Locais: As inscrições serão realizadas na Sede Administrativa do USJ: Rua: Sílvia Maria Fabro, nº 97 - Kobrasol - São José - Cep: 88102-430, Setor de Protocolo.

1.4. Taxa de Inscrição: R\$ 50,00 (cinquenta reais), que deverão ser creditados através de depósito identificado na conta da Fundação Educacional de São José - CNPJ: 07.159.202/0001-20 - Banco do Brasil, Agência 2638-7, conta corrente 505.145-2 (o código identificador é o CPF do candidato). Esta taxa, uma vez recolhida, não será restituída em hipótese alguma.

a) Serão aceitas inscrições por procuração com firma reconhecida em cartório e apresentação da Carteira de Identidade do requerente legal.

b) Serão aceitas as inscrições enviadas pelo Correio, para o endereço indicado no item 1.3, por meio de Sedex com AR, desde que postadas até o dia 28/09/2014, e preenchidos a ficha de inscrição (Anexo I) e os demais requisitos necessários.

1.5 No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá apresentar cópia do "Curriculum Vitae" modelo Plataforma Lattes, com cópia e original dos comprovantes dos requisitos exigidos no presente edital e comprovante de recolhimento da taxa de inscrição. Serão validadas as atualizações do Curriculum Lattes dos últimos 05 (cinco) anos, exceto para os itens nº 1 (titulação), nº 2 (atividades de ensino), nº 3.2, 3.3, e 3.4 (publicações de livro, organização de livro e capítulo de livro) do Anexo II;

a) O Curriculum Vitae no modelo da Plataforma Lattes, do CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do CNPQ - www.cnpq.br - deverá estar devidamente comprovado e apostilado, na sequência do formulário Lattes, com toda a documentação, titulação, produção, orientações e demais atividades devidamente identificadas, acompanhado dos seguintes documentos (frente e verso):

* Fotocópia da Carteira de Identidade;

* Comprovante da titulação exigida: Graduação: Diploma ou Certificado de Colação de Grau; Especialização: Diploma ou Certificado de Conclusão; Mestrado ou Doutorado: Diploma ou Certificado de Conclusão, ou ainda, ata de defesa de cursos recomendados pela CAPES, autenticado por cartório competente.

1.6. Somente serão aceitos diplomas de Graduação e Pós-Graduação validados pelos órgãos de educação. Os diplomas de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituição estrangeira serão aceitos mediante sua revalidação no Brasil. A revalidação do diploma estrangeiro deverá ser comprovada no ato da inscrição.

1.7 Os documentos desse processo poderão ser retirados do Setor de Gestão de Pessoas do USJ no horário e endereço citados nos itens 1.2 e 1.3, a partir de 48 horas após a publicação da homologação do resultado final do processo seletivo e ficará a disposição do responsável até a data de 30 de novembro de 2014. Após essa data o material será incinerado.

1.8 A Comissão do Processo Seletivo poderá realizar a chamada dos(as) candidatos(as) para esclarecimentos quanto aos documentos apresentados para a prova de títulos.

2. Da prova de títulos

2.1 Para a prova de títulos, a Banca Examinadora analisará os Curriculum Vitae dos(as) candidatos(as), atribuindo-lhes uma pontuação com base nos últimos 05 (cinco) anos, exceto para as atividades citadas no item 1.5, a partir do Gabarito de Avaliação que consta no (Anexo II) deste edital.

2.2 Na prova de títulos serão computadas as atividades devidamente comprovadas, e submetidas à avaliação da banca examinadora.

2.3 A nota bruta da prova de títulos de cada candidato(a) será calculada proporcionalmente, com base na pontuação bruta do (Anexo II), em razão da maior pontuação bruta dentre os(as) candidatos(as), atribuída pela Banca Examinadora, pela expressão:

PBC x 10

NFPT = -----

PB

Onde:

NFPT = Nota final da prova de títulos;

PBC = Pontuação bruta do(a) candidato(a);

PB = Maior pontuação bruta entre os(as) candidatos(as).

3. Cronograma das atividades

Data	Atividades
25/09/14 a 29/09/2014	Inscrições (13h30min às 20h30min).
25/09/14 a 27/09/2014	Prazo para envio de inscrições pelo Correio.
30/09/2014	Publicação do Edital com as Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo.
01/10/2014	Período de Recursos.
02/10/2014	Publicação do Edital com a Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas do Processo Seletivo.
02/10/2014	Publicação do Edital com a divulgação dos classificados na Prova de Títulos.
03/10/2014	Período de recursos.
06/10/2014	Publicação do Edital com a Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo.

4. Da Homologação e Publicação das Inscrições e do Resultado do Processo Seletivo.

4.1. Da Publicação dos Editais do Processo Seletivo cabe pedido de revisão à Banca Examinadora, desde que encaminhado até 24 horas após a publicação dos mesmos, conforme cronograma de atividades (item nº 3).

4.2 Os recursos deverão ser entregues no endereço indicado no item 1.3.

4.3. O resultado final do Processo Seletivo será homologado pela Superintendente da FUNDESJ e pela Reitora do USJ, sendo publicado no Mural da Sede Administrativa da Reitoria e no site do USJ (www.usj.edu.br), obedecendo à ordem de classificação dos(as) candidatos(as) aprovados(as).

5. Das Vagas do Processo Seletivo:

5.1 As vagas do Processo Seletivo estão relacionadas no (Anexo III).

5.2 As disciplinas e os dias da semana previstos para cada vaga poderão ser alterados de acordo com a necessidade do Centro Universitário Municipal de São José - USJ.

6. Remuneração Mensal:

Carga Horária Semanal / Titulação / Remuneração Mensal

6.1 05 (cinco) horas semanais: Especialização: R\$ 440,46 / Mestrado: R\$ 517,04 / Doutorado: R\$ 754,15.

7. Seleção e Contratação:

7.1. O(A) candidato(a) aprovado(a) será contratado(a) nos termos da Lei nº 4.955/2010 e da Lei 5.388/2014, e perceberá remuneração de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação e conforme os valores estabelecidos no presente edital.

7.2. O(A) candidato(a) selecionado(a) será contratado(a) por tempo determinado, pelo período de até 06 (seis) meses, sendo admitida a prorrogação de contrato desde que o prazo total não exceda 02(dois) anos.

7.3. O(A) candidato(a) que ocupar cargo público, que não o de Magistério, poderá ser contratado(a) desde que ocupe cargo técnico científico e que tenha compatibilidade de horário comprovada.

7.4. Os(as) candidatos(as) estrangeiros(as) deverão comprovar no ato da inscrição o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente.

7.5. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação.

7.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 24 de setembro de 2014.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann

Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha

Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO I

(Exclusivo para Inscrições encaminhadas através do Correio)

Formulário de Inscrição

Edital nº 043/2014/FUNDESJ - Processo Seletivo Simplificado Contratação de Professor Substituto Por Tempo Determinado

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Nome Completo:
Identidade: Órgão Emissor: Uf: Data de Emissão:
Cpf: Data de Nascimento: Sexo: () Masc. () Fem.
Nacionalidade: Visto Permanente: () Sim () Não
Endereço Residencial (Rua / Av.):
Bairro: CEP: Cidade: UF:
País: DDD: Tel: Cel:
E-mail:

ÁREA DE INSCRIÇÃO

Código Vaga: ()

Área de Inscrição: _____

São José, __ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato(a) _____

ANEXO II

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS

1.	Titulação Acadêmica (considera-se apenas a maior titulação):	PONTOS	PONTUAÇÃO
1.1	Doutorado com Estágio Pós-Doutoral	95,0	
1.2	Doutorado	85,0	
1.3	Mestrado	50,0	
1.4	Especialização	30,0	
Total			

2.	ATIVIDADES DE ENSINO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício do Magistério no Ensino Superior	3,0 /ano	
	Total		

3.	PRODUÇÃO ACADÊMICA:	PONTOS	PONTUAÇÃO
3.1	Publicações:	autor ou co-autor	
3.2	Livro	20,0	
3.3	Organização de livro	15,0	
3.4	Capítulo de livro	10,0	
3.5	Artigo publicado em periódico indexado (Qualis)	10,0	
3.6	Artigo publicado em periódico não indexado:		
	Revista	2,0	
	Jornal	1,0	
3.7	Trabalho completo publicado em anais de evento técnico-científico	5,0	
3.8	Tradução de livro publicado	10,0	
3.9	Tradução de artigo ou capítulo de livro publicado	5,0	
Total			

4.	ORIENTAÇÕES CONCLUÍDAS:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,5/orientação	
	Iniciação Científica - por bolsista	0,5/bolsista	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	1,0/orientação	
	Dissertação de mestrado	3,0/orientação	
	Tese de doutorado	6,0/orientação	
	Total		

5.	Bancas (Participação como membro efetivo)		
	Trabalho de conclusão de curso - TCC	0,1/ banca	
	Monografia de curso "Lato-Sensu"	0,2 /banca	
	Dissertação de mestrado	0,6 /banca	
	Tese de doutorado	1,0/ banca	
	Total		

6.	ATIVIDADES PROFISSIONAIS NA ÁREA OBJETO DO CONCURSO:	PONTOS	PONTUAÇÃO
	Exercício profissional na era de conhecimento, excetuando atividades universitárias e de docência.	2,0 /ano	
	Total		

Total de Pontos do Candidato

ANEXO III

Das Vagas do Processo Seletivo:

Área: Educação (01 vaga)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SE-MANA PRE-VISTO	Nº VAGAS	CÓ-DIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
EDUCAÇÃO ESPECIAL	Graduação em Pedagogia e Especialização e/ou Mestrado em Educação Especial ou Educação, com experiência na área de Educação Especial e conhecimento básicos em Libras.	Fundamentos da Educação Especial / Libras (4h/a)	Pedagogia	Quinta-Feira 18h30min às 22h00min	01	1.1	05h.

Área: Análise e Desenvolvimento de Sistemas (01 vaga)

ÁREA	TITULAÇÃO EXIGIDA	DISCIPLINAS PREVISTAS / CARGA HORÁRIA	CURSO	DIA DA SEMANA PREVISTO	Nº VAGAS	CÓDIGO VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Graduação em Sistemas de Informação, Ciências da Computação ou áreas afins; Especialização em Computação, Sistemas de Informação, Ciências da Informação, Engenharias ou áreas afins; com conhecimento na área da disciplina.	Análise de Sistemas I (4h/a)	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Quinta-feira 18h30min às 22h00min	01	2.1	05h.

Errata do Edital Nº 005/2014

ERRATA DO EDITAL Nº 005/2014

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A COMISSÃO ORGANIZAORA do Processo Seletivo Público para admissão em caráter temporário para o magistério municipal, Edital nº 005/2014, em virtude do erro formal, torna público a ERRATA do item 1.3 das Disposições Preliminares e itens 2 e 3 do Cronograma.

Onde se lê:

Posto de Atendimento 2 - Município de São José

Centro de Referência

Rua: José Gonzaga Regina de Lima, 143,

Kobrasol

CEP: 88.102-250 - São José, SC.

Horário de atendimento: A partir de 08/09/2014- dias úteis das 9h às 17h.

Leia-se:

Posto de Atendimento 2 - Município de São José

Centro de Referência

Rua: José Gonzaga Regina de Lima, 143,

Kobrasol

CEP: 88.102-250 - São José, SC

Horário de atendimento: A partir de 29/09/2014- dias úteis das 9h às 17h.

Onde se lê:

ITEM	ATIVIDADES/DATAS PROVÁVEIS	DATA INICIAL	DATA FINAL
2	Período de Inscrição	25/09/2014	15/10/2014
3	Requerimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	25/09/2014	07/10/2014

Leia-se:

ITEM	ATIVIDADES/DATAS PROVÁVEIS	DATA INICIAL	DATA FINAL
2	Período de Inscrição	29/09/2014	15/10/2014
3	Requerimento dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	29/09/2014	07/10/2014

São José (SC), 24 de setembro de 2014.

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

São José - SC

São José do Cedro

PREFEITURA

Decreto Nº. 188/2014 - Sf

DECRETO Nº. 188/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.049,00 (hum mil e quarenta e nove reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
02 DEPTO. DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E LICITAÇÃO
2.006 DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES
"30" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$ 549,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
"46" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.049,00 (hum mil e quarenta e nove reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
02 DEPTO. DE PATRIMÔNIO, MATERIAL E LICITAÇÃO
2.006 DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES
"29" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 549,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA
"51" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de setembro de 2014.
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 18 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 189/2014 - Sf

DECRETO Nº. 189/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 25.625,15 (vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quinze centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR
2.093 NASF - NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA
"73" 3.1.90.11.00.00.3.0064 Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal CivilR\$ 25.625,15

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos de Atenção Básica/ NASF, Fonte 3.0064, no valor de R\$ 25.625,15 (vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quinze centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de setembro de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 22 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 190/2014 - Sf

DECRETO Nº. 190/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR
2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS
"4" 3.1.90.11.00.00.1.0002 Vencimento e Vantagens Fixas - Pessoal Civil ..R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR
2.055 PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS
"6" 3.1.90.13.00.00.1.0002 Obrigações Patronais R\$3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 de setembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 22 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº 5.562, de 23 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 5.562, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE PARA CONDUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES - PAD”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei Municipal nº. 2020, de 28 de abril de 1993,

DECRETA:

Artº. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para proceder à condução de processos administrativos disciplinares efetivamente a servidores municipais estáveis:

MARISTELA CASAGRANDA

LUIZ PERONDI

LUIZ CARLOS BATTAGLIN

JUCINEI BONATTO

MIRIA SALETE LORSCHETER SPIRONELLO

Art.º 2º. A Comissão terá um prazo 60 (sessenta) dias para conclusão de cada processo de forma individual, nos termos do art. 140º do Estatuto dos Servidores Municipais.

Artº. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi publicado e registrado em 23 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Extrato Pregão Presencial N.104/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº104/2014

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 104/2014, Edital de Pregão Nº 104/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada e habilitada para fins de prestação de serviço de manutenção no sistema de iluminação pública, das ruas, avenidas e logradouros do município, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução do objeto. Recebimento dos envelopes das propostas e habilitação até às 14:00 horas do dia 07/10/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do dia 07/10/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou.

São José do Cedro - SC.

Antonio Plinio de Castro Silva

Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.953, de 24 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.953, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.2.034		102	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.15.451.4511.2.034		097	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000				

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Edital de Dispensa 95.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-202

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 95/2014

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88113-250, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 em conformidade com as condições e anexos que seguem:

1 - Nos termos do art. 24, Inc. VI, da Lei n.º 8.666/1993, a Prefeitura contrata a empresa AUTO POSTO HAMES LTDA, para a aquisição parcelada e estimada de combustível - Gasolina - para abastecimento de veículos municipais, com fornecimento diário, para os veículos das seguintes frota: Secretaria de Saúde, Secretaria de Obras e transporte, Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

1.1 - JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a rescisão amigável com a empresa Contratada AUTO POSTO SÃO PEDRO, é necessária a aquisição de combustível via dispensa por situação emergencial conforme o Art. 24 Inc. IV com a empresa AUTO POSTO HAMES LTDA.

2- Para atendimento ao pedido do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, expõe-se o que segue:

2.1- O valor global dos serviços contratados é de R\$ 14.704,47 (catorze mil setecentos e quatro reais e quarenta e sete centavos) até o dia 31/12/2014.

2.2 - O pagamento da presente licitação será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega da nota fiscal/fatura no setor de contabilidade de cada abastecimento realizado, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ 01.613.101/0001-09, o número da licitação, o número do contrato ou da autorização de fornecimento.

2.3- Para a assinatura do contrato, a empresa AUTO POSTO HAMES LTDA deverá apresentar, além de cópia autenticada de seu estatuto social devidamente registrado, a prova de regularidade com o INSS (CND) e com o FGTS, uma declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7º XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil; e a CND Municipal de sua sede ou domicílio;

No mais a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de setembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R. 202e 203

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

**ANEXO I
DISPENSA 95/2014
COMBUSTÍVEL**

ITENS	DESCRIÇÃO	Ref.	Qtd	Valor máx unitário R\$	Valor máx total R\$
01	Gasolina Comum	Litros	4.951	2,97	14.704,47

Valor Total R\$ 14.704,47 (catorze mil setecentos e quatro reais e quarenta e sete centavos)

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de setembro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA****Aviso de Licitação Pregão Presencial registro de Preços Nº. 84/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALREGISTRO DE PREÇOS Nº. 84/2014-PMS

PROCESSO Nº. 182/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR GLOBAL

OBJETO: Contratação de prestadora de seguros para veículos zero quilômetros para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de outubro de 2014 às 08h45min.
Abertura do Processo: 10 de outubro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 25 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 201/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 201/2014-PMS
Pregão Presencial nº. 80/2014-PMS
Processo nº. 168/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ALTO URUGUAI SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 19.338.878/0001-60, estabelecida na Rua Dr. Maruri nº. 1427 apto 201, Bairro Centro, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.700-000.

Objeto: contratação de empresa de engenharia para efetuar a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de

Schroeder para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.	1	Unidade	45.900,00	45.900,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					45.900,00

Valor do contrato: R\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos reais),

Data da Assinatura: 24/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Errata do Extrato do Contrato Nº. 199/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Errata do Extrato do Contrato nº. 199/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 84/2014-PMS
Processo nº. 184/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.483.154/0001-56, estabelecida na Rua Waldemiro José Borges, nº 88, Bairro Santa Catarina, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.233-048.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de pin em metal fundido e imã para geladeira com recorte especial para atender as necessidades do evento festivo de 50 anos do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Pin em metal fundido, com recorte especial, tamanho 2,5 x 2,7cm	500	Peca	4,98	2.490,00

02	Imã para geladeira, com recorte especial, impressão em alta definição, tamanho 4,4 x 9cm	1500	Peca	2,10	3.150,00
TOTAL R\$					5.640,00

Valor do contrato: R\$ 5.640,00 (cinco mil, seiscentos e quarenta reais).

Data da Assinatura: 23/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 202/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 202/2014-PMS
Pregão Presencial nº. 72/2014-PMS
Processo nº. 152/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 14.247.912/0001-77, estabelecida na Rua Joaquim João Luiz nº. 189 sala 01, Bairro Centro, na cidade de Balneário Barra do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.247-000

Objeto: contratação de empresa especializada em locação com montagem e desmontagem de Tendas e Tablado para o evento Schroederfest 2014, a ser realizada no parque de eventos Alfredo Pasold do Município de Schroeder, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação com montagem e desmontagem de Tendas (Modelo Chapéu de Bruxa) com 100m2, 10X10, medindo 10 metros de Largura por 10 de profundidade, com pé direito de 3 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x400, cobertura em lonas brancas anti chamas, e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lona branca ou transparente	4	Unidade	1.100,00	4.400,00

02	Tablado com cobertura de carpete ou Linóleo nas cores preto e branco "chapas de compensados naval de 18mm, com 1,22 por 2,44 metros, com caibros resistentes para calço, 15 centímetros de altura"	400	M2	16,00	6.400,00
VALOR R\$ TOTAL					10.800,00

Valor do contrato: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)
Data da Assinatura: 24/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I Errata de Pregão Presencial Nº. 81/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2014-PMS

PROCESSO Nº. 171/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e de item referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 81/2014-PMS, tendo e vista a contratação de empresa especializada na Gestão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 09 de outubro de 2014
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h
- d) Abertura do processo: às 14h15min

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 09 de outubro de 2014 às 14h, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

7.1.15 Apresentar no mínimo DOIS (2) atestados de capacidade técnica contemplando todos os serviços solicitados, ou no mínimo DOIS (2) atestados de capacidade técnica para cada serviço solicitado, emitidos por autarquia de água, serviço autônomo de água ou serviço de água municipalizado de direito público ou privado. Os respectivos atestados deverão ser em nome da empresa concorrente, não sendo admitido consórcio entre empresas. Não é obrigatório que os atestados sejam acervados no CREA. O município poderá realizar diligência para comprovar a veracidade

dos atestados fornecidos no processo licitatório de todos os itens contidos na tabela de serviços a serem contratados.

Schroeder, 24 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.079/2014 de 11 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.079/2014 de 11 de setembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 22.300,00 (vinte e dois mil e trezentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.03 - UNIDADE DE CULTURA
05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.300,00
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 16.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.03 - UNIDADE DE CULTURA
05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura
3.3.50.43.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Subvenções Sociais R\$ 21.300,00
3.3.90.33.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de setembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 3.085/2014 de 17 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.085/2014 de 17 de setembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS**

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 6.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 19.500,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 23.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS**

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo .R\$ 8.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 31.500,00

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 9.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 3.086/2014 de 17 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.086/2014 de 17 de setembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 8.068,96 (oito mil sessenta e oito reais e noventa e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**07.04 - UNIDADE DE TURISMO**

07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 6.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Patronais R\$ 2.068,96

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**07.04 - UNIDADE DE TURISMO**

07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 999,99

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 899,99

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 5.000,00

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 499,99

3.3.90.31.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Premiacoas Culturais,Artist. Cientif.Despor. e Out R\$ 668,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 3.087/2014 de 17 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 3.087/2014 de 17 de setembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 64,30 (sessenta e quatro reais e trinta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Polícia Militar

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0054 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Jurídica R\$ 64,30

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0054 R\$ 64,30

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Ata Pregão Presencial 72/2014-PMS (Sequência 03)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 72/2014 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 152/2014 Data do Processo: 21/08/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada em locação com montagem e desmontagem de Tendas e Tablado para o evento Schroederfest 2014, a ser realizada no parque de eventos Alfredo Pasold do Município de Schroeder

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 124/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 24 de Setembro de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55382014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 152/2014, Licitação nº 72/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se após recebimento dos envelopes de habilitação das empresas MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMÉRCIO LTDA. - ME e BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA. - ME, protocolados dentro do prazo estabelecido anteriormente na ata nº. 114/2014 (sequência 01) de 11 de setembro de 2014. Não há representantes presentes na sessão. Sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora em primeiro lugar a empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados e examinados pela pregoeira e equipe de apoio. Constatando que a empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA. - ME, apresentou a documentação de acordo com as exigências do edital, resultando habilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos ao licitante vencedor. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata aos participantes.

LOTE: 1

Participante: 12922 - BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Locação com montagem e desmontagem de Tendas (Modelo Chapéu de Bruxa) com 100m2, 10X10, medindo 10 metros de Largura por 10 de profundidade, com pé direito de 3 metros de altura em ferro ou Alumínio treliçado com no mínimo 20x20x400, cobertura em lonas brancas anti chamas, e anti UV. Incluso 4 fechamentos laterais em lona branca ou transparente	UN	4,00		0,0000	1.100,00	4.400,00
2	Tablado com cobertura de carpete ou Linóleo nas cores preto e branco "chapas de compensados naval de 18mm, com 1,22 por 2,44 metros, com caibros resistentes para calço, 15 centímetros de altura"	UN	400,00		0,0000	16,00	6.400,00

Total do Participante -----> 10.800,00

Total Geral -----> 10.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 72/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 152/2014 Data do Processo: 21/08/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 24 de Setembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Ivanio Dalton Laube	- - Setor Solicitante
---------------------	-----------------------------

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto Nº 154/2014

DECRETO Nº 154/2014 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Atualização dos Valores de Hora Máquina, do Anexo Único da Lei Municipal nº 465/2001 e dá outras providências.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais conferidas pelas Leis 465/2001 e de acordo com a Lei nº 452/2000:

DECRETA

Art. 1º. Ficam atualizados os valores do Anexo Único, parte integrante da Lei Municipal nº 465/2001, conforme relação a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR HORA MÁQ. R\$
Trator de esteira e escavadeira hidráulica D51EX	190,00
Trator de Pneu com Implementos	106,00
Trator de Pneu com ensiladeira 1 linha	106,00
Trator de Pneu com plantadeira	129,90
Trator de Pneu com ensiladeira 2 linha	123,00
Moto-niveladora e rolo compactador sem	180,00
Pá Carregadeira	150,00
Retro Escavadeira	110,00
Rolo Compactador Dinapac	100,00
Mini Carregadeira	50,00
Caminhão Basculante	100,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 178/2013 de 19 de dezembro de 2013.e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Decreto Nº 155/2014

DECRETO Nº 155/2014 DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre a Nomeação de Membros para compor a Comissão de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 20, Parágrafo Único do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal de Avaliação dos servidores em estágio probatório, de acordo com o art. 20, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 498/01 de 10/09/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º A Comissão Municipal de Avaliação de que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

- VANDERLI RUI DE GASPARI
- JANETE PETRY CERISOLI
- ALEX CERIZOLLI
- RAFAEL MARIN
- DELMAR FRANTZ

Art. 3º Os questionários de avaliação serão devidamente preenchidos pelo Setor de Pessoal após parecer da comissão e posteriormente assinados pelo Setor de Pessoal, pelos membros da Comissão e pelo avaliado, para depois ser arquivado junto à documentação do servidor avaliado no órgão de Pessoal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando o Decreto Nº 077/2013 de 25/04/2013. e as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de Setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Errata Nº 011/2014

ERRATA Nº. 011/2014 DO DECRETO Nº. 152/2014 DE 16/09/2014.
"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 152/2014 de 16/09/2014 - ADICIONAL DE TITULAÇÃO DE PABLO LUIS ZORZI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 152/2014 de 16/09/2014, na forma e nas condições abaixo relacionadas, ONDE SE LEU:

Dispõe sobre atribuição de Adicional de Titulação a Servidora Pública Municipal Damaris Ventura e dá outras providências, LEIA-SE:

Dispõe sobre atribuição de Adicional de Titulação ao Servidor Público Municipal Pablo Luis Zorzi e dá outras providências.

Gabinete do Prefeito, 25 de setembro de 2014.

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº. 152/2014 de 16/09/2014 ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata do Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Sombrio**PREFEITURA****Decreto Nº. 191/2014**

DECRETO Nº 191, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde de Sombrio - SC, crédito suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.0070 - Aplicação Direta R\$ 100.000,00

Art. 2º. A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 70 (Recursos Próprios em Saúde).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 05 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Decreto Nº. 192/2014

DECRETO Nº 192, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

11.00 - SEC. MUN. DE CULT., ESPORTE E MEIO AMBIENTE

11.01 - Diretoria de Cultura

2.032 - Realização de Eventos Culturais

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 126.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 05 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria Nº. 121/2014

PORTARIA Nº 121 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 4ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra SONIA MARIA GONÇALVES PORTO, Telefonista, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO
868 2008 à 2013 01/09/2014 à 31/10/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de setembro de 2014.

Município de Sombrio-SC, 10 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria Nº. 122/2014

PORTARIA Nº 122 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 4ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra MARIA LEACÍ FERREIRA DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO
1087 2009 à 2014 01/09/2014 à 31/10/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de setembro de 2014.

Município de Sombrio-SC, 10 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria Nº. 123/2014

PORTARIA Nº 123 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
EXONERA POR APOSENTADORIA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 01/09/2014, a senhora ABEGAIR TERESINHA HAHN DA ROSA, matrícula 01, nomeada em 06 de setembro de 1982, para o Cargo de professora, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de setembro de 2014.

Município de Sombrio-SC, 10 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria Nº. 124/2014

PORTARIA Nº 124 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014
LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sr. MARCIO JOEL NUNES, Professor, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO
2971 06/06/2008 à 06/06/2013 08/09/2014 à 06/12/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de setembro de 2014.

Município de Sombrio-SC, 10 de setembro de 2014.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria Nº. 125/2014

PORTARIA Nº 125 DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

CONCESSÃO DE LICENÇA NÃO REMUNERADA A FUNCIONÁRIO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença não remunerada pelo período de (02) dois anos, a contar de 09/09/2014 a 07/09/2016, para o Funcionário Público Municipal, abaixo relacionado.

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO
Lucimar M ^a . A. de Oliveira	4346	Professor

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 09 de setembro de 2014.

Município de Sombrio-SC, 10 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria Nº. 127/2014

PORTARIA Nº 127 DE 20 DE SETEMBRO DE 2014

LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 2ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra FERNANDA BRISTOTT BARBOSA, Auxiliar de Ensino, com regime de trabalho de 30 horas semanais, como segue:

MATRÍCULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
2582	01/03/2008 à 01/03/2013	20/09/2014 à 18/12/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 20 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria Nº. 128/2014

PORTARIA Nº 128 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

LICENÇA PRÊMIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 4ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra MARLETE RIBEIRO, Servente/Merendeira, com regime de trabalho de 40 horas semanais, como segue:

MATRÍCULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
1032	18/02/2009 à 18/04/2014	23/09/2014 à 21/11/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 23 de setembro de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Portaria Nº. 129/2014

PORTARIA Nº 129 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1414, de 20 de maio de 2003.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores públicos Municipais, conforme quadro de escala que segue:

MAT	NOME	PERIODO AQUISITIVO			PERIODO DE GOZO		
5242	Aline Reartegui	01/09/2012	à	31/08/2013	01/08/2014	à	31/08/2014
5717	Alcineia B. Pagani	02/01/2013		01/01/2014	08/09/2014		07/10/2014
2571	Carlos Augusto Brito dos Santos	01/09/2012		31/08/2013	01/08/2014		31/08/2014
5730	Cíntia A. Barbosa Luz	23/12/2013		01/01/2014	25/08/2014		24/09/2014
2725	Eliseu Bristot	01/03/2012		28/02/2013	08/09/2014		07/10/2014
5504	Everson Caliro F. da Silva	01/03/2012		28/02/2013	02/09/2014		01/10/2014
2743	Joventino de Melo	10/05/2012		09/05/2013	01/09/2014		30/09/2014
2853	Leonor Dal Pont	31/02/2012		02/02/2013	02/09/2014		01/10/2014
5546	Meri Eli Speck Candido da Silva	18/04/2013		17/04/2014	01/09/2014		30/09/2014
1158	Nilvana Borges da Silva	04/09/2013		03/09/2014	01/09/2014		30/09/2014
2550	Paulo Humberto Borges	01/03/2013		28/02/2014	08/09/2014		07/10/2014
6521	Paula da Silva Pereira	24/05/2013		23/05/2014	01/09/2014		30/09/2014
4474	Rosiane Fagundes	03/06/2013		02/06/2014	10/09/2014		30/09/2014
240	Sonia Regina Borges Rodrigues	31/12/2011		30/12/2012	01/09/2014		30/09/2014
3469	Valdinéia Pedro Cardoso	01/06/2012		31/05/2013	01/09/2014		30/09/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 18 de agosto de 2014.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Timbó

PREFEITURA

Portaria Nº 1240, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1240, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Procuradoria Geral do Município.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora abaixo relacionada:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Rikeli Dalabona	1176, de 01/07/2014	31/12/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1241, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA No 1241, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Muryel Cristina Dallabrida Vargas, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal MURYEL CRISTINA DALLABRIDA VARGAS, do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 536, de 02 de junho de 2009, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1242, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA No 1242, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Maria Aparecida Colosso	Auxiliar Operacional I	805, de 14/01/2014	01/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1243, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA No 1243, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Jandira Aparecida Gonçalves	Auxiliar Operacional I	862, de 04/02/2014	01/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1244, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA No 1244, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CON- TRATAÇÃO	A CONTAR DE
Roseli Frusina	Auxiliar Operacio- nal I	827, de 17/01/2014	01/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1245, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA No 1245, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Amarildo Diogo Correia, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal AMARILDO DIOGO CORREIA, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 277, de 03 de abril de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1246, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA No 1246, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CON- TRATAÇÃO	A CONTAR DE
Pamela Adriana de Almeida	Educadora Infantil B-18	1135, de 05/06/2014	01/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1247, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA No 1247, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CON- TRATAÇÃO	A CONTAR DE
Roselei Salete Frusina	Auxiliar Operacio- nal I	805, de 14/01/2014	01/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de

outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1248, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1248, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Marcos Felippi	1166, de 30/06/2014	29/08/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1249, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1249, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Airton José Dallagnolo	254, de 28/03/2014	30/08/2014
Alcides Cristofolini	1164, de 30/06/2014	31/12/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1250, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1250, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADILVO FELTRIN	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ADRIANA BERNDT DE SOUZA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ADRIANA FURLANI ZATELLI	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ADRIANA GONCALVES DE ANDRADE BALDO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ALZIRA BREHMER	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ANA MARIA RODRIGUES DA SILVA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ANA PAULA LIRA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ANDREA BEATRIZ FACHINI	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
APARECIDA BULE TAVARES	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
BEATRIZ APARECIDA PEREIRA BELLI	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
CAMILA HINSCHING	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
CAMILA NINOW	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
CENIR APARECIDA IGLIKOSKI LAVINSKI	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
CRISTIANE CARDOZO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
CRISTIANE RAQUEL WELTER EWALD	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
DEBORA CRISTINA DA SILVA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
DIANGELA DANUBIA MAAS NONES	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
DILMA CHEQUETO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
DOLORES CAIMI KRAUSS	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
EDILSE MARIA LESKE	1210 de 14.07.2014	01/10/2014

ELIANE GONCALVES DE LIZ	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ELIANE SLOMP	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ELIZETE DE ALMEIDA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
EVANY MENDES DA SILVA	1210 de 14.07.2014	01/09/2014
FRANCIANI DUTRA RIBEIRO BORGES	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
FRANCIELI APARECIDA DRAPSKI	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
FRANCIELY SELIA TERRA DA SILVEIRA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
GIOVANI ALBERTO NUNES	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
GISELE SANTOS DE ALMEIDA FRONZA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
GLAUCE CORDEIRO SIMM	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
HELENICE DE FATIMA MOREIRA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
IHARA RADUNZ VESTEWIG	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ILOA DIAS HILARIO BRANDAO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
INES ZOBOLI DALLABONA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ISANETE MARCIA RIOLA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
IVANILDES MARIA MOREIRA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
JANDIRA APARECIDA GONCALVES	1210 de 14.07.2014	01/09/2014
JANDIRA ISABELA FRUSINA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
JANDIRA PITAN PASQUALI	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
JANETE DALLABONA FERREIRA DA SILVA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
JAQUELINE HOFFMANN	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
JOYCE CLARICE SCHROEDER	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
JUCELIA ANTONIA DE VARGAS SOARES	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
JULIANA VALOES	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
KATHIA MAHS WEISS	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
LARA MARIA GIOVANELLA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
LAURITA VOLTOLINI DALLABONA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
LORETTA GOETTEN SELL	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
LUCIANE JANKE	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
LUIZ CARLOS MANSKE	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MAISA WISENTHAINER	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARA LUCIA DALABONA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARCIA CRISTINA KLEIN HICKMANN	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARCIA FELTRIN MULLER	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARCIA REGINA BIZ ROPELATTO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARIA APARECIDA COLASSO	1210 de 14.07.2014	01/09/2014

MARIA DA GLORIA MARCONDES MARTINSON	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARIA HECK MANSKE	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARIA LUIZA SCHROEDER	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARILDO MAURICIO ULER	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARISTELA APARECIDA RINCAO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARLISE CLARA NOLLI	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARLISE PINHEIRO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MARLY BARRETO DOS SANTOS	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
MAYARA CRISTINE DE BORBA	1210 de 14.07.2014	01/09/2014
NAIR JOAO DA SILVA RIBEIRO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
NICOLE ALVARES SPRUNG	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
OSIANE SOUSA SANTA BRIGIDA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
PAMELA CRISTINA BACKES	1210 de 14.07.2014	01/09/2014
RENILDE DOS SANTOS	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
RITA PIERITZ	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ROBERTA DANUSA HISSI	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ROBERTA TOMELIN	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ROSANGELA APARECIDA CANDIDO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ROSANGELA PATRICIA PEREIRA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ROSELEI SALETE FRUSINA	1210 de 14.07.2014	01/09/2014
ROSELI FRUSINA	1210 de 14.07.2014	01/09/2014
ROSELI MARIA ROPELATO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ROSELY FERRARI GONCALVES	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ROSIMERI FERREIRA DA SILVA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ROVENA UECKER KRUGER	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SALETE FAGUNDES	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SANDRA MONIKA EWERS MOHR	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SANDRA REGINA MATTEDI NARDELLI	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SELMA DA SILVA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SILMARA RODRIGUES DA SILVA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SILVANA DA SILVA SCHROEDER	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SIMONE BONDI DE CARVALHO DE CRISTO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SIMONE KUESTER NEVES	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SIRLEI GARCIA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SOLANGE FELIPE KISNER	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SONARA MURARA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014

SONIA GONCALVES TESSER	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
SUELI MARIA PELLIN LOURENCO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
TARIN ROMINA GERMANO	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
THANDRIANE LAISY PRESTES PROCHNOW	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
THELMA DE SOUZA	1210 de 14.07.2014	01/09/2014
VANESA FRANCIELE SLOMP	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
VERA KRETZ	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
WANDERLEIA MARIA ORIBKA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ZENITA POFFO BECHTOLD	1210 de 14.07.2014	01/10/2014
ZENITA SANTANA CLARINDA	1210 de 14.07.2014	01/10/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1251, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1251, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADAUTO MARTINS DE OLIVEIRA	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ADEMAR HAHNEBACH	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ADEMIR DE BORBA	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ADRIANO DALLABONA	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ADRIANO KLEMZ	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
AMARILDO DIOGO CORREIA	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ANTONIO MELO DA SILVA	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ARNALDO WOLTER	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
AUDIR PASQUALI	1212 de 14.07.2014	01/11/2014

AUGUSTO VITAL DOG-NINI	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
DITMAR HACKBARTH	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
DOMINGO PEREIRA	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ELIRIO STOLF	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ELSIDO KRUGER	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ERNSTFRIED WITHO-EFT	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
GERSON JAIR KOHLS	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
GILMAR JOAO TURAZZI	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
HILARIO WOLTER	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
IVENS HOFELMANN	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
JAIRO BARTEL	1233 de 24.07.2014	01/11/2014
JESSICA LOMBARDI	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
JOAO LUIS DOS SANTOS	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
JOSE HILTON CAMPOS NEVES	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
JOSE MAURICIO ALVES DE SOUZA	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
MARCIO ANTONIO FERRARI	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
NATAL FERRETTI	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
NATALIO CORDEIRO	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
NILTON DE OLIVEIRA	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
IVALDO LUIZ BERNARDO	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ONIGENITO FARIAS	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ORIVAL TANCON	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
OTAVIO DE OLIVEIRA	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
VALMOR HELMBRECHT	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
VALNIR BUSS	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
VILSON VIEBRANTZ	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
WALMOR VALENTIM THEISS	1212 de 14.07.2014	01/11/2014
ZENO OSVALDO CAVALLHERI	1212 de 14.07.2014	01/11/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1252, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA No 1252, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045,

de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Eli Aguinalda Pflieger Eger (Subst.Evany Mendes da Silva, que se encontra em Lic.para Trat.de Saúde)	29/07/61	868.539.109-15	44h	01/08/2014 a 01/09/2014
Fabiane Darci Rodrigues (Subst.Rossana Koffke, que se encontra em Lic.para Trat.de Saúde)	09/04/85	012.385.570-58	44h	01/08/2014 a 01/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1253, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA No 1253, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Elias Miguel Simas (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc.Público/Proc.Seletivo)	18/12/65	548.021.649-04	44h	01/08/2014 a 31/08/2014
Marino Darui (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc.Público/Proc.Seletivo)	31/03/61	453.941.999-49	44h	01/08/2014 a 31/08/2014
Cargo: Soldador (SG-26)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Eric da Rosa Amaral (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc.Público/Proc.Seletivo)	12/01/88	061.664.599-63	44h	01/08/2014 a 31/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1254, de 1º de Agosto de 2014

PORTARIA No 1254, DE 1º DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045,

de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)				
Cargo: Avaliador Físico (GP-27)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ademir Luiz Manfrini (Formação da equipe - NASF 2)	20/06/53	247.819.759-68	20h	01/08/2014 a 05/09/2014
Leila Fátima Floriani Claudino dos Santos (Formação da equipe - NASF 2)	02/01/60	466.381.059-49	20h	01/08/2014 a 05/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1255, de 04 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1255, DE 04 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor C-10				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Vanessa Trintim Prada (Aumento do número de alunos)	24/02/83	034.827.859-45	20h	04/08/2014 a 17/12/2014
Cargo: Professor A-10				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Roseli Ferretti (Professor de Apoio no atendimento de criança portadora de deficiência)	20/09/88	064.680.149-05	20h	04/08/2014 a 17/12/2014
Rosemeri Prusak (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Concurso Público /Proc. Seletivo)	12/07/76	015.782.619-88	20h	04/08/2014 a 30/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1258, de 04 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1258, DE 04 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Juliane Hoffmann (Subst. Marize Campestrini, que se encontra em Lic. para Trat. de Saúde)	16/01/91	070.673.739-30	44h	04/08/2014 a 01/09/2014
Rosângela de Bairros (Subst. Joyce Schroeder, que se encontra em Lic. Maternidade)	26/10/72	982.236.589-68	44h	04/08/2014 a 01/10/2014

Cargo: Educadora Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ana Paula de Mendonça Ferreira Moura (Subst. Monica Lima Miranda, que se encontra em lic. Maternidade)	26/02/83	049.220.194-30	30h	04/08/2014 a 04/09/2014
Andrea Queiroz dos Santos (Subst. Vivian W. Meyer, que se encontra em Lic. Trat. de Saúde)	08/11/87	340.214.058-60	30h	04/08/2014 a 01/09/2014
Janara Thais Maas (Aumento do número de alunos)	11/02/92	087.929.749-11	30h	04/08/2014 a 01/10/2014

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Irani Roeder (Vacância do cargo de ausência de cand. aprov. no Conc. Público / Proc. Seletivo)	01/10/74	776.776.259-91	40h	04/08/2014 a 01/10/2014

Samara Luiza Riola (Subst. Sandra R. Nardelli, que se encontra em Lic. Para Trat. de Saúde)	09/08/94	093.550.239-44	40h	04/08/2014 a 01/09/2014
--	----------	----------------	-----	-------------------------

Cargo: Professor C-10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Cristina Maria Costa Wecker (Subst. Priscila M.B. Hansen, que se encontra em lic. maternidade/ Aprovada no Proc. Seletivo 01/2012)	29/06/80	003.649.179-97	38h	04/08/2014 a 31/10/2014
Ronald Karl Habitzreuter (desempenhar atividades junto a FME)	18/07/91	010.028.699-27	20h	04/08/2014 a 17/12/2014

Cargo: Professor A-10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Daniela Deise Schroeder (Subst. Rosane Fronza, que se encontra em Lic. Trat. de Saúde)	03/07/88	059.065.589-26	12h	04/08/2014 a 30/09/2014
Marlise Bublitz Habitzreuter (Professor de Apoio no atendimento de criança portadora de deficiência)	08/12/70	024.418.419-47	20h	04/08/2014 a 17/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1259, de 04 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1259, DE 04 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Lourdes Dallabona (Aumento do número de alunos)	14/01/60	684.203.159-15	44h	05/08/2014 a 04/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1260, de 05 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1260, DE 05 DE AGOSTO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADRIANA NECKEL SOARES	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ALESSANDRO MONDADORI HOFFMANN	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ALINE BOER	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ALINE VENTZ	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
ANA KAROLINA LONGO BOAVENTURA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ANDERLEI TESSAROLO DEGERING	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ANDIARA GEELE CRISTOFOLINI PRETTI	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ANDREA DRAGER	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ANNA CARINE BELL	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ANNA PAULA BORCHARDT DA PAZ	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
APARECIDA BELARMINO ROEDER	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ARACI KRUGER	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
BRUNA LUIZA FIAMONCINI	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
CACIA RODRIGUES MENGARDA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
CARINA RENATA DAL CORTIVO DUARTE	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
CLEIA CESARINO	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
DARCIO HABOWSKY	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
DAVI DA MAIA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
DAVI ELIZIO DIAS	1186 de 03.07.2014	05/09/2014
DOROTHEA OELKE	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
EDELTRAUT DALCIA WEISS	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
EDINA VAZ DE FRANCA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
EGBERTO JOSE DE FREITAS	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ELIANE LANDO E SILVA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ELIANE MOSER	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ELISIANE GISELA LARGURA SCHROEDER	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ERICA PATRICIA GOMES BARBOSA	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
ESTELITA EHMKE SLOMP	1223 de 18.07.2014	05/09/2014
FLAVIA DAYANE SIMEONI	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
FLAVIA MICHELE BERNARDO ZESCHAU	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
GILBERTO LUIZ GOEDERT	1203 de 10.07.2014	05/09/2014

ILIANE PERES DE LIMA HABOWSKI	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
IVONE CARVALHO DE SIQUEIRA SACHT	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
JANAINA BIANCHET	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
JANDERICK DE SOUZA ALVES	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
JESSICA LEITEMPERGHER	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
JOICE STOLLMEIER KROENKE	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
JOSELENE DRAGER WEBER	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
JOSETE LUIZA RECK SFREDO	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
JOSIANE DAS GRAÇAS DE LIZ PAULO	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
JOSIANE SANTOS RAMOS	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
JULIEN FREDDY SANTISTEVAN	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
JURACI KLUG	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
JURACI TESKE VANDERWEGEN	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
KATHIA MILKE ARNDT	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
KATY CHRISTINE BREMER	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
LAUDILA LUCIA VOLTO-LINI TEIKOWSKI	1208 de 14.07.2014	05/09/2014
LEA ROSANA SOFKA DOS REIS	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
LENA MORGANA GESSNER DA SILVA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
LIDIA NAIZE KORC	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
LIZANDRO FRAINER FURLANI	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
LUCIA ELENA CROSSA CASALI	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
LUCIA ZAPOTOCZNY	1193 de 09.07.2014	05/09/2014
LUCIANA SCHIAVO	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
LUCIANO EZEQUIEL GODINHO	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
LURDES NUNES LINHARES	1203 de 10.07.2014	05/09/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1261, de 05 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1261, DE 05 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CON- TRATAÇÃO	A CONTAR DE
Mara Maass do Nascimento	Educadora Infantil B-18	1121, de 02/06/2014	05/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1262, de 05 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1262, DE 05 DE AGOSTO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
MAIRA LUCIA CIPRIANI	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
MAIRA PASQUALINI MARIN	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
MAIRA SILVA DE GODOY	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
MARCOS ANTONIO SANCHES	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
MARIA GIROLA FELIPPI	1170 de 30.06.2014	05/09/2014

MARILENE DE MELLO	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
MELISSA MICHELE PEREIRA E SILVA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
MERE TERESINHA FAGUNDES WETZEL	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
MERI TEREZINHA RIBEIRO	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
MOACIR DE FREITAS TOLEDO	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
NORBERT NEUMAYR	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
OLIVIA BRAIT	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
OSMAIR GILSON SACHT	1223 de 18.07.2014	05/09/2014
PAMELA REGINA FLO-RIANI	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
PATRICIA SLOMP	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
PRISCILA LENZI ODE-BRECHT	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
QUEREM HAPUQUE GOMES SILVA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ROBERTA NELCI PELLIN	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ROSANA DE BAIRROS DE PAULA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ROSE MELI STOLF EVARISTO	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
ROSE VARGANAI SOARES	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
ROSELY GESSNER AGUIAR	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
ROSEMERI MORLO STANO	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
SAMIR JORGE CURI AYACHE	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
SAMUEL CRISTALDO DOMINGUEZ	1170 de 30.06.2014	15/08/2014
SANDRA REGINA DE LIMA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
SARITA LUCIA MACHADO ZUMACH	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
SERGIO LUIS PEREIRA	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
SHIRLEI SCHURT VICENTI	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
SILVANA LONGO ROEPKE	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
SILVANA MARIA LONGO	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
SONGELA DOS SANTOS	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
TELMO NUNES BASTOS	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
THIAGO PRANGE	1170 de 30.06.2014	05/09/2014
VANESSA MLYNASCSZYK	1203 de 10.07.2014	05/09/2014
WILMAR SCOZ	1170 de 30.06.2014	05/09/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1263, de 05 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1263, DE 05 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
NOME	CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO	Nº CNH / CATEGORIA
Semir Manoel Chaves	Operador de Máquinas	03237625655 / AE

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1264, de 05 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1264, DE 05 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal contratado temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CON- TRATAÇÃO	A CONTAR DE
Lucas Ferreira Povoas	Professor A	1104, de 19/05/2014	04/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1265, de 05 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1265, DE 05 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a conduzir veículos oficiais, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículos oficiais de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Dorilda Alves de Souza Gonzaga	Técnica em Enfermagem	04281844742 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1267, de 06 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1267, DE 06 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º **CONTRATAR TEMPORARIAMENTE** para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Rolando Ges-sner (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc.Público/ Proc.Seletivo)	15/03/60	475.810.269-49	44h	06/08/2014 a 31/08/2014

Cargo: Pedreiro (SG-24)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Edegar Lombardi (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc. Público/Proc.Seletivo)	26/03/84	008.035.009-71	44h	06/08/2014 a 31/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1268, de 07 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1268, DE 07 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social)

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Fundo Municipal de Assistência Social)

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Luciana Julice Tomelin Oberziner (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc. Público/Proc.Seletivo)	18/02/70	687.070.709-00	44h	07/08/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1269, de 07 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1269, DE 07 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educadora Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Débora Cristina da Silva (Aumento do número de alunos)	04/07/94	093.342.509-09	30h	11/08/2014 a 01/10/2014

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Janete Schulz (Aumento do número de alunos)	18/11/78	049.888.539-93	44h	07/08/2014 a 01/10/2014

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Claudia Roberta Salvador (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc. Público/Proc.Seletivo)	21/11/83	051.607.529-27	40h	11/08/2014 a 01/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1271, de 07 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1271, DE 07 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CON- TRATAÇÃO	A CONTAR DE
Solange Felipe Kisner	Auxiliar Operacio- nal I	862, de 04/02/2014	06/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1276, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1276, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Pedreiro (SG-24)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Se- manal	Período
Renato Lom- bardi (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc.Público/ Proc.Seletivo)	05/09/86	060.997.629- 06	44h	12/08/2014 a 31/08/2014

Cargo: Operador de Máquinas (SG-33)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Se- manal	Período
João Luis dos Santos (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc.Público/ Proc.Seletivo)	27/06/48	383.667.979- 53	44h	11/08/2014 a 01/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1277, de 11 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1277, DE 11 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ingrid Patrícia Barbosa (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc.Público/ Proc.Seletivo)	30/10/93	086.825.929-24	44h	11/08/2014 a 31/12/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Carlos Alberto Stein Moser Filho (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc.Público/ Proc.Seletivo)	15/09/91	083.962.389-52	44h	14/08/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1284, de 13 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1284, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Kaique Moser Ferraz (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	06/05/94	046.308.549-32	44h	13/08/2014 a 05/09/2014

Cargo: Agente Comunitário de Saúde (SG-07)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Karin Kohler (Subst.Andrieli Luzia dos Santos, que se encontra em Lic.Maternidade)	08/05/71	652.427.429-68	40h	13/08/2014 a 05/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1285, de 13 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1285, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor A-10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Camila Ninow (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Concurso Público /Proc. Seletivo)	16/11/94	096.197.349-80	23h	13/08/2014 a 01/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1288, de 18 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1288, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Médico (GP-75)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jorge Schlichting Neto (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	04/06/85	052.187.279-03	20h	18/08/2014 a 05/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1289, de 18 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1289, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Operador de Máquinas (SG-33)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Raul Kleinschmidt (Subst.a Adelino José Mora, que se encontra em afast.do exercício do cargo)	01/09/53	194.082.699-34	44h	18/08/2014 a 01/11/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1290, de 18 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1290, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor A-10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Lucas Eduardo Maus (Aumento do número de alunos)	04/11/89	079.624.509-67	15h	18/08/2014 a 17/12/2014

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Aneti Zick (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público/Proc.Seletivo)	08/12/69	019.312.219-79	44h	18/08/2014 a 01/10/2014
Dirce Soraya Janke (Aumento do número de alunos)	02/10/68	576.235.039-87	44h	21/08/2014 a 01/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1291, de 18 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1291, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Evaldo Lombardi (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc.Público/Proc.Seletivo)	23/10/55	444.116.939-68	44h	18/08/2014 a 30/09/2014
Giovanni Iaginski (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados no Conc.Público/Proc.Seletivo)	29/06/92	089.040.759-20	44h	18/08/2014 a 30/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1292, de 18 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1292, DE 18 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Eduardo Artur Marquardt (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	22/08/95	099.646.489-10	44h	18/08/2014 a 30/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1294, de 19 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1294, DE 19 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Sonja Stupp Gonçalves (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	03/07/74	770.813.079-49	44h	19/08/2014 a 05/09/2014
Cargo: Médico (GP-75)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Nicole Luize Bremer (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	13/09/89	007.824.019-02	20h	20/08/2014 a 05/09/2014
Cargo: Técnico em Enfermagem (SP-31)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Dirce Beiger Cipriano (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	12/03/74	753.454.809-82	30h	20/08/2014 a 05/09/2014
Cargo: Dentista (GP-65)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Fabiana Manarim Brunsfeld (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	30/05/75	889.773.159-72	20h	19/08/2014 a 05/09/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1295, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1295, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Isabel Cristina Lima (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	03/04/79	048.096.819-55	44h	20/08/2014 a 01/10/2014
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Veronica Santos da Silveira (Aumento do número de alunos)	28/02/57	317.043.019-04	44h	20/08/2014 a 01/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 1296, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA Nº 1296, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Instaura Sindicância Administrativa nº 03/2014, para apurar fatos constantes no memorando nº 367/2014, expedido pelo Secretário Municipal de Educação, em 19 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 03/2014, para apurar fatos constantes no memorando nº 367/2014, expedido pelo Secretário Municipal de Educação, em 19 de agosto do corrente, referente a conduta das Servidoras: Giovana Salvador, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educadora Infantil; Luciane Janke, ocupante do cargo de provimento temporário de Educadora Infantil e Denise Anunciata Merini Wolter, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Recreação Infantil, todas desempenhando funções no NEI Sonho da Criança.

Art.2º Designar, a Comissão de Sindicância, constituída pelas seguintes servidoras: Cleide Maria Uber Borth-Professora; Elisa Sueily Maas Bona-Educadora Infantil e Flávia dos Santos Pamplona Vicente-Educadora infantil, para sob a presidência da primeira, apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância a que se refere o art.1º, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de agosto de 2014; 144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1297, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1297, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Designa Servidora Pública Municipal para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar de 1º de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR em Função Gratificada, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 21 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/00, a servidora abaixo relacionada, a contar de 1º de agosto do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO			
NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Schirley Suely Hochleitner Kremer	FG-2	40	Coordenar os serviços do Movimento Econômico do Município (MOVEC)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1298, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1298, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Autoriza Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), a conduzir veículos oficiais, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículos oficiais de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Fundo Municipal de Assistência Social)		
NOME	CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO	Nº CNH / CATEGORIA
Elenise Pisetta	Atendente de Serviços Administrativos	03744665929 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1299, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1299, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Retifica nome de Servidora, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

RESOLVE:

Art.1º Retificar o nome da Servidora nomeada para o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional I, através da Portaria nº 1159, de 30 de junho de 2014, onde lê-se Caludia Rodrigues de Melo Schneider, leia-se CLAUDIA RODRIGUES DE MELO SCHNEIDER.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1301, de 20 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1301, DE 20 DE AGOSTO DE 2014

Designa membros para comporem a Comissão Intersetorial de Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, para o mandato 2014 a 2023.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50 c/c art. 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO que a Lei Federal 12.594/2012, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, tem como objetivo a efetiva implementação de uma política pública destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas famílias,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR os seguintes membros para comporem a Comissão Intersetorial de Acompanhamento e Avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, com mandato 2014 a 2023:

NOME	ÓRGÃO QUE PERTENCE	CARGO/FUNÇÃO
Eloise Betanin	Secretaria de Assistência Social / CREAS	Assistente Social
Rubia Graziela Tomasoni	Secretaria Municipal de Saúde / Núcleo de apoio à Saúde da Família / NASF	Assistente Social
Schirley Regina Kroenke	Secretaria de Educação	Educadora Infantil / Coordenadora de Núcleo de Educação Infantil

Kathia Maas	Fundação Municipal de Esportes	Professora de Educação Física / Assistente Administrativo / Financeiro
Inês Klaumann	Fundação Cultural de Timbó	Chefe de Divisão de Eventos
Adriana Silva Ferreira	Conselho Tutelar	Conselheira Tutelar
Deise Adriana Nicholletti Mendes	Secretaria de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA)	Assistente Social / Secretária Municipal de Assistência Social e Presidente do CMDCA
COORDENADORA DO PLANO		
Clarice Ana Andreazza	Secretaria de Assistência Social / CREAS	Pedagoga

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1270, de 07 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1270, DE 07 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Jaqueline Silva de Brito, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal JAQUELINE SILVA DE BRITO, contratada temporariamente para o cargo de Professor C, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 864, de 04 de fevereiro de 2014, a contar de 1º de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 07 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1275, de 08 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1275, DE 08 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Débora Cristina da Silva, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e

pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal DÉBORA CRISTINA DA SILVA, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 861, de 04 de fevereiro de 2014, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1280, de 12 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1280, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Kathia Milke Arndt, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), a contar de 11 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública Municipal Kathia Milke Arndt, contratada temporariamente para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 831, de 20 de janeiro de 2014, a contar de 11 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1281, de 12 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1281, DE 12 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Eric da Rosa Amaral, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 11 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal ERIC DA ROSA AMARAL, contratado temporariamente para o cargo de Soldador, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços

Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 1253, de 1º de agosto de 2014, a contar de 11 de agosto do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1282, de 13 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1282, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Camila Ninow	Auxiliar de Recreação Infantil	819, de 15/01/2014	12/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1283, de 13 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1283, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração as Servidoras Públicas Municipais, admitidas para o cargo de Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.5º, Inciso II, da Lei Complementar nº 339, de 30 de novembro de 2007,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO às Servidoras Públicas Municipais,

conforme abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Fundo Municipal de Saúde)

NOME	CARGO (Emprego Público)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Erica Dalpiaz	Agente Comunitário de Saúde	2590, de 07/04/2008	18/08/2014
Maria José Moraes Leite dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	2590, de 07/04/2008	13/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1286, de 14 de Agosto de 2014

PORTARIA No 1286, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal contratada temporariamente para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Renilde dos Santos	Auxiliar Operacional I	1136, de 06/06/2014	12/08/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de agosto de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Extrato Contrato 2014.124 - SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/137

AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: Segville Vigilância Patrimonial Eirelli - EPP.

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância (não armada) e segurança patrimonial para atuar nas dependências públicas do SAMAE.

VALOR: R\$ 4.119,99 (quatro mil cento e dezenove reais e noventa e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente - SAMAE

Extrato Contrato 2014.123 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/123

AUTORIZANTE: Município de Timbó pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

AUTORIZADO: Segville Vigilância Patrimonial Eirelli - EPP.

OBJETO: Prestação de serviços de vigilância (não armada) e segurança patrimonial para atuar nas dependências públicas do Município (Parque Central, Policlínica de referência, Pavilhão de Eventos Henry Paul, Complexo Esportivo e Praças Centrais).

VALOR: R\$ 3.279,99 (três mil duzentos e setenta e nove reais e noventa e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

--	--

Três Barras

PREFEITURA

Lei Nº 3.141 de 23 de Setembro de 2014

LEI Nº 3.141 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SMDC - INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON, O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - COMDECON, E INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FMDC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 1º A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC, nos termos da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 2.181 de março de 1997.

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC;

I - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON;

II - Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - COMDECON.

III - FUNDO Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor os órgãos e entidades da Administração Pública municipal que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediadas no município, observando o disposto nos arts. 82 e 105 da Lei 8.078/90.

CAPÍTULO II

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

Seção I Das Atribuições

Art. 3º Fica criado o PROCON Municipal de Três Barras, órgão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, destinado a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do consumidor e coordenação a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I - Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;

II - Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - Orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;

IV - Encaminhar ao Ministério Público a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as violação a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

V - Incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e apoiar as já existentes, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais;

VI - Promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil;

VII - Colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos, entre outras pesquisas;

VIII - Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, no mínimo, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078/90 e dos arts. 57 e 62 do Decreto 2.181/97, remetendo cópia ao PROCON Estadual, preferencialmente em meio eletrônico;

IX - Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e comparecerem às audiências de conciliação designadas, nos termos do art. 55, § 4º da Lei 8.078/90;

X - Instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei 8.078/90, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;

XI - Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181-97);

XII - Solicitar o concurso de órgão e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XIII - Encaminhar à Defensoria Pública do Estado os consumidores que necessitem de assistência jurídica.

XIV - propor a celebração de convênios com outros Municípios, entidades públicas, civis ou privadas, para defesa do consumidor.

Seção II Da Estrutura

Art. 4º A Estrutura Organizacional do PROCON municipal será a seguinte:

I - Coordenadoria Executiva;

II - Setor de Educação ao Consumidor, Estudos e Pesquisas;

III - Setor de Atendimento ao Consumidor;

IV - Setor de Fiscalização;

V - Setor de Assessoria Jurídica;

VI - Setor de Apoio Administrativo;

VII - Ouvidoria.

Art. 5º A Coordenadoria Executiva será dirigida por Coordenador Executivo, e os serviços por Chefes.

Parágrafo único. Os serviços do PROCON serão executados por

servidores públicos municipais, podendo ser auxiliados por estagiários de 2º e 3º graus.

Art. 6º O Coordenador Executivo do PROCON Municipal será nomeado pelo Prefeito Municipal.

Art. 7º O Poder Executivo municipal colocará à disposição do PROCON os recursos humanos necessários para o funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.

Art. 8º O Poder Executivo municipal disporá os bens materiais e recursos financeiros para o perfeito funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.

CAPITULO III

DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - COMDECON

Art. 9º Fica instituído o Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, com as seguintes atribuições:

I - Atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor.

II - Administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, bem como nas Leis nº 7.347/85 e 8.078/90 e seu Decreto Regulamentador.

III - Prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;

IV - Elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da lei nº 8.078/90.

V - aprovar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município de Três Barras, objetivando atender ao disposto no item II deste artigo;

VI - examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;

VII - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;

VIII - Elaborar seu Regimento Interno.

Art. 10. O Comitê Gestor Municipal será composto por representantes do Poder Público assim discriminados:

I - O coordenador municipal do PROCON é membro nato;

II - O Secretário Municipal do qual o PROCON está vinculado;

III - Um representante da Secretaria de Administração e Planejamento;

IV - Um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

§ 1º O Comitê Gestor Municipal elegerá o seu presidente dentre os representantes do Poder Público.

§ 2º Deverão ser asseguradas a participação e manifestação dos

representantes do Ministério Público Estadual e da Defensoria Pública Estadual nas reuniões do Comitê Gestor Municipal.

§ 3º As indicações para nomeações ou substituições de representantes do Comitê serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.

§ 4º Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§ 5º Perderá a condição de representante do Comitê e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano.

§ 6º Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 7º As funções dos membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviços à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§ 8º Os membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do consumidor e seus suplentes, à exceção do membro nato, terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 11. O Comitê reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único - As sessões do Comitê instalar-se-ão com a maioria dos votos presentes.

CAPITULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FMDC

Art. 12. Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, de que trata o art. 57, da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

Parágrafo único. O FMDC será gerido pelo Comitê Gestor, composto pelos membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos do item II, do art. 9º, desta Lei.

Art. 13. O FMPC terá o objetivo de prevenir e reparar os danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do município de Três Barras.

§ 1º Os recursos do Fundo ao qual se refere este artigo, serão aplicados:

I - Na reparação dos danos causados à coletividade de consumidores do município de Três Barras;

II - Na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos e na edição de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;

III - No custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessário à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar instaurado para a apuração de fato ofensivo ao interesse difuso ou coletivo.

IV - Na modernização administrativa do PROCON;

V - No financiamento de projetos relacionados com os objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo (art. 30, Dec. nº 2.181/90);

VI - No custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal elaborado por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos incumbida regimental ou estruturalmente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional.

VII - No Custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor, e ainda investimentos em materiais educativos e de orientação ao consumidor;

§ 2º Na hipótese do inciso III deste artigo, deverá o Comitê Gestor Municipal considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

Art. 14. Constituem recursos do Fundo o produto da arrecadação:

I - das condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da lei 7.347 de 24 de julho de 1985;

II - Dos valores destinados ao município em virtude da aplicação da multa prevista no art. 56, inciso I e no art. 57 e seu Parágrafo Único da Lei nº 8.078/90, assim como daquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III - As transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - Os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - As doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;

VI - Outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo;

Art. 15. As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, à disposição do Comitê Gestor.

§ 1º As empresas infratoras comunicarão no prazo de 10 (dez) dias, ao Comitê Gestor os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para exercício seguinte, a seu crédito.

§ 4º O Presidente do Comitê Gestor é obrigado a publicar mensalmente os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo, repassando cópia aos demais conselheiros, na primeira reunião subsequente.

Art. 16. O Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor reunir-se-á ordinariamente em sua sede, no seu Município, podendo reunir-se extraordinariamente em qualquer ponto do

território estadual.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. O Poder Executivo Municipal prestará apoio administrativo e fornecerá os recursos humanos e materiais ao Comitê Gestor e ao FMDC, que serão administrados por uma secretaria executiva.

Art. 20. No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica entre si e com outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o disposto no art. 105 da Lei 8.078/90.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor integra o Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo estabelecer convênios para o desenvolvimento de ações e programas de defesa do consumidor com o órgão e coordenador estadual.

Art. 21. Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as universidades públicas ou privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 22. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 23. O Poder Executivo municipal aprovará, mediante decreto, o Regimento Interno do PROCON municipal, definindo a sua subdivisão administrativa e dispondo sobre as competências e atribuições específicas das unidades e cargos.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.713 de 19 de dezembro de 2007.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 23 de setembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Lei Nº 3.142 de 23 de Setembro de 2014

LEI Nº 3.142 DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A. e dá outras providências correlatas.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa de Intervenções Viárias - Provias.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição

de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias - Provias, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.688, de 19/02/2009, e suas alterações, compreendendo o seguinte: 1 (um) cavalo mecânico trucado, 1 (uma) caçamba três eixos, 1 (uma) plataforma três ou dois eixos, 1 (um) caminhão toco, 1 (um) trator de pneus, 1 (uma) máquina trituradora de galhos, 1 (uma) máquina de pintura de meios-fios e faixas, 1 (uma) roçadeira lateral, 1 (uma) roçadeira posterior e 2 (duas) carretas para trator, obrigando-se a Prefeitura Municipal a informar à Câmara de Vereadores sobre as aquisições efetivamente efetuadas.

Art. 2º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida e das tarifas bancárias, nos prazos contratualmente estipulados.

§ 1º. O valor correspondente às tarifas bancárias aplicáveis à operação será o vigente à época da cobrança, constante da Tabela de Tarifas de Serviços Bancários - Pessoa Jurídica, que se encontra disponível em qualquer agência do Banco do Brasil.

§ 2º. No caso de os recursos do Município não serem depositados no Banco do Brasil, fica a instituição financeira depositária autorizada a debitar, e posteriormente transferir os recursos a crédito do Banco do Brasil, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados, na forma estabelecida no caput.

§ 3º. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º. O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa e das despesas relativas à amortização de principal, juros, demais encargos e as tarifas bancárias decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 23 de setembro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Decreto Nº. 4402/2014

DECRETO Nº. 4.402 DE 14 DE JULHO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DAS NORMAS DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RETENÇÃO DE VEÍCULOS INFRATORES, ENVOLVENDO A REMOÇÃO POR GUINCHOS E EQUIPAMENTOS AUXILIARES NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 5º. da Lei nº. 2.940 de 23 de Dezembro de 2.010,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DESCRIÇÃO GERAL E OBJETIVO

Art. 1º - O presente Decreto tem por objetivo fornecer as especificações técnicas dos bens, materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços públicos, mediante outorga de Concessão ou Autorização, consistentes em serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no âmbito do Município de Três Barras.

Art. 2º - O presente Decreto, em complementação ao Edital de Licitação a ser lançado, ao Termo de Concessão, autorização ou concessão e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à espécie, também tem por objetivo estabelecer os procedimentos que deverão ser observados na operação do sistema.

Art. 3º - A outorga da Concessão dos serviços públicos em referência se faz sem qualquer ônus para a PERMITENTE e demais órgãos da Administração Pública direta ou indireta, inclusive Polícia Militar e Polícia Civil, sendo que os custos com a execução dos serviços e a implantação e manutenção do pátio serão de inteira responsabilidade da Concessionária, os quais serão ressarcidos exclusivamente com a receita dos preços fixados na forma do Edital e do Termo de Concessão, autorização ou concessão.

Art. 4º - Em caráter excepcional, mediante prévio aviso, a PERMITENTE, poderá requisitar a presença de pessoal e equipamentos da Concessionária para atender a operações especiais.

CAPÍTULO II

DAS ESPECIFICAÇÕES ESTRUTURAIS E DAS ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS AO PÁTIO

Art. 5º - O local (pátio) para depósito dos veículos deverá ser implantado no Município de Três Barras, cujo local de depósito não esteja em distância superior a 10 km (dez quilômetros) da Sede da Prefeitura Municipal de Três Barras.

Art. 6º - O pátio deverá ser apropriado, na área urbana do Município, cercado, iluminado, com escritórios, banheiros e que ofereça um serviço de segurança e recepção 24 horas por dia, a fim de atender tanto os agentes de autoridades de trânsito, assim definidos na Legislação de trânsito, o público em geral, realização de leilão, bem como zelar pela total segurança dos veículos do qual passa a ser depositário fiel;

Parágrafo único - Entende -se por Agente Fiscalizador de Trânsito, todo aquele que, de uma forma ou de outra, contribua, dentro dos limites de sua competência, para o disciplinamento e fiscalização no que tange à matéria de trânsito.

Art.7º - Deverá ter área de mínima de 1.000,00m² (um mil metros quadrados), no mesmo pátio (imóvel) é obrigado a existência de

uma área coberta de no mínimo 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 8º - No que se refere à local apropriado, cercado, e que ofereça segurança, ainda deverá conter:

- Cerca não inferior a 1,80 metros de altura, envolvendo todo o perímetro do terreno, que não permita o acesso no local por terceiros estranhos aos serviços e à empresa Concessionária, bem como acesso de animais;
- Portão de acesso com possibilidade de ser trancado;
- Guarita com cancela no portão de acesso;
- Construção em alvenaria suficiente para abrigar escritório e arquivos, local para atendimento do público usuário, devidamente mobiliado e sujeita à prévia aprovação por parte dos técnicos da Setor de Planejamento - Prefeitura Municipal de Três Barras.
- Sanitário(s) para uso do pessoal em serviço e do público usuário.
- Iluminação adequada em toda a extensão do pátio.

Art. 9º - O pátio deverá estar equipado com sistema contínuo de vigilância ou outro sistema alternativo que garanta a segurança dos veículos, 24 horas por dia.

Art. 10 - O pátio deverá ser adequado para estacionamento de veículos, inclusive caminhões, devendo o solo ser mantido permanentemente sem acúmulo de água, vegetação, etc., e em boas condições de uso, higiene e limpeza, sujeita tal condição à permanente verificação por parte da PERMITENTE, através da Prefeitura Municipal de Três Barras (Departamento Municipal de Trânsito).

Art. 11 - Caso o pátio venha a se tornar insuficiente para atender à demanda de depósito de veículos a Concessionária ficará sujeita às determinações da PERMITENTE, através da Prefeitura Municipal de Três Barras e providenciará ampliação da área prevista, conforme a necessidade.

Art. 12 - O pátio será vistoriado periodicamente pelo Órgão Executivo de Trânsito do Município, que determinará a adoção de providências necessárias ao perfeito funcionamento.

Art. 13 - Haverá no pátio de recolhimento, um livro de registro em local visível ao usuário, no qual o condutor ou proprietário, ao retirar o veículo poderão registrar eventuais danos, ou falta de equipamentos e/ou acessórios, ou ainda, a sua inconformidade pelo estado do veículo.

Art. 14 - A Concessionária deverá criar um livro de registro diário, onde devem constar os veículos recebidos e liberados e outras alterações que se façam necessárias, como nome, proprietário, condutor, endereço, e outros dados que se façam necessários.

Art. 15 - A Concessionária deverá manter sistema de comunicação, através de equipamentos de informática atualizados, que possibilitem o perfeito fluxo de dados com a Prefeitura Municipal de Três Barras, conforme normas a serem baixadas pela mesma.

Art. 16 - O Órgão de Trânsito Municipal poderá autorizar pontos para localização de equipamentos da Concessionária, fora do pátio de recolhimento, destinados a agilizar o procedimento de retenção, remoção ou apreensão.

DAS ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS AOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO - GUINCHOS

Art. 17. A Concessionária deverá dispor de veículos equipados de guincho, devidamente licenciados e dotados de dispositivos e equipamentos de acordo com a legislação pertinente, que atenda a demanda, e atender as seguintes condições:

- Estar em excelentes condições de uso e com um sistema de guincho eficiente, de forma que o veículo guinchado não deve

estar com nenhuma das rodas no solo, exceto os veículos de grande porte;

- Estar equipado de modo a efetuar a remoção de qualquer veículo, independente do ano de fabricação;
- Possuir hodômetro e tacógrafo;
- Apresentar identificação por dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação amarelo âmbar intermitente;
- Estar provido de sinalizador móvel e fixo, que possibilite a prestação de serviço com plena segurança, principalmente no período noturno;
- Estar provido de todos os demais equipamentos obrigatórios de segurança, bem como atender todas as demais exigências estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro,
- Utilizar somente combustível aprovado pelo Conselho Nacional de Petróleo;
- Possuir apólice de seguro contra terceiros, por danos físicos e materiais;

Art. 18 - O veículo guincho somente poderá ser operado por condutor, devidamente habilitado nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, por conta e risco da Concessionária, ficando a cargo desta a responsabilidade civil e criminal, inclusive perante terceiros, usuários e a PERMITENTE.

Art. 19 - O veículo guincho será vistoriado periodicamente de 06 (seis) em 06 (seis) meses, pela Prefeitura Municipal de Três Barras, quando se achar necessário ou quando houver a troca de guincho.

Art. 20 - A Concessionária deverá adequar o veículo às exigências legais e da Concessão ou Autorização sempre que identificada qualquer irregularidade pelo Órgão de Trânsito Municipal, mediante prazo por ela estabelecido.

CAPÍTULO III

DO REGULAMENTO OPERACIONAL DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 21 - O serviço de guincho (remoção) consiste no deslocamento do veículo guincho até o local onde se encontra o veículo a ser recolhido e a condução do mesmo até o pátio de recolhimento mantido pela Concessionária, nas condições operacionais deste Regulamento, do Termo de Concessão ou Autorização e do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 22 - A guarda e depósito consistem na custódia do veículo retido, removido ou apreendido dentro do pátio de recolhimento, nas condições operacionais deste Regulamento, do Termo de Concessão, autorização ou concessão e do Código de Trânsito Brasileiro.

DO HORÁRIO DOS SERVIÇOS

Art. 23 - A Concessionária deverá disponibilizar o serviço de guincho ininterruptamente, por 24 horas, inclusive em sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, de modo a atender chamados para remoção e depósito que venham a ser feitos a qualquer tempo pelos órgãos referidos no artigo 1º deste Regulamento.

Art. 24 - O atendimento ao público no pátio, para informações e liberação de veículos, deverá ser assegurado pela Concessionária, no mínimo em dias úteis de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 8:00 (oito) às 12:00 (doze) às 13:30 às 17:30 (dezessete e trinta) horas.

DOS PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS NA REMOÇÃO

Art. 25 - A Concessionária deverá receber todo e qualquer veículo, conforme classificação constante do Código de Trânsito Brasileiro,

quando devidamente apreendidos, removidos ou retirados de circulação pelos Agentes Fiscalizadores de Trânsito, exceto aqueles de tração animal.

Art. 26 - A Concessionária somente procederá à remoção do veículo mediante solicitação de agente fiscalizador de trânsito da PERMITENTE, ou das Polícias Militar e Civil.

Art. 27 - A remoção somente poderá ser efetuada pela Concessionária na presença e com a prévia autorização do Agente Municipal de Trânsito ou Policial Militar ou Civil responsável pela apreensão.

Art. 28 - A partir do momento em que receber autorização do Agente Municipal Fiscalizador de Trânsito ou Policial Militar ou Civil para efetuar a retenção, remoção ou apreensão, a Concessionária será responsável até a entrega do mesmo para o proprietário ou representante legal, bem como pelos prejuízos e danos causados ao veículo e pela comprovada falta de equipamentos e/ou acessórios.

Art. 29 - A Concessionária receberá o Certificado de Registro de Veículo, se recolhido pelo Agente de Trânsito ou Policial Militar ou Civil no ato da autuação, devendo arquivar os documentos em ordem alfanumérica de placa, em local destinado para esta finalidade.

Art. 30 - A Concessionária declara-se ciente que os órgãos executivos de trânsito representados pela Prefeitura Municipal de Três Barras do Município, pela Polícia Militar e pela Polícia Civil (CIRETRAN) também dispõem ou podem dispor de guinchos próprios, de propriedade estatal, para a realização, por conta própria, destes serviços, sendo que a Concessionária deverá aceitar para depósito os veículos removidos diretamente por tais órgãos, sem quaisquer restrições. Entretanto, a Concessionária não estará obrigada a receber transferências de veículos oriundos de pátios de outros municípios.

Art. 31 - A Concessionária, por sua conta própria e responsabilidade, e observadas todas as condições da Concessão, autorização ou concessão poderá terceirizar os serviços de guincho, com o fim de atendimento do aumento de demanda ou para otimizar a prestação dos serviços públicos. O contrato para tal terceirização dependerá de análise e aprovação prévia pela Prefeitura Municipal de Três Barras.

Art. 32 - Salvo os serviços de guincho prestados diretamente pelos órgãos executivos de trânsito referidos no item anterior, em veículos de propriedade estatal, bem como os serviços de guincho prestados pelas empresas terceirizadas da Concessionária, devidamente comprovada através de contrato de terceirização, é expressamente proibido à Concessionária, sob pena de imediata rescisão contratual e demais penalidades aplicáveis, aceitar para depósito veículos removidos por terceiros prestadores de serviços de guincho não autorizados e contratados.

DO DEPÓSITO DOS VEÍCULOS

Art. 33 - No ato da entrada do veículo no pátio, depois de conferido se o veículo está em conformidade com o auto de apreensão ou documento equivalente emitido pela autoridade competente, a Concessionária deverá efetuar o lançamento no Registro Diário de Entradas de Veículos, bem como deverá manter em dia o registro e inventário completo dos veículos e demais bens sob sua guarda e depósito, de acordo com o modelo padrão a ser implantado pela Prefeitura Municipal de Três Barras e por meio de arquivo de imagens (fotos digitais), de todo o veículo, em ângulos diferentes, inclusive do painel interno e acessórios se houver.

Art. 34 - A Concessionária deverá confeccionar impressos (blocos)

do Termo de Retirada de Veículos de Circulação em quantidades suficientes para a execução dos serviços, dos quais serão repassados à Prefeitura Municipal de Três Barras para controle, fiscalização e autorização para liberá-los, indicando o número do bloco, e número do Termo de início e fim, conforme modelo a ser fornecido pelo Órgão Executivo de Trânsito. Cada Termo deverá possuir 03 (três) vias, sendo a 1ª via (branca), 2ª via (amarela clara); e 3ª via (verde clara ou azul), todas com a mesma numeração.

Art. 35 - A Concessionária deverá emitir um Termo de Retirada de Veículos de Circulação, conforme modelo padrão a ser fornecidos pela Prefeitura Municipal de Três Barras (Departamento Municipal de Trânsito), para cada veículo removido, constando o estado em que se encontra o mesmo, especificando todas as condições gerais do veículo, inclusive arranhões, peças e acessórios faltantes, que deverá ser necessariamente assinado pela autoridade competente ao Agente Fiscalizador de Trânsito, pelo proprietário do bem móvel, e ainda, pelo responsável pela guarda de veículos apreendidos.

Art. 36 - O Termo de Retirada de Veículo de Circulação deverá ser preenchido para cada veículo removido, no ato da remoção, em 03 (três) vias com a seguinte destinação:

1ª Via (branca) - Proprietário/Condutor do veículo; até sua liberação e para Controle do Pátio; 2ª Via (amarela clara) - Polícia Civil/CIRETRAN; 3ª Via (verde clara ou azul) - Controle do pátio.

Art. 37 - Os dados e informações necessárias que deverão constar do Termo de Retirada de Veículo de Circulação serão definidos pela Prefeitura Municipal de Três Barras, conforme modelo padrão a ser fornecido.

Art. 38 - A Concessionária deverá remeter cópia do auto de apreensão ou do documento equivalente emitido pela autoridade competente para a Prefeitura Municipal de Três Barras, mediante protocolo.

Art. 39 - A Concessionária deverá armazenar os veículos, separadamente um do outro, em condições adequadas, implantando sistema de organização lógica e sistematizada do depósito, de tal modo que permita rápida localização e vistoria de qualquer veículo por parte das autoridades competentes: Chefe do Poder Executivo Municipal, Comandante da Organização Policial Militar local, Supervisor da CIRETRAN, pelo Departamento Municipal de Trânsito e por quem mais for de direito.

Art. 40 - Em hipótese alguma os veículos poderão ser empilhados uns sobre os outros, ou encostados uns nos outros.

Art. 41 - A não ser que isso seja impossível, devidamente lavrado a termo e assinado pelos responsáveis legais da Concessionária, PERMITENTE e usuário, os veículos deverão ser mantidos com seus vidros fechados e portas trancadas, respondendo a Concessionária por qualquer dano se não atendida esta disposição.

Art. 42 - As partes e peças separadas dos veículos, sempre que possível deverão ser mantidas junto aos mesmos, e de preferência no seu interior.

DA LIBERAÇÃO

Art. 43 - O procedimento de liberação do veículo será realizado no próprio local do depósito no período de Segunda a Sexta-Feira, no horário das 8:00 (oito) às 12:00 e das 13:30 às 17:30 (dezessete e trinta) horas, facultado à Concessionária atendimento fora deste horário, a seu critério, em benefício do público.

Art. 44 - A liberação do veículo somente poderá ocorrer mediante o atendimento dos seguintes requisitos:

- Apresentação de documento que comprove a liberação por parte da autoridade competente;
- Apresentação do original do comprovante de pagamento (autenticado) de todas as taxas, impostos e multas devidas pelo proprietário do veículo;
- Apresentação do original do comprovante de recolhimento das tarifas de guincho e estadia, observado o disposto no art. 44 e 45.

Art. 45 - No ato da entrega do veículo será devolvido ao proprietário ou o seu representante legal habilitado, mediante recibo, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo se recolhido no ato da autuação e remoção.

Parágrafo Único: O veículo sem condições de tráfego, somente será entregue se o proprietário dispor de condições especiais para sua retirada (somente com guincho ou plataforma). Em hipótese alguma a Concessionária poderá liberar o veículo para ser transportado na forma de arraste, seja por cabo, corda, cambão, ou outro.

Art. 46 - Receber e liberar os veículos somente com autorização do Supervisor da CIRETRAN, ou por pessoa por este designada. Nenhum veículo poderá ser liberado sem atender as exigências da legislação de trânsito; Em nenhuma hipótese o veículo poderá ser liberado sem a Carta de Liberação expedida pela CIRETRAN.

DAS TARIFAS A SEREM COBRADAS DOS USUÁRIOS

Art. 47. As tarifas a serem cobradas dos usuários dos serviços de guincho e estadia dos veículos serão as seguintes:

DAS TARIFAS: VALORES EM UFM (UFM R\$ 2,4792 - 2014).

ESTADIA DE MOTOCICLETAS E SIMILARES		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.M.	20,00 UF
Diárias que excedem o 6º dia	D.M.	1,00 UFM por dia

ESTADIA DE AUTOMÓVEIS E CAMINHONETAS		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V	45,00 UFM
Diárias que excedem o 6º dia	D.V.	1,00 UFM por dia.

ESTADIA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES		
Diárias	Abrev.	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.P	100,00 UFM
Diárias que excedem o 6º dia	D.V.P	8,00 UFM por dia.

As tarifas atinentes ao serviço de guincho ficam estabelecidas conforme o quadro abaixo e quando o guinchamento ocorrer numa distância superior a 10 km, a Concessionária poderá cobrar o equivalente a 0,80 UFM por quilômetro rodado:

Discriminação		Taxa
Remoção/transporte de motocicleta e similares com veículos plataforma	T.M.	40,00 UFM

Discriminação	Abrev.	Taxa
Remoção/transporte de automóveis com veículos plataformas	T.V.L.	50,00 UFM

Discriminação						Abrev.	Taxa
Remoção pesados.	de	ônibus e	caminhões	-	veículos	T.V.P.	90,00 UFM

Art. 48 - Os reajustes das tarifas ocorrerão anualmente em conformidade com o praticado para a UFM (Unidade Fiscal Municipal) de acordo com a legislação municipal aplicável.

Art. 49 - O recolhimento das tarifas referidas no art. 47 deverá ser feito pelos usuários exclusivamente em instituição bancária, por meio de guia de recolhimento, a crédito de conta corrente aberta pela Concessionária em seu nome, exclusivamente para movimentação de tais valores, ficando a Concessionária sujeita a demonstração de seu movimento para a Prefeitura Municipal de Três Barras.

Art. 50 - A Concessionária deverá receber valores relativos a tarifas de guincho e estadia através do sistema bancário, conforme artigo anterior, salvo em casos justificados.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51 - Decorrido o prazo previsto em legislação pertinente e atendendo os procedimentos legais, os veículos apreendidos serão alvos de realização de Leilão Público, realizado pelo DETRAN, cujo montante arrecadado servirá para quitação, pela seguinte ordem:

- custas do leiloeiro;
- custas do rateio do Processo de Leilão Público com editais e correspondência;
- despesas decorrentes do serviço de remoção;
- as despesas previstas no inciso IV do artigo 3º desta Lei;
- quitação das penalidades de trânsito e impostos; e,
- revertendo o saldo verificado, se houver, em favor do seu proprietário, ficando contratada a venda dos veículos apreendidos.

Parágrafo Único: O veículo que acusar pendência judicial, restrição judicial, pendência administrativa, constar no RENAJUD ou que estiver a disposição da autoridade policial não será levado a leilão, sendo sua destinação definida em razão do problema detectada.

Art. 52 - O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei sujeitará sanções à Concessionária, que poderão variar de uma multa no valor de 6 (seis) a 70 (setenta) UFM (Unidades Fiscal Municipal), até a extinção da Concessão, autorização ou concessão, através da rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte do Permitente, e sem prejuízo de outras medidas previstas em Lei.

Art. 53 - O presente regulamento poderá ser a qualquer tempo alterado pela PERMITENTE, com vistas à melhor atendimento do interesse público.

Art. 54 - Os casos omissos serão resolvidos pela PERMITENTE, através da Prefeitura Municipal de Três Barras.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 14 de julho de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Treze Tílias**PREFEITURA****Aviso de Licitação 71/2014**

PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS
CONCORRÊNCIA Nº 71/2014

O MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito MAURO DRESCH, torna público que realizará CONCORRÊNCIA, tipo MELHOR TÉCNICA, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, para a concessão de transporte individual de passageiros, no Município de Treze Tílias, em veículo de aluguel provido de taxímetro, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.687/2010, e as demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. O recebimento dos documentos será até o dia 27 de Outubro de 2014 às 09h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal sito na Praça Andreas Thaler, 25, o edital na íntegra poderá ser retirado no sítio da Prefeitura no endereço www.trezetilas.sc.gov.br.

Treze Tílias (SC), 24 de Setembro de 2014.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Gabarito Definitivo - Prova Objetiva - CC Nº 01/2014 - Cmtt**

Câmara de Vereadores de Treze Tílias
Concurso Público - Edital 001/2014
GABARITO OFICIAL DA PROVA OBJETIVA

questao	gabarito
1	A
2	D
3	B
4	B
5	E
6	D
7	B
8	D
9	A
10	E
11	D
12	C
13	C
14	Anulada
15	A
16	E
17	D
18	A
19	B
20	B
21	E
22	B
23	A
24	Anulada
25	C
26	C
27	E
28	D
29	B
30	B

Tunápolis**PREFEITURA****Processo de Licitação Nº 110/2014 Edital de Pregão Presencial Nº 76/2014**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 110/2014
Edital de Pregão Presencial nº 76/2014

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por ITEM que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, E MATERIAIS DESTINADOS PARA O LABORATORIO DE INFORMATICA DO CENTRO EDUCACIONAL HELGA FOLLMANN, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, os quais passam a fazer parte do presente processo. Entrega dos envelopes 14h15min do dia 07/10/2014. Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Turvo**PREFEITURA****Portaria 319/2014**

PORTARIA Nº 319/14, de 22 de Setembro de 2014.
CONCEDE REMOÇÃO POR PERMUTA DOS SERVIDORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no artigo 29 da Lei nº 1.154/95, de 11 de dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder remoção por permuta entre a servidora VALDETE BORDIGNON, CPF nº 638.321.609-06, matrícula nº 0087, lotada 20 (vinte) horas semanais na Creche São Luis para o C. E. I. Professora Maria das Dores C. Angeloni e a servidora MARIA APARECIDA BRINA, CPF nº 579.453.149-53, matrícula nº 0719, lotada 20 (vinte) horas semanais no C. E. I. Professora Maria das Dores C. Angeloni para a Creche São Luis, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de setembro de 2014.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 320/2014

PORTARIA Nº 320/14, de 22 de Setembro de 2014.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora BRUNA GONÇALVES AMARO, CPF nº 094.884.069-25, matrícula nº 3042, exercendo a Função Pública de Agente Administrativo Escolar, no período de 22 de Setembro de 2014 a 19 de Janeiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

Portaria 321/2014

PORTARIA Nº 321/14, de 22 de Setembro de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que a servidora encontra-se em Auxílio Maternidade,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até o dia 19 de Janeiro de 2015 a contratação da servidora BRUNA GONÇALVES AMARO, CPF nº 094.884.069-25, matrícula nº 3042, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013-SME exercendo a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 22 de setembro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Vargeão

PREFEITURA

Extratos de Contratos Pregão Nº 40/2014

EXTRATOS DE CONTRATOS Pregão nº 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao CRAS e ao SCFV do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 8.970,00 (oito mil novecentos e setenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 40/2014 e Contrato nº 160/2014.

Vargeão, SC, 23 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados ao CRAS e ao SCFV do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 9.731,90 (nove mil setecentos e trinta e um reais e noventa centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 40/2014 e Contrato nº 161/2014.

Vargeão, SC, 23 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 53/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2014-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 53/2014-FMS. 1. AQUISIÇÃO DE APARELHO DE HEMATOLOGIA PARA SER UTILIZADO NA REALIZAÇÃO DE EXAMES NO LABORATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPLA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 09/10/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 134/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 134/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL A SER UTILIZADO NA COLOCAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E NOMES DE RUAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 28/10/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 135/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 135/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 31/10/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES:

Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 136/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 136/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TATAMES COLORIDOS PARA SEREM INSTALADOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 04/11/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 23 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.277/14

DECRETO Nº 11.277/14, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

Prorroga o Decreto nº 11.159/14, de 26 de junho de 2014, declara em situação anormal, caracterizada como "Situação de Emergência" a área do Município de Videira afetada por Enxurradas (COBRADE - 1.2.2.0.0).

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 72, Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar Municipal nº 149, de 12 de junho de 2014; o inciso VI do artigo 8º da lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, o Decreto Federal nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, e de acordo com o art. 7º do Decreto nº 11.159, de 26 de junho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o Decreto nº 11.159/14, de 26 de junho de 2014, declara em situação anormal, caracterizada como "Situação de Emergência", a área do município de Videira afetada por Enxurradas (COBRADE - 1.2.2.0.0).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.9098/09, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 11.266/14.

Videira, 24 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Extrato do Termo de Rescisão N. 0108/14

Extrato do Termo de Rescisão n. 0108/2014
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0317/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELI MARTINI
CPF: 048.221.199-71
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 22 de julho de 2014.

Extrato do Termo Aditivo N. 0142/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0142/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: RAFAELA PIMENTEL DA SILVA
CPF: 096.569.679-09
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0155/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0155/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA
CPF: 047.825.129-70
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 18 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0217/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0217/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: KATIA ZICKUHR PERAZZOLI
CPF: 010.861.450-62
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0372/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0372/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: CLAUDINEI PAULO OSS
CPF: 056.072.079-35
VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 04 de fevereiro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0391/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0391/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: REGIANE APARECIDA ADAM
CPF: 068.760.599-79
VIGÊNCIA: de 14 de março de 2014 até 31 de julho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0396/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0396/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: HEBER WALBER RIBEIRO DOS SANTOS
CPF: 005.748.119-90
VIGÊNCIA: de 19 de março de 2014 até 31 de julho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0427/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0427/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CRISLAINE DE MATIAS
CPF: 094.863.529-09
VIGÊNCIA: de 10 de abril de 2014 até 30 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0428/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0428/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA CAROLINE COSTA LOPES
CPF: 076.816.109-60
VIGÊNCIA: de 11 de abril de 2014 até 31 de julho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0445/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0445/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MAYNARA GUILL
CPF: 080.414.459-18
VIGÊNCIA: de 05 de maio de 2014 até 31 de julho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0491/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0491/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA DOS SANTOS
CPF: 006.836.369-95
VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2013 até 03 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Extrato do Termo Aditivo N. 0510/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0510/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUANA REGINA CONTE FÁVERO
CPF: 072.304.319-13
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2014 até 18 de novembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0526/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0526/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCISLAINE RIBEIRO DOS SANTOS
CPF: 093.441.349-52
VIGÊNCIA: de 22 de abril de 2013 até 21 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Pregão Presencial Nº 21/2014-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 21/2014 - FMAS. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS PARA O CRAS, CREAS, CASA LAR MENINO JESUS, SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA, CONSELHO TUTELAR E IDOSOS, DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:30 horas do dia 17/10/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 20/2014-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 20/2014 - FMAS. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE PORTÃO ELETRÔNICO PARA SER INSTALADO NA CASA LAR, DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:30 horas do dia 14/10/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 137/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 137/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E URBANISMO, TURISMO E CULTURA E POLICIA MILITAR) E CENTRAL TELEFÔNICA PARA USO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL). 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 24/10/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 24 de Setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Laudo de Aceitabilidade de Amostra do PR 103/2014 - PMV Empresa: Muggui Utilidades Domesticas Ltda - Me

Videira, 25 de setembro de 2014.

Of. Nº 67/P4/1ªCIA/15ºBPM

Senhor (a) Chefe Departamento de Licitações

Assunto: Aceite De Amostra Física Para Futura Aquisição De Coturnos A Polícia Militar de Videira

O Comandante da Polícia Militar de Videira, Sr. Christopher Rudolf Froehner, através de sua Assessoria Jurídica, sugere a classificação da amostra exibida, uma vez que o produto apresentado atende aos parâmetros mínimos de aprovação de todos os itens exigidos de acordo com as normas da ABNT e laudo de conforto conforme ABNT NBR.

Pelo exposto, considerando, principalmente, que a amostra apresentada condiz com o objeto do processo licitatório, somos de parecer que cabe a classificação da referida empresa.

Na oportunidade reitero a Vossa Senhoria, votos de consideração e apreço.

CHRISTOPHER RUDOLF FROEHNER

Cap. PM Cmt da 1ª Cia do 15º BPM

A Sra.

LUCÉLIA FEDRIGO

D.D Chefe Departamento de Licitações

Nesta

Vitor Meireles**PREFEITURA****Portaria Nº 169/2014**

PORTARIANº. 169/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: DARIO MONTAGNA
Cargo: CHEFE DE GABINETE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Comissionado, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, 15 (quinze) dias de férias, pelo período de 23/09/2014 a 07/10/2014, referentes ao período aquisitivo de 07/01/2013 a 06/01/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 23 de setembro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 24 DE SETEMBRO DE 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xavantina**PREFEITURA****Contrato Nº 102/2014 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: SANTINA MARIA GRITTI MEI.

Número do Contrato: 102/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA COMEMORAÇÃO AO DO DA CRIANÇA.

Data da Assinatura: 23/09/2014.

Vigência: 31/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Xaxim

PREFEITURA

Convite 1

Convite

A Administração Municipal de Xaxim, através de seu Gestor, e da Comissão multidisciplinar nomeada pelo Decreto 254/2014, destinada à análise dos estudos de Impacto de vizinhança (EIV), convida toda a população de Xaxim, para que no dia 08/10/2014, nas dependências ATRAX, situada à Av. Giacomolunardi, nº 1010, Bairro Alvorada, às 18:00 horas, para que participe da discussão/apreciação do projeto quanto à implantação do loteamento das Videiras, de uma área de terras de propriedade de Wagner Rech e outros.

Ainda, os participantes da reunião, poderão desde que de forma pertinente, realizar questionamentos aos empreendedores e à Comissão Multidisciplinar.

Xaxim, 24 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Membros da Comissão Multidisciplinar

Decreto 376,377,378,380

DECRETO Nº. 376/2014.

Exonera servidor municipal comissionado a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 15 de setembro de 2014, o servidor municipal ROBSON ANGELO PIANA, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, portador da matrícula 6308, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº. 377/2014.

Contrata engenheira civil em caráter emergencial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso

de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e considerando:

CONSIDERANDO que, o Arquiteto, Sr. Ricardo Guizzi, realizou a solicitação de exoneração do cargo em que ocupava neste Município, em meados do mês de julho do corrente ano;

CONSIDERANDO que, o então Arquiteto, estava no acompanhamento e fiscalização de boa parcela das obras que eram realizadas pela Administração Municipal;

CONSIDERANDO que, a realização de um único Concurso para contratação de apenas um profissional Engenheiro Civil, demandaria tempo e despesas desnecessárias a este Ente Público;

CONSIDERANDO, às diversas obras inacabadas de convênios ou não, as quais já se encontram com os referidos pagamentos agendados, apenas aguardando a indicação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de um Responsável para a liberação de recursos às empresas;

CONSIDERANDO que, não havendo as respectivas "medições" e consequente liberação de recursos, nenhuma empresa irá colocar funcionárias nas mesmas e trabalhar de forma voluntária;

CONSIDERANDO, os 6 (seis) projetos de engenharia que estão em análise junto a Caixa Econômica Federal GIGOV;

CONSIDERANDO que, os projetos junto a Caixa encontram-se com cláusulas suspensivas até o início de setembro e aguardando designação de responsável técnico para acompanhamento e ajuste dos mesmos;

CONSIDERANDO, os diversos e-mails já recebidos da Caixa Econômica, que fazem parte dos anexos deste, informando a grande urgência dos projetos, tendo em vista as prorrogações dos prazos contratuais estabelecidos;

CONSIDERANDO, a necessidade de fiscalização na execução das obras de pavimentação asfáltica em diversas ruas e de medições para pagamentos;

CONSIDERANDO, a necessidade de Fiscal Técnico e medição nas 34 unidades habitacionais localizadas no bairro Santa Terezinha, sendo que algumas já estão sendo finalizadas e outras necessitam de medições e pagamentos;

CONSIDERANDO, que das 34 casas do PAC I (do qual há convênio com o Governo Federal), 7 (sete) já estão concluídas, necessitando apenas de esgotamento, e as demais necessitam de acompanhamento e fiscalização;

CONSIDERANDO, que o responsável das Obras do PAC I, informou a paralisação das 34 casas;

CONSIDERANDO, os enormes prejuízos que poderão surgir com a paralisação das Obras do PAC I, dentre elas: a não realização de um novo convênio com o Governo Federal, e Novas Invasões (como já ocorreu no ano de 2012);

CONSIDERANDO, caso ocorra novas invasões, o Município terá que custear novos aluguéis sociais, possíveis reformas, além do fato de que toda eventual invasão se torna desordeira e violenta, gerando depredação do patrimônio público, e conseqüentemente, demanda Judicial de Reintegração de Posse, o que poderia resultar em uma efetiva retirada com utilização da força em relação aos invasores;

CONSIDERANDO, que muitos convênios são de anos anteriores, os quais já foram prorrogados os prazos por diversas vezes o que poderá não ocorrer novamente e, ainda, que as obras paralisadas poderão ensejar a tomada de contas especiais;

CONSIDERANDO, que algumas das obras fiscalizadas pelo Sr. Ricardo estão em andamento e tem convênio do governo federal, apenas aguardando apenas o encaminhamento de nova ART do responsável Técnico para liberação de recurso;

CONSIDERANDO, que as obras tem grande importância para a população do Município, dos quais em parte, se utilizam recursos próprios, e aguardam apenas análise/fiscalização do Responsável,

dentre as quais podemos citar: O Abrigo Municipal; a Ampliação Escolar dos Bairros Ari Lunardi e Santa Terezinha; CAPS; Centro Especialidades; Centro Dia Idoso; Creches Bela Vista e Bairro Flor, Ginásio Alberto Sordi e os Muros do Bairro Ari Lunardi Pavilhão Lixão;

CONSIDERANDO, a urgência no andamento dos projetos idealizados por este Município em ver seu povo bem e ter avanço no crescimento na educação, moradia, saúde, abrigo, creches dentre outros;

CONSIDERANDO, que os inúmeros problemas relatados serão solucionados com a imediata contratação de Engenheiro Técnico;

CONSIDERANDO, que a servidora anteriormente contratada em caráter emergencial para esta função, Sr.^a Laura Fiabane solicitou exoneração;

E Principalmente, Considerando, que todos os projetos tem o intuito de melhorar a vida dos moradores de Xaxim, assegurando assim, as garantias constitucionais previstas na Nossa Carta Magna.

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada, em caráter emergencial, a SRA. SIMONE MICHELON, CPF: 057.429.729-46, na função de Engenheira Civil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo prazo de 90(noventa) dias a partir de 23 de setembro de 2014 até 23 de dezembro de 2014, quando encerra este contrato.

Art. 2º Os vencimentos do referido servidor são aqueles constantes em lei vigente.

Art. 3º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Dal Magro

Procurador Geral do Município

DECRETO Nº. 378/2014.

Exonera servidor municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 24 de setembro de 2014, a servidora municipal LENIRA MORAIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portadora da matrícula 5382, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

DECRETO Nº 380/2014.

Nomeia servidor municipal em decorrência de aprovação em concurso público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações; e Considerando o Concurso Público, realizado através do Edital Nº 001/2013, de 08 de agosto de 2013, para preenchimento de vagas dos cargos de provimento efetivo do Quadro do Funcionalismo Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, LENIRA MORAIS, CPF: 055.221.589-99, para exercer o cargo de MONITOR DO ABRIGO MUNICIPAL, código 119, categoria ASA, nível 014, em decorrência de aprovação em Concurso Público, devidamente homologado pelo Decreto Nº 552, de 06 de novembro de 2013, durante o estágio probatório de 03 (três) anos, a partir de 25 de setembro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, percebendo a remuneração constante do quadro próprio.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de setembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Aviso de Errata de Pregão 088 PM

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N. 175/2014
PREGÃO PRESENCIAL N. 088/2014

O município de xaxim - SC, através da Pregoeira comunica que foi alterado na integra O ANEXO I do referido edital, que tem por objeto o registro de preços, com pedidos parcelados de placas de transito.

Considerando a alteração do Edital a abertura fica marcada para o dia 07 de outubro as 14h00min, com entrega dos envelopes até às 13h45min do mesmo dia.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 24 de setembro de 2014.
MARINILSE DE FREITAS FIN
Pregoeira

Associações

AMMVI

Ata da Sessão Pública 06-2014 Para Abertura de Licitação

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014

OBJETO: FORNECIMENTO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS RETRÁTEIS NO AUDITÓRIO DA SEDE DA AMMVI, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze (24/09/2014), às dez horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se sessão pública para abertura da Licitação nº 06/2014, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação.

Declarando aberta a sessão pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou o recebimento de envelopes de apenas uma licitante (U.A. SALVIANO TREVIZAN DIVISÓRIAS - ME, CNPJ nº 19.880.526/0001-31), que se faz representar na sessão pela Sra. Udda Acacia Salviano Trevisan - CPF nº 319.465.408-03.

Assim, passou-se a fase de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação da licitante, os quais foram confrontados com as exigências do Instrumento Convocatório e submetidos à rubrica dos membros da Comissão de Licitações.

A seguir a Comissão de Licitações deliberou sobre os documentos, decidindo pela habilitação da licitante, destacando-se que a empresa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, portanto com aplicação dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06.

Inexistindo inabilitado, e mostrando-se inócuo a observância de prazo recursal, foi dado seguimento aos trabalhos, procedendo-se a abertura do envelope de nº 02, sendo a proposta comercial submetida à rubrica dos membros da Comissão de Licitação.

Após, o Presidente da Comissão de Licitações comunicou que será analisada a proposta e divulgado seu julgamento, na forma da lei. Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante a respeito das deliberações acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 24 de setembro de 2014.

Luiz Claudio Kades Presidente	Vanessa Cristina de Souza Secretária	Beatriz Padilha Membro
----------------------------------	---	---------------------------

Ata de Julgamento das Propostas TP 06-2014

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014

OBJETO: FORNECIMENTO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS RETRÁTEIS NO AUDITÓRIO DA SEDE DA AMMVI, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze (24/09/2014), às 14 horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião da Comissão de Licitações para análise e julgamento da proposta recebida na Licitação nº 06/2014.

Aberta a reunião, foi feita a análise da proposta apresentada pela empresa U.A. SALVIANO TREVIZAN DIVISÓRIAS - ME, CNPJ nº 19.880.526/0001-31, e verificando o atendimento das exigências constante do Instrumento Convocatório, a mesma restou classificada.

Desta forma, a Comissão de Licitações decide declarar vencedora do certame a empresa U.A. SALVIANO TREVIZAN DIVISÓRIAS - ME pelo preço total de R\$ 94.542,00 (noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e dois reais).

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação da licitante via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 24 de setembro de 2014.

Luiz Claudio Kades Presidente	Vanessa Cristina de Souza Secretária	Beatriz Padilha Membro
----------------------------------	---	---------------------------

Consórcios

CIMCATARINA

Aa0048_2014 - Atestado de Aprovação Marcas Materiais de Expediente Edital Ch. 0004_2014 - 3S
MATERIAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES
 PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0004/2014

MATERIAIS DE EXPEDIENTE

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0048/2014, TERMO DE ANÁLISE 0051/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS/MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentado pela empresa:

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO
31	Unid.	Caneta marca texto cor amarela, tinta de composição especial fluorescente, ponta de ímã chanfrada.	HELIOS
34	Unid.	Caneta para escrever em CD/DVD com ponta de poliéster 2.00mm, tinta a base de álcool, na cor preta.	GÖLLER
35	Unid.	Canetinhas hidrográficas 12 cores, estojo com 12 unidades.	GÖLLER
76	Unid.	Fita crepe branca, rolo 19mmx50m, embalagem com 6 rolos.	EUROCEL
79	Unid.	Fita dupla face de espuma para fixação permanente, rolo 24mmx1,50m.	ADELBRAS
97	Caixa	Lápis de cor sextavado 12 cores grande	ACRILEX
100	Caixa	Lápis grafite resistente preto nº 02, caixa com 12 unidades.	LABRA
104	Unid.	Mouse Óptico, com conexão OS2, 02 botões com scroll controle, cor preta, garantia mínima de 12 meses	MAXPRINT
105	Unid.	Mouse Óptico, com conexão USB, 02 botões com scroll controle, cor preta, garantia mínima 12 meses.	MAXPRINT
113	Unid.	Pasta catálogo preta, formato ofício, com colchetes, com 20 folhas de plástico.	(ACP)
134	Unid.	Pistola grande para cola quente 40w, 220 volts.	MAKE
137	Unid.	Recado auto-adesivo, tamanho 76x102mm, bloco com 100 folhas.	ADELBRAS

Fraiburgo SC, 24 de setembro de 2014.

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0004/2014

CLAUDINEI MÁRCIO MORSOLETTI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0004/2014

DEJAIR CONSTANCE RIBEIRO

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0004/2014

CIRSURES

Cirsures - Extrato de Publicação do Contrato: 023/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 023/2014

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Contratado: JL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA EPP.

CNPJ: 09.425.934/0001-40

Processo Licitatório n.º 004/2014

Objeto: 3.000 m2 de Geomembrana em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) com 1,5mm de espessura.

Prazo para entrega máximo: Até 15 (quinze) dias a contar da data de assinatura do contrato e a instalação em 05 (cinco) dias após a entrega.

Valor do contrato: R\$ 59.400,00 (Cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)

Urussanga (SC), 19 de setembro de 2014.